

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SHIRLEY SILVEIRA ANDRADE

**A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL ESCRAVIZADO:
REFLEXÕES SOBRE AS POTENCIALIDADES DOS PROCESSOS FORMATIVOS
DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO TOCANTINS**

BRASÍLIA – DF

2015

SHIRLEY SILVEIRA ANDRADE

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL ESCRAVIZADO:
REFLEXÕES SOBRE AS POTENCIALIDADES DOS PROCESSOS FORMATIVOS
DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO TOCANTINS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Brasília – UNB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Ambiental e do Campo

Orientação: Professora Dra. Mônica Castagna Molina.

BRASÍLIA – DF

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ANDRADE, SHIRLEY SILVEIRA
AF A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL
ESCRAVIZADO: REFLEXÕES SOBRE AS POTENCIALIDADES DOS
PROCESSOS FORMATIVOS DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO
PASTORAL DA TERRA NO TOCANTINS / SHIRLEY SILVEIRA
ANDRADE; orientador Mônica Castagna Molina. --
Brasília, 2015.
396 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2015.

1. Formação da consciência. 2. Trabalho Escravo.
3. Atuação da Comissão Pastoral da Terra . 4.
Sociedade Civil e Sociedade Política. 5. Modelo de
desenvolvimento da Amazônia e do Tocantins. I.
Molina, Mônica Castagna , orient. II. Título.

SHIRLEY SILVEIRA ANDRADE

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL ESCRAVIZADO:
REFLEXÕES SOBRE AS POTENCIALIDADES DOS PROCESSOS FORMATIVOS
DESENVOLVIDOS PELA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO TOCANTINS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Brasília – UNB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação ambiental e do Campo.

Brasília-DF, 22 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Mônica Castagna Molina.
Universidade de Brasília (UnB) – Presidente

Prof. Dr. Manoel Calaça.
Universidade Federal de Goiás – (UFG) Membro efetivo externo

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza
Universidade de Brasília (UnB) - Membro efetivo interno

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz
Universidade de Brasília (UnB) - Membro efetivo interno

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses
Universidade de Brasília (UnB) - Membro efetivo interno

Prof. Dra. Laís Maria Borges de Mourão Sá.
Universidade de Brasília (UnB) – Membro suplente interno

Dedico este conhecimento aos trabalhadores e trabalhadoras do campo que apesar de toda a miséria, opressão, humilhação, do cotidiano, por vezes, aparentar que o melhor é desistir, têm a coragem de enfrentar a classe hegemônica.

AGRADECIMENTOS

A produção de conhecimento nunca é feita de forma solitária. Apesar do trabalho, predominantemente intelectual, precisar de pequenos momentos de tranquilidade, é a partir de relações coletivas que conseguimos construir pensamentos.

Quando apresentamos um trabalho, ele é resultado de uma série de interações, afeições, visões e impressões que foram construídas com as pessoas. Até preferimos usar a primeira pessoa do plural como pronome pessoal predominante deste trabalho, porque ele foi resultado dessa construção. Por isso, agradecer é tão difícil. Um número infindável de pessoas que precisariam estar aqui, que não vou lembrar e não vão caber neste trabalho, estarão ausentes. Sem esquecer que houve pessoas que não participaram da elaboração diretamente, mas foram importantes como apoio emocional. Vou tentar ser o menos injusta possível diante dessas questões.

Quero agradecer à minha família por todo o suporte que obtive para esses passos. Ao meu marido pelo carinho, compreensão e pela forma sábia com que seguiu a caminhada ao meu lado; à minha amada filha que entendeu quando não teve o colo da mãe; aos meus pais que colaboraram com este grande passo, como a minha irmã que me deu apoio.

Quero ainda agradecer à minha orientadora que teve muita paciência com todas as dificuldades que passamos.

Agradeço, de forma profunda, aos membros da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins que me receberam com tanto amor, carinho e com atenção para a confecção deste trabalho.

Agradeço às minhas grandes companheiras do Programa de Pós-graduação em Educação do Campo da UnB que sempre me deram força, apoio emocional e viabilizaram várias questões da tese.

Gostaria muito de agradecer a toda à banca que avaliou o trabalho, pois contribuíram muito para o aprofundamento da análise.

Gostaria ainda de agradecer aos meus alunos e colegas da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Federal do Tocantins pela compreensão e apoio.

Passei muitas dificuldades, pensei em desistir, enfrentei muitos problemas, mas segui meu percurso. Foi a possibilidade de contribuir com o despertar da consciência da classe trabalhadora e a colaboração de tantas pessoas que me fizeram encontrar os caminhos de elaboração deste trabalho.

Não há como lutar pelos pobres
sem lutar contra a riqueza dos
ricos.

(CASALDÁLIGA, 2014)

RESUMO

Esta pesquisa tem como problemática central estudar a relação das atividades que vêm sendo realizadas pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra no combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e a formação da consciência do trabalhador rural escravizado no Tocantins. Essa Pastoral da Igreja Católica, criada em 1975, tem o objetivo de ser um instrumento de luta pela terra e pela efetivação de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O estudo em questão possibilitou compreender o caminho da formação das representações que esses trabalhadores têm de sua condição para entender o surgimento de novas culturas de enfrentamento às relações de dominação. Discutindo a hegemonia, a partir das ideias de Gramsci, foi aplicado o método do materialismo-histórico e dialético. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores escravizados, autoridades públicas e membros da Pastoral. Através desta pesquisa foi possível concluir que as ações desenvolvidas pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra na Sociedade Civil e Política, associadas à execução de políticas públicas, muitas delas resultado de sua luta, elevam o nível de consciência dos trabalhadores rurais escravizados. Através da construção de uma rede de informações sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo, da luta pela Reforma Agrária e de uma articulação com os órgãos públicos tem sido possível a criação de uma nova cultura sobre essa indignidade. Os trabalhadores e trabalhadoras têm reconhecido que já foram e são escravizados, e suas condições de trabalho uma injustiça. Este reconhecimento tem impulsionado ações de resistência, como reclamações aos empregadores, fugas, denúncias e a consciência de que a relação empregatícia não é um caminho para a liberdade.

Palavras-chave: Consciência. Trabalho Escravo Contemporâneo. Comissão Pastoral da Terra.

ABSTRACT

This research has as its central problematic the study of the relationship between the activities against Contemporary Slave Work that are being promoted by the Pastoral Land Commission and the development of a critical conscience among rural workers in slavery condition in Tocantins, Brazil. This catholic church commission, established in 1975, aims to be a tool on the struggle for land and effecuation rural workers rights. The referred study helped to understand how the workers collective representations about their condition were built and how new cultures, opposing the tradicional land domination in Brazil, are beeing developed. Discussing this hegemonic relationship, based on Gramsci's ideas, was applied the historical-materialism and the dialectical method. The methodological procedures used were the bibliographical and documental research, the participant observation and semi-structured interviews with the slave workers, public authorities and members of the Commission. Through this research it was possible to conclude that the actions developed by the Pastoral Land Commission in Civil and Political Society are increasing the level of awareness among the enslaved rural workers. By building a network of information on Contemporary Slave Work, struggle for Agrarian Reform and coordinating public agencies, it has been possible to create a new remark on this indignity situation. Workers started to recognize that they have been enslaved and that their working conditions are unfair. This recognition stimulates resistance action, such as complaints against employees and scapes from the labor's camp. It also brings the awareness that the employment relationship is not a path to freedom.

KEY WORDS: Awareness. Contemporary Slave Work. Pastoral Comission Land.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- TOCANTINS - Percentual da exportação de soja em relação à produção de outros grãos	82
Tabela 2 – TOCANTINS - Exportação de carne bovina desossada em relação aos produtos que lideram as exportações.....	83
Tabela 3 –TOCANTINS - Plantação (e projeção) de Eucalipto	84
Tabela 4 – BRASIL - Ranking dos Estados que mais Libertam Trabalhadores - 1992 a 2014	220
Tabela 5- TOCANTINS - Modalidades de TEC encontradas nas fazendas.....	325
Tabela 6 – TOCANTINS - Modalidades de TEC encontradas nas fazendas.....	325
Tabela 7 –TOCANTINS - Decisões judiciais	328
Tabela 8 -TOCANTINS- Origem das fiscalizações	340
Tabela 9 - TOCANTINS -Origem da fiscalização nos processos criminais	341

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Terminologia da Legislação de TEC	134
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- BRASIL - Trabalhadores Libertados - 1992 a 2002	215
Gráfico 2 - POR REGIÃO- Trabalhadores Libertados - 1992 a 2002	217
Gráfico 3 – BRASIL - Trabalhadores Libertados - 1992 a 2014	224
Gráfico 4 - POR REGIÃO - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014	226
Gráfico 5 – BRASIL - Trabalhadores Libertados por Atividade - 2003 a 2014	230
Gráfico 6 – TOCANTINS- Trabalhadores Libertados por Atividade - 2003 a 2014.....	231
Gráfico 7- BRASIL- Trabalhadores Libertados por Gênero - 2003 a 2014.....	232
Gráfico 8 – TOCANTINS - Trabalhadores Libertados por Gênero - 2003 a 2014.....	232
Gráfico 9 – POR REGIÃO- Trabalhadores Superexplorados – 2003 a 2014	233

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- BRASIL - Trabalhadores Libertados - 1992 a 2002	216
Mapa 2 - BRASIL - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014	227
Mapa 3 – TOCANTINS - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014	228
Mapa 4 - TOCANTINS- Fiscalizações - 2003 a 2014	229

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1– Quadro da CPT	234
Fotografia 2 - CPT Araguaia/Tocantins	235
Fotografia 3 - Sede da CPT Araguaia/Tocantins.....	236
Fotografia 4- Formação com a Juventude Missionária	237
Fotografia 5- Formação sobre TEC na chácara Camaçari.....	238
Fotografia 6- Dinâmica chuva de palavras	240
Fotografia 7 - Desenho do grupo 1	257
Fotografia 8 - Desenho do grupo 2	258
Fotografia 9 - Desenho do grupo 3.....	260
Fotografia 10 - Apresentação do grupo 4	261
Fotografia 11- Manifestação em Araguaína	265
Fotografia 12 - Manifestação em Araguaína	266
Fotografia 13 - Manifestação em Araguaína	267
Fotografia 14- Manifestação em Araguaína	268
Fotografia 15 - Sanfona confeccionada pela CPT	269
Fotografia 16 - Panfletagem na feira de Araguaína.....	270
Fotografia 17 - Roda de capoeira na Praça das Nações.....	271
Fotografia 18 - Roda de capoeira na Praça das Nações.....	272
Fotografia 19 - Cobertura da imprensa local sobre o ato de comemoração	273
Fotografia 20 - Assentamento.....	312
Fotografia 21 - Assentamento	313
Fotografia 22- Entrevista com assentados	314
Fotografia 23 - Entrevista em assentamento.....	315
Fotografia 24 - Entrevista em assentamento.....	316
Fotografia 25 - Assentamento.....	317
Fotografia 26- Ato em Nova Olinda-TO	343
Fotografia 27 - Ação com agentes de saúde	344
Fotografia 28- Secretária de Saúde de Nova Olinda-TO.....	348

LISTA DE SIGLAS

ACA	Associação Comercial do Amazonas
AL	América Latina
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia
CAETA	Comissão Administrativa de Encaminhamento dos Trabalhadores para a Amazônia
CCAW	Comissão do Controle dos Acordos de Washington
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEDB	Comissão Executiva da Defesa da Borracha
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CENOG	Casa do Estudante do Norte Goiano
CF	Constituição Federal
CFB	Constituição Federal Brasileira
CIMI	Centro Indigenista Missionário
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COETRAE	Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo
CONATRAE	Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPB	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Aprendizagem de Assistência Social
DNI	Departamento Nacional de Imigração

EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel
GERTRAF	Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JF	Justiça Federal
JFTO	Justiça Federal do Tocantins
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MIRAD	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MT	Mato Grosso
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIBIC	Programa Brasileiro de Iniciação Científica
PIN	Programa de Integração Nacional
PRODECER	Programa Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

RDC	Rubber Development Corporation
RN	Rerum Novarum
SAVA	Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico
SEAGRO-TO	Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SETAM	Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência De Desenvolvimento Da Amazônia
SUDENE	Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste
TEC	Trabalho Escravo Contemporâneo
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TO	Tocantins
UFRJ	Universidade Federal do Rio De Janeiro
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1	35
1 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: INSTRUMENTO DE ACÚMULO DO CAPITALISMO	35
1.1 <i>O Trabalho escravo a serviço da propriedade privada</i>	35
1.1.1 <u>O Trabalho Escravo no mundo grego</u>	38
1.2 <i>Desenvolvimento desigual e combinado</i>	42
1.3 Realidade Amazônica: modelo de desenvolvimento baseado no Trabalho Escravo Contemporâneo	46
1.3.1 <u>A Amazônia: extrativismo e relações de trabalho exploradas</u>	46
1.3.2 <u>Amazônia e os ciclos da borracha</u>	47
1.3.2.1 Primeiro ciclo da borracha	48
1.3.2.1.1 <i>Trabalho escravo por dívidas: sustentáculo da borracha</i>	50
1.3.2.2 Segundo ciclo da borracha	52
1.3.2.2.1 <i>Divisão Internacional do Trabalho: Brasil permanece produtor de matérias-primas</i>	52
1.3.2.2.2 <i>A Criação da infraestrutura para a efetivação dos acordos de Washington</i>	53
1.3.2.2.3 <i>A Amazônia e seu vazio populacional</i>	56
1.3.2.2.4 <i>Reação dos seringalistas</i>	61
1.3.2.2.5 <i>Trabalho Escravo: uma exploração que se repete</i>	65
1.3.3 <u>A Amazônia e os planos dos militares</u>	68
1.3.3.1 Exploração dos recursos amazonenses	69
1.3.3.2 Os planos militares e o deslocamento de trabalhadores: necessidade de mão de obra e defesa do território	75
1.3.4 <u>A Amazônia e o agronegócio</u>	79
1.3.4.1 O Agronegócio no Tocantins	82
1.4 <i>Tocantins: um estado recente</i>	85

1.4.1	<u>Criação do estado do Tocantins</u>	86
1.4.2	<u>Formação populacional do estado do Tocantins</u>	94
 CAPÍTULO 2		96
2	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E SUA VISÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO	96
2.1	<i>A Igreja Católica e sua preocupação com as massas</i>	97
2.1.1	<u>A opção pelos pobres no Concílio do Vaticano II</u>	100
2.1.2	<u>A luta da Igreja a partir do encontro na Colômbia</u>	103
2.1.2.1	Diagnóstico da realidade Latino-Americana	104
2.2	<i>A Igreja Católica no Brasil</i>	112
2.2.1	<u>A Igreja Católica brasileira e os problemas agrários</u>	113
2.2.2	<u>Ser católico e o dever de ser contra a Reforma Agrária</u>	116
2.2.3	<u>A Igreja Católica e a Questão Agrária brasileira: reflexões atuais</u>	123
2.3	<i>Surgimento e organização da Comissão Pastoral da Terra</i>	128
2.4	Trabalho Escravo Contemporâneo: a visão conceitual da CPT	132
2.4.1	<u>Importância do termo</u>	133
2.4.2	<u>Trabalho Escravo Contemporâneo: um debate interdisciplinar</u>	138
2.4.3	<u>Trabalho escravo moderno e Trabalho Escravo Contemporâneo</u>	148
2.4.4	<u>Trabalho Escravo Contemporâneo: a delimitação de um conceito legal</u>	150
2.4.4.1	A discussão de TEC na legislação internacional	150
2.4.4.2	O debate de TEC no Código Penal Brasileiro	152
 CAPÍTULO 3		158
3	A formação da consciência a partir de um sujeito coletivo	158
3.1	<i>Alienação e trabalho</i>	158
3.1.1	<u>Trabalho como ontologia do ser social</u>	159
3.1.2	<u>Trabalho na sociedade capitalista</u>	161
3.1.3	<u>A formação a partir da alienação</u>	165
3.1.4	<u>Luta de classes na sociedade capitalista</u>	167

3.2	<i>A formação da consciência com o despertar de intelectuais orgânicos</i>	170
3.3	<i>A Igreja Católica como aparelho hegemônico da burguesia agrária</i>	177
3.4	<i>Novas perspectivas culturais nas relações de trabalho</i>	195
CAPÍTULO 4		198
4	Ações da CPT junto à Sociedade Civil	198
4.1	<i>Esclarecimentos metodológicos</i>	198
4.2	<i>A CPT e a lógica da Igreja Católica</i>	200
4.3	<i>Apresentação inicial da atuação da CPT em relação ao TEC</i>	206
4.4	<i>A CPT documenta o Trabalho Escravo Contemporâneo</i>	210
4.4.1	<u>A CPT apresenta o Trabalho Escravo Contemporâneo em forma de números</u>	212
4.4.2	<u>A CPT documenta informações mais recentes</u>	223
4.5	<i>O Combate da CPT Araguaia/Tocantins ao Trabalho Escravo Contemporâneo junto à Sociedade Civil</i>	233
4.5.1	<u>A atuação da CPT frente à juventude missionária</u>	236
4.5.1.1	<i>Apreciações sobre o filme assistido na capacitação</i>	241
4.5.1.2	<i>Trabalhando o conceito de TEC</i>	242
4.5.1.3	<i>Debate nos grupos</i>	247
4.5.1.4	<i>Comentário dos agentes da pastoral sobre a apresentação dos grupos</i>	253
4.5.1.5	<i>Desenhando o TEC</i>	255
4.5.1.6	<i>Os Grupos apresentam suas histórias</i>	256
4.5.2	<u>Semana de comemoração de combate ao TEC em Araguaína-TO</u>	264
4.5.3	<u>A formação dos trabalhadores escravizados</u>	278
4.5.3.1	<i>Esclarecimentos iniciais</i>	278
4.5.3.2	<i>A vida antes da fazenda</i>	282
4.5.3.3	<i>A vida durante a fazenda</i>	285
4.5.3.3.1	<i><u>Decisão de ir</u></i>	286
4.5.3.3.2	<i><u>As condições de trabalho nas fazendas</u></i>	288
4.5.3.3.3	<i><u>Recebendo Direitos Trabalhistas</u></i>	294

4.5.3.3.4	<i>Atitude Diante da Exploração</i>	295
4.5.3.3.5	<i>O Ciclo do Trabalho Escravo Contemporâneo</i>	298
4.5.3.3.6	<i>Percepção do conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo por parte dos trabalhadores escravizados</i>	300
4.5.3.3.7	<i>Falta de denúncia: ausência de consciência?</i>	303
4.5.3.3.8	<i>A visão que os trabalhadores têm da CPT</i>	307
4.5.3.4	A vida depois da fazenda	309
4.5.3.4.1	<i>A decisão de não ser mais escravizado</i>	310
4.5.3.4.2	<i>A Luta pela terra como uma possível solução</i>	311
4.5.3.5	Reflexões sobre o depoimento dos trabalhadores	318
CAPÍTULO 5		320
5 ATITUDE COMBATIVA DA CPT NA SOCIEDADE POLÍTICA		320
5.1	<i>Políticas Públicas de combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo</i>	320
5.2	<i>A ação da CPT perante os órgãos de repressão ao TEC</i>	323
5.2.1	<u>O conceito de TEC determina a ação</u>	323
5.2.2	<u>Visões diferentes sobre o conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo</u>	327
5.2.2.1	Magistrados e Procuradores da República	327
5.2.2.2	A visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal	330
5.2.2.3	Novas ideias sobre o TEC no Tocantins	337
5.2.3	<u>A denúncia como provocadora da política pública</u>	339
5.3	<i>Trabalho da CPT Araguaia/Tocantins junto à Prefeitura de Nova Olinda</i>	343
CONCLUSÕES		353
REFERÊNCIAS		358
APÊNDICE A- ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL NA JUSTIÇA FEDERAL DO TOCANTINS		378
APÊNDICE B- ROTEIRO PESQUISA DOCUMENTAL NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DO TOCANTINS/PALMAS		381
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LIBERTADOS		382

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DA CPT	384
APÊNDICE E- ROTEIRO ENTREVISTA- MEMBRO DO MPF	385
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA- MEMBRO DA MAGISTRATURA..	386

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho têm sido constituídas mundialmente com base na exploração e na alienação dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa situação se superdimensiona quando tratamos de um tipo mais específico de exploração, que é o Trabalho Escravo Rural Contemporâneo (TEC). De 1995 a 2013, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram fiscalizados 3653 imóveis rurais em todo o país. Nesses imóveis foram realizados 45.378 resgates de pessoas submetidas à escravidão. Segundo relatório do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do MTE, trabalhador resgatado: “refere-se ao trabalhador encontrado em situação análoga à de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal. São elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante” (BRASIL, 2012a). São pessoas consideradas pelas autoridades competentes como vítimas do crime de redução à condição análoga à de escravo.

Várias ações, por parte dos movimentos sociais e do poder público, têm sido feitas no sentido de combater essa violação. O fato é que o comportamento do trabalhador ou trabalhadora, que vive nessa situação, tem sido importante para provocar essas ações. É através das suas denúncias que tudo se inicia. Mas nem todos submetidos ao Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) reagem dessa maneira.

Em pesquisa realizada na Justiça Federal do Tocantins (JFTO), no período de 2009 a 2011, encontramos depoimentos dos trabalhadores escravizados. Nesses depoimentos há pessoas libertadas que negam a condição de escravidão, e há outras que a confirmam. Os trabalhadores abaixo foram resgatados da condição de escravizados da Fazenda Recanto do Araguaia, no povoado São João, em Ananás, Tocantins, estado recorte de nossa pesquisa (TOCANTINS, 2007a).

Trabalhador nascido em 13/05/1981, analfabeto, residente em Cristal I, Arapoema - TO, natural de Ceres/GO, diz que, no seu entender, as condições de trabalho não eram boas nem ruins, mas que não chegou a considerá-las degradantes ou análogas às de escravo. Outro trabalhador resgatado, nascido em 09/08/1987, Bolsas-MG, primeiro grau incompleto, residente em Cristal I, Arapoema-TO, “acha que as condições de trabalho da fazenda eram ruins, chegando a ser degradantes e similares às de escravo”. Ao mesmo tempo, diz que não tem o que reclamar da fazenda.

É muito importante observarmos que a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontrou esses trabalhadores em precaríssimas condições de trabalho.

Foram resgatados 14 trabalhadores, contratados através do gato¹ Cícero, que se encontravam nas seguintes condições: moravam em barracos de madeira pau-a-pique, sem laterais, cobertos de folhas de palmeiras, de chão batido e latrinas de adubo; bebiam água suja e estragada, retirada do mesmo córrego no qual o gado bebia; comiam feijão e, raramente, carnes. Os alimentos, geralmente, eram fornecidos de cantina superfaturada, mantida pela fazenda e administrada pelo gato; trabalhavam sem fornecimento de qualquer equipamento de proteção individual, sem registro no livro, sem anotações em suas carteiras de trabalho, sem recolhimento do FGTS; retidos, sem recursos e sem recebimento dos seus salários, nem lhes foi fornecido transporte para que se deslocassem da fazenda para as suas residências.

Perante o delegado, a situação se repete na divergência de opinião a respeito de sua condição de trabalhador escravo. Observemos os depoimentos registrados no inquérito policial:

Em 25/02/2005 foram ouvidos 08 trabalhadores. Um deles diz que as condições de trabalho a que se sujeitou na Fazenda, não eram, no seu entender boas, e para a região onde vive são normais; que no seu entender, não estava sendo submetido à situação análoga à de escravo, e muito menos ao trabalho degradante, *mesmo porque, se assim fosse, todo mundo do povoado onde vive estaria na mesma situação* (TOCANTINS, 2007a, grifo nosso).

Outro trabalhador, com 1º grau incompleto, disse “que as condições de trabalho a que se sujeitou na fazenda, não eram, no seu entender, boas, mas que não chegavam a ser degradantes, humilhantes e muito menos se assemelhavam à situação análoga à de escravo” (TOCANTINS, 2007a).

Em todos os relatos acima, os trabalhadores foram encontrados na mesma situação, mas têm opiniões divergentes a respeito do TEC. E essa diferença de visão que é intrigante. Os agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), serviço pastoral criado em 1975, têm realizado várias ações de combate ao TEC e denunciado esse tipo de trabalho. Em carta, escrita por D. Pedro de Casaldáliga (2014), “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, há o registro de que em 1971 já havia denúncias de situações de exploração no campo.

A partir de 1997, a CPT articulou essas ações através de uma campanha permanente de combate, tanto no campo da formação com trabalhadores rurais, comunidades e

¹ Gato é o nome dado aos aliciadores dos trabalhadores que serão escravizados. Eles são responsáveis por convencer e organizar grupos de pessoas que serão levados até as fazendas a realizar atividades laborais. Isso é feito, na maioria das vezes, com falsas promessas ao trabalhador em relação às condições de trabalho e salários.

funcionários públicos, no sentido de formar uma rede de enfrentamento, quanto por cobrar políticas públicas dos órgãos competentes para agirem contra essa situação.

Esta pesquisa tem como objetivo central estudar qual a relação desse trabalho, realizado pelos agentes da CPT, na formação da consciência do trabalhador escravizado, nas fazendas do Tocantins. O que forma a consciência do trabalhador rural escravizado? As ações da CPT, junto à Sociedade Civil e Política, levam a processos educativos que contribuem com a elevação do nível de consciência desses trabalhadores? Essas ações têm formado a consciência do trabalhador rural escravizado, no sentido de provocar uma reação às suas condições de trabalho? Em que medida essas ações formativas, promovidas pela CPT, têm contribuído para elevar os níveis de consciência desses trabalhadores no sentido de provocar uma reação às suas condições de trabalho? O estudo em questão tenta auxiliar na compreensão do percurso da formação das representações que esses trabalhadores, que vivem a experiência do trabalho escravo, têm de sua condição, com o objetivo de compreender o que os motivam a reagir a essas condições.

Uma questão relevante para reflexão de nosso objeto é que grande parte das fiscalizações do TEC foi originada de denúncias feitas por trabalhadores sobre suas condições de trabalho. São pessoas que fugiram das fazendas e denunciaram ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao Ministério Público do Trabalho (MPT), ou à própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), as condições nas quais trabalhavam. Como no caso da Fazenda São Cristóvão I, na cidade de Presidente Kennedy-TO (BRASIL, 2012a), que foi originada de denúncia colhida pela CPT e enviada ao MTE. O que faria o trabalhador levar uma denúncia como essa a uma entidade que não pertence ao poder estatal?

Observemos o termo de denúncia de fiscalização, realizada na Fazenda WR, em Cristalândia - TO, entre 09 e 27 de abril de 2012. A origem da fiscalização foi a denúncia de um trabalhador:

Termo de denúncia juntado com a denúncia do Sr. X, que trabalhou na carvoaria da fazenda WR, foi dispensado por Gilson em 09/03/2010 recebia menos do salário mínimo, trabalhava doze horas por dia, que todos trabalham no regime escravo e que a maioria dos trabalhadores vem do Piauí. [...] O denunciante foi encontrado pela assistência social somente com a roupa do corpo e com fome, sem lugar para morar. A assistência social entrou em contato com a família do denunciante que está articulando para levá-lo de volta a sua cidade. [...] *Houve abertura de inquérito civil e pedido da Procuradoria do Trabalho para inserção da fazenda no bloco das fiscalizadas* (BRASIL, 2012b, grifo nosso).

Nesse caso, o trabalhador reconhece as condições escravistas nas quais trabalhava e não as via como naturais. Foi a partir disso que a Procuradora do Trabalho abriu a investigação. Assim, ocorreu também na Fazenda Imperial, em Crixás, no Tocantins, de onde os trabalhadores fugiram e denunciaram o fazendeiro ao Ministério Público do Trabalho de Gurupi-TO, em 06 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012c). Será que as ações desenvolvidas pelos agentes da CPT têm relação com esse comportamento? É isso que queremos compreender.

Para melhor esclarecimento do objeto, é importante observarmos que uma das questões que tem causado imenso debate nesta problemática é o conceito de TEC. Neste conceito, há dimensões sociológicas, filosóficas, legais, entre outras. O foco do nosso trabalho será o conceito legal de TEC, pois é a partir dele que se verificará a elevação dos níveis de consciência dos trabalhadores, tendo em vista a importância disso nas práticas dos agentes da CPT. Esta Pastoral assumiu publicamente a adoção do conceito previsto na legislação nos seus Cadernos Conflitos no Campo.

A conceituação legal foi resultado da luta dos movimentos sociais. O Código Penal Brasileiro (CPB), desde a década de 1940, em seu artigo 149, previa o crime de reduzir alguém à condição análoga à de escravo, mas com um conceito muito amplo, que dificultava as análises. Dada essa insuficiência, os magistrados passaram a se utilizar de legislações internacionais para fazer as suas interpretações, fato que ocasionou a influência da Convenção 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), possibilitando uma visão reducionista do conceito. A partir da mobilização da sociedade organizada, em 2003, essa definição ficou mais precisa e mudou a lógica do conceito de TEC. Atualmente, para existir esta ilegalidade é necessário que haja uma relação de trabalho por meio de coação física ou moral, escravidão por dívidas, ou trabalho com jornada exaustiva ou em condições degradantes. Essa definição alargou, precisou e mudou o debate sobre TEC.

Esse diálogo já indica a importância das ações dos agentes da CPT, tanto junto aos trabalhadores quanto à Sociedade Civil e Política, no enfrentamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo. A Comissão tem agido tanto no âmbito preventivo, na formação e disseminação de informação, como no coercitivo, no sentido de provocar os órgãos de repressão para a efetivação desse combate. Tem provocado o autorreconhecimento desses trabalhadores como escravizados e buscado alternativas para o não retorno ao TEC. Tentaremos comprovar essas ideias ao longo desta pesquisa.

Justificamos este estudo por uma série de razões. Conforme dados da CPT, de 1995 a 2002, o Pará e o Mato Grosso, regiões em que a base da economia é o agronegócio, foram os

estados onde mais o MTE resgatou pessoas. No caso do Tocantins, há uma variação entre um ano e outro, mas, no período compreendido entre 2003 e 2014, ele ocupou o quinto lugar no *ranking* nacional no número de pessoas libertadas. Em 2010 foi o segundo estado da lista suja², pois 23 fazendas no Tocantins constaram no Cadastro Nacional de Empregadores do MTE (BRASIL, 2014b) identificadas como utilizadoras de trabalho escravo. Essas informações revelam que o TEC está presente no modelo de desenvolvimento do Tocantins, portanto, esse é um assunto importante para a região.

O TEC, colocado em pauta pelos movimentos sociais desde a década de 1970, tem sido um assunto recorrente nos trabalhos científicos brasileiros nos últimos anos. Embora seja um tema bastante estudado nas áreas de História, Ciência Política, Antropologia, Sociologia e Direito, são bem menos frequentes as investigações que unem TEC à Educação.

Há muito se discute a presença do TEC dentro da lógica do capital. Sakamoto (2007), na Pós-Graduação de Ciência Política da PUC São Paulo, por exemplo, dissertou, em sua tese, a relação entre formas não capitalistas e capitalistas de acumulação, articulando a utilização de práticas agrícolas que exigem recursos de alto padrão tecnológico ao lado do TEC, com a finalidade de garantir o acúmulo de capital. Isso barateia os custos da produção agrícola e garante mais competitividade ao mercado de *commodities*.

Trabalharemos essa dimensão em nossa pesquisa, mas partiremos da discussão da acumulação primitiva no Brasil pelo fato do nosso desenvolvimento ser desigual e combinado. Faremos reflexões teóricas incluindo o TEC nessa lógica. Faz parte da história brasileira a acumulação primitiva ao lado de forças produtivas desenvolvidas. O que era o engenho, no período colonial, se não um recurso tecnológico avançado ao lado de um trabalhador escravo?

Em outra tese, Figueira (2004), no núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), centrou-se no debate do TEC na modalidade escravidão por dívidas. É importante reafirmarmos que o TEC envolve quatro modalidades: escravidão por dívidas, trabalho forçado, jornada exaustiva e trabalho degradante (BRASIL, 2014d). Figueira fez um estudo aprofundado dos sujeitos que integram essa exploração. Dedicou-se à pesquisa dos trabalhadores escravizados, dos proprietários de terra, dos familiares desses trabalhadores e do aliciador. É um estudo bastante profundo a respeito dos sujeitos que integram a escravidão por dívidas.

² Nome informal dado ao Cadastro Nacional de empregadores. Lista anual criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego indicando os imóveis, proprietários e quantidade de trabalhadores resgatados, resultado das operações do GEFM deste Ministério. Atualmente, está suspensa por uma decisão proferida no Supremo Tribunal Federal.

Essas teses não têm debatido as ações de combate dos movimentos sociais referentes ao TEC e às políticas públicas conquistadas pela luta dessas organizações como processos educativos que elevam a consciência da classe trabalhadora escravizada.

Gramsci (1987) interessou-se em identificar como uma classe social se torna hegemônica. Chegou ao resultado do conceito de Estado Ampliado, em que essa dominação se daria tanto pela Sociedade Política, ou seja, pelos aparelhos de Estado, como pela Sociedade Civil através da formação do consenso. A produção da hegemonia tem como função a construção de um senso comum capaz de convencer as pessoas a agirem conforme o pensamento da classe dominante. Afinal, não é sempre que o caminho da força é eficiente no sistema de dominação. Os trabalhadores formulariam opiniões sobre o mundo e juízos de valor a partir das ideias da classe hegemônica. Gramsci (1987) buscou identificar como a classe trabalhadora poderia se apropriar dos aparelhos hegemônicos na perspectiva de forjar uma contra-hegemonia.

No presente trabalho, tentamos detectar situações que possibilitaram a elevação dos níveis de consciência dos trabalhadores rurais escravizados. Objetivamos também compreender como um trabalhador, humilhado por meio de relações alienadas, contrapõe-se às suas condições de trabalho, inclusive, denunciando-as. A denúncia é produto da consciência de que as relações trabalhistas não estão corretas, de que há algo errado nelas. Ela não é somente um instrumento para que o poder público possa realizar as fiscalizações, mas é uma importante forma de luta. Ela é fundamental para o exercício de direitos humanos, porque provoca a fiscalização do Estado e o pagamento de direitos trabalhistas. A denúncia também é importante para a atuação dos movimentos sociais, pois é através dela que as organizações se mobilizam, mostrando que são necessárias ações de combate e de prevenção ao Trabalho Escravo Contemporâneo.

A compreensão dos processos formativos, que contribuam com a criação de condições capazes de levar os trabalhadores escravizados a denunciar essa situação, pode ser um relevante instrumento para ampliar o entendimento sobre como se forma a consciência dos trabalhadores rurais. Um ponto fundamental desta tese é a investigação de processos educativos que antes não eram assim identificados e aos quais foi dedicada pouca análise. Quando refletimos acerca das ações da CPT, das decisões judiciais, das fiscalizações dos auditores fiscais, do papel do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, como processos educativos, estamos revelando a importância de um olhar para espaços informais de educação. Esses trabalhadores escravizados se formam e se transformam por meio das relações que constroem com esses diversos sujeitos.

Gostaríamos de ressaltar que essa problemática surgiu a partir de diálogo que fizemos junto aos movimentos sociais. Esta pesquisadora, nascida no nordeste, mudou-se para o Tocantins em 2008, quando foi aprovada no concurso para professor efetivo, no Curso de Direito, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Logo após a sua chegada, começou a indagar aos movimentos sociais locais em quais questões a produção científica poderia auxiliar. O TEC foi apontado como um dos grandes problemas locais. Juntamente com esses movimentos, iniciamos uma investigação que, pouco depois, resultou na formação de um grupo de pesquisa, nessa universidade, dedicado à discussão do Trabalho Escravo Contemporâneo. A partir da constatação de que o estudo desta questão na área Jurídica era insuficiente, buscamos aprofundar este debate trazendo-o para o âmbito da Educação.

É a partir desse contexto que vem a intrínseca relação deste trabalho com a Linha de Pesquisa Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Brasília.

O conceito de Educação do Campo somente pode ser compreendido pelo seu movimento no real. A própria denominação Educação do Campo, em contraposição a uma educação rural, estabelece o seu caráter de especificidade a partir de que lugar se está falando. A Educação do Campo é um fenômeno que vem ocorrendo na realidade brasileira, protagonizado por trabalhadores e trabalhadoras do campo que visam incidir sobre a política de educação que representa os interesses sociais das comunidades camponesas (CALDART, 2012). Como integrante do movimento do real, ela está inserida em um conjunto de confrontos e contradições que são importantes de serem entendidas.

A Educação do Campo não pode ser compreendida sem a interação dialética entre Campo, Educação e Política Pública (CALDART *et al*, 2012). No eixo campo, é o confronto entre agronegócio e agricultura camponesa, manifestado na contradição capital e trabalho. Não é possível discutir um conceito de educação sem fazer o debate dos modelos de desenvolvimento que querem extinguir o camponês, inserindo-o em um modelo de agricultura que nega a sua independência e objetiva a sua proletarização. Há uma vinculação intrínseca da discussão da Educação do Campo com a Questão Agrária, afinal a Educação do Campo nasceu dessa luta. E esta é uma das ligações com a nossa pesquisa. Estamos discutindo que o trabalhador rural escravizado se educa a partir de suas relações de trabalho.

A agricultura capitalista supõe uniformização e padronização total da produção e do consumo. Essa é a lógica da monocultura e da especialização territorial da produção agrícola (território da soja, da laranja, da cana-de-açúcar). Outra é a lógica da agricultura familiar camponesa que trabalha com a diversificação de culturas e da agrobiodiversidade e exige

visão de totalidade, integração na unidade e relação com o mercado de forma insubordinada, visando melhorias da qualidade de vida das famílias (FONEC, 2012). Essa diferença de visão, associada à relação com a terra, tem consequências no tipo de educação.

Hoje vivemos a hegemonia do agronegócio na realidade brasileira. Difundiu-se a visão de que os processos de Reforma Agrária e os modos de produção dos camponeses não são eficientes. Na América Latina, o agronegócio se caracterizou pela concentração de capitais multinacionais, principalmente no setor de maquinário, insumos químicos e processamento de alimentos, combinado com grandes extensões de terra e exploração do trabalho. Esse modelo gerou a expansão de monocultivos, da especialização da produção, da migração de trabalhadores e camponeses, causando uma mudança significativa na estrutura fundiária e na forma de uso da terra em vários países (MENDONÇA, 2013). Atualmente, a lógica da agricultura une capitalismo comercial, financeiro e industrial. Portanto, seus objetivos educacionais são de treinar para a inserção nessa lógica.

Esse modelo de agricultura vem sendo patrocinado por políticas públicas. Passamos um momento de financiamento público a instituições privadas para atendimento de interesses privados. Isso tem dificultado a esfera pública como espaço de disputa de um projeto societário que tenha a formação humana na perspectiva emancipatória. (CALDART *et al*, 2012). Neste século, o espaço de disputa entre concepções de educação e de rumos da política tem diminuído pelo fato de o Estado instituir o movimento dos empresários com o interlocutor e o parceiro principal no chamado Compromisso Todos pela Educação. É nessa disputa de concepções que se localiza o debate da Educação do Campo. É o confronto com a educação rural, com base na contradição entre Pedagogia do trabalho, *versus* Pedagogia do capital. Há uma disputa de projetos educativos e pedagógicos de sociedade e de humanidade. É o embate sobre qual forma educativa fortalece os camponeses que dá sustentação às compreensões dos processos formativos refletivos pela Educação do Campo.

A luta dos trabalhadores pela manutenção e conquista de seus direitos ao conhecimento e à escolarização é parte das estratégias de resistência na terra e de garantia de sua reprodução social a partir do trabalho no campo. O avanço do direito à Educação do Campo está atrelado ao direito à terra (FONEC, 2012).

No eixo da política pública, o confronto é entre os direitos humanos, que somente podem ser definidos no espaço público, e as relações sociais, que são firmadas na propriedade privada protegida pelo Estado. O confronto não é lutar por políticas públicas, pois isso é a luta contra a lógica do mercado, mas é quem vai construí-las e a quais interesse elas atenderão (CALDART *et al*, 2012). Por isso, o debate da Educação do Campo envolve reflexão sobre as

relações no movimento do real, porque ela parte de pressupostos políticos e de tomada de posição em relação aos confrontos e tradições.

Com esse debate, Roseli Caldart (2012) estabelece quais seriam as características desse projeto de educação. Um primeiro ponto é uma educação construída por trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, ou os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (CALDART, 2012). Visão que ficou firmada no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Estabelece esse Decreto que a Educação do Campo é aquela destinada às populações do campo, e em seu artigo 1º§1º, essa legislação delinea que dentre as populações do campo estão os trabalhadores assalariados rurais e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2014v). São esses os sujeitos que fazem parte do objeto desta pesquisa.

Por sua lógica de luta social sempre estar associada à luta pela Reforma Agrária, pela soberania alimentar, pelo direito ao trabalho, à cultura e ao território, a Educação do Campo tem especificidades, mas há uma ligação com as contradições sociais mais amplas. Seus desafios continuam sendo práticos, pois ela nasceu da prática. Molina (2013) revela que o objetivo dessa educação é contribuir com a formação crítica dos educandos para que tenham condições de compreender os modelos de desenvolvimento do campo em disputa, como parte integrante da totalidade maior da disputa de projetos societários distintos entre a classe trabalhadora e a capitalista.

Nossa investigação tem muita relação com o debate que a Educação do Campo promove, principalmente por aliar formação humana com a produção material da existência. As conquistas do movimento pela Educação do Campo ainda revelam a construção da política pública como instrumento contra-hegemônico para a formação de uma nova cultura. A atuação dos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), através de educação em espaços informais e formais, também tem sido um caminho de luta nesse sentido. O próprio surgimento da CPT, em 1975, foi resultado de um grupo da Igreja Católica que sentiu a necessidade de elevar a consciência da classe trabalhadora para juntos transformarem a realidade. E esse compromisso tornou-se símbolo por ser uma campanha permanente da CPT na luta contra o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC).

A contribuição deste estudo é a indicação de processos educativos de formação dos trabalhadores rurais, como a construção das políticas públicas para elevação do seu nível de consciência. À medida que a CPT luta pelas fiscalizações nas fazendas, cobra atuação dos

Poderes Judiciário e Executivo, e isso repercute nas relações sociais, estão sendo criados novos processos educativos. Nesse sentido, os agentes dessa Comissão, além de realizar suas próprias formações com os trabalhadores e trabalhadoras, também estimulam o aprendizado através da cobrança de políticas públicas. Importante ressaltarmos que esse trabalho de combate ao TEC, realizado pelos agentes da CPT, está aliado ao processo de Reforma Agrária.

O método utilizado neste trabalho foi o Materialismo Histórico e Dialético. Nesse método, o materialismo parte do ponto de que a realidade é objetiva, portanto, existe independente de nossa consciência (TRIVIÑOS, 2010). Marx analisa que nessa realidade todo ser humano necessita produzir para sobreviver, nessa produção ele engendra um conjunto de relações sociais que são determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. Sobre essa forma de produzir emerge uma superestrutura jurídica e política para atender esse aparato (MARX, 1986).

O Materialismo Histórico e Dialético defende que o conhecimento é determinado historicamente, mas também consegue apreender da história leis que identificam o seu movimento. Cada modo de produção tem suas próprias regras. Há na história um movimento que é dialético, mas há relações permanentes. Conclusões como: a história é a história da luta de classes (ENGELS; MARX, 1990); aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção (MARX, ENGELS, 2001) são características permanentes, mas dialéticas dentro de cada modo de produção.

É captando esse movimento dialético da história que vamos discutir o conceito de trabalho escravo. Para isso, faremos um debate da presença de outros modos de produção dentro do modo de produção capitalista, mostrando que não há uma contradição insolúvel, esse é um movimento da história a partir da luta de classes. A totalidade é outra categoria central do método. É ela que possibilita sairmos da aparência do mundo, como um conjunto de fatos desordenados, e compreendermos que, na verdade, há uma ordem dentro desses fatos. O objeto é formado por partes que se relacionam de forma dialética. É preciso captar esse movimento.

Quando Ivo Tonet discute a totalidade, defende que nada poder ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, só emerge na medida em que for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo. Ou seja, é preciso captar o processo através do qual vai se constituindo a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, o modo como se relacionam o todo e as partes (TONET, 2013).

Quando estamos falando da formação da consciência do trabalhador rural escravizado, é preciso analisar os vários sujeitos que vão influenciar nessa formação e a relação dessas influências com as ações da CPT. Assim, analisamos a ideia dos juízes, dos procuradores, dos auditores fiscais, dos próprios trabalhadores, dos membros da CPT, de integrantes da Sociedade Civil, captando o movimento dessas partes, buscando compreender como a ideia por elas defendida se relaciona com a formação da consciência do trabalhador, e sua ligação com a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e entrevistas. Na pesquisa bibliográfica, além de todo o arcabouço teórico utilizado, analisamos os Cadernos Conflitos no Campo, de 1985 a 2013. É nessas publicações que a CPT revela os dados que ela levanta durante o ano a respeito dos conflitos no campo. As relações de trabalho são um desses enfoques. Tivemos acesso, ainda, à base de informações da CPT Araguaia/TO sobre várias problemáticas referentes ao trabalho escravo naquele estado. Foi bem importante, porque tivemos acesso a dados que não são publicados nos Cadernos, como, por exemplo, o número de trabalhadores libertados por municípios.

Quanto à pesquisa documental, analisamos: um relatório de atividades da CPT, de 2013; 55 processos criminais da Justiça Federal do Tocantins, integralmente; 01 decisão judicial, desta mesma unidade do Poder Judiciário; 03 sentenças do Supremo Tribunal Federal (STF); 23 relatórios do MTE/TO, todos referentes ao crime previsto no artigo 149 do CPB; além de vários documentos da Igreja Católica, que nos revelaram seus posicionamentos relacionados com a Questão Agrária.

Na observação participante, foram três atos, dois referentes à semana de comemoração de combate ao TEC, no Tocantins, e uma formação sobre TEC com a juventude missionária católica. Em relação aos dois primeiros atos, analisamos uma ação de panfletagem e informação sobre o TEC, que foi organizada pelos agentes da CPT junto com um grupo de dança, e um de capoeira, localizados na cidade de Araguaína, sede desta pastoral, Araguaia-TO, sujeito estudado nesta pesquisa. E uma caminhada realizada na cidade de Nova Olinda-TO, organizada pelos agentes da CPT e pelos agentes de saúde do município. Dessas observações surgiram diversas entrevistas, que vamos detalhar nos capítulos 4 e 5.

As entrevistas semiestruturadas, com os roteiros em apêndice nesta tese, foram realizadas com os seguintes sujeitos: 10 trabalhadores rurais que foram escravizados; o coordenador nacional de combate ao TEC na CPT; um professor de capoeira; dois agentes de saúde; uma secretária de saúde do município; um magistrado; três auditores fiscais do

MTE/TO; além de ter o roteiro de entrevista respondido por escrito pelo advogado da CPT Araguaia- TO.

Gostaríamos ainda de fazer alguns esclarecimentos referentes aos dados que foram advindos desta investigação. Primeiramente, esta pequena exposição da metodologia é uma síntese do que será analisado nos capítulos 4 e 5 desta tese, já que ela é muito longa e não haveria espaço na introdução para seu detalhamento. Outra questão é que, em vários momentos não há esclarecimentos sobre quem são os trabalhadores, como chegamos até os seus nomes, nem há indicações dos assentamentos por onde investigamos. Pelo TEC envolver muita violência física e moral, por muitos desses trabalhadores ainda morarem na região onde foram escravizados, preferimos não detalhar e nem informar vários aspectos dos dados com o objetivo de não haver identificação desses trabalhadores e trabalhadoras. Ainda, gostaríamos de esclarecer que nas citações referentes a documentos de internet, preferimos utilizar a data de consulta da fonte na rede, pois há casos, como as legislações, que não é possível saber a data precisa de sua publicação nesta ferramenta.

Através desta pesquisa foi possível concluir que as ações desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra na Sociedade Civil e Política, associadas às políticas públicas, muitas delas resultado de sua luta, elevam o nível de consciência dos trabalhadores rurais escravizados. Através da construção de uma rede de informações sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo, de uma articulação com os órgãos públicos e da luta pela Reforma Agrária, tem sido possível a criação de uma nova cultura sobre essa indignidade. Os trabalhadores têm reconhecido que já foram escravizados e que suas condições de trabalho eram e são uma injustiça. Esse reconhecimento tem impulsionado ações de resistência, como reclamações aos empregadores, fugas e denúncias, com a consciência de que a relação empregatícia não é um caminho para a liberdade.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro, faremos um debate sobre a ligação entre o modo de produção e as relações de trabalho para refletirmos, a partir da história da região norte e do Tocantins, o elo do TEC com o modelo de desenvolvimento. No segundo capítulo, faremos uma análise das divergências na Igreja Católica a respeito de sua compreensão e reação diante da opressão, refletindo como se deu o surgimento da CPT e como esta compreende o TEC. No terceiro, apresentaremos reflexões teóricas a respeito das ideias de Gramsci sobre a construção de uma nova cultura, além de refletirmos a Igreja Católica como aparelho hegemônico da classe dominante. No quarto e no quinto capítulos, iremos analisar as informações colhidas na pesquisa bibliográfica, de campo e documental. Mais especificamente, no capítulo 4, analisaremos os dados publicados nos Cadernos

Conflitos no Campo, referentes aos conflitos trabalhistas, realizando um panorama nacional e tocaninense da realidade do Trabalho Escravo Contemporâneo, como ainda iremos analisar o trabalho de formação que os agentes da CPT vêm realizando com grupos e com os próprios trabalhadores. No capítulo 5, refletiremos as informações a respeito da CPT na Sociedade Política, analisando sua atuação mediante o Poder Judiciário, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Congresso Nacional e o Executivo.

CAPÍTULO 1

1 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: INSTRUMENTO DE ACÚMULO DO CAPITALISMO

No decorrer deste capítulo será abordada a inter-relação dos modos de produção com as relações de trabalho, explicitando, a partir da história da região norte e do Tocantins, o elo do TEC com o modelo de desenvolvimento.

1.1 O Trabalho escravo a serviço da propriedade privada

Na Ideologia Alemã (MARX, ENGELS, 2001), já há a categorização dos tipos de propriedade e sua relação com a divisão do trabalho. Com a Propriedade Tribal, a produção e a estrutura social se limitavam a uma extensão da família. Depois, a Propriedade Comunal Antiga, resultante da união de várias tribos, formou a cidade. Já havia a propriedade privada, e as relações de produção ocorriam através de cidadãos livres e escravos.

Na Feudal, a produção da vida material estava condicionada à agricultura rudimentar e ao artesanato. No campo, as relações de produção se davam entre o servo, preso à propriedade fundiária e ao senhor; e, nas cidades, entre mestres, oficiais, aprendizes e plebe de jornaleiros, pouca foi a divisão do trabalho.

Na Propriedade Burguesa, o aumento da divisão do trabalho veio com a criação de um intermediador da produção: o comerciante. Isso proporcionou um alargamento comercial que ultrapassou os limites locais. A partir disso, gostaríamos de realizar algumas reflexões, neste capítulo, sobre essa relação entre o modo de produção e o trabalho escravo, no sentido de esclarecermos o objeto dessa pesquisa e refletirmos sobre a organização econômica de uma sociedade e suas relações de trabalho.

Há aproximadamente 40.000 anos surgem os primeiros grupos de seres humanos. A comunidade primitiva era basicamente nômade, com meios de trabalho rudimentares, baixa produtividade, e tinha dificuldades de alimentar o grupo através de caça, pesca e vegetais. (NETTO, 2010). Com a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura surgiram os elementos para sua dissolução. A maior intervenção na natureza por parte do ser humano impeliu-o pela busca do aperfeiçoamento dos meios de produção. Com isso, a produção começou a se configurar como acima das necessidades imediatas das comunidades, gerando o excedente e criando condições para a exploração dos seres humanos.

Essas ideias são bem desenvolvidas por ENGELS (1985), no livro *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Engels diz que este livro, escrito após a morte de Marx, é um testamento deste autor, pois se desdobrou das anotações feitas por ele a respeito da obra de Morgan - *A sociedade antiga* - que discute a organização dos índios iroqueses norte-americanos. A importância da obra de Morgan, para os dois autores, é de ter descoberto e reestabelecido nos seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da nossa escrita, o de ter encontrado nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos a chave para decifrar importantíssimos enigmas a respeito de nós mesmos. Essas reflexões são importantes para compreendermos que o trabalho escravo surgiu para cumprir uma função. Ele tem forte relação com a propriedade privada. Não havia fundamento da permanência do escravo entre as famílias sem o objetivo de produzir o excedente. As reflexões de Engels, a partir das ideias de Morgan, vão nos ajudar a pensar essa questão.

A partir da divisão de Morgan (ENGELS, 1985), a pré-história é formada por três momentos. Primeiramente, pelo Estado Selvagem, onde predomina a apropriação de produtos da natureza prontos para serem utilizados, tais como: os frutos, nozes e raízes, que serviam de alimento. Posteriormente, com a introdução do fogo, os alimentos são cozidos em buracos no chão. Esta maior iniciativa do ser humano veio sendo desenvolvida com a invenção do arco e flecha, que vão possibilitar a prática regular da caça. Segundo, o Estado da Barbárie, onde aparecem atividades mais criativas, como a criação de gado e agricultura. Estas práticas tornaram possível o sedentarismo. Por fim, a civilização. Nesse momento, tivemos a fundição do ferro, que proporcionou a criação de vários instrumentos para serem utilizados na agricultura e na criação de animais. Encontramos a presença do arado de ferro, do machado e da pá, que possibilitou lavrar a terra em larga escala. A partir disso, houve a transformação dos bosques em pastagens e terras cultiváveis, com a fixação de centenas de pessoas em uma mesma região, dando condições do surgimento das gens. A gens é “um grupo que se constitui de uma descendência comum, formando uma comunidade particular” (ENGELS, 1985, p. 155). Portanto, começamos a nos reunir a partir da família, tendo por base a consanguinidade. Até esse momento, a base da organização era a propriedade coletiva, apesar de cada gen já delimitar sua propriedade.

O surgimento do Estado vem junto com o desmoronamento da comunidade gentílica. Os atenienses já estavam iniciando o período de civilização, diferente dos iroqueses que permaneciam no período bárbaro, mas muitas das instituições gentílicas ainda existiam em sua organização. Neste período, a produção se realizava dentro de limites, mas aquilo que se produzia era consumido pelos donos. O comércio individual e a transformação dos produtos

em mercadorias deram origem à propriedade privada das terras e dos rebanhos. Assim, os produtores deixaram de consumir diretamente seus produtos, desfazendo-se deles. O objetivo da produção não era mais a satisfação das necessidades, mas a comercialização, produção para aquisição da propriedade privada.

Foram essas condições que direcionaram para a utilização da mão de obra escrava. A exploração humana, nesse patamar, trazia vantagens no acúmulo do excedente, porque até então os escravos presos eram liberados. A utilização dessas relações trabalhistas ocorre substancialmente entre os atenienses. Os índios iroqueses somente chegaram à fase da civilização quando entraram em contato com os europeus, até então eles viviam na barbárie ou na fase selvagem.

Os membros das gens eram reunidos em fratrias e tribos. Cada fratria era uma reunião de gens. Entre os iroqueses as fratrias tinha função social e religiosa. A união dessas fratrias se configurava em uma tribo. Entre os gregos, essa tribo se organizava a partir destes órgãos: o Conselho, responsável por tomar decisões importantes, era formado pelos chefes das gens. Entretanto, com o aumento da população e o crescimento significativo do número de chefes, os componentes passaram a ser eleitos, dando margem à concentração de poder. Mais tarde, o Conselho se tornou o Senado. Ainda havia a ágora, ou assembleia do povo, que somente poderia ser convocada pelo Conselho. Neste espaço, homens e mulheres podiam participar, embora nem todos tivessem palavra. As decisões eram tomadas por votações públicas, levantando-se as mãos.

Como consequência da compra e venda de terras, e da crescente divisão do trabalho entre agricultura e ofícios manuais, comércio e navegação, logo se confundiram os membros das gens, fratrias e tribos. Fixaram-se residentes que não tinham relação consanguínea com a gens das tribos. Isso causou um desequilíbrio na organização gentílica, ocasionando mudanças. A principal delas foi a criação de uma administração central. Assuntos que eram resolvidos nas tribos ou nas fratrias passaram a ser encaminhados para o Conselho Geral, cuja sede era em Atenas. Depois houve a divisão do povo em três classes: os eupátridas ou nobres; os geomoros ou agricultores; e os demiurgos ou artesãos. Aos nobres foi garantida a exclusividade das funções públicas. Essa divisão teve uma importância grande para a consolidação de posições privilegiadas.

[...] começa a se formar, fora das suas gens, uma classe privilegiada especial; isso demonstra que a divisão de trabalho entre camponeses e artesãos tinha se tornado suficientemente forte para que se disputasse a primazia em importância social à antiga divisão em gens e tribos. É a proclamação nítida

do inconciliável antagonismo entre a sociedade gentílica e o Estado, o primeiro sintoma da formação do Estado consiste na destruição dos laços gentílicos, dividindo os membros de cada gens em privilegiados e não privilegiados, e dividindo esta última em duas classes, segundo os seus ofícios e opondo-os uma à outra (ENGELS, 1985, p. 157).

Diante dessa realidade, a população foi dividida quanto às suas ocupações e aos seus interesses. Cresceu muito o número de escravos. As gens desconheciam escravos e, portanto, não sabiam manter, sob o seu jugo, uma massa de pessoas não livres. Até por que não tinham nenhuma serventia que ficassem aprisionados. O comércio atraiu muitos estrangeiros com objetivos lucrativos. Todas essas mudanças não comportavam a organização gentílica. Como organizar a participação desses estrangeiros se a comunidade gentílica era baseada no parentesco? Havia a necessidade dos escravos para corresponder a todos esses interesses. “O trabalho escravo aparece quando as tarefas começam a ser cada vez mais diferenciadas e torna-se possível acumular excedentes” (PÈTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 61).

1.1.1 O Trabalho Escravo no mundo grego

Para compreendermos essa forma de organização social, predominante na antiguidade ocidental, é preciso olhar para a *pólis* grega. A Antiguidade greco-romana centralizou-se nas cidades. Foi de alto nível a qualidade de produção que se chegou à filosofia, ciência, história, à economia, ao direito, voto, debate e etc. Mas o contraponto disso é que quem sustentava toda a riqueza material e intelectual da cidade era a produção dos escravos no campo. A agricultura representou, através de sua história, o setor predominante de produção, fornecendo as principais fortunas das cidades. Por isso a necessidade de transporte para áreas tão distantes. A produção feita no campo precisava ser transportada para as cidades. A Antiguidade greco-romana era predominantemente costeira, o transporte marítimo era o único meio viável para a troca de mercadorias, daí termos uma localização bem exata dessas trocas: o mar mediterrâneo proporcionou esse encontro entre campo e cidade, articulando a velocidade do transporte com a proteção terrestre dos ventos. Mas essa riqueza foi possível devido ao fato de que o escravo se tornou mercadoria.

O modo de produção escravista foi invenção do mundo greco-romano. Como vimos, o trabalho escravo veio a existir com a dissolução das comunidades gentílicas, mas isso ainda de forma excepcional. O que os gregos fizeram foi torná-lo instrumento de acumulação de excedente de forma generalizada. É importante salientarmos que Anderson (2007, p. 22) chama a atenção de que a escravidão não era vigorante em toda a Antiguidade, na verdade, ela

se concentrava em algumas cidades gregas, e depois foi perpetrada por Roma. O mundo antigo nunca foi ubiquamente marcado pelas relações escravistas, mas nas suas épocas clássicas, na Grécia, séculos V e VI A.C., e em Roma, II A.C. a II D.C., esse tipo de trabalho foi maciço e generalizado. O escravo era utilizado pelo Estado na manufatura, na agricultura, na indústria e nos serviços domésticos.

A questão é a relação da importância dessa mão de obra para a produção da riqueza. No mundo antigo, ela era a base da produção da riqueza material na Grécia e em Roma. As monarquias pré-helênicas não se baseavam no trabalho escravo e seus sistemas jurídicos não tinham nitidez sobre a regulação da propriedade de bens móveis. Foram algumas cidades-estados gregas que tornaram a escravidão absoluta na forma e dominante na extensão. Transformaram-na de um sistema auxiliar para um modo sistemático de produção.

Foi essa maneira de produzir que garantiu a própria democracia grega. Através de uma classe sem liberdade a outra pode exercer sua cidadania. O trabalho escravo incorporava dois atributos contraditórios: por um lado, simbolizava a degradação do trabalho, a conversão de seres humanos em meios inertes de produção, já que eles eram propriedade do senhor. Na teoria romana, o escravo da agricultura estaria um grau acima da vaca. Era a total redução da individualidade do trabalhador a um objeto padronizado de compra e venda. Por outro lado, ele sustentava a riqueza e o conforto da classe urbana através da produção do amplo excedente. O trabalho agrário sustentava as cidades.

A ruptura das comunidades gentílicas ocorreu por volta de 650 a 510 A.C. e junto com ela adveio a dominação dos tiranos. Eram proprietários de terra mais novos e riqueza mais recente. Foi através da tirania que se passou à *pólis* como centro da produção intelectual. Entre os séculos VII e VI A.C. houve uma intensificação na cultura de vinho e de oliveiras, proporcionando à Grécia um período importante de acumulação através de intercâmbios comerciais na zona do mediterrâneo (ANDERSON, 2007, p. 30-31). Isso fez surgir uma classe de proprietários agrários recentemente enriquecidos. Esses novos ricos passaram a ter prestígio na cidade, com vitórias a partir de manipulação dos interesses das classes populares. As tiranias foram fases intermediárias que prepararam a vinda da *pólis* helênica.

Para consolidar-se, a Grécia Antiga trouxe o trabalho escravo como bem móvel em massa. Comunidades camponesas puderam congregarem-se em cidades, mas elas não poderiam ser uma civilização cidadina sem a produção do *superávit* através das relações escravistas. A escravidão foi fundamental para a civilização grega no sentido de que ela tornou possível o ócio das classes sociais em Atenas e Esparta. Se o trabalho livre não tivesse sido abolido isso teria desviado as atividades intelectuais de Grécia para o trabalho dos escravos. Sua utilização

tornou-se generalizada a ponto de os mais humildes artesãos ou pequenos agricultores poderem possuí-los.

Foi a utilização desses escravos na mineração, na agricultura e na manufatura que permitiu o florescer da civilização grega. Através da transformação do escravo em mercadoria é que a *pólis* grega foi possível. Atenas foi uma das cidades que se destacou. Primeiramente, por possuir ricas minas de prata, lavradas por um grande número de escravos, o que permitiu o financiamento da construção da frota ateniense. Ainda ela tornou possível a utilização de moeda. A superioridade monetária e naval deu margem ao imperialismo ateniense, promovendo a democracia. Tudo isso através do trabalho escravo.

A ascensão do poder ateniense no mar Egeu criou uma ordem política cuja função real era a de coordenar e explorar costas e ilhas já urbanizadas através de um sistema de tributo monetário cobrado para a manutenção de uma marinha permanente, instrumento principal do domínio ateniense. Em 454, o tesouro central da Liga de Delos, criado originalmente para quem combateu a Pérsia, foi transferido para Atenas. A partir daí várias construções são realizadas na cidade, entre elas destaca-se o Parthenon (ANDERSON, 2007, p. 41).

A proliferação de cidades gregas foi acompanhada de um impulso nos negócios internacionais e na prosperidade comercial. Mas o modelo do trabalho escravo não é absorvido pelas demais cidades. As conquistas de Alexandre não foram acompanhadas de escravização em massa, por isso, elas não chegaram a se espalhar pelo Oriente rural. Seus sistemas agrícolas tradicionais eram baseados em proprietários, rendeiros dependentes e camponeses. O trabalho escravo rural nunca havia sido economicamente importante.

Roma levou o escravo como base central de sua economia, mas de uma forma mais ampla que a grega. A ascensão de Roma marcou o ciclo de expansão imperial urbana, que reassentava não somente um deslocamento geográfico para a Itália, mas um desenvolvimento do modo de produção escravista. A grande inovação romana foi a introdução do latifúndio escravo em larga escala. A agricultura grega empregava o escravo de forma generalizada, mas confinada a pequenas áreas, com uma população escassa, pois a civilização grega sempre permaneceu costeira e insular, além de as propriedades cultivadas serem entre 12 e 24 hectares (ANDERSON, 2007, p. 57).

Foi a República Romana que primeiro uniu a grande propriedade agrícola com o trabalho escravo de grupos no interior em maior escala. Isso ocorreu devido a alguns fatores: primeiramente, a expansão do poder romano foi organizada por uma aristocracia urbana que já gozava de amplo domínio; depois, as presenças das guerras fragilizaram os camponeses. As guerras constantes envolviam mobilização incessante, os cidadãos eram chamados aos

milhares para participarem das legiões. Quando não morriam, ficavam incapazes de tocarem suas propriedades, absorvidas pela nobreza. Eram essas mesmas guerras fontes de obtenção dos escravos.

Anderson (2007) mostra que uma característica importante deste modo de produção era o seu pouco avanço tecnológico. O autor chama a atenção para o fato de nenhum modo de produção estar desprovido de progresso material em sua fase ascendente, e o escravista tinha pouco avanço tecnológico. Podem-se citar culturas mais lucrativas de vinho, a introdução de moinhos rotativos para cereais e a melhoria na qualidade do pão, mas não ocorreram grandes invenções que impulsionassem a economia grega e o desenvolvimento das forças produtivas. Anderson (2007) defende que havia uma contradição entre a vitalidade cultural e superestrutural do mundo antigo grego e sua pouca infraestrutura. Uma vez tonando-se o trabalho manual profundamente associado à perda da liberdade, não havia muito espaço para a livre imaginação. Isso demonstra bem a distância entre trabalho manual e intelectual. Apesar da produtividade de ambos não serem diferentes, os gregos repudiavam o trabalho manual.

A análise das Comunidades Primitiva e Antiga permitiu-nos perceber o trabalho escravo como alicerce da produção de riquezas, e como o surgimento e a expansão desse trabalho estão associados à propriedade privada. Hoje não vivemos esse tipo de organização social, mas o TEC é utilizado dentro de outro modo de produção hegemônico com o objetivo de acumular riqueza. Dentro de uma análise dialética da história, esses modos de produção predominantes convivem com outras formas anteriores e, até, como revela Sakamoto (2007), eles necessitam delas para sua reprodução. Foi assim quando a Europa começou a utilizar o trabalho escravo na colonização, dando surgimento ao trabalho escravo moderno. O modo de produção escravista tem uma delimitação histórica e precisa na dissolução das comunidades gentílicas, quando surge a propriedade privada, tendo sua expansão na Antiguidade Greco-romana. Somente a partir desta sociedade é que haveria condições e necessidades do surgimento do trabalho escravo para a produção do excedente. Mas ela ressurgiu com forças na colonização no século XVI. Não da mesma forma, mas com suas especificidades, assim ocorre no modo de produção capitalista brasileiro que temos hoje. Nele predomina o trabalho assalariado; mas a utilização do TEC é feita como instrumento de expansão do capital. Essas complexidades fazem parte da história brasileira, discussão que faremos a seguir.

1.2 *Desenvolvimento desigual e combinado*

Gorender (1992) defende que o modo de produção colonial brasileiro era o da plantagem escravista. A primeira característica dessa organização social foi o direcionamento mercantil desta produção. Não se preocupava em fornecer produtos para o consumo imediato, mas em função das necessidades do mercado. Todavia, é possível encontrar, junto a estas grandes produções, outros produtos agrícolas complementares. A colônia viveu essa dualidade de abastecer seu mercado interno e produzir para o mercado mundial.

A característica de que a plantagem implica a produção em grande quantidade, transformada para o mercado e transportada para longas distâncias, requer instalações e instrumentos especiais e todo um ciclo complexo de operações. O caso típico é do açúcar, que já chegava à Europa pronto para o consumo. Essa produção, de certa forma complexa, implicou uma ampla divisão de trabalho, tanto do ponto de vista quantitativo, pelo fato de vários grupos realizarem a mesma tarefa, como qualitativo, pela diversidade dos trabalhos. Havia a moagem, sucessivos cozimentos, purificações, purgas, cristalização, secagem e prensagem. Além de toda essa divisão de trabalho na fabricação, havia ainda o processo de transporte.

O engenho era caracterizado por uma produção sofisticada, não possuía ainda os dois conteúdos básicos da fábrica moderna - a mão de obra assalariada e a mecanização - mas estava longe da produção artesanal. À medida que transformava matéria-prima em larga escala, havia uma divisão de trabalho bastante acentuada quanto à qualidade e quantidade. Prado Júnior (1994) ressalta que o Engenho era uma verdadeira indústria. A forma como a organização para a implementação dessa indústria se deu foi pelo sentido da colonização.

Esse autor destaca que o Brasil nasceu monocultor, latifundiário e escravocrata, pelo fato de que o sentido da colonização portuguesa foi explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Esse tipo de organização é consequência natural e necessária desse sentido da colonização. Colaborou para surgirmos como grande propriedade o fato do nosso colonizador ser um empresário. Pela experiência de Portugal, segue Prado Júnior (1994), já adquirida da colonização dos trópicos e dos processos adotados neles, estabelece-se aqui a *plantation*: grande propriedade de terra trabalhada pelos escravos. A monocultura está correlata à grande propriedade e ao fato da agricultura servir como produção de certos gêneros de grande valor comercial e altamente lucrativos. O trabalho escravo moderno foi o instrumento humano para isto.

A disposição de classes e categorias da população, o estatuto particular de cada um dos indivíduos que a compõem, o conjunto de relações sociais, vão se originar dessa organização econômica (PRADO JÚNIOR, 1967). Portanto, o trabalho escravo moderno foi o resultado da necessidade de atender aos interesses internacionais e o caminho escolhido para o acúmulo de capital. Ele não foi uma exceção, ele foi um instrumento, utilizado naquele momento histórico, para o acúmulo de capital.

Oliveira (1985) mostra a necessidade de compreendermos a lógica do sistema implementado no período colonial para entendermos essa forma de organização. É preciso compreender a articulação das relações de produção para desvendar a lógica do sistema. É preciso descobrir a relação social de produção que articula o conjunto de relações em uma dada formação social.

Quando os portugueses chegaram aqui precisaram integrar o Brasil ao sistema econômico mundial através da produção de mercadorias, que não era realizado pelos índios. O objetivo da empresa colonial foi essa produção. Devido às características do solo e do clima, e a experiência dos portugueses nas ilhas do Atlântico, o açúcar era a mercadoria que encontrava condições de cultivo. Entretanto, faltava a força de trabalho. O trabalho escravo foi o meio encontrado para levar a produção de açúcar a custos baixos com a geração de altos lucros.

O objetivo da colonização foi atender à lógica do capitalismo. Era uma formação capitalista em base de relações sociais pré-capitalistas, pois tínhamos o escravo e a relação senhor e camponês. Todavia, isso não pode ser analisado somente a partir das relações internas. Oliveira (1985) lembra que a economia brasileira era integrante do sistema econômico mundial, cujo centro, até o final do século XIX, era a Europa. Somente podemos entender o sistema brasileiro como elemento desse sistema mundial. Por outro lado, apesar de aquele ser parte deste, não significa que deva reproduzi-lo completamente. A diversidade de formas de organização do processo de trabalho, no interior de uma sociedade, condiz com as condições particulares de produção de cada parte desse sistema. A produção econômica é, portanto, determinada pelo exterior, pelos interesses comerciais da metrópole, e isso não somente em sua gênese, mas também no decorrer de seu funcionamento. A produção era determinada pelo sistema econômico mundial europeu de base capitalista, do qual o Brasil fazia parte como área periférica (OLIVEIRA, 1985, p. 58). O trabalho escravo moderno foi o meio mais eficiente para atender a esses interesses.

Com a independência política pouca coisa referente a isso mudou. A estrutura econômica permaneceu a mesma, fundada na grande lavoura escravista, subordinada ao

capital comercial externo, que deixa de ser português para ser inglês, com a progressiva entrada de outros capitais europeus e norte-americanos. Do ponto de vista estrutural, o período imperial formou um único conjunto com o período colonial, apesar das mudanças ocorridas (OLIVEIRA, 1985).

David Harvey (2013), ao interpretar os debates marxianos sobre a acumulação primitiva, é muito contundente em dizer que os instrumentos de exploração dos trabalhadores que deram origem ao capital não se limitaram a serem utilizados no período pré-capitalista. Eles são usados para expansão do capital em toda a sua geografia histórica. Harvey (2013) analisa que nas estratégias utilizadas pela Europa para realizar a colonização moderna, com o objetivo de expandir o capitalismo em suas terras, houve a expropriação de terras, trabalho escravo, etc. Revela ainda que essas estratégias de acumulação primitiva ainda estão sendo utilizadas hoje. A expropriação das populações rurais e camponesas, a política de exploração colonial e imperialista, o uso dos poderes do Estado para realocar recursos para a classe capitalista, a privatização de terras e de recursos do Estado e o trabalho escravo seguem sendo articulados como estratégias de acumulação.

Não almejamos fazer uma profunda análise do que foi o modo de produção no período colonial brasileiro, objeto já de intenso debate acadêmico. Nosso objetivo é apenas levar à reflexão questões acerca da possibilidade, ou mesmo da necessidade, de certas características de um modo de produção em outro e, com isso, analisar o Trabalho Escravo Contemporâneo. O fato é que nós tínhamos um sistema, de certa forma, sofisticado de produção do açúcar ao lado da utilização de escravos. Uma ampla divisão do trabalho ao lado de uma mão de obra escrava. A história brasileira tem sido, em grande parte, esta mistura de coisas tão diferentes. Foi assim quando conquistamos a independência política e seguimos com o império, com o filho do antigo imperador, além de subsistir o trabalho escravo.

Francisco de Oliveira (2013), quando analisou o nosso subdesenvolvimento, afirmou que somos uma mistura de tantas coisas, uma combinação tão esdrúxula, que nos denominou de ornitorrinco. Em seu livro *Crítica à razão dualista*³, o autor defende que no Brasil o desenvolvimento do capital foi desigual e combinado. A partir da década de 1930 nosso país passou por um novo modo de acumulação. Deixou de haver uma centralização na agricultura para a indústria, mas isso não se deu com rupturas bruscas no processo, e sim com a inserção do arcaico no novo e do novo no arcaico, através do que o autor chama de pacto estrutural.

³ Intitula-o, assim, como uma forma de crítica à visão cepalina do distanciamento entre os setores “atrasados e modernos”.

A partir de 1930 a agricultura começa a sua centralidade. É o fim de uma hegemonia agrário-exportadora para o início da estrutura de base urbano-industrial (OLIVEIRA, 2013). Isso vai ocorrendo, em primeiro lugar, pela regulamentação dos fatores da oferta e da demanda no conjunto da economia. As leis trabalhistas demonstram muito bem esta questão. O autor revela consequências importantes do surgimento do salário mínimo como instrumento de criação do exército de reserva para a indústria. Ao se estabelecer um valor padronizado, por um lado libertou o empresário de um mercado flutuante e, por outro lado, reduziu o preço da força de trabalho. Ao padronizar o salário, converteu-se o preço da força de trabalho de trabalhadores especializados à situação de desqualificados.

Depois, com a intervenção do Estado na esfera econômica, criando a estrutura para a acumulação industrial através de políticas, fixando preços no gasto fiscal com fins reprodutivos, com subsídios nas atividades produtivas e construindo uma infraestrutura de estradas para o desenvolvimento industrial, o Estado transferiu recursos para a atividade industrial, transformando-a em atividade principal.

Mas é na relação indústria e agricultura que observamos mais de perto o ornitorrinco. A agricultura deixa de ser central nos anos pós-30, mas não perde sua importância. Na verdade, ela vai ser fundamental para a acumulação capitalista. A agricultura será responsável pela produção do consumo interno, atendendo às necessidades básicas de alimentação dos trabalhadores e ao fornecimento de matérias-primas para a indústria, para não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial. Com isso foi impedido o aumento nos custos de reprodução da força de trabalho urbana e ainda se possibilitou a formação de um proletariado rural, porque a base das atividades agrícolas era a expropriação da propriedade e da produção de excedente. Tanto os trabalhadores foram perdendo suas terras como aquilo que produzem é passado aos proprietários. Uma combinação entre larga oferta de mão de obra e de terras proporciona uma acumulação primitiva. Com isso, o autor conclui:

Se é verdade que a criação do ‘novo mercado urbano-industrial’ exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado, é também verdade, que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu as atividades agrícolas manterem seu padrão primitivo, baseadas em uma alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 30).

Portanto, a agricultura fornece contingente populacional para as cidades, alimento, matéria-prima e aumento do acúmulo do capital através de uma acumulação primitiva, fortalecendo a indústria através de um baixo custo na reprodução da força de trabalho. Por

outro lado, a indústria estabelece na agricultura novas relações de produção, através de um proletariado rural. É a partir disso que Oliveira (2013) conclui que vai haver um pacto estrutural entre o crescimento industrial e o agrícola.

Até 1930, os proprietários rurais eram hegemônicos no sentido de manter o controle das relações externas da economia. Com o colapso dessas relações, em virtude das guerras mundiais, essa hegemonia decaiu. Então, seria necessário encontrar outro caminho para a expansão do capital no Brasil, daí o investimento na indústria. Essa mudança no acúmulo do capital foi feita através de um pacto de classes. A burguesia industrial passa a ser central, sem excluir os proprietários rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão capitalista. E nisso, Oliveira (2013) aponta que esta expansão no Brasil ocorreu sem a destruição por completo do modo de acumulação anterior. É o novo no arcaico e o arcaico no novo. Portanto, é marcante na história brasileira a mistura de modos de produção e pacto de classes que nos transforma nesse ornitorrinco.

1.3 Realidade Amazônica: modelo de desenvolvimento baseado no Trabalho Escravo Contemporâneo

A realidade demonstrada no item anterior não foge aos projetos de ocupação da Amazônia, que será aqui retratada, pelo fato do estado do Tocantins estar dentro do que se define por Amazônia legal, conforme a lei nº 1806/1953. O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia segue esta duplicidade: grandes empreendimentos e TEC. É a coexistência do modo de produção capitalista ao lado de práticas de acumulação primitivas.

1.3.1 A Amazônia: extrativismo e relações de trabalho exploradas

Como vimos, Caio Prado Júnior (1994) defende que a colonização brasileira teve como objetivo atender aos interesses de uma grande empresa comercial voltada ao mercado externo. O foco da colonização em todas as regiões foi poder extrair delas o máximo para atender aos seus objetivos lucrativos. Sendo a conjuntura internacional favorável a um produto que a colônia fosse capaz de fornecer, impulsionaria o funcionamento e daria impressão ilusória de prosperidade. Entretanto, bastava que a conjuntura se deslocasse, ou se esgotassem os recursos naturais disponíveis, para que a produção declinasse. Por isso, Prado Júnior (1994) caracterizou a economia colonial brasileira como um organismo meramente produtor e fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclamasse. No caso da

Amazônia, que terá uma organização diferente das outras regiões com sua economia extrativista, se seguirá a mesma lógica.

A infiltração pelo vale Amazônico iniciou-se efetivamente no século XVII (PRADO JÚNIOR, 1967). Os jesuítas tiveram um papel econômico muito importante, pois, coube-lhes a iniciativa de desbravar o imenso território amazônico. As missões constituíram-se em grandes empresas comerciais. Os padres conseguiram que os indígenas construíssem a infraestrutura necessária nas missões e ainda se ocupassem com o trabalho de colheita de produtos da floresta, de caça e de pesca. Os produtos resultados desse trabalho eram exportados gerando dividendos, não somente sustentando-as, como deixando saldos positivos para as ordens de padres e dando-lhes grande poder e importância financeira no século XVIII. Eles acabaram sendo expulsos, pelo governo português, na era do Marquês de Pombal.

Os produtos colhidos na floresta amazônica utilizáveis no comércio eram: cravo, canela, castanha, salsaparrilha e cacau. Não tendo por base a propriedade fundiária, como na agricultura e a mineração, a exploração realizou-se na floresta aberta de forma esporádica, coincidindo com as épocas da coleta através de expedições. Esses traços da colonização amazônica trouxeram instabilidade e incerteza de vida, um complexo problema de assimilação dos indígenas e um parco desenvolvimento econômico se comparada às demais regiões.

1.3.2 Amazônia e os ciclos da borracha

O papel brasileiro de atendimento ao mercado internacional prosseguiu, no século XIX, através da extração do látex das árvores do vale amazônico. Foi um período de muitas transformações na região, por isso, Martinello (1988) pontua que o ciclo da borracha propiciou um período de maior expressão política, cultural e socioeconômica da região amazônica, mas com perdas também acentuadas. Souza (1977) descreve que o comércio da borracha causou inquietudes inéditas, pois as elites não mais se contentariam com uma vida pacata e provinciana. Portanto, a extração da borracha é um marco muito importante na vida da Amazônia, e, por isso, vamos tratá-la aqui.

Martinello (1988) prefere tratar de três períodos da história econômica da borracha: o primeiro vai de 1890 a 1912, onde há uma tendência de crescimento constante; depois de 1912 a 1942, que representa uma queda tanto nos preços como na produção; de 1942 a 1950, caracterizado por uma lenta, embora constante, retomada de preços e de produção devido à instalação das indústrias de base gumífera no Brasil, e a segunda guerra mundial que gerou a

necessidade de produção dessa matéria-prima. Ao longo deste capítulo, procuraremos debater os períodos correspondentes a esses ciclos com os principais objetivos de refletir os modelos de desenvolvimento instalados na Amazônia e as relações de trabalho que vão se estabelecer na região.

1.3.2.1 Primeiro ciclo da borracha

A extração da borracha é atividade de períodos pré-colombianos. Era usada como moeda de escambo e para pagamento de tributos aos astecas, mas havia o problema de que ela se deformava com o calor ou o frio. Esta questão foi resolvida com a técnica de vulcanização, realizada pelo americano Charles Good Year, em 1844 (MARTINELLO, 1988, p. 28). A vulcanização é um preparo da borracha, por meio do enxofre, que a torna inofensiva às variações de temperatura. Com isso, foi possível utilizá-la para as mais diversas funções. No início do século XIX já se observam várias exportações, mas foi com o surgimento do automóvel, em 1895, e a massificação do uso da bicicleta como veículo de transporte, que fizeram acentuar sua importância.

A Amazônia chamava atenção, pois oferecia maior segurança e ampla possibilidade, além de possuir uma quantidade ilimitada de seringueiras. Para atender às demandas internacionais, era necessário expandir a produção. Uma medida inicial para o alargamento dessa produção foi a captação de recursos.

Martinello (1988) levanta que três foram as modalidades de capital externo: o financiamento privado das importações; investimentos diretos ou capital de risco nos serviços urbanos, portos e navegação, estradas de ferro, etc.; e, empréstimos a governos locais. Quanto ao capital privado nacional foi de baixa monta. Tivemos o investimento do Barão de Mauá. Com a fundação do Banco Central do Pará, em 1869, surgiram algumas agências de crédito, mas este investimento era destinado às firmas exportadoras. Todo o comércio de borracha passava pela mão destes agenciadores estrangeiros, que auferiam lucros altíssimos. Os bancos se negavam a financiar a extração da borracha por que representava um risco demasiado grande para as suas garantias.

Uma segunda medida para a expansão da borracha foi o alargamento e a expansão das zonas de produção. Passou-se dos rios próximos a Belém para o Tapajós, depois para o Madeira, Purus e o Juruá, atingindo, dessa forma, o Acre. Este estado teve muita importância nessa produção, pois tinha o maior reservatório natural de seringueiras da Amazônia, com uma qualidade superior do produto (MARTINELLO, 1988).

Uma terceira medida foi a imigração nordestina. Esta região se caracterizou, naquele período, por um desemprego estrutural e por problemas climáticos que impuseram a necessidade de transferência de sua população pelo país. Com isso, houve um crescimento populacional na Amazônia. Em 1879, Manaus tinha 5.000 pessoas, em 1890, já possuía 50.000. Em Belém, onde viviam somente 15.000 pessoas, em 1890 já se contavam 100.000. Em 1832, a população da região norte era de 150.000 pessoas, passando para 333.000, em 1872, e, 700.000 em 1900, chegando, vinte anos mais tarde, a 1.400.000. (MARTINELLO, 1988, p. 41-42). Esses dados têm inteira relação com a produtividade da borracha. O Brasil tinha, em 1878, 100% da produção mundial. Possuía a maior reserva de borracha natural do mundo, impulsionada pelo desenvolvimento da indústria de automóvel. Ao longo dos anos isso foi decrescendo em virtude da produção na África, América Central e Malásia.

A questão foi que, em 1876, Henry Wickman contrabandeou sementes de borracha para o cultivo nas colônias inglesas do oriente. Os ingleses foram os pioneiros na aclimação das sementes e na experimentação da cultura da hévea de forma racional e sistemática. Em 1907, organizou-se em Londres a Rubber Growers Association, enquanto as agências providenciavam captação de recursos nos mercados de capitais da Europa para o desenvolvimento da borracha no sudeste Asiático. Em 1910, a produção do Oriente já atingia 8.200 toneladas. Foi em 1912 que a produção de borracha na Amazônia atingiu 42.386 toneladas. Todavia, esse valor foi superado em 1913, pela produção no oriente que chegou a 54.356 toneladas. E o Brasil 36.232 toneladas. A produção oriental seguiu em um aumento progressivo de produção enquanto se percebe a descida brasileira. Em um período de trinta anos a produção asiática decuplicou-se (MARTINELLO, 1988, p. 124).

Diante disso, ocorreu a perda da supremacia brasileira no âmbito da produção desta cultura. Dentre outros fatores, podemos citar: a produção brasileira prescindia de tecnologia avançada, era um sistema arcaico de produção com baixa produtividade no trabalho; inexistência de pesquisas agronômicas em larga escala, devidamente amparadas pelo poder público; falta de visão empresarial dos brasileiros; carência de mão de obra barata na região; insuficiência de capital financeiro; distância e condições naturais adversas da região.

Como a economia na Amazônia dependia exclusivamente das exportações, o setor entra em uma grande crise com graves consequências. Decretaram-se falências em Manaus e Belém, e a receita destes estados caiu bruscamente.

Acrescido a isso, houve uma disputa interna, os estados do sul e sudeste lutavam pelo poder. Qualquer medida objetiva para salvar a Amazônia afastaria energia a essas outras regiões, que tinham muita potencialidade de desenvolvimento. Além do mais, as exigências

da Amazônia extrapolavam os recursos e limitações estruturais brasileiras. Isso ocasionou uma grande agonia: suicídios, debandadas, famílias inteiras em mudanças, os palacetes abandonados. Os que permaneceram ficaram na miséria (SOUZA, 1977).

Importante ressaltarmos que, em virtude da primeira guerra mundial, apesar de perder sua hegemonia, reduzindo bruscamente sua produção, o Brasil se manteve em uma produção de 36.000 toneladas entre 1914 e 1918. Terminada a guerra, e reforçada a produtividade asiática, o preço da borracha caiu tanto que os seringais brasileiros foram sendo abandonados. Em 1919, a borracha asiática foi responsável por 90% da produção mundial (MARTINELLO, 1988, p. 125-126).

Após a derrocada da borracha, destacou-se a produção de castanha, o aproveitamento de madeiras e oleaginosas e de plantas odoríferas, como o pau rosa, e a exploração de peles e couros. Mas, em 1942, esse ciclo da borracha retornou.

1.3.2.1.1 Trabalho escravo por dívidas: sustentáculo da borracha

A extração da borracha envolvia um feixe de relações: o seringueiro, que trabalhava na extração do látex; o proprietário de fato, ou de direito, do seringal; o aviador, que provia de aviamentos o seringalista; a casa aviadora, e o exportador da borracha. Ianni (1978) ressalta que estaria dentro dessas relações o capital estrangeiro. Foi a indústria da borracha na Europa que comandou o volume e a intensidade da produção da borracha na Amazônia. Na verdade, foi essa indústria que gerou o ciclo da borracha. O produto do trabalho do seringueiro foi apropriado por eles. O seringalista, o aviador e o exportador representavam elos intermediários entre o seringueiro e o capitalista.

O sistema de aviação aparece, nesse momento, como uma forma singular de organização social. A borracha produzida somente poderia ser vendida ao seringalista, este, por outro lado, é quem mantinha o monopólio do fornecimento dos gêneros alimentícios, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, armas, etc. ao seringueiro. A casa aviadora vendia instrumentos de trabalho, armas, utensílios domésticos, roupas e bebidas ao seringalista e dele comprava a borracha. Em seu barracão, o seringalista guardava as mercadorias compradas na casa aviadora. Uma parte delas ficava para ser consumida por ele e por seus familiares, a outra parte ele vendia para o seringueiro. Na verdade, ele adiantava essas mercadorias e abria um crédito, que seria descontado com a produção da borracha. A questão é que o seringueiro raramente conseguia saldar essa dívida. Ele tinha que pagar essas mercadorias com um acréscimo que chegava a mais de cem por cento do valor de mercado.

Não dispondo de dinheiro, e tendo adquirido esses produtos mediante crédito que se abriu no seringal, é a garantia de seu trabalho o instrumento de pagamento. Como nunca conseguia saldar essa dívida, permanecia no seringal sem perspectiva de retorno.

Esse deslocamento dos nordestinos, no último quartel do século XIX, teve a marca desse trabalho compulsório. Era baseado no endividamento prévio e contínuo, que tornava praticamente impossível ao seringueiro libertar-se do patrão, transformando-o em um prisioneiro do trabalho. Socialmente era livre, porém em condição de escravo.

Era uma espécie de assalariamento absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão. Endividado não conseguia mais escapar. Se tentasse a fuga, isto podia significar a morte ou castigos corporais rigorosos. Definhava no isolamento, era mais um vegetal do extrativismo (SOUZA, 1977, p. 50).

As relações eram assim mediadas: pelo seringueiro-extrator, o único produtor da matéria-prima; o seringalista-proprietário, os patrões; as casas aviadoras, que abasteciam os seringais; e, as casas exportadoras, que se constituíam nas verdadeiras financiadoras do sistema produtivo em virtude da resistência dos bancos. Os trabalhadores de fora da região, principalmente os nordestinos, iniciavam essa dívida já no trajeto de chegada, pois havia a cobrança de todas as despesas de deslocamento de seu estado de origem até o local de trabalho.

Essas condições de trabalho eram necessárias porque as técnicas utilizadas para a extração da borracha eram muito rudimentares. Um exemplo trazido por Ianni (1978) era a técnica do caucho. O tronco da árvore era primeiro atacado com golpes de machadinha, deixando o látex escorrer por algumas cavidades feitas no solo junto ao pé da árvore. Isso durava de uma a duas semanas. A árvore era derrubada, sofrendo, a parte superior do tronco, golpes para abrir as células restantes e o látex escorrer durante 24 horas, depois a árvore era abandonada. Portanto, na extração do látex o que se aplicava era fundamentalmente força de trabalho humano.

Era preciso controlar o deslocamento desses trabalhadores. Pela distância, pelo pacto entre os seringalistas de evitar a fuga ou mudança do seringueiro devedor, e pela escassez da mão de obra local, exigia-se um grande controle das condições de trabalho. Prado Júnior (1994) revela que era preciso impedir ao trabalhador o acúmulo de reservas e economias que o tornasse independente. Numa região semideserta de mão de obra, a estabilidade do trabalho tem sua garantia no endividamento do empregado. Ele não poderia ser livre, pois de posse de

seu salário estaria em condições de seguir adiante, apossar-se de alguma terra e produzir para sua subsistência. Assim, ele deixaria de ser uma mão de obra da borracha. Havia a necessidade de o seringueiro ser prisioneiro de seu próprio trabalho, sendo o seu endividamento um elo essencial para cumprir esse objetivo.

1.3.2.2 Segundo ciclo da borracha

No segundo quinquênio da década de 1930, o Brasil apresenta uma retomada da produção da borracha devido à introdução das indústrias de pneumáticos, câmaras de ar e o engajamento da Alemanha para abastecimento de sua indústria de guerra e para estocamento (MARTINELLO, 1988).

Em 1942, os japoneses invadiram a Malásia, depois Pearl Harbour, de onde vinha 97% da produção de borracha que abastecia a indústria norte-americana. A situação ficou bastante séria, porque a ausência da hévea não somente atingiria a II guerra Mundial, mas as diversas atividades no país. Em 1940, os EUA investiram na produção da borracha sintética para comercialização, no cultivo intenso no seu território e em países que já tinham sido produtores de borracha. É nesse ponto que chegamos ao segundo ciclo da borracha na Amazônia brasileira.

1.3.2.2.1 Divisão Internacional do Trabalho: Brasil permanece produtor de matérias-primas

O Presidente Vargas compreendeu esse momento como propício para armar o país. Ele entendeu que o Brasil era uma peça chave para os planos de defesa dos EUA. Por isso, enviou para esse país, em 1942, seu ministro Souza Costa para ajustar, com as autoridades americanas, as normas reguladoras do fornecimento da matéria- prima. Em 03 março de 1942, Souza Costa assinou, com o Subsecretário de Estado Summer Welles, um Acordo e vários convênios que ficaram conhecidos como os Acordos de Washington. Para a borracha foi destinado um valor de 5.000.000 dólares, com a finalidade de melhorar a qualidade da produção da borracha vegetal e outra quantia igual para financiar um programa de saúde e melhoramento das condições sanitárias da região (MARTINELLO, 1988, p. 95).

Na execução desses acordos ficou claro o objetivo divergente entre brasileiros e estadunidenses. Estavam muito vivos na memória brasileira os estragos causados pela derrocada do primeiro ciclo da borracha. O Presidente Vargas, em seus discursos, relatou o compromisso de se instalar um progresso perene e constante na Amazônia. Por outro lado, os estadunidenses objetivavam obter o máximo de produção da borracha no mínimo de espaço

de tempo possível. Eles não se interessavam pelo desenvolvimento da Amazônia nem pelo bem-estar da população. Seu objetivo era o aumento da produção da borracha num lapso de tempo sempre menor. Daí a instauração da Rubber Reserve Company, substituída em 23 de fevereiro de 1943 pela Rubber Development Corporation (RDC), cuja função era administrar essa produção e a relação entre os países, atuando e imiscuindo-se em todas as atividades. Competia-lhe a liderança da situação, cabendo às agências brasileiras uma atuação secundária.

1.3.2.2.2 A Criação da infraestrutura para a efetivação dos acordos de Washington

Diante disso, várias ações foram criadas no sentido de pautar a borracha no nosso país. Criou-se o mês nacional da borracha, em junho de 1943, com a finalidade de arrecadar toda a borracha usada disponível que seria recuperada para aproveitamento na indústria. No final de 1943 já haviam sido arrecadados 1.225.204 quilos de borracha usadas, 884.447 somente no estado de São Paulo (MARTINELLO, 1988, p. 132). Ao lado disso, organizaram-se, em Manaus, medidas de estímulo à produção. A Associação Comercial do Amazonas (ACA) entregava prêmios para quem conseguisse o maior fabrico de borracha durante o ano. Além de palestras disseminadas pela rádio difusora local, em que se dava destaque a necessidade do aumento de produção; concurso de vitrines das lojas; exposição de cartazes e alegoria de artistas, enfim, tudo que pudesse chamar atenção para a batalha da borracha.

Para o atendimento dos desejos norte-americanos, era necessária a criação de uma infraestrutura, para tanto era imprescindível a presença de capital. Pela resistência dos bancos em financiar a produção de borracha, dados os riscos que havia, foi criado, em 1942, pelo Decreto-lei nº 4221, o Banco de Crédito da Borracha. Ele foi um dos resultados dos Acordos de Washington entre o Governo Brasileiro e a Rubber Reserve Company, representante do Governo dos Estados Unidos da América. Tinha o objetivo de realizar operações de crédito, fomento à produção e financiamento à empresa hevícola, bem como exercer o monopólio final da compra e venda da borracha.

O artigo 7º do respectivo decreto, modificado pelo Decreto-lei nº 5185 de 1943, é bem esclarecedor quanto aos seus objetivos:

Art. 7º O Banco de Crédito da Borracha S.A. prestará, por meio de empréstimos, assistência financeira aos produtores e a pessoas e firmas dos Estados produtores diretamente interessados na extração, comércio e beneficiamento da borracha, em bases que serão definidas em seus Estatutos e Regulamento Interno, especialmente para: a) aviamentos destinados aos seringais; aquisição de maquinismos, utensílios e material necessário à colheita, beneficiamento e guarda da borracha;

b) plantio e cultura sistemática de hévea, por processos racionais, de acordo com a técnica moderna;
 c) desenvolvimento dos meios de transporte entre os centros produtores e as praças de Belém e Manaus;
 d) saneamento e colonização das melhores zonas produtoras de borracha expressamente para nelas serem plantados e cultivados seringais de espécies de hévea de maior resistência e rendimento, indicadas pelo Instituto Agrônomo do Norte;
 e) organização de cooperativa de seringueiras e pequenos seringalistas.

Parágrafo único. O Banco de Crédito da Borracha S.A. poderá fazer adiantamentos aos produtores, sobre títulos descontáveis, ou outras garantias, a juízo da Diretoria, por conta de contratos de financiamento ajustados e a serem firmados posteriormente (BRASIL, 2014 g).

O Decreto-Lei mostra que o Banco de Crédito da Borracha terá exclusividade nas operações finais de compra e venda da borracha, quer se destinem à exportação ou ao abastecimento interno. 55% do seu capital inicial couberam ao Tesouro Nacional, 40% à Rubber Reserve Company, e os demais 5% à subscrição pública. Tanto o Decreto inicial como os dois demais que lhe modificam mostram a preocupação com a criação da infraestrutura brasileira para possibilitar a produção da borracha. O Decreto-Lei nº 5185, de 12 de Janeiro de 1943, modificado pelo Decreto-Lei nº 4221, que criou o Banco, esclarece que esta instituição financeira será responsável por financiar até a alimentação dos imigrantes, como ainda desenvolver o sistema de transporte amazônico, objetivando sua distribuição⁴ (BRASIL, 2014 g).

Essas políticas de organização da produção trouxeram consequências positivas, tais como: a criação de uma nomenclatura oficial uniforme para as várias medidas de fiscalização, postas em práticas pelo próprio banco, ocasionando efeitos consideráveis na qualidade da borracha produzida; e uma mudança de técnica na extração, que teria o intuito de preservar as árvores, substituindo da machadinha pela faca amazônica⁵.

Havia outras preocupações, como o abastecimento dos seringais, por exemplo. As ferramentas de extração e o vestuário eram sustentados pelo sistema de aviamento, com as

⁴ Art. 1º O Banco de Crédito da Borracha, S. A., além das atribuições mencionadas no Decreto-lei nº 5.185, de 12 de janeiro de 1943, prestará assistência financeira, por meio de empréstimos, especialmente para: a) Desenvolvimento dos meios de transporte entre as zonas de produção e os centros nacionais de distribuição de borracha; b) Fomento da agricultura e estabelecimento de fazendas de gado nos seringais para facilitar e baratear o fornecimento de gêneros de alimentação ao pessoal que neles trabalhar; c) Melhoria, beneficiamento e padronização da borracha, aplicando para esse fim, de acordo com o plano elaborado pela Diretoria do Banco e aprovado pelo Presidente da República, o Fundo Especial de que trata o art. 9º do decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942.

⁵ O corte realizado pela primeira era um método predatório e de consequências irreparáveis para a árvore. Com a faca amazônica, a sangria das árvores passou a ser efetuada mais racionalmente, preservando a árvore sem se perturbar a produtividade.

casas aviadoras de Manaus e Belém. Eram dirigidas por comerciantes portugueses que se chamavam aviadores. A relação entre a casa aviadora e o seringalista se iniciava com a descoberta e abertura da área produtiva. Ia se estreitando ao longo da implantação e manutenção do seringal. Fornecia do essencial ao supérfluo. Na época do apogeu da goma elástica, esse abastecimento era feito sem limites e compreendia produtos nacionais e importados, mas no período da depressão ele se tornou escasso, reduzindo-se ao essencial.

Foi nessas condições de precariedade que os norte-americanos chegaram à Amazônia. Acrescente-se ao fato de que essa região somente era autossuficiente na produção de arroz e mandioca. Com a imigração dos técnicos e funcionários das agências estrangeiras e brasileiras, que se instalavam na Amazônia, essa situação de escassez precisou ser solucionada. Inicialmente, a RDC, companhia representante do governo norte-americano no Brasil, passou a buscar esses produtos em território nacional.

Essas medidas não vieram sem o auxílio do governo brasileiro. Em 04 de dezembro de 1941, criou-se a Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), com as funções de: coordenar medidas para o abastecimento e incremento de gêneros para a zona de produção; providenciar a aquisição desses gêneros, tanto em território nacional como estrangeiro; e, estimular a produção local, dando ênfase à pesca, pecuária e a indústria de alimentos. Em 13 de abril de 1943, a SAVA e a RDC assinaram acordo materializado no Decreto-Lei nº 5403⁶, que estabelecia medidas no sentido de resolver o problema de abastecimento da Amazônia. O acordo vai desde o esforço da RDC em manter os gêneros especificados⁷ em seus estoques, como a SAVA deveria comunicar à RDC as necessidades desses gêneros.

As medidas ajudaram bastante, mas um fator decisivo na melhoria do abastecimento foi o aumento da capacidade dos transportes. Os núcleos urbanos, que configuraram a paisagem política e social da Amazônia, nasceram ou foram plantados às margens dos rios. Os seringais seguiram a mesma lógica. Portanto, uma condicionante fundamental para o

⁶ Acordo a que se refere o Decreto-Lei n.º 5.403, de 13 de abril de 1943- A fim de melhorar as condições de abastecimento das populações do Vale Amazônico e no sentido de garantir o suprimento de gêneros básicos necessários à subsistência dos seringueiros e dos demais trabalhadores da Amazônia, de conformidade com os objetivos do Decreto-Lei n. 5.044, de 4 de dezembro de 1942, e tendo em vista o fomento da produção de borracha, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, pelos seus representantes autorizados, ajustam, entre si, o seguinte (BRASIL, 2014g):

⁷ Açúcar, Anzóis, Arroz, Banha, Café, Cartuchos, Cafeteiras, Canecas, Chumbo para caça, Colheres estanhadas ou de ferro, Espoletas, Espingardas, Facas completas, Faróis tubulares, Farinha de trigo, Farinha de mandioca, Feijão, Foices, Fósforos, Fumo em folha, milhos ou corda, Lanternas e lamparinas, Leite condensado em pó, Linhas para pesca, Manteiga, Machados, Óleos comestíveis, Papel para cigarro, Peixes salgados ou secos, Pirarucu, Pólvora para caça, Pratos esmaltados ou de folha, Querosene, Sal, Tarlatana, Talheres de ferro ou estanhados, Terçados, Tijelas, Tijelinas, Toucinhos, Charque (BRASIL, 2014g):

melhoramento de transporte seria aperfeiçoar a sua navegabilidade. Primeiramente, os barcos deveriam ser adaptados à realidade dos rios amazônicos, com um combustível mais adequado.

No segundo ciclo da borracha, essa estrutura não se mostrou suficiente e a RDC resolveu potencializar esse sistema disponibilizando barcos a vapor, tanto para transporte de passageiros como para a borracha.

A aviação também foi objeto de investimento. O avião escolhido foi o anfíbio, por se adequar melhor a uma região cheia de rios. Para construir a segurança do voo, a RDC mandou construir e equipar estações de rádio em diferentes pontos da Bacia Amazônica.

Houve ainda investimentos na ferrovia e nas rodovias.

1.3.2.2.3 A Amazônia e seu vazio populacional

Além de todos os problemas que já levantamos acima, havia um crucial a ser resolvido: a falta de mão de obra. De 1900 a 1910, a região apresentou um crescimento significativo, advindo da migração devido ao primeiro ciclo da borracha. Já entre 1910 e 1920, houve uma taxa de crescimento baixa, como consequência da queda da produção e dos preços. De 1920 a 1940, a taxa de crescimento chegou a um nível irrisório de 0,05% (MARTINELLO, 1988, p. 208). Neste período, não somente houve uma decadência da produção de borracha, como ainda os estados sulinos e do centro-oeste firmaram-se e aumentaram o seu potencial econômico, passando a constituir polos atrativos. O nordeste passou a ter interesse por essas regiões, diferentemente da situação do primeiro ciclo.

A partir da década de 1940, houve extrema necessidade de envio populacional à região amazônica para a produção da borracha. Coincidindo com essa necessidade, de 1941-1942, houve uma seca muito forte no sertão nordestino. A RDC e o Departamento Nacional de Imigração (DNI) assinaram um convênio no qual a representante norte-americana, supervisionada pelo órgão brasileiro, iria financiar o desvio dessa população. O primeiro movimento migratório ocorreu de 1942 a fevereiro de 1943, e deslocou 14.484 pessoas para a Amazônia (MARTINELLO, 1988, p.210). Essa população foi constituída por homens do sertão, escoraçados pela estiagem, deslocando-se com suas famílias para sobreviver naquele território.

Para viabilizar essa migração, foram tomadas algumas medidas. Primeiro, o governo brasileiro concedeu créditos para passagens nos navios. Através do Decreto-Lei nº 4509, de 23 de julho de 1942, o governo brasileiro forneceu o crédito especial de 7.736:190\$ (sete mil contos e trinta e seis contos cento e noventa mil réis) para atender às despesas com os serviços

de localização de trabalhadores no Vale do Amazonas (BRASIL, 2014j). Isso incluía despesas com alimentação, vestuário, transporte e hospedagem dos trabalhadores.

Outra questão era os alojamentos nos quais ficavam os imigrantes. Quando a migração era em menor escala, eles ficavam em hospedarias de precaríssimas condições. 30 mil sertanejos encontravam-se aglomerados à espera da possibilidade de viajar. Com outras regiões como atrativas, não seria com um aparelhamento precário que se iria conquistar. Foi construída, em Fortaleza, uma hospedaria moderna. Sua lotação comportava 1200 pessoas, com serviços de saúde, (MARTINELLO, 1988, p. 215) escritório de administração, com a ficha de cada imigrante, campos para lazer, etc. Em Belém, a antiga hospedaria dos japoneses permitiu uma solução relativa, pois a tendência era o imigrante ficar mais tempo aguardando ser contratado, além de ter que esperar os meios de transporte.

Quanto às relações de trabalho nos seringais, estabeleceu-se a presença de um contrato de trabalho, redigido e anuído pela classe patronal. Já se falava em horas de trabalho e no direito do seringueiro de comprar fora do barracão do patrão. A questão é que o fluxo de trabalhadores, encaminhados pelo DNI, não era suficiente para agilizar o surto da borracha. Em 30 de novembro de 1942, pela Portaria 28, foi criado, pelo Ministério de Mobilização Econômica, o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SETAM), que possuía as seguintes atribuições: realizar estudos para transportar trabalhadores nordestinos para a Amazônia; organizar um sistema de recrutamento que merecesse a confiança dos trabalhadores; articular-se com o DNI para uma atuação harmoniosa; organizar pontos de pouso para os trabalhadores, e um sistema de comunicação rápido entre as autoridades encarregadas da mobilização e transportes desses trabalhadores.

Foi elaborado, no Ministério de João Alberto, um plano para a movimentação dos trabalhadores que viriam do sul da Bahia, do Ceará, e de Marajó, descendo pelo rio Tocantins até o Amazonas, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Prometia-se selecionar, equipar, alimentar e transportar 50.000 mil homens. A distância que cada trabalhador deveria percorrer seria de aproximadamente 2.500 km (MARTINELLO, 1988, p. 220). Esse plano apresentava os seguintes problemas: a dificuldade de movimentar 2000 pessoas, por semana, de São Luís a Belém, uma viagem de alguns dias; a dificuldade de construir 40 pontos de pouso para esses trabalhadores, equipados de lazer para eles; a problemática do próprio transporte para esses trabalhadores. Ainda: como seria a relação deles com o seringal? Haveria identidade na coleta do látex ou apenas permaneceria porque não havia condições de voltar? Diante de desconfianças do governo norte-americano, houve mudanças no plano. O escoamento dos trabalhadores seria feito Fortaleza - São Luís -

Belém. O assentamento dos trabalhadores caberia à SAVA e ao DNI. Como havia dificuldade de uma atuação harmoniosa entre os órgãos, foi criado mais um órgão, em 14 de setembro de 1943, a Comissão Administrativa de Encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

É importante salientarmos que esse conjunto de órgãos mostrava-se ineficiente no processo de acolhimento desses imigrantes. Benchimol (1977) traz em seu livro uma entrevista, publicada no jornal da Bahia, 1943, do Major Oscar Passos, ex-interventor e ex-presidente do Banco da Borracha, sobre a relação entre todos esses órgãos.

A batalha da borracha é um problema de organização. Organização dos seringais, de linhas de suprimento, de transporte, de assistência e, finalmente, de crédito. [...] as mil e uma organizações, falando línguas diferentes, forma verdadeira torre de babel. O SEMTA, agora substituído pelo CAETA, a SAVA, o SESP, o SNAPP e o BANCREVEA não se entendem. O SEMTA traz os nordestinos até Belém e os entrega à SAVA para alimentá-los e encaminhá-los aos seringais. Não sabe o SEMTA se a SAVA possui alimentos e alojamentos disponíveis, nem estes dois sabem se o SNAPP pode transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. Nenhum deles leva em conta a época própria para o corte da seringa, nem a visibilidade dos transportes que devem ser realizados em ocasião certa, fatal e própria a cada região, ditada pelas cheias e terríveis vazantes periódicas dos rios. Em razão dessa ignorância, não raro os novos seringueiros chegam atrasados ou adiantados a certas regiões. É comum não haver suprimentos disponíveis para transportar rio acima quando a navegação é possível, e apodrecem os gêneros em Belém e Manaus por terem chegado aí quando os altos rios estão secos. [...] nos seringais uma decepção. Não estão preparados para recebê-los. Falta alimentação e ferramentas, não há meios de transporte. Assim, há seringalistas que recebem apenas seringueiro sem que nenhum suprimento perceba; há os que recebem suprimento e não dispõem de homens; há os que nada recebem e estão localizados em ótimas regiões; há os que recebem tudo, apesar de localizados em péssimas regiões. [...] (BENCHIMOL, 1977, p. 350).

Apesar de toda essa confusão, milhares de trabalhadores se deslocaram até a região. A segunda onda migratória seria diferente da primeira, à medida que tinha como motivação principal a fuga do flagelo da seca. A segunda, que se formou em 1943, provinha dos mais diversos pontos do país, inclusive de centros urbanos, era constituída, em sua grande maioria, por homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida.

Enquanto que na primeira onda prevaleciam nordestinos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, na segunda, há cariocas do morro e da cidade, fluminenses, capixabas, baianos, pernambucanos e mineiros. Havia pessoas de todas as classes e caráter. Segundo Martinello (1988), certas organizações policiais, do meio norte e do centro-sul, aproveitaram

o ensejo e se livraram dos elementos mais perniciosos às suas respectivas sociedades. Assaltantes, desordeiros, batedores de carteiras, alistaram-se compulsoriamente no exército da borracha, por essas características de “vagabundos”, receberam do povo o apelido de ‘arigó’, uma ave típica do nordeste que vive vagando de uma lagoa para outra. Preferiam ficar nas cidades, ao invés de trabalhar nos seringais, fugiam dos pousos.

Benchimol (1977) chama a atenção que essa é uma versão mais policial que marcou os ‘arigós’. O autor levanta que os noticiários policiais chegavam a exagerar o comportamento dessas pessoas. Foi criada uma má fama, que dificultou que eles arrumassem trabalhos, e até sua vida social passou a ser bem difícil. Em pesquisa realizada por Benchimol, é revelado que essa nova onda migratória foi bastante impulsionada pelo desejo de acúmulo de riqueza. Em todas as conversas que teve com esses imigrantes, foi demonstrada a euforia de se deslocar para a Amazônia. Revelaram o amor pela aventura, em desvendar o desconhecido. Uns chegavam a dizer “às vezes a gente precisa mudar de clima”. Junto a esse espírito aventureiro viria a necessidade do deslocamento sem as famílias. “Quem vem com a família não pode ser arigó”. “A família somente presta para prender a gente”. (BENCHIMOL, 1977, p. 460). A questão é o diferente perfil dessa segunda onda migratória, que teve reflexo na produção da borracha, era de aventureiros, pessoas que talvez não se fixassem na região.

Para o deslocamento desses trabalhadores, foram utilizados alguns expedientes. Um muito usado foi o de apresentar o engajamento no exército da borracha como a única alternativa para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira, que lutava nos campos na Itália. A imprensa estampava em suas manchetes: “construindo a vitória e reerguendo a Amazônia – a grande tarefa do seringueiro”; ou: “eles estão lutando como os melhores soldados da democracia em prol da vitória comum”. As propagandas apresentavam várias vantagens, segundo Martinello (1988), mentirosas, como a maneira de colher o látex. Em depoimento, exposto por esse autor, declarou-se que eram expostas fotos de seringueiros em todas as esquinas com a tigela embutida em um pote como se fosse uma mangueira. O que era uma inverdade, pois o látex demorava muito tempo para ser colhido. Também foram utilizadas fotos de plantações na África ou nas *plantations* da Malásia e do Ceilão, como se fossem as da Amazônia.

De 1941 a 1945, foram mobilizadas 55.390 pessoas para a Amazônia e Mato Grosso, sob precárias condições de deslocamento e fixação na região. Com o refluxo e desmobilização dos americanos da Amazônia, pois eles voltaram a ter a produção da borracha em suas colônias, várias críticas passaram a ser feitas sob essas condições de trabalho. O estopim disso foi ocasionado por uma caravana de estudantes cearenses que, visitando a Amazônia,

constatarem o desaparecimento de 23 mil nordestinos. Essa denúncia caiu na imprensa e teve grande repercussão (MARTINELLO, 1988, p. 314).

Estas denúncias provocaram vários debates no Congresso Nacional, principalmente acerca de qual seria o destino dos seringueiros. O Deputado Café Filho solicitou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a real situação dos trabalhadores enviados à Amazônia, instituída em 18 de junho de 1946, a CPI da campanha da borracha. O Ministro João Alberto Lima de Barros, que foi o idealizador e criador do SEMTA, colocou a culpa dos acontecimentos na guerra. Um dos erros apontados por essa política era ter enviado trabalhadores sem suas famílias. Quanto a isso, o Ministro revelou que todos tinham boa-fé nessa política e achavam que deveria o nordestino ir sozinho, por ser mais fácil seu retorno. Valentin Bouças, diretor da Comissão do Controle dos Acordos de Washington (CCAW), não via fracasso na política: a guerra teria sido a responsável por todas as desgraças sofridas pelos trabalhadores.

Conformada pelo Ministro, que dizia ser necessário obter a borracha a qualquer preço e de qualquer maneira, o relatório final dessa CPI concluiu que a Comissão não se julgava capacitada sequer para apontar o número aproximado de mortes na batalha da borracha. Por outro lado, Martinello (1988), em sua pesquisa, demonstrou vários depoimentos que descrevem a morte dos trabalhadores. O encarregado do serviço de imigração no território do Acre revela que morreu muita gente. Famílias desaparecidas em quase sua totalidade. Imigrantes perderam toda a sua família no seringal. Trabalhadores também revelaram que viram famílias inteiras morrerem.

A partir de 1945, observa-se uma viagem de volta desses migrantes. 2160 ex-soldados da guerra, considerados inaptos por estarem doentes ou por terem sido vítimas de outras fatalidades, tentam retornar para suas origens, muitos deles passando várias privações. A grande maioria era por causa da malária e do alto custo de vida na Amazônia. Muitos retornavam a pé da capital paraense até o Maranhão, e de lá seguiam para o Ceará. Em 1946, segundo o DNI, regressaram mais 3269, e em 1947, mais 601. (Martinello, 1988, p. 328). Esse deslocamento dos trabalhadores trazia problemas. Em certos locais, onde a corrente migratória foi intensa, como no Rio Branco, assustou o governante com receio de saques e mendicância na cidade. Assim, governos pediram uma resposta do Executivo.

Diante das pressões, o governo criou através do Decreto-Lei nº 9882, de 16 de setembro de 1946, a elaboração de um plano para a assistência aos trabalhadores da borracha. Para tentar resolver o problema foram criadas colônias, loteando terras compradas de seringais para serem cedidas aos retirantes para cultivo. Verifica-se, a partir de 1951, uma

importância adquirida pela agricultura de subsistência, e ainda o desenvolvimento da criação de animais domésticos. Em Manaus, o governo também aproveitou muito dessa mão de obra, que debandava para a agricultura e a criação de gado.

1.3.2.2.4 Reação dos seringalistas

Para refletirmos sobre a formação da consciência, é importante para este trabalho a análise da relação entre trabalhadores e seringalistas. Nesse ponto, seria importante o estudo de como se comportaram os grupos responsáveis pela produção e distribuição da borracha, na Amazônia, diante de toda essa intromissão da RDC e do Banco de Crédito da Borracha. É importante observarmos como a classe dos seringalistas, que não tinha poder mediante as políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro, passou a ditar as regras da borracha. Sem contar que essas relações têm consequências com a exploração para com os seringueiros.

À medida que se estabeleceu o monopólio das operações da hévea pelo Banco de Crédito da Borracha, alijaram-se as casas aviadoras do processo do financiamento dos seringais. Elas tiveram um papel fundamental no primeiro ciclo da borracha, pois como havia resistência dos bancos no financiamento da produção, eram essas casas uma fonte muito importante de crédito. Nada mais natural do que a reação dos grupos que as lideravam, acusando que essa ingerência do Banco desestabilizaria a economia na Amazônia. Uma importante consequência da presença do Banco de Crédito da Borracha foi o afastamento do comércio aviador e exportador do processo de financiamento e de aviamento dos seringais e das operações de recebimento e exportação do produto, tarefas que, tradicionalmente, incumbiam às firmas aviadoras-exportadoras de Belém e Manaus.

O Banco de Crédito da Borracha chamava para si o recebimento, a classificação e a consignação obrigatória do produto e a exportação da borracha, retirando agentes comerciais que normalmente exerciam tais funções. Qualquer atuação nestas operações, e até as próprias usinas de beneficiamento da borracha, eram submetidas a um regime de intervenção em seus processos de trabalho. Com isso, desencadearam-se reações, por parte daqueles que foram atingidos, organizadas pelas Associações Comerciais do Amazonas (ACA) e do Pará. Na verdade, essas reações vinham sendo elaborados desde a década de 1930, onde os seringalistas viviam altamente atingidos pela queda da borracha, desde o fim da primeira guerra mundial. Em 1939 eles se reuniram em Manaus e deliberaram apresentar um memorial ao presidente Vargas. Esse memorial foi publicado por Benchimol (1977) em seu livro, adquirido pelo autor através dos arquivos da firma acreana, Coutinho Aníbal & Cia.

No memorial, está presente um conjunto de reivindicações: redução dos impostos ao nível de 1938; quanto à mão de obra, pedem que o governo federal interfira junto aos governos do nordeste para não criarem entraves à emigração de trabalhadores que se queiram ir para a Amazônia e concedam passagens gratuitas, por ano, nas empresas de navegação; a melhoria do sistema de navegação para a região a fim de baixar o valor dos fretes com linhas regulares de navegação; quanto à indústria incipiente, requerem a suspensão das tributações para permitir seu livre desenvolvimento. Apesar dessa tentativa de organização, os seringalistas não tiveram resposta de suas reivindicações.

Outra tentativa se deu entre os dias 13 e 16 de abril de 1943, na conferência do Vale Amazônico, que objetivava implementar ao programa da borracha uma maior coordenação, mas que teve igual insucesso. Diante disso, a ACA resolveu enviar, em forma de memorial, substancial exposição, ao coordenador da mobilização econômica, através da qual vários setores argumentavam em favor de suas atividades comerciais na Amazônia.

Temendo que seus interesses fossem profundamente atingidos, deliberou-se que a ACA levasse até a CCAW, e até o presidente Vargas, se fosse necessário, dados incontestáveis dos malefícios que o plano implementado estaria causando à borracha. Para tanto, enviou-se a Belém o secretário da ACA para um entendimento com o diretor executivo da CCAW, este propôs um encontro entre a sua diretoria e uma comissão das Associações Comerciais da Amazônia, para a primeira quinzena de 1943.

O que esse movimento pretendia era o aumento da borracha, a recuperação das liberdades de comércio e o afastamento da Rubber Development Corporation (RDC) da distribuição de mercadorias. Como desculpa para as medidas que tomou, o governo alegou os problemas com a guerra. Explicou as muitas dificuldades de mudá-las, em decorrência da vigência dos acordos de Washington. Concordou, entretanto, com a retirada da RDC, mas sem o caráter de urgência para não prejudicar mais uma vez os suprimentos seringais. Uma promessa, que a princípio parecia vazia, teve um novo rumo.

A partir de 1944 já se observa um movimento de afastamento dos EUA da produção de borracha brasileira. Houve um alívio deste país com o sucesso da produção da borracha sintética. Com isso, os norte-americanos já planejavam desengajarem-se dos mais dispendiosos projetos do programa da borracha. No início desse mesmo ano, os EUA começaram a se eximir dos encargos do programa, transferindo essas obrigações às firmas importadoras e aviadoras, que iam recuperando suas funções. Em 17 de maio, do mesmo ano, a ACA recebeu um convite do Banco de Crédito da Borracha para uma reunião em Belém. Foi muito importante para essa classe, pois dela saíram várias resoluções que privilegiaram o

comércio local. Podemos resumi-las assim: o Banco de Crédito da Borracha iria conceder aos aviadores certas modalidades de financiamento dos seringalistas; aceitava a sugestão de não permitir a diminuição de preços tabelados para a borracha; e devolveria ao exportador sua função.

Já em 1944, no Brasil, a RDC se negava a prestar qualquer assistência financeira aos diversos projetos do programa da borracha da Amazônia e Mato Grosso, transferindo esse encargo ao governo brasileiro. Em 29 de outubro de 1945, já aplicando a política de liquidação, a RDC cedeu ao governo brasileiro, através do Banco de Crédito, todo o seu acervo de bens trazidos para a Amazônia. Tal transação se deu mediante o Decreto-Lei nº 8148, de 29 de outubro de 1945. A retirada completa dos norte-americanos se deu em junho do ano seguinte, quando foram fechados os escritórios da RDC em Manaus e no Rio de Janeiro, e o de Belém em setembro do mesmo ano.

Segue-se a importância dos seringalistas e aviadores no norte. Reconhece-se a impossibilidade do Brasil acompanhar a concorrência estrangeira. Isso trouxe a necessidade de encarar a borracha como um problema nacional, já que a indústria manufatureira que havia se instalado cresceu em ritmo muito acelerado, quando em 1946 já absorvia cerca de 60% da produção gumífera brasileira (MARTINELLO, 1988, p. 299). Assim, a União resolveu acatar uma sugestão do sindicato da indústria de artefatos de borracha do estado de São Paulo e convocar a I Conferência Nacional da Borracha, realizada no Rio de Janeiro entre 22 de julho e 08 de agosto de 1946. Este evento, apesar do caráter consultivo, tinha muita importância, porque estavam ali representadas entidades com papel decisivo no rumo que a política da borracha iria tomar. Além de vários setores da Sociedade Civil, fazia parte nove deputados e dois senadores da Assembleia Constituinte. O Deputado Leopoldo Peres propunha que 3% das rendas tributárias da União fossem para a valorização econômica da Amazônia, proposta que foi incorporada à constituição de 1946, em seu artigo 199 (MARTINELLO, 1988, p.300).

Outro ponto em debate foi o preço da borracha. Os seringalistas levantavam a seu favor que, com o fim dos acordos de Washington, teriam os mesmos problemas do primeiro ciclo da borracha. Os próprios conferencistas reconheciam que as condições do Brasil eram outras. O país conseguiu consumir e manufaturar sua própria produção. O setor de produção de artefatos de borracha, que se instalou no país, havia se desenvolvido em ritmo tão acelerado que já se poderia vislumbrar que em 1950 a produção não acompanharia o consumo.

Toda essa articulação resultou na Lei 86, de 08 de setembro de 1947, através da qual foi havendo uma lenta saída das atribuições do Banco de Crédito da Borracha, a fixação de

um valor e a criação da Comissão Executiva da Defesa da Borracha (CEDB), constituída por membros do Banco, dos produtores e das indústrias manufatureiras, sob a presidência do Ministro da Fazenda.

Tanto nesses debates quanto na legislação não se vê preocupação com as relações de trabalho. Não houve, sequer, a aprovação da sugestão de se estabelecer um mínimo de remuneração para o seringueiro-extrator. Além disso, pelo número de atribuições concedidas ao banco de crédito da borracha, começou a faltar dinheiro e a surgir necessidade de empréstimos. Fato que levou a ACA a convocar, para 31 de março de 1948, em Manaus, a II Conferência Nacional da Borracha. Apelou-se ao Congresso Nacional para o plano de valorização da Amazônia.

Iniciou-se um processo de excedentes de estoque no banco. Não tendo mais como colocar tais excedentes no mercado, saturado de borracha oriental e de sintéticos, e com um preço três vezes abaixo do produto nacional, convocou-se uma III Conferência Nacional da Borracha, realizada de 07 a 10 de setembro de 1949, em cuja atividade deu-se ênfase à implantação de avanços na produção. Foram reclamadas soluções urgentes para os problemas de habitação, alimentação, transporte, saúde e educação para as populações dos seringais. Mas seguiram-se as reivindicações imediatas do extrativismo, como, por exemplo, a manutenção do regime de monopólio, então vigente através do Banco de Crédito da Borracha, que passaria a ter mais prerrogativas e se chamaria Banco de Crédito da Amazônia.

A Lei nº 1184, de 30 de agosto de 1950, referendou as recomendações e reivindicações das duas últimas conferências e transformou o Banco de Crédito da Borracha no Banco de Crédito da Amazônia. Ficou mantido o monopólio estatal de comercialização da borracha, confirmando-se à Comissão Executiva da Defesa da Borracha a fixação de preços (BRASIL, 2015a).

Essas reflexões revelam como a classe dos proprietários foi firmando seu poder nas operações comerciais em relação à borracha. Em um primeiro momento, suas relações de poder eram mais locais, tendo pouquíssima influência nas políticas nacionais, mas com a redução do interesse do capital internacional eles passaram a ser atores centrais, chegando a ditar as políticas públicas da borracha. Esse empoderamento deu mais possibilidade para se acentuar a exploração dos trabalhadores.

1.3.2.2.5 Trabalho Escravo: uma exploração que se repete

O ressurgimento da borracha teve como base as relações de trabalho tradicionalmente desenvolvidas na Amazônia, sendo comum a prática do trabalho escravo. Segundo Martinello (1988), funcionários do governo americano, conscientes dessa situação, pressionaram o governo brasileiro para que fosse criado um contrato padrão de trabalho a vigorar nos seringais.

Esse contrato atraiu o seringueiro, pois, por meio dele, o seringalista deveria permitir o plantio, fornecer ferramentas, gêneros alimentícios, peças de roupa, medicamentos, entregar estradas arrendadas em condições de exploração, dentre outros itens. Além do mais, seria creditado ao seringueiro o valor de 60% sobre o preço do mercado de Belém e Manaus, não se computando quaisquer despesas. Essas promessas atraíram os rurícolas do sertão nordestino, mas também comerciantes e operários das mais variadas categorias.

Em pesquisa, Martinello (1988) mostra que os trabalhadores já chegavam aos seringais devendo, situação que se acentuava com o passar do tempo e com as compras no barracão. Mesmo nos casos de seringalistas cordatos, como o caso do seringal Barão de Rio Branco, onde o coronel Mâncio Lima fornecia leite aos seus seringueiros ou cedia uma vaca, os trabalhadores não se livravam da dívida do barracão. Quase toda a contabilidade dos barracões apresentava saldo devedor ao seringueiro.

Outras irregularidades feriam frontalmente o preço da borracha. Houve uma diminuição inexplicável de seu preço, assim como não era pago aos seringueiros o preço estabelecido no contrato-padrão. Martinello (1988) chama atenção para o fato de que, mesmo sob essa exploração, havia resistências.

Para subverter a vigilância e o monopólio do patrão, havia a venda escondida da borracha ao regatão, sujeito que desenvolve um comércio ambulante ao longo dos rios e igarapés da Amazônia. Apesar de ele oferecer quinquilharias ao seringueiro em troca do látex, o extrator se prestava a esse tipo de comércio como uma forma de satisfazer suas necessidades mais imediatas, e também uma vingança ao seringalista. Ainda há o registro, no livro da prelazia do Acre e Purus, no ano de 1943, quando duas centenas de seringueiros brigões pensaram em apresentar um abaixo-assinado ao interventor do território do Acre, reclamando das péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos nos seringais próximos a Rio Branco.

Não tendo com quem contar, dirigiram-se ao padre José Carneiro de Lima, jovem padre cearense, que prontamente redigiu os termos da reivindicação. O padre foi ameaçado

pelo governador de ser entregue a uma corte marcial por sabotar os esforços de guerra no Brasil. Por isso, Martinello (1988) conclui que, embora estivessem em 1943, havia ainda nos seringais maus tratos e injustiças gritantes, e que os seringueiros, se fossem liderados por alguém, eram capazes de denunciá-los e até de se rebelarem contra o estado de coisas. O momento histórico já não se apresentava tão permissivo como no primeiro ciclo da borracha, mas os seringueiros continuavam sendo escravizados. Apesar dessa força dos seringueiros, não havia órgãos nem movimentos sociais fortes que pudessem encaminhar essas denúncias.

Apesar de oficialmente haver tentativas de regulamentação das relações de trabalho, como vimos, não havia fiscalização. Portanto, o segundo ciclo da borracha foi instaurado mediante relações de exploração de trabalho com a figura da dívida do barracão. Talvez um dos motivos dessa persistência seja a visão do seringalista sobre do trabalho na seringa.

Em pesquisa, realizada na década de 1940 por Benchimol (1977), foi analisado um documento de grande importância. O autor descreveu um material bibliográfico que chegou até ele através de seu pai. Tratava-se do Regulamento dos Seringais, organizado por Octavio Reis, em 1934, para estabelecer as regras de seus seringais no Acre e em Rondônia. Este foi um velho sertanejo que, por mais de cinquenta anos, viveu do ciclo da borracha. Esse documento tem um grande valor histórico, pois além de revelar o olhar do seringalista na relação dos seringais, apresenta um dos lados das relações de trabalho.

Este documento, que vem no livro de Benchimol, descreve os deveres de todos que moravam nos seringais: os gerentes de depósitos, empregados de balcão, guardadores dos livros e encarregados da escrita, fiscais, diaristas, fregueses e seringueiros. Um dos aspectos importantes do documento é o fato de ele estabelecer a importância de haver regras nos espaços para sua organização e bom funcionamento. Em um local como o seringal, onde habitam centenas de pessoas de mais diversos costumes, sexos diferentes e até nacionalidades diferentes, era necessário ter regras para que os habitantes pudessem se orientar.

Assim, prevê que há, já neste regulamento, a preocupação com a paz do lugar. Quando estabelece os deveres dos gerentes encarregados pelos depósitos já revela a necessidade de que se trate o empregado com delicadeza, sem palavras ofensivas. Por outro lado, no outro inciso, estabelece que o bem de todos tenha relação com os bens da casa. A felicidade de todos estava condicionada à produção do seringal. Quanto aos empregados de balcão, segue referindo-se à necessidade da felicidade de todos dependerem do cumprimento do regulamento.

A ideia da felicidade no trabalho segue quando no regulamento se estabelece que os diaristas devam fazer o serviço com vontade e capricho, tendo em consideração que tudo

quanto se faz com má vontade não dá bom resultado, quer para quem o faz quer para quem o manda fazer. Portanto, todo o homem bem intencionado deve procurar não prejudicar quem quer que seja, menos ainda a quem lhe dá serviço.

Isso é uma demonstração clara da visão do patrão. A relação empregatícia seria um favor que o seringalista faz ao trabalhador. Essa visão continua corroborada quando se reporta ao trabalho no seringal. A seringueira é a árvore mãe, porque proporciona tantas felicidades que os trabalhadores se habitam a viver alimentando-se do seu leite e não querem mais outro serviço, porque se encontram felizes e próximos da natureza. O homem que vive nos seringais não conheceria necessidades. Haveria até seres humanos que dizem que o Amazonas é pobre devido às seringueiras. Mas isso é mentira, elas são uma riqueza da Amazônia. E segue que não haveria outra atividade que favorecesse o ser humano inculto, porque para cortar seringa não precisa ser formado em coisa nenhuma, apenas ter vergonha e caráter para ser um bom seringueiro (BENCHIMOL, 1977).

Essa visão de bondade e respeito é que justificaria atitudes mais severas do seringalista. A culpa de algumas violências e desrespeitos não seria do sistema produtivo, mas do comportamento do próprio seringueiro. O seringalista se esforça para trazer produtos de longe para o seringueiro, mas este, por vezes, não corresponde ao esforço. Se por um lado gasta-se tempo e dinheiro nos transportes de víveres necessários aos trabalhadores, por outro, eles não correspondem com a quantidade esperada de borracha. Pelo fato de terem se descuidado deixam de ser servidos e ainda se queixam que são maltratados.

Isso significa que cada ser humano deveria produzir 250 quilos mensais de látex. Se houvesse essa produção o seringal seria farto de todos os produtos. “Os que trabalham vivem em verdadeira riqueza, aqueles que não são caprichosos vivem em uma lastimável vergonha” (BENCHIMOL, 1977, p. 355). Essa visão é bem clara do patrão. A pobreza do seringal é resultado da falta de iniciativa ao trabalho, na falta de compromisso do seringueiro. Foi nesse ambiente que o seringueiro foi formado.

Por outro lado, a pesquisa de Benchimol (1977) revela a visão de alguns trabalhadores que foram escravizados na época. Este autor teve acesso a uma carta, escrita por um seringueiro em 09 de fevereiro de 1932, denunciando o gerente do Seringal Araçá. O trabalhador já inicia a carta dizendo que quem está falando é um escravo branco, vítima de um blefe aplicado por gerentes do seringal. Ele havia chegado ao norte em 1926 com a promessa que seria fornecida uma terra por dois anos, sem pagar renda, mas com o fornecimento de mercadorias. Pois bem, o trabalhador ficou na terra e limpou tudo, e ela já estava pronta

quando ele recebeu seu saldo de dívida para com o seringal, com a descrição das despesas de deslocamento até o seringal.

Quando o trabalhador reclamou, o gerente elevou seu crédito e anotou essa dívida em uma caderneta particular, esclarecendo que ele havia depositado esse crédito em uma conta no Banco do Brasil. Nessa dívida ainda estava descrita a compra de alguns objetos de trabalho, que foram superfaturados. Benchimol esclarece que o trabalhador, revoltado, não admitia mais que o gerente lhe roubasse, que ficassem com seu saldo. Esse depoimento demonstra com clareza a base das relações escravistas no modelo de desenvolvimento do norte.

Martinello (1988) concluiu que a batalha da borracha, provocada pela emergência da guerra, pouca coisa veio a somar para a Amazônia. Não sobrou nem mesmo o luxo que caracterizou o primeiro período. Os esforços para suprimir o arcaico sistema de crédito nos barracões, e a busca por medidas que implantassem relações de trabalho mais justas e humanas nos seringais, foram totalmente boicotados pelos patrões. A intervenção governamental na empresa gumífera reforçou o sistema de aviamento. O Banco de Crédito da Borracha veio apenas para substituir as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra. O seringueiro continuou sendo explorado, escravizado e isolado. Dos 52.000 nordestinos que se deslocaram para a Amazônia, pelo menos quinze mil perderam suas vidas, seguindo a insistência da prática de um extrativismo arcaico que destruía a floresta e a vida dos seringueiros.

Apesar de no norte de Goiás, atual Tocantins, não termos a presença do seringal, herdamos esse conjunto de relações escravocratas que se manifestam de diversas formas no estado, objeto de estudo dessa pesquisa.

1.3.3 A Amazônia e os planos dos militares

Todo o debate que realizamos até aqui demonstrou que a Amazônia foi ocupada com interesse de atender às necessidades de acúmulo de capital, inclusive sob a exploração escravocrata da classe trabalhadora. Quando discutimos os planos militares, para compreender essa ocupação do território amazonense, percebemos algumas mudanças, mas objetivos capitalistas semelhantes, inclusive em relação à exploração dessa mão de obra.

Ianni (1979a) revela que de 1964 a 1978⁸ esteve em curso na Amazônia Legal uma acumulação primitiva. As terras devolutas e as ocupadas foram transformadas em monopólios de grandes latifúndios de empresas nacionais e estrangeiras. Expulsaram os índios, posseiros,

⁸ Essa delimitação temporal é necessária porque vai ser aí que se estrutura o modelo econômico da região.

sitiantes, caboclos e trabalhadores rurais. Muitos foram submetidos a projetos de colonização oficial ou particular. Transformados de posseiros em colonos, ou “expropriados de sua posse”, constituíram-se em força de trabalho disponível e barata para a formação e expansão de latifúndios, fazendas e empresas.

Esse período segue com a implementação de um capitalismo dependente sob a presença de uma mão de obra superexplorada. A Amazônia será ocupada com um modelo de desenvolvimento que serve aos interesses dos ciclos da borracha, estabelecendo condições efetivas para a utilização do TEC.

É importante salientarmos que os militares também viam na Amazônia questões de Segurança Nacional. Com os militares, a Amazônia passou a ser vista como uma possibilidade de ampliação do controle territorial, através de um desenvolvimento econômico que facilitasse a defesa militar, caso houvesse a presença de revoltosos. E é isso que vamos ver com o combate da Guerrilha do Araguaia em território tocantinense. O general Couto e Silva apontava a necessidade de se evitar a vulnerabilidade do Brasil ao comunismo. Somente com a presença de relações capitalistas na região, de maiores contingentes populacionais e com o controle ideológico do Estado seria possível deter o avanço das ideias comunistas (MATTOS, 2013).

1.3.3.1 Exploração dos recursos amazonenses

Pelo seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a Amazônia Legal atraiu inovações e efeitos difusores de desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população. Seria necessária a exploração dessas potencialidades para o desenvolvimento nacional. Começou-se a observar que o crescimento nacional tinha relação com o regional. Em discurso, proferido na década de 1970 pelo presidente da República, admitiu-se que a pobreza da Amazônia, além de não ser aceita socialmente, teria repercussões negativas que prejudicam a produção e a economia no centro-sul (BECKER, 1982). No mesmo ano, criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN), através do Decreto-Lei nº 1106 (BRASIL, 2014k), assinado pelo presidente Médici.

Art. 1º É criado o Programa de Integração Nacional com dotação de recursos no valor de dois bilhões de cruzeiros, a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

Portanto, fazer chegar até a Amazônia uma política que explorasse os recursos da região e deslocasse contingente populacional seria importante para o crescimento do país.

Até a década de 1950, a Amazônia era vista com uma economia predominantemente extrativista. É tanto que havia um banco específico, o Banco de Crédito da Borracha S.A., cuja finalidade era realizar, com exclusividade, as operações finais de compra e de venda da borracha, quer se destinassem ao mercado interno ou ao externo.

Entretanto, com a crise, ao final de 1945, houve uma preocupação com a dinamização da economia amazônica. A partir disso foram criados alguns órgãos. Em 1950, o Banco de Crédito da Borracha se transformou no Banco de Crédito da Amazônia, ampliando o raio de ação. Outro importante órgão foi a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada através da Lei nº 1806 de 1953, que traçou diretrizes para o seu desenvolvimento econômico. A lei estabelecia a preocupação da diversidade de produção, mas observamos o foco na introdução da agricultura e da pecuária na região.

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no artigo 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país. [...] Art. 7º O Plano de Valorização que a presente lei regula destina-se a:
a) Promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos...
b) Fomentar a produção animal, tendo em vista, principalmente, a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas... (BRASIL, 2014m)

Lira (2011) reflete que a SPVEA teve uma função importante na abertura da Amazônia para o capital internacional. Essa preocupação com a recuperação da economia do norte buscava mapear as riquezas amazônicas, especificamente as do subsolo, para responder às exigências norte-americanas e atender à demanda dos parques industriais dos países desenvolvidos capitalistas. Foi um órgão criado para auxiliar na resolução do colapso amazônico, após o segundo ciclo da borracha, mas também para o mapeamento das riquezas dessa região. Ela marca, de maneira planejada e institucionalizada, a presença do Estado controlador e organizador das finanças públicas na Amazônia.

Algumas medidas são ainda tomadas seguindo esse direcionamento de interesse pelas regiões mais afastadas. Um símbolo importante disso foi a construção de Brasília, no meio do território nacional, no governo de Juscelino Kubitschek. Becker (1982) revela que ela simbolizou a ânsia da integração da nação, que secularmente se desenvolveu na costa. Uma

série de ações foi desenvolvida para concretizar esses objetivos. Em 1960, foi implementada a rodovias Belém-Brasília e a São Paulo-Cuiabá-Porto Velho, que articularam essas regiões mais afastadas do centro do país, refletindo as motivações econômicas da época. O impacto disso foi forte, pois abriu a região a novas ideias, pessoas, mercadorias, informações, entrando em contraste com o ritmo lento que prevalecia na região (BECKER, 1982). Além disso, impulsionou mais um movimento de ocupação.

No estado do Tocantins, a Belém-Brasília trouxe um processo forte de urbanização e de imigração. A estrada teve sua construção inicial no final dos anos 1950, inaugurada em 1960, e a pavimentação concluída em 1970. Nos censos de 1950 a 1980, percebe-se que a população do Tocantins quase quadruplicou de 204.041 para 738.688. Também é percebida uma inversão rural-urbana. A população rural foi reduzida de 75,3% para 60,3%, em 1980; enquanto a população urbana cresceu 12% neste período (AQUINO, 2002). Esses fenômenos ocorriam mais com as cidades que ficaram próximas à estrada. As cidades distantes, além de não atraírem imigrantes, perderam população que emigravam para as novas cidades ou para as que já existiam próximas à estrada.

Já vinha ocorrendo, nos anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964, um processo de integração das regiões brasileiras mais afastadas do centro, e os militares conseguiram perceber a importância desse movimento. Em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM,) que foi o principal órgão de governo, segundo Ianni (1979a), para a dinamização da economia amazônica. Em 1966, o Banco de Crédito da Amazônia foi transformado no Banco da Amazônia (BASA), através da Lei nº 5122 (BRASIL, 2014t). Foi a atuação articulada entre o BASA e a SUDAM que implementou os objetivos ditatoriais na região.

Foi editado um manual de orientação do imposto de renda, em 1965, chamado de “Investimentos Privilegiados da Amazônia”. Este manual orientava o investimento com incentivos creditícios. Uma das partes desse documento, trazido no livro de Ianni (1979 a, p. 227), revela: “todos os empreendimentos industriais e agrícolas que se instalaram na área de atuação da SPVEA ficarão isentos de imposto de renda e adicionais não restituíveis pelo prazo de dez anos a contar da entrada de operação de cada empreendimento”. Esse incentivo deu-se de forma articulada com a SUDAM. Ela era o órgão técnico que ajudava o governo federal a definir objetivos e meios para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Já o BASA era o órgão financeiro por meio do qual se mobilizavam recursos fiscais e creditícios para a execução de projetos aprovados pela SUDAM. Essa articulação se destinou a

sistematizar, agilizar e intensificar a criação e a expansão de empresas privadas de agropecuária e outras atividades na Amazônia.

O Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, estipulava que as pessoas jurídicas poderiam deduzir até 75% do valor de obrigações emitidas pelo BASA. Ainda, até 50% do imposto de renda para projetos agrícolas, agropecuários, industriais e de serviços básicos que a SUDAM declarasse como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia (BRASIL, 2014k). Portanto, o governo ditatorial pautou-se pelo desenvolvimento amazonense, sob o domínio das empresas.

D. Pedro Casaldáliga (2014), bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pará, escreveu uma extensa carta, em 1971, intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, que revela casos concretos dessas situações. Esse documento é bem emblemático pelas denúncias de TEC contidas nele. O bispo revelou como se dava a concentração de terra. A agropecuária SUIÁ-MISSÚ S/A tinha uma propriedade de 659.843 ha, maior que o Distrito Federal, e pertencente a apenas uma família: os Ometto. Já a CODEARA teve uma área de 195.417 ha. Havia empresas já consolidadas no mercado brasileiro que também estavam investindo por esses caminhos de tão vantajosos que eram. Como foi o caso do Banco Bradesco, BRASUL, de casas comerciais como a Eletro-Radiodobraz, todas com projetos aprovados na SUDAM, com muitas vantagens creditícias e financeiras, incluindo, ainda, isenção completa de taxas e de impostos na importação de máquinas e equipamentos necessários à operacionalização dos projetos da SUDAM (CASALDÁLIGA, 2014).

A Amazônia Legal passou a ser vista como estratégica pelo governo ditatorial de 1964, daí esses incentivos. Isso foi feito com base em uma economia aberta, modificando os rumos que essa ocupação havia tomado até o governo João Goulart. Ianni (1979a) ressalta que o Brasil, a partir de 1964, optou por um caminho diferente da industrialização de 1950, pois esta havia baseado o desenvolvimento brasileiro na concentração sob o mercado interno, o governo ditatorial sob o mercado externo. Segundo Roberto Campos, Ministro do Planejamento no governo de Castelo Branco (*apud* IANNI, 1979a), essa abertura era um espaço para a entrada de capitais estrangeiros através de investimentos diretos, empréstimos de empresas estrangeiras e capitais levantados pelo governo brasileiro e instituições governamentais.

Essa abertura foi de tal monta que houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito, relatada pelo Deputado Federal Haroldo Veloso, em 1968. Ianni (1979a) expõe partes desse relatório em seu livro. Ele mostra as maneiras pelas quais as terras da Amazônia foram

adquiridas e a relação dos intermediadores brasileiros com o capital internacional. Roberto Campos foi um destes.

O relatório aponta que há três formas de aquisição de terras. Primeiro, a compra a antigos proprietários e posseiros. Na venda a estrangeiros havia sempre um intermediador nacional que entrava em contato com o proprietário. Este, endividado com os impostos e com dificuldade de ter recursos, acaba vendendo suas terras por preços muito baixos. Depois, elas eram repassadas a proprietários estrangeiros. Um segundo método era a requisição de terras devolutas aos governos estaduais. Nesse caso, os intermediários eram os funcionários dos Departamentos de Terras Estaduais. Pessoas individuais requerem esses lotes, depois de adquiridos repassam os títulos a grupos estrangeiros. Por fim, a grilagem, através de escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, e títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos. Até o roubo de livros religiosos paroquiais em branco foi feito para a confecção das escrituras.

Foi nessa lógica de “entreguismo” e de valorização do que é estrangeiro que o capital externo teve sua presença no setor agropecuário brasileiro no governo ditatorial. Além de entregar as terras, houve um incentivo à produção para o mercado externo (IANNI, 1979a) incluindo na Amazônia. O modelo da economia aberta reafirma o ornitorrinco. Apesar de que se passou cada vez mais a se exportar produtos industrializados, mas nem por isso a economia brasileira deixou de ser agroexportadora. De 1964 a 1978, a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada nacional e estrangeira. Mas, ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal, surge e se expande a média e grande empresa privada. Não esquecendo que nesses grandes empreendimentos se encontra a presença de uma mão de obra superexplorada ou escravizada.

Na década de 1980, segue-se o modelo de desenvolvimento da Amazônia através de projetos de grande porte, como, por exemplo, o Programa do Grande Carajás. Este programa se constitui em uma série de empreendimentos articulados com o governo federal para efetivação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental. A serra dos Carajás é uma grande cordilheira, situada no sudoeste do estado do Pará. A questão é que se descobriu a riqueza de minerais existentes nessas montanhas. Bilhões de toneladas de ferro, bauxita, cobre, em quantidade salutar, chamou a atenção do mundo.

Em novembro de 1980, a presidência da república, mediante o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), criou o “carajazão”, como ficou conhecido o Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia, cujo objetivo declarado foi estimular um vasto conjunto de empreendimentos capaz de duplicar as exportações brasileiras para o pagamento

da dívida externa (CIMI, 1983). O Decreto-Lei nº 1813, de 1980, estabeleceu uma série de incentivos para esse programa, delimitando a área de atuação.

Art. 1º fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendido no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizado ao norte do paralelo de 8º graus e entre os rios Amazonas, Xingu, Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás, Maranhão, bem como os seguintes municípios:
I - No Estado do Pará: Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu;
II - No Estado de Goiás: Colina de Goiás, Colméia, Filadélfia, Goiatins e Itaporã;
III - No Estado do Maranhão: Balsas, Carolina, Riachão, Samambaia e Tasso Fragoso (BRASIL, 2014r).

O Decreto-Lei revela claramente que quatro cidades do Tocantins foram direcionadas nas políticas desse grande empreendimento: Colinas, Filadélfia, Colmeia, Goiatins, que na época eram norte de Goiás, pois o estado do Tocantins ainda não existia legalmente. Mas ainda seriam atingidos o Maranhão e o Pará. O Decreto ainda segue especificando as necessidades de infraestrutura para a exploração da grande serra dos Carajás. Daí, seu artigo 2º deixar clara a necessidade de ferrovias, portos, rodovias, muito importantes para o escoamento de produção e a mobilidade de pessoas, e, ainda as hidrelétricas. Mas isso, ainda incluía investimento da agricultura, pecuária, pesca, agroindústria, reflorestamento, e beneficiamento de madeiras. Portanto, o programa não se limitava a uma exploração dos minérios.

Pinto (1982), ao questionar D. Alano Maria Pena, bispo de Marabá, a respeito das transformações desse Programa na região Araguaia-Tocantins, teve a resposta de que seria a passagem de uma realidade essencialmente agrícola de extrativismo primário, de pecuária pouco desenvolvida, para a realidade industrial-siderúrgica. Isso vai criar uma realidade complexa com um inchaço acelerado, mas também com o esvaziamento de pequenos lavradores, que foram atraídos por salários fixos e, cansados para lutar pela terra preferiram o trabalho remunerado. Não percebiam, entretanto, que a consequência futura deste deslocamento seria a proletarização dos trabalhadores, com um nível bem baixo e salários absurdos.

Portanto, o modelo de desenvolvimento da Amazônia segue se constituindo na exploração dos recursos naturais mediante a exploração da mão de obra para atender interesses internacionais. A utilização de mão de obra escrava atende à redução de custos com recursos humanos e a garantia de lucros altos.

1.3.3.2 Os planos militares e o deslocamento de trabalhadores: necessidade de mão de obra e defesa do território

O estímulo ao trabalho na região amazônica não foi dado somente aos empresários. Houve uma forte política de incentivo ao deslocamento dos trabalhadores. Já havia um movimento espontâneo, pois os trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados, estavam procurando terras virgens ou devolutas para nelas construírem sua vida. A partir de 1970, isso se intensificou sob outro prisma. Foi nessa década que o governo ditatorial implementou uma política nova, sistemática e ativa de colonização da Amazônia. De 1964 até 1970, pouco foi feito no sentido de se desenvolver a colonização da região, pois se confiava na colonização espontânea que vinha ocorrendo. A partir de 1970, o governo passou a ter maior empenho no estímulo a essa colonização, chamando-a de oficial (IANNI, 1979b, p. 33).

Essa mudança de comportamento ocorreu, em primeiro lugar, por questões de segurança interna. A região nordeste tinha sido palco de várias medidas para contenção da organização da classe trabalhadora. O governo ditatorial detectou os problemas de concentração de renda e pauperismo existentes na região. As políticas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) não atingiram as estruturas locais, mas havia um histórico de reação de base popular. Por isso, Médici realizou uma repressão generalizada, mandando prender, cassar direitos políticos dos líderes camponeses, operários e organizações políticas, além de fechar sindicatos e intervir nas Ligas Camponesas. Para forçar uma estabilidade social no nordeste, foi necessário o deslocamento dos trabalhadores para a Amazônia. Com essa política, o governo não mexeu no poder dos latifundiários da região, ele garantiu a estrutura fundiária já existente.

Por outro lado, a região Amazônica, com a implementação de projetos empresariais, tornou-se uma região de tensão social. Esses projetos foram implementados em áreas onde já havia posseiros, indígenas ou ribeirinhos, e as empresas e o Estado tiveram vários conflitos com esses povos para abertura empresarial. A carta de Casaldáliga (2014) informa que havia posseiros no local que há 05, 10, 15 e 20 anos que cultivavam essas terras sem nenhum apoio à agricultura de subsistência. No povoado Santa Terezinha, por exemplo, às margens do Rio Araguaia, a CODEARA teria causado vários problemas. Os primeiros posseiros desta comunidade se instalaram em 1910. Quando esta empresa se instalou já estava funcionando uma cooperativa e um ambulatório médico. Apesar disso, ela foi vendida como mata fechada. E a CODEARA, com ameaças, invasões e prisões, insistiu para que os trabalhadores saíssem

do local. A população se reuniu com o padre Francisco, da Paróquia local, para lutar pelos seus direitos. Depois de uma luta de três anos, a CODEARA, a contragosto, foi obrigada a doar 5.000ha dos seus mais de 195.000.

Em Portinópolis viviam cerca de 300 famílias. De 1961 a 1962, o dito proprietário dessas terras prometeu que não iria despejar ninguém, já que precisava do trabalho do povo. Porém, em 1965, dois de seus capatazes apareceram no vilarejo, com armas na mão, ameaçando os posseiros e revelando que era sair ou morrer. Muitas famílias, intimidadas, deixaram o local, outras buscaram as autoridades para denunciar. Os órgãos ordenaram pela demarcação, respeitando a terra dos posseiros, mas já havia 05 anos de espera e até aquele momento o proprietário não teria tomado as devidas providências. Assim, era preciso povoar para encaminhar esses conflitos.

Além disso, o grande vazio demográfico da Amazônia prejudicava a defesa das fronteiras. Becker (1982) esclarece que as fronteiras são forças centrífugas em um Estado que tem contínua preocupação em integrá-las, e o Brasil tem 11 km. À medida que, diante de pressões internas, esses países começaram a elaborar seus sistemas espaciais, isso passou a preocupar o Brasil profundamente. Países como Venezuela, Colômbia e Peru têm seus centros dinâmicos. Suas periferias, em descenso de desenvolvimento, e seus excedentes demográficos, se dirigem em movimentos espontâneos ou dirigidos para suas áreas em fronteira com a Amazônia.

Becker (1982) segue defendendo que, pela posição amazônica de contato com os domínios andinos, poderia ser ela capturada para órbita do Pacífico e do Caribe. Pelo momento que o Brasil passava, de aumento das exportações reforçadas pela valorização de suas matérias-primas na conjuntura internacional, era muito importante garantir a exploração imediata ou futura dos recursos da região com a presença brasileira. Por isso, a necessidade do deslocamento de trabalhadores para reduzir o vazio da região. Esse estímulo ao deslocamento dos trabalhadores será visto como uma questão de segurança nacional, tanto pelas tensões sociais do nordeste e na própria Amazônia quanto com os problemas de fronteira.

A colonização foi ainda um meio de garantir a estabilidade política e social, mais ainda, era um meio de propiciar força de trabalho, produção de meios de subsistência e mercado para a expansão do capitalismo. Seria necessária a ocupação da Amazônia para o desenvolvimento do capitalismo na região (IANNI 1979 b). Pouco adiantava o estímulo à presença de empresas estrangeiras se não havia a mão de obra.

A colonização oficial foi uma peça importante na política de terras do governo ditatorial. O governo estabeleceu diretrizes para regular a posse e o uso da terra da região

amazônica, onde os colonos se estabeleceram, pois raramente elas eram totalmente despovoadas. Essa terra era de indígenas ou de posseiros antigos. O poder estatal procurou bloquear, orientar, integrar, disciplinar ou subordinar a Reforma Agrária espontânea a uma colonização dirigida (IANNI, 1979b), reorientando, dessa maneira, os fluxos e refluxos do exército de trabalhadores de reserva do nordeste e em outras regiões do país, já que se deslocaram para a Amazônia trabalhadores de todas as regiões, inclusive da própria Amazônia. O governo direcionava para onde os trabalhadores deveriam ir com a criação dos núcleos de colonos, mas ao mesmo tempo, fechava os olhos para os grileiros, latifundiários ou empresários que expulsavam os posseiros e indígenas de suas terras. Houve uma ampla e acelerada transformação de terras devolutas, tribais e ocupadas em propriedade privada de latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros.

A ideia principal que Ianni (1979b) destaca é que houve uma substituição da Reforma Agrária pela ideia de colonização. O governo ditatorial ascendeu ao poder em meio a uma série de reformas que vinham sendo realizadas no governo de João Goulart. A Reforma Agrária era uma delas. Era necessário barrar esse movimento, pois as relações sociais poderiam ser abaladas com essas mudanças. Por isso, a elaboração do Estatuto da Terra e a Lei do Trabalhador rural, em 1964. Estas leis simbolizaram o controle das mudanças que vinham surgindo. “As leis se referem à Reforma Agrária, mas o que os governos põem em prática é a colonização dirigida” (IANNI, 1979b, p.57). Era necessário controlar as tensões sociais existentes e manter as estruturas de poder. A colonização transformou a Reforma Agrária de fato, realizada pela colonização espontânea, em uma limitada e controlada distribuição de terras.

Ao distribuir alguma terra na Amazônia, o Estado brasileiro foi levado a não distribuir as terras do nordeste, do sul, de outras regiões e até as da Amazônia (IANNI, 1979b). A política de colonização orientou a migração de populações rurais desempregadas, subempregadas, superexplorados do nordeste para a Amazônia. No sul, mobilizou trabalhadores rurais de minifúndios que fossem induzidos a aplicar em empreendimentos empresariais de colonização. Com isso, as estruturas de poder dessas regiões se mantiveram intactas. Houve um bloqueio, ou redução à mínima possibilidade de uma Reforma Agrária espontânea que os trabalhadores rurais vinham realizando.

A partir de 1974, essa colonização ainda seguiu sendo controlada, mas mais predominante pelas empresas privadas, através da colonização particular. A colonização oficial continua, mas é posta em segundo plano para serem estimuladas aquelas realizadas por empresas privadas ou cooperativas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) não conseguiu comandar os crescentes fluxos migratórios para a Amazônia. O Decreto nº 68524, de 16 de abril de 1971, já estabelecia condições favoráveis a esse tipo de colonização. Este Instituto poderia autorizar a participação da iniciativa privada na implementação de projetos nas áreas declaradas prioritárias para a Reforma Agrária, nas faixas compreendidas até dez quilômetros das margens das rodovias e, ainda, nas terras devolutas incorporadas ao patrimônio da União (IANNI, 1979b). E assim foi feito. O INCRA se tornou um órgão viabilizador dessa colonização. Novamente, através de incentivos fiscais e creditícios, essas empresas trabalharam na colonização deslocando trabalhadores de todo o Brasil para a Amazônia.

A relação entre colonos e empresas privadas era difícil e fortemente marcada pela exploração. Toda a infraestrutura de estradas, fontes de energia, água, luz, escolas, hospitais, armazéns era controlada pela empresa, além de boa parte dos excedentes dos colonos, ficava em sua mão. Portanto, essa relação era de exploração.

D. Pedro Casaldáliga (2014) já denunciava práticas de trabalho escravo na região na década de 1970. Os peões, aliciados com promessas de boas condições de trabalhos, antes de chegarem ao local de labor já estavam endividados, pois era cobrado todo o trajeto percorrido. Além disso, as condições de trabalho eram sub-humanas. Na CODEARA, os trabalhadores trabalhavam com água pela cintura. Havia uma alta incidência de malária, e os medicamentos utilizados eram pagos pelo próprio trabalhador, inclusive os de amostra grátis. O pagamento do salário era feito conforme a vontade dos empregadores. Muitas vezes não se pagava, ou se pagava através de vales, ou somente no fim do trabalho, essas medidas intencionavam reter o trabalhador na fazenda. Foi assim que se deram as relações de trabalho na Bordon S/A Agropecuária da Amazônia.

Além dessa exploração ser realizada por parte dos latifundiários, ela era legitimada pela polícia. Trabalhadores da empresa Tamkavy fugiram e foram à polícia fazer uma denúncia, em Barra do Garças. O policial elaborou uma carta e enviou ao gerente da fazenda denunciando os trabalhadores. O gerente chamou a polícia e o líder dos peões foi preso. Saiu da fazenda algemado por um grupo de policiais armados com metralhadoras. A ocupação da Amazônia, durante a ditadura militar, se deu sob interesses financeiros de segurança nacional, de manutenção das estruturas de poder presentes no país e sob o TEC. Não esqueçamos que a burguesia agrária teve muito interesse no golpe civil-militar de 1964. Nada mais compreensível do que essa ocupação ter sido feita com base na exploração da classe trabalhadora.

O modelo de desenvolvimento da Amazônia foi calcado na divisão internacional do trabalho, sob uma mão de obra superexplorada. Isso faz parte da história de ocupação da região. Mas, como observamos, essa exploração tem especificidades. O Trabalho Escravo, através do sistema de aviamento, se constituiu como uma das bases de acúmulo de riqueza. O Tocantins formou-se nesse conjunto de relações. Pouco se pode dizer sobre a presença dos ciclos da borracha na região, mas é fato que, dentro da lógica das relações trabalhistas, percebemos um sistema de exploração parecido com as condições de trabalho existentes na produção gomífera que guiou a ocupação Amazônica.

1.3.4 A Amazônia e o agronegócio

Predomina como atual modelo da agricultura brasileira o agronegócio. A palavra agronegócio foi adaptada no Brasil a partir do conceito de *agribusiness*, que teve origem na *School of Business Administration*, da Universidade de Harvard, com o estudo *The Concept of Agribusiness*, de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. Agronegócio é uma junção de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas. A agricultura passa a ser considerada como parte de uma extensa rede de agentes econômicos (MATTOS, 2013).

Mendonça (2013) revela que houve a difusão mundial de que os processos de Reforma Agrária e os modos de produção dos camponeses são ineficientes, e isso facilitou os negócios de grandes empresas multinacionais na agricultura. Na América Latina, o agronegócio se caracterizou pela concentração de capitais multinacionais, principalmente no setor de maquinário, insumos químicos e processamento de alimentos, combinado com grandes extensões de terra e exploração do trabalho. O referido modelo está sendo implementado através de financiamento estatal, padronização de alimentos, concentração de rendas e a utilização da universidade como espaço de pesquisa.

O agronegócio no Brasil é o processo de industrialização da agricultura, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos seus cálculos econômicos, através das cadeias produtivas (MENDONÇA, 2013).

É a junção do capitalismo comercial, industrial e financeiro. Grandes empresas multinacionais se interessam pela produção agrícola. Indústria e agricultura seguem se unindo. Isso, com base em monopólios internacionais ligados ao mercado financeiro que controla a produção, a tecnologia e a distribuição das matérias-primas, como no caso da soja,

em 2007, em que 60% do financiamento da produção era controlada pela Adm, Cargill e Bunge (SAKAMOTO, 2007, p. 105).

Oliveira (2012) destaca que no final do século XX, o modo de produção capitalista sofreu mudanças com a crise e o fim do socialismo no leste europeu. O capitalismo mundial assumiu características básicas do capitalismo monopolista, produzindo em qualquer lugar do mundo onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico fosse acessível. O globo passava pela mundialização da economia, bem diferente da internacionalização. Esta era resultado do fluxo de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens, produtos. Já a mundialização é a transformação de empresas nacionais em internacionais através da abertura de filiais. É a transformação do mercado financeiro nacional para a economia mundial.

Para a reconstituição da Europa e do Japão, vários planos foram elaborados para estabelecer a regulação para o movimento internacional de capitais. Depósitos em bancos estrangeiros, investimentos no mercado europeu e japonês, e investimentos no capital acionário de empresas multinacionais, estimularam o crescimento de finanças internacionais. Depois, os monopólios de pesquisas e de tecnologia geraram controle da força de trabalho, dos mercados e da fonte de matérias-primas nacionais. Importante registrarmos que a maior parte da força de trabalho estava fora de seus países. Isso tudo foi possível graças à cooperação das empresas nacionais com as estrangeiras, ao avanço tecnológico e a ação das organizações governamentais internacionais. Através de organizações como o MERCOSUL, os governos nacionais se empenharam em uma economia internacionalizada para compor o capitalismo que se tornava mundial.

A agricultura, nesse modelo, passou a se estruturar sob três bases. A centralidade da produção de *commodities*, que transformou toda a produção agropecuária, silvicultura e extrativista em produção de mercadoria para o mercado mundial. As bolsas de mercadoria e os monopólios mundiais se tornaram os centros reguladores dos preços mundiais de *commodities*. Na bolsa de Chicago, decide-se o preço da soja, do milho, do trigo, do farelo e do óleo de soja. Na de Londres, o do açúcar, cacau, café. No Brasil, na Bovespa, o boi gordo, o etanol, café, milho e soja (OLIVEIRA, 2012).

Na monopolização, o que ocorre é que as empresas controlam a agricultura sem participar do processo de produção no campo. É o controle de camponeses e capitalistas do campo pelas empresas de comercialização através da subordinação sem produção. Podemos citar, como exemplo desse modelo, a empresa Agrifirma. Trata-se de um grupo brasileiro que trabalha na aquisição e desenvolvimento de terras agrícolas e tem entre seus investidores o

britânico Jacob Rothschild. Essa empresa possui 60 mil hectares de terras no Estado da Bahia e pretende chegar a 100 mil antes da abertura do capital. Aplica em média US\$ 2.300 para aquisição de um hectare para transformá-lo em terra cultivada (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Para sustentar todo esse aparato, que demanda altos investimentos, é necessário reduzir os custos com a mão de obra para que possa se manter competitiva no mercado internacional. E é através da precarização, flexibilização e utilização do trabalho escravo, que tem conseguido manter seus lucros. O papel do Estado é fundamental nisso, pois a concentração de mercado e o processo de formação de monopólios entre empresas do agronegócio têm como função central garantir acesso dessas empresas aos recursos estatais.

Portanto, o agronegócio é uma resposta que a elite brasileira tem dado à crise sofrida pelo latifúndio sob o desenvolvimento da indústria. Para tanto, utiliza-se de superexploração da classe trabalhadora, dos investimentos estatais e do capitalismo financeiro. O TEC é uma possibilidade de garantia da competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional. É necessária a utilização de maquinário e técnicas avançadas para a produção em larga escala no campo, exigindo altos investimentos para tornar possível a produção. A utilização do TEC garante a redução de custos com a força de trabalho.

E essa não é mais uma prática específica da América Latina ou dos chamados países “não desenvolvidos”. O Trabalho Escravo Contemporâneo tem se alastrado pelo mundo todo. Kevin Bales (2001), em sua pesquisa, encontrou trabalhadores escravizados tanto em países como Índia e Paquistão quanto em Londres e França. Ele revela que isso tem ocorrido, primeiramente, porque há um grande contingente populacional. No mundo pós-guerra, a população cresceu de forma progressiva, sendo grande fonte de trabalhadores escravos. Mas ao mesmo tempo, um fator decisivo foi que a modernização trouxe grande enriquecimento às elites e empobrecimento à classe trabalhadora.

O barateamento dos custos com a força de trabalho ocorre direta ou indiretamente, interferindo nos custos da cadeia produtiva. Bales (2001) exemplifica como o carvão, produzido no Brasil, com TEC, é fundamental para a produção de aço, cujo material, em grande parte, vai para a produção de automóveis e outros artigos de metal. Mas o barateamento não se limita à produção. Isso vai ter consequências nos mercados internacionais, atingindo as lojas da Europa e da própria América. Com preços menores, os países escravocratas podem concorrer no mercado internacional. Portanto, o TEC não é visto como exceção ou aberração do capitalismo, ao contrário, funciona como um instrumento a mais no processo de acumulação do capital.

No Tocantins, temos encontrado fortemente a presença de siderúrgicas de Minas Gerais, que estão dentro da cadeia produtiva, mas não são as proprietárias das fazendas. Todavia, é para elas que a produção já sai diretamente. São grandes siderúrgicas de Minas Gerais, principalmente, que se apropriam e financiam essa produção.

São estratégias empresariais que têm sido utilizadas para a competitividade no mercado internacional. Não objetivamos fazer uma análise linear da história, mas esta revela que o modelo de ocupação da Amazônia não foi espontâneo. O que acontece com a Amazônia hoje é resultado de uma política deliberada, implementada por um conjunto de agentes e instituições com finalidades específicas (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO; MARTINS, 2005).

1.3.4.1 O Agronegócio no Tocantins

Pelos dados que iremos analisar abaixo, fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária no Tocantins (SEAGRO-TO), no modelo de desenvolvimento, no âmbito rural, predomina a presença de grandes propriedades com objetivos de atender ao mercado internacional. Em 2011, foram registrados US\$ 486.316.321 em exportações, em 2014 já chega a US\$ 838.777.852 (TOCANTINS, 2014a). Dentre a produção de grãos (soja, milho, arroz) o que mais se destacou foi o da soja. Os indicadores, abaixo, demonstram que ela tem ficado em destaque nos últimos anos.

Tabela 1- TOCANTINS - Percentual da exportação de soja em relação à produção de outros grãos

Ano	Porcentagem
2011	72,3
2012	69,3
2013	66,7
2014	74,7

Fonte: SEAGRO-TO, 2015⁹

Essa produção é originária das grandes propriedades. Pelos dados desta Secretaria: 13,04% da área cultivada de soja no estado são de propriedades que vão de 3000 a 4999 hectares e, 36,23%, são de 1000 a 2999 hectares. Portanto, cerca de 50% das propriedades que realizam esse plantio, no Tocantins, estão dentro da lógica dos grandes empreendimentos (TOCANTINS, 2014a).

⁹ Importante registrar que todas as tabelas apresentadas neste trabalho foram organizadas pela autora, a partir de dados obtidos nas fontes, conforme registro.

Essa produção de soja, além de exportada, é também muito utilizada para a alimentação do gado na região, outro produto em destaque nas exportações, conforme a tabela 2. Essa informação é bem importante quando objetivamos analisar a relação entre o agronegócio e o TEC. No gráfico 6, que iremos analisar no capítulo 4 desta tese, há informações precisas sobre o tipo de atividade em que são encontrados os trabalhadores que foram libertados. 51,4% estão na atividade da pecuária, uma das atividades elencadas pela SEAGRO, conforme tabela 2, de importância para o estado e dentro dos moldes do agronegócio.

Tabela 2 – TOCANTINS - Exportação de carne bovina desossada em relação aos produtos que lideram as exportações

Ano	Porcentagem
2011	24,5
2012	22,6
2013	26
2014	19,5

Fonte: SEAGRO-TO, 2015.

A instalação de grandes multinacionais tem sido feita ainda com atividade sucroalcooleira e extração de eucalipto. Na cidade de Pedro Afonso já está operando a usina da Bunge, instalada em junho de 2011, e localizada em uma área de 94 hectares da zona rural. Ela deverá produzir álcool, açúcar e energia elétrica de alta eficiência. A Cargil, ADM e André Maggi já vêm realizando o financiamento e a comercialização da produção de grãos no Tocantins. Essas empresas atuam em todos os segmentos da cadeia produtiva: compram, fornecem, processam e financiam o cultivo de soja (MATTOS, 2013, p. 232). Sem contar com a presença da agência de cooperação internacional japonesa, também financiando a produção de grãos através do Programa Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Um crescimento que vem ocorrendo nas terras é do plantio do eucalipto. Os dados na tabela 3 demonstram como a monocultura dessa árvore vem crescendo na região. Em 2006, existiam 16.656 hectares de eucalipto; em 2009 passou para 44,3 mil; em 2010, 52,7 mil hectares; e a projeção para 2016 é de 530.000 hectares (TOCANTINS, 2014c). Esse

crescimento ocorre em razão da lucratividade dessa atividade, principalmente para as empresas de produção de papel, exploração de madeira, bem como para a produção de carvão vegetal. Essa expansão do eucalipto é preocupante, porque isso tem sido feito baseado na destruição ambiental e no uso do TEC.

Tabela 3 –TOCANTINS - Plantação (e projeção) de Eucalipto

Ano	Área plantada/hectares de eucalipto
2006	16.656,00
2007	25.994,60
2008	36.590,10
2009	44.309,16
2010	52.783, 60
2011	83.204, 40
2012	197.450,5
2016	530.000,00 ¹⁰

Fonte: SEAGRO-TO, 2015

O plantio do eucalipto já é uma realidade em vários municípios do Tocantins. Já há o funcionamento da empresa Viveiros Tocantins, localizada em Miracema, que implantou um viveiro de mudas para a produção. O empreendimento já produziu mais de 15 milhões de clones de Eucalipto (REZENDE, LIMA, SOUZA, 2014). Esse plantio é muito importante para as empresas, não somente porque é a matéria-prima do papel, mas também porque gera o ferro gusa, fonte de energia. Encontramos, em nossas pesquisas, no município de Darcinópolis-TO, esse cultivo associado ao TEC, em fazenda fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a presença de 89 trabalhadores em situação de trabalho escravo, em 2012. Estes dados serão demonstrados no capítulo 5.

Isso tem sido um foco importante no estado. Em 2011, foi criado o Departamento de Agroenergia, com o objetivo de incentivar e estruturar a produção agroenergética. O governo do estado reconhece que o Tocantins tem um grande potencial para o plantio de florestas, principalmente, eucalipto e seringueira. De 2011 a 2013, houve um acréscimo de 60% da área plantada com floresta. A meta é um crescimento de 160% para 2015 (TOCANTINS, 2014c).

¹⁰ Projeção

Estes grandes empreendimentos têm sido incentivados por políticos locais. O Vice-governador do estado, da gestão anterior, em entrevista concedida a pesquisador, revelou a prioridade que o agronegócio tem na atuação do governo com infraestrutura, incentivos fiscais, facilidade de aquisição de terras e outros benefícios, para que as grandes empresas consolidem o Tocantins. A economia do Tocantins é ligada a grandes grupos empresariais, cujo interesse é o acúmulo do capital.

O governo está empenhado com o agronegócio, porque é através dos investimentos nesse setor e na indústria que o Tocantins vai se desenvolver, queremos fazer desse Estado um grande celeiro e por isso o governador Siqueira Campos tem investido em estrutura de transportes, pois tudo isso vai ser revertido em geração de emprego e renda para nossa população. O número de investidores interessados em fazer negócios com o estado tem aumentado, em razão da prioridade e incentivos que a atual gestão tem dado ao agronegócio. [...] na produção de soja, houve um crescimento de 850% na última década e ao mesmo tempo grande produtividade. A agricultura passa por um momento muito bom e o nosso estado tem ganhado cada vez mais visibilidade nesse cenário, o que tem atraído muitos investimentos (ARAUJO, 2012, apud MATTOS, 2013, p. 250).

As políticas de liberalização do mercado têm beneficiado a concentração dos oligopólios, dificultando a competitividade internacional. E é na precarização da mão de obra que se tem mantido os lucros e assegurado a acumulação para o investimento no mercado financeiro. O que esse novo momento histórico revela é uma tendência à precarização e à flexibilização das relações de trabalho para atender a dinâmica internacional. Isso é feito tanto de maneira formal, através da criação de leis e da retirada de direitos¹¹, quanto ilegal, como é o caso do Trabalho Escravo Contemporâneo.

1.4 Tocantins: um estado recente

Pelo artigo 13, do Ato das disposições transitórias da Constituição Federal Brasileira, em 05 de outubro de 1988 nasceu o estado do Tocantins, através dos instrumentos oficiais. Mas verificaremos que desde o período colonial há um desejo e luta pela separação de Goiás. No último censo, em 2010, o estado apresentou uma população de 1.496.880 pessoas, distribuídas em um imenso território de 277.720, 520 Km², com 139 municípios, situado na região norte do Brasil. Sua densidade demográfica já chega a 4,98 (IBGE, 2014). Ainda se constitui como um grande vazio populacional, apesar de estes números já serem resultado de políticas de ocupação e mobilização espontânea, ocorridas desde o período colonial,

¹¹ Um exemplo importante de lembrar é a votação do projeto de lei que regulamenta a terceirização no Brasil.

comparado a estados como o de Sergipe, que já possui mais de dois milhões de habitantes em uma área de 21.915,116 km², com 75 municípios (IBGE, 2014).

Faz parte da Amazônia Legal, região criada no governo do presidente Getúlio Vargas com o objetivo oficial de planejar e de promover o desenvolvimento econômico da região. Mais que um imperativo geográfico, este foi um conceito político. Lira (2011) lembra que o Tocantins tem fauna e flora muito heterogêneas, enquanto que a Amazônia é caracterizada pelo seu grande percentual de homogeneidade na sua vegetação. O Tocantins tem quatro tipos de vegetação: o cerrado, presente em todo o território; as florestas de galeria, faixas de mata que acompanham curso d'água, como o Estado é cortado por várias bacias hidrográficas, esse tipo de mata há em abundância; região conhecida como Jalapão, onde há um solo muito arenoso, próximo aos climas de deserto; e, o bico do papagaio, com vegetação Amazônica, região que fica mais ao norte do estado.

Mesmo com toda essa diversidade, o artigo 2º da Lei 1806, de 06/01/1953, estabelece que a Amazônia Brasileira abrange as regiões do Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, ao norte, Goiás ao norte (Tocantins) e Maranhão ao oeste (BRASIL, 2014m). Era necessário incluir o norte de Goiás nesse processo para facilitar os objetivos de dominação.

Essa lei foi tão útil que ela permaneceu vigorando após o golpe de 1964. Por objetivos econômicos e de segurança nacional, era preciso combater levantes comunistas na região. Nela, surgem movimentos comunistas, como, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia, na cidade de Xambioá, hoje Tocantins. Não é por acaso que foi construída a Rodovia Estadual GO-386, cujo objetivo era ligar as cidades de Araguaína e Araguanã, Tocantins, ao mesmo tempo em que foi criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), pelo Decreto-Lei nº 1767/1980 (BRASIL, 2015 b). Este grupo foi um programa militar que dava apoio aos proprietários da região norte, onde ocorreu a Guerrilha. Mas foi também um instrumento de controle capitalista na região. Era a introjeção do capital na Amazônia de forma controlada e vigiada. Lira (2011) diz que a Amazônia tocaninense reconfigurava o espaço amazonense através da criação de regiões administrativas vigiadas, federalização das terras devolutas e políticas de subsídio às grandes empresas.

1.4.1 Criação do estado do Tocantins

Tocantins já pertenceu ao centro-oeste, quando era o norte do estado goiano. Movimentos separatistas, encontrados ao longo de sua história, vão explicar o desfecho,

ocorrido em 1988. No período colonial, o povoamento de Goiás se iniciou com base na exploração aurífera na região, na primeira metade do século XVIII. Nesse momento, foram descobertas as minas de Goiás. Isso não significa que somente a partir desse fato essa região tenha sido descoberta. Desde o século XVI, os jesuítas e os paulistas estavam nessa área explorando os indígenas. A primeira bandeira predadora de índios, em Goiás, foi em 1592, tendo como liderança Sebastião Marinho. Entre 1506 e 1600 chegou ao norte de Goiás a Bandeira de Domingos Rodrigues. Após essa fase, entrou em vigor a produção de metais preciosos, também através de bandeiras (PARENTE, 2007).

Foi em 1720, que Bartolomeu Bueno da Silva e Domingues Rodrigues escreveram ao Imperador pedindo para organizarem uma bandeira no interior da capitania de São Paulo, a qual Goiás fazia parte, com o objetivo de descobrir minas de ouro. O governo metropolitano autorizou, pela necessidade de buscar um caminho terrestre para as minas de Cuiabá, em substituição ao difícil caminho fluvial, pela necessidade de um novo eixo econômico financeiro devido aos conflitos com os emboabas, em Minas gerais (PARENTE, 2007).

Em 21 de outubro de 1725, Bartolomeu Bueno chegou com a notícia de grande quantidade de ouro nos sertões de Goyazes (PARENTE, 2007). Foi a partir desse momento que essas minas se incorporaram ao sistema colonial português, o que provocou grande corrida para a região. À medida que as minas foram se tornando um local mais complexo, a permanência da autoridade paulista se tornou bem difícil. Havia dificuldades administrativas imensas devido à distância. Assim, as jazidas goianas ficaram jurisdicionadas à capitania paulista, mas sob a direção de Bartolomeu Bueno, em 1726. A descoberta de novas jazidas, de difícil acesso e cada vez mais distantes dos centros decisórios, problemas de falta de comunicação, carência de um aparelho administrativo mais presente e organizado, inexistência da polícia, causaram a separação de Goiás da Capitania de São Paulo, em 29 de janeiro de 1748, tendo como primeiro governador D. Marcos Noronha (PARENTE, 2007). Mas essas mudanças não transformaram o quadro de exploração do governo português sob as minas do norte de Goiás.

Elas produziram mais que as minas de Cuiabá. De 1750 a 1754, período de maior produção, foi de 37,31% da produção nacional. Ela durou de 1722 até 1754 como momento áureo. A partir dessa data, pelas técnicas rudimentares com as quais se exploravam as minas, mais precisamente na década de 1780, a mineração teve um declínio gradual e irreversível. Isso resultou na extrema pobreza da região. Mesmo tendo uma participação importante na produção de ouro, Goiás não teve acúmulo de capitais. A questão foi que, durante o auge da produção mineradora, não se produziu outro produto comercial na região (PARENTE, 2007).

O norte de Goiás foi mais acentuadamente explorado do que o sul. Cavalcante (2002) revela que em vez de ser cobrado o quinto do ouro em pó, na produção das minas, determinou-se uma taxa sob cada escravo utilizado, acrescido de uma sobretaxa para as minas do norte. As minas do sul de Goiás e as de Minas Gerais pagavam as mesmas taxas. Justificava-se que as minas do norte eram mais ricas que as demais. Isso causou grande reação aos mineiros do norte, ameaçando passar em marcha no Maranhão. Esse fato começou a gerar um sentimento separatista na região.

Se por um lado era extremamente explorado, por outro, não havia uma correspondência de atenção para as questões do norte goiano. Essa região somente se relacionava com o sul esporadicamente, em função de atos administrativos isolados e com finalidades meramente fiscais ou jurídicas. Por isso, Cavalcante (2002) aponta 1736 como o ano da primeira manifestação da oposição norte-sul, marcando um período de fervorosas reivindicações, surgindo a necessidade do governo enviar soldados profissionais de cavalaria para proteger o superintendente das minas das manifestações dos mineiros e dos habitantes locais. O fato obrigou o governo português a atender a reivindicações dos revoltosos para a redução das taxas, como a criação de uma intendência em Traíras para evitar as longas viagens ao sul, mas o norte ainda seguia pertencendo à capitania de Goiás.

Com o declínio da produção aurífera, além da continuação dos problemas administrativos, sem esquecer a pobreza extrema da região pós-ouro, o governador da província dividiu Goiás na comarca do norte e na comarca do sul, em 1809. Nascia a comarca de São João das Duas Barras, com uma demarcação geográfica muito próxima do que é o estado do Tocantins hoje. O desembargador português Joaquim Teotônio Segurado foi designado para atuar como ouvidor nessa comarca, um personagem importante no seguimento separatista. Lira (2011) chama a atenção para o fato de ter sido designado um desembargador, ao invés de um administrador, no comando da comarca. Revela ainda a preocupação de reestabelecer a ordem na região, afetada pela atividade mineradora cheia de contrabando, sonegação de impostos e revoltas.

Teotônio Segurado foi uma figura importante na comarca do norte, seja no ideal separatista, seja no domínio português. Como ouvidor da região, ele apresentou um documento ao imperador, intitulado “memória econômica e política sobre o comércio ativo de Goiás”, apresentando propostas de desenvolvimento da comarca (CAVALCANTE, 2002). Uma delas foi a mudança da sede de Natividade para a Barra da Palma. Com o consentimento do Príncipe regente, em 25 de fevereiro de 1814, Teotônio assumiu uma postura de liderança e passou a ser visto como um dos deflagradores do movimento separatista de 1821.

Mesmo com a criação da comarca do norte, muitos problemas subsistiram. Continuava sendo onerada em tributos sem a assistência da administração pública e sem força política representativa. O descaso administrativo ocorreu no campo da saúde, da segurança e da educação.

1821 foi um ano de muita instabilidade na relação Brasil e Portugal, já que retornaram a ativa as Cortes de Lisboa, convocadas depois de muitos anos para discutir as questões com a colônia. Somado a isso, no século XIX, chegaram ao Brasil as ideias liberais. Na capitania, essas ideias foram originadas de um grupo de pessoas liderado pelo capitão Cardoso e o Padre Marques, que objetivaram livrar a comarca de São João das Duas Barras do capitão-general e também do domínio português, mas o plano dos revolucionários foi delatado pelo capitão-general, que se antecedeu e prendeu as suas lideranças. O padre Marques fugiu, mas retornou para reorganizar os atos de independência (LIRA, 2011).

Em 14 de setembro de 1821, foi instalada a junta provisória do governo independencista da Província de São João da Palma, concretizando a ruptura com o sul. Mas ela não foi reconhecida pelo príncipe regente D. Pedro I pelo receio de quebrar a unidade política do Brasil e também por divergências com o próprio Teotônio, que não objetivava a independência do Brasil (CAVALCANTE, 2002). Uma série de atos começou a ser tomada por Teotônio que gerou certo grau de desconfiança e descontentamento da população. Isso se confirmou quando o desembargador viajou até Portugal, com a finalidade de buscar apoio do reino para concretizar a separação da província, mas continuava ligado ao governo português, apagando o movimento de independência da metrópole.

Essas divergências somadas com a independência política do Brasil, em 1822, acabaram com a independência e estabeleceram políticas de reunificação. O Imperador emitiu comunicado de desaprovação da criação da província de São João da Palma. Com a desobediência da ordem, pelo governo independencista de Pinto Cerqueira, o padre Camargo Fleuri foi enviado como pacificador. Aproveitando-se das rivalidades entre as lideranças políticas, e antecipando o ofício do Imperador, consegue-se a reunificação de Goiás em 24 de abril de 1823 (LIRA, 2011).

No período Imperial, manteve-se a preocupação com a unidade política brasileira, mesmo que a divisão colonial dificultasse a própria administração com imensas províncias. Na Constituição de 1824, foram asseguradas as mesmas divisões da era colonial, deixando-se aberta a possibilidade de criação de novas províncias ao alvitre do Congresso. O artigo 2º, desta Constituição, prevê que no Brasil “o território é dividido em Províncias na forma em

que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado” (BRASIL, 2014o).

Importante salientarmos que houve intenso debate, na Assembleia Constituinte de 1823, objetivando a criação de outras comarcas, devido ao grande tamanho delas e à dificuldade de administração. O deputado Antonio Carlos Andrade propôs, como redação do artigo 4º, da referida Constituição, o seguinte texto: “Far-se-á do território do Império conveniente divisão em comarcas, destas em distritos e dos distritos em termos; e nas divisões se atenderia aos limites naturais e igualdade de população quanto fosse possível” (BRASIL, do Parlamento Brasileiro, 2014). Esse projeto foi debatido na sessão do dia 20 de setembro de 1823, da Assembleia constituinte. O Deputado Vergueiro propôs uma emenda a esse projeto sob os seguintes argumentos.

Neste artigo, divide-se o território do Brasil em comarcas, o que não aprovo; ou se quer dar o nome de comarca ao que hoje é província, e nenhuma razão encontro para esta troca de nome, de que não resulta algum proveito: ou se quer adotar a divisão atual de comarcas para que cada uma tenha o seu governo, no que encontro inconveniente, por ter maior parte delas muito pouca população para sustentar esse governo. Portanto, é meu parecer que se conserve a denominação de províncias sustentando-se a sua divisão com as modificações de que logo lhe falarei.

Não quisera que as províncias fossem demasiadamente grandes nem demasiadamente pequenas; porque no primeiro caso não se governarão bem, e pode a sua força dar meios de oposição à força nacional; no 2º caso argumenta-se consideravelmente a despesa da administração, e também o número de empregados, o que é digno de consideração.

[...] a província que tiver actualmente, ou no futuro se elevar a 400.000 almas, será sem demora dividida em duas. A que tiver 200.000 almas, ou mais, não chegando a 400.000, pode ser dividida. A que tiver menos de 200.000 não pode ser dividida. (BRASIL, 2014a).

Todavia, houve uma grande movimentação da bancada da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco para a não aprovação dessa mudança. A permanência da divisão territorial, naquele momento histórico, favoreceria essas províncias. O deputado Maia, da bancada de Minas Gerais, pronunciou-se contra essas modificações. O argumento foi basicamente técnico com a justificativa de que não caberia à Constituição tratar desses detalhes, mas ao legislador ordinário, portanto, a matéria deveria ser tratada por lei e não pela Constituição. Mas o deputado Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, da bancada pernambucana, foi além e se pronunciou contrariamente às mudanças na divisão territorial brasileira.

Enquanto ao aditamento oferecido pelo Sr. Vergueiro, não o julgo razoável. Nós sabemos que o aumento da população não depende da extensão do território: da facilidade dos meios de subsistir; da bondade dos climas; e de outras cousas semelhantes. Ora se de uma província, pequena em território, mas susceptível de grande aumento de população em razão de fertilidade, do seu comércio, da sua polícia, etc se for fazendo novas divisões, logo que chegar a 200.000 almas, teremos uma infinidade de provinciazinhas, que não merecerão nome. Por consequência disso, é melhor atender aos limites naturais, e às outras circunstâncias locais do que à população (BRASIL, 2014a).

O norte de Goiás permanece integrante do mesmo estado, mas o ideal separatista permanece. Em 1879, o Visconde de Taunay apresentou o projeto da separação entre norte e sul de Goiás através da ideia da criação da Província do Tocantins (SANTOS, 2002). Entretanto, este desiderato não consegue subsistir devido aos demais interesses. No período republicano, esse sentimento separatista persistiu. Até porque o norte de Goiás continuou isolado. Em 1913, Goiás foi ligada às Minas Gerais, através da estrada de Ferro de Goiás e da Rede mineira de aviação, aumentando as atividades comerciais e inter-regionais. Mas isso se situou mais intensamente na região sul, redefinindo o povoamento e o fluxo econômico (SOUZA, 2002). O norte seguiu isolado, sem população e com uma frágil produção econômica. Somente na constituição de 1946 foi possível a separação se fixa mais concretamente.

Lira (2011) chama atenção que o hiato entre as lutas separatistas do período colonial, até a década de 1940, ocorreu devido à existência de fatos nacionais que causaram receios nos idealistas-separatistas, pois se dividiram entre a separação regional e os acontecimentos políticos do país: a independência, o coronelismo, a revolução de 1930. Com o governo do Presidente Vargas, houve um interesse na criação de novos estados com a bandeira da segurança nacional, já que isso se manifesta em regiões de fronteiras internacionais que precisariam de políticas para a proteção do território.

Assim, prevê o artigo 2º da constituição de 1946: os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas Assembleias Legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional (BRASIL, 2014p). A partir daí houve um ressurgimento de organização de luta para a emancipação.

Além desse panorama nacional, está a retirar a construção de Goiânia-GO, em 1942, que retirar deixou a região norte ainda mais afastada das decisões, diminuindo a possibilidade de representantes regionais se elegerem a cargos tanto no âmbito Legislativo quanto no Executivo. Esses fatos originaram o surgimento de vários atos com o objetivo de promover a

separação. A cidade de Porto Nacional foi o espaço onde esse movimento se desenvolveu, por ser a mais centralizada, a mais populosa, possuir aeroporto e até por ser um centro histórico-cultural que se destacava (LIRA, 2011). Em 1956, foi escrito, na cidade de Porto Nacional, um manifesto à nação, defendendo essa separação. Isso como resultado de um processo de mobilização de estudantes através da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG).

Com a posse de Juscelino Kubitschek (JK), em 1956, esse movimento teve maior esperança de separatismo, principalmente, após a criação de Brasília que poderia ser o caminho para a integração do norte e a abertura para a separação. A questão foi que JK se concentrou na construção de Brasília. Os políticos do sul de Goiás aproveitaram essa situação para postergar o momento da separação para a marginalidade, o que aconteceu com a vinda do golpe civil-militar de 1964. O movimento separatista ficou com atividades isoladas, como carta enviada ao presidente Castelo Branco, pelo juiz Feliciano Braga, reivindicando a criação do estado do Tocantins que não teve resposta. Os militares implementaram vários projetos na região, e esse movimento das ruas, liderado por intelectuais, estudantes, foi visto e confundido com movimentos comunistas. Houve inclusive prisões em Porto Nacional-TO (LIRA, 2011).

Essa atitude dos militares ocasionou uma mudança de estratégia do movimento separatista. O debate nas ruas deslocou-se para as instituições, mas isso não ocorreu sem consequências. O debate jurídico se sobrepôs às ações políticas. Em 1974, surgiu a Lei complementar nº 20, que fundiu os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Mas o importante dessa lei foi a abertura da possibilidade da criação de estados.

Art. 2º os Estados poderão ser criados: I - Pelo desmembramento de parte de área de um ou mais Estados; II - Pela fusão de dois ou mais Estados; III - Mediante elevação de Território à condição de estado.

Art. 6º poderão ser criados territórios federais: I - Pelo desmembramento de parte de Estado já existente, no interesse de segurança nacional, ou quando a União haja de nela executar plano de desenvolvimento econômico social, com recursos superiores, pelo menos, a um terço do orçamento de capital do Estado atingido pela medida; II - Pelo desmembramento de outro Território Federal. (BRASIL, 2014q)

Importante expormos os dois artigos para demonstrar as possibilidades que o Deputado Siqueira Campos teve para levar ao Congresso Nacional. Ele poderia ter levado a proposta da criação de um novo Estado, mas, em 1974, preferiu levar a proposta da criação de 12 novos territórios federais na Amazônia, dentre eles o do Tocantins. Proposta aprovada na Comissão da Amazônia instalada no Congresso Nacional. Lira (2011) defende que o Deputado procurou agradar aos militares a escolher esse caminho da proposta. Mas ela não

prosperou. Uma nova perspectiva adveio com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Lei Complementar nº 31 de 1977 (BRASIL, 2014p). Ainda em 1981, foi criado o estado de Rondônia, através da Lei Complementar nº 41 (BRASIL, 2014s). Este fato deu uma dimensão estadual na organização territorial da Amazônia.

Com isso, surgiu a proposta de um plebiscito para a criação do Estado do Tocantins, através do Projeto de Lei nº 3433-A, apresentado em 15 de abril de 1977. Ele chegou a ser aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em plenário da própria Câmara, nas duas discussões, mas foi rejeitado no Senado Federal, em 29 de junho de 1979. Nesse projeto, podemos observar os argumentos levantados pelo Deputado Federal Siqueira Campos para comprovar a necessidade do surgimento do Estado.

Esse pensamento é lógico porque a enorme extensão norte-sul do estado (quase dois mil quilômetros) que começa nas divisas de Minas e Mato Grosso, bem próximo a São Paulo, entendendo-se até o Pará, Maranhão e Piauí, torna extremamente difícil a missão do governo regional. São mais de duzentos municípios que obrigam o estado a despesas enormes somente no transporte constante de altos funcionários, inclusive, do governador, que é obrigado por suas próprias funções, ao plenamente atendimento pessoas em todas as regiões. Por isso, a ideia da divisão de Goiás em dois Estados foi ganhando corpo e sensibilizando as populações. [...]

Nem se diga que a criação do Estado do Tocantins encontraria resistência no sul goiano. Ao contrário, inúmeros políticos e líderes do sul defendem com entusiasmo a criação do estado do Tocantins, porque se convenceram de que isso beneficiará não somente o norte, mas, sobretudo o sul. Se o governo de Goiás não tiver que se preocupar com o norte e puder voltar suas atenções exclusivamente para o sul, isto contribuirá enormemente para acelerar o progresso da região meridional.

[...] por outro lado é fato público e notório o aumento acelerado da população do norte de Goiás. Ela se aproxima da casa de um milhão de habitantes. Graças à expansão demográfica, à fundação de novas cidades e ao crescimento das já existentes, criou-se um mercado de trabalho para profissionais de todos os ramos, especialmente os liberais, que já os há as centenas em toda a região. (BRASIL, 2015d)

Perseguindo seus objetivos, o mesmo Deputado já elaborou, em 1978, Projeto de Lei Complementar para a criação do Estado do Tocantins. Aprovado na câmara dos Deputados e no Senado Federal, ele foi vetado pelo presidente José Sarney, em 1983 e 1984. Com advindo do texto constitucional, apreciou-se ser mais tático o foco no texto constitucional de 1988. Foi entregue à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta de emenda ao texto constitucional, com aproximadamente 80 mil assinaturas. Esse texto teve que ser revisto e foi

suprimida a eleição direta para governador e vice (LIRA, 2011), finalmente foi aprovada a criação do estado do Tocantins.

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 2014c)

1.4.2 Formação populacional do estado do Tocantins

Desde o período colonial, a região norte tem um vazio populacional. Nos séculos XVI e XVII havia basicamente os indígenas. Com as descobertas das minas, no século XVIII, ocorreu um aumento populacional, mas esta região foi um pouco prejudicada quanto ao povoamento. A falta de segurança nas estradas e o rigor fiscal dificultavam o acesso das pessoas à região, além da hostilidade dos índios. O sul de Goiás totalizava 36.499 pessoas em 1804. Já o norte, 14.048 (PARENTE, 2007, p. 63).

A população era formada por vários grupos como resultado da imigração do ouro. Em 1804, os brancos totalizavam apenas 7,4% dos habitantes, mas eram os que possuíam o maior número de escravos. A mestiçagem foi muito forte na região a partir do século XVIII, chegou a ser 33,4%. Os escravos totalizaram 38,8 % da população do norte, a maioria na cidade de Natividade. Os negros livres chegaram a 20,4% do total e se concentravam na mesma cidade. (PARENTE, 2007, p. 63). Os negros que lá chegaram eram sudaneses ou bantos, vindos da Bahia e do Rio de Janeiro, nos períodos altos de produção do ouro. Apesar de que, do período de 1739 a 1800 foram encontrados, na cidade de Arraias, a presença de 360 escravos, sendo que 217 eram brasileiros. (APOLINÁRIO, 2002, p. 147).

A alta percentagem de escravos demonstra sua importância na economia goiana. A mineração, a que mais o utilizou, direcionava seu trabalho na extração e beneficiamento do metal. Esse trabalho era muito exaustivo, já que não havia investimentos na tecnologia de exploração, e o método era o do ouro aluvional. Eles deveriam extraí-lo através de uma bateia (bacia grande e rasa feita de madeira ou metal). Esse ouro estava misturado à areia e os negros precisavam passar horas, com movimentos circulares, com os pés na água, sob um calor estafante, para separarem o ouro dela. Outra atividade desenvolvida por eles era nas fazendas de gado. Participavam da atividade criatória com vários trabalhadores livres, como capatazes

e vaqueiros. Outro trabalho era o doméstico nas casas senhoriais, nas carpintarias, nos sapateiros entre outras (APOLINÁRIO, 2002). Essa política de utilização dos negros teve uma direção a partir da tomada de medidas da coroa portuguesa, que não via o índio como um sujeito de povoamento do país. Apesar de ele ser muito presente na região. Foram encontrados, pelo antropólogo Giralдин (2002), vários povos indígenas no norte de Goiás, no século XVIII: o povo Avá-Canoeiro, que habitava os municípios de Paranã, Peixe e Gurupi; os Akorá e Xakriabá, no atual município de Dianópolis; os Xavantes, em Aliança, Crixás, Fátima, Cristalândia, Paraíso e Guaraí, estendendo-se até o município de Colinas; os Xerentes, na cidade de Porto Nacional; os Nhirkwājê, na região próxima à Conceição do Araguaia; Os Krahô, na divisa entre Maranhão e Tocantins; os Apinajé, na região conhecida como bico de Papagaio; e os Karajás ocupando a Ilha de Bananal, uma ilha fluvial.

No século XVIII, foram declaradas guerras de extermínio a esses autóctones por se compreendê-los como impasse ao acesso dos mineiros às jazidas. A própria metrópole legalizou essas guerras. A partir da segunda metade do século XVIII, com as medidas do Marquês de Pombal, a administração dos indígenas tomou novo rumo e eles passaram a ter papel fundamental no processo de povoamento (PARENTE, 2007). Mas os escravos seguiam tendo sua função no trabalho.

Desde o período colonial, há uma cultura escravocrata na região norte de Goiás. Primeiramente, foram os indígenas, depois os negros para fornecerem ouro e gado a Portugal, depois, gado. Hoje, o trabalho escravo permanece, sem distinção de raça, para o acúmulo de riqueza do agronegócio.

A história do Tocantins foi marcada por uma economia dependente do mercado externo com uma produção baseada no trabalho escravo ou superexplorado. Mas também foi uma região esquecida, pela execução de políticas públicas, por muitas décadas, o que gerou relações coronelistas acentuadas e uma pobreza extrema. Quando o poder público realizou ações, foram pautadas por interesses econômicos que excluíram os trabalhadores e trabalhadoras do processo de produção de riquezas. Uma das organizações que tem realizado ações, com o objetivo de reduzir as desigualdades no Tocantins e a região, e possui uma preocupação com essas questões, é a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

CAPÍTULO 2

2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E SUA VISÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

Paiva (1985) lembra que a história da Igreja Católica está relacionada à resistência da destruição de seus valores. Uma atitude defensiva em um mundo cada vez mais laicizado. Desta forma, influenciando em sua relação com o ser humano do campo. A separação entre a Igreja Católica e o Estado exigiu sua articulação com a classe média e a burguesia emergente (tradicionalmente ela esteve ligada aos grandes proprietários e a seus interesses), pois precisava de manutenção financeira, como veremos no capítulo 3. O trabalho pastoral se concentrava nas paróquias e nos colégios, pressupondo conhecimento formal dos fiéis para desenvolver suas atividades. Partia-se do pressuposto de que o ser humano do campo era ignorante, analfabeto e seu catolicismo superstição. O camponês não era visto como classe política. Isso muda no pós-guerra.

A derrota do fascismo e o reconhecimento do moderno Estado Burguês da importância da religião como instrumento do controle das massas possibilitou o rompimento dessa atitude defensiva. A Igreja Católica apontava riscos na sociedade de massas, especialmente quando revelou que a responsabilidade do terror do fascismo tem relação com a irracionalidade das massas, não somente no campo, mas também nos centros urbanos. De posse dessas análises, a burguesia via a Igreja Católica como um forte instrumento de controle desse povo para impedir a geração de revoluções. Era necessário haver uma massificação educativa para que as pessoas não fossem lideradas por manipuladores, como aconteceu no nazismo. Além do mais, chegou a notícia, através dos organismos internacionais, das mobilizações dos camponeses na América Latina (AL) com a revolução boliviana e a Reforma Agrária guatemalteca.

Essas questões reorientaram a doutrina e a operação da Igreja Católica na ação direta com as massas. Isso possibilitou redescobertas e revalorização do folclore, da cultura popular, da organização e desenvolvimento de comunidades, buscando formas modernas de ação. Abriu portas para o surgimento de novas correntes teológicas que buscaram a modernização de seu pensamento, a inserção de assuntos públicos com a passagem de uma religião privada para a preocupação com assuntos públicos.

Neste capítulo, vamos debater essas modificações de reflexões e práticas da Igreja Católica, isso porque a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um dos pontos de ação e teoria

dessa entidade. A partir da análise dos documentos, emitidos pela Igreja nas últimas décadas, poderemos observar como há uma divergência de opiniões a respeito da interpretação do evangelho, que levou às mais diversas práticas. Essas reflexões são necessárias para localizarmos a CPT dentro da Igreja, e mais, para compreendermos o combate desta pastoral perante o TEC. Essa atitude já é resultado da visão que a Comissão Pastoral da Terra tem da religião e da fé em Deus como instrumentos de viabilizar o combate à injustiça. Além disso, realizaremos aqui ainda o debate conceitual sobre TEC, analisando a partir de qual conceito a CPT age para combatê-lo.

2.1 A Igreja Católica e sua preocupação com as massas

Já no século XIX, podemos perceber uma preocupação efetiva da Igreja Católica com a questão dos operários. A situação deles era de lastimável pobreza, miséria e degradação humana. Assim, houve o surgimento da doutrina social da Igreja Católica com um documento marcante, que foi a Encíclica papal de Leão XIII, em 15 de maio de 1891, chamada *Rerum Novarum (RN)*.

A importância desse documento foi pelo fato da Igreja Católica ter se proposto a indicar uma solução para o problema da pobreza dos operários. Ela passou a ter uma atividade mais próxima aos trabalhadores, admitindo a usura como uma das causas dessa situação. É fato que o texto é claro quanto à apreensão da Igreja Católica a respeito das ideias socialistas. Houve um franco receio de que a miséria do operariado tivesse como saída o fim da propriedade privada. Talvez por isso haja proposições de solução que vão além da caridade, como a execução de políticas públicas. É importante ressaltarmos que essas propostas são de cunho assistencialista e negam o conflito entre os grupos sociais. O núcleo central é que essas ideias revelam uma Igreja ativa, envolvida com problemas que vão além do âmbito privado, que não está somente direcionada para a classe média. Por isso, é importante observarmos alguns momentos desse documento.

O papa Leão XIII iniciou a carta revelando que o mundo passava por uma série de inovações: os progressos na indústria, nas artes, a alteração das relações entre operários e patrões, a influência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da pobreza de uma multidão. A missão da Igreja Católica impunha um dever de solução conforme a justiça e equidade. A solução seria difícil, porque é difícil conciliar capital e trabalho, mas o caminho era precisar, com exatidão, os direitos e os deveres que regem a riqueza e o proletariado (PAPA LEÃO XIII, 2014).

Segue na carta que essa situação de miséria foi causada pelo fim das corporações e pela destruição dos princípios e sentimentos religiosos que levaram à cobiça. Mas esse quadro tende a piorar com as propostas socialistas, pois elas instigam os pobres ao ódio invejoso e pretendem que toda a propriedade seja suprimida. A conversão da propriedade privada em coletiva tornaria a situação do operariado ainda mais precária, diz o papa, pois retira a livre disposição do salário e rouba a esperança de toda a possibilidade de engrandecerem seu patrimônio e melhorarem sua situação. Além de violar um direito natural.

Diferenciáramo-nos dos animais, defende o papa, pela nossa inteligência, e, em virtude dela, temos não somente a faculdade de usar as coisas, mas o direito perpétuo de possuir coisas, tanto as que se consomem pelo uso como as que pertencem depois de nos terem servido. O ser humano tem necessidades constantes, e o único meio que está à disposição para essa satisfação é a terra. Ela protege a família, proporciona-lhe a criação de um patrimônio e ajuda a defender o ser humano contra as supressas da má fortuna, portanto, a propriedade particular não é contra a natureza. Violando a propriedade privada, defende-se na carta papal que os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família. Por isso, a Igreja Católica faz uma proposta que, em sua avaliação, nem pende ao liberalismo nem ao socialismo. É uma solução conciliatória que une as classes.

A Igreja Católica quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja Católica, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso (PAPA LEÃO XIII, 2014).

O que a Igreja Católica deve proporcionar é uma harmonia entre as classes, segue defendido na encíclica, não partir do ponto de que há uma luta entre elas. Primeiramente, as pessoas devem aceitar sua condição com paciência. Nesse documento, é expressa a impossibilidade de que todos sejam elevados ao mesmo nível. Existem diferenças profundas entre os seres humanos, diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força, de onde nasce a desigualdade de condições. Por isso, essa desigualdade é necessária, porque a vida precisa de organismos variados e funções diversas. O papa segue defendendo que outro equívoco, quanto a esse tema, é pensar que os operários e patrões são inimigos natos uns dos outros. Essas classes estão destinadas a se unirem harmoniosamente e a manterem esse equilíbrio. “Não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital” (PAPA LEÃO XIII, 2014).

A Encíclica segue esclarecendo que os pobres e operários têm o dever de fornecer, de forma integral, o serviço para o qual foi contratado. Tanto as reivindicações devem ser isentas de violência, como os operários devem fugir de seres humanos perversos que lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas. Jesus Cristo não suprimiu suas lições da vida morta, segue os ensinamentos papais, ele fez delas estímulos de virtude e fontes de mérito. Para pretender as recompensas eternas é preciso caminhar sob os traços sanguinolentos de Jesus. Jesus Cristo chama aos pobres de bem-aventurados, por isso, no documento, há a defesa de que as greves devem ser combatidas. Elas fazem o operário abandonar o trabalho, ameaçar a tranquilidade pública e os laços naturais da família. Os ricos e patrões não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem. O que é vergonhoso e desumano é usar seres humanos como instrumentos de lucro e não os estimar senão para fornecerem lucros. É preciso estreitar a união das duas classes até a união uma da outra por laços de verdadeira amizade (PAPA LEÃO XIII, 2014).

No documento que estamos analisando é claro que essa união vai sendo conseguida através da caridade. E aí há uma discussão sobre a legitimidade do uso das coisas. Ninguém é obrigado a aliviar o próximo privando-se do necessário, mas se já satisfizer suas necessidades e há sobras, deve-se doar aos pobres, pois é um dever cristão. Essas ideias da carta papal esclarecem, de forma cristalina, o enfoque em uma visão assistencialista da solução da pobreza, apesar de que também há uma preocupação com algumas políticas públicas. Se, por um lado há a preocupação com a miséria dos operários, por outro há também muita ênfase na preservação da riqueza.

Seguem a ideias na Encíclica papal, que a Igreja Católica deve sugerir outros caminhos complementares para resolver a questão. Por isso, passou a cobrar do Estado uma política para combater essa miséria. Este deve fornecer tudo que possa melhorar as condições de vida dos operários, mas precisa também proteger a propriedade privada, criando leis sábias que a assegure. Nem a justiça, nem o bem público podem consentir que se danifique fazendas, nem que se invada direitos alheios. O operário deve melhorar sua condição por meios honestos.

Essas leis também devem garantir que o pobre operário não seja submetido a desumanidades. Não é justo que do ser humano se exija tanto trabalho. É preciso haver o direito aos repousos, além disso, o trabalho não pode se prolongar por mais tempo do que as forças permitam. Trabalhos como o de extrair pedra, ferro, chumbo, e outros materiais escondidos debaixo da terra, por serem mais nocivos, devem ser compensados com uma duração mais curta (PAPA LEÃO XIII, 2014).

E por final, outro caminho indicado na encíclica para resolver a o problema da miséria é o estímulo à criação de associações particulares. Os próprios patrões e empregados podem auxiliar nessa solução por meio da criação de associações de socorros mútuos, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores e suas viúvas e órfãos, no caso de mortes e acidentes; e o patronato para proteção benéfica de crianças, adolescentes e adultos. Além disso, corporações de operários devem ser formadas.

Essas ideias contidas na *Rerum Novarum* (RN) guiaram, por muitas décadas, as ações da Igreja Católica de forma hegemônica. O Papa Pio XI proferiu mais cartas papais nesse sentido. Em 1931 publicou a encíclica «*Quadragesimo anno*», comemorativa dos quarenta anos da RN. Ela reafirma o princípio segundo o qual o salário deve ser proporcional não só às necessidades do trabalhador, mas também às de sua família (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2014) No mesmo ano, em 29 de Junho, Pio XI protestou contra os abusos do regime totalitário fascista na Itália com a Encíclica «*Non abbiamo bisogno*». Em 1937, publicou a Encíclica «*Mit brennender Sorge*», sobre a situação da Igreja Católica no Reich Germânico. Com a Carta «*Divini Redemptoris*», sobre o comunismo ateu e sobre a doutrina social cristã (19 de Março de 1937), Pio XI criticou de modo sistemático o comunismo, definindo-o como intrinsecamente perverso (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2014).

Apesar das limitações, inclusive reflexivas, da *Rerum Novarum*, a ação católica proporcionou à Igreja uma maior aproximação com a miséria dos trabalhadores. Isso fez surgir um grupo de pessoas que começou a perceber que a simples caridade não era suficiente para a solução da exploração. Corso (2012) vê uma relação entre a Ação Católica e o surgimento de uma esquerda na Igreja. A partir de 1940, surgiu um grupo, na Igreja Católica, preocupado com questões sociais. As práticas junto às massas populares foram clarificando a necessidade de soluções, inclusive institucionais, que não ficassem somente no campo da conciliação e da caridade. Diante dessas tensões, na década de 1960, enquanto um grupo tentou construir a sua legitimação de esquerda, dentro da Igreja Católica, outro buscou a reafirmação das tradições.

2.1.1 A opção pelos pobres no Concílio do Vaticano II

Em 25 de dezembro de 1961, através da bula papal “*Humanae salutis*”, foi convocado o Concílio do Vaticano II, pelo Papa João XXIII, inaugurado em 11 de outubro de 1962, terminou seus trabalhos em 08 de dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI. Representantes de

prelacias do mundo inteiro discutiram o papel da Igreja Católica e tiraram deliberações a respeito de sua função em um mundo transformado tecnologicamente e moralmente. Várias reuniões foram realizadas nesse período, e alguns documentos foram elaborados. Aqui vamos analisar a 4ª Constituição Pastoral, que foi a última das constituições (CORSO, 2012).

Apesar de esta Constituição Pastoral não representar efetivamente uma mudança radical, que já acontecia em algumas partes do mundo, ela revela diferenças importantes em relação à *Rerum Novarum* (RN). Não encontramos em seu texto os termos comunismo, nem socialismo, como ocorre na RN, nem o próprio capitalismo. Entretanto, há uma análise no sentido de que “não se resolve o problema da desigualdade através de doutrinas errôneas que, em nome de uma falsa liberdade, se oponham às reformas necessárias” (CONCÍLIO VATICANO II, 2014). Essa passagem, aparentemente, refere-se ao capitalismo. Em outro momento, afirma-se que “tampouco se resolve pela via da supressão de direitos individuais fundamentais em prol de uma produção coletiva” (CONCÍLIO VATICANO II, 2014). Nessa outra passagem, parece referir-se ao comunismo.

O debate sobre a igualdade mudou bastante em relação à orientação da carta de Leão XIII. Houve uma expressa preocupação com a dignidade da pessoa humana e a missão da Igreja Católica. A análise segue no sentido de que a desigualdade não pode ser vista como sendo algo natural, conforme defendido na encíclica *Rerum Novarum*, e deve ser combatida. O documento afirma que os seres humanos não são completamente iguais do ponto de vista da capacidade física e intelectual, mas se deve permitir qualquer forma de discriminação quanto aos direitos fundamentais por razão de sexo, cor, raça, condição social, língua ou religião. As excessivas desigualdades econômicas e sociais são obstáculos à justiça social, equidade e dignidade da pessoa humana. Na verdade, a igualdade deve ser cada vez mais reconhecida, porque todo ser humano tem a mesma origem. Cada ser humano precisa ver o outro como uma extensão de si e deve, portanto, promover a dignidade desses seres humanos, promover o bem comum.

O bem comum - ou seja, o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição - se torne hoje cada vez mais universal e que, por esse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana (CONCÍLIO VATICANO II, 2014)

Para tanto, é preciso não esquecermos os agricultores. Nesta encíclica, a Igreja Católica não se limitou a apenas falar dos operários. Foi defendida a necessidade de serem

criados estímulos para o desenvolvimento da agricultura, levando em conta as especiais dificuldades dela em muitas regiões, seja na produção ou comercialização dos produtos. É necessário ajudar os agricultores no aumento e venda da produção, na introdução das necessárias transformações e inovações e na obtenção de um justo rendimento, para que não continuem a ser, como muitas vezes acontecem, cidadãos de segunda categoria.

Outra questão que avança em relação a RN é sobre a participação política, tanto da Sociedade Civil quanto da Igreja Católica. Neste Concílio, reafirma-se que a missão desta não é política, mas religiosa. Entretanto, se as circunstâncias exigirem, ela deve lutar pelas outras pessoas e por instituições que venham proporcionar a vida digna. Até porque, para que ocorram essas mudanças serão necessárias reformas e mudanças de consciência. A mesma análise é feita quando se trata das greves dos trabalhadores. A RN proibia a greve, ela era um meio violento de resolver o problema, portanto ilegítimo. No Concílio do Vaticano II, a orientação textual é no sentido da conciliação e do diálogo, mas a greve era tida como uma possibilidade, “um meio necessário, embora extremo, para defender os próprios direitos e alcançar as justas reivindicações dos trabalhadores” (CONCÍLIO VATICANO II, 2014).

Outra questão bastante relevante foi a defesa de que a terra e seus bens pertencem a todos os seres humanos e a eles deve ser distribuída. Diferentemente da RN, o documento em análise defende que o atendimento às necessidades fundamentais da dignidade do ser humano não deve ser feito apenas com o que sobra da riqueza das pessoas, mas se há miséria, o ser humano deve pegar as coisas que necessita. “[...] os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos. Aquele, porém, que se encontra em extrema necessidade, tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita” (CONCÍLIO VATICANO II, 2014). Essa é uma visão muito mais ativa do ser humano. Antes, a ideia era que cada um deveria aceitar sua condição e ter acesso aos bens dependendo da caridade das outras pessoas, isto é, quando os bens dessas pessoas sobrassem. Agora, a ideia defendida é que esse ser humano, vítima da miséria, tem a legitimidade de retirar bens de outras pessoas.

É expressa, no documento em análise, a necessidade de tornar acessível ao ser humano todas as coisas, para que ele possa ter uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir sua família, direito à educação, ao trabalho, ao respeito, a de agir segundo as normas da própria consciência, direito de ter sua vida protegida e justa, liberdade. É preciso que isso seja garantido, preferencialmente pelo diálogo, mas por meios mais agressivos, como a greve, se for necessário (CONCÍLIO VATICANO II, 2014). Apesar de suas limitações, são declarações muito importantes, originadas de um ambiente de extrema hierarquia.

Complementando essas reflexões, o documento expressa a defesa da propriedade privada e da obediência ao poder público, desde que haja o cumprimento da função social da propriedade, e que o Estado aja para promover o bem comum. O cidadão deve obedecer ao Estado, mas tem o direito de lutar contra o abuso de autoridade.

Quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprime os cidadãos, estes não se recusem às exigências objectivas do bem comum; mas é-lhes lícito, dentro dos limites traçados pela lei natural e pelo Evangelho, defender os próprios direitos e os dos seus concidadãos, contra o abuso desta autoridade (CONCÍLIO VATICANO II, 2014).

Apesar de o documento ter um tom conciliador, de não debater o conflito entre as classes, ele abre espaço para várias ações mais criativas da Sociedade Civil. E isso vai ser usado pelos integrantes mais da esquerda da Igreja Católica para legitimar suas ações. Realmente, houve avanços em relação à carta papal de 1891, mas também existem semelhanças, como o não reconhecimento de que os grupos sociais vivem em disputa, e a ideia de que a saída é, predominantemente, conciliatória para os conflitos sociais e econômicos.

2.1.2 A luta da Igreja a partir do encontro na Colômbia

Convocado pelo papa Paulo VI, como resultado da interferência dos religiosos latino-americanos, foi realizada, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, em Medellín, Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM). Dessa conferência, saíram reflexões muito importantes que conduziram o trabalho de uma teologia mais crítica na América Latina (AL). Esse documento marcou, de forma profunda, uma Igreja ativa diante os problemas sociais, além disso, estabeleceu as ações que essa entidade deveria realizar para combater a desigualdade.

Diferente dos outros documentos, que já expusemos aqui, o tom não é de conciliação, mas de quais estratégias podem ser utilizadas para que a desigualdade seja sanada. Essa conferência foi muito importante, pois ela marcou como deveria ser a prática da Igreja perante a sociedade, e internamente, no que condiz aos problemas sociais. Em todo o documento, há uma preocupação em estabelecer diretrizes de como formar a população para serem cidadãos e terem uma consciência da realidade social. E, muito instigante, é que esses debates são realizados com a preocupação do que vinha acontecendo na América Latina. O documento é bem extenso, e selecionamos as partes mais voltadas a esse debate.

Na introdução, o documento já se inicia dizendo que não basta refletir, é necessário agir. O objetivo do encontro foi tomar decisões e estabelecer projetos com a condição de que houvesse o compromisso pessoal para a ação. Esse era um momento onde a América Latina (AL) estava passando por grandes transformações e desenvolvimento, a Igreja deveria participar desse processo, defender e praticar uma ideia de desenvolvimento.

Em Medellín, o verdadeiro desenvolvimento é visto como a passagem de condições de vida menos humanas para condições de vida mais humanas. A primeira são as carências materiais, que proporcionam um mínimo de vitalidade com qualidade, de que são privadas as pessoas e as carências morais, como o egoísmo. São as estruturas opressoras que abusam do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça. A segunda é a passagem da miséria para a posse do necessário, da calamidade social à ampliação dos conhecimentos, à aquisição de cultura. É estabelecer a dignidade do ser humano como centro do papel da Igreja.

2.1.2.1 Diagnóstico da realidade Latino-Americana

Para se referir a essas questões, os bispos fizeram uma análise expressa da situação do continente latino-americano. As famílias não encontravam possibilidades concretas de educação para os filhos; a juventude reclamava de seu direito de entrar na universidade ou em centros de aperfeiçoamentos; as mulheres reivindicavam sua igualdade; os camponeses pediam melhores condições de vida; os produtores, preços mais atrativos à comercialização; a classe média fala da falta de perspectivas; os pequenos artesões, cadê vez mais, tornam-se dependentes das grandes empresas internacionais. Além do mais, é um fato a superposição de culturas dos países latinos. Esse clima gerou um ambiente de angústias e frustrações coletivas (CELAM, 1968).

Depois desse panorama geral, podemos encontrar especificidades diante dessas problemáticas. Um ponto muito importante levantando são as desigualdades excessivas entre as classes sociais. O diagnóstico é claro e preciso: poucos têm cultura, riqueza, poder e prestígio, enquanto muitos, nada têm. O desenvolvimento no continente não inseriu a massa das populações. Além disso, há várias formas de opressão de grupos e setores dominantes que, para permanecerem no poder, qualificam a ação da população para modificar esse sistema social como subversivo.

No documento em análise, é expressa a ideia de que há uma distorção no mercado internacional que ajuda a provocar essas desigualdades. As matérias-primas valem cada vez menos em relação ao custo dos produtos manufaturados. Isso significa que os países

produtores de matérias-primas permanecem pobres, e os industrializados enriquecem, anulando as ajudas externas, pois aquilo que é fornecido aos países latino-americanos é retirado com esses sistemas de troca. Acrescente-se a isso a fuga de capitais econômicos e humanos de nossos países.

O documento episcopal segue defendendo que a busca de segurança e lucro individual levam muitas pessoas a investirem no estrangeiro, acarretando uma crescente fuga de técnico e pessoal competente para outros países. Nessa relação de inferioridade, diversas companhias estrangeiras se instalaram no país e burlaram o sistema tributário, enviando os lucros de suas empresas para o desenvolvimento de seus países. Isso é simbolizado pelos monopólios internacionais e pelo imperialismo, que causam a dependência econômica dos países latino-americanos.

Os bispos seguem explicando que a Igreja latino-americana defende que Deus criou a terra e seus bens para que todos os homens, de maneira justa, possam usufruir dela. E isso pode ser proporcionado pelo mundo terrestre através da criação de infraestruturas que possibilitem à população desfrutar desses bens. A missão da Igreja é inspirar e educar as consciências dos fiéis para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé em sua vida pessoal e social.

Esta é uma ideia fundamental do documento, o papel da Igreja é a contribuição da formação crítica dos fiéis para que possam conduzir sua vida no campo terreno com dignidade. Mas, no decorrer das reflexões de Medellín, houve exposições no sentido de esclarecer que viabilizar essa formação não significa dar aulas para os fiéis, mas intervir no poder público, através de várias ações. Até porque, é expresso que são responsáveis pela injustiça todos os que não agem em favor da justiça na medida dos meios que dispõem e ficam passivos por temerem sacrifícios pessoais.

A justiça se conquista, segue expresso no documento em análise, por uma ação dinâmica de conscientização e organização dos setores populares. Portanto, a omissão é causa da injustiça, da desigualdade, da guerra, e o papel da Igreja, junto com a sociedade, é agir para que isso venha a ser resolvido. É a Igreja ativa, mas ativa na defesa de um grupo social. É a opção pelos pobres. Dentro das linhas de ação da Igreja é expresso “defender o direito dos pobres e oprimidos, urgindo os governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrói a paz social: injustiça, miséria, inércia, venalidade, insensibilidade” (CELAM, 1968).

Os bispos seguem defendendo que o caminho não é a defesa do liberalismo e nem do marxismo. Há uma concepção errada, do sistema empresarial latino-americano, tanto sobre o direito de propriedade e os meios de produção quanto à finalidade da economia. Uma empresa

humana não se identifica com os donos do capital, porque é fundamental uma comunidade de pessoas e unidade de trabalho para a produção de bens. Agora ressaltam que

O sistema liberal capitalista e o sistema marxista pareceriam esgotar em nosso continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Ambos os sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem um pressuposto de primazia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro. O outro, embora ideologicamente defenda o humanismo, vislumbra melhor o homem coletivo e na prática se transforma em concentração totalitária do poder do Estado. Devemos denunciar que a América Latina (AL) se encontra fechada entre essas duas opções e permanece dependente dos centros de poder que canalizam sua economia (CELAM, 1968, p. 25).

Diante desse diagnóstico, o documento explicita que para haver a transformação da AL para uma realidade mais humana é preciso uma urgente reforma das estruturas e das políticas agrárias, não significando uma simples distribuição de terras. Primeiramente, é necessário um estudo profundo da terra para legitimar sua ocupação e rendimento para as famílias camponesas. Para tanto, a necessidade de investimento em conhecimentos. Isso exige mais que aspectos técnicos e jurídicos. Além disso, é necessária a organização dos camponeses em forma de cooperativas, e o estímulo à criação de centros urbanos nos meios rurais que permitam a essa população o acesso à cultura, saúde, participação nas decisões locais, ao desenvolvimento espiritual. Ainda, é necessária a reforma política. Na AL, o exercício da cidadania e as decisões políticas favorecem a grupos de privilegiados, seguem as conclusões em Medellín, e por vezes atentam contra o bem comum. A autoridade política tem que proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação de legítima representatividade da população e estabelecer novas formas de participação do povo, se isso se tornar necessário.

Esse documento defende a educação como um instrumento fundamental para essa formação. Ela consiste em capacitar as pessoas para que possam desenvolver o seu próprio progresso. Não pode ser qualquer educação, mas de orientação libertadora, pois essa transforma o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento. Esse é o instrumento para conduzir as populações de condições menos humanas para mais humanas. Mas ressalta que isso também significa acesso ao ensino médio e técnico, não como forma de ajuste às exigências do mercado, como também, a possibilidade de se chegar ao ensino universitário. Os bispos alertam a necessidade de as universidades latino-americanas se voltarem para a sua realidade. O que estaria ocorrendo era uma transferência dos esquemas dos países desenvolvidos para os problemas do continente latino-americano.

Outro ponto fundamental das estratégias, defendidas pelos bispos, para que torne a educação um instrumento de mudança, é o trabalho com a juventude. Ela tem um papel importante nas mudanças, mas precisa ser compreendida. Analisa que enquanto um setor da juventude aceita passivamente as reformas burguesas da sociedade, outros as rejeitam, radicalmente, o mundo que os seus construíram, pois o consideram carente; outros rejeitam uma sociedade de consumo que massifica e desumaniza o ser humano. Assim vão surgindo os movimentos da juventude. Estes jovens mostram-se cada vez mais em organizações, mas eles rejeitam sua forma institucionalizada e as estruturas rígidas. Seguem concluindo que as comunidades juvenis se caracterizam por serem mais grupos naturais de reflexão evangélica e de vida em torno do compromisso cristão. Com isso, elas anunciam valores que renovam as diversas épocas da história. A Igreja deve saber distinguir os valores negativos e positivos dessa juventude, aceitá-la com prazer em seu seio e incitá-la numa ativa participação na tarefa de promover o ser humano. Por isso, a necessidade de desenvolver uma pastoral da juventude.

Quando analisam o comportamento das massas, os bispos afirmam que nem todos os seres humanos aceitam e vivem a mensagem religiosa. Um ser humano experimenta várias fases distintas de sua resposta a Deus. E nisso deve haver respeito às manifestações populares, não é possível julgar essa forma de adoração a partir de uma interpretação ocidentalizada das classes médias, urbanas e altas, mas o significado dessa religiosidade dentro do contexto cultural no qual ela emerge, em uma subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados. Para responder se cada ser humano se encontra no caminho de Deus é preciso reafirmar a diversidade de respostas que devem ser dadas e, na medida do possível, exigir uma aceitação mais pessoal e comunitária da mensagem da revelação. Com isso, a conclusão do debate em Medellín é que a Igreja Católica latino-americana deve respeitar, em certa medida, o catolicismo popular e as demais manifestações religiosas.

Apesar das críticas em relação ao poder das classes privilegiadas, o documento demonstra originalidade ao incluir as elites nesse processo de luta a favor dos pobres. Porque há entre eles os que dominam somente, e os comprometidos em acabar com a desigualdade. São classificados três tipos de elite: os tradicionais ou conservadores, os progressistas e os revolucionários.

Os tradicionais ou conservadores que são aqueles que manifestam pouca ou nenhuma consciência social têm mentalidade burguesa e não discutem o problema das estruturas sociais. Em geral, preocupam-se com a manutenção dos privilégios, apesar de alguns deles atuarem sob o poder econômico com intenções desenvolvimentistas. Eles separam a fé da responsabilidade social, a fé é somente uma adesão a um credo e a princípios morais.

Já os progressistas atribuem grande valor à tecnização e ao planejamento da sociedade. Acham que o povo marginalizado deve ser integrado à sociedade como produtor e consumidor. Dão ênfase ao progresso econômico e à promoção social do povo, visam sua participação nas decisões e consideram a Igreja instrumento favorável ao desenvolvimento.

Os revolucionários, por outro lado, são os que contestam a estrutura econômica social e desejam a transformação radical da sociedade. O povo deve ser o sujeito dessa transformação, de modo a participar nas decisões para o ordenamento de todo o processo social. Esse grupo tem dificuldade no relacionamento pessoal com Deus e identificam a fé com responsabilidade social.

Diante desse quadro, no documento é expresso que se deve estabelecer como ação animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando equipes que façam uma revisão da vida, fazendo-os compreender que são apóstolos do próprio ambiente. Os intelectuais podem ajudar na expressão estética da palavra. Pode ser renovado nos universitários o compromisso social a serviço de seus países. Os grupos econômicos podem ser orientados a um compromisso com o desenvolvimento das estruturas econômicas. Deve haver contatos e diálogos entre Igreja e o poder constituído, e denúncia dos casos de injustiça e do excesso de poder. A Igreja precisa colaborar com a formação política das elites através de seus movimentos e instituições educativas.

Ainda selecionamos para exposição parte do documento em análise que se refere aos meios de comunicação social. Eles representam, na América Latina (AL), um dos fatores que mais tem contribuído e contribui para o despertar das consciências das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Os meios de comunicação social são essenciais para sensibilizar a opinião pública no indispensável processo de transformação do continente. São importantes para impulsionar os centros de poder, que inspiram os planos de desenvolvimento, a fim de orientá-los segundo as exigências do bem comum. Se colocados a serviço de uma educação integral, os meios de comunicação são agentes ativos do processo de transformação.

Diante disso, os bispos afirmam que a Igreja precisa capacitar seus sacerdotes, religiosos e religiosas para este campo. Como, por exemplo, dialogar com as universidades e institutos que se aprofundem no estudo do fenômeno da comunicação social, em seus diversos aspectos. Perceberam ainda a necessidade de que a Igreja crie e fortaleça, em cada país da América Latina, escritórios nacionais de imprensa, cinema, rádio e televisão.

Através dessa exposição, podemos perceber que a figura de uma Igreja Católica da caridade foi sendo transformada, não de forma eliminatória nem evolutiva, mas dialética, em

uma Igreja de combate. Em uma entidade religiosa que defende um grupo social e busca estratégias para uma vida digna. Veremos, mais à frente, que essas reflexões causaram reação e maior compromisso com as ideias tradicionais, por parte de um grupo da Igreja, mas também conduziu a uma igreja de opção pelos pobres.

Alguns outros encontros, como o Concílio de Puebla, México, em janeiro de 1979, também trouxeram reflexões importantes da atuação da Igreja em relação à Questão Agrária, incluídas as relações de trabalho nela existentes. Entretanto, detivemo-nos na análise de alguns documentos para demonstrar o processo pela qual a Igreja Católica se expressou, claramente, a favor da luta pela desigualdade no campo.

Esses documentos também são resultado da Teologia da Libertação, movimento religioso que já vinha ocorrendo na América latina desde a década de 1960. Gutiérrez, padre peruano considerado referência neste tipo de teologia, afirmou, em entrevista, que os integrantes da Conferência em Medellín desenvolveram a mensagem do Papa João XXIII, convocador do Concílio Vaticano II, que “a igreja nos países subdesenvolvidos quer ser a igreja de todos, e em particular, dos pobres” (TEOLOGIA, 2015). Portanto, a importância de, neste momento, fazermos pequenas reflexões teóricas a respeito dessa corrente teológica.

A Teologia da Libertação envolveu, além das conferências episcopais, uma larga produção teórica em todo o continente latino-americano. Autores como Gustavo Gutiérrez (Peru), Leonardo Boff (Brasil), Ronaldo Muñoz (Chile), Rubem Dri (Argentina), Enrique Durrssel (México), são alguns nomes e países onde se discutiu, com profundidade, as problemáticas levantadas por esse movimento (PEREIRA, 2015). Vamos centrar nossas observações em Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff, pois nosso objetivo é apenas demonstrar a produção teórica que vinha ocorrendo nesse continente, e que se solidificou nos documentos de Medellín e Puebla, já analisados. Gustavo Gutiérrez é considerado o fundador dessa Teologia, e Leonardo Boff, um representante brasileiro desse movimento.

Gustavo Gutiérrez (2015) afirma que há duas questões fundamentais na Teologia da Libertação. Primeiro é como fazer Teologia, segundo a revelação cristã, se Deus é um mistério. O primeiro ato dessa produção é a contemplação, a oração, mas também é ação. Afirma o religioso que antes de falarmos sobre Deus é preciso contemplar e agir, a produção da teológica é uma fase posterior. Por isso, a Teologia da Libertação é a reflexão de uma prática a luz da fé, da mensagem cristã (DOCUMENTAL, 2015).

Uma segunda questão é a perspectiva de fazer Teologia a partir dos pobres. O religioso segue defendendo que a pobreza não se reduz às questões econômicas, mas ela está associada à insignificância. É possível ser insignificante pela cor da pele, pelo gênero, pela

cultura. Mas a pobreza não é um destino, ela é uma condição, uma injustiça e, portanto, tem causas e responsáveis (DOCUMENTAL, 2015). É preciso compreender esse fenômeno a partir desses questionamentos.

A pobreza ainda é a morte física e cultural dos seres humanos. No primeiro caso é nítido compreender, no segundo, também fica claro quando percebemos a exclusão e até, de certa forma, a proibição do exercício da cultura das pessoas, como o esquecimento das línguas e tradições indígenas em países que são predominantemente aborígenes.

Diante desse quadro é um grande desafio da Teologia da Libertação convencer os pobres de que o fim da existência humana é a vida, se em seu cotidiano os latino-americanos morrem cedo, de forma injusta, por enfermidades que pessoas de níveis sociais privilegiados não são afetadas, como por exemplo, a cólera, que matou muitas pessoas pobres; as enchentes que ocorrem em locais onde as pessoas são vulneráveis (DOCUMENTAL, 2015).

O autor conclui que a Teologia da Libertação é uma reflexão que está voltada para divulgar o evangelho, é uma tarefa eclesial, é o anúncio do reino de Deus ao reino de vida plena material, social, espiritual. Esta é uma grande problemática dessa teologia: Como anunciar um reino de vida marcada por uma realidade de morte? Como falar de Deus e Jesus Cristo, a partir dos sofrimentos diários dos pobres? Essas eram perguntas de grande preocupação do padre Gustavo Gutiérrez.

No Brasil, Leonardo Boff, que acabou tendo um caminho diferente, já que ele se desligou da Igreja, também reflete sobre questões teológicas a partir da opção pelos pobres. Franciscano, em 1992, ele foi proibido pela Igreja católica de lecionar ou publicar artigos sem a autorização desta entidade. Foi quando resolveu pedir o seu desligamento.

Ele defende que a fé tem uma dimensão política, e a Teologia da Libertação deu ênfase a esse aspecto. A Igreja sempre fez política, mas direcionada à direita, cooptada pelas forças dominantes, igrejas institucionalizadas. A teologia crítica reflete a política através da ação com os pobres. Ele defende que “revolucionar é fazer políticas com os pobres” (LEONARDO, 2015).

Ele autor começa a pontuar as diferenças de suas ideias para as da Igreja tradicional. Ele enfatiza que o vaticano também é a favor dos pobres, mas de uma forma caritativa. As encíclicas da igreja sempre terminam em um discurso moral, nunca analisam o capitalismo, o mercado. Ressalta que é mais fácil se posicionar pelos pobres apenas no âmbito moral. O que é necessário são atitudes mais enfáticas para a superação da pobreza, portanto, discuti-la politicamente. A Teologia da Libertação prega que nem pobreza, nem riqueza, mas justiça, dignidade das pessoas humanas, é que é o seu projeto. É a justiça onde todos possam usufruir

dos bens criados pelo trabalho humano. A tarefa da Teologia da Libertação, segundo o ex-franciscano, “é demonstrar um elo entre o Deus da vida, os pobres e a libertação” (LEONARDO, 2015).

Um dos motivos que o impeliram a pedir o desligamento foi a forte presença da hierarquia na Igreja Católica. Diante disso, é que ele ressalta que esta entidade não é somente as autoridades clericais, nas bases há um cristianismo vivo através dos milhares que participam das comunidades eclesiais de base.

Não se pode limitar o cristianismo há uma questão hierárquica, ele é mais vivo do que o clero. Igreja é a comunidade dos que creem, é o povo, os teólogos, os sem-terra, os pastorais de rua, e a Teologia da Libertação, é toda essa complexidade. A igreja é carisma e poder, mas da forma como ela foi organizada ela é somente poder. Grande parte dos cristãos está à margem disso (LEONARDO, 2015).

A luta de Leonardo Boff é mostrar a possibilidade de uma igreja mais comunal, mais participativa, com experiência prática nas comunidades de base. Por isso, ele explica que não rompeu com a comunhão da igreja, pois está ligado a um conceito mais amplo. Por isso sua preocupação é:

Fazer o sonho de Jesus ser viabilizado para as pessoas longe do ambiente clerical que é carregado de poder, de censura, de patriarcalismo, de ordem, sempre é uma instância que dá última palavra. Há muito mais santidade nos trabalhadores que tem uma vida transparente do que no aparelho eclesial, pessoas que são bondosas não por ordem do evangelho, mas porque são humanitários. Para ser mais verdadeiro o cristianismo deveria ser mais secular. (LEONARDO, 2015).

Diante disso, sua análise é de que a Igreja Católica está fossilizada, e que o futuro religioso no Brasil não será católico, mas ecumênico. O cristianismo não renova o discurso, nem ritos, nem linguagem para os pobres. As Igrejas Pentecostais redescobriram o caminho da subjetividade do ser humano, criaram sentido para aqueles que são excluídos. Eles resgatam a humanidade mínima das pessoas ao inculcar a possibilidade de terem uma casa, um carro, há um resgate de autoestima, eles manipulam, mas há uma grande função antropológica de resgate daqueles que não tem nome, ressalta o teólogo.

No discurso de ambos os teólogos, apesar de suas especificidades, fica claro a opção política pelos pobres, o que está claramente expresso no documento de Medellín.

2.2 *A Igreja Católica no Brasil*

A presença da Igreja Católica no Brasil ocorre desde a vinda dos portugueses ao nosso território. Na expedição de Pedro Álvares Cabral já havia a presença de missionários franciscanos devido à necessidade de catequização. O pensamento da metrópole se configurava no fato de que a região recém-descoberta era considerada sem dono, sem consciência e sem identidade. Não é à toa que uma das frases da carta elaborada por Pero Vaz de Caminha, sobre as impressões do nosso país, foi que “o melhor fruto que da terra pode se tirar é salvar essa gente” (MOREIRA, 2006, p. 99). Por isso, estaria legitimada a guerra justa contra os indígenas. Os índios que recusassem à cristianização compulsória, ou representassem uma ameaça, ou já tivessem agredido brancos, poderiam ser atacados e guerreados. Feitos prisioneiros, poderiam ser escravizados. O papel da Igreja Católica, neste momento histórico, foi dar ao povo, aqui encontrado, uma identidade europeia.

Já nessa época temos algumas divergências com parte do clero que, de inspiração nacionalista e influências liberais, participou de conspirações populares, como o Frei Caneca, por exemplo. Quanto à questão da terra, a atuação da Igreja Católica, no período colonial, contribuiu para estabilizar e legitimar as relações de poder, garantindo o regime de trabalho escravo e da grande propriedade fundiária, inclusive adquirindo-a. “Os setores importantes da Igreja Católica, sobretudo das ordens e congregações religiosas, estabeleceram-se solidamente no sistema colonial como senhores e grandes proprietários de terras” (MOREIRA, 2006, p. 102).

Com o fim da escravidão, e a vinda da República, foi necessário que essa Igreja passasse por uma reestruturação. Um ponto fundamental, trazido por Moreira (2006), é a necessidade de modificar o catolicismo popular. Vamos ver esse debate, com mais profundidade, no capítulo 3. Esse catolicismo era de caráter familiar, comunitário, leigo, rural, festivo e devocional, e isso atrapalhava o desenvolvimento da burguesia rural que necessitava que se transcendessem as crenças e a superstição para a classe camponesa se inserir no capitalismo.

Baseado em uma doutrina que destaca a salvação individual, mediante o cumprimento das obrigações inerentes à função e lugar ocupados pelos sujeitos na estrutura social, a Igreja Católica reforçou o poder da burguesia agrária. Moreira (2006) ressalta que, apesar das investidas da hierarquia católica, o catolicismo popular resistiu e integrou elementos da cultura africana.

Já vimos que a partir da década de 1930, a agricultura foi perdendo lugar para a indústria, o que não significou a derrocada da burguesia agrária, mas um pacto que preservou parte da hegemonia dessa classe. Ambas seguiram utilizando o aparato da Igreja Católica como fundo ideológico de seus interesses.

A partir da década de 1950 acontecem várias revoltas camponesas. Temos as Ligas Camponesas, entre os canavieiros do nordeste, liderada por Francisco Julião. A República de Trombas e Formoso, no norte de Goiás, hoje Tocantins, de 1948 a 1970, na qual centenas de famílias camponesas, lideradas por José Porfírio, organizaram uma comunidade de base agrícola. Portanto, foi um período de grande efervescência política. Todos esses elementos vão provocar reflexões em uma Igreja que se limitava ao discurso da vida privada. É este movimento que vamos observar agora.

2.2.1 A Igreja Católica brasileira e os problemas agrários

Como resultado dessas experiências, vão surgindo documentos importantes que deixam clara a atuação da Igreja Católica na Questão Agrária. Em setembro de 1950, dom Inocêncio Engelke publicou uma carta pastoral intitulada “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. Nela, o bispo chama aos poderosos para realizar uma reforma social e agrária, pois se assim não fosse ela seria feita à revelia da elite rural. Transcrevemos as suas próprias palavras:

Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja Católica. Não leveis, como vossa atitude, a ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a Igreja Católica uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas esmolas- exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai- lhes uma condição humana e cristã (DOM INOCÊNCIO, 1950, apud MOREIRA, 2006, p. 110).

Observamos que apesar de já se demonstrar uma sensibilidade para a questão dos camponeses isto ainda estava muito baseado na visão do patrão. Muitos encontros regionais ocorrem nesse período, resultando em documentos onde a Igreja Católica se posiciona cada vez claramente na luta pela Reforma Agrária ao lado dos camponeses: “A Igreja Católica e a Amazônia” de julho de 1952; “A Igreja Católica e o Vale de São Francisco,” agosto de 1952; as conclusões da 2ª assembleia geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de setembro de 1954; e, um documento emitido pela CNBB, em 1956. Esses documentos pregaram uma reforma rural de ampliação de pequenos proprietários como forma

de fixar o ser humano na terra. “A desapropriação por interesse social não só não contraria em nada a doutrina social da Igreja Católica, mas é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural”, admite a CNBB, em 1963 (MOREIRA, 2006, p. 112).

A declaração desse posicionamento não veio sem divergências. Da mesma forma, partes da Igreja Católica foram tomando um caminho de organização dos camponeses, e outras acentuaram sua prática tradicional. Em outubro de 1960 dois bispos, dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Antonio de Castro Mayer, ambos proprietários de terra, junto com o ex-deputado Federal Plínio Côrrea de Oliveira, e Luiz Mendonça, economista, publicaram um livro, de grandes repercussões, intitulado Reforma Agrária: questão de consciência. A ideia dos autores era no sentido do direito natural da propriedade privada, de origem divina, como também os direitos dos grandes proprietários. Para esse grupo, a divisão de terras destruiria as elites rurais. Aprovar uma lei de Reforma Agrária seria acarretar um problema de consciência, porque aplicar uma lei anticatólica a uma nação católica ocasionaria uma crise de consciência nos adquirentes de terras (MOREIRA, 2006).

Apesar de todos esses conflitos, parte da Igreja Católica vai tomando posições progressivas no que diz respeito à luta pela terra. Isso foi criando as possibilidades para uma atuação no período pós-golpe militar, diferente da antiga Igreja. Um setor da Igreja vai percebendo a necessidade de novas ações para enfrentar os problemas de violência, autoritarismo e desigualdade.

Na década de 1980, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaborou um documento emblemático, aprovado na sua 18ª assembleia, em 14 de fevereiro de 1980, em Itaici, intitulado **Igreja e problemas da terra**. O documento já se inicia proferindo ser seu objetivo tratar da questão fundiária, a partir da visão dos que sofrem com o problema da terra, seja os que vivem ameaçados de perdê-la ou aqueles impossibilitados de alcançá-la. Ele ainda demonstra, de forma clara, a posição mais aguerrida da Igreja Católica quando revela que não basta somente ouvir os sofrimentos, é necessário assumir as angústias, as lutas e esperanças dos injustiçados com os problemas agrários. (CNBB, 2014a).

Na primeira parte desse documento é bem clara a avaliação da CNBB quanto ao modelo da agricultura brasileira. São grandes concentrações de terra, com proprietários privilegiados por políticas públicas. Há beneficiamento de grandes empresas, tanto através da disponibilização de dinheiro para executar projetos quanto por incentivos fiscais. As ideias do documento são enfáticas em revelar que esse dinheiro é privilégio de uma minoria em detrimento do prejuízo de uma grande maioria, pois estes incentivos somente estão

proporcionando lucros para as grandes empresas, deixando de serem investidos para a maior parte da população.

A CNBB ressalta que essa realidade não é somente no nordeste, mas também na Amazônia, com os grandes empreendimentos à base da destruição da floresta e da exploração dos trabalhadores. Houve uma invasão e expulsão dos povos indígenas de suas regiões, com base em ideias preconceituosas de que o índio era um estorvo ao desenvolvimento. Além disso, como resultado da concentração fundiária, houve o deslocamento de milhares de trabalhadores para a região norte. Uma parte desses trabalhadores foi para os grandes centros engrossar as fileiras dos trabalhadores favelados. Outra parte foi até as regiões de fronteiras, na busca de uma vida melhor, mas esbarrou em obstáculos, tais como: dificuldade de obter o título definitivo; falta de apoio da colonização; expulsão pelos grileiros; e, violência.

Para aprofundar a reflexão, os bispos passam a questionar a responsabilidade dessa exploração. Primeiro, respondem que há um esclarecimento que não é culpa de Deus, porque não é de Sua vontade que o povo viva na miséria e no sofrimento. A culpa seria, principalmente, dos que fazem parte da injustiça institucionalizada nessas regiões, à medida que compactuam com um sistema de enriquecimento de uns à custa da pobreza dos outros. Isso estaria acontecendo porque a propriedade é utilizada como bem absoluto e como instrumento de exploração, ressaltam. O modelo de desenvolvimento adotado estaria favorecendo o lucro ilimitado dos grupos econômicos, feito com base na expropriação dos trabalhadores.

O documento revela as situações precárias nas quais se encontram os trabalhadores que migraram para a região sul e sudeste. Aborda, de forma cristalina, a política de aliciamento dos trabalhadores para a região da Amazônia, onde eram usados como trabalhadores escravos, reafirmando assim as denúncias de D. Pedro Casaldáliga, da prelazia do Mato Grosso, na década de 1970. Essas denúncias foram analisadas no primeiro capítulo deste trabalho.

A segunda parte do documento analisa a fundamentação doutrinária da posição que a CNBB está tomando em relação à Questão Agrária no Brasil. Inicia abordando o direito natural para fundamentar que a propriedade privada é contra o catolicismo. Para justificar esse debate, começa diferenciando terra de exploração de terra de trabalho. A primeira é utilizada pelo capital para gerar crescentes rendas, cuja lucratividade seria baseada tanto na exploração daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho ou que nunca as tiveram quanto na especulação. A terra de trabalho é aquela utilizada por quem trabalha nela. Essa forma de propriedade, alternativa à exploração capitalista, abre possibilidades para uma propriedade

comunitária. No Brasil, há dois modelos muito claros, seguem os bispos: de um lado a propriedade capitalista, pautada na exploração e exclusão, baseada nas grandes propriedades e concentrações fundiárias; por outro, a pequena propriedade, da propriedade familiar, alternativa ao capital, que proporciona o trabalho comunitário. Isso se justifica por que a terra é uma dádiva de Deus, é um bem natural que pertence a toda a humanidade. Ela não é produto do trabalho, mas é o trabalho que legitima a posse sob a terra, concluem os bispos.

Na terceira parte do documento, a CNBB afirma os seus compromissos com essa realidade de exploração: denunciar injustiça de violências; apoiar as iniciativas de organização dos trabalhadores; estimular a participação dos trabalhadores nessas organizações; apoiar a Reforma Agrária, a partir da luta dos camponeses, como uma luta por direitos trabalhistas e previdenciários. Importante salientarmos que o documento revela o compromisso também com os trabalhadores urbanos, expulsos do campo em luta por uma vida digna, inclusive pela moradia.

Entendemos que a problemática dos trabalhadores rurais e urbanos e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas a mentalidade e a estrutura em que funciona a sociedade. Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalista, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho da maioria (CNBB, 2014a).

Portanto, o documento expressa uma posição clara da CNBB em relação à luta em prol da classe trabalhadora. Suas conclusões a reafirmam.

2.2.2 Ser católico e o dever de ser contra a Reforma Agrária

A partir desses posicionamentos ocorreram tensões dentro da Igreja, de um lado grupos que se direcionam mais a essas mudanças, de outro, aqueles que preferiram reforçar as tradições. Em 1980, foi publicado livro intitulado “Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?”, escrito por um dos autores que questionaram o documento de Dom Inocêncio, escrito em 1952. Esse livro foi um contraponto à publicação da CNBB, **Igreja e problemas da terra**, em cujo documento a Confederação se posicionou contra a estrutura e política fundiária brasileira e colocou-se a favor de uma Reforma Agrária que acolhesse os camponeses. Plínio refletiu que é muito importante uma análise desse pronunciamento do episcopado pela influência que ele tem sobre a opinião pública e, fundamentalmente, sob os

católicos, pois há ignorância religiosa, contradições e relaxamento de devotos (OLIVEIRA, 1981).

Deteremo-nos um pouco mais nessa obra, em função do significado dos conflitos que ela traduz. Ela revela, de forma bem clara, a luta de ideias que há muito tempo existe dentro da Igreja Católica. Se por um lado, defende-se o trabalhador rural e há uma contraposição ao capitalismo, outros grupos caminham em lados opostos. Uma parte da Igreja Católica interpreta o evangelho a partir do que se indicou no Concílio do Vaticano II, a outra prefere ainda a hermenêutica conduzida pela *Rerum Novarum*. É importante ressaltar que estamos refletindo apenas um dos grandes conflitos internos da Igreja Católica. Entretanto, ela comporta muitas posições doutrinárias e hermenêuticas que aqui não serão tratadas com a profundidade que exigem.

Esta obra contém dois momentos de análise a respeito da Reforma Agrária. Primeiramente Oliveira (1981), presidente do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), criado em 1960, tendo esse ex-deputado como um de seus fundadores, analisou o documento **Igreja Católica e problemas da terra**, a partir da doutrina dos tradicionais ensinamentos. Com essa base teórica, concluiu que o católico deve permanecer “anti-agro-reformista”. A segunda parte do estudo é uma análise econômica feita por Carlos Patrício del Campo. Ele refletiu o documento da CNBB, a partir de categorias econômicas, dizendo serem inviáveis suas propostas. Devido ao nosso objeto de estudo, preferimo-nos fixar na primeira parte do livro.

Oliveira (1981) faz, inicialmente, um panorama geral do documento da CNBB. É nesse momento que podemos compreender a base argumentativa, ideológica e teórica que fundamenta as ideias contrárias à Reforma Agrária. Depois, analisa item por item a manifestação da CNBB, a partir dos elementos levantados na primeira parte, acrescentando mais argumentos. É a primeira parte o momento teórico mais rico. Nele aparece, com certa profundidade, a opinião de uma parte da Igreja Católica que se contrapõe à Reforma Agrária.

Um primeiro esclarecimento presente na obra é que as críticas feitas à Reforma Agrária não se referem às medidas que promovem autêntico progresso da vida do campo ou da produção agropecuária, ou seja, da “Reforma Agrária sadia”. O desacordo é com uma Reforma Agrária esquerdista e revolucionária, que contraria a tradição cristã, e objetiva eliminar a propriedade privada e, conseqüentemente, a família, já que propriedade e família são instituições correlatas. A moral cristã deve respeitar os dez mandamentos e um deles é de que é proibido roubar, segue o autor. Esses princípios não são obrigatórios apenas para os indivíduos, mas também o Estado deve segui-los em sua inteireza.

A proposta de Reforma Agrária pleiteada no Brasil, segue Oliveira (1981), naquele momento, consistiu no confisco de bens particulares. Foi a subtração de bens pelo poder público, com uma indenização inferior ao seu custo real, seja com o fim de tê-los para si ou para distribuir a terceiros. Por isso, o cristão deve ser contra a Reforma Agrária, pois ela contradiz a moral cristã.

Oliveira (1981) segue defendendo que essa proposta de Reforma Agrária tanto atingiu os direitos da sociedade como os dos indivíduos, pois todos os direitos individuais têm uma função social. É o que torna legítimo seu exercício. Por isso, os direitos dos proprietários são condicionados ao bem comum. O atual regime socioeconômico da agricultura não concorre para a propriedade global da economia do país. Ainda, o trabalhador rural não tem condições de assegurar para si e para os seus uma vida digna. Então, o religioso defende que a doutrina católica preceitua não uma partilha compulsória, mas reformas e divisões necessárias, mediante indenizações justas, para que os princípios da doutrina cristã e o interesse social transgredidos sejam pronta e plenamente restaurados.

Diante disso, o autor indaga, refletindo a partir da hierarquia da Igreja, a necessidade de aceitação do que foi decidido pelo Episcopado, já que o documento **Igreja e problemas da terra** foi aprovado em uma assembleia da CNBB. Responde que, apesar das palavras de Pio XI sobre a existência de uma hierarquia entre as autoridades da Igreja Católica e os fiéis, não há que se exigir uma atitude passiva destes. Os pronunciamentos das autoridades católicas devem ser seguidos com confiança, desde que não haja motivos para rezear de suas atitudes. “É fundamental perguntar se os documentos emitidos pela entidade estão em conformidade com os ensinamentos emanados de Roma”.

Em relação ao documento **Igreja e problemas da terra**, emitido em 1980, Oliveira (1981) defende que em vários de seus tópicos há uma defesa **agro-reformista** que não tem fundamento nos ensinamentos tradicionais. “Há discrepâncias com os ensinamentos dos documentos pontifícios; como ainda é cheio de afirmações genéricas, apoiadas em documentos escassos e destituído de documentação”. Ressalta ainda que o documento não teve votação unânime, foram 172 votos favoráveis, 04 contra e 04 em branco. Situação confusa, levando-se em consideração que há 330 prelados, com direito a voz e voto, de quem não se sabe a opinião.

Para Oliveira (1981), esse documento pleiteou uma Reforma Agrária socialista, igualitária e confiscatória, com uma influência marxista. Esse pensamento se fixou no texto por algumas influências. No regime semiditatorial, é assim que Oliveira (1981, p. 47) chama o governo da ditadura civil-militar de 1964, as Forças Armadas reprimiram todas as tentativas

de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil. Mas os comunistas não-violentos gozaram de liberdade. Eles puderam manter livrarias repletas de livros comunistas a preços baixos. Muitos deles se infiltraram como professores ou alunos na rede de ensino universitário e secundário, tanto público como particular, tanto em escolas católicas quanto não católicas. Tiveram ainda imensa inserção nos meios de comunicação social e artísticos.

Aliado a isso, houve um grande avanço das ideias comunistas com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e setores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pois ambos os partidos nutriram forças para afastar o poder dos militares, como também queriam os comunistas. Mas, além de tudo isso, Oliveira (1981, p. 47) apontou que a “Revolução de 1964”, apesar de competente na repressão policial, não teve o mesmo desempenho na ação persuasiva, não soube articular um programa global que coordenasse seus admiradores e atraísse a atenção da inteligência nacional. A imprensa oposicionista teve caminho livre para progredir e encaminhar a penetração do esquerdismo no Brasil.

Além da influência interna, a infiltração dessas ideias veio a partir de centros de estudo e formação internacionais na Europa. Os seminaristas e jovens sacerdotes, enviados a tais centros voltaram ao país, influenciados por essas doutrinas. Quanto aos leigos brasileiros, foram motivados por livros e revistas europeias da esquerda católica, que se encontrava em abundância nas livrarias. Oliveira (1981) chegou a dizer que esse fenômeno ideológico e cultural não pôde ser contido pela simples atividade repressiva da “revolução”, e surgiram reações dentro do próprio campo católico, mas elas não conseguiram conter a infiltração esquerdista.

O autor segue defendendo que como o comunismo internacional não dispunha de outro recurso para estimular a subversão em nosso país, precisava de uma entidade de grande valor estratégico, que foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela mobilizaria muito mais gente do que os quadros dos partidos. O fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) contabilizou 228 arquidioceses, Dioceses, Prelazias, 133 Ordens e congregações religiosas e Institutos seculares masculinos e 399 femininos, inúmeras escolas secundárias, universidades, livrarias católicas, associações católicas de todos os gêneros, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), etc. (OLIVEIRA, 1981, p. 50). Assim, penetraram as ideias comunistas na Igreja Católica, e influenciaram a redação do discutido documento.

Oliveira (1981) foi categórico em dizer que a CNBB não pode impor aos católicos utópicos que são impossíveis, e até contrários, à doutrina da Igreja Católica. A opção pelos

pobres não implica uma luta contra a desigualdade. Essa opção, apesar de estar na essência do espírito católico, não significa que a Igreja deve ser parcial no sentido de fomentar uma guerra entre pobres e ricos. Isso consiste em manter o equilíbrio hierárquico, ajudando o pobre e não destruindo o rico, defendendo os direitos que este seja levado a transgredir ou tenha efetivamente transgredido por abuso de poder.

Para esse debate é trazido ao livro ideias também papais. Foi a partir da encíclica de Leão XIII que Oliveira fez estas conclusões:

Segundo as doutrinas do Evangelho, a igualdade dos homens consiste em que todos, dotados da mesma natureza, são chamados à mesma e eminente dignidade de filhos de Deus, e que, tendo todos o mesmo fim, cada um será julgado pela mesma lei e receberá o castigo ou a recompensa que merecer. Entretanto a desigualdade de direitos e de poder provém do próprio Autor da natureza, ‘de quem toda a paternidade tira o nome, no céu e na terra’. (LEÃO XIII, 1962, apud OLIVEIRA, 1981, p. 82)

Os que ocupam situações inferiores quanto à posição social e à fortuna devem convencer-se bem de que **a diversidade de classes na sociedade vem da própria natureza**, e de que se deve procurá-la, em última análise, na vontade de Deus: ‘porque ela criou os grandes e os pequenos’ (Sap. 6, 8), para o maior bem dos indivíduos e da sociedade. Essas pessoas humildes devem compenetrar-se desta verdade: qualquer que seja a melhora que obtenham para a sua situação, tanto pelos seus esforços pessoais como com o concurso dos homens de bem, sempre lhes ficará, como aos demais homens, uma pesada herança de sofrimentos. Se tiverem essa visão exata da realidade, não se esgotarão em esforços inúteis para se elevarem a um nível superior às suas capacidades, e suportarão os males inevitáveis com a resignação e a coragem que a esperança de bens eternos dá (BENTO XV, 1920, apud OLIVEIRA, 1981, p. 85, grifo do autor).

Essas citações esclarecem a ideia de que a opção pelos pobres é um equívoco. A Igreja Católica deve ensinar a todos os fiéis o princípio da distinção harmônica entre as várias classes sociais, com uma atenção especialmente voltada para as camadas mais modestas, e por isso, menos esclarecidas e menos capazes de se defender. Quando os direitos dos pobres forem violados a Igreja Católica deve ajudá-los a recuperá-los. A igualdade é impossível, há diferenças de habilidades e de empenho no trabalho que geram essas desigualdades, na verdade, elas fazem parte dos seres humanos. É aqui um dos espaços onde fica clara a interpretação de Oliveira (1981) a partir das ideias da *Rerum Novarum*.

Essas reflexões são acrescidas da ideia de que a Reforma Agrária traz confusão à medida que possibilita o surgimento da luta de classes¹² e revolução social. O lançamento da Campanha pela Reforma Agrária, junto com publicidade, causa muitos debates e tensões no país, defende o autor, o que gerou um ambiente favorável para o partido comunista organizar greves e agitações que levassem à revolução social (OLIVEIRA, 1981, P. 42).

O povo brasileiro se destaca por ser ameno, afetivo e cordato. “Detesta rixas, cuida pacatamente de si e de sua família com um olhar desinteressado da política, dos dramas e polêmicas da vida pública. Encanta-o viver em casa atento a sua vida e aos seus” (OLIVEIRA, 1981, p. 57). O povo brasileiro sempre olhou as crises econômicas com grande otimismo, segue defendendo, pois confia em Deus e acredita que os homens públicos não os levariam à miséria definitiva.

Oliveira (1981) reflete que o documento **Igreja e problemas da terra** dá a impressão de que os conflitos brotam espontaneamente, em virtude da inconformidade dos titulares de direitos lesados. Mas a índole brasileira é tranquila a ponto de a esquerda católica ter dificuldade de promover tensões sociais, por isso que leva ao povo a sensação de que padece de injustiças.

Essas ideias, defendidas por Oliveira (1981, p. 67), vêm alinhadas a um princípio fundamental da Teologia mais tradicional da Igreja, que diferencia a atuação do Estado e da Igreja. Esta possui por finalidade a vida extraterrena. Esse, apesar de não poder inserir-se nos assuntos eclesiais, tem uma esfera de ação própria, e isso a Igreja Católica não pode impedir. Cada Estado tem o dever de promover o bem comum temporal, ou seja, na terra. Tudo que diz respeito à independência, prosperidade, bem-estar e progresso de um país, deve ficar sob a ação legislativa, executiva e judiciária do Estado.

Pela crise econômica, vivida na década de 1980, Oliveira (1981, p. 68) aprovou que a CNBB interferisse em assuntos de economia, finanças, segurança nacional, que, em condições normais ela não poderia. Para ele, a questão é que não é justa a parcialidade e a agressividade com que a Confederação vem fazendo isso. Segundo Oliveira, no documento **Igreja e problemas da terra**, há vários momentos em que esta Confederação interferiu na função do Estado, como, por exemplo, quando analisa a agricultura brasileira, chegando ao ponto de pedir uma Reforma Agrária.

¹² Essa categoria será melhor debatida no capítulo 3. Resumidamente, ela é um conceito de Marx que parte do ponto que a história da humanidade é baseada no conflito entre a classe que é proprietária dos instrumentos para se produzir e a classe que somente tem sua força de trabalho para vender.

Para o autor, compete aos seres humanos doutos e experientes no assunto fazerem essa análise e seus desdobramentos, até porque é um assunto que não há consenso geral, portanto, necessita de especialistas. Só caberia à CNBB analisar os vários projetos de Reforma Agrária a fim de julgar se violam a lei de Deus. A Confederação ainda extrapola suas funções, segundo Oliveira, ao analisar os problemas de moradia nas cidades. É legítimo que ela se apiedasse dos favelados, pedisse para eles melhorias de condição de vida, mas não lhe compete dirimir dúvidas de técnicos sobre o modo pelo qual vai ocorrer essas melhorias nem modelos de Reforma Agrária.

Como forma de legitimar suas ideias a respeito desse tema, Oliveira (1981) recorreu novamente a passagens encíclicas, partes da *Rerum Novarum*. Segundo ele, seus argumentos foram retirados de documentos pontifícios, ideias que simbolizam as interpretações papais, principalmente do Papa Leão XIII e Pio XI. Importante observarmos mais uma dessas citações.

Julgar das questões sociais e econômicas é dever e direito da Nossa suprema autoridade (cfr. *Rerum Novarum*, § 24-25). Não foi, é certo, confiada à Igreja Católica a missão de encaminhar os homens à conquista da felicidade transitória e caduca, mas da eterna; antes ‘a Igreja Católica crê não dever intrometer-se sem motivos nos negócios terrenos’ (Encíclica *Ubi arcano*). O que não pode é renunciar ao ofício de que Deus a investiu de interpor a sua autoridade, não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus Nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social e as mesmas questões econômicas (PIO XI, 1959, apud OLIVEIRA, 1981, p. 73).

Estejam sempre lembrados os missionários e evangelizadores deste querido Brasil que o seu compromisso principal é com o Evangelho, sendo competência e dever primário do Estado oferecer a todo brasileiro as condições exigidas por uma vida digna, resultado da conveniente satisfação de todas as necessidades primárias da existência. À Igreja Católica compete apenas subsidiariamente a solução dos problemas de ordem temporal (JOÃO PAULO II, 1980 apud OLIVEIRA, 1981, p. 74-75).

Essas ideias nos fazem concluir que por mais que Oliveira (1981) tente defender sua imparcialidade, o que seu livro revela é uma tomada de posição e lugar no debate referente à Questão Agrária quanto ao papel da Igreja. Uma interpretação do evangelho a partir de ideias que foram defendidas no final do século XIX. Ideias já demonstradas ineficientes, pela prática da Igreja junto às massas, como forma de enfrentar a injustiça.

O entendimento de que vivemos em um mundo criado e organizado por Deus é visto, por outros grupos católicos, como um elemento para o inconformismo do oprimido quando as desordens sociais são encaradas por ele como decorrência do pecado e não desígnios de Deus. Este é um dos debates realizados pela Teologia da Libertação. D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, desde 1971, no filme *Descalço sobre a terra vermelha*, dirigido por Oriol Ferrer, faz várias afirmações em que o personagem central se refere às desigualdades como pecados e injustiças. “As pessoas pecam, mas dentro de uma estrutura que elas mesmas construíram. Por isso, o capitalismo é pecado. O latifúndio é pecado. O imperialismo e a escravidão são pecados” (FERRER, 2015).

Esse representante da Igreja Católica ainda levanta a necessidade do posicionamento diante dos conflitos sociais. Ele é indagado pelo Vaticano por que escreve o termo conflito de classes, e responde:

Nos primeiros meses tentei confraternizar com todo mundo, até entender que a neutralidade não era possível... o conflito de classes é real, está em todo lugar. Até o Papa disse em uma certa ocasião que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. É o que acontece na África, é o que acontece na América Latina e no Brasil. O evangelho também é para os ricos, mas ele é contra sua riqueza, seus privilégios e a capacidade de explorar e oprimir. Não tem como lutar pelos pobres sem lutar contra os ricos (FERRER, 2015).

É com base em interpretações como essa que os agentes da CPT agem, entendendo que a injustiça não é natural, ela é um pecado criado pelo próprio ser humano. Ela é uma voz a favor dos oprimidos, a partir de um questionamento à visão tradicional da Igreja Católica. Surge como uma crítica a uma Igreja passiva e conivente com a opressão, e defende a luta pela terra como um instrumento de enfrentamento da desigualdade social.

2.2.3 A Igreja Católica e a Questão Agrária brasileira: reflexões atuais

É nesse ambiente de divergências em relação à Questão Agrária que a ação da Igreja Católica brasileira foi se construindo. Em 30 de março de 2006 foi publicado o documento “Os pobres possuirão a terra”, assinado por 112 bispos das Igrejas católicas, anglicanas e metodistas, como ainda por pastores das Igrejas evangélicas de Confissão Luterana no Brasil.

Em 2014, a CNBB se manifestou sobre os problemas agrários através do documento *Igreja e a Questão Agrária brasileira no início do Século XXI*, na 52ª Assembleia geral, em Aparecida/São Paulo, realizada no período de 30 de abril a 09 de maio de 2014. Escolhemos analisar suas informações pela atualidade de seu posicionamento e pelo próprio documento

estabelecer que ele surgiu de uma necessidade de atualizar a visão sobre os problemas agrários mediante as várias mudanças que a sociedade brasileira passou de 1980, ano da elaboração do documento **Igreja e problemas da terra**, até 2014 (CNBB, 2014b).

Entre as várias ideias comuns com o documento de 1980, as reflexões de 2014 trazem que a missão social da Igreja é anunciar a esperança e denunciar iniquidades que atingem o mundo rural. Mas os documentos têm diferenças, pois houve uma reconfiguração da estrutura agrária, especialmente no que concerne aos papéis exercidos pelo Estado e pelo mercado. Foram essas mudanças históricas que levaram à necessidade de reconsiderações a respeito da Questão Agrária.

Os bispos defendem que a Assembleia Constituinte de 1987 a 1988 produziu uma nova ordem jurídica de um Estado Democrático e avançou em aspectos da construção de uma sociedade justa. Nisso, inclui-se o ordenamento constitucional a respeito da Questão Agrária, afirmando-se a tríplice função social da propriedade que legitima sua utilização através de um uso produtivo, da preservação ambiental e do respeito legal às relações de trabalho. A questão é que a política agrária nacional tem ignorado, defendem os bispos, todo o ordenamento do direito de propriedade estabelecido no Brasil e segue os ditames da concentração do capital no campo. Essa ideia do desrespeito à Constituição é forte em todo o documento.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, quando foi escrito o documento **Igreja e problemas da terra**, nós já tínhamos o Estatuto da Terra, de 1964, preconizando a desapropriação dos latifúndios que não cumprissem a função social. Mas o tom do documento de 2014 é no sentido de que naquela época havia uma ditadura civil-militar que prejudicava fortemente essa aplicação. Mesmo ela tendo passado, e estando agora sob um Estado Democrático, a realidade Agrária brasileira, quanto à concentração de renda e desigualdade, não mudou muito.

É muito rica, no documento, a apresentação do panorama dessa realidade. A análise dos bispos revela que o país vive a chamada economia do agronegócio, com um forte poder que leva a concentrar a produção, a renda e a riqueza nacional no meio rural. O modelo de desenvolvimento no campo tem reafirmado a posição brasileira como exportadora de matérias-primas. Os novos papéis: de provedor de etanol para as frotas automobilísticas no mundo; de matéria-prima, para a expansão asiática; e, de fornecedor de rações de carne bovina, de aves e de suína, tem sido apresentado como solução para o problema do déficit externo, que se acumulou entre 1995 e 1999. Mas os bispos reafirmam que isso tem promovido a agravação da dependência por recursos externos da economia brasileira, que novamente pauta sua produção pelas necessidades internacionais.

Mais ainda, defendem que com a produção focada nas *commodities* reestruturaram-se as cadeias produtivas da cana-de-açúcar, da soja, do milho e das carnes. Elas acentuaram o monocultivo e a concentração fundiária. Reafirmam que, em desacordo com as regras constitucionais da função social da propriedade, a valorização das *commodities* e a entrada expressiva do Brasil no comércio mundial se manifestam pelo incremento dos preços das terras e arrendamentos rurais, sendo isso financiado com forte injeção de dinheiro bancário.

Isso vem acompanhado da superexploração dos recursos naturais. E é nesse ponto que observamos claramente uma reafirmação da crítica ao capitalismo pelos bispos, ou por aqueles que aprovaram o documento de 2014. A lógica estrita do mercado capitalista exige completa **mercadorização** das terras e dos recursos naturais, essenciais à vida humana e animal. É a lógica de quem não se preocupa com as necessidades humanas nem com a prevenção dos riscos ambientais, lesando toda a sociedade, defendem.

A expansão agrícola, sob a hegemonia do capital financeiro e do lucro, levou para o campo o modo industrial de produção, seguem expondo, substituindo as policulturas por monoculturas que mais se parecem com desertos verdes, destruindo a fauna e a flora. Essa expansão não leva em consideração a gestão das águas, das florestas e dos demais recursos do meio ambiente. A expansão é feita sob o uso de agrotóxicos, gerando problemas ambientais de contaminação dos solos e dos corpos de água. A produção de agro combustível tem-se utilizado de grandes áreas que antes destinadas à pecuária e atualmente são destinadas ao plantio de cana-de-açúcar e de soja. Desta forma, a pecuária é empurrada para outras áreas ainda preservadas, colocando em risco a soberania alimentar.

A essa lógica vem acoplada às relações de exploração de trabalho no campo. Reafirma-se, no documento, que desde 1980 a CNBB denuncia o trabalho escravo, mas isso se intensificou com o tempo. A expansão agrícola não está promovendo um movimento de crescimento de pessoal ocupado na agropecuária. Apesar das áreas de lavoura terem aumentado mais de 43% entre o censo de 1996 e 2006, o IBGE tem mostrado queda nos indicadores sociais da ocupação agrícola (CNBB, 2014b).

Na verdade, ela tem agravado as relações de trabalho por torná-las prescindíveis e superexploradas. Quanto ao primeiro fator, a presença de inovações mecânicas, químicas e biológicas, tem substituído o trabalho direto na agroindústria. Por outro lado, a massa de trabalhadores que ainda é contratada para o agronegócio é explorada. Jornadas extenuantes, riscos de contaminação com agrotóxicos e outros danos à saúde têm provocado forte aumento de doenças na zona rural. Entre 2000 e 2005, cresceram mais de 100% os auxílios-doença para os segurados rurais do INSS. Suas causas, identificadas por perícias, são doenças

osteomoleculares, envenenamentos, acidentes, transtornos mentais e comportamentais (CNBB, 2014b).

Os bispos afirmam que a submissão dos trabalhadores ao Trabalho Escravo, conforme o conceito legal do artigo 149, do Código Penal Brasileiro, é outra doença. Fazem essas conclusões baseados nos dados do MTE, onde 34,7 mil trabalhadores foram resgatados nos últimos nove anos no Brasil. Tramitou, por onze anos, a Proposta de Emenda Constitucional que expropria o imóvel no qual for encontrado Trabalho Escravo. Foi aprovada em 2014, mas o texto segue dependendo de regularização por lei. Os ruralistas pressionam solicitando uma revisão da conceituação legal desse crime, reduzindo suas possibilidades (CNBB, 2014b).

Os indígenas, devido à dificuldade de regularização de suas terras, têm tido suas áreas espoliadas a partir de projetos governamentais e de ocupações particulares. Essas afirmações são feitas com as informações do Centro Indigenista Missionário (CIMI) de que somente foram regularizadas 405 das 1.044 terras indígenas existentes. Ainda, essas áreas sofrem pressão e invasão para a retirada de madeira, exploração de minérios, construção de barragens, hidrelétricas e para outras atividades, por vezes ilegais. No Congresso Nacional, ainda tramitam leis que querem reduzir direitos. A Proposta de Emenda Constitucional 215 quer retirar a competência do Poder Executivo de definição dos territórios indígenas, passando-a para o Senado. Os bispos questionam que a lentidão do Congresso Nacional será maior do que no Executivo, pois grande parte da bancada defende seus interesses quanto à posse da terra.

Em relação aos quilombolas, admite-se que no documento **Igreja e problemas da terra** não houve uma referência explícita quanto à população negra brasileira. Eles têm sofrido humilhações e violência durante a escravidão. Uma das negações história desse povo é a garantia do direito à terra. Até 2011, depois de mais de 20 anos, somente 111 das 2.847 comunidades quilombolas foram tituladas, com 963.058 hectares, menos de 10% da área ocupada pelos latifúndios (CNBB, 2014b).

No que se refere aos sem-terra e aos assentados, a ideia do documento é no sentido de que as políticas não têm sido satisfatórias. Desde 2010, o Programa de Assentamentos vem sendo abandonado, cuidando apenas de repor as famílias com projetos pré-existentes. Passa por completa paralisia, seja pelo lado dos novos projetos implantados ou das famílias assentadas em projetos pré-existentes. Mas isso é somente sintoma da paralisia da Reforma Agrária.

Os bispos ainda se referem ao fato de que os povos ribeirinhos e pescadores têm visto seus territórios invadidos e ocupados, como atropelados em seu tradicional modo de viver e

de lidar com a natureza. A pesca artesanal não é somente uma profissão, é um jeito de viver, de se relacionar com a natureza. Ela é responsável também pela manutenção de diversos ecossistemas existentes no país, pois as comunidades pesqueiras extraem da natureza o que ela é capaz de repor, conciliando a sua sustentabilidade e a sustentabilidade ambiental dos recursos utilizados. Isso é viabilizado pelo conhecimento e respeito que a comunidade tem pela natureza. Mas esse território tradicional tem sido tratado como espaços vazios e são disputados por grandes empreendimentos empresariais da construção civil, do turismo, para parques e construção de barragens. O documento defende que para satisfazer os interesses do capital, prejudica-se o pescador e nega-se o valor da pesca artesanal, sendo encarada como um entrave ao desenvolvimento.

O discurso pastoral, que é a segunda parte do texto, defende que a terra é um bem gratuito de Deus. A natureza, que não é produzida pelo trabalho humano, é percebida pelos mercados como vantagens comparativas naturais. Diante desse panorama opressor, os bispos dão a sua interpretação, a partir dos textos bíblicos e das cartas papais, para demonstrar a situação. Isso é muito importante porque é a interpretação da teoria da Igreja, a partir da realidade desigual latino-americana. Para Deus, a terra deve ser dom e benção, não transformada em instrumento de poder ou em motivo de divisão. Ela deve estar a serviço da vida e não pode servir a projetos injustos. Quando a propriedade e o uso da terra forem causa de pobreza e de opressão para as pessoas, tem-se a certeza de que a aliança com Deus foi rompida e Sua vontade, desobedecida, sendo as relações entre as pessoas dominadas pelo pecado.

Os bispos defendem que Deus sempre adverte a respeito da exploração dos pobres e humildes. Daqui derivam as consequências de que a ninguém é lícito privar da posse da terra a pessoa que a tem em seu uso, de outro modo violaria um direito divino. Por outro lado, é negada qualquer forma de posse absoluta e arbitrária, exclusivamente para vantagem própria, não se pode fazer o que se quer dos bens que Deus deu a todos. A terra não é só dos ricos e poderosos. A propriedade privada é vista como um instrumento para a realização da destinação social.

O princípio da destinação universal dos bens, de longa tradição eclesial, questiona radicalmente o direito de propriedade absoluta e sem limites, estabelecido no direito feudal, na Idade Média europeia e ampliado na globalização financeira e hegemônica do mercado nos tempos modernos. O agronegócio reforça esta dimensão absolutista da propriedade em detrimento da função social. A missão atual da Igreja é opor-se à hegemonia do capital e lutar por uma nova ordem mundial. A partir daí, os bispos começam a enumerar várias cartas

papais que condenam a pobreza do campo e a expropriação do uso da terra. E, somente para citarmos o papa atual, o documento se reporta à encíclica *Evangelii Gaudium*, que expressamente condena a idolatria ao dinheiro e determina não à desigualdade social que gera a violência (CNBB, 2014b).

Diante desses debates, os bispos assumiram o compromisso de denunciar o acúmulo insustentável da riqueza, a concentração de terras, a devastação ambiental e a violência contra as pessoas, as comunidades e as populações das terras. Importante notarmos que esse compromisso não se limita à denúncia, ele enumera uma série de ações necessárias de serem feitas pelo poder público para que essa desigualdade não persista. Então, o compromisso da Igreja também é com a efetivação dessas ações. Resumidamente: quanto ao Poder Executivo é necessário, com urgência, a Reforma Agrária. Ela democratiza o acesso à terra e garante o uso do território no respeito das diferentes culturas camponesas; no Poder Legislativo, esperam-se mudanças no código de processo civil para que os conflitos possessórios por imóveis rurais não sejam mais resolvidos através de sentenças liminares, sem ouvir as partes envolvidas. Ainda, a aprovação da regulamentação da Proposta de emenda Constitucional (PEC) sobre a expropriação de imóveis onde for encontrado trabalho escravo; no Poder Judiciário, a aplicação e ampliação das leis penais em relação aos provocadores da violência no campo (CNBB, 2014b). Portanto, o documento mais recente da CNBB reafirma os compromissos com o documento de 1984, ampliando sua dimensão de análise e atuação combativa.

Todo o debate que realizamos até aqui, a partir dos documentos emitidos pela Igreja Católica nos últimos anos, revela que ela passou por momentos diferentes e nunca homogêneos. Mas ainda hoje a CNBB, que é uma parte importante da Igreja Católica, segue se posicionando contra o capital, insistindo que a luta pela desigualdade deve ser dada a partir da organização e participação política dos trabalhadores. É dentro desse foco que nasceu a Comissão Pastoral da Terra, em 1975. Ela é uma tomada de posição a partir dessas reflexões.

2.3 Surgimento e organização da Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) emergiu em meio a uma ditadura civil-militar que perseguiu seus agentes pastorais, os religiosos e os trabalhadores. Na década de 1970, o nosso país vivia um momento de uma ditadura forte, que combatia qualquer inimigo que ela pensasse existir. Além disso, havia o projeto de desenvolvimento do norte do Brasil, como já discutido no primeiro capítulo. O seu fundamento era a necessidade de povoar uma região de vazio populacional; atrasada em seu desenvolvimento e isolada (POLETTI, 1997). Essa

política surgiu sem respeito aos povos que já viviam na região. Índios, posseiros, arrendatários, ribeirinhos, seringueiros e moradores tradicionais foram expulsos de seus locais para a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento estimulados pelo governo da ditadura, como já discutimos no capítulo primeiro.

Foi nesse contexto nacional que surgiu a articulação da criação da CPT para assessorar os trabalhadores e combater toda essa violência física, cultural e econômica que foi imposta pelo modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia. Diante dessa realidade, era necessário criar um serviço tanto de apoio a esses trabalhadores quanto de proteção aos agentes pastorais e religiosos, mas com base em uma instituição forte. Por isso a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu junto à Igreja Católica, já que ela não havia sido atingida pela ditadura civil-militar. Tinha influência política e cultural, como ainda, efetivamente, não tinha feito nada para se contrapor a essa ditadura. Apenas alguns religiosos foram perseguidos, mas a Igreja Católica manteve-se, de certa forma, intacta, pois não se levantou a favor nem de seus próprios religiosos. Então, era estratégico que a CPT fosse ligada à Igreja Católica (POLETTO; CANUTO, 2002). Importante lembrar que já havia um acúmulo intelectual de religiosos de uma postura mais crítica quanto à ação da Igreja devido aos debates do Concílio do Vaticano II, de 1961 a 1965, como ainda a Convenção de Medellín, em 1968, o movimento da Teologia da Libertação, mas havia dificuldades devido à estrutura ideológica predominante da Igreja. A CPT poderia ser um caminho de institucionalizar, perante a Igreja brasileira, essas ideias mais progressistas de um novo tipo de ação pastoral.

A carta escrita por D. Pedro Casaldáliga (2014), em 1971, **Uma Igreja Católica da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, demonstra bem o sentimento de violação de direitos, e que já não era mais suficiente lutar apenas contra essas violências, era necessário enfrentar o sistema econômico de mercado. Ao mesmo tempo, houve uma efervescência no trabalho das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's). Através de uma leitura crítica e popular, foram-se criando instrumentos próprios e organizações autônomas visando os serviços urgentes das comunidades e as mudanças na sociedade.

As CEB's se constituíam em uma reunião de pessoas que tinham a mesma crença (NOVAES, 1986). Encontrava-se em vários níveis de debates e ações. As pessoas poderiam se encontrar somente para rezar, fazer novenas ou ladainha, como ainda para realizar uma reflexão dos problemas locais e encaminhá-los, de forma assistencialista, com os mutirões. Ou ainda, poderiam realizar ações reivindicatórias exigindo serviços públicos. Esse quadro

preparou o espaço para o surgimento de uma pastoral que viesse a se preocupar não apenas em combater a violência do campo, mas o sistema econômico que a sustentava.

Um exemplo de atuação dessas CEB's pode ser observado pelo trabalho no Maranhão. Em 1974 foi realizado o encontro das Comunidades, da Arquidiocese de São Luiz, que acabou se tornando um encontro estadual. Os temas discutidos foram: direitos humanos, direitos do lavrador, lei da renda, direitos e deveres do lavrador. A avaliação dos camponeses a respeito do encontro foi que descobriram seus direitos. “Estou satisfeito em saber que o homem do campo pode reclamar” (POLETTTO; CANUTO, 2002). Portanto, esse clima de organização social foi formando a ideia de indignação do que estava acontecendo, abrindo terreno para a necessidade do surgimento da CPT.

No contexto internacional, revela D. Tomás (*apud* 2000 POLETTTO; CANUTO, 2002) que na década de 1970 a América Latina (AL) rompeu com o antigo modelo de Igreja Católica. Isso ocorreu com sua entrada no Concílio do Vaticano II. As autoridades eclesiais, neste continente, iniciaram, a partir disso, uma análise autocrítica sob sua relação colonialista com os povos indígenas, concluindo pela necessidade de uma pastoral libertadora. A criação da CPT não foi um fato isolado, ela foi resultado desse novo olhar.

Diante desse quadro nacional e internacional, alguns bispos formaram um *grupo-não-grupo*, como D. Fernando (Bispo de Goiânia) preferia chamar, pois não era a favor de grupos dissidentes, com o objetivo de agir contra essas violações. Uma carta circular de D. José Maria Pires, em 1973, conclamou todos a tomarem atitude em favor de D. Helder Câmara, que estava sendo perseguido pela ditadura civil-militar. Diante disso, esse grupo começou a agir, de forma mais articulada, contra a opressão. São iniciativas, indicadas por Ivo Poletto como antecedentes ao surgimento da CPT. A situação da Amazônia foi levada à Assembleia dos Bispos, que nada encaminhou. Em virtude disso, esse grupo informal de bispos resolveu estudar a realidade a sério e partir para uma ação (POLETTTO, CANUTO, 2002).

Um dos fatos que antecedeu a criação da CPT foi a elaboração e publicação de três textos criticam profundamente a ditadura civil-militar e anunciam que os autores assumem, radicalmente, a solidariedade com os marginalizados e com os perseguidos em razão de suas lutas pela justiça. Foram três textos simultâneos, partido do centro-oeste, sul e nordeste, abrangendo a realidade indígena e camponesa. Os três textos se intitulavam: **Ouvi os clamores do meu povo**, no nordeste; **Marginalização de um povo: grito das Igrejas Católicas**, do centro-oeste; **Y-Juca-Pirama- o índio, aquele que deve morrer indígena**. Segundo Poletto, esses três textos tinham em comum o anúncio de um caminho para uma

sociedade socialista, análises críticas à ditadura civil-militar e à conjuntura regional e nacional.

Como resultado do impacto desses textos foi marcada em Salvador, em 1974, uma reunião de articulação para dar apoio às pessoas que trabalhavam nas pastorais. D. Pedro Casaldáliga vai propor um Encontro Pastoral da Amazônia. Essa reunião foi feita na Assembleia da CNBB, em Itaici. É nesse encontro que é feita a proposta de uma comissão que trate das questões fundiárias. Assim, a CNBB, pressionada por padres, bispos, agentes pastorais e cristãos, decidiu que em junho de 1975 seria realizado o Encontro Pastoral da Amazônia. Surgiu daí uma Comissão de Terras ligada à linha missionária da CNBB. Claudio Perani (POLETTO, CANUTO, 2002) lembra que ela nasceu não como um intermediário entre os trabalhadores do campo e o governo, nem um movimento eclesial cristão, integrado por trabalhadores rurais católicos. Seria uma comissão de serviço, limitada e ágil, que pudesse ajudar na organização dos posseiros. Para que pudesse ter essa função, ela seria oficiosa, não deveria ter aquela ligação estreita com a CNBB, como outras organizações. Assim, foi fundada a Comissão Pastoral da Terra como um organismo não oficial, ligado pastoralmente à Igreja Católica, mas com autonomia em relação à sua organização e atuação.

Hoje ela ainda é uma organização independente, mas ligada à Confederação Nacional dos Bispos Do Brasil (CNBB). Sua sede está em Goiânia - estado de Goiás. Ela atua em todo o território brasileiro, por meio das suas 21 regionais. Iremos tratar no capítulo 4, mais especificamente da regional Araguaia/Tocantins. A célula básica de atuação são as equipes que atuam nas regionais e estão diretamente ligadas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Três são os seus eixos de ação: água, terra e direitos (CPT, 2015). De antemão, gostaríamos de ressaltar que essa divisão tem mais uma base operacional do trabalho, mas todos esses eixos estão imbricados no sentido de viabilizar uma vida digna ao trabalhador e à trabalhadora no campo, para que eles tenham um efetivo acesso à terra.

Quanto ao primeiro eixo, os esforços iniciais surgiram da necessidade de assistir às famílias expulsas de suas terras em função da construção de barragens. A dimensão é discutir a água como um bem público que está sendo privatizado, destruído pelo agronegócio e pela poluição. No eixo da **luta pela terra**, a CPT preocupa-se muito com a relação do ser humano com a terra. Por isso, esta pastoral tem pensado em formas de permanência do agricultor nas suas áreas e passou a desenvolver ações alternativas de sobrevivência no campo, priorizando a defesa ao meio ambiente, a produção orgânica e ecológica.

É no eixo **direitos** que esse debate se torna mais amplo. Sua premissa é também a luta dos trabalhadores pela terra. Um dos seus enfoques está na luta de combate ao TEC e a

denúncia de violação dos direitos humanos. Um instrumento importante desse combate tem sido a documentação dessas denúncias, por meio dos cadernos *Conflitos do Campo*, cujas publicações iremos analisar no capítulo 4. A CPT passou a observar a necessidade de sistematizar os dados referentes aos conflitos de terra no Brasil (CPT, 2014), percebendo a presença constante de despejos, assassinatos, ameaças de mortes e prisões que vêm sendo articulados contra os militantes dos movimentos sociais, e da própria Igreja Católica, que vinham e vêm sendo ameaçados e até assassinados, como o Padre Josimo, no Tocantins.

Essa documentação cumpre a missão da CPT de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos. Importante observarmos o editorial da primeira publicação, disponibilizada no site da pastoral, pois ele é revelador quanto ao seu compromisso de denunciar a violência no campo:

No ano passado (1984), assistimos a mais um capítulo desta tragédia sempre renovada: 216 trabalhadores e agentes pastorais foram assassinados, muitos perseguidos, ameaçados, presos. Casas e plantações destruídas. Fazendeiros, latifundiários, grileiros, com seus jagunços, milícias particulares, forças policiais e setores do judiciário praticaram e incentivaram a sua guerra, considerada santa, em defesa dos seus altos privilégios, em defesa de terras sobre as quais impuseram direitos completamente avessos, em defesa da propriedade, considerada sagrada acima da vida da sobrevivência. [...] frente a esta situação, torna-se muito importante publicar como uma denúncia e um chamado à paz o quadro os *Conflitos de Terra* ocorrido no Brasil em 1985 (RECH, 1985, p. 3).

A publicação desses Cadernos tornou-se um veículo extremamente relevante de denúncia e de informação à sociedade da gravidade da situação no meio rural brasileiro. No capítulo 4 abordaremos, de maneira mais detalhada, uma série de dados neles apresentados, com ênfase nas informações que trazem sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, nacionalmente e, especificamente, do estado do Tocantins.

2.4 Trabalho Escravo Contemporâneo: a visão conceitual da CPT

Pois bem, uma vez que compreendemos em meio a que debate teórico e prático surgiu a CPT, que suas ações vão muito além de combate ao TEC, é importante refletirmos teoricamente sobre a discussão conceitual do Trabalho Escravo, pois ele tem afinidade com a interpretação das relações de exploração no trabalho. E, a partir dela, pensarmos o conceito que a CPT tem utilizado para realizar suas ações e quantificar os dados. Por isso, é preciso fazer alguns esclarecimentos sobre o conceito de Trabalho Escravo e sobre as divergências em torno dele.

2.4.1 Importância do termo

O quadro, que apresentaremos a seguir, é um apanhado da legislação, predominantemente internacional, para termos uma ideia de algumas expressões que têm sido utilizadas para definir o Trabalho Escravo. Observamos a divergência de termos em relação à problemática que estamos tratando. Encontramos as seguintes nomenclaturas: trabalho escravo; trabalho forçado; servidão; e, trabalho análogo ao de escravo.

Entretanto, há uma diversidade ainda maior de denominações. Silva (2010) faz um bom levantamento desses termos e dos seus significados: “trabalho escravo”; “trabalho em condições subumanas”; “escravidão por dívida”; “trabalho forçado”; “escravidão branca”; “escravidão contemporânea”; “redução à condição análoga à de escravo”; “super exploração do trabalho”; “formas contemporâneas de escravidão”; “nova escravidão”; “trabalho análogo ao de escravo”; “servidão”; “servidão por dívida”; “trabalho em condições análogas à de escravo”; “trabalho obrigatório”; “senzala amazônica”, “semi-escravidão”; e, “trabalho em condições análogas à escravidão”.

Ricardo Rezende (Figueira, 2004, p. 35) defende que como a escravidão de hoje não é exatamente a modalidade da escravidão da antiguidade, ela vem acrescida de vários termos, como: semi, branca, contemporânea, por dívida ou, como prevê o código penal brasileiro, condição análoga à de escravo. Ele também mostra como nas entidades governamentais o termo escravidão e trabalho escravo são utilizados pelos setores do governo. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Em 2003 foi criado, pelo então presidente Lula, o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Quadro 1- Terminologia da Legislação de TEC

Entidade	Denominação	Norma	Conceito
Liga das Nações/ 1926	Escravidão	Convenção de 1926	É o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade.
OIT/ 1926 e 1957	Trabalho forçado ou obrigatório	Convenção 29 Convenção 105	Todo o trabalho exigido a uma pessoa mediante uma ameaça de sanção ou que não se apresentou espontaneamente.
ONU/ 1948	Escravidão e Servidão	Declaração Universal dos Direitos do Homem	Não se refere a conceitos, apenas prevê que ninguém será submetido à escravidão ou servidão.
Brasil-1940 e 2003	Condição análoga à de escravo	Código Penal	Em 2003, prevê várias situações: trabalho degradante, por dívidas, forçados, com jornada exaustiva.
ONU/1966	Escravidão e servidão	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	Apenas prevê que ninguém será submetido a tratamento degradante, nem à escravidão, nem à servidão nem a trabalhos forçados ou obrigatórios, mas ainda como na convenção 29, permite estes trabalhos em algumas situações.
OEA/ 1969	Escravidão, servidão, trabalho forçado ou obrigatório.	Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto São Jose da Costa Rica)	Apenas se refere que ninguém será submetido a tratamento degradante, nem a escravidão, nem à servidão nem a trabalhos forçados ou obrigatórios, mas ainda como na convenção 29, permite estes trabalhos em algumas situações.
Tribunal Penal Inter. 2002	Escravidão	Estatuto de Roma	É o exercício de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre um ser humano, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças.

Fonte: Legislação nacional e internacional, 2012.
Organizadora: Shirley Silveira Andrade

Esterci (2008, p. 4) demonstra como houve uma construção social do conceito de TEC e como essa diversidade simboliza um campo de disputa. Ela parte dos casos práticos para ir construindo um conceito antropológico de trabalho escravo. Já na introdução do seu livro estão presentes elementos importantes de reflexão sobre a diversidade de termos que são utilizados para caracterizar a situação. A multiplicidade e variação deles indicam que os critérios de classificação estão em discussão, tanto no campo político-ideológico quanto no que diz respeito ao seu enquadramento na legislação trabalhista e nos códigos de defesa dos direitos humanos. E é a partir de concepções que não estão referidas no campo legal que ela parte para compreender essa diversidade. Essas concepções têm relação com o contexto, critérios e posições dos diversos atores envolvidos.

Quando as pessoas utilizam o termo escravidão elas não necessariamente estarão se referindo, diretamente, aos conceitos sociológicos ou definições legais, defende Esterci (2008). Elas podem estar manifestando sentimentos de repúdio e recusa que parecem romper

com os limites culturalmente aceitáveis da desigualdade entre os homens e ferir noções de humanidade culturalmente sancionadas. Do ponto de vista conceitual, escravidão, trabalho escravo, servidão, pressupõem formas de dominação, segue a autora. Há em comum uma atitude predatória, o interesse de curto prazo, em que há expectativa de lucros fáceis e imediatos. Em todas essas formas de exploração estão presentes as tentativas de imobilizar a mão de obra através de uma extração de serviço, com base na coação física, moral da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outro seu serviço.

Esterci (2008, p. 5) segue dizendo que essa relação precisa ser legitimada pelo processo de consentimento por parte dos dominados e por um esforço constante dos dominadores, no sentido de obter consentimento deles. Mas a autora chama a atenção para o fato de, no caso da escravidão, a violência ser tão arbitrária que o consentimento dos trabalhadores, por vezes, parece não importar, embora isso não retire completamente a necessidade do consentimento. Por outro lado, a autora levanta que certas atitudes dos trabalhadores podem ser pensadas como estratégias de sobrevivência. Por exemplo, aceitar a própria violência.

A razão de imobilizar essa mão de obra se dá pela necessidade de garantir um contingente de trabalhadores. Há necessidade de forçar a trabalhar para outras pessoas, que não se dispõem livremente a abrir mãos de sua autonomia, caso tivessem opção de trabalhar por conta própria. É preciso disciplinar a força de trabalho. Mas também essa imobilização pode ser, segue defendendo a autora, para baixar os custos com a mão de obra. Isso tem como efeito a redução do poder de reivindicação dos trabalhadores e concorre para inibir a formação ou afirmação de identidade. Inibindo a organização dos trabalhadores e sua percepção acerca das prerrogativas de representação e de uso dos instrumentos legais na defesa dos direitos trabalhistas, a imobilização é um instrumento de luta entre empregadores e empregados. Diante disso, Esterci (2008, p.4) conclui que o fato de utilizarmos vários termos significa que o conceito de trabalho escravo está dentro de uma disputa política nessa relação de dominação.

Na década de 1960, circulavam na imprensa notícias sobre Trabalho Escravo, e quem mais fazia essas denúncias era a polícia federal. A autora traz uma série de situações denunciadas na imprensa e se pergunta como era possível que essas ações fossem toleradas, se o Brasil era signatário de acordos internacionais de combate à escravidão e instituições similares. Altas fontes do governo vinham assumindo atitudes defensivas: negavam a

amplitude da violação da lei, afirmando serem fatos ocasionais e classificando-os como infrações trabalhistas, sem enquadrá-las como crime (ESTERCI, 2008, p. 13).

A partir da década de 1970, outras vozes passam a denunciar esse tipo de trabalho, a exemplo dos trabalhadores, que fugiam das fazendas, fazendo grandes distâncias, parentes de trabalhadores ou organismos e membros de equipes religiosas. O governo precisava dar uma resposta à população. Apesar de ter havido algumas prisões, a relação capital trabalho não se modificou. Se o Estado é um campo de forças, com o regime ditatorial a balança foi pendendo para o lado das forças dominantes.

Em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária (MIRAD). A partir desse espaço, uma versão oficial diferente começou a ser fortalecida dentro do próprio Estado, reconhecendo a categoria trabalho escravo como adequada às classificações das situações de exploração existentes. Reconhecem serem essas relações amplamente difundidas e utilizadas nos mais diversos setores da economia rural brasileira. Por meio de documento, divulgado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários, o MIRAD assumiu a existência de trabalho escravo desde o seu título. Nominou os denunciados e utilizou como fonte de registros de entidades de apoio e representação dos trabalhadores, acolheu denúncias de religiosos e lideranças sindicais, conferiu *status* de documentos a cartas de trabalhadores e seus familiares. Esses atores ganhavam maior reconhecimento e as irregularidades e crimes eram agora oficialmente admitidos (ESTERCI, 2008, p. 20).

Mas durou pouco tempo posicionamentos assim, defende a autora, o fato é que trabalho escravo se transformou em categoria de luta. Hoje a controvérsia dentro do Estado é flagrante, e como as entidades da Sociedade Civil têm agora acesso aos diferentes órgãos e instâncias, reconhecem as variações de posição que existem entre agentes do mesmo órgão. Como veremos no capítulo 5, as divergências entre Poder Judiciário e Ministério do Trabalho e Emprego.

Na imprensa, a categoria escravidão ou trabalho escravo aparece com mais intensidade da década de 1980 a 1990. Entre 1960 e 1980, ele era mais referido no território nacional, depois disso, o problema tomou uma dimensão universal. Ou seja, há presença mundial do trabalho escravo, o que torna o problema mais complexo. Como recuperar, por meio dessa desconcertante universalização da escravidão, a particularidade, a compreensão que irá orientar as ações combate? Como interpretar o significado das pluralidades, agora mundiais, de expressões que ora parecem identificar ora diferenciar as situações de exploração? (ESTERCI, 2008, p. 22).

Um ponto importante é que essas denúncias vão pressionar padrões infratores e dar apoio de organização aos trabalhadores. Os dados voltam às mãos dos que buscam coibir a escravidão e são utilizados para impulsionar as vistorias, respaldar a formação de comissões de inquérito e fiscalização, embasar argumentos de acusação e compor processos. O uso sistemático de termos como escravidão, trabalho escravo e similares opera no sentido de nomear, de forma inclusiva, os casos que se querem denunciar. Unifica as situações que poderiam aparecer fragmentadas, como se cada situação fosse o resultado de atitudes abusivas de empregadores atrasados e isolados.

Se na história da luta pela abolição houve um momento em que foi necessário distinguir entre diversas formas de repressão e imobilização da mão de obra, parece que o próprio desdobramento das lutas em curso trouxe de volta uma categoria unificadora das situações: escravidão. Expressa novas concepções acerca da justiça e da injustiça e dos limites sociais de desigualdade entre os homens. Essas concepções já não cabiam nem nas definições dos códigos de direitos trabalhistas nem dos direitos humanos. As limitações dos instrumentos existentes obrigam entidades civis, órgãos governamentais e legisladores a reverem antigas definições no sentido de atender a novas demandas e denúncias (ESTERCI, 1999).

Alheios às próprias definições legais ou de especialistas, trabalhadores, agentes de órgãos ligados à fiscalização do trabalho ou mesmo de órgãos de repressão, descrevem situações denunciadas de escravidão, associando-as às experiências históricas de repressão e crueldade extremas, situações que soam vistas como lesionando os limites de injustiça e de desigualdades entre os seres humanos. (ESTERCI, 1999).

A categoria escravidão se tornou política, fazendo parte de um campo de lutas que é utilizada para designar toda sorte de trabalho não-livre, da exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Sob a designação de escravidão hoje se vê maus tratos, péssimas condições de trabalho, má remuneração, alimentação precária, transporte não condizentes com leis e costumes. Ela passou a designar situações ultrajantes de desumanização. É uma espécie de **metáfora do inaceitável** que afeta, de forma ampla, os segmentos até os que não estão envolvidos na luta por Direitos (ESTERCI, 2008, p. 31). Esse é o sentido novo da escravidão, não captado pelas leis, de modo eficaz, mas utilizado por representantes de segmentos os mais diferentes da sociedade, quando expostos a determinadas circunstâncias. Nas pesquisas realizadas pela autora, o termo escravidão sempre esteve associado às situações que aproximassem os seres humanos da condição dos animais.

Por isso, ela defende que o termo escravidão tem o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, a objetos de troca, a mercadoria - vem associado a expressões de

mercado: compra, venda, preço por lote, por cabeça. Por seu poder de denunciar, o termo foi ganhando espaço: lideranças sindicais e representantes de trabalhadores querem que os casos por eles denunciados constem dos registros das entidades civis e religiosas de prestígio como sendo de escravidão. Por outro lado, entidades nacionais e internacionais pressionam as instâncias governamentais para que reconheçam seus levantamentos (ESTERCI, 2008).

Podemos perceber essa construção dentro do próprio Estado. As Procuradorias Federais e do Trabalho referem-se ao termo escravidão ou trabalho escravo, como ainda há a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), na Secretaria de Direitos Humanos. As campanhas midiáticas se utilizam, predominantemente, do termo Escravidão ou Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC). Há uma construção social no sentido do termo escravidão. Isso é tão forte no Brasil que acabamos de ter uma modificação no texto constitucional quanto à expropriação de imóveis onde forem encontrados o TEC, e a redação do artigo 243 da Constituição Federal Brasileira, de 1988, preservou o termo trabalho escravo, não privilegiando condições análogas às de escravo, como está escrito no Código Penal Brasileiro desde 1940.

Partimos da ideia de que esse termo torna mais evidente o problema. Apesar de suas diferenças, ele apresenta as relações de poder e exploração de modo mais claro e deixa mais marcada a gravidade do problema. É verdade que há uma demarcação histórica do conceito de escravidão, mas os institutos se movimentam dialeticamente tomando outras características, a exemplo do termo democracia. Hoje, ele não tem muita relação com a democracia grega, mas chamamos tudo de democracia. Por isso, está sendo utilizado o termo Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) nesta pesquisa.

2.4.2 Trabalho Escravo Contemporâneo: um debate interdisciplinar

Sakamoto (2007) preocupa-se em refletir a discussão conceitual do trabalho escravo nos nossos dias, a partir de reflexões bem contemporâneas. O autor também levanta que houve uma construção social do conceito de trabalho escravo, a partir da superexploração do trabalho, presente na percepção coletiva de que era a moderna escravidão (ou escravidão colonial). Ela é fruto da redefinição de significados. A sociedade resgata certos significantes e os redefine, um processo vivo e coletivo que não pode ser desconsiderado pela academia, sob o risco de descompasso com a realidade. É o que acontece entre a moderna e contemporânea escravidão. Foram mantidas as características referentes às antigas condições de trabalho e foram excluídas características da escravidão colonial e imperial brasileira – o direito de

propriedade legal de um ser humano sobre o outro. São situações de superexploração do trabalho, de natureza diferente da escravidão nesses períodos, mas igualmente desumanas.

Com a inserção do Brasil em um sistema de exploração capitalista, a mais velha forma deu espaço para uma nova maneira de escravizar. Utilizando-se dos mesmos expedientes de violência, desconsiderando o contrato firmado entre capital e trabalho para a venda de mão de obra. Usa-se a mão de obra escrava para acumulação de capital, retirando direitos trabalhistas, sociais e humanos para aumentar sua margem de lucro.

A principal característica da escravidão, como modo de produção, está na transformação dos seres humanos em instrumentos de trabalho, em mercadorias passíveis de serem comercializadas. Sua força de trabalho não lhes pertence, mas sim a quem detém a propriedade sobre eles. Hoje não há mais o direito legal de propriedade, mas há uma série de elementos comuns, principalmente na condição em que são submetidos, só trabalhadores, e na impossibilidade deles se desligarem do serviço (SAKAMOTO, 2007).

Em contraponto a essas visões, o sociólogo José de Souza Martins (1999) faz uma série de críticas à atuação da CPT para discutir o conceito de TEC. É importante salientarmos que foi um texto que ele escreveu para um livro, editado pela própria Comissão, resultado de um seminário, no final da década de 1990.

Martins (1999) faz um longo debate sobre a mistura entre a militância e a elaboração conceitual, e de como isso tem sido prejudicial no trabalho da CPT. Faz esses adendos antes de entrar no debate conceitual, porque para responder a pergunta o que é escravidão, insistiu em fazer um esclarecimento sobre essa confusão entre militância e produção de conhecimento. Por isso, vamos registrar, em primeiro lugar, as críticas que o autor fez para chegar à construção do conceito de escravidão. Apesar de o texto ter sido publicado em 1999, ele tem ligação com a discussão realizada nos tribunais brasileiros a respeito do conceito de TEC, como veremos no capítulo 5.

Havia uma falta de clareza em relação à diversidade das relações de trabalho e a escravidão, defende Martins (1999, p. 127). Uns por rotularem como escravidão a todas as situações e relações de trabalho que subjetivamente entendem não serem como de bom patrão. Outros por que têm uma visão vaga e imprecisa dessa noção. Outros por que têm uma visão fantasiosa do problema, julgando que a escravidão acabou com a Lei Áurea. E segue defendendo que quem pede conceito pede clareza. Isso implica conformar-se com as dificuldades e críticas de tornar claro um processo, com as durezas do processo de produção de conhecimento. Isso não se resolve com interpretações do senso comum nem com

conhecimento ideológico, modalidades deturpadas de consciência dos problemas sociais. (MARTINS, 1999).

Então, é preciso começar a refletir sobre quem faz a pergunta. Identificar a origem da pergunta faz parte da resposta, porque é necessário entender as causas e circunstâncias disso que se tornou obstinada procura de escravos onde eles pudessem existir e já agora onde nem sempre existem. A questão é que, por vezes, um conceito pode realimentar continuamente convicções ideológicas de quem se orienta por essas preocupações. Por causa desses bloqueios, a questão foi capturada tardiamente pelo denunciismo por grupos e denunciadores que só tiveram um contato tardio com o assunto. Há uma deliberada busca de evidências de trabalho escravo, como as carvoarias de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. As denúncias e as reportagens se concentraram nessas regiões (MARTINS, 1999, p. 130).

Este autor ressalta que o que é tecnicamente defendido como trabalho escravo é, na verdade, superexploração do trabalho. São casos em que as horas cedidas ao patrão, imperceptivelmente sem pagamento, excedem a taxa normal de exploração do trabalho, e a remuneração é insuficiente para atender a todas as suas necessidades. As denúncias acabaram concentrando-se em áreas e problemas que pouco ou nada tinham ou tem a ver com o trabalho escravo propriamente dito. A superexploração do trabalho, por estar sendo tratada de modo incorreto e inadequado, não foi nem tem sido enfrentada como deveria ser. Ela sequer chegou à consciência do militante como um fato socialmente grave. O novo modelo econômico tem intensificado a exploração do trabalho e a anulação de conquistas trabalhistas. Assim, essa nova realidade econômica tende a tornar a superexploração em trabalho escravo. (MARTINS, 1999, p. 131)

Uma indicação das dificuldades para lidar, classificatória e estaticamente, com as sutilezas dessas mudanças sociais estaria documentada nos relatórios anuais da CPT. O autor segue refletindo que a dificuldade conceitual é expressão de uma dificuldade para tomada de consciência objetiva de um problema novo ou de uma questão que apenas começa a oferecer as primeiras evidências de sua ocorrência. Os agentes da Pastoral não conseguiram renovar e atualizar sua consciência conceitual e interpretativa dos problemas, a palavra conflito continuou a ser usada para classificar aspectos novos de uma realidade cuja lógica é outra. Martins (1999, p. 134) se refere aos **Cadernos Conflitos no Campo**, que divide a exposição de dados em conflitos. Poderemos observar melhor isso no capítulo 4, pois iremos detalhar como a CPT faz essa divisão e como a conceitua. O sociólogo critica a utilização de conflitos para todas as situações. Por isso, ele diz que essa palavra surgiu, na CPT, para dar conta de conflitos os mais diversos e até de situações não conflituosas.

A CPT estaria se propondo à mediação interpretativa do conflito, de modo que os trabalhadores pudessem conhecer suas dimensões para eles ocultas pelos mecanismos de dominação e de reprodução social. Além disso, propôs claramente abrir e indicar alternativas de ação e de participação em favor dos trabalhadores na solução desses conflitos. As situações de trabalho escravo, denunciados desde o começo, eram casos em que os trabalhadores, submetidos a modos violentos de controle e coerção, fugiram e pediram socorro a algum membro da Igreja. O conceito de trabalho escravo origina-se da consciência desses trabalhadores que com sua fuga realizavam a denúncia e dimensionavam conflitivamente a opressão que os alcançava (MARTINS, 1999). O que, para o autor, é um equívoco, pois parte-se de um conceito sob a concepção da vítima, e isso limita muito uma visão geral.

Martins (1999) defende que com o tempo foram sendo acrescentados ao trabalho da CPT os casos de peonagem, nem sempre abrangidos pelo conflito. Por especialização e maior sensibilidade, decorrente de muitos anos de atuação, os agentes das pastorais começaram a se antecipar ao conflito e à tomada de consciência da injustiça e da violência. Eles passaram a ser os portadores antecipados da consciência, cada vez mais ligados a esquemas ideológicos da realidade. O que seria comum quando há uma consciência de fora para dentro, de quem não está na situação problemática, que com ela está envolvido por uma práxis de resistência. Estaria ocorrendo a ideologização do trabalho pastoral, uma espécie de barreira de aceitar a interpretação científica quando ela contradiz a ideologia da ação. Mas a prática e a teoria estão em relação de necessidade recíproca. Entidades como a CPT devem cumprir uma missão de lucidez e ser a mediação entre teoria e prática (MARTINS, 1999, p. 133).

O sociólogo afirma que com essa obstaculização à interpretação da ciência, houve uma banalização do que seja conflito. Qualquer coisa é conflito, e isso tem consequências nos dados quantitativos. Uma mesma situação comparece às quantificações em sua origem e em seus desdobramentos nos diferentes planos de denúncias. Aparecem várias vezes, e passamos a ter a falsa impressão de que vivemos inúmeros conflitos. Exemplifica que a CPT considera conflito a ocupação de prédios públicos pelo MST, mas não se trata de outro conflito, é somente o desdobramento de um conflito de terra que tinha existido. São seus desdobramentos nas várias instâncias que o conflito deve percorrer para ser resolvido. Ao reduzir as ocorrências aos números, deixa-se de lado sua dinâmica, suas verdadeiras causas, sua real intensidade, o que dificulta uma visão da totalidade (MARTINS, 1999, p. 134).

Martins segue defendendo que esse uso da palavra conflito é um claro exemplo da retificação conceitual. Isso ocorre com os casos de escravidão. Classificá-los como conflitos iguais aos de terra é um equívoco. Quando há conflito na escravidão desdobra-se de forma

diferente do conflito fundiário, pois este tem como eixo a propriedade da terra, já a escravidão é o processo de exploração do trabalho. Além do mais, quando a existência de trabalho escravo é verificada de fora para dentro não há um conflito. Não quer dizer que não deva ser denunciado, mas não se pode dar-lhe características que não tem.

Isso cegou vários agentes das pastorais e sindicatos para importantes transformações que estão ocorrendo nas relações de trabalho em todos os setores, não só no campo. Vários dos casos confundidos como escravidão são casos de terceirização de trabalho. Está sendo difundido no Brasil o modelo asiático de capitalismo, em que os custos do trabalho são reduzidos ao extremo, mesmo com o comprometimento da sobrevivência do trabalhador.

Sem essas reflexões, defende Martins (1999), não seria possível fazer um conceito claro de escravidão. É preciso diferenciar-se de quem age para que o trabalho da pastoral siga sendo um serviço aos pobres. Foi essa falta de crítica que obstaculizou a visão dos agentes que foram colocando rótulos na realidade social. O denunciamento substituiu a denúncia e o denunciador consciente, responsável e consequente, cedeu lugar ao denunciante, profissional da denúncia. “Quando denunciar vira uma profissão, ela passa a ser condição da sobrevivência material de quem denuncia e já tem pouco a ver com aquilo que é denunciado, com uma causa social relevante, com a luta de todos em favor dos que sofrem privações e violências” (MARTINS, 1999, p. 139).

O sociólogo defende que quem denuncia precisa estar preparado para dizer qual é a causa do problema e qual solução é adequada. A transformação dessa função em remunerada e burocratizada estaria deformando essa prática. Pouco adianta engordar as estatísticas se o próprio sujeito, que é vítima desse processo, não lutar por isso. O autor cita inúmeras situações em que os trabalhadores não se denominam como escravizados. Ele conclui que só age politicamente quem é capaz de reivindicar e tomar consciência do lugar social e histórico da reivindicação e das possibilidades históricas de seu atendimento e superação.

Martins (1999) ainda chama atenção para o fato de que, ao invés de lutarmos por nossas instituições, contentamo-nos em fazer denúncias nos países ricos, como se em nosso país elas não existissem. Isso soa como incapacidade de fazer valer nossos direitos, como incompetência para agir na condição de cidadão. Isso é pensar como colonizado.

Esse introito de Martins no debate conceitual foi muito importante naquele momento histórico. Provoca-nos reflexões fortes sobre a produção de conhecimento e a atuação na militância. Questiona as nossas certezas para nos indagarmos se realmente há confusão entre ciência e militância, e até pensarmos instrumentos mais eficazes de luta. Inclusive, observamos que nos **Cadernos Conflitos no Campo**, a CPT criou uma categoria específica

de superexploração do trabalho, diferente do Trabalho Escravo, que iremos tratar no capítulo 4.

Todavia, há críticas com uma base dialogal pouco aceitável. Como o fato de realizarmos denúncias em outros países quando, em várias situações, se tentou utilizar as instituições brasileiras e elas não funcionaram. Foi através de pressões internacionais somadas às ações internas que o combate ao TEC passou a ser mais efetivo. A preocupação do autor com o que pensam de nossos denunciantes é algo muito frágil. Ele diz que há distorções nessas denúncias que levam aos estrangeiros pensarem coisas errôneas sobre nós. Depois, a questão de o conceito advir de casos práticos. A produção de conhecimento não pode ficar separada do conjunto de relações, não podemos ficar *academicizando* as relações de exploração de trabalho.

Uma questão pertinente levantada por Martins é a dificuldade de uniformização dos dados dos relatórios. “A estatística tem valor quando cobre o universo e quando o fazem com precisão, não misturando informações relativas a outros universos conceituais. Mas os dados dos relatórios da CPT não são comparáveis entre si, nem entre um ano e outro” (MARTINS, 1999, p. 136). Nisso, temos bastante concordância. Ao fazermos um levantamento dos relatórios de 1985 a 2014 a variedade de categorias é grande, sendo muito difícil relacionar esses dados. Há apenas algumas repetições que tornam possíveis essas comparações.

Martins (1999) defende que essas considerações revelam que o conceito de trabalho escravo passa por uma ampla subjetividade de quem é vítima e de quem denuncia. É necessário um critério. Quando se fala em escravidão hoje em dia, geralmente as pessoas supõem que se trata da escravidão parecida com a do escravo negro do século XIX. Naquela época, o escravo era imobilizado de capital, tinha preço de mercado e, frequentemente, havia sido comprado pelo senhor. Hoje a escravidão é temporária, durando de algumas semanas a vários meses, revela. Antes a escravidão era racial, hoje não coincide necessariamente com diferença de raça entre senhor e escravos. Mas um conceito de escravidão depende de uma teoria das relações sociais em que a escravidão é praticada, relações que não são nem podem ser as mesmas em diferentes circunstâncias.

Mesmo que a escravidão, atualmente, seja temporária e circunstancial está diretamente ligada ao desenvolvimento capitalista, defende Martins. O trabalho tem a tese clássica de que no capitalismo o trabalhador se torna livre para vender sua força de trabalho a quem quiser comprá-la, situação que iremos debater no capítulo 3. Nesse sentido, ele é diferente daquele escravo que não é senhor de si mesmo. O típico escravo pode ser comprado e vendido como uma mercadoria qualquer, destituída de vontade própria. Um trabalhador livre vende sua

própria força de trabalho por vontade própria. Há uma clara separação entre o trabalhador e sua força de trabalho, ela é o objeto de mercadoria, não o próprio trabalhador, como ocorre na escravidão (MARTINS, 1999. p. 161).

Com o trabalho livre, o capitalista não tem prejuízo se o trabalhador morre. Ele pode facilmente ser substituído por outro. Com a escravidão não. O trabalhador livre é também livre dos meios de produção, dos instrumentos e materiais do trabalho. Ele não pode dispor livremente deles, portanto, não pode trabalhar por conta própria. “O capital atua historicamente no sentido de divorciar o trabalhador de seus meios de trabalho para que ele não tenha alternativa e venda sua força de trabalho a quem disponha de meios de produção” (MARTINS, 1999. P. 161).

Quando esse trabalhador livre não existe, criam-se as condições da sua sujeição e escravização. São as alternativas que se abrem para as populações à margem do desenvolvimento capitalista. São possibilidades no limite, através de empregos temporários, baixos salários, com superexploração e até trabalho escravo. A escravidão não se manifesta direta e, principalmente, em más condições de vida ou em salários baixos ou insuficientes, como veremos no debate do conceito legal de TEC, mas para o autor, o núcleo dessa relação escravista está na violência em que se baseia e nos mecanismos de coerção física - e, às vezes, moral - utilizados por fazendeiros e capatazes para subjugar o trabalhador.

Ela surge quando o trabalhador, por não receber salário que lhe é devido e por estar trabalhando em local que represente confinamento fica materialmente subjugado ao patrão e impossibilitado de exercer seu direito de sair de um emprego e ir para o outro. [...] a escravidão tem como elemento principal a coerção física e moral que cerceia a livre opção e ação do trabalhador, assim pode haver escravidão mesmo que o trabalhador não tenha consciência dela (MARTINS, 1999, p. 162).

Martins (1999) deixa claro que más condições de trabalho e formas penosas de atividades laborais não são casos de trabalho escravo, mas de superexploração. Ele limita o conceito de escravidão a uma visão mais clássica de liberdade de locomoção. Por isso, acentuamos sua diferença quanto à discussão de Sakamoto e de Esterici.

Esses autores apresentados até então, tiveram como foco de análise a escravidão contemporânea. Focaram seus olhares para as relações de trabalho, em momento histórico mais recente, o que é muito importante para refletirmos sobre a problemática. Mas há pesquisadores que vão refletir o conceito de trabalho escravo a partir da escravidão moderna e colonial. Eles elaboram conceitos gerais de escravidão, a partir desse modelo histórico. Essas reflexões são importantes, pois nos ajudam a realizar um contraponto da discussão atual e

pensar como há autores que ainda se limitam a essas concepções. Por outro lado, é importante porque haverá autores como Gorender (1992) que, apesar de partir de um olhar da escravidão colonial, consegue um conceito mais universal.

Pètrè-Grenouilleau (2009), historiador, começa explicitando que todos os fenômenos da história têm seus mitos. Conta que a origem da escravidão estaria relacionada ao canibalismo. Os canibais decidiram manter alguns prisioneiros a seus serviços ao invés de devorá-los. Essa história é interessante, pois associa a escravidão à vida da sociedade. Apesar de ser fácil percebê-la, é difícil conceituá-la. O primeiro problema é apresentar a escravidão de outros países como mais séria do que no nosso. Depois, descrever um sistema não daquilo que ele foi, mais do que resultou. Um exemplo é considerar a escravidão pelas alforrias que suscitou. Outro, que a escravidão brasileira proporcionou uma miscigenação.

Diante dessa problematização, Pètrè-Grenouilleau (2009) expõe a sua teoria sobre o que seria um escravo. Um escravo é um estranho, uma pessoa que está fora do grupo de referência numa dada sociedade. Estranho não somente ao grupo, a uma dimensão fundamental da vida desse grupo, pois o escravo não é excluído de tudo, ele participa de parte da vida da sociedade. Segue defendendo que nunca se escraviza a um semelhante, não existe uma servidão interna em uma sociedade entre aqueles que se reconhecem como membros de uma mesma comunidade. É essa distância que facilita transformar essa pessoa em um estranho.

Além de um estranho, um escravo é propriedade de seu senhor. Este pode ser seu dono, tendo ou não títulos oficiais, escritos ou consuetudinários. Tornando-se escravo, o ser humano livre pode ser submetido ao total arbítrio, porque não pertence mais a si mesmo. Mas essa posse não precisa ser realizada de maneira totalitária. Alguns senhores são particularmente cruéis, outros nem tanto. Às vezes, o escravo dispõe de certa liberdade ou de vantagens. Todavia, elas são sempre condicionadas à vontade daquele que o possui.

Sendo um estranho e um possuído, pode ser desumanizado. Várias atitudes de violência física e moral colocaram os escravos em situação de rebaixamento quanto à sua humanidade. Por outro lado, isso não impediu que os escravagistas reconhecessem seus escravos como seres humanos. Após ser arrancado do seu mundo, o escravo sofria uma morte social. No entanto, corria a um renascimento controlado pelo seu senhor, participando de conflitos e eventos sociais. Assim, as mesmas pessoas poderiam reconhecer que seus escravos eram humanos e, ao mesmo tempo, considerá-los como animais. O escravo é um ser humano que continuará sendo sempre um ser humano, mas às vezes pode ser rebaixado à condição de

coisa ou de animal, segundo a vontade de seu senhor. “Poderíamos dizer que o escravo é uma espécie de homem na condicional” (PÈTRÈ-GRENOUILLEAU, 2009, p.55).

Essa escravidão atual, chamada de moderna por Pètrè-Grenouilleau (2009), indica uma persistência de formas antigas, um retorno ao passado ou o surgimento de novas formas de exploração. Ela resulta da desordem da economia, que possibilita o aumento da exploração e condições locais favoráveis como a tradição de relações escravocratas. E cita o Estado brasileiro como essa mistura do moderno com o antigo, nos anos 1950 e 1960. O que ensejava essa prática escravagista era uma tradição histórica da escravidão e o surgimento de uma agricultura selvagem com o capitalismo, que deu ensejo ao endividamento, expropriação, escravidão por dívidas, etc.

Diante dessas discussões, Pètrè-Grenouilleau (2009) caracteriza três tipos de escravidão moderna:

Formas tradicionais de escravidão - escravidão por dívidas ou venda de crianças. Persiste tanto na África como no nordeste brasileiro;

Formas de exploração extrema de mão de obra - seria uma ideia ampla de exploração, pois poderiam ser englobadas situações onde não há a posse do escravo;

Servidão doméstica.

Jacob Gorender (1992), apesar de debater o conceito a partir de uma visão do trabalho escravo antigo e, principalmente, moderno (colonial), faz debates conceituais mais universais sobre a problemática. Segundo Verlinden (s.d. *apud* GORENDER 1992, p. 70), o termo *sclavus* surgiu dentre os germanos, entre os séculos X e XI, utilizado para o cativo estrangeiro em contraponto a *servus*, que era da própria nacionalidade germânica. No século XIII, quando os venezianos e genoveses passaram a carregar no mar mediterrâneo um fluxo constante de cativos estrangeiros, utilizaram aquele termo no Mar Negro. O que ocasionou a utilização do termo *sclavus* de forma corrente na Itália, estendendo-se aos países do Ocidente. Em Portugal, foi no século XV que o novo termo escravo generalizou-se, por conta do tráfico de negros.

Para Gorender (1992, p. 46), a característica mais essencial do ser escravo reside na condição de propriedade de um ser humano ao outro. O escravo está sujeito ao senhor a quem pertence, há nessa relação uma sujeição pessoal. Ele era uma mercadoria alienável podendo ser vendido, alugado, doado, emprestado, transmitido, hipotecado, e até podia ser objeto de seguro de vida em favor do seu senhor.

Importante ressaltarmos a diferença com outras formas de exploração de trabalho. Quando Gorender (1992, p. 71/72) diferencia o escravo do servo e do trabalhador assalariado, ele foca na análise dos meios de produção¹³ quanto ao primeiro e a força de trabalho em relação ao segundo. Uma diferença fundamental entre servo e escravo é que aquele é proprietário dos meios de produção, enquanto esse é o próprio meio de produção. Por outro lado, a primeira condição para o trabalho assalariado é o ser humano ser livre de qualquer propriedade alienável que não a sua força de trabalho. Nessa relação há apenas uma coação econômica, de caráter impessoal, pois é regida por um contrato. Por outro lado, o relacionamento com o escravo é de natureza pessoal, com coação extraeconômica, construído por diferentes instrumentos.

Gorender (1992, p. 51) ressalta que mesmo sendo tratado como coisa, o escravo não perde completamente sua categoria de humano. As legislações tiveram sempre um caráter ambíguo a respeito, pois se por um lado o escravo não era um sujeito de direitos, era de deveres, já que havia a possibilidade de ter condutas enquadradas na legislação penal, explica. Se escravos eram assassinados como animais de trabalho, contraditoriamente, poderiam ser condenados por crime. Ao imputar essa responsabilidade aos escravos, a sociedade os reconhecia como seres humanos. Justamente por ser humano é que ele precisa ser controlado de forma extraeconômica, inclusive a partir de relações pessoais.

O debate de Gorender (2012) a respeito dos tipos de escravidão esclarece ainda mais a problemática de nossa pesquisa. Subdivide-a em completa e incompleta. A primeira é quando o atributo primário do ser escravo, sujeição pessoal, tem mais dois atributos: a perpetuidade e a hereditariedade. Ele é *assujeitado* ao seu senhor por toda vida e isso é transmitido aos filhos. A segunda é temporária e não transmitida à prole.

A escravidão negra sempre se deu de forma completa (exceto a partir da Lei Rio Branco de 1981, quando os filhos de escravos ganharam o estatuto de nascidos livres), mas a indígena passou por vários momentos. As formas completas de escravidão indígena se deram através das guerras justas – guerras autorizadas pela coroa e pelos governadores, ou travadas em legítima defesa contra ataques de tribos antropofágicas que aprisionavam os indígenas; expedições de aprisionamento - expedições organizadas para a caça dos índios, com a finalidade expressa de escravização e tráfico; resgate de índios de corda - a coroa reconheceu legalidade de compra de índios prisioneiros, condenados pelas tribos ao sacrifício ritual; escravidão voluntária - assaltados, dispersados, esfomeados, os índios ofereciam a si e aos

¹³ Iremos discutir melhor esse conceito no capítulo 3, no item trabalho na sociedade capitalista.

seus filhos como escravos; processo informal - retenção de índios que iam trabalhar nos engenhos e fazendas, e casando-os com escravas negras. A Carta régia, de 1766, determinava a prisão de índios vagabundos e sua remessa à escravidão para trabalhar com roceiros, fazendeiros, rancheiros e membros das bandeiras (GORENDER, 1992, p. 490-495).

A escravidão incompleta se deu através de três situações. O sistema de administração foi legalmente implantado para que os índios fossem administrados nas aldeias indígenas. Os índios eram seres livres, postos em uma condição de tutela. Obrigados ao trabalho costumavam ser empregados na execução de obras públicas ou cedidos a particulares em regime de salário. A questão é que, na prática, muitos deles eram transformados em escravos completos. Os administradores desviavam-nos para seus estabelecimentos particulares e os transformavam em escravos, e, aos poucos, eles passam a serem transmitidos por herança.

Outro tipo de escravidão incompleta foi a escravização dos índios mediante pagamento de salários, associado a diversas formas compulsórias de trabalho. Um dos regulamentos das missões estabelecia que os índios deveriam trabalhar em turnos alternados. Passariam seis meses nas aldeias, e seis realizando trabalhos remunerados. Todos os índios, entre 13 e 50 anos, deveriam servir mediante salários taxados.

E por fim, o trabalho nas reduções jesuíticas. Os aldeamentos indígenas, dirigidos por missionários, eram denominados de reduções. Os jesuítas pretenderam exclusividade nessas aldeias, por intermédio da tutela dos índios. É verdade que salvaram parte da população indígena da escravidão e do extermínio, mas também aceitaram e até estimularam processos de sujeição com o pretexto de viabilizar a catequese. Tiveram que legitimar a escravidão chamada justa com as regras restritivas à escravidão.

Esse debate revela como a discussão de Gorender (1992) é ligada ao conceito de escravidão moderna, mas revela também como é atual ao nosso debate de TEC. Ele demonstra que no trabalho escravo moderno já havia escravos que recebiam salários. Por isso, podemos defender que o TEC pode-se enquadrar no conceito de Gorender como um tipo de escravidão incompleta.

2.4.3 Trabalho escravo moderno e Trabalho Escravo Contemporâneo

Iremos discutir, na próxima seção, a delimitação legal do conceito de TEC, que defendemos ser um conceito adequado e que não foge desse debate realizado nas áreas da Antropologia, da Sociologia e da História. Mas já de antemão, sem as delimitações legais, a escravidão é o tratamento do ser humano como coisa, como diz Gorender. O Código Penal

Brasileiro estabelece que tratar como coisa é forçar ao trabalho, coagir através da dívida, impor jornadas exaustivas e trabalho degradante, conceito que iremos aprofundar mais à frente.

Tratar as pessoas como coisas significa que elas trabalham sem as mínimas condições de dignidade, elas são tratadas como ou pior que os animais. Há um processo de desumanização nessas condições de trabalho. Apesar das observações pertinentes de Martins (1999), concluimos que esse debate vai para a esfera da dignidade humana, não se limitando ao debate da existência do contrato e da venda força de trabalho. Apesar da possibilidade do conceito de Goreneder ser usado de forma mais universal, é preciso refletir a diferença entre o trabalho escravo moderno e o contemporâneo, termos que apareceram bastante no item anterior, com significados diferentes.

Em texto que publicamos, fizemos coletivamente algumas reflexões a respeito desse tema (ANDRADE, BARROS, 2013). O Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) é uma forma de escravidão que possui características diversas de períodos anteriores. A descoberta da América impulsionou um ciclo de escravidão moderna, que durou por volta de 350 anos. Como vimos na história, desde os gregos ela está presente. A escravidão antiga teve suas peculiaridades, a moderna passou a fazer parte do projeto empresarial capitalista. O trabalho escravo contemporâneo se encontra nessa mesma lógica de acumulação, com um processo de degradação da dignidade do ser humano ainda maior.

No trabalho escravo moderno, comprava-se o ser humano, não se pagava salário, mas pelo fato de demandar altos custos, eram asseguradas condições mínimas de sobrevivência. O escravo deveria ser cuidado para gerar lucros. “Na escravidão contemporânea, não é como antes que se comprava um homem como se fosse um boi, hoje, usa-se a mão de obra pelo tempo que precisar dela e depois ela é descartada” (BRETON, 2002, p. 88).

Do ponto de vista econômico, o TEC traz mais viabilidade, pois não é necessário comprar o ser humano, o que ocasionava altos custos ao senhor de escravos, hoje sai a baixo custo para o fazendeiro. O empregador não precisa sustentar o trabalhador, até mesmo pelo caráter temporário das relações trabalhistas. Do ponto de vista operacional, como bem constatou Binca Le Breton (2002), existe uma cadeia humana. Na Escravidão moderna, dependia-se de longas e dispendiosas viagens. Hoje é muito mais barato e tudo só depende de um bom esquema, de uma boa organização da “cadeia humana”, de um bom polo. Um exemplo é a cidade de Araguaína, no Tocantins, que é considerada um forte ponto de aliciamento.

No TEC, deixou-se de ser relevante o critério racial tão marcante no trabalho escravo moderno. A predominância na escolha de vítimas é a pobreza extrema e o alto grau de analfabetismo. Isso deixa o trabalhador vulnerável e à margem do mercado de trabalho, sobrando-lhe como opção aventurar-se nas grandes e longínquas propriedades.

2.4.4 Trabalho Escravo Contemporâneo: a delimitação de um conceito legal

O conceito trazido pela legislação de TEC é resultado de uma construção que vem sendo feita ao longo dos anos. É muito importante discuti-lo aqui até porque a CPT assume-o, expressamente, nos **Cadernos Conflitos no Campo**. Seu critério para definir o caso como TEC é o que estabeleceu a delimitação legal. Não porque a Comissão seja legalista, mas pelo conceito legal surgir das discussões feitas pelas entidades civis a respeito deste assunto.

O modo de produção capitalista consegue conviver, e até necessita de outros modos de produção arcaicos para assegurar o acúmulo do capital. Para tanto, constrói instrumentos de consenso social para legitimar seus processos de dominação. A visão do senso comum de que o TEC não existe, de que é um exagero, é forte em alguns setores da nossa sociedade, em parte do Poder Judiciário, por exemplo. Discutir o conceito de trabalho escravo é um dos pontos fundamentais nesse sentido, refletir como construir um pensamento hegemônico que combata o TEC. Por isso, vamos nos limitar, nesse momento, ao conceito legal do TEC, pois ele é fruto da luta dos movimentos sociais e das políticas públicas que vêm sendo implementadas. É a partir desse conceito legal que um novo senso comum tem sido formado para repensar as relações de trabalho no âmbito rural.

2.4.4.1 A discussão de TEC na legislação internacional

O trabalho escravo é um fenômeno que ocorre tradicionalmente, mas ele foi internacionalmente questionado, principalmente pela Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX. Em 1815, na Declaração relativa à abolição universal do tráfico de escravos, ficou professada a repugnância a este tráfico, fundada nos princípios de humanidade e da moral universal. Vários governos se comprometeram a aboli-lo, mas não teve um efeito real, já que muitas nações, como a brasileira, não respeitaram o tratado. Todavia, já se demonstrava uma preocupação nesse sentido, por motivos que não iremos discutir aqui.

Com o surgimento da Liga das Nações, adveio uma regulamentação muito importante, que tem um conceito marcante sobre a escravidão, a convenção sobre a escravatura, de 1926. Ela definia escravidão como o estado ou a condição do indivíduo sobre o qual se exercem,

total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade. Ou seja, o ser humano seria tratado como coisa, uma propriedade de outra pessoa. Em 1930 elaborou-se a Convenção 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que guiou, por muitas décadas, o conceito de TEC no Brasil, pois o Código Penal Brasileiro (CPB) era impreciso. O termo utilizado é trabalho forçado. Esse tipo de trabalho é proibido, mas permitido, com propósitos públicos, em países que estavam no período de transição para o trabalho livre e em situações excepcionais. Nesta legislação, trabalho forçado é todo aquele submetido a qualquer sanção ou coação e que a pessoa não tenha se oferecido espontaneamente. Aqui já aparece, de forma mais clara, o debate sobre a liberdade de locomoção e o da necessidade de não haver o consentimento da vítima para a caracterização da violência. Situação que ainda influencia juízes no Brasil. Alguns levam em consideração a presença da espontaneidade do trabalhador em ser submetido ao TEC.

O contexto da convenção 29 tinha por objetivo, além de eliminar o tradicional trabalho escravo (que estamos chamando de trabalho escravo moderno), reduzir as possibilidades do trabalho forçado (ou, como estamos chamando, o Trabalho Escravo Contemporâneo), daí compreende-se a previsão desse conceito. Importante lembrarmos que essa legislação surgiu no período do novo colonialismo. O discurso inglês era de que, na África, essa nova política deveria não ter a presença da escravidão. Segundo Holt (2005), o contrato entre a Grã-Bretanha e as colônias foi um acordo de igualdade e participação política dos habitantes das colônias.

Todavia, este projeto político não prosseguiu. Ao invés disto, seguiu-se com trabalho forçado nas colônias. A ideia de liberação dos negros trouxe à tona uma contradição liberal. Todos os membros, dentro desta forma de produção, precisam participar das trocas econômicas. Os negros pobres tinham o suficiente para sobrevivência produzindo em terras, portanto, eles não precisavam ser trabalhadores assalariados. Daí a ideia de que negros africanos eram preguiçosos (HOLT, 2005). Diante disto, houve a necessidade do trabalho forçado para discipliná-los. Esse tipo de trabalho, no século XIX, era identificado como trabalho sob condições análogas às de escravo (COOPER, 2005). Por isso, ocorreu a permissão da convenção de 1930 para trabalhos forçados ou análogos aos dos escravos modernos.

Muitos pesquisadores consideram o conceito da convenção 29 como amplo, afinal ele englobaria não só a situação da escravidão moderna, mas também a de TEC. O problema é que essa legislação não leva em consideração vários aspectos da liberdade. O debate contemporâneo do TEC não é somente a liberdade de locomoção, mas é o fato de o

trabalhador não ser tratado com dignidade. Portanto, mais completa é a definição da Liga das Nações, pois ela debate a liberdade de forma mais ampla, não somente a de locomoção, mas de pensar, sentir, decidir, de ser humano. É forte na convenção da OIT a relação entre trabalho escravo e liberdade de locomoção. O próprio nome de trabalho forçado, trabalho obrigatório, indica isso. Fato este que influencia, até hoje, parte de Magistrados brasileiros.

2.4.4.2 O debate de TEC no Código Penal Brasileiro

A concepção contida na OIT foi muito importante para estabelecer limites na exploração humana, mas esta ideia da convenção traz uma visão reducionista de TEC. O conceito previsto na legislação brasileira é muito mais abrangente. Em 2003, o Código Penal Brasileiro (CPB) passou a conceituar, de forma mais clara, o delito de redução a condições análogas às de escravo (aqui utilizaremos o termo Trabalho Escravo Contemporâneo). A nova redação do artigo 149¹⁴, do Código Penal Brasileiro (CPB), fechou o tipo penal e passou a exigir quatro situações principais em que se caracteriza o delito: trabalhos forçados; a jornada exaustiva; restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída pelo empregado; e condições degradantes de trabalho. Além das formas equiparadas: retenção no local de trabalho, por cerceamento do uso de qualquer meio de transporte, de manutenção de vigilância ostensiva ou retenção de documentos ou objetos de uso pessoal do trabalhador. Discutamos as possibilidades.

Um primeiro ponto para essa violação ser caracterizada é que deve haver uma relação de trabalho entre os sujeitos envolvidos, marcada pela violação grave de direitos. O objetivo desse delito não seria apenas a proteção da liberdade de locomoção, mas o impedimento do estado de sujeição de um sujeito a outro. É quando a vítima perde a possibilidade de decidir seus desígnios. É a discussão da liberdade de uma forma muito mais ampla do que a previsão da convenção 29 da OIT. Por isso, o delito tem duas principais dimensões para ser conceituado: a perda da liberdade de locomoção quando se trabalha por dívidas, ameaçado,

¹⁴ Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

forçado; e a perda da dignidade, no caso da jornada exaustiva e do trabalho degradante. Passemos a analisar cada uma dessas situações.

O TEC por dívidas é um clássico na realidade brasileira. Ele se caracteriza por uma redução da possibilidade de decisão que um ser humano possui, submetido em uma relação de trabalho, pelo fato de estar sob uma dívida. Há vários relatos de trabalhadores que ficam presos às fazendas, pois fazem dívidas para pagar seu deslocamento, e como nem sempre conseguem saldá-las, passam a trabalhar em função delas. Vimos que isso já ocorria, no início do século XX, nos seringais da Amazônia. Ainda, essas dívidas eram acumuladas pela presença do barracão no local de trabalho. Com produtos vendidos mais caros do que no mercado, os trabalhadores nunca conseguiam libertar-se dos débitos. Essa já foi a modalidade de TEC mais utilizada no norte brasileiro. Depois de tantas denúncias a respeito dessa modalidade, os fazendeiros têm-se utilizado pouco desse método para prender o trabalhador. Além do mais, a partir da formação de uma nova cultura, está sendo desconstruída a ideia de que essa dívida seja justa, o que desobriga a realização do seu pagamento.

O trabalho forçado foi o guia, por muitos anos, do conceito de TEC. Vimos como a convenção 29 da OIT limitou a discussão da escravidão a essa modalidade, levando em consideração a vontade do trabalhador para a caracterização do ilícito. Quando o artigo 2º da Convenção estabelece como trabalho forçado todo aquele para o qual o trabalhador que não se apresentou espontaneamente, cogita-se a análise da vontade do trabalhador. É importante lembrarmos que essa convenção regulamentou as possibilidades de trabalho forçado, utilizado pelo Estado e pelas empresas privadas em 1930. No primeiro caso poderia ser imposto a militares, para a participação compulsória em obras públicas e nas prisões. Não apenas estabeleceu um conceito limitado, como ainda possibilitou a existência desse tipo de trabalho, não sendo, em todos os casos, propriamente um ilícito.

Silva (2012) defende que mesmo a convenção tendo permitido o trabalho forçado no período transitório, ela previa que o trabalhador deveria ser tratado com dignidade, mediante regras, previamente estabelecidas, de como esse trabalho poderia ser aplicado, como disciplina de salário, jornada, repouso e proibição de descontos salariais. Mas acreditamos que o fato de ainda possibilitar esse tipo de trabalho já é atentar contra a dignidade. Em 1957 a convenção 105 da OIT proibiu o trabalho forçado, mas não trouxe uma nova concepção desse instituto. Em seu artigo 2º ela estabelece que “todo país membro da Organização Internacional do trabalho que ratificar essa convenção se compromete a abolir toda a forma de trabalho forçado ou obrigatório.” A própria OIT já reconhece hoje que há formas sutis de

coerção. Muitas vítimas são enganadas e aceitam o trabalho por iniciativa própria, para depois descobrirem que não são livres de abandonar o trabalho (SILVA, 2012).

Defendemos que o conceito de Britto Filho (2011, p. 245) delimita o trabalho forçado conforme a dignidade humana. Para o autor, trabalho forçado é “o trabalho que for prestado por trabalhador a tomador de serviços, em caráter obrigatório, quando não decorrer da livre vontade do primeiro ou quando a obrigatoriedade for consequência, por qualquer circunstância, da anulação de sua vontade”. Portanto, liga o diálogo do trabalho forçado à ideia da falta de liberdade de escolha, de agir sob coação, mas não limita o debate somente à espontaneidade do trabalhador, discute-o a partir da anulação de consciência. Assim, se o trabalhador é enganado ou é colocado em situações que precisa aceitar essa relação de trabalho, caracteriza-se o ilícito. Hoje, nas fazendas do Brasil, essa é uma situação pouco encontrada, pois a relação de trabalho escravo é dada de forma mais sutil do que pela coação.

A jornada exaustiva seria caracterizada, pelo mesmo autor, como:

Aquela imposta a alguém por outrem em relação de trabalho, além dos limites legais extraordinários estabelecidos na legislação de regência, e/ou capaz de causar prejuízos à saúde física e mental do trabalhador, decorrente de uma situação de sujeição que se estabelece entre ambos, de maneira forçada ou por circunstâncias que anulem a vontade do primeiro. (BRITO FILHO, 2010, p. 70)

Dessas quatro situações, aquela que mais dificuldade há na conceituação é a do trabalho degradante, porque seu conceito é menos objetivo que a das outras. Além disso, há uma limitação de compreensão, por parte da Sociedade Civil e Política, da sua caracterização como Trabalho Escravo. Há uma visão, por parte do Poder Judiciário brasileiro, de que no TEC não está a se discutir dignidade, mas apenas liberdade de locomoção dos sujeitos, o que simboliza uma visão do TEC a partir da convenção 29 da OIT, uma compreensão limitada ao conceito de trabalho escravo como aquele realizado sob grilhões.

O TEC é uma relação laboral que atinge a dignidade do ser humano, é o trabalho humilhante, seja por falta de pagamento, coerção, ou por um ambiente de trabalho não saudável. Ou seja, todas as situações previstas no artigo 149 são degradantes e atingem a dignidade, mas há nelas uma especificidade que falta nesta modalidade. O trabalho degradante é aquele que desrespeita, de forma grave, a dignidade da pessoa humana, porque fere direitos básicos constitucionais.

Sarlet (2012, p. 59) expõe que há duas correntes que discutem o fundamento e conceito de dignidade: a naturalista e a prestacionista. A primeira compreende a dignidade

como dádiva, no sentido de que é uma qualidade ou propriedade peculiar e distintiva da pessoa humana (inata ou de origem divina). A segunda vê na dignidade o produto da subjetividade humana. Tem uma dimensão dúplici da dignidade porque é expressão da autonomia de vontade e necessidade de sua proteção por parte do Estado ou da comunidade quando fragilizada. O fato é que a dignidade implica uma obrigação geral de respeito pela pessoa, traduzido num feixe de direitos e deveres correlativos, de natureza não meramente instrumental.

Todavia, Sarlet (2012, p. 71) chama a atenção para o fato de que para se conseguir um conceito de dignidade é necessário ter como ponto de partida o fato de a pessoa concreta ter sua dignidade atingida quando reduzida a objeto, sempre que venha a ser descaracterizada e desconsiderada como sujeito de direitos. Não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana quando faltar: respeito à vida, à integridade física e moral do ser humano; condições mínimas de existência com dignidade; limitação de poder; reconhecimento ou segurança da liberdade, da igualdade e das autonomias.

Dignidade é a qualidade intrínseca e distintiva, reconhecida em cada ser humano, que o faz merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venha a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2012, p. 73).

O autor defende que há indissociabilidade entre dignidade e Direitos Fundamentais (Direitos Humanos previstos na Constituição), tais como: direito à vida, à propriedade, aos direitos sociais, a uma jornada de trabalho razoável, ao repouso. Por isso, a discussão conceitual da modalidade condições degradantes necessita debater a situação do ambiente de trabalho. O trabalho degradante nos faz refletir sobre uma nova concepção de liberdade: em um ambiente onde inexistem condições mínimas de trabalho, como alojamento, banheiros, alimentação, transporte, o trabalhador não vai efetivamente exercer sua liberdade, que não é apenas de ir e vir, mas é de pensar e de escolher.

Como ele vai poder fazer escolhas, se não tem condições mínimas de sobrevivência? De que forma vai exercer suas condições dignas de ser humano, em um ambiente que o trata pior do que um animal? Por isso, há vários autores, juízes, auditores fiscais, movimentos sociais que comungam com a ideia de que trabalho degradante é aquele em que a degradação das condições sanitárias e de higiene lesiona o axioma da dignidade da pessoa humana (PRUDENTE, 2006, p. 64). Essas opiniões serão expostas no capítulo 5. Quanto às

modalidades equiparadas, elas podem ser enquadradas nas quatro espécies que aqui discutimos. O cerceio ao uso de qualquer meio de transporte, por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho; a retenção de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com a finalidade de prendê-lo no ambiente de trabalho.

O conceito de TEC é uma disputa política. Vamos observar, na análise de dados, que das quatro modalidades discutidas, duas praticamente não são mais encontradas: trabalho forçado e escravidão por dívidas. Atualmente, a grande maioria das situações de TEC no Brasil é o de trabalho degradante. Isso tem afetado de tal forma a classe dominante que há uma articulação no Congresso Nacional para que este conceito legal seja modificado. Estamos passando por um debate importante de reforma do Código Penal Brasileiro, cuja parte especial que prevê os tipos de crime está em vigor no Brasil desde a década de 1940. Um dos debates desse projeto é o conceito de TEC. O relator dessa reforma na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, do Senado Federal, Vital do Rêgo, acatou emendas que modificam o conceito. O novo texto exclui as modalidades jornada exaustiva e trabalho degradante.

Na prática, Sakamoto (2015) defende que isso dificulta o resgate de imigrantes estrangeiros em oficinas de costura, como bolivianos e paraguaios, ou de imigrantes brasileiros na construção civil ou no corte de cana. As condições degradantes são um elemento que vem sendo constatado com frequência por auditores fiscais e procuradores do trabalho.

A preocupação com a redefinição de TEC tem muita relação com a Emenda Constitucional que modificou o artigo 243 da Constituição Federal de 1988, prevendo a possibilidade da expropriação de imóveis onde seja encontrado trabalho escravo e sua destinação à Reforma Agrária ou ao uso habitual urbano¹⁵, isso significa dizer a possibilidade de perda da propriedade dos imóveis sem receber uma indenização. Antes dessa emenda, que foi aprovada em 2014, somente nos casos de imóveis rurais aonde fossem encontrada plantas psicotrópicas é que isso era possível.

Inclusive, a justificativa do relator Vital para a aceitação dessas mudanças é que dessa forma o artigo 149 fica compatível com o novo artigo 243 da CF, trazendo, segundo o relator, maior segurança jurídica. O argumento, levantado pelos defensores dessa proposta, é que os

¹⁵ Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à Reforma Agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

conceitos de jornada exaustiva e trabalho degradante não são conceitos claros ou que ainda não se aplicam ao debate do trabalho escravo. O que vimos também na discussão feita por Martins, em seções anteriores.

As reflexões de Esterici (2008) contribuem com esse largo debate do conceito de TEC. Ele é uma disputa política. O conceito não é apenas um debate meramente acadêmico, ele tem consequências políticas muito sérias. Retirar jornada exaustiva e trabalho degradante praticamente esvazia a atuação dos auditores fiscais. Se por um lado há a possibilidade de expropriação de imóveis rurais onde for encontrado TEC, por outro, há o controle das punições pela redução do seu conceito.

CAPÍTULO 3

3 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA A PARTIR DE UM SUJEITO COLETIVO

Uma vez que compreendemos o cenário teórico e prático do surgimento e organização da CPT, é preciso entender como se forma a consciência do trabalhador. Somente assim é possível refletir nosso objeto de estudo. Dentro do modo de produção capitalista uma questão fundamental é que as relações de trabalho ocorrem com base na alienação, discussão imprescindível para o debate da formação da consciência. Por isso, neste capítulo, vamos analisar como e através de quais relações se constrói o pensamento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para tanto, iremos trabalhar os conceitos de alienação, hegemonia e luta de classes.

3.1 Alienação e trabalho

Estamos demonstrando, ao longo deste trabalho, como o debate sobre o TEC é um espaço de disputa. Isso fica claro quando observamos a diversidade de opiniões sobre essa problemática. Assim, se por um lado há o entendimento dos movimentos sociais, como a CPT, o MTE e outros órgãos que veem condições sub-humanas de trabalho como escravidão, por outro, há os proprietários das fazendas que entendem de outra maneira.

Figueira (2004) demonstrou, em pesquisa, que a visão destas pessoas é que estão contribuindo com a economia, pois asseguram oportunidade de emprego a um grupo de miseráveis. Em entrevista, um proprietário revelou que ao ser interpelado por funcionário do governo federal se sentiu ofendido. Ao ser entrevistado por jornalista do *Le Monde*, manifestou sua surpresa pelo fato da Igreja Católica demonstrar compaixão pelos peões e não por ele, “um desbravador que, com suor, construiu um expressivo patrimônio. Sentia-se injustiçado, pois beneficiava os pobres oferecendo-lhes trabalho” (FIGUEIRA, 2004, P. 317).

É nesse conjunto de relações que o trabalhador escravizado no campo se educa. Acácia Keunzer (1986) defende que o saber não é produzido na escola, ou seja, não é um meio erudito que forma o conhecimento, mas o interior das relações sociais em seu conjunto. É uma produção coletiva dos seres humanos, em sua atividade concreta, enquanto produzem as condições necessárias à sua existência. Por isso, os seres humanos se formam a partir das relações que estabelecem com a natureza, com outros seres humanos e consigo mesmo. É no trabalho que esse sujeito se educa e nas relações que isso implica. A questão é que dentro da

sociedade capitalista o trabalho é alienado. Vejamos essa educação na relação com a natureza para depois pensarmos as demais.

3.1.1 Trabalho como ontologia do ser social

Marx (1987, p. 50) defende que o trabalho, como se encontra na sociedade burguesa, é apenas uma aparência. Para entendê-lo, no campo da essência, é preciso compreender seu duplo caráter: o trabalho abstrato, que é dispêndio de energia; e o trabalho concreto, produtor de valores de uso.

Ele chega a essas conclusões quando analisa a mercadoria. Um primeiro ponto é que ela é um objeto externo que satisfaz necessidades humanas. Para se entender, portanto, o duplo caráter do trabalho, é preciso entender o que há na mercadoria. Ela contém tanto valor de uso quanto valor de troca. Marx (1987, p. 42) se utiliza da citação de John Locke para esclarecer que o valor de uso é o valor natural, é a capacidade de cada coisa em prover a necessidade ou servir de comodidade à vida humana. O valor de uso é uma qualidade intrínseca às coisas.

A produção das coisas também pode ser feita para outras pessoas, isso dá origem ao valor de uso social e, para isso, as pessoas trocam bens. Essa relação de troca entre objetos demonstra que há algo de comum entre eles, porque somente podem ser trocados objetos diferentes a partir de relações. Não é possível trocar valores de uso que são diferentes. A utilidade de um casaco é diferente da de um sapato.

O que duas mercadorias têm em comum, retirando que são valores de uso, é que elas são produtos do trabalho e, portanto, resultado do dispêndio de força física do trabalhador. Para a produção da mercadoria, houve um tempo gasto, e é esse tempo que vai estabelecer o valor de troca. Esta é a relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes. Põe-se, de lado, a utilidade das mercadorias em função do tempo de trabalho necessário para produzi-las. O foco de análise passa a ser o dispêndio da força física pelo trabalhador para a sua produção.

Por meio da mercadoria, o trabalho concreto passa a ser abstrato. Isso traz a ideia de que a utilidade de um trabalho não é criar o valor-de-uso, mas um objeto que tenha valor de troca. Marx (1987) demonstra que o trabalho tem um duplo caráter à medida que é produtor de valor de uso e de valor de troca. O trabalho como valor de uso é defendido pelo autor como essencial à existência humana, é a necessidade de efetivar a relação entre ser humano e natureza (MARX, 1987). Nesse aspecto, o trabalho é o elemento fundante do ser social.

Engels, em texto escrito em 1876, reflete que foi o trabalho que nos transformou de animais em seres humanos. Há milhares de anos houve uma raça de macacos antropomorfos que conseguiu desenvolver várias funções com as mãos até que adquiriu uma postura ereta. O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos dos macacos são os mesmos no ser humano, todavia, este conseguiu desenvolver uma série de habilidades que aquele se limitou. O trabalho é responsável por esse desenvolvimento (ENGELS, 2014).

Lukács (2014) defende que pela irreversibilidade do ser social, devido ao seu caráter histórico, não podemos ter um conhecimento direto da transformação do ser orgânico em ser social. Isso somente é possível por meio do método marxiano, da visão da anatomia do homem, transformada a partir do macaco. A essência do trabalho humano nasce em virtude da luta pela existência; todos os seus estágios são produtos do autoatividade humana. E é a partir do atendimento a essas necessidades que o ser humano se forma.

Lukács (2014), na ontologia do ser social, analisa o trabalho como valor de uso, discute-o em sua forma originária, a partir da causalidade e da teleologia. O ser social é um complexo em que se encontram várias categorias que, por si só, não explicam o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão de trabalho. Mas, para compreender este ser é necessário, por meio do método marxiano, decompô-lo pela via analítico-abstrativa para retornar até o complexo do ser social e ter o entendimento de uma compreensão deste a partir da totalidade social, defende o autor. Por isso, a necessidade de começar pela análise do trabalho. O trabalho foi o caminho que deu o salto para a gênese do ser social, porque as demais categorias do complexo já são sociais, operam no ser social já desenvolvido. Por exemplo, a linguagem surgiu quando já éramos seres humanos. O trabalho não, ele nos torna seres humanos, pois somente o trabalho é ontológico. Ele é o intermediário entre o ser humano e a natureza.

Por meio trabalho, continua Lukács (2014), realiza-se no ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. E é essa teleologia que diferencia o ser humano dos demais animais. Por isso, dois atos heterogêneos formam o complexo real do trabalho:

- a) Reflexo mais exato possível da realidade considerada - a consciência, a teleologia da práxis;
- b) Correlação das cadeias causais – compreensão do funcionamento da natureza, sua causalidade.

Toda atividade humana tem um porquê. Com isso, o ser humano consegue se afastar do ambiente que vive e refletir sobre ele. Os animais não conseguem fazer a separação entre

sujeito e objeto, porque eles permanecem no biológico. Os animais mais desenvolvidos podem, no máximo, ter representações, segue o autor, nunca conceitos. Nos animais, as escolhas são o que é biologicamente necessário para sua sobrevivência. No ser humano, o ato de escolha é de consciência, não apenas biológico. O ser humano precisa analisar as qualidades, os processos causais dos objetos, para fazer escolhas mediante a observação e a experiência (LUKÁCS, 2014).

Tanto o animal quanto o ser humano querem satisfazer uma necessidade, a diferença é que o trabalho transforma o instinto em escolha. Ao transformar a natureza, o sujeito se transforma. O ser humano deve pensar seus movimentos, expressamente, para determinado trabalho e, executá-lo em contínua luta contra aquilo que há nele de mero instintivo. Os outros animais reagem do mesmo jeito se o ambiente não muda, e ainda, são guiados pelo externo. No ser humano, o trabalho repetitivo sempre tem a possibilidade de mudar. O caráter inconsciente sempre pode se tornar consciente (LUKÁCS, 2014).

3.1.2 Trabalho na sociedade capitalista

O trabalho, na sociedade burguesa, afastou-se de sua forma originária. Seu objetivo central, no capitalismo, passou a ser a produção da mais-valia. Ao analisar o processo de trabalho, Marx (1987, p. 203) o compõe com três elementos: uma atividade com finalidade; os objetos de trabalho, todas as coisas que o trabalho separa de sua conexão imediata com a natureza. A matéria-prima é um objeto de trabalho que foi modificado pelo labor; instrumentos de trabalho (meios de trabalho) são uma coisa, ou um complexo de coisas, que o trabalho insere entre si e o objeto. Portanto, o processo de trabalho se realiza através de uma força de trabalho atuando em meios de produção¹⁶. O ser humano, através de uma atividade planejada, utiliza-se dos meios de produção para chegar até um produto. Esse é o trabalho para elaborar os valores-de-uso em sua forma primitiva.

O trabalho, no modo de produção capitalista, generalizou a compra e venda da força de trabalho, que se tornou uma mercadoria como outra qualquer. Ele separou o trabalhador dos meios de produção. O artesão utilizava sua força de trabalho em meios de produção dos quais ele era proprietário. O produto criado por ele era resultado desses dois elementos, ou seja, não havia separação de propriedade entre eles. No capitalismo, a força de trabalho é comprada pelo capitalista por um período de tempo. Os trabalhadores são separados dos

¹⁶MEIOS DE PRODUÇÃO = Objetos de trabalho + Matérias-primas + Meios de trabalho (MARX, 1987, p.205).

meios de produção, onde um terceiro é quem passa a ter propriedade sobre estes, eles somente podem ter acesso a esses meios quando vendem sua força de trabalho. Isso se tornou muito forte a partir do capitalismo industrial, quando um número significativo de trabalhadores passou a ser empregado por um único capitalista. O objetivo do trabalhador passou a ser a expansão da unidade do capital pertencente ao empregador. Isso tudo mudou o objetivo do trabalho de produção de valores úteis para lucro para os capitalistas (BRAVERMAN, 1987).

Diante disso, podemos caracterizar o trabalho humano como proposital e consciente. Como representação simbólica, com possibilidade de ser pensado por uma pessoa e executado por outra. Infinito, mas limitado pela capacidade subjetiva dos trabalhadores. Produz-se uma mercadoria com valor mais elevado do que foi utilizado para produzi-la: a mais-valia (MARX, 1987).

Dentro do capitalismo, o valor da força de trabalho, o salário, é diferente do valor que essa força produz. Seu vendedor, o trabalhador, como qualquer outra mercadoria, recebe por ela seu valor de troca. A questão é que o produto, resultado da força de trabalho, tem o valor maior do que dos meios de produção nele utilizados. Isso ocorre pelo fato de que o trabalho humano agrega, adiciona valor ao produto do trabalho. “O processo de produção quando unidade do processo de trabalho e de produzir valor é processo de produzir mercadorias, quando produz mais valor é o processo capitalista, forma capitalista de produzir mercadorias” (MARX, 1987, p. 222).

O trabalho transforma o valor de uso de outros produtos em novos valores de uso. Em um produto há o tempo de trabalho despendido nos meios de produção e o utilizado na força de trabalho, que usa esses meios de produção através de um trabalho específico. Marx (1987, p. 225) explica que o processo de trabalho tem um duplo resultado: ele preserva o valor que já existia nos meios de produção, que são transferidos ao novo produto, e acrescenta valor novo através de um trabalho específico. Isso quer dizer que os valores de uso existentes em uma máquina são repassados ao produto que está sendo feito, como uma boneca, mas, além disso, haverá o valor da força de trabalho transferida ao produto. Isso somente pode ser explicado a partir do duplo caráter do trabalho. Por não ser somente dispêndio de energia, mas por produzir um trabalho útil.

Marx (1987) esclarece que com esse duplo resultado é possível entender que à medida que há um desenvolvimento nos meios de produção, e o trabalhador segue com sua jornada de trabalho, há um aumento de valor no produto final. A questão é que o trabalhador não tem de volta para si esse valor que ele produziu a mais, o proprietário dos meios de produção vai se apropriar desse excedente, a mais-valia.

Para compreendermos essa ideia é necessário expor, de forma sucinta, a teoria de Marx (1987, p. 262) sobre a jornada de trabalho. Esta é dividida entre o tempo de trabalho necessário para produzir o valor dos meios de subsistência, que são necessários para reprodução da força do trabalhador, e o tempo de trabalho excedente, que é o restante, é o que vai além do necessário, o produtor da mais-valia. Para tanto, é preciso compreender que a jornada de trabalho é indeterminada, mas determinável. Quanto ao trabalho necessário, é possível estabelecer um limite, pois não pode ser menor do que o tempo necessário, do que o tempo de trabalho que o trabalhador precisa para sobreviver.

É preciso que o tempo de trabalho necessário garanta os valores adequados para que a classe trabalhadora possa sobreviver e continuar usando sua força de trabalho. Isso muda na história à medida que ela vai criando necessidades para o trabalhador. O restante do tempo gasto de trabalho é o tempo excedente. Por exemplo: se o trabalhador necessita de seis horas por dia para atender suas necessidades, e ele trabalha oito, duas horas são apropriadas pelo capitalista. São duas horas por dia de mais-valia. O tempo total de jornada ainda é determinável por um valor que respeite, além do limite físico, também o moral do trabalhador, defende Marx(1987, p. 262), pois ele precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e de lazer.

É muito importante salientarmos que esse quadro, na sociedade burguesa, é a regra de como se configura o modo de produção capitalista. Mas vimos que dentro dele são possíveis outras lógicas de outros modos de produção. Em relação ao trabalho escravo, determinados cuidados não são observados, pelo fato do capitalista não ter interesse prolongado nessa força de trabalho. Portanto, não há um interesse de um limite de jornada que respeite as limitações físicas do trabalhador, por isso encontramos jornadas acima de oito horas. Tampouco há preocupação com limites morais. O TEC é um trabalho de curta duração, onde se objetiva explorar o máximo que se puder nessa relação. Por isso, há casos de morte em canaviais por jornadas extenuantes ou por excesso de esforço físico.

Quando há o aumento total da jornada de trabalho, temos aí a mais-valia absoluta. Há o aumento da apropriação excedente pelo aumento do tempo de trabalho excedente. Quando o aumento da mais-valia ocorre não pela duração da jornada, mas pela maneira de se repartir o tempo necessário e o excedente, temos a mais-valia relativa. O que vai ocorrer é a diminuição do tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, o aumento do trabalho excedente. Com o investimento da tecnologia, o tempo de trabalho necessário tem diminuído. Pela necessidade de aumentar a produtividade do trabalho, tem-se exigido mudança nos instrumentos de trabalho e no método de produção.

Marx (1987, p. 585) esclarece que a mais-valia absoluta é o ponto de partida da relativa. É preciso investir nos meios de produção para reduzir o tempo de trabalho necessário. É necessária a redução do tempo de trabalho para a produção da subsistência do trabalhador para que se alargue a apropriação do trabalho excedente. Por isso, a importância de investimento na tecnologia. É preciso resolver a questão da produção de alimentos, os objetos essenciais à sobrevivência precisam ficar mais baratos, portanto a necessidade de redução do tempo para produzi-los.

Observamos que, quanto ao TEC, tem havido um aumento do tempo de trabalho excedente, tanto através da mais-valia absoluta quanto relativa. A mais-valia absoluta se configura pelas jornadas exaustivas de trabalho, a relativa pelo fato de que os custos para a sobrevivência do trabalhador não assegurarem nem o mínimo de suas condições, pois como é um trabalho temporário, descartável, onde há um grande exército de reserva, não há preocupações de manter essa mão de obra, mas explorá-la ao máximo nesse curto período de tempo. Aliado ao desenvolvimento dos meios de produção que tem reduzido o tempo necessário.

Como observamos no capítulo primeiro, o modelo econômico que vem sendo implementado no campo brasileiro tem predominância no agronegócio. Vimos ainda que essa maneira de organizar a área rural tem como característica a existência de grandes empresas que participam de toda a cadeia produtiva. Portanto, é um modelo de altos investimentos tecnológicos que tem proporcionado o desenvolvimento dos meios de produção. Por isso, defendemos a presença da mais-valia relativa no TEC, pois em muitas fazendas onde se utilizou este tipo de trabalho há produção com alta tecnologia em várias atividades. Por exemplo, encontramos fazendas no Tocantins que contratam trabalhadores para catar pedras sob condições degradantes, em extensos terrenos, onde seria plantada soja, por outro lado, a colheita desse alimento é feita por colheitadeiras com altos avanços tecnológicos. Encontramos ainda fazendas que usam trabalhadores escravizados para limpar o pasto, objetivando-se a criação de gado, com tecnologia de inseminação artificial para os animais. É o desenvolvimento desigual e combinado desse modelo de agricultura. Essa ambiguidade aumenta a presença da mais-valia, por isso defendemos, nesta tese, que o TEC é utilizado pela sua alta lucratividade para o agronegócio brasileiro, já que além de explorar o trabalhador através da mais-valia absoluta, reduz o tempo de trabalho necessário. O que amplia o acúmulo do capital.

3.1.3 A formação a partir da alienação

É nesse conjunto de relações, e por vezes com pouca compreensão delas, que o trabalhador se educa. O trabalhador, na sociedade capitalista, afastou-se do trabalho em sua forma originária. O trabalho passou a ser externo e penoso, pois o trabalhador nega seu trabalho, não se sente bem, não se sente feliz com ele. O que deveria ser a libertação do ser humano aliena o sujeito. Mészáros (2006) defende que isso ocorre pelo fato de que a relação do ser humano com a natureza é realizada, nessa forma de sociedade, com mediações de segunda ordem, é isso que torna o trabalho alienado e alienante. Na sociedade burguesa, o ele é mediado pela propriedade privada e pelo salário, reduzindo-o a simples fato material, ao invés de ser visto como agente humano de produção.

Marx (2004), nos manuscritos econômico-filosóficos, mostra bem essa reconfiguração na relação homem-trabalho. Quanto mais o trabalhador produz riqueza, mais ele se torna miserável. O Trabalho abstrato transformou a força de trabalho em uma mercadoria como outra qualquer e, muitas vezes, mais barata do que as mercadorias que cria. Transformou uma característica humana em um ser estranho ao trabalhador.

De um lado, o produto realizado pelo ser humano se torna independente de seu produtor, do trabalhador. A objetivação do trabalho é a perda do objeto e a servidão ao objeto (MARX, 2004, p. 470). Mas, além disso, a alienação ocorre no processo de produção, não somente de apropriação, do final, mas da própria produção do objeto. O estranhamento com o labor acontece tanto quanto ao produto da produção como ao ato de produzir. O ser humano somente se sente bem fora do trabalho. O trabalho não se configura como a satisfação de uma necessidade, mas um meio de satisfazê-la fora dele (MARX, 2004). Esse é o duplo caráter da alienação.

Quando o trabalhador escravizado vai trabalhar nas fazendas, seja roçando ou fazendo carvão, o produto de seu trabalho fica com o seu patrão. Ele não se apropria do resultado de seu trabalho. Além do mais, no momento em que está trabalhando, ele não reconhece esse ato como fundante do seu ser, mas como um ato penoso que está fora dele. Esse é o duplo caráter da alienação.

Essa visão alienada do trabalho influencia a ação do trabalhador escravo. Nela, ele aprende que somente lhe cabe essa posição no mundo, há uma divisão do trabalho que deve ser obedecida. Entende que há uma normalidade nessas relações, pois ele olha para os sujeitos com quem se relaciona, e com quem trabalha, e absorve a ideia de normalidade. Essa relação com o trabalho cria uma consciência do seu lugar no processo de produção.

O trabalhador escravizado se educa nas relações com a natureza de forma alienada, e ainda, isso é confirmado com as relações que tem com outras pessoas. Nessas duas dimensões educativas ele aprende que este é o seu lugar no processo produtivo, portanto, suas relações de trabalho estão dentro da normalidade. Desse modo, é mais do que compreensível que sua reação, ao se encontrar em situações sub-humanas de trabalho, seja a conviência por não denunciar. Sua consciência se limita a reproduzir a aparência das relações de trabalho.

Há ideologias coletivas que asseguram esta aceitação do trabalhador à exploração. Nesse sentido, Dejours (2007) contribui em seu livro *A banalização do mal*, quando mostra que não é somente a causa econômica que explica este comportamento. Temos um senso moral que guia nossos comportamentos, ao nos anularmos este senso é acionado. O trabalhador tem um senso moral que o guia para aceitar a humilhação e para se proteger, além de mecanismos de defesa individuais, há os mecanismos coletivos, como as ideologias defensivas.

A negação individual do sofrimento não é suficiente para garantir uma saúde psíquica. São necessários mecanismos coletivos de defesa. A negação do sofrimento se estabelece no âmbito individual, já a ideologia defensiva no coletivo. Ela é a negação coletiva do sofrimento, e a ideologia defensiva do realismo econômico é uma destas. Ela é a transformação do mal de força de caráter para o senso cívico, responsabilidades coletivas e interesses supraindividuais (DEJOURS, 2007, p. 90). Há uma inversão nos valores, como sua consciência o impele a defender o trabalho em quaisquer circunstâncias, é o que se aprende nas relações com as outras pessoas, defende que de que o trabalho escravo é um trabalho, e, portanto, traz dignidade para o ser humano. É preciso ter essa crença para manter a saúde mental.

Konder (2009) defende que a alienação tem um papel fundamental nesse processo. Poderíamos compará-la aos mecanismos coletivos falados por Dejours no convencimento da negação da escravidão. Quando Konder debate a alienação, ele também discute a consciência. A alienação é a ação pela qual o ser humano se alheia, no sentido de estranhar a sua produção, a natureza em que vive, a outros seres humanos e a si mesmo. Estranhar-se naquilo que produz, separar-se dos objetos, relacionar-se com eles como se fosse escravo, impotentes e independente daquilo que elabora, que produz, que cria, é o processo vivido, além de se alienar de si mesmo, quando não se reconhece igual aos seres humanos, com as mesmas possibilidades.

O fato de haver um estranhamento em relação ao produto do seu trabalho faz com que a pessoa não se reconheça enquanto ser humano na atividade que desenvolve, pois ela não é

criativa, não faz o ser humano se sentir sujeito, mas objeto do processo histórico. Isso configura o processo de alienação e tem várias dimensões além da econômica (KONDER, 2009, p. 43).

Com a produção do excedente econômico, foi possível que algumas pessoas se desligassem da produção, permitindo a especialização no estudo. A divisão social do trabalho estabeleceu a divisão da sociedade em classes. Ela criou condições para a alienação, pois criou uma teoria longe do real. A separação entre trabalho intelectual e manual. Criou uma consciência unilateral, não integrante da espécie humana, mas de uma classe. A consciência humana se inicia quando o ser humano começou a dominar a natureza, mas se alienou quando surgiu a divisão social do trabalho, quando um ser humano não pode mais ver o outro como semelhante (KONDER, 2009, p. 65).

Muitos trabalhadores escravizados se veem menores que seus patrões, pois não se reconhecem como proprietários do que produzem, e isso não se limita ao ambiente de trabalho. Eles absorvem a ideia da classe dos capitalistas. A relação entre essas classes é um eixo fundamental no processo de dominação. Por isso, precisamos pensar um pouco sobre ela.

3.1.4 Luta de classes na sociedade capitalista

Quando Marx trata desse debate, não o faz de forma homogênea, nem há nele um estudo sistemático a respeito. No manifesto do partido comunista (ENGELS, MARX, 1990), há preocupações conceituais a respeito da diferenciação entre as classes sociais. Defende existir duas classes na sociedade capitalista: burgueses e proletários, entendendo como burguesia a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios-de-produção social e empregam trabalho assalariado. Já os proletários são os trabalhadores assalariados que são obrigados a vender sua força de trabalho por não possuírem os meios-de-produção.

A burguesia foi resultado da desagregação do modo-de-produção feudal, que não mais acompanhava o crescimento dos mercados e da revolução nos modos de produção e de troca. Com a introdução do vapor e da maquinaria, revolucionou-se a produção, possibilitando seu aumento e abertura de espaços para a expansão dos mercados mundialmente. Com os baixos preços de seus produtos, aliado ao poder mais intenso da imprensa, a burguesia conseguiu obrigar os países a adotarem seu modo-de-produção, sob pena de extinção (ENGELS, MARX, 1990).

Em relação ao proletariado, os autores os enaltecem como sendo a única classe social com possibilidade de acabar com esse sistema. A própria organização burguesa fez surgir essa

classe, já que ela só existe à medida que o trabalho também exista. Como uma mercadoria qualquer, os trabalhadores estão expostos a todas as leis do mercado, tais como: concorrência, flutuações. E como os trabalhadores autônomos não puderam concorrer com os burgueses, todas as classes que antes eram independentes integram o proletariado. Os pequenos comerciantes, industriais, os artesãos e camponeses, não conseguiram concorrer com os grandes capitalistas. O aumento da produção obscurece a diferença de sexo, idade, função. Tudo é instrumento de trabalho: homem, mulher, criança. No capitalismo, a relação entre essas classes é fundamental para o desenvolvimento do sistema.

Quando observamos o debate no capital (MARX, 2008), essas duas classes já se ampliam para três: capitalistas, assalariados e proprietários de terra. Um dos questionamentos levantados pelo autor é o que faria com que esses três grupos fossem enquadrados como classes sociais. Poderia ser apontada, em um primeiro momento, a identidade de rendas e de suas fontes. Uns vivem de salário, outros de lucro e, outros de renda fundiária, utilizando-se de força de trabalho, capital ou propriedade fundiária. Mas o autor ressalva que isso não poderia caracterizar uma classe, já que pode ser encontrado em todos os ofícios.

Essas classes vão se formar não na esfera de consumo ou de renda, mas pelo lugar que ocupam no processo produtivo. A função na produção de riqueza será a causa determinante do estabelecimento da classe. O que determina uma classe é, primeiramente, o tipo de propriedade que as pessoas possuem no processo produtivo. Se a propriedade for a força de trabalho, ela será da classe trabalhadora, seriam os proprietários da força de trabalho. Se a propriedade for o capital, será o burguês. E por final, se for a terra, a classe dos proprietários de terra (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 87). Se a terra se transformar em meio de produção, apropriada pelo capitalista, essas duas classes (proprietários de terra e burgueses) tendem a se fundir em uma só. É isso que temos observado no agronegócio.

Um segundo critério para estabelecer a classe é o lugar que cada grupo ocupa na relação de produção. O capitalista, proprietário dos meios de produção¹⁷, precisa contratar a força de trabalho, enquanto o trabalhador precisa vendê-la. Essa relação de produção é necessária para produzir a riqueza e, principalmente, a mais-valia. Por essa relação ser condição necessária do modo de produção capitalista, uma classe impescinde da relação com a outra. “Para o trabalhador ter acesso aos meios de produção e para o capitalista ter acesso à atividade criadora de valor” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 88) A relação empregatícia vai se encarregar disso.

¹⁷ Tratamos deste conceito no subitem 3.1.2 deste capítulo.

Braverman (1987, p.320), ao aprofundar o debate sobre o processo de trabalho, faz algumas reflexões sobre a classe trabalhadora. Ele demonstra como no capitalismo há uma diversificação dessa classe. Conceitua a classe trabalhadora como a classe que, nada possuindo senão sua força de trabalho vende-a ao capital em troca de subsistência. Guiado pelo censo norte americano, o autor levanta seis categorias da classe trabalhadora: artífices, trabalhadores em escritórios, operários, vendedores, trabalhadores em serviços e trabalhadores não agrícolas.

As ideias de Braverman fazem-nos refletir sobre as concepções de Marx, fundadas no Manifesto do Partido Comunista a respeito das duas grandes classes e de sua relação como motor da história. Afinal, vivemos uma dinamicidade social que tem criado diversas categorias de trabalho antes não refletidas, inclusive com uma grande quantidade de trabalhadores no setor de serviços, não no produtivo. Há uma diversidade de classes, tanto pelo lado da burguesia como da classe trabalhadora. Mas Braverman (1987) chama a atenção de que o deslocamento dessa massa de trabalhadores para o setor de serviços não atinge o fundamento do capitalismo e da função desses trabalhadores. O exército industrial de reserva fornece mão de obra para outros setores.

Aquelas indústrias de processos de trabalho sujeitas à mecanização liberaram massas de trabalhadores para a exploração em outras, em geral menos mecanizadas. E a tendência é o acúmulo de trabalho naqueles segmentos menos afetados pela revolução técnico-científica: o setor de serviços, vendas e outras formas de comercialização, como o trabalho escritorial, na medida em que não sejam mecanizadas. Esse exército de reserva possui formas variadas na sociedade moderna, ele inclui desempregados, os temporariamente empregados, os empregados em tempo parcial, a massa de mulheres e os imigrantes.

Esse debate demonstra a presença de uma grande diversidade de grupos sociais que torna mais complexa essas definições, tanto do lado da classe burguesa quanto do lado da classe trabalhadora. O que Montaño e Duriguetto (2011) concluem é que essa multiplicidade de classes não pode ser negada, mas ela também não obscurece as duas classes fundamentais estabelecidas por Marx no Manifesto do Partido comunista. A estrutura social do modo de produção capitalista demonstra a existência dessas classes fundamentais a partir das relações de produção. Mesmo que estejamos tratando de trabalhadores escravizados, eles são sujeitos que não detêm os meios de produção e necessitam da venda da força de trabalho. Os proprietários das fazendas, por outro lado, necessitam da contratação, ao menos temporária, dessa força de trabalho. A multiplicidade de grupos sociais não acabou com a contradição capital e trabalho.

Essas relações de produção são antagônicas, pois partem de interesses conflitantes. (MARX, 1990). O antagonismo entre produtores e usurpadores de riqueza, existente em toda sociedade de classes e consolidado na sociedade capitalista, gera uma contradição de interesses que faz com que as lutas travadas pelas classes antagônicas constituam motor na história (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

O processo de exploração ocorre através de classes sociais em campos de dominação opostos. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servos, foi assim na história. Por isso, Marx afirma no manifesto do partido comunista que a história da humanidade é feita pela luta de classes. No capitalismo, essa relação antagônica acontece entre burguesia e proletariado (MARX, 1990).

Cada lado irá usar suas armas para se contrapor ou para aperfeiçoar o processo de exploração. Daí a importância da organização dos trabalhadores e dos burgueses, tanto para as conquistas e avanços por parte dos trabalhadores quanto para a reafirmação dessa exploração através do processo de articulação das classes dos proprietários de terra, como veremos em debates mais à frente. O importante é a percepção da importância que a luta de classes tem em manter ou criar novas estruturas de exploração.

3.2 A formação da consciência com o despertar de intelectuais orgânicos

Refletimos, até aqui, o processo educativo como resultado das relações do ser humano com a natureza, com outros seres humanos, e como isso acaba refletindo na relação do ser humano consigo mesmo. Mas ainda é preciso debater esses pontos sob a perspectiva de uma mudança de aprendizagem, no sentido de pensarmos a possibilidade da prática de uma nova cultura, de uma prática diferente da reproduzida nas relações de dominação.

Quando refletimos a discussão de Gramsci (1987) a respeito de como uma classe se torna hegemônica, talvez possamos encontrar essas respostas. Gruppi (1978) lembra que hegemonia vem do grego *eghestai*, que significa conduzir, ser guia, ser líder, ou do verbo *eghemoneua*, que significa ser guia, estar à frente, comandar, ser o senhor. E é dentro de uma classe que dirige uma sociedade e guia as forças sociais que Gramsci debate a hegemonia. Ele queria entender como a ideologia da classe burguesa conseguia guiar a concepção da sociedade italiana. Para tanto, parte do debate feito por Lênin a respeito do proletariado como classe dirigente da revolução burguesa na Rússia.

Dentro de seu conceito de Estado ampliado Gramsci (1982, p. 11) esclarece a dominação. Divide-o em Sociedade Civil, como sendo o conjunto de organismos chamados

de privados; e Sociedade Política ou Estado, que corresponde à função que o grupo dominante exerce em toda a sociedade de domínio direto ou de comando da classe. Em relação ao nosso objeto, poderíamos pensar a Igreja Católica e os movimentos sociais como sendo Sociedade Civil, e o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego como Sociedade Política.

Dentro dessa composição de um Estado amplo, a hegemonia de um grupo ocorrerá tanto por meio de um aparelho coercitivo, que assegura legalmente a disciplina dos grupos, como de um consenso espontâneo, no qual os intelectuais têm um papel fundamental. Estes seriam mediadores no grupo dominante para o exercício da função do consenso espontâneo, dado pelas grandes massas ao grupo dominante. Consenso que nasce do prestígio e da confiança que o grupo dominado tem pelo grupo dominante.

Para compreendermos essa relação, é importante refletirmos a construção do pensamento nessas relações de dominação. No livro *Concepção dialética da história*, Gramsci (1987) revela que todo ser humano tem uma concepção de mundo ainda acrítica, não consciente. Há um ambiente em que ele vive que lhe impõe uma consciência e para a qual há influências diversas e contraditórias. A consciência do ser humano não é mais do que resultado da relação social, e as classes subalternas participam de uma visão de mundo que é imposta pelas classes dominantes. A ideologia dessas classes chega por meio de vários canais, tanto o da Sociedade Política como, principalmente, da Sociedade Civil, como a escola, a Igreja Católica, os jornais, o folclore, o cinema, o rádio. Todos são instrumentos importantes da formação do consenso. Os intelectuais estão em todos esses espaços formando o consenso espontâneo.

Uma classe é hegemônica porque tem a coerção estatal e os meios de criação de um consenso espontâneo. Se eles não fazem parte diretamente da Sociedade Política podem acioná-la por meio das relações de poder. Além disso, eles criam a disseminação da ideologia de sua classe por meio da Sociedade Civil, pelos aparelhos hegemônicos organizados através dos seus intelectuais, disseminando a ideologia da classe dominante. Como vivemos uma dinâmica social onde essas classes mudam, o papel desses intelectuais é muito importante para sistemicamente direcionar a construção de novas culturas. Por isso, é fundamental compreender o papel que eles exercem nessa relação de dominação.

Gramsci (1982, p. 8) ao analisar a formação e função dos intelectuais, observa a necessidade de conceito mais genérico à medida que no mundo moderno eles assumiram várias funções. Em todo trabalho físico há uma atividade cerebral criadora, há um mínimo de qualidade técnica que exige essa atividade. Não há como se separar atividade manual da

criadora. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. Portanto, todos os seres humanos são intelectuais. A única lógica em separar intelectuais e não intelectuais é quanto ao ponto de vista profissional, se na sua função predomina o uso do intelecto ou o esforço muscular. É diante disso que se pode estabelecer o núcleo profissional da pessoa.

Gramsci (1987) defende que deve haver pessoas especializadas na elaboração teórica. Não existe organização sem intelectuais sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica. O filósofo profissional não só pensa com rigor lógico, com maior coerência, com maior espírito de sistema, mas conhece toda a história do pensamento.

Bem, uma vez que se destine ao debate da intelectualidade como atuação profissional, Gramsci (1982, p. 15) estabelece que são duas as principais formações: intelectuais orgânicos - cada grupo social cria para si camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico, social e político; e intelectuais tradicionais, que são aqueles recepcionados pelas novas estruturas econômicas. Estes são intelectuais preexistentes aos novos modelos que representam uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Um exemplo levantado pelo autor é a categoria dos eclesiásticos, que tradicionalmente era formada por intelectuais orgânicos da aristocracia fundiária, mas com o monopólio das superestruturas por outras classes, como a burguesia, eles se tornaram intelectuais tradicionais, passando a se considerarem autônomos e independentes do grupo social dominante. Isso criou a ideia de que esses intelectuais são independentes, autônomos, revestidos de características próprias, quando muitas vezes eles são coniventes com o processo de dominação e até ligados diretamente com o poder político. Há um processo de disputa de assimilação e conquista para com esses intelectuais pela classe dominante. Vamos ver um exemplo concreto disso, no item posterior, sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil no momento da escravidão legal e logo após, com a vinda da República.

O ponto fundamental é que esses intelectuais vão dar a direção da organização de uma sociedade, assumindo a função diretiva dessa organização. Os empresários, por exemplo, devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços. Eles devem possuir a capacidade de expandir sua classe ou pelo menos devem confiar em empregados especializados. No desenvolvimento de uma classe, ao lado do processo de dominação econômica, é necessário o desenvolvimento paralelo nos

terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual e filosófico, ou seja, a estrutura necessita da superestrutura. Na verdade, Gramsci (1982) é enfático em dizer que não há como haver desenvolvimento no campo econômico sem antes o desenvolvimento dessas demais superestruturas.

Os intelectuais vão direcionar as novas culturas por necessidade de legitimar novos processos econômicos. Exemplo disso foram as mudanças educacionais na Inglaterra. Havia outra ideia do que seria um conhecimento útil. O foco de formação dos ingleses era o *gentleman*. Uma pessoa não somente de boas maneiras, mas que possuísse certo equilíbrio, um domínio seguro de si, uma disciplina moral que lhe permitisse subordinar, voluntariamente seu próprio interesse egoísta. Para tanto o conhecimento de autores latinos e gregos era fundamental para a formação do *gentleman*, do homem político. Com a intensificação da indústria isso vai se modificando.

Para atender às novas necessidades econômicas, surgiu um movimento no sentido de uma nova cultura. Os estudos clássicos tornaram-se inúteis para a absorção de um ensino técnico e prático. Assim, ao lado de uma formação humanista, destinada a desenvolver em cada indivíduo humano uma cultura geral, uma cultura de reflexão, houve a criação de um sistema educacional voltado para profissões especializadas, mediante precisa individualização. Daí surgiram espaços de formação que vão consolidar e criar um senso comum que atendessem às necessidades desse modelo econômico.

Mas como e por que se difundem novas concepções de mundo entre massas populares? Indaga Gramsci (1987). A forma racional, através da argumentação pode influenciar, mas isso em menor grau. Ela pode ser decisiva quando a pessoa já tem uma crise intelectual entre as concepções antiga e nova. Outro fator é a autoridade de intelectuais e pensadores sobre o povo. O raciocínio é que uma pessoa do povo se forma a partir de opiniões, de critérios de discriminação e de normas de conduta. Aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu na posição de intelectual teria uma forma melhor de argumentar.

Entretanto, Gramsci entende ser possível que na argumentação o trabalhador não consiga enfrentar as ideias de um pensador, mas como seu pensamento é guiado pela fé, isso não vai mudar o que ele pensa. A formação das massas tem um critério não racional, que é a fé no grupo social ao qual pertence. O trabalhador pensa que no meio de tantos ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário argumentador quer fazê-lo crer. No seu grupo, haveria alguém que poderia argumentar, e o fez em um determinado momento a ponto de

convencê-lo de que sua crença seja verdadeira. O fato de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da persistência na convicção, ainda que não saiba argumentar.

Acrescentamos não ser somente fé que o trabalhador tem, há elementos fáticos que o levam a ter essa fé. Encontramos casos de trabalhadores escravizados, no Tocantins, que não se reconheciam nessa condição pelo fato de que na sua cidade todos tinham esse tipo de trabalho. É uma fé originada de um fragmento do real, é a leitura desse fragmento, ou é uma leitura coletiva dessa realidade que o convence. Talvez isso fique mais esclarecido quando Gramsci (1987) levanta que toda relação de hegemonia é pedagógica, através da qual a nova geração entra em contato com as antigas, absorvendo experiências e seus valores historicamente necessários, desenvolvendo uma personalidade própria. Essa relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo em relação com outros indivíduos, entre governantes e governados. Então essa fé é consequência das relações de produção.

A classe trabalhadora precisa desenvolver novos processos culturais que venham a elevar seu nível de consciência, para que se possa transcender as relações de dominação. E essa é uma questão fundamental para tentar compreender as inquietações de Gramsci de como a classe trabalhadora pode construir uma hegemonia. Quando Gramsci (1987) critica o preconceito de que a filosofia seja limitada a um grupo privilegiado de pessoas, ele estabelece que todos os homens são filósofos. A filosofia é uma concepção de mundo que vem de forma espontânea e que não necessita de muita sistematização. Esta filosofia espontânea está contida na linguagem, que é um conjunto de noções e conceitos determinados, e não de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo, no senso comum e no bom senso, na religião popular, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir. A filosofia não é privilégio de algumas pessoas. Na verdade, há um sistema organizado no sentido de não reconhecer o senso comum como importante.

Acácia Keunzer (1986) defende que o conhecimento surge no interior das relações sociais em seu conjunto. Todavia, o saber da classe trabalhadora não tem espaço para ser sistematizado. Como a produção teórica desse conhecimento é privada, a classe trabalhadora tem pouquíssimo espaço para que seu senso comum seja transformado em uma ordem teórica sistematizada. Keunzer (1986) segue dizendo que a classe social que detém os instrumentos materiais detém a posse dos instrumentos intelectuais. Mesmo que o conhecimento seja produzido nas relações, ele é teorizado pela classe dominante, passando a assumir o ponto de vista dessa classe.

Essa pouca possibilidade de teorização atrapalha a classe trabalhadora de chegar à essência dessas próprias relações. O que ela vê é a aparência das relações de trabalho e torna

isso seu senso comum. Por isso, a classe trabalhadora precisa criar seus intelectuais orgânicos para fazerem parte deste processo de sistematização, de organização do senso comum, mas também da criação de uma nova cultura.

A filosofia é uma concepção de mundo, defende Gramsci (1987), todavia ela não é somente essa visão espontânea do mundo, mas é uma ordem intelectual sistemática. Nesse sentido, separa-a do senso comum e da religião. Esta não pode ser uma ordem intelectual porque não tem unidade nem coerência nem mesmo na consciência individual. Mas o senso comum não deixa de ter sua importância. Ele respeita o princípio da causalidade, identifica a causa exata, simples e imediata. Além do mais, ele tem certo valor de experimentação e observação direta da realidade, apesar de seus limites. Ele também é um conhecimento importante, mas o senso comum da classe trabalhadora é a visão da classe dominante. É preciso que a classe trabalhadora crie o seu próprio senso comum. É preciso despertar um senso crítico desse conhecimento imediato.

Quando nossa concepção de mundo não é crítica, somos seres manipulados, somos homens-massa (GRAMSCI, 1987). Isso deve vir junto a um conhecimento de nossa historicidade e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A filosofia, o saber, deve ser a superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção de necessidade que fornece a própria ação uma direção consciente. Portanto, apesar de o senso comum ser importante à filosofia, deve levá-la ao bom senso, a um conhecimento sistematizado que seja capaz de dar direção à política e que seja originada dela.

O papel dos intelectuais não é desprezar o senso comum, é torna-lo crítico. Gramsci (1987) defende que não é o caso de se introduzir uma ciência na vida individual, mas é tornar crítica uma atividade que já existe. Todos nós pensamos, refletimos e isso é característica do ser humano. O que essa “filosofia superior” deve proporcionar é que o ser humano faça isso criticamente, não com adesão acrítica à visão da classe dominante de forma a reproduzir as relações baseadas nas necessidades da classe trabalhadora.

A teoria organizada pelos intelectuais deve partir dos problemas apresentados por eles. Isso demonstra a preocupação de Gramsci (1987) na relação teoria e prática, uma não pode viver sem a outra, caso nossa escolha seja uma análise histórica dos problemas. O contato entre intelectuais e simplórios não se limita a manter a unidade no nível inferior das massas, mas, justamente, para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual das massas e não apenas de pequenos intelectuais.

É preciso compreender o papel que a educação tem para elevar o nível cultural de um grupo ou classe. A elevação política de um grupo social ao avanço do nível de consciência implica a construção de uma nova filosofia, de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura. Um trabalho filosófico deve ser concebido como trabalho cultural. Todo movimento cultural que pretende substituir velhas concepções de mundo deve trabalhar por uma filosofia de massa capaz de fazer cada ser humano um intelectual para transcender do senso comum para o bom senso (BAPTISTA, 2010). Isso para formar uma nova cultura.

Esta transformação é tarefa dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. É o indivíduo ou organização social que se propõe a assumir tarefas no processo de superação da sociedade de classes. Estas tarefas seriam de cunho científico-filosófico, educativo-culturais e políticas (MARTINS, 2011, p. 7-11). A primeira é a de compreender o sistema de relações sociais, com suas contradições e dinâmicas de uma determinada formação econômica e social, para desvendar o discurso hegemônico, com o objetivo de apresentar uma alternativa às classes subalternas na disputa pela hegemonia. Mas essa função somente se completa com a educativo-cultural. Esta é a criação de uma ética da classe dos oprimidos no sentido de transcender essa condição. Ético por adequar ação coletiva e individual à visão de mundo da classe dominante, e educativo porque tal processo depende da assimilação dessa ética pelos processos educacionais. Essas funções são completamente envolvidas com a função política. Toda a disputa de poder envolve a criação de valores e princípios, já que poder é exercido através não somente da coerção, mas também do consenso. É necessário que o intelectual se envolva com o povo e o auxilie no processo de sua organização e na criação de ações para que haja essa educação. Portanto, a necessidade das três funções estarem entrelaçadas.

Para superação do senso comum da classe dominante, Gramsci (1982) defende a escola única. O desenvolvimento de base industrial levou à criação de um novo tipo de intelectual para desenvolver a escola técnica. Com isso, houve a tendência a abolir qualquer tipo de escola desinteressada, ou seja, aquela com uma formação mais geral. Mas a escola precisa ser de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento do trabalho intelectual. É dessa maneira que a classe trabalhadora poderá elevar seu nível de consciência e caminhar para transcender as relações de dominação.

E como vimos, os intelectuais vão ter uma função primordial nessa nova formação, mas isso deve ser feito sistemicamente, não se limitando à atuação individual desses intelectuais. É preciso que isso seja feito de forma sistêmica, através de sujeitos coletivos. É aí que Gramsci (1982, p. 15) passa a discutir a função do partido. O partido político, para todos

os grupos, é um mecanismo que representa a Sociedade Civil no Estado, proporcionando a fusão de intelectuais orgânicos de um dado grupo com intelectuais tradicionais. E isso tem relação com a função do partido, que é transformar elementos de um grupo social em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e função inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade. Todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais, pois a função do partido é diretiva, organizativa, educativa e intelectual. As pessoas participam de um partido para se tornarem agentes de atividades gerais de caráter nacional. O partido é um sujeito que reúne e forma intelectuais para a direção de seus interesses em uma sociedade. Portanto, Gramsci discute a importância da atuação coletiva e orgânica desses intelectuais na construção cultural de uma sociedade.

Podemos pensar, a partir disso, no papel que os agentes pastorais da CPT têm desenvolvido em busca de construir uma nova cultura referente ao TEC. Seus integrantes são intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, cuja função é a criação de uma nova cultura nas relações de trabalho para que a classe trabalhadora possa chegar a dirigir essa sociedade. Gramsci (1982) é enfático em concluir que a força expansiva, a influência histórica de uma nação, não pode ser medida pela intervenção individual de pessoas singulares, mas pelo fato de que estas pessoas singulares expressam consciente e organicamente um bloco social.

3.3 A Igreja Católica como aparelho hegemônico da burguesia agrária

Diante dos debates teóricos acima realizados, achamos importante analisarmos essas reflexões a partir do aparelho hegemônico que é objeto desta pesquisa. A Igreja Católica é um dos aparelhos hegemônicos da Sociedade Civil que direciona a vida cultural de parte da sociedade, inclusive a brasileira, permeada por misticismos, espiritualismo e fé. Por isso, vamos analisar o papel da Igreja Católica, no Brasil, nesse processo de formar um conhecimento que legitime a dominação e como instrumento da classe hegemônica. O próprio Gramsci (1987) indica a Igreja Católica como um dos aparelhos privados da hegemonia que fortalece a subalternidade dos trabalhadores. Refletirmos sobre isso é muito importante para pensarmos o papel dos agentes da CPT dentro dessa Igreja.

Já dialogamos, no capítulo segundo, através de alguns documentos, essa relação conflituosa das ideias predominantes da CPT e de parte da Igreja Católica. Como há e houve uma divergência sobre o papel desta entidade diante da pobreza, da opressão, da dominação. Mas gostaríamos, nesse espaço, de analisar, concretamente, no caso brasileiro, essa relação da

Igreja Católica com a hegemonia da aristocracia e da burguesia agrária no final do século XIX, com o objetivo de pensarmos essa construção a partir de modelos econômicos e de classes hegemônicas diferentes. Vamos analisar a postura desta religião no período onde a aristocracia fundiária brasileira era forte, como as mudanças de seu papel com a ascensão da burguesia agrária no território brasileiro. Iremos fazer este estudo a partir das pesquisas de Oliveira (1985) para refletirmos como a classe dominante se utiliza de aparelhos hegemônicos com a finalidade de formar o consenso espontâneo de sua hegemonia.

A independência política brasileira trouxe poucas mudanças. A estrutura econômica permaneceu a mesma, fundada na grande lavoura escravista, subordinada ao capital comercial externo, que deixou de ser português para ser inglês, com a progressiva entrada de outros capitais europeus e norte-americanos. Do ponto de vista estrutural, o período imperial formou um único conjunto com o período colonial, apesar das mudanças ocorridas (OLIVEIRA, 1985, p. 61).

No campo, tínhamos a grande lavoura produtora de mercadorias e, ao seu lado, a pequena lavoura voltada para a subsistência. A importância econômica desta era pequena em comparação àquela, mas sua função social era chave. Ela era responsável tanto pelo crescimento demográfico quanto por formar a massa camponesa, grande reservatório da força de trabalho para a expansão do capitalismo agrário. Essas propriedades aumentaram bastante no período de mineração, a partir do século XVIII. Elas atraíram colonos portugueses e criaram um mercado urbano que se reforçou com a vinda portuguesa. A decadência de antigos engenhos e fazendas acarretou a divisão de grandes propriedades, pois seus proprietários vendiam terras para fazerem face às dívidas. Outra via de formação dessas pequenas propriedades foi a posse também presente no interior das grandes propriedades rurais, ocupando áreas não aproveitadas pela grande lavoura que o proprietário cedia aos camponeses para sua produção de subsistência.

Ela se caracteriza por ter uma agricultura de subsistência, com a produção de um pequeno excedente destinado ao mercado. O regime de trabalho era mais diversificado do que na grande lavoura, nesta, o escravismo era predominante. Era o pequeno posseiro, proprietário, ou agregado que cultivava a terra com sua família, acrescida com parentes pobres. Todavia, nenhuma pequena lavoura consegue sobreviver sozinha. Uma família isolada não poderia sobreviver. A possibilidade de ataque de índios, as próprias condições de produção impunham a necessidade de cooperação entre os camponeses.

Essa pequena lavoura tinha importância econômica quando supria as penúrias alimentares das fazendas em períodos de crise, mas, superada a crise retornava à

marginalidade. O foco de análise de Oliveira (1985) é sua função social. A massa camponesa, que vivia da pequena lavoura, desempenhou a importante função de ser a força de apoio da classe senhorial. Pequenos proprietários, posseiros, agregados, moradores, constituíram a força social, política e militar que os senhores usavam para fazer valer seus interesses e para assegurar seu controle sobre os escravos e sobre sua propriedade rural.

Uma classe social não existe isoladamente, ela só existe em e por suas relações com outras classes. Por isso, a necessidade de uma pequena reflexão sobre as classes do período. Primeiro, o escravo. O que define o escravo é o fato de ele ser propriedade de alguém. Isso o coloca na posição de animal. Nessa relação há contradições, pois o escravo resiste à coisificação. Vimos esse debate com Gorender (1986) ao defender que, quando se reconhece a responsabilidade penal do escravo, a sociedade escravista os via como seres humanos. Oliveira (1985) revela que não bastava a pura coerção para a obediência do escravo, como é o caso dos animais, era preciso o consentimento do escravo à escravatura. À medida em que reage à dominação ele afirma sua condição de humanidade.

A coerção, exercida por diversos meios, era um dos instrumentos de força para obrigar a aceitação da escravidão. O escravo era uma espécie de prisioneiro em um campo de concentração. Se ele se conformava à sua situação e trabalhava direito, os castigos lhes eram poupados; em oposição a isso, se fosse relapso no trabalho, se roubasse ou brigasse, recebia punições. Por outro lado, havia as suas reações. A fuga era a principal das violações. Acontecia ainda a execução de senhores e de feitores por escravos rebeldes.

O paternalismo foi um dos instrumentos utilizados para conseguir o consentimento espontâneo desses escravos. Consistiu no ajuste das relações sociais entre senhor e escravo por um relacionamento de tipo familiar. Assim a humanidade do escravo era reconhecida, sem que fosse colocada em questão sua condição de propriedade de outrem. A religião teve um papel importante nessa humanização. Se ele era um ser humano, precisava ser batizado, era preciso cuidar de sua salvação eterna. O batismo era a primeira condição para alcançar essa salvação. Mas, como a Igreja Católica aceitou que cristãos escravizassem outros cristãos?

Foi criado um discurso que colocava a escravidão terrena como um penhor de salvação eterna. Os portugueses não faziam nada mais do que comprar pagãos. Isso permitiu conceber a escravatura como um ato de misericórdia para com os pobres escravos pagãos. Sendo propriedade dos cristãos, eles continuavam escravos, mas poderiam alcançar a salvação eterna. A obrigação dos senhores para com eles era ensinar os artigos de fé, os mandamentos, o pai-nosso, a ave Maria e outras orações. Assim é que o discurso religioso se articulava com o paternalismo do senhor: trabalhando para seus senhores cristãos os escravos cumpririam sua

obrigação moral e religiosa de retribuição pela oportunidade de sua remissão espiritual. O padre, capelão da fazenda, e as mulheres da família senhorial completavam o processo de assimilação dos escravos ao mundo dos brancos ensinando-lhes rudimentos do catecismo e as orações.

Articulações entre família e religião são os fundamentos do paternalismo senhorial (OLIVEIRA, 1985). A passagem do escravo oprimido pelo trabalho forçado e pelo chicote do feitor à condição de beneficiário dos favores senhoriais fez-se por meio da religião. O reconhecimento da humanidade do escravo, ao nível do relacionamento social, tornou possível sua negação prática ao nível das relações sociais de produção. Assim, agiu a Igreja Católica para legitimar o processo de escravização.

Um segundo grupo era o da massa camponesa que não era homogênea. Oliveira (1985, p. 89) defende que ela era composta de quatro grupos sociais: agregados, camaradas, posseiros de terra, pequenos comerciantes e pequenos proprietários. Os agregados eram trabalhadores livres que cultivam um pedaço de terra, cedido pelo grande proprietário, sem que pagassem uma renda por tal cessão. Eles ficavam ligados ao proprietário por relações de subordinação e deveriam retribuir ao senhor com a prestação de serviços diversos, principalmente, serviços não econômicos, como por exemplo: guardar a fazenda contra a cobiça de vizinhos, expulsar o índio e impedir a fuga dos escravos. Essa lealdade ocorreu tanto porque recebia a terra como porque era protegido pelo proprietário.

Camaradas eram os que prestavam serviço econômico ao senhor, de modo permanente, e recebendo salário. Tinham um lote de terra para sua pequena lavoura, mas seus serviços econômicos prestados ao senhor eram permanentes. Essa categoria constituía-se de feitores de escravos, trabalhadores qualificados no processo de produção e beneficiamento de produtos, e os responsáveis pelo transporte de mercadorias. Os posseiros e pequenos proprietários não tinham distinção fundamental dos agregados. Mas a propriedade da terra dava um *status* superior ao do agregado, pois lhe abria a possibilidade para o voto. Tinha a mesma condição de subordinação aos grandes proprietários, mas gozava de outro *status*. Por fim, os pequenos comerciantes e criadores de mulas, que tiravam sua sobrevivência material das atividades ligadas ao transporte de mercadorias. Todos esses grupos eram subordinados ao senhor, aos grandes proprietários de terra.

Todos tinham na prática da pequena lavoura de subsistência e sua dependência em relação ao senhor proprietário de terra. Por outro lado, é sobre essa lavoura que se funda o poder da classe senhorial. Para guardar suas propriedades, manter os escravos dentro dos limites da fazenda, combater indígenas e os invasores, capturar escravos fugidos, e para

garantir seu poder político, a classe senhorial precisava da massa camponesa, e exercia essa relação de poder através da lealdade. Estabelecia a todos a necessidade de sua proteção.

Na base da dominação pessoal está a experiência do homem livre e pobre, que aprendeu não poder sobreviver por seus próprios meios. A proteção que recebia deles era representada como um favor, como uma graça recebida, cujo favor ele deve retribuir sob a forma de serviços àquele que lhe dá as condições de sobrevivência. Os serviços não aparecem como imposições, é a honra que obriga o camponês a retribuir a sua proteção.

Essa relação é construída com base na instituição chamada pelo autor de compadrio (OLIVEIRA, 1985, p.97). Ela reveste de moralidade essa relação de lealdade entre poderosos e fracos. Esses laços ocorrem através do batismo. Quando os pais ofereciam seu filho como afilhado, o padrinho e a madrinha dessa criança tornavam-se uma espécie de irmãos dos pais: os laços de compadrio os obrigam a ajudar-se mutuamente, permitem-lhes certa intimidade, tornam-no aliados uns dos outros, enfim, estabelecem obrigações e direitos recíprocos semelhantes aos de irmãos de sangue. O batismo ainda estabelece uma relação de proteção/subordinação entre afilhados e padrinhos, como se estes fossem seus pais. Constrói-se uma assimetria entre padrinhos e afilhados e uma simetria entre compadres. Por isso, geralmente, os padrinhos são escolhidos entre aqueles que têm nível social superior ao dos pais.

O compadrio legitima as relações de lealdade entre a massa camponesa e os proprietários da grande lavoura. Ajustando as relações de vizinhança aos laços de parentesco espiritual, o compadrio torna o grupo de vizinhos um grupo de compadres, comadres e afilhados com obrigação de ajudar-se mutuamente. A religião que consagrava o compadrio exerceu, pois, uma função social de hegemonia para a classe senhorial.

A relação da classe hegemônica ocorreu não somente com escravos e camponeses, mas com diversos outros setores da sociedade imperial. Com os altos funcionários dos aparelhos do Estado as relações eram com governadores, capitães, comandantes militares, signatários, eclesiásticos e magistrados. Depois, a classe formada pelos detentores do capitalismo comercial, que desempenham a dupla função de financiamento da produção de grande lavoura e de colocação das mercadorias no mercado externo. Essa classe é formada por portugueses subordinados à burguesia comercial da metrópole, da qual eles são os representantes no Brasil. Eles eram os fornecedores desses proprietários de terra com empréstimos para a compra de escravos e equipamentos.

As classes médias constituíam-se de comerciantes economicamente mais fracos do que os da burguesia comercial e acabaram se constituindo uma massa de manobra da classe

hegemônica em seus conflitos com a grande burguesia comercial e com o Estado português. Mas, apesar disso, tinham um peso político importante, da mesma forma que os camponeses. Formada por pessoas letradas - pequenos funcionários, baixo clero e profissionais liberais – aquelas classes tomaram a frente do movimento de independência no século XVIII. Sujeita à influência das ideias da revolução francesa, a pequena burguesia se rebelou contra a dominação portuguesa. Mas foi também através da burguesia que tomou corpo os movimentos contra a Abolição e em favor da República, marcando seu rompimento com a classe dos proprietários de terra.

Nesse jogo de classes, os proprietários de terra foram hegemônicos por muito tempo. Conjugando coerção e paternalismo, dominaram as classes rurais ao mesmo tempo em que se impuseram às mais fracas classes sociais urbanas devido ao seu poderio econômico e político. Mas, para nosso objeto de estudo, o foco de análise é refletir a relação dessa classe com a Igreja Católica nesse período de sua hegemonia.

Os agentes religiosos formaram uma categoria de intelectuais que expressam as práticas sociais através de símbolos religiosos. Eles traduzem para a linguagem religiosa as práticas sociais dos grupos e classes aos quais estão ligados. À medida que eles aceitam uma hierarquia e uma direção determinada, formam um aparelho hegemônico. É um organismo coletivo que trabalha de modo coordenado na direção intelectual e moral do conjunto social (OLIVEIRA, 1985, p.110).

O aparelho religioso católico é um organismo coletivo formado por todos os agentes – clérigos e leigos - que de uma forma ou outra desempenham papel religioso ativo no culto, na pregação ou na organização dos fiéis (OLIVEIRA, 1985, p. 112). Nele, distingue-se o aparelho eclesiástico formado pelo núcleo de especialistas institucionalizados: os clérigos. Isso porque há uma diferença entre aparelho eclesiástico e aparelho religioso. Ele tem um objetivo prático: distinguir o corpo clerical no conjunto de agentes religiosos que constituem o aparelho religioso. Era desse aparelho que a classe hegemônica precisava nesse período. Para compreender essa relação, é necessário fazer uma diferença entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial da Igreja Católica.

O catolicismo foi tanto implementado pelos clérigos, já com a presença da primeira missa no território brasileiro, como através dos colonos portugueses. Eles introduziram o catolicismo popular português. Este é um conjunto de representações e práticas religiosas dos católicos que não depende da intervenção da autoridade eclesiástica para serem adotadas pelos fiéis. São as representações dos fiéis em relação ao culto dos santos, fundamentais neste tipo de catolicismo (OLIVEIRA, 1985, p. 113). Concebidos como seres pessoais e espirituais,

dotados de poderes sobrenaturais, eles são tidos como capazes de exercer influência sobre o curso da vida e da natureza. Importante ressaltarmos que eles são reconhecidos pelo povo, mas não necessariamente pelo aparelho eclesiástico. Esses santos se fazem presentes ao ser humano através das imagens. Elas tornam possível o contato direto entre o fiel e o santo, sem a intermediação institucional entre eles.

No catolicismo popular há dois modos de culto: o contratual e o de aliança. No primeiro, o fiel pede uma graça ao santo, obrigando-se a um ato de culto pelo qual o santo seja recompensado pela graça. Sua forma típica é a promessa. Nessa há o acordo da realização de um grande sacrifício caso o desejo seja alcançado. Outra forma é a novena. Neste caso, quem quer receber a graça faz o culto e coloca o santo em uma posição de devedor até conseguir a graça. Essas formas revelam que há um contrato de dever moral entre o santo e o fiel. A aliança é diferente. Nesse caso, há uma relação de devoção mais ao longo prazo. O fiel se faz devoto do santo, esperando que ele seja seu protetor celeste, uma espécie de padrinho do céu. O fiel presta culto porque é obrigação sua, como devoto, cultuar seu santo de devoção. O santo deve proteger seu devoto, independentemente de pedidos de graças e favores. Essa aliança pode ser feita de várias maneiras. Uma delas é oferecer uma criança ao santo como afilhada, que se torna seu padroeiro. Outra forma é o auto-oferecimento ao santo, geralmente como pagamento de uma promessa.

A relação dos fiéis não se limita à relação com os santos. Deus tem uma representação importante. Ele não é objeto de um culto específico, mas é reasentado como um Deus criador, Senhor do universo, todo o santo tem poder porque está junto de Deus. Essa representação de Deus como o ser único, onipotente no universo, é o que explica os santos e a ordem no mundo. Há uma ideia de destino intimamente ligada à noção de que cada um tem papel na terra. O ser humano deve submeter-se ao seu destino, passando pelas provações que Deus manda. As pessoas são ricas ou pobres, sofridas ou alegres, pela vontade de Deus. Nessas provações, o fiel conta com a ajuda do santo.

Bem, a representação de significações religiosas não se faz no vazio, mas dentro de relações concretas. As representações religiosas não são antagônicas ao registro da explicação racional. O religioso não nega o real, mas incide sobre ele, dando-lhe uma interpretação própria das relações. É justamente por isso que a religião não se apaga diante do desenvolvimento das ciências e das técnicas, porque ela não está afastada da vida real, ela se ocupa do sentido da existência humana. As representações religiosas devem ser encaradas como crenças por meio das quais a experiência concreta de um grupo humano é representada como uma experiência dotada de sentido (OLIVEIRA, 1985, p.124).

A forte crença nos santos é um exemplo disso. Ela é resultado de uma experiência concreta. A formação social, no final do século XIX, ocorre sob baixo desenvolvimento da tecnologia. Assim, a natureza aparece ao ser humano como misteriosa e superior às suas forças. Ele precisa de ajuda sobrenatural capaz de agir sobre os elementos naturais. Os poderes sobrenaturais são exercidos pelos santos, que suprem nos seres humanos, simbolicamente, o que lhes falta para o domínio da natureza. Os santos são os intercessores poderosos perante Deus que os seres humanos precisam para dominar a natureza. Essa adoração é feita através de oratórios, capelas e os santuários, e conduzida pelos agentes religiosos nos cultos aos santos padroeiros e protetores. Em quase sua totalidade, esses agentes são leigos, não receberam nenhuma ordenação religiosa, nem formam entre si uma hierarquia religiosa. Capelães, rezadores, festeiros, desempenham um papel religioso que os distinguem de outros leigos e têm um papel fundamental para a manutenção dos cultos aos santos.

A festa de reis é outro exemplo para analisarmos essa relação de dominação. A visita da folia na casa, em nome dos santos reis, é uma ocasião extremamente propícia para o reatamento de relações entre quem teve desavenças. As tensões acumuladas no decorrer do ano são resolvidas, ou diminuídas, pois cada família recebe em sua casa a folia, e todos fazem parte do banquete. Elas restauram a solidariedade do grupo e a distensão dos conflitos sociais. Essa união é indispensável para a sobrevivência do camponês. Dado o fraco desenvolvimento dos métodos de produção, da estreiteza das relações sociais e das relações entre homem e natureza, o grupo somente consegue conceber seu trabalho sob condições sociais e materiais de existência como um trabalho que lhe é superior.

É o santo padroeiro, o santo dos reis, que dá ao grupo a solidariedade que ele precisa. A representação do santo padroeiro, como aquele que assegura as condições sociais de existência do grupo, reforça a ideia da incapacidade humana de agir sobre suas condições de existência. Isso não é uma ilusão, está amparado na realidade, na limitação do ser humano em enfrentar a natureza. Essa relação tem conexão com as relações de produção.

Assim como o camponês se submete ao senhor, que ele representa como seu aliado e protetor, ele se submete ao santo protetor. As relações de dependência/proteção que ligam o camponês ao senhor são o modelo objetivo das relações imaginárias entre o devoto e o santo: as relações entre o ser humano impotente e os santos poderosos do céu correspondem à relação entre o camponês e o senhor. Ela vem da experiência vivida pelo camponês, pela submissão que o fraco precisa diante do forte, dos poderosos, dos senhores da terra. Oliveira (1985, p.128) conclui que as representações e práticas do catolicismo popular constituem um

sistema religioso intimamente ligado às condições sociológicas da formação social senhorial, marcadas pela dominação pessoal exercida pelos senhores sobre a massa camponesa. Ele é chave para a hegemonia dessa classe.

Importante ressaltarmos que não há uma rivalidade do catolicismo popular com o oficial. O que há, por parte dos fiéis, é uma relação dialética entre a imposição dos clérigos e a crença dos camponeses. A oposição entre catolicismo popular e oficial ocorre quando muda a classe hegemônica para a burguesia agrária, que se contrapõe à lógica do compadrio. Veremos mais à frente esse debate.

Dadas as dimensões do território e as restrições impostas pelo Estado brasileiro, por ordens de economia, uma vez que era ele quem deveria prover o sustento do clero, o número de padres no Brasil nunca foi muito grande. Embora em pequeno número, esses religiosos tinham a função social de manter a unidade da Igreja Católica, pois o catolicismo popular era fragmentado e com múltiplas segmentações. Isso geraria inúmeras seitas.

Com poucos padres, realizava-se o controle através da pastoral da visita. Caracteriza-se pelo padre não conviver com os fiéis confiados a seus cuidados pastorais, limitando-se a visitá-los em determinados momentos. As duas formas principais eram a desobriga e as missões populares. A primeira era a visita que o padre fazia, ao menos uma vez por ano, a cada Igreja Católica e capela de sua paróquia, para a distribuição dos sacramentos.

As missões populares eram visitas do missionário, ou de um grupo de missionários a comunidades locais, com a função principal da pregação e o reavivamento das práticas religiosas. Os missionários condenavam os vícios, exaltavam as virtudes, e ameaçavam com o fogo do inferno os que persistissem no pecado. Esses momentos da pastoral da visita eram essenciais, pois era o encontro dos clérigos com a massa camponesa que vivia dispersa. Asseguravam o contato entre o catolicismo oficial e popular, garantindo a unidade religiosa.

Essa relação entre as duas concepções de catolicismo é importante para que se trabalhe a função da religião na organização da vida coletiva. A religião assegurava a produção da vida material da classe senhorial com a dominação dos camponeses e ainda organizava a vida coletiva (OLIVEIRA, 1985, p.153). Até o período da República, havia uma fusão entre Estado e Igreja Católica que determinava a esta as funções públicas como o registro civil, função educativa, centro de serviço social, lazer e reguladora da família. Era ela quem regulava os comportamentos através dos rituais religiosos e de uma sanção temível, a excomunhão. Antes essa medida repressiva implicava na perda dos direitos civis. As transgressões eram punidas com as sanções religiosas e sociais do grupo, castigando os violadores por meios simbólicos, como a perda de prestígio.

O aparelho eclesiástico terá uma eficiente função no exercício da vigilância permanente sob os costumes, impedindo que os maus costumes se expandam. Pela pregação e pelos sacramentos estará sempre lembrando à população as normas morais a serem seguidas e os castigos reservados aos seus transgressores. Era a religião o principal, senão o único, veículo de influência cultural e moral capaz de atingir o conjunto da população.

É nesta função de organizadora da vida coletiva que participa efetivamente o catolicismo oficial. Essa íntima relação entre Estado e Igreja Católica permitia que o aparelho eclesiástico exercesse o papel de aparelho hegemônico do Estado. A relação com a natureza baseava-se no catolicismo popular. Era justamente essa área de dominação que necessitava a classe hegemônica na época. Precisava condicionar as relações para garantir sua produção. Importante gerar a crença no camponês de que era fraco, assim aceitaria a sua subordinação.

A hegemonia, exercida sobre o conjunto social através da religião, ocorria por meio de uma infinidade de ações aparentemente isoladas. Cada vez que laços de compadrio são estabelecidos, por exemplo, a relação social de produção, que liga o senhor e o camponês, é transfigurada em relação ao padrinho/afilhado ou de compadres, perpetuando a dominação. É ao nível dos efeitos objetivos das práticas e representações religiosas que se desvenda a função social de hegemonia, desempenhada pela religião.

Com a vinda da República, temos uma nova composição das classes. A burguesia agrária era formada pelos detentores do capitalismo agrário, ou seja, o capital investido na produção agrícola ou pecuária. São os proprietários de fazendas, usinas de açúcar, das unidades de produção da grande lavoura capitalista. Lembrando que as relações não são mais oficialmente baseadas na escravidão, mas na venda da força de trabalho.

A burguesia industrial acumulou riquezas através da extração da mais-valia absoluta. É importante ressaltarmos que o fim da escravatura não colocou fim à classe hegemônica do período anterior, ela apenas perdeu a sua hegemonia. Proprietária de muita terra, essa classe transformou-se em uma classe de latifundiários que vivem de renda. Foram cedendo suas terras em forma de parceria, meação e arrendamento, a pequenos e médios lavradores. Todavia, ela ainda direcionava a classe dos dominados: assalariados rurais, camponeses, classe operária. Os primeiros eram lavradores inseridos no processo produtivo como vendedores de força de trabalho. E essa relação causou muitos problemas para a burguesia agrária. É um dos pontos centrais da aproximação com a Igreja Católica.

Havia uma resistência desses grupos a se tornarem assalariados. Somente aceitariam se transferirem para esse trabalho se os salários fossem suficientemente altos para compensar a perda da liberdade econômica do trabalho em suas posses. Os fazendeiros não objetivavam

pagar altos salários, pois precisavam reduzir os custos da produção. A antiga classe hegemônica também não tinha interesse em abrir mão de seus agregados, moradores, parceiros e arrendatários, que ainda seguiam sendo seus protegidos.

A massa camponesa não poderia conceber a força de trabalho como uma mercadoria. Para o camponês ela é um meio de assegurar a sobrevivência e prestar serviços a de quem é direito. É gradualmente que ela aprenderá que sua força de trabalho pode ser considerada mercadoria. O fato é que a nova classe hegemônica, a burguesia agrária, vai exercer o seu poder independente de relações de compadrio. Ela não precisa disso, porque tem na relação contratual capitalista a possibilidade de domínio, independente de relações pessoais.

A dominação burguesa está fundada no poder do mercado e na relação entre a compra e a venda da força de trabalho. O poder senhorial era baseado em uma dominação pessoal, exercida pelo grande proprietário de terra sobre os camponeses, aos quais ele concede uma área de cultivo e proteção política, em troca de diversos serviços. Funda-se nos laços de lealdade entre dominante e dominado, sendo sedimentada pela prestação de serviços em troca de proteção.

A questão é que o capitalismo agrário irá dissolver essa relação, tornando-a impessoal. O que causou grandes problemas nas relações, porque o camponês perdeu a sua proteção. Ele não vai mais encontrar no senhor o amparo que ele precisa, pois o poder político e econômico foi reduzido na formação do capitalismo agrário. Isso vai desencadear os movimentos religiosos no século XX. A instauração do capitalismo agrário causou a crise de hegemonia. A Igreja Católica, inserida nessa crise, deu uma resposta de composição com a nova classe hegemônica.

Como exemplo dessa crise, Oliveira (1985) aponta movimentos religiosos, como Canudos e Padrinho Cícero. No Nordeste de Canudos, Antonio Conselheiro desempenhou o papel de liderança carismática. Ele viajou o sertão pregando, rezando e reunindo gente para a realização das obras religiosas para construção ou restauração de capelas e cemitérios. A dedicação desse beato, em contraste com a distância do clérigo aos fiéis, rende-lhe muito prestígio. Houve pessoas do aparelho eclesiástico que se opuseram às suas ações, como por exemplo, o arcebispo da Bahia, que condenou suas doutrinas como supersticiosas e uma moral excessivamente rígida. Mas essa reprovação não produziu efeitos entre os adeptos de Conselheiro, que iam a Canudos em busca daquele que lhes dava esperança e condições de viver um arraial próspero.

Conselheiro exprimiu os sofrimentos e esperanças de camponeses sem terra e sem trabalho, oprimidos pelos grandes proprietários, escandalizados pela corrupção das

autoridades políticas. Era no Conselheiro que eles depositavam sua esperança. A experiência do empobrecimento, da fome e do fim da proteção, concedida pelos poderosos, é percebida pela massa camponesa como resultado da decadência moral dos governantes e dos ricos. Para lutar contra essa decadência, e ao mesmo tempo dar sentido à experiência de deterioração das condições de existência, a massa camponesa recorreu, através da pessoa e do discurso de Antonio Conselheiro, à intensificação da produção religiosa.

Conselheiro e seus adeptos defrontavam-se contra três poderosos adversários: os grandes proprietários, que oprimem os camponeses e não cumprem seus deveres de generosidade com os mais pobres; o governo republicano, que usurpou a legitimidade da monarquia; e o aparelho eclesiástico, que traiu a religião aceitando a República. O fortalecimento do movimento, que resistiu durante 04 anos, é a voz da massa camponesa oprimida, através da boca de conselheiro, defende Oliveira (1985).

Oliveira (1985, p. 247) chama a atenção de que muitos beatos já existiam naquela região, a questão é que esse movimento ameaçou a República. Ele oferecia à massa camponesa uma possibilidade de escapar da dominação dos grandes proprietários rurais. A possibilidade de resistir à dominação econômica, política e religiosa, refugiando-se no arraial de canudos, representava uma ameaça para a República nascente. Camponeses, antes subordinados, ousavam contestar. E eles vão resistir porque nesse catolicismo estava implicado um projeto de ordem social compatível com os interesses dos camponeses em oposição à ordem social que a burguesia agrária estava instaurando. Era preciso combater esse movimento, mas a burguesia agrária não tinha um aparelho hegemônico forte para isso. Nesse sentido, age o aparelho eclesiástico com a retomada da tradição católica para o controle dessas ameaças. Retornaremos a esse debate mais à frente. Por agora, continuemos com os movimentos religiosos.

Outro movimento, analisado por Oliveira (1985), foi o de Juazeiro. A generosidade, integridade moral e espírito piedoso de Padre Cícero atraem para ele a admiração dos camponeses, que o buscam para aconselhar-se espiritualmente. Embora tivesse sido suspenso de suas ordens, devido às práticas de beato, ele recebia os romeiros e lhes dava conselhos e bênção. Ele adotou o papel de líder religioso. Muita gente ia a Juazeiro procurá-lo, e muitos camponeses ficavam sob sua proteção. Tornou-se uma espécie de coronel, mantendo relações pessoais com camponeses, colocados sob sua proteção, sobretudo por meio do compadrio, era capaz de mobilizar inúmeras pessoas para eleições ou para os movimentos armados de coronéis da região, defende Oliveira.

Padre Cícero reproduz a dominação pessoal assumindo a posição de chefe político local. Ele também representava a liderança religiosa da massa camponesa, multiplicando o número de beatos e associações religiosas, manteve o catolicismo popular. Os movimentos religiosos de protestos camponeses inscrevem-se no processo de dissolução de uma ordem social pela instauração do capitalismo agrário, exprimindo a reação dos dominados.

Diante desses movimentos, era preciso conquistar a massa camponesa para a lógica do capital. Apesar de a burguesia agrária ser a classe que detinha essa hegemonia, por controlar o modo de produção, ela não tinha o consentimento da massa camponesa. E, como vimos, nenhuma classe se sustenta apenas com o domínio da estrutura, é imprescindível a criação dos aparelhos hegemônicos para a formação do consenso. A grande massa camponesa ainda permanecia no campo com as velhas relações. Era preciso trazê-la à lógica do capital e tornar atraente o trabalho assalariado na fazenda.

Era necessário destituir os camponeses de suas terras, como foi feito através da lei 1850¹⁸, mas somente isso seria insuficiente. Era preciso conseguir o consenso espontâneo dessa massa. A questão é que a burguesia agrária não possuía um aparelho hegemônico forte. Tinha seus intelectuais, que em nada comunicavam com a grande massa camponesa. A Igreja Católica poderia ser uma aliada estratégica. Ela possuía um conjunto de intelectuais tradicionais e um aparato perante essa massa que poderia formar o consenso.

Com a separação entre Igreja Católica e Estado, na República, a Igreja passou por uma crise profunda, e redirecionou suas práticas. Com isso veio o processo de romanização, que iremos tratar melhor mais à frente. Essa separação trouxe vantagens e desvantagens. Um dos problemas era a questão financeira. A própria Igreja Católica teria que sustentar seu aparelho eclesiástico. Todavia, veem esse panorama como oportunidade de pôr fim ao padroado. Livre da proteção do Estado havia mais liberdade de combater esse mal do catolicismo popular nas práticas dos fiéis.

Uma questão que precisava ser resolvida era a ruptura entre o povo e o catolicismo oficial. A população se dizia católica, recebia os sacramentos, mas não conhecia a doutrina da Igreja. D. Macedo, arcebispo da Bahia, redigiu um documento, em 1890, que assinalava as medidas urgentes que a Igreja Católica precisaria tomar em face de sua nova situação. A ignorância da massa religiosa e a falta de padres são sempre citadas como problemas que precisam ser resolvidos. O enfraquecimento do aparelho eclesiástico, durante o século XIX,

¹⁸ Essa legislação teve como objetivo impedir o acesso dos negros à terra, pois estabeleceu como condição da propriedade a presença do título de propriedade. Como a grande maioria de negros teve acesso a essas terras pela posse, não teriam como permanecer nas terras por ausência de título.

tinha favorecido o desenvolvimento do catolicismo popular, e os agentes de base - beatos, beatas, rezadores, monges, capelães - gozavam de grande prestígio, sobretudo, entre massas rurais (OLIVEIRA, 1985, p.277).

Para o episcopado e o clero, especialmente devido à renovação decorrente do Concílio Vaticano I, entre 1869 e 1870, esse catolicismo popular era uma negação prática do catolicismo romano, e não uma forma popular de praticá-lo. Agravava-se a situação com os movimentos religiosos que contestavam as autoridades eclesiásticas. Para o clero, tais movimentos eram fruto de um fanatismo religioso condenável, sob todos os aspectos, e que deveriam ser combatidos por um intenso esforço de doutrinação do povo (OLIVEIRA, 1985).

Essa separação entre Igreja Católica e Estado trouxe, em um primeiro momento, um distanciamento com a nova classe hegemônica. A dominação burguesa via o aparelho religioso católico como uma força retrógrada e obscurantista. Seus valores morais eram baseados na liberdade, igualdade, fraternidade, democracia, uma concepção francesa de progresso da humanidade. Concepção que via no desenvolvimento das forças produtivas o caminho da dominação do ser humano sobre a natureza e sobre seu futuro. Portanto, o ser humano não precisaria mais da religião para sentir-se senhor da natureza nem para assegurar a validade dos valores morais. E ainda, pelo fato de ter tornado as relações de trabalho impessoais, não necessitavam de justificação religiosa para legitimar-se. Interpretam as relações sociais como uma associação ente indivíduos livres que trocam mercadorias entre si. São laços que estão ligados pela troca entre trabalho e salário. É justamente por que a exploração capitalista se apresenta espontaneamente, não como uma exploração, mas como uma troca, é que dispensa justificativas extraeconômicas.

Esse comportamento funcionou até o começo da República, porque os imigrantes supriram a falta de mão de obra assalariada. Todavia, a burguesia percebeu a necessidade de transformar a grande massa camponesa em assalariada. Para isso, era preciso acabar com o fanatismo dos movimentos religiosos, do catolicismo popular, que era um obstáculo para a inserção da massa camponesa no modo de produção capitalista. Trazendo uma concepção de mundo na qual a relação entre poderosos e fracos deve corresponder à relação entre o homem e seus protetores celestiais, o catolicismo popular não poderia entender a dominação impessoal, introduzida pelas relações de produção capitalista, se não como uma ruptura da ordem estabelecida por Deus.

E um fato importante é que a base de reflexão burguesa estava afastada da realidade camponesa. A ideologia liberal-burguesa repousa fundamentalmente sobre a noção de progresso: econômico; político, decorrente da democracia burguesa; cultural, decorrente do

desenvolvimento da produção no campo da técnica e da ciência, liberando o ser humano das crenças sem fundamento racional. Nenhum desses tipos de progresso fazia parte da vida das massas camponesas. As condições de vida dos camponeses pouco se modificaram com esse modo de produção, o trabalho agrícola continuava tão duro quanto antes e as condições de vida na fazenda muito penosas. Portanto, a classe burguesa tinha muita dificuldade de convencer a massa camponesa de sua ideologia. Foi necessário que outro grupo, que tivesse forte influência sobre esse povo, atuasse.

Com isso, começam a convergir os interesses entre Igreja Católica e classe hegemônica. Como a burguesia agrária não tinha aparelhos hegemônicos que atingissem essa classe, a Igreja Católica era um de maior abrangência. A romanização foi o instrumento utilizado para o controle da grande massa camponesa. Denominado dessa forma, pelo fato de que a ação reformadora dos bispos, padres e congregações religiosas, tinha por objetivo moldar o catolicismo brasileiro ao modelo romano. O que é compreensível pelo fato de o Papa querer reafirmar o poder da Igreja Católica e as suas definições de fé e moral. Seus traços essenciais são a espiritualidade, centrada na prática dos sacramentos, e o senso de hierarquia eclesiástica. O bom católico, segundo esse modelo, é aquele que frequenta regularmente os sacramentos e obedece, incondicionalmente, à autoridade eclesiástica. Quando os bispos defendem a romanização têm a ideia de que estão corrigindo erros de práticas religiosas. Estão corrigindo um atraso brasileiro de mais de três séculos de religião no Brasil, que não acompanhou o movimento de restauração na Europa (OLIVEIRA, 1985, p.284).

A estratégia utilizada não foi o enfretamento completo às práticas religiosas do catolicismo popular. Tanto quanto possível, preferiam não combater diretamente as devoções tradicionais, limitando-se a não participar delas e a condenar excessos cometidos durante as festas dos santos. Manteve-se o culto tradicional através dos padres e esforço das irmandades e para a promoção de devoções e festas dentro do espírito romanizador. Os antigos santos de devoção vão sendo substituídos por outros, cujo culto favorecesse a prática do sacramento e uma subordinação maior à hierarquia eclesiástica.

Esse controle ficou muito difícil nas capelas rurais. Isoladas no interior, dispersas, sem contato permanente com o vigário, as capelas rurais seguiam nas mãos dos agentes leigos. Os rezadores, capelães, beatos e beatas, que tomavam conta das atividades religiosas locais, mantinham as tradições do catolicismo popular. Quando o padre estava presente, todo o povo vinha tomar os sacramentos, ouvir a missa, escutar os sermões, cumprindo os deveres prescritos pela Igreja Católica, mas na ausência deles retornavam a prática dos santos.

Os bispos reagiram controlando os santuários. Eles confiavam às comunidades religiosas o controle desses santuários, que tinham a missão de combater as superstições e o fanatismo, exercer o controle sobre as esmolas trazidas pelos romeiros destinando-as às obras prioritárias. Mas, nas capelas, os fiéis seguiam resistindo. A estratégia foi atrair os agentes leigos para a organização paroquial. Eles continuaram tomando conta das capelas e dirigindo celebrações religiosas durante a ausência do padre, mas deveriam prestar contas de seus atos ao vigário. Subordinado a ele, os leigos perderam seu *status*, embora conservando as mesmas funções. Conseguindo, muitas vezes, o vigário transformar essas lideranças em auxiliares por ele nomeados (OLIVEIRA, 1985).

Portanto, a romanização foi um processo através do qual o aparelho eclesiástico – o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificado para a direção dos fiéis católicos - assumiu o controle efetivo do aparelho religioso no seu todo. Não é mais um aparelho religioso segmentado na massa popular, mas fortemente hierarquizado cujas bases locais foram verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas: associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses e Santa Sé.

Esse processo de romanização foi resultado das transformações dos aparelhos religiosos católicos em escala mundial, iniciado pelo Papa Pio IX (1846) e que se estendeu até a Primeira Guerra Mundial. Vários religiosos da Europa foram enviados aos países colonizados em missões de reforçar os movimentos de reforma nos países já cristianizados. Em todo lugar onde atuaram trataram de fundar associações pias ou caritativas para organizarem os fiéis sob sua orientação. Sendo imbuídos do espírito romanizador, eles constituíram um formidável efetivo de agentes aptos a levar em frente o processo de romanização.

A separação entre a Igreja Católica e o Estado foi incentivada pela Santa Sé no sentido de controlar o padroado. Mas somente isso não foi suficiente para consolidar os objetivos da Igreja Católica. Lembremos que era o Estado o sustentáculo material da Igreja Católica. Sem ele, foram os fiéis, através de sua contribuição financeira para as espórtulas- para missas, sacramentos - e obras religiosas - hospitais, escolas, seminários – que passaram a sustentá-la. Foi nesse momento a convergência de interesses para a aliança entre Igreja Católica e burguesia.

A Igreja Católica precisava purificar o catolicismo brasileiro e conformá-lo ao romano, pretendia reestruturar o aparelho religioso para fazer face à sua nova realidade diante do Estado burguês, mas, para tanto, necessitava de recursos financeiros. Os burgueses precisavam de um aparelho hegemônico forte para convencer a massa camponesa da lógica do

capital, a torná-la mão de obra assalariada. Para isso, eles tinham os recursos financeiros. E as ideias disseminadas pela Igreja interessavam muito à nova classe hegemônica.

A prática pastoral disseminou suas interpretações e representações para os fiéis. Por isto, a Igreja Católica é um aparelho hegemônico da sociedade civil, porque ela exerce uma direção moral e intelectual sobre grupos sociais, atuando pela adesão e convicção da vontade, e não pela força física. A Pastoral coletiva foi uma dessas práticas muito importantes. Em 1915, ela funcionou como uma constituição eclesiástica da Igreja Católica do Brasil. Foi um texto dividido em 06 títulos: fé, sacramentos, culto, disciplina do clero, costumes do povo, e um sexto que diz que ela tem força de lei obrigatória. Nesse documento, trazido por Oliveira (1985), por um lado já se revela a doutrina da salvação eterna pela misericórdia divina, mas, por outro, estabelece a liberdade.

A salvação é um empreendimento individual. Diante de Deus todos os homens são iguais e devem se comportar de modo agradável para alcançarem a salvação. O destino eterno de cada um seria decidido no decorrer de sua vida terrena. Livre e responsavelmente, cada um deve libertar-se do pecado original e deve viver conforme as leis de Deus e da Igreja Católica para esperar a misericórdia e a felicidade eterna. Mas a Igreja Católica reconhece a fraqueza humana, e os sacramentos são seus remédios. Eles purificam e santificam os fiéis. O que a romanização faz é difundir essa doutrina.

Em relação a patrões e empregados, essa pastoral também direcionou os comportamentos corretos: é dever do operário não fazer greve, não usar a violência, respeitar a propriedade privada, amar o trabalho e ser devotado. O patrão deve pagar um salário justo, atender às necessidades das famílias operárias, deixar aos subordinados tempo livre para o cumprimento das obrigações religiosas. Ideias muito parecidas com as previstas na *Rerum Novarum*. A difusão dessas ideias foi feita através das atividades pastorais: a pregação da doutrina e da moral, por meio da qual o padre forma a consciência de seus paroquianos; a congregação dos leigos em associações religiosas ou assistenciais; e as práticas rituais pelos cultos e dos sacramentos, onde o padre presta seus serviços religiosos.

O ritual religioso é uma linguagem não verbal que transmite o credo da Igreja Católica. As mensagens religiosas, transmitidas pelo próprio ritual da missa, produzem impacto nos fiéis, não só por serem coletivamente produzidas e recebidas, quanto por não sofrerem qualquer contestação: mesmo se houvesse alguma dúvida das verdades ali pregadas, elas eram ocultadas quando o ritual os levam a proclamar em voz alta sua crença. A repetição das mensagens nas missas reforça essa crença. Gramsci (1987) defende que as religiões mantêm a comunidade dos fiéis, na medida em que sustentam, permanentemente, e por uma

organização adequada, a sua própria fé, repetindo-a apologética sem se cansar, com argumentos e mantendo uma hierarquia de intelectuais encarregados de dar à fé a aparência de dignidade de pensamento. Oliveira (1985) defende que o ritual é a melhor maneira de reafirmação da fé do indivíduo e do grupo. O padre se coloca ao altar, na missa, e os leigos ficam dele afastados.

Outro instrumento foi a nova visão implementada em relação aos santos. As devoções romanizadas trouxeram uma nova representação dos santos. Eles continuam sendo os poderosos aliados celestiais de seus devotos, como no catolicismo popular. Além disso, são modelos de virtude a serem seguidos pelos devotos. À medida que essas devoções vão sendo propagadas, infunde-se, também entre os fiéis, a ética católica nelas embutida. Portanto, é através dos sacramentos e das devoções romanizadas que a Igreja Católica veicula sua doutrina e suas regras de comportamento. A prática religiosa tem a direção do caráter privado do indivíduo. As coisas vão bem porque Deus e os santos estão protegendo; se as coisas vão mal é porque o indivíduo está purgando alguma culpa ou sendo provado para alcançar ainda mais méritos na vida futura. Portanto, o destino do ser humano depende dele. Ele tem liberdade para ir para o caminho mal ou bom. Essas ideias têm completa relação com o debate burguês sobre a igualdade. Todos são iguais para conquistar seus desejos, se assim não conseguem é porque não estão agindo corretamente. O problema não é sistêmico, mas do indivíduo.

Esse delinear histórico foi muito importante para podermos visualizar a Igreja Católica como instrumento de construção de hegemonia da classe burguesa. Mas, do mesmo jeito que ela pode ser a construção de uma hegemonia dessa classe dominante pode ser dos trabalhadores. É isso que vamos observar na análise de dados sobre a atuação da CPT. Parte da Igreja Católica vai, a partir da década de 1960, dar uma guinada na sua visão sobre a relação entre subordinados e dominadores. Claro que isso não se dá sem divergências, sem lutas internas, pois padres e freiras são assassinados até hoje como resultado dessa luta. Mas há uma parte da Igreja Católica que, até hoje, constrói uma visão diferente da apresentada nesse capítulo. A Comissão Pastoral da Terra, através do trabalho dos seus agentes, vem nesse viés de uma Igreja Católica que se insere no mundo político para a proteção e formação de consciência da classe trabalhadora. Ela vai se constituindo como um instrumento contra-hegemônico dessa classe. Iremos ver, nos capítulos 4 e 5, de quais instrumentos que ela se utiliza para formar uma nova cultura com a classe trabalhadora.

3.4 *Novas perspectivas culturais nas relações de trabalho*

Mauro Iasi (2012) defende que a consciência é um movimento que ora se apresenta como consciência do indivíduo isolado ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição de classe até a uma consciência que ambiciona a universalidade. Mas ela se inicia como consciência herdada, inercial, resultante de certa ordem social de relações que se instituíram na forma de valores, juízos, concepções de mundo. Essa consciência vai se cristalizando na forma como ela age e reage diante da conformação social do mundo.

Essa consciência é de alegria, inicialmente, por se estar empregado. No capitalismo, somente sente-se alguém quando se vende a força de trabalho, por isso o trabalhador fica feliz quando está empregado, mesmo que seja uma grande exploração. Daí o porquê de não se reclamar das condições de trabalho. Num primeiro momento há um consentimento com o processo de exploração, mas isso presume que o interesse elementar do ser esteja garantido. A divisão social do trabalho impõe às pessoas um lugar no mundo, mas precisam obedecer se quiserem sobreviver. Ela provoca uma visão alienada das relações de produção.

Entretanto, se a cotidianidade desse ato não garantir a vida, quando não consegue manter vivo o escravo, o império desmorona. Esses são os elementos fáticos que farão o trabalhador escravizado refletir. As relações sociais, que eram legitimadas pelos mecanismos da disciplina consentida, transformam-se de campo prático inerte do consentimento em base material para rupturas e questionamento. Todavia, essa reação pode se constituir em classe somente se os seres humanos estiverem em contradição com o processo imediato do capital. E se, além disso, estiverem em certas condições coletivas para romper o invólucro individual e se verem como seres coletivos, desde a mediação particular do grupo até a genericidade da classe (IASI, 2012).

Enquanto o indivíduo enfrenta uma série de questionamentos a partir do que aprendeu e de como vive, sente que alguma coisa está errada com o quanto trabalha e com o quanto ganha. Quando participa da ação abre-se um espaço de práxis livre diante do campo prático-inerte, ainda para alcançar seu lugar, mas já se constituindo como um ser que vai além de si mesmo, iniciando seu processo de formação de classe.

O que permite uma fusão de elementos separados no espaço é uma força externa que se apresenta como ameaça comum: os patrões, que se negam a negociar perdas salariais; o governo, que insiste em uma política econômica recessiva e inflacionária; um latifúndio prepotente. Não se pode atribuir à classe trabalhadora uma única consciência, pois ela não é

única (IASI, 2012). O ser da classe é movimento, por isso, às vezes apresenta-se reformista, às vezes revolucionária. E é isto que é a classe trabalhadora: ela é um movimento, e cada momento é importante nessa construção.

Pode-se constatar, com os trabalhadores escravizados, um movimento individual, mas também há uma consciência de grupo quando eles fogem para denunciar a escravidão e buscar melhores condições de trabalho para si e para outros trabalhadores que ficaram nas fazendas. É importante salientarmos o movimento da consciência desse sujeito escravizado quando muitos denunciam e outros permanecem nas fazendas após as fiscalizações do MTE, ou quando outros ainda voltam ao mesmo trabalho sabendo de suas condições. É essa diferença de consciência que Mauro Iasi nos auxilia a compreender. Essa resistência vem do que ele aprende no meio das relações sociais e das práticas de certas políticas.

Como já debatido, Gramsci (1987) chama a atenção que para se conseguir introduzir novas concepções de mundo há necessidade da formação de um novo movimento cultural para substituir o senso comum e as concepções de mundo ortodoxas. E é isto que o trabalho dos agentes da CPT, junto com as políticas públicas, que são resultadas de sua luta, têm feito. Eles têm formado uma nova cultura que tem elevado o nível de consciência desses trabalhadores no sentido de reconhecer a exploração e de impulsioná-los a denunciar situações de trabalho escravo vivenciadas por eles e por outras pessoas.

As ações dos agentes da pastoral despertam a consciência da classe trabalhadora para as relações de trabalho. Essas ações estão tanto no âmbito da Sociedade Civil quanto da Sociedade Política. A política pública tem um papel importante nisso, e seria complicada essa compreensão sem os órgãos estatais adequados para serem acionados. Figueira e Prado (PRELO) revelam, em pesquisa realizada com trabalhadores em 2010, que com a intensificação das ações do TEM, várias ofensivas do Estado passaram a ter mais eficiência. Inclusão da lista do salário desemprego, a formação de termos de ajustamento de condutas, cadastro nacional de empregadores, ações por danos morais coletivos e individuais têm crescido. Como a imprensa passou a noticiar, com certa regularidade, as operações de libertação, as informações sobre tais ações passaram a ser conhecidas por muitos trabalhadores. Em função de tudo isso, os escritórios locais do MTE, na época subdelegacias regionais, foram mais procurados, e os funcionários das subdelegacias do trabalho começaram a ser acionados¹⁹.

¹⁹ Subdelegacias no Pará acolheram trabalhadores que fugiram ou saíram de fazendas no estado, ouviram e encaminharam à CPT: 05.03.04. Bagaço Grosso, Ipixiuna; 02.03.04. Água Fria, Sapucaia; 02.03.04. Canaã, São Félix; 16.03.04. Nome Desconhecido, Santa Fé; 04.06.04. Sem Nome, Jacundá; 11.09.06. Água Azul,

O trabalhador escravo se educa nas relações com a natureza, com outras pessoas e consigo mesmo. Apesar de na relação com a natureza o seu trabalho ser alienado, ele aprende no conjunto das relações sociais outras ideias a respeito das suas condições de trabalho. A CPT, através de seus intelectuais orgânicos, tem agido tanto na Sociedade Civil quanto na Sociedade Política para realizar esse combate ao TEC. Tanto na formação do trabalhador como na formação da sociedade e na articulação junto aos órgãos públicos. Muitas das políticas públicas de combate são resultados do papel que os agentes da CPT têm feito junto ao Estado. Tudo isso é fundamental para que o trabalhador escravizado se posicione diante das suas condições de trabalho.

CAPÍTULO 4

4 AÇÕES DA CPT JUNTO À SOCIEDADE CIVIL

Conforme temos debatido, estamos analisando se a atuação dos agentes da CPT junto à Sociedade Civil e Política, com o recorte do estado do Tocantins, combinada com a execução de políticas públicas de combate ao TEC, algumas delas resultados da luta desta pastoral, tem formado uma nova cultura sobre o TEC, elevando o nível de consciência dos trabalhadores escravizados. Diante desta problemática, surge a necessidade de refletirmos como a CPT combate essa indignidade. Conforme previsão do relatório das atividades desta entidade, apresentado em 2013, foi feito um trabalho forte de formação, realizado diretamente com os trabalhadores e trabalhadoras quando acompanham o trabalho nos assentamentos. Foram realizados seminários nas cidades atingidas ou próximas às regiões onde há concentração do agronegócio, organizados junto com a Comissão Estadual (COETRAE) e Nacional de combate ao trabalho escravo (CONATRAE), audiências públicas de esclarecimentos e recebimento de denúncias dos trabalhadores sobre essa violência. Mas essa formação continua quando a CPT cobra dos órgãos políticas públicas. A ação estatal, por meio da luta da CPT, também forma a consciência dos trabalhadores, pois desenvolveu uma cultura nova a respeito do TEC. São essas ações que vamos estudar nesta segunda parte do trabalho.

4.1 Esclarecimentos metodológicos

Nestes dois últimos capítulos, vamos analisar a pesquisa bibliográfica, documental, e de campo, que foi realizada para esta tese. Quanto à pesquisa bibliográfica, além de todo o arcabouço teórico, analisados nos capítulos 1, 2 e 3, ainda estudamos os Cadernos Conflitos no Campo, de 1985 a 2013, disponíveis no site da CPT, publicação desta entidade que revela uma síntese dos dados de sua pesquisa anual a respeito da situação no campo brasileiro. Além disso, tivemos acesso aos dados dos Cadernos de 2014, já que não havia sido publicado no momento da elaboração desta tese, através da base de dados da CPT Araguaia-Tocantins.

Quanto à pesquisa documental, analisamos a atuação da CPT nacional, como tivemos acesso a atividades de suas regionais, com base em relatório de ações apresentado no ano de 2013. Depois, utilizamos fontes documentais para a apresentação da atuação dos agentes da CPT na Sociedade Política, através da análise de três processos judiciais do STF, como 55

processos judiciais da Justiça Federal do Tocantins, sentenciados entre 2009 a 2011, mais uma sentença judicial dessa mesma unidade do Poder Judiciário, que foi proferida em 2014, e, finalmente, 23 relatórios do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do MTE do Tocantins, com fiscalizações realizadas entre 2011 e 2012. No capítulo 4, como o objetivo é o estudo da atuação dos agentes da CPT junto à Sociedade Civil, faremos a análise do relatório da CPT e dos dados dos Cadernos Conflitos no Campo.

Quanto à pesquisa de campo, utilizamo-nos de observações participantes e entrevistas. Gostaríamos de esclarecer quais escolhas fizemos na utilização da primeira técnica de pesquisa. Sabemos que há um grande debate sobre esse tipo de investigação, com suas diferentes denominações e conceitos. Vamo-nos utilizar da ideia de Cecília Minayo, quando se refere à observação como participação. Nesta o pesquisador “realiza uma observação quase formal, em curto espaço de tempo e suas observações advêm deste contato” (2005, p.147). Fizemos esses esclarecimentos para demonstrar que o nosso comportamento passivo diante da observação. Objetivamos influenciar o mínimo possível nesse processo porque gostaríamos de compreender a atuação da CPT no combate ao TEC. Nossa interferência, como professora universitária, do curso de Direito, que lida com esse tipo de conflito, poderia ter uma influência muito forte no resultado das informações. Por isso, nossa observação acabou sendo mais formal, onde nos envolvemos pouco e buscamos ter o mínimo de participação nas ações. No decorrer do texto, iremos discorrer, com detalhes, sobre as informações fornecidas por cada uma dessas observações e as dificuldades que tivemos em sua realização.

Tivemos três observações, quando participamos de uma formação sobre TEC, realizadas pela CPT: a primeira, com a juventude missionária da Igreja Católica, em Araguaína-TO; a segunda, um ato na semana de comemoração de combate ao TEC, através dos agentes de saúde da cidade de Nova Olinda - TO; e a terceira, um ato na cidade de Araguaína, com um grupo de capoeira local e um grupo de dança.

Neste capítulo, vamos tratar da primeira e da terceira observação. É importante salientarmos que esse procedimento metodológico gerou várias entrevistas, que aqui serão expostas. Entrevistamos dois agentes de saúde que participaram do ato; a coordenadora do posto de saúde, que junto com a secretária da Secretaria de Saúde do município, organizou o ato com a CPT; a secretária de saúde do município de Nova Olinda - TO; Entrevistamos ainda, no ato em Araguaína, o professor de capoeira que, com os agentes da CPT, organizou a panfletagem.

Ainda, durante os atos conversávamos com várias pessoas. No decorrer do trabalho faremos a exposição dessas conversas. Entrevistamos o Frei Xavier, agente da pastoral e coordenador nacional da campanha de combate ao TEC, pela CPT, no Brasil. Recebemos o roteiro de entrevista, respondido por escrito pelo atual advogado da CPT, mas que foi seu agente por muitos anos. Entrevistamos três auditores fiscais que fazem parte do GEFM/TO, mais um Magistrado da Justiça Federal do Tocantins. Entrevistamos ainda 10 trabalhadores que já passaram por alguma situação de TEC.

Como neste capítulo 4 o objetivo é o estudo da atuação dos agentes da Pastoral na Sociedade Civil, vamos analisar os instrumentos metodológicos descritos acima no que concerne a esta atuação.

Gostaríamos de fazer mais um esclarecimento, antes de continuar a discussão deste capítulo, em relação à alternância de usos da pessoa do discurso. Até aqui utilizamos a primeira pessoa do plural, pois entendemos que este trabalho é resultado da cooperação de diferentes sujeitos, apesar de ser um eu quem escreve, o conjunto de conhecimento aqui sistematizado é produto de um nós, de um trabalho que não poderia ser realizado só pela pesquisadora. Entretanto, neste e no próximo capítulo iremos alternar ora usando a primeira do plural, ora a primeira do singular. Na observação participante e nas entrevistas não fica adequada a utilização da primeira pessoal do plural pelo fato de que estou descrevendo e relatando fatos dos quais participei diretamente.

4.2 A CPT e a lógica da Igreja Católica

Conforme análise nos capítulos 2 e 3, observamos que a CPT nasceu como um questionamento da Igreja tradicional. Inclusive, do questionamento da romanização da Igreja Católica na América Latina. Vimos como essa movimentação resgatou ainda mais o papel da Igreja Católica como aparelho hegemônico contra a classe trabalhadora. A CPT veio a ser uma opção de luta através da Igreja. E para tanto, analisamos vários documentos nacionais e estrangeiros que mostraram um pouco esse movimento. Agora, gostaríamos de mostrar a avaliação disso a partir de membros da própria CPT, como o coordenador nacional da campanha de combate ao TEC, que trabalha na CPT de Araguaína, e o atual advogado e ex-agente da pastoral.

Frei Xavier Plassat, coordenador nacional, natural da França, veio definitivamente para o Brasil em 1989. Estudou entre os dominicanos, formando-se, entre 1968 e 1975, em

Ciências Políticas, Economia e Administração. Passou a trabalhar como editor financeiro, a serviço das comissões de fábrica, junto ao sindicato operário. Nesse tempo que estava na região de Lyon, no interior da França, veio morar em sua comunidade um jovem brasileiro, que foi exilado do Brasil. Este jovem tinha o *status* de refugiado político e havia sido envolvido no caso Marighela, guerrilheiro comunista que foi assassinado pela polícia no final da década de 1970, em terras brasileiras.

Frei Tito era dominicano e estudante de Teologia ou de Filosofia em São Paulo, segue Xavier. Em 1979, ele foi preso junto com outros jovens estudantes dominicanos, dentre eles Frei Beto, e violentamente torturado. Mais tarde, quando o embaixador da Suíça foi sequestrado, os sequestradores exigiram a libertação de 70 presos, Frei Tito foi um deles. Imediatamente exilado para Santiago, depois, mudou-se para a Europa. Chegou a viver em Paris, por alguns meses, mas a sua situação psicológica piorou bastante. Então ele foi morar na comunidade de Xavier, no interior da França, que por ser rural era mais tranquila e familiar. Nesse momento, eles se tornaram amigos. Naquela época, Frei Tito com 27 anos e Xavier com 23.

Todavia, o estado do dominicano brasileiro seguiu piorando. Ele era acometido por alucinações, onde revivia cenas da tortura, sobretudo, se submetia às injunções do torturador, que continuava mandando nele, para se entregar e, de certa maneira, pagar o preço da sua ousadia. E um dia ele cometeu suicídio. Enforcou-se depois de ter escrito num papel: “é melhor morrer do que perder a vida”. Foi sepultado na França. Entretanto, nove anos depois, a Igreja, os dominicanos e a família de Frei, decidiram que era hora de trazer de volta o corpo dele, como símbolo da retomada do poder popular. Foi assim que o dominicano francês acabou vindo para o Brasil, em 1983. Ele foi responsável por trazer o caixão de Frei Tito de Alencar Lima.

Em sua passagem pelo nosso país, participou das comemorações que ocorreram na Sé, em São Paulo, e depois em Fortaleza, onde houve o sepultamento de Frei Tito, que era cearense. Frei Xavier resolveu permanecer mais alguns dias e aproveitar as relações que já tinha com Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e fundador da CPT, cujo contato se iniciou através do diálogo para trazer o dominicano brasileiro. Aproveitou também para se comunicar com o dominicano francês, Frei Henri des Roziers, atuante da Comissão Pastoral da Terra em Porto Nacional - TO, à época ainda estado de Goiás. Foi através desses contatos que chegou a conhecer as comunidades de posseiros e a luta pela terra. Dessa forma, conheceu do sul ao

norte o atual Tocantins. Decidiu-se por residir no Brasil, definitivamente, em 1989, colocando-se à disposição da CPT.

Quando indagado sobre o fato de a Igreja Católica já ter legitimado a escravidão, Frei Xavier responde que, em primeiro lugar, a Igreja era parte de um momento geral. A escravidão tem uma longa história em todas as culturas, em todos os continentes, e sempre houve, quase sempre, um serviço da permanência da escravidão. Uma cultura que se formou e se conformou a esse estado piramidal da sociedade, e a Igreja, recomendada pelo apóstolo Paulo, orientava os donos de escravos a tratá-los bem, mas não contestava em si a escravidão. Por outro lado, Deus deu a libertação a um povo que estava escravizado nas garras do Faraó.

Historicamente, o movimento de libertação vem de longe. Também é antigo o movimento de compreensão de que o projeto de Deus é contrário ao da escravidão. O Frei lembra que há vários momentos na história desse projeto. Quando ele fala desses momentos, deixa claro que desde o século XVI já havia, dentro da igreja, uma divergência sobre a escravidão. Em 1511, Bartolomeu de Las Casas, que era dono de escravos e um dos primeiros sacerdotes a ter chegado ao continente sul-americano, ouviu um sermão, em uma pequena comunidade, estabelecida na ilha La Espanhola, proferido pelo dominicano Antônio de Montesino, intimando a todos os donos de escravos indígenas a libertarem os índios, alegava que “esses homens têm direitos iguais a vocês e vocês estão em estado de pecado mortal”. Um a dois anos mais tarde, Bartolomeu acabou deixando seus escravos livres e tornando-se um apóstolo incansável, durante 50 anos, na causa dos índios nas Américas. Ele é tido, inclusive, em ligação com a escola de Teologia e de Filosofia de Salamanca, na Espanha, como tendo fomentando tudo o que viria a ser o direito do internacional, o direito das nações, a liberdade do povo em se administrar, o respeito às culturas e às religiões, esclarece Xavier. Esses valores não vigoraram, foram repetidamente pisoteados.

De fato, assume o Frei, a tendência dominante foi a Teologia montada para justificar a escravidão, para legitimar uma ordem natural que seria desejada por Deus de que alguns homens servissem aos outros na qualidade de escravos. Mas houve um amadurecimento longo da consciência universal, um avanço da compreensão dos Direitos Humanos e das revoluções humanistas e liberais do século XVIII, nos Estados Unidos e na França, que fizeram rever essas posições.

A Teologia se forma dentro dum contexto. A Igreja é formada por homens e mulheres inseridos nos fenômenos que acontecem em qualquer coletivo institucional. A Igreja não é santa por predeterminação, lembra o Frei. Ela tem vocação a ser santa, como qualquer um,

mas ela não nasce santa, ela é um lugar de conflito, de contradições, de luta de classes. A Igreja não está fora do mundo, nem da história, nem da sociedade.

Passei a indagar o que significou para a Igreja Católica o Concílio Vaticano II, que se deu de 1961 a 1965. Então tive mais respostas muito bem aprofundadas, pois ele viveu esse movimento de transformação da Igreja. Ele acompanhou porque em 1962, quando começou efetivamente o Concílio, tinha 12 anos e militava na Juventude Estudantil Cristã. Movimento de juventude que formou sua consciência política até amadurecer, em 1968, na revolução estudantil em Paris.

As reflexões do Concílio Vaticano II, que já eram intuitivamente vivenciadas em algumas comunidades de vanguardas, especialmente na América Latina, abriu a possibilidade de pensar a consistência da história, os valores humanos como valores intrinsecamente positivos, que não precisam da consagração da lei, defende o Frei. Uma visão de projeto humano como parte do projeto de Deus. A aliança entre Deus e o povo. Só que essa aliança foi reinterpretada, muitas vezes retirando seu caráter histórico. O Concílio conseguiu mostrar que a Igreja é um instrumento, ela é uma serva. Então, ele retoma implicitamente essas missões de uma Igreja no meio do povo e que está para comunicar esperança ao mundo sem rumo.

Apesar de suas limitações, esse Concílio foi um grande avanço diante do conservadorismo da Igreja na época. O simples fato de o padre virar as costas à assembleia ao celebrar as missas, segundo Xavier, já demonstrava o afastamento da mensagem religiosa da preocupação do povo, o fato de falar outra língua que ninguém entendia, no caso, o latim. Então, comparada à situação de onde vinha, foi muito ousado. Comparado aonde se queria chegar, foi tímido. Foi um compromisso, mas votado pela maioria dos cardeais, normalmente, com uma faixa etária acima de 70 anos. “Então pensando nas condições do momento, foi um milagre”, diz o Frei.

Nos documentos de Medellín e Puebla é afirmada, com mais ênfase, a missão da Igreja com o povo, mas, nesse povo, a preferência de Deus é pelos pobres. A Igreja é a esperança dos pobres, e Deus tem o amor preferencial por eles. Esses documentos assumem uma opção que vinha sendo praticada pelas Igrejas, em várias comunidades latino-americanas, onde se vivencia um enfrentamento de forma mais radical do que em qualquer outro lugar com as classes dominadoras. Há uma disputa nesse continente, pois na América Latina há cristãos dos dois lados. O que essas conferências episcopais fizeram foi optar pela voz dos mais enfraquecidos, mais humilhados, mais pobres. Elas são resultado de um amadurecimento.

Esses documentos começam a dar um fundamento das práticas libertadoras que, por muito tempo, tinham sido consideradas contra a doutrina, que eram consideradas como pecados, lembra Xavier.

Análise parecida é feita pelo atual advogado da CPT. Nascido em Goiânia, chegou ao antigo norte de Goiás em 1985, na cidade Dueré. Em 1970, seus pais foram para Óbidos, no Pará, acreditando nas promessas militares de enriquecimento na ocupação amazônica. Ele se deslocou para o norte de Goiás, pois as condições de educação na cidade de Óbidos eram muito precárias, havendo oferta somente até a quarta série do ensino fundamental. Como seus pais e irmãos não tinham condições de se sustentarem na cidade, foram embora para onde hoje é o estado do Tocantins. Em relação às conferências episcopais, defende que a Igreja se tornou mais comprometida com a causa do povo, fazendo opção preferencial pelos pobres e pela juventude. Adotou processos de educação popular através das Comunidades Eclesiais de Base e de outros organismos que conseguiram avançar na organização comunitária através de uma visão avançada do papel na política e na tomada de decisão. Foram momentos importantes na história da Igreja inserida na realidade da sociedade.

Quanto à CNBB, o advogado defende que sua importância em ter aprovado o documento “Igreja e os Problemas da Terra”, na década de 1980, foi o reconhecimento da luta indígena e camponesa diante da perversa realidade dos problemas no campo brasileiro. Ou seja, ela demonstrava não se tratar de uma questão isolada de bispos rotulados de “subversivos”. Era um documento que congregava todos os bispos brasileiros, que assinaram e publicaram, em conjunto, o repúdio à situação social em áreas rurais do país, e trazia uma lúcida concepção da reprovação de um sistema econômico injusto.

Já no século XXI, o documento, atualizado, tem o objetivo de refletir sobre a realidade agrária brasileira nas atuais condições históricas, fundamentado e reiterado em uma clara opção pelos pobres e orientado pelo acesso aos bens da natureza, tendo como horizonte a motivação profética e evangélica como princípio norteador na condução da almejada justiça social. Se bem observado percebe-se, no documento recém-aprovado, uma crítica coerente ao atual modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio.

O advogado segue dizendo que vê a CNBB como grande importância na luta pela terra, pois como se trata de uma instituição de enorme credibilidade, o seu papel em denunciar a violência no campo, o descaso dos governos, os conflitos agrários, certamente deu repercussão em âmbito nacional e internacional. Sua voz firme em defesa dessa pauta

possibilitou avançar, mesmo diante de tantos martírios, mas sempre fiel à causa dos povos do campo e das águas.

Em relação aos documentos brasileiros, Frei Xavier tem a opinião que a aprovação de documentos pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é um elemento importante pelo reconhecimento da consistência das Igrejas locais. Com o Concílio, foi colocado um ponto final na ideia de que a palavra da fé só pode ser pronunciada de uma maneira, cantado em um mesmo ritmo, em uma só melodia, houve uma compreensão de abertura às particularidades culturais, históricas e raciais. Diante disso, “Roma não pode ser a única maneira de dizer a fé”. Nesse contexto, nascem as Conferências Episcopais. Com isso, passou-se a reconhecer as particularidades das Igrejas. Assim, a diocese tem autonomia para definir um rumo específico para o país que faz parte. Então, é um reconhecimento de uma instância necessária de conhecimento da forma de pensar a Igreja e a fé que seja condizente com a realidade local de cada diocese e regional daquele país.

Importante ressaltarmos que Xavier chama a atenção para o fato de que, dentro das conferências episcopais, não necessariamente vão se reproduzir as contradições existentes em determinado país. Aqui, no Brasil, essas contradições são mitigadas pela política de nomeações dos bispos por Roma. Então, os critérios dessas nomeações importam na linha desses bispos, na linha das conferências episcopais. Muito embora vários bispos, nomeados sob um determinado critério, ao vivenciar a realidade atentam-se ao que acontece e mudem sua forma de pensar e agir. D. Oscar Romero, por exemplo, que se pensava ser um religioso conservador, com a experiência do bispado, foi considerado comunista pelos ditadores El Salvadorenhos. Na conferência episcopal há disputas, e é importante que se firmem posições a respeito delas, como no Brasil, referente à questão da Reforma Agrária. É importantíssimo que entidades como a CNBB, através de documentos, tenham conseguido marcar essas questões, defende o religioso.

Todo esse movimento, mostrado por Frei Xavier e pelo advogado da CPT, demonstra como eles têm conhecimento e vivência do processo histórico pela qual a Igreja está passando. A opção pelo combate ao TEC é uma escolha política, é uma preferência de defesa de um dos lados. A CPT surge dentro desse debate, no interior de um movimento de transformação, de autonomia, de amadurecimento político quanto ao processo de dominação das classes. Por isso, Frei Xavier defende que a CPT nasceu dentro de um contexto de acirramento dos conflitos pela terra, durante o regime militar.

A política desenvolvimentista dos militares incentivou a penetração da expansão agrícola na Amazônia, lembra o Frei, desconsiderando os primeiros habitantes que ali se encontravam, mas, ao mesmo tempo, provocando um incentivo aos pobres do nordeste a fugirem daquela situação desesperadora, marcada pela seca, para irem atrás de riquezas naquele estado. Isso provocou um conflito entre duas levas de interesses de grupos sociais que vão entrar em choque nesse momento. Esse conflito, alimentado pela política desenvolvimentista, violadora dos direitos básicos, provocou uma reação de agentes de Pastoral, de padres, bispos, de comunidades dizendo: “Não, a gente não pode ficar calado, a Igreja tem que se manifestar”, revela o religioso.

E percebemos esse compromisso quando o atual advogado da CPT revela o motivo pelo qual escolheu trabalhar na CPT. “É por se identificar com a causa dos camponeses e entender que o processo de transformação só é possível ser alcançado através da luta organizada”. Sua ligação começou quando, em 1999, foi selecionado para trabalhar em uma Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural nos assentamentos do Bico do Papagaio, região norte do Tocantins, denominada COOPTER. Nessa ocasião teve a oportunidade de conhecer o trabalho da CPT e desde então começou a ser voluntário. Em 2002, passou a integrar-se ao quadro de liberados da CPT, são agentes que têm remuneração. Desde então, veio desenvolvendo trabalho de agente pastoral. No entanto, há mais de três anos, trabalha como advogado.

Bem, conforme esses depoimentos, e a pesquisa teórica que vimos fazendo, podemos concluir que a CPT é uma opção dentro da Igreja e da sociedade capitalista. Ela nasce como consequência desse processo de disputa de projetos sociais. Ela é uma escolha dentro desses projetos.

4.3 Apresentação inicial da atuação da CPT em relação ao TEC

Fundada em 1975, a CPT teve seu primeiro encontro em Goiânia, em 1976. Trabalhou, primeiramente, com posseiros que já se encontravam na Amazônia há muito tempo. Depois, com os trabalhadores atingidos por barragens e boias-frias, discutindo o meio ambiente e a agricultura familiar. Hoje, a CPT engloba esses objetivos em três linhas de ação: Terra, Direitos e Água. O combate ao TEC está relacionado com a segunda linha. Importante salientarmos que essas linhas podem se desenvolver em formas de eixos mais diversos, como veremos no caso da regional Araguaia/Tocantins.

Frei Xavier Plassat, em entrevista, esclarece que os eixos não podem fechar a diversidade de atuação da CPT. Em cada um deles há elementos em comum. Não há terra sem a água. Até os direitos não são efetivos sem a terra e sem a água. Os eixos são uma maneira de organizar as temáticas a partir de prioridades, esclarece o religioso. O trabalho escravo entra também na categoria da terra. Esta luta, de mais de 15 anos, para fazer aprovar a emenda constitucional que prevê o confisco da propriedade da terra, é bem o símbolo de que a questão do trabalho escravo está em jogo. Conclui que o combate ao trabalho escravo é um componente na luta da terra, tanto um componente na luta pelos direitos quanto pela proximidade nos demais eixos.

Assim, gostaríamos de esclarecer que as atividades que analisaremos nesse capítulo a respeito da atuação dos agentes desta pastoral são interligadas. Apesar de haver um eixo de ação específico para o combate ao TEC, os demais estão incluídos nesse combate. Pois, conforme vimos, a CPT surgiu para ser instrumento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo no efetivo acesso à terra. Portanto, a luta desta Pastoral pela Reforma Agrária, por exemplo, não é dissociada da luta de combate ao TEC, na verdade ela é um instrumento desse enfrentamento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) está organizada em todo o território nacional, atuando em 21 regionais. Cada uma possui coordenação, eleita em assembleia, de acordo com o regimento interno, e um conselho regional. Há ainda algumas CPT's que possuem uma coordenação ampliada, mas segundo a própria Comissão, todas se articulam com a Regional da CNBB a qual fazem parte (CPT, 2015). Vamos analisar o trabalho no combate ao TEC, na regional Araguaia-Tocantins. Escolhemos essa regional pelo recorte espacial de nosso objeto. Neste momento, vamos fazer um panorama geral da atuação das CPT's no Brasil, com base em seu relatório de atividades de 2013, para termos uma ideia que o trabalho no Tocantins não ocorre de forma isolada.

Apesar de haver denúncias sobre o TEC desde 1971, na carta de D. Pedro Casaldáliga, foi apenas em 1979 que se começou a noticiar, no Boletim da CPT, uma situação de Trabalho Escravo. Essa ocorrência foi em uma fazenda de café, em Machado (MG). A partir de 1989, as denúncias e combates a essa ilegalidade passaram a ser centrais nesta pastoral. Elas se concentravam na Amazônia, nas regiões dos grandes projetos agropecuários incentivados pela SUDAM.

Desde 1997, a CPT articula uma campanha nacional contra o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC), com os objetivos de dinamizar e coordenar ações de prevenção e

combate assumidas pelas suas equipes, investir nos espaços de debate e formulação de políticas públicas relevantes e produzir dados e análises.

No campo do atendimento direto aos trabalhadores, um trabalho central é o recebimento e encaminhamento das denúncias realizadas por eles. É o que, no relatório da campanha de 2013 está intitulado “Atendimento e mobilização às vítimas”. A denúncia é registrada e enviada aos órgãos especializados para apurações. Com essas denúncias foi possível a criação de algumas políticas públicas, que veremos com mais detalhes no capítulo 5. Vamos observar a importância dessas denúncias quando analisarmos a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No ano de 2013, a CPT recebeu 197 denúncias de TEC (CPT, 2013). Um exemplo foi o que ocorreu em Cuiabá- MT. No início do segundo semestre desse ano, a CPT/MT realizou uma visita aos trabalhadores cortadores de cana da Usina Pantanal e distribuiu material da campanha. No dia 17 de dezembro, recebeu denúncia, por meio da CPT Maranhão, de que 450 trabalhadores maranhenses haviam sido demitidos pela usina, estavam sem receber salários e em condições de trabalho precárias, sem alojamento e sem alimentação de boa qualidade. A CPT/MT colaborou na organização dos trabalhadores para pressionar o administrador da usina. Os trabalhadores chegaram a ocupá-la durante dois dias. Em cinco dias de negociação, todos os direitos trabalhistas foram pagos.

Seguindo o trabalho com as denúncias, a CPT, além de receber e encaminhá-las para os órgãos, realiza formação com as comunidades de como se deve denunciar e para onde encaminhar as denúncias. No Tocantins, no ano de 2013, foi realizada, durante dois dias, formação com 25 jovens do Centro cultural Casa da Capoeira. O objetivo foi criar um grupo de vigilância. Em um primeiro momento, houve o estudo de textos sobre a escravidão, seguido de estudo de casos reais de TEC, para depois analisar a ficha de denúncia (como identificar e para quem enviá-la). Uma parte desse grupo integrou a manifestação ocorrida em janeiro, que vamos analisar mais à frente.

Em relação à formação da consciência dos trabalhadores, o trabalho desta pastoral independe de sua linha de ação. Já na sua 4ª Assembleia, em 1983, comprometeu-se a despertar, em nível nacional, a consciência de que os grandes projetos que estão sendo implementados no país têm como objetivo atender aos interesses globais.

Já no Rio Grande Sul, podemos observar a declaração de um trabalhador que foi atingido pela usina de Itaipu. Ele revela sua experiência com a CPT na luta pela preservação

de direitos. Conta que o principal e único apoio na luta veio da CPT, na década de 1980. Os agentes faziam reuniões, ouviam os trabalhadores e pensavam em uma saída junto com eles. Foi a única maneira de se organizar. E o trabalhador diz textualmente:

Por aí eu comecei a ver minha vida, a ter uma visão mais ampla da sociedade e comecei a ver a importância da união e da organização dos trabalhadores. [...] sempre meu ponto de referência foi a CPT. Quando a gente precisava de assessoria, ligava para a CPT pedindo informações, material e orientação (POLETTTO; CANUTO, 2002, p. 30).

O relatório da CPT ainda demonstra que no segundo semestre de 2013 foram proferidas palestras para trabalhadores e sindicatos sobre avanços e impactos do eucalipto e as irregularidades trabalhistas em Ananás, Darcinópolis e Nova Olinda. Atividade importante, já que nessa região do Tocantins tem-se desenvolvido o monocultivo do eucalipto baseado em TEC e no desrespeito a direitos trabalhistas. Na CPT do Piauí, foram realizadas cinco palestras nas comunidades do município de União, onde 179 trabalhadores, em risco de aliciamento, foram prevenidos com a orientação sobre seus direitos e as consequências do TEC.

Essa formação atende a vários sujeitos e possui a finalidade de formar uma rede de combate. Na Bahia, no segundo semestre de 2013, foi realizada uma oficina com professores da escola Maria Joaquina, em Ibotirama, os quais se comprometeram a ajudar na articulação da campanha no município. No Tocantins, na cidade de Porto Nacional, foi realizada uma oficina de capacitação para servidores do CRAS/CREAS de 14 municípios, com 34 participantes. Isso foi resultado de uma parceria entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal e a Secretaria de Defesa Social do estado. Ainda, no segundo semestre de 2013, foi realizada palestra para alunos do Ensino Médio da escola do SESI sobre o TEC.

Em Mato Grosso foi realizado um seminário sobre tráfico humano, visando preparar as comunidades para a campanha da fraternidade, que em 2014 teve esse tema. Esse debate é de grande importância para a formação da consciência da classe trabalhadora e da sociedade, porque dentro desse tema está o TEC e, nesse trabalho, milhões de religiosos brasileiros se informaram sobre esse assunto.

No Tocantins, agentes de saúde assumiram a iniciativa de prevenção nos bairros, distribuição de material da campanha e tornaram-se referência, na comunidade, no combate ao TEC. No Mato Grosso, em setembro, no grito dos excluídos (manifestação que se realiza

após o desfile de sete de setembro em todo o país), foi realizada uma capacitação com 30 professores das redes municipais (ato teve apoio dos professores).

Além dessas ações, os agentes da CPT têm cobrado políticas públicas de combate ao TEC em todo o país. Isso faz parte da história de luta da CPT. Várias políticas que existem hoje foram resultado dessa luta. Não discutiremos essa atuação com detalhes, pois isso será feito no capítulo 5. A CPT esteve na luta pela formação do Fórum Nacional Contra a Violência, quando dele saiu a proposta de criação de Grupo Específico de Fiscalização do TEC, o GEFM. Hoje ela atua na Comissão Nacional de Erradicação do TEC (CONATRAE), que faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, assim como das comissões estaduais (COETRAE), sendo que no Tocantins, a CPT é bastante atuante.

Outra ação importante da CPT é a documentação e sistematização de dados sobre os conflitos no campo. Um resumo dessas informações é publicado nesses cadernos, disponíveis no site da CPT. A partir de agora, vamos analisar essa atuação com mais detalhes.

4.4 A CPT documenta o Trabalho Escravo Contemporâneo

O Brasil é um país que tem um banco de dados considerável sobre a problemática do trabalho escravo. Apesar de nenhum deles ser completo, vamos partir dessas informações para termos um panorama do problema no Brasil e no Tocantins. Há pelo menos duas fontes de informações sobre essa violação, elaboradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados do MTE, expostos no site desse órgão, datam de 1995 a 2013: a contabilização do número de pessoas resgatadas, de imóveis fiscalizados e de indenizações pagas aos trabalhadores. Todavia, os dados por estado somente se encontram disponíveis de 2008 até 2013. Não havendo informações sobre a situação nos municípios. A fonte desses dados são as próprias fiscalizações realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do MTE.

Já a CPT tem documentado os conflitos no campo desde o final da década de 1970, todavia, essas informações somente começaram a ser publicadas anualmente, em forma de cadernos, a partir de 1985 (CPT, 2004). Estão disponíveis no site dessa organização todas as publicações entre 1985 e 2013.

Com a leitura de todos esses cadernos, e a reflexão sobre os dados e categorias neles publicadas, fomos construindo a periodização das informações. Um primeiro corte foi pelo surgimento legal do estado do Tocantins ter-se dado a partir de 1988. Como a nossa pesquisa

nacional tem uma razão de ser no sentido de comparar com o TEC no Tocantins, não poderíamos analisar os dados antes de seu surgimento. Outra questão nos fez delimitar mais ainda: as informações, de 1989 até 1991, não eram regulares quanto à quantidade de pessoas que foram libertadas nos estados brasileiros vítimas de TEC. Em 1991, por exemplo, esses dados sequer foram publicados. Houve regularidade a partir de 1992. Desse período até o último caderno, publicado em 2013, há a quantidade de pessoas por estado que foram libertadas por TEC.

Diante disso, dividimos a análise em dois momentos: 1992 a 2002; 2003 a 2014. Essa divisão se deu pela falta de uniformização na exposição de determinadas informações até 2003 e pela imprecisão de algumas das categorias expostas. De 2003 a 2014, isso muda, tornando mais viável a análise dessas informações na presente tese.

Encontramos outros problemas, como o fato de que em praticamente em toda a década de 1990 não se encontram dados sobre a libertação de pessoas no Tocantins, apesar de ele aparecer em outras categorias. A partir de 2002 é que há números ininterruptos quanto a essa categoria. Chegamos a pensar em nos limitarmos somente aos dados do século XXI, mas, depois, refletimos que seria interessante a comparação entre esses dois momentos para compreendermos porque há ausência de números do Tocantins a respeito. Assim, delimitamos a análise das informações à categoria conflitos trabalhistas referentes a dois momentos: de 1992 a 2002; 2003 a 2014. Delimitamos a segunda periodização a partir de 2003 pelo fato de que houve uma mudança e melhor sistematização dos Cadernos a partir desse ano, que permanece mais ou menos como está hoje. Em relação às informações de 2014, elas foram fornecidas pela base de dados da CPT Araguaia/Tocantins, porque os cadernos de 2014 ainda não haviam sido publicados quando do término de nossa investigação.

Outra seleção que fizemos foi que os dados apresentados necessitavam ter uma relação mais direta com o objeto dessa pesquisa, por isso vamos analisar, basicamente, dados referentes ao TEC, apesar de os relatórios terem uma diversidade enorme de informações.

No período de 1992 a 2002, limitamo-nos a analisar a quantidade de pessoas libertadas nos estados brasileiros, avaliando o fluxo e as regiões. De 2003 a 2014, além de repetirmos essas categorias, ainda analisamos outro conflito trabalhista denominado de superexploração do trabalho, e também o estudo sobre o TEC nos estados brasileiros. Fizemos ainda uma análise do número de pessoas libertadas por cidades, no estado do Tocantins. Nessa análise tivemos problemas por falta de uniformização das categorias publicadas nos cadernos, pois os dados por cidade foram publicados somente até 2007.

Assim, entramos em contato com o setor de documentação da CPT Araguaia/Tocantins e nos foram fornecidas várias informações de 2003 até 2014, não somente o número de libertados por cidade, como o gênero desses trabalhadores e o trabalho escravo por atividade. Essas informações enriqueceram ainda mais a nossa análise.

Outra questão importante esclarecermos é a diferença da fonte dos dados da CPT e os do MTE. Veremos, na exposição dos relatórios, desta pastoral, que seus dados vêm das informações passadas pelas regionais, advindas de denúncias de organizações colaboradoras e de notícias em jornais. Portanto, será comum a diferença de dados entres os dois órgãos. Poderemos utilizar os números do MTE, mas, predominarão as informações da CPT, pois é a partir delas que esta Comissão elabora seus planos de ações.

4.4.1 A CPT apresenta o Trabalho Escravo Contemporâneo em forma de números

É importante pensarmos sobre os Cadernos Conflitos no Campo, criados pela CPT, porque eles têm sido um dos instrumentos de construção de contra-hegemonia da classe trabalhadora. Esses cadernos são resultados da importância dada pela pastoral de documentar os mais diversos conflitos no campo, a partir da visão da classe trabalhadora. Isso não significa que há uma pouca qualidade dos dados apresentados, já que esse documento galga de respeitabilidade e é esperado, todos os anos, para verificarmos a situação do campo no Brasil.

No seu primeiro volume, 1985, disponibilizado no site, a justificativa em se preocupar com essa documentação é pelo fato de que os mais diversos setores da sociedade se voltaram contra os trabalhadores e seus direitos. Muitos aprovando a decisão dos fazendeiros de se armarem, atacarem e assassinares os camponeses e agentes pastorais. Diante dessa situação, era muito importante publicar, como denúncia, os conflitos de terra ocorridos no Brasil em 1985.

Tinha como objetivos centrais: a denúncia, em âmbito nacional e internacional, das graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais do Brasil e da atitude dos amplos setores do Estado e do latifúndio, que a própria CPT defende como aliados nesse momento histórico contra os oprimidos; noticiar, aos trabalhadores urbanos e a todas as pessoas, a violência contra os trabalhadores rurais; exigir do Estado o fim das milícias, jagunços, grileiros e fazendeiros; mobilizar as organizações e entidades de base para a

consciência e para assumirem a defesa dos trabalhadores; conchamar o povo brasileiro para se aliar na luta contra opressores (RECH, 1985).

Bem, com esses objetivos já delineados em 1985, esclarece-se a importância de dedicarmos alguns momentos à análise desses Cadernos. Compreendemo-los como instrumento de construção de contra-hegemonia da classe trabalhadora, já que eles tornam pública a violência física, psicológica e legal às quais os trabalhadores e trabalhadoras rurais estavam e ainda estão submetidos.

A partir dos cadernos de 1988, houve maior preocupação na exposição dos critérios de trabalho, pois há esclarecimentos das fontes das informações e de sua organização. Os dados apresentados seriam obtidos por meio de jornais de circulação nacional, boletins de entidades, publicações de sindicatos e de Igrejas, além das notícias que as regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia. Ficavam documentados os conflitos que tiveram alguma ocorrência durante o ano, os antigos somente figuram no relatório se trouxessem algum acontecimento novo ou se não houvesse sido dada a resolução ao caso. Nesse relatório, da década de 1988, as informações estão organizadas em dois grandes eixos: de terra; e os trabalhistas (CPT, 1989). Quanto ao primeiro, são compreendidos, como questões fundiárias, os conflitos referentes a:

- a) Possessórias (posse, uso e propriedade da terra);
- b) Renda ou foro;
- c) Pareceria;
- d) Meação;
- e) Intrusão em terras indígenas;
- f) Questões de barragens;
- g) Atividades extrativistas;
- h) Ribeirinhos;
- i) Dívidas bancárias que ponham risco a propriedade camponesa.

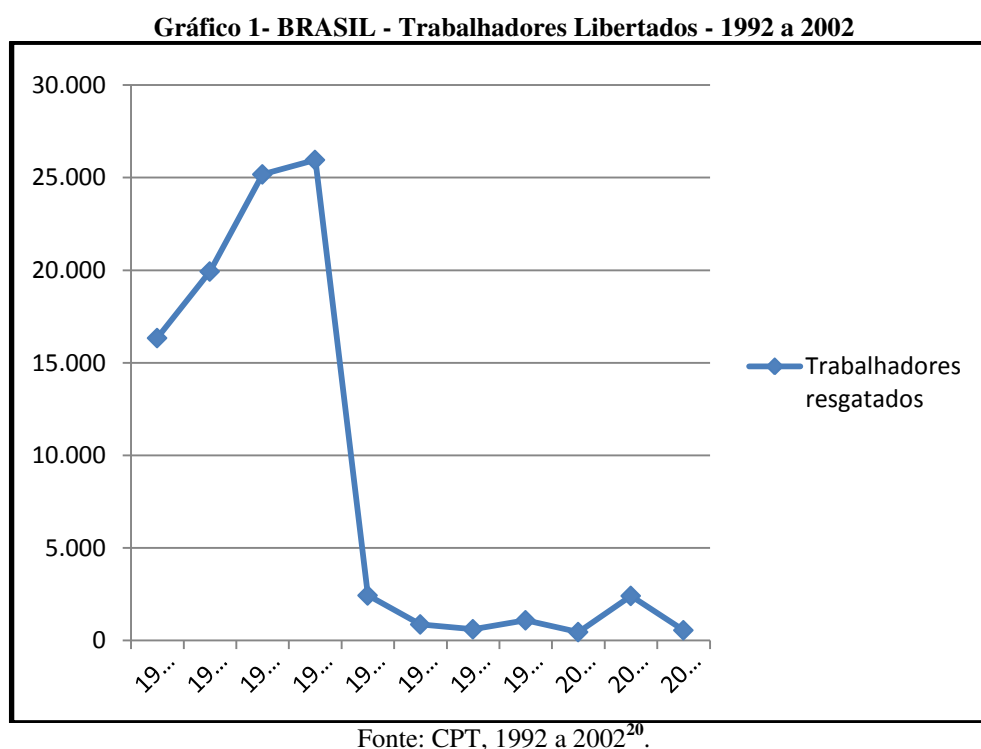
Quanto às questões trabalhistas, elas dizem respeito à relação trabalho, patrão e empregado: relações que desrespeitam as normas estabelecidas na CLT; ocorrência de trabalho escravo; escravidão branca, entendida nesse documento como o não pagamento de salários, regime de barracão, greves em usinas e plantações, etc.

Mas, além desses dois tipos principais, ainda se prevê nos critérios: questões sindicais - fraudes nas eleições, intervenção policial ou do ministério do trabalho, intromissão de

políticos e fazendeiros em sindicatos de trabalhadores rurais; questões de seca - dizem respeito aos saques, não pagamentos nas frentes de emergência ou as reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos; questões de garimpo - sobre a situação dos garimpeiros; Política agrícola. São muitos os dados e, por vezes, esses esclarecimentos ainda não trazem com exatidão as informações. Por exemplo, há tabela sobre conflitos de terra, e nela estão registrados os dados sobre a violência no campo contra a pessoa, depois outras tabelas da violência do campo referente à propriedade (CPT, 1989, p. 8).

O Tocantins registrou o assassinato de quatro vítimas, sendo um trabalhador e três posseiros, em novembro de 1988, nas cidades de Colmeia, Pedro Afonso e Lizarda. Na tabela sobre a incidência de trabalho escravo, este estado já se estabelece com a libertação de 250 trabalhadores. Mas, ao contrário dos relatórios mais recentes, esse não deixa claro se são pessoas libertadas das fazendas ou envolvidas com o conflito. O fato é que em abril de 1988, o relatório se refere a 250 trabalhadores da cidade de Peixe, na Usina Santa Tereza. O relatório segue com imprecisões, como por exemplo, reporta-se, na categoria trabalho escravo, a trabalhadores rurais, peões e boias-frias, mas não explica o que significa cada uma dessas categorias. No relatório de 1991, inicia-se a exposição de informações sobre trabalho escravo somente por região. A região norte, onde se situa o Tocantins, aparece com 620 pessoas escravizadas, o menor número entre as regiões, e apenas 08 fazendas como fiscalizadas (CPT, 1992, p. 49).

Embora já tenhamos registrado anteriormente, gostaríamos de lembrar que todos os gráficos e tabelas que constam neste trabalho foram organizados pela autora, em 2015, a partir de dados obtidos nas fontes que constam em cada ilustração.

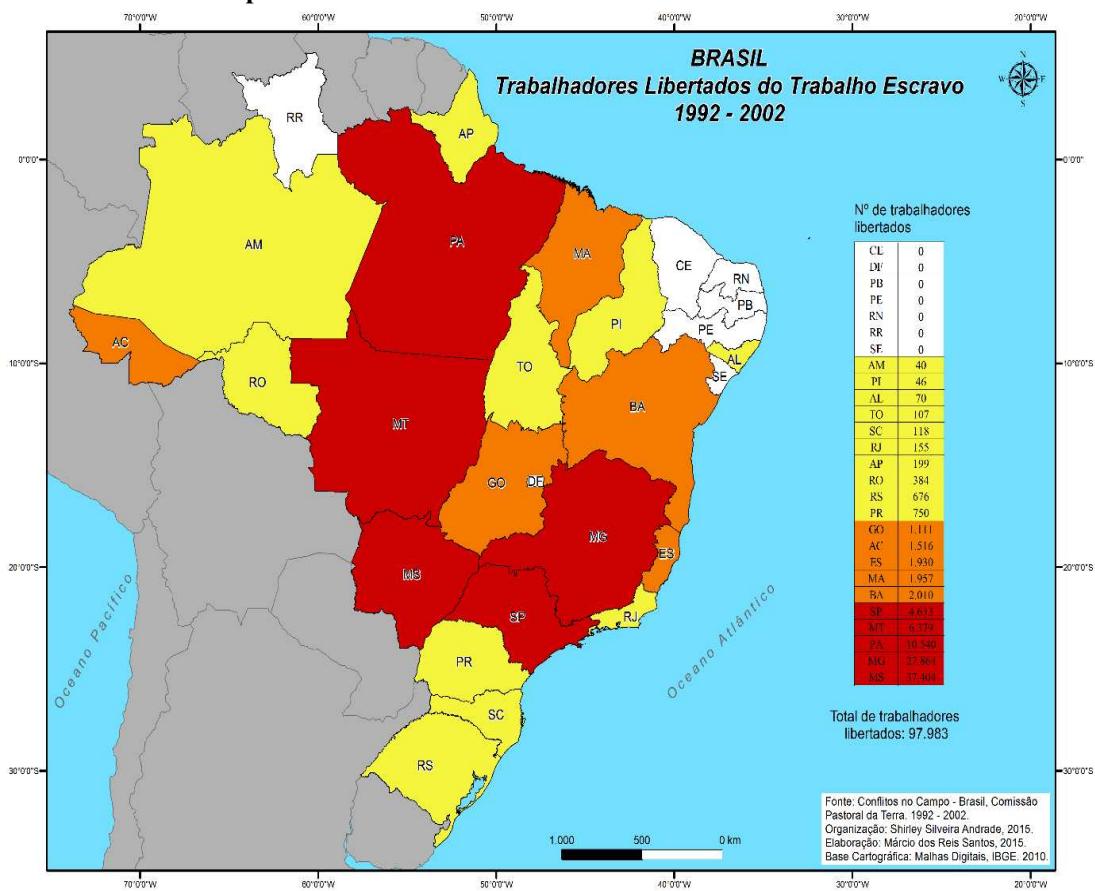


No gráfico 1, observa-se um grande número de trabalhadores no TEC, que decresce muito a partir de 1995. Vamos analisar melhor essa situação mais à frente. Em relação ao Tocantins, há uma oscilação grande sobre a presença estatística de conflitos trabalhistas. Nos relatórios da CPT, ele está ausente de 1992 a 1999, reaparecendo somente em 2001. Nos relatórios, de 1989 a 1991, não aparecem dados por estado, somente por região, e no de 1990, o Tocantins segue ausente referente ao tema trabalho escravo.

Podemos observar no mapa 1 que o Tocantins aparece com um número pequeno de trabalhadores nesse período. O gráfico 2 revela uma concentração grande na região centro-oeste e sudeste, principalmente, como veremos nos relatórios, pelas carvoarias no Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais. Inclusive, no gráfico 1, observamos como houve um grande número de trabalhadores libertados entre 1992 e 1995. Nos Cadernos Conflitos no Campo, isso é quantificado nas carvoarias de estados do centro-oeste e sudeste que tiveram milhares de trabalhadores de suas fazendas libertados.

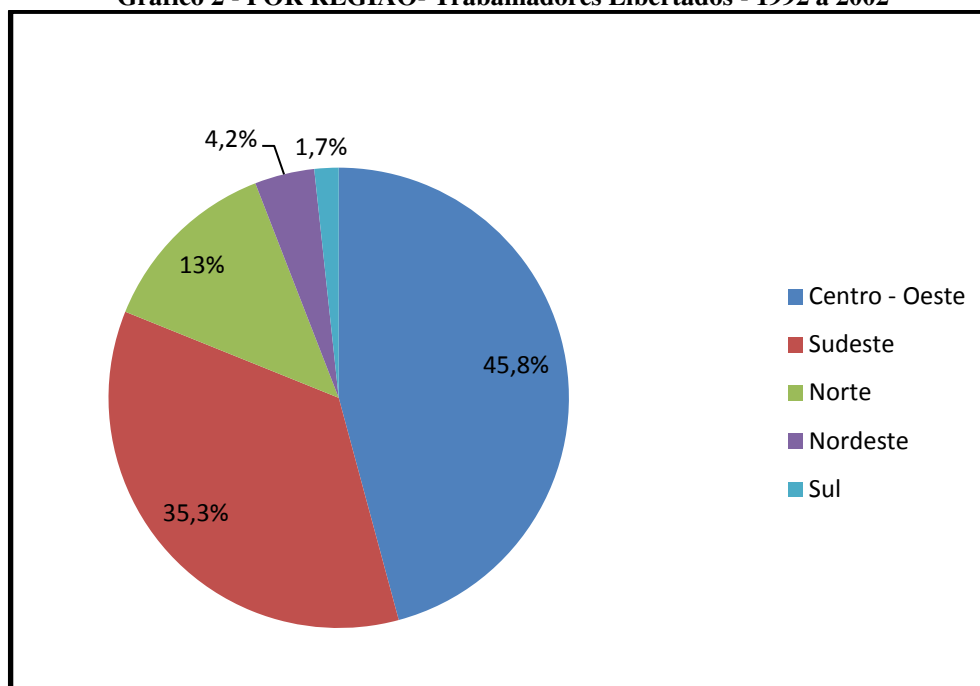
²⁰ Todos os gráficos foram organizados por Shirley Silveira Andrade em 2015.

Mapa 1- BRASIL - Trabalhadores Libertados - 1992 a 2002



Fonte: CPT, 1992-2002.

Gráfico 2 - POR REGIÃO- Trabalhadores Libertados - 1992 a 2002



Fonte: CPT, 1992 a 2002.

Em 1994, o relatório traz, já na apresentação, uma explicação sobre o conceito de trabalho escravo. Segue esclarecendo que suas fontes de dados são as declarações e informes de 20 regionais da CPT, depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais. Além disso, apresenta uma lista dos jornais dos quais retira os dados. No Tocantins, há dois jornais listados: O Estado do Tocantins e O Pote-da CPT em Paraíso (CPT, 1995, p. 61).

Importante observarmos qual o conceito que esta Pastoral se utilizou para enquadrar a situação de trabalho escravo. Relembremos que ainda estamos antes da reforma do CPB, onde o artigo 149 era muito genérico e não tinha um conceito preciso sobre TEC. Neste relatório, defende-se que o elemento central para caracterizar essa violação é a sujeição à qual é submetido o trabalhador. Essa sujeição é atingida por diversos meios. O mais utilizado é através de uma dívida impagável e crescente. A dívida começa com a contratação pelo gato, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para sua família. Ao chegar à fazenda o peão é obrigado a pagar sua condução, alimentação e a comprar seus instrumentos de trabalho. Além disso, há situações onde há a presença de pistoleiros ou vigias armados para impedir a fuga do estabelecimento. Há ainda maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto (CPT, 1995, p. 67). Foi um conceito extraído das relações de exploração da prática. Em entrevista, Frei Xavier, agente da pastoral e

coordenador nacional da campanha de combate ao TEC, afirmou que o conceito utilizado pela CPT foi o construído pelos casos que chegavam até eles.

No relatório de 1995, o Tocantins ainda segue fora das estatísticas de trabalho escravo, apesar de estar em outras tabelas. Os dados desse relatório revelam um momento de delicadeza em relação aos trabalhadores naquele estado: 21 receberam ameaça de morte, dentre eles um advogado da CPT e vários outros posseiros, cujas ameaças, em sua imensa maioria, vieram de fazendeiros da região; houve 02 tentativas de assassinatos; e ainda, 02 homicídios consumados, nas cidades de Colmeia e Natividade (CPT, 1996, p. 35-42). O Tocantins segue fora da tabela referente aos casos de trabalho escravo. Dentre os estados da região Norte, encontramos apenas o Acre e, novamente, o Pará. Outra vez, há uma concentração nas carvoarias de Minas Gerais, em Mato Grosso do Sul e uma fazenda em São Paulo.

No relatório de 1996, foi criada uma nova categoria: a violência contra menores, nela, o Tocantins aparece com a presença de um assassinato e duas ameaças de morte. Depois, um quadro de violência trabalhista contra menores no campo. Essa categoria é dividida em: trabalho escravo; desrespeito aos direitos trabalhistas; e, morte em acidentes. Na região norte, o Tocantins aparece com nove casos de trabalho escravo e duas mortes por acidentes, enquanto no Pará, havia nove casos de trabalho escravo (CPT, 1997, p. 57).

No relatório de 1998, inicia-se uma categoria dentro dos conflitos trabalhistas, que é a de Superexploração. Os dados apresentados seguem sendo conflitos de terra: os conflitos trabalhistas, de seca, sindicais, política agrícola. Os conflitos trabalhistas passaram a se dividirem em: desrespeito trabalhista, superexploração e trabalho escravo (CPT, 1999).

O **desrespeito trabalhista** tem como referência a legislação, especialmente ligada às condições de trabalho, tais como: impedimento de intervalo, repouso semanal, feriados, férias; assistência médica precária ou inexistente; alojamento inadequado; falta de estrutura sanitária; alimentação insuficiente ou de má qualidade; falta de meios para o aquecimento de comida; transporte inadequado; uso indiscriminado de agrotóxico e seu armazenamento em locais de possível risco para os trabalhadores; e falta de equipamentos de proteção individual (CPT, 1999, p. 71).

A **Superexploração** refere-se aos casos em que as horas de trabalho não pagas pelos trabalhadores excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Acontece na esfera salarial nos seguintes casos: atraso no pagamento, descontos ilegais, não pagamento de horas extras,

jornada de trabalho excessiva, horas extras além do permitido, não pagamento de FGTS, demissão sem pagamento de indenização, não pagamento de adicionais de insalubridade, periculosidade, etc.. Geralmente isso vem ligado às condições de trabalho que caracterizam o desrespeito trabalhista. (CPT, 1999, p. 71).

O **trabalho escravo** abrange a escravidão por dívida e o trabalho forçado, mas também cita jornadas extensas, ou seja, reporta-se aos casos de desrespeito a direito trabalhista (CPT, 1999, p. 71). Essa exposição demonstra como essas três categorias são confusas no relatório, elas passa a ficarem mais claras no relatório de 2003, que vamos tratar mais à frente. No relatório de 1998, há a presença de 10 ameaças de morte no Tocantins, quase todas na cidade de Piraquê, e, depois, Itapoã. E há também duas tentativas de assassinato. O Tocantins segue fora das estatísticas de trabalho escravo (CPT, 1999, p. 66-70).

Em 1999, seguindo, os mesmos critérios, o Tocantins já aparece nas categorias trabalho escravo, com 14 pessoas libertadas na Fazenda Pantera, em Bandeirantes. Há dois casos de superexploração em Arapoema e Brasilândia. Figura um assassinato de menor em Arapoema, duas ameaças de morte de menores em Couto Magalhães, mais ameaças de morte de três lideranças maiores (CPT, 2000, p. 70-78). No relatório de 2000, o Tocantins volta à ausência de estatística quanto aos conflitos trabalhistas, mas aparece com um assassinato em Araguacema. No relatório de 2001, ele volta a aparecer, tanto nos casos de TEC, com 45 trabalhadores libertados em Campos Lindos, quanto nos casos de Superexploração, com 36 pessoas como vítimas na mesma cidade (CPT, 2002).

Com a análise desses relatórios, passamos a nos perguntar por que a ausência do Tocantins, na década de 1990, quanto à estatística de TEC. Seria por não haver trabalho escravo na região ou por que não houve pesquisa a respeito? Com o estudo dos outros relatórios, pudemos perceber que houve investigação nesse período. Inclusive, o Tocantins aparece em outras categorias, como a dos conflitos de terra, mas não na categoria trabalho escravo. Indagamo-nos profundamente o porquê de não ter havido dados de TEC. Na verdade, praticamente não houve dados sobre conflitos trabalhistas nesse período, o que é curioso se levarmos em conta que essa região é de fronteira agrícola.

Na Tabela 4, de 1992 a 2002, o Tocantins não aparece dentre os 10 estados que mais libertam pessoas em situação de TEC. Entretanto, de 2003 a 2014, ele é o quinto. Situação curiosa.

Tabela 4 – BRASIL - Ranking dos Estados que mais Libertam Trabalhadores - 1992 a 2014

1992 a 2002	2003 a 2014
MS	PA
MG	MT
PA	GO
SP	BA
MT	TO
BA	MG
MA	MA
ES	MS
AC	PR
GO	RJ

Fonte: CPT, 1992 a 2014.

Sentimo-nos intrigados com essa oscilação e ausência do Tocantins nas estatísticas de trabalho escravo e de conflitos trabalhistas. O depoimento do atual advogado da CPT, que esteve por muitos anos como agente da pastoral, explica que a ausência de dados não significa a inexistência de TEC, mas o fato de que as pessoas não o reconheciam como tal. Nesse período, a campanha de combate ao trabalho escravo começou a se organizar através de materiais de informação distribuídos aos trabalhadores.

Muitos trabalhadores não tinham coragem de denunciar esse tipo de trabalho, pois acreditavam que não existia justiça para pobre e que os fazendeiros tinham privilégios com o Poder Judiciário. Ele segue explicando que, com o trabalho de informação e seminários a respeito do tema TEC, muitos começaram a entender que já foram ou continuavam sendo escravizados. Antes, os trabalhadores achavam normal o tratamento dos fazendeiros, tinham uma dívida moral para com os patrões e precisavam honrá-la. O trabalho dos agentes da CPT foi quebrando essa ideia e as pessoas foram acreditando ser possível denunciar e aguardar a fiscalização para que fossem pagos seus direitos. No Tocantins, depois de muito trabalho de formação e informação, começaram a entender que a situação de exploração, enganação e regime de escravidão eram comuns na região, revelou o atual advogado. Não é que não existisse trabalho escravo, segundo o advogado, o problema era que:

- a) as pessoas tinham medo de denunciar;

- b) não acreditavam na justiça;
- c) não sabiam para quem recorrer.

Depois desse período, a campanha articulou diversos segmentos da sociedade e ampliou o raio de conscientização de seus direitos. Começaram, então, a serem registrados os primeiros números de TEC no Tocantins. Além do mais, a presença do Grupo Especial de Fiscalização Móvel nas fazendas denunciadas, implicando na libertação e acertos dos direitos trabalhistas, fez com que os trabalhadores perdessem o medo de buscar seus direitos.

Quando entrevistamos o coordenador nacional da campanha de combate ao TEC, da CPT, que trabalha em Araguaína-TO, ele revelou que já a partir de 2002 e 2003 eles foram surpreendidos pela avalanche de casos de trabalho escravo, detectados no próprio estado do Tocantins, quando trabalhadores começaram a se identificar como as próprias vítimas desse sistema. Esses trabalhadores começaram a localizar onde podiam fazer as denúncias. Começaram a lutar ao perceberem que havia uma possibilidade de mudança e de saída desse sistema. Então, a partir de 2003, e, principalmente, de 2005 em diante, o Tocantins esteve entre os quatro estados que lideravam o ranking nacional no que diz respeito no número de denúncias e de trabalhadores envolvidos e libertados.

Entendemos que essa ausência e oscilação davam-se em decorrência de que os próprios trabalhadores não se reconheciam como escravos. Não havia estatísticas e nem fiscalização, justamente, por que faltava a denúncia. A inserção do Tocantins nos dados de trabalho escravo foi resultado da construção de uma nova cultura sobre TEC, por parte das ações da CPT e do próprio governo federal, conscientizando os trabalhadores de que aquelas condições de trabalho não se figuravam dentro da normalidade. Isso foi resultado da elevação do nível de consciência dos trabalhadores escravizados.

O relatório de 2003 tem uma importância grande na organização de dados, pois é a partir dele que houve a sistematização e rotina dos dados apresentados, o que possibilita quantificá-los. Na exposição da metodologia deste relatório algumas questões são esclarecidas, mas outras ainda continuam com pouco esclarecimento. Nele, explica-se que a CPT passou a documentar esses conflitos pela necessidade de trabalhar uma série de dimensões.

Pela dimensão ética, a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa. Pela dimensão política, o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa, com segurança, assumir sua própria

caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história. Pela pedagógica, porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade. Pela histórica, porque todo o esforço e luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras. E, pela dimensão científica, porque o rigor dos procedimentos metodológicos e referencial teórico permite sistematizar os dados de forma coerente e explícita (CPT, 2004, p. 216). Essas explicações seguem mostrando o compromisso dos agentes da CPT com os trabalhadores.

Como nos outros relatórios, há uma preocupação com o esclarecimento dos critérios de pesquisa. A fonte seria primária e secundária. São levantadas informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, como movimentos sindicais, sociais, partidos, órgãos governamentais e Igrejas, declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além dos dados pesquisados nas regionais da CPT e enviados à Comissão Nacional. Assim, categorias foram criadas para exposição e há uma preocupação de delimitar a ideia de conflito. (CPT, 2004, p. 217).

Conflitos são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela água, terra, direitos e pelos meios de trabalho. Diante disso, as informações são registradas a partir desses conflitos. Conflitos por terra, entendidos como ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, como o acesso aos seringais, babaçuais ou castanhais. Conflitos trabalhistas, compreendidos como ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento salarial, manutenção de direitos, situações de sujeição, exploração e desrespeito às pessoas e aos direitos dos trabalhadores. Nesse item há a previsão de três tabelas: um referente ao trabalho escravo, outra pela superexploração e mais uma sobre desrespeito trabalhista. Conflitos pela água, que são ações de resistência para garantir o uso e preservação das águas. Conflitos em tempos de seca, ou seja, ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada. Conflitos sindicais que se referem às ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato dos trabalhadores contra as pressões, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados. Por fim, os conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado. Importante ressaltarmos que somente se fazem registros de conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras (CPT, 2004, p. 218-219).

No artigo de Antonieta e Esterici, presente nesse caderno, fica mais claro o conceito dos conflitos trabalhistas. Para identificação de trabalho escravo é preciso que na denúncia haja elementos que caracterizam cerceamento de liberdade, seja através de mecanismos de endividamento, pelo uso da força, ou pela situação de isolamento que impede a saída dos trabalhadores. Na superexploração, casos em que os trabalhadores são submetidos a condições extremamente precárias de trabalho e remuneração, com infrações graves da legislação trabalhistas, mas não se verifica a privação da liberdade. Já os casos registrados como desrespeito trabalhista, indicam o não cumprimento da legislação vigente, mas que não submetem o trabalhador a condições degradantes (VIEIRA, ESTERCI, 2004).

Nos relatórios, até 2007, os dados dos conflitos trabalhistas eram feitos por cidade, o que facilitava um panorama de diferentes localidades. De 2008 em diante, há uma apresentação muito resumida desses conflitos, representando-os por região e por estado. Em 2011, não aparece mais a categoria desrespeito a direito trabalhista. É importante ressaltarmos que ela ainda faz parte dos conflitos trabalhistas, como exposto na metodologia deste relatório, mas não é mais publicada nos cadernos. No relatório de 2012, essa categoria é excluída, sendo conceituado como conflito trabalhista os casos de TEC, superexploração e ações de resistência. Estes seriam protestos realizados pelos trabalhadores, reivindicando aumento de salário e manutenção de direitos. Como não houve uma uniformização dessa categoria, não foi possível trazer para a análise (CPT, 2013).

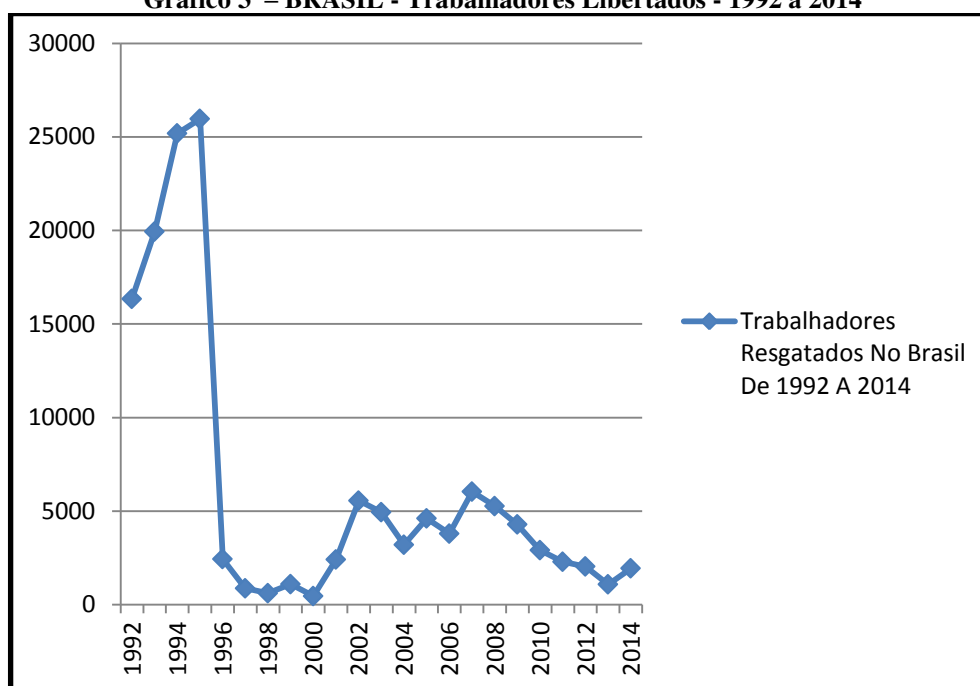
Outro ponto importante a salientarmos é que no relatório de 2011, pela primeira vez, é citado como conceito de trabalho escravo o que está previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Há referência expressa quanto a essa legislação, sendo repetido na metodologia dos demais relatórios. A CPT assumiu, expressamente, adesão ao conceito legal, o que é bem significativo como bandeira de luta (CPT, 2012).

Diante da oscilação de dados, delimitamos na análise do período entre 2003 e 2014 duas categorias de conflitos trabalhistas: trabalho escravo e superexploração do trabalho, que vamos analisar a seguir.

4.4.2 A CPT documenta informações mais recentes

A partir deste momento, refletiremos as informações que conseguimos, seja nos Cadernos Conflitos no Campo seja na base de dados de CPT Araguaia/Tocantins, referentes aos conflitos trabalhistas que já demarcamos.

Gráfico 3 – BRASIL - Trabalhadores Libertados - 1992 a 2014



Fonte: CPT, 1992 a 2014.

Podemos observar, no gráfico 3, há mudanças no número de libertados de 2003 a 2014, em relação à década de 1990. Conforme já discutimos, até 1995 havia um número muito alto de libertações, sendo responsáveis os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, com um número muito grande de trabalhadores libertados nas carvoarias. De 2000 até 2007, houve um aumento nesses números e uma regularidade na quantidade de trabalhadores resgatados. A partir de 2008, temos um declínio contínuo de número de libertações. Fato que nos intrigou. Perguntamo-nos: Esses dados demonstram que o TEC está diminuindo? Há algumas questões que precisamos analisar.

Quando entrevistamos os auditores fiscais no MTE do Tocantins, ficou muito claro que na política do governo Dilma houve uma redução considerável dos investimentos de combate ao TEC. Um desses auditores fiscais, bacharel em Direito, que já atuou no Acre, analisou que o governo tem tido um interesse tímido no combate ao TEC, haja vista o número restrito de auditores fiscais e a falta de infraestrutura: não há veículos adequados no Tocantins, faltam rádios de comunicação, celulares com rastreadores, e GPS. Em 1995, com os investimentos do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve investimento nessa estrutura, mas o governo atual tem deixado a desejar.

O que as ideias desse auditor deixam claro é que há uma maior dificuldade na realização das fiscalizações. Esse é um dos motivos apontados pelo advogado da CPT para a

diminuição das libertações. Há uma redução do número de libertações não necessariamente por que o TEC diminuiu, mas por que as equipes de fiscalização estão sem estrutura de trabalho, então elas não têm como atender às denúncias. O mesmo auditor analisa que as limitações da fiscalização torna vantajoso que o empregador assuma o risco do TEC. Muitos trabalhadores têm ido embora das fazendas por que houve demora no atendimento às denúncias, tendo em vista a quantidade de denúncias feitas.

Essa também é uma das avaliações do agente da pastoral, de 22 anos, responsável pelo tema do trabalho escravo, na CPT Araguaia-Tocantins. Em uma oficina com a juventude missionária da Igreja Católica, que vamos analisar mais a frente, ele revela que vários casos passam sem serem fiscalizados. Às vezes demoram três meses para a fiscalização chegar. Nesse período os trabalhadores não resistem e fogem, ou o patrão percebeu que aquela situação estava ficando muito fácil e expulsou os trabalhadores de lá, sem pagar nada, revela. O que vai gerando uma descredibilidade da fiscalização pelos trabalhadores. Se eles têm a coragem de denunciar e a equipe não vem, vão repensando a vantagem de colocar-se em risco.

O agente da pastoral indica ainda que está havendo uma readaptação dos empregadores à realidade. Analisa que houve uma queda na média de número de trabalhadores libertados a cada ano. Isso porque o TEC está se reconfigurando. Mesmo com problemas, as fiscalizações existem, então é preciso dificultar o enquadramento no TEC. Antigamente os fazendeiros contratavam duzentos trabalhadores, hoje, contratam dez, vinte, demitem-nos e daqui a um, dois, três meses, contratam mais dez. Essa rotatividade de trabalhadores objetiva burlar as leis trabalhistas, pois dificulta as denúncias.

Quando entrevistamos o coordenador nacional da campanha de combate ao TEC, que trabalha em Araguaína-TO, ele concluiu que o trabalho no campo está sofrendo alterações no decorrer dos anos. Por exemplo, a maneira de limpar pastos não ocorre somente através do trabalho manual, que é a base essencial do trabalho escravo. Os peões que vão roçar os pastos e fazer as cercas estão sendo substituídos por outros métodos, como o uso de produtos químicos e de maquinário. Além de estar havendo a transição da atividade de pecuária para outras atividades que muito pouco precisam do trabalho manual.

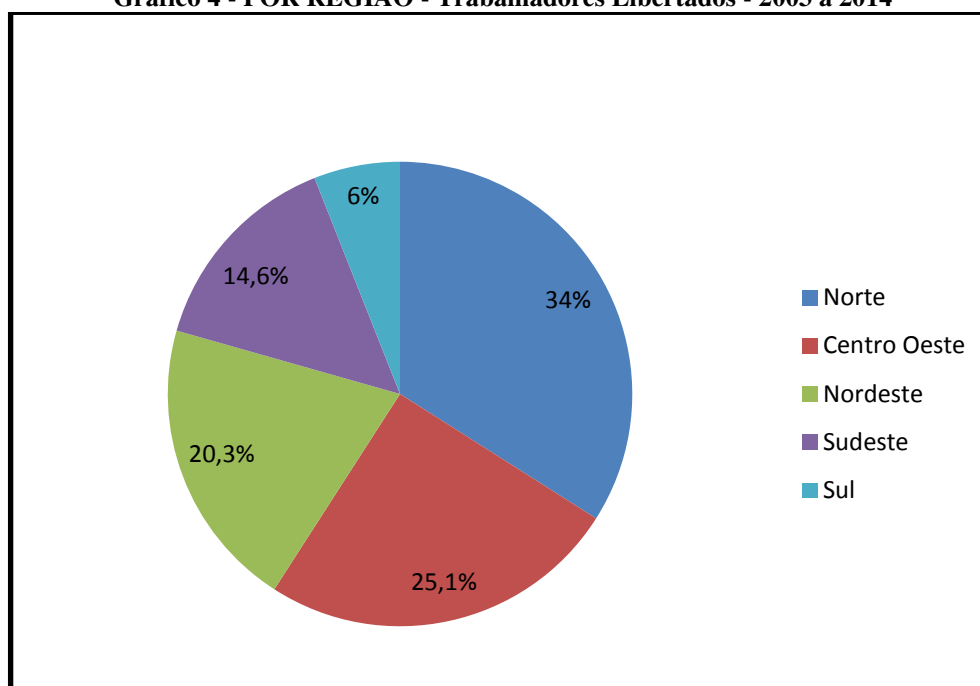
No Tocantins, muitos pastos estão sendo transformados em áreas de plantio de eucalipto ou de soja, como vimos no capítulo 1, e isso provoca uma mudança grande no emprego de trabalho manual e da mão de obra rural. Em contrapartida, muitos desses trabalhadores, ao não encontrarem um serviço no seu local de origem, reiniciam a migração

para os canaviais de São Paulo, nas grandes obras de Belo Monte, do Giral, em Rondônia, na construção civil em geral, nas obras da copa. Por isso, Frei Xavier defende que floresce atualmente no Brasil casos de trabalho escravo em estados onde não se suspeitava que existissem, e em atividades também aonde não se tinha notícia.

Portanto, essa redução no número de libertados demonstra a maior necessidade de políticas públicas. É preciso instrumentalizar melhor as equipes para realizarem as fiscalizações. Mas ela é ainda resultado da reconfiguração das relações de trabalho no campo.

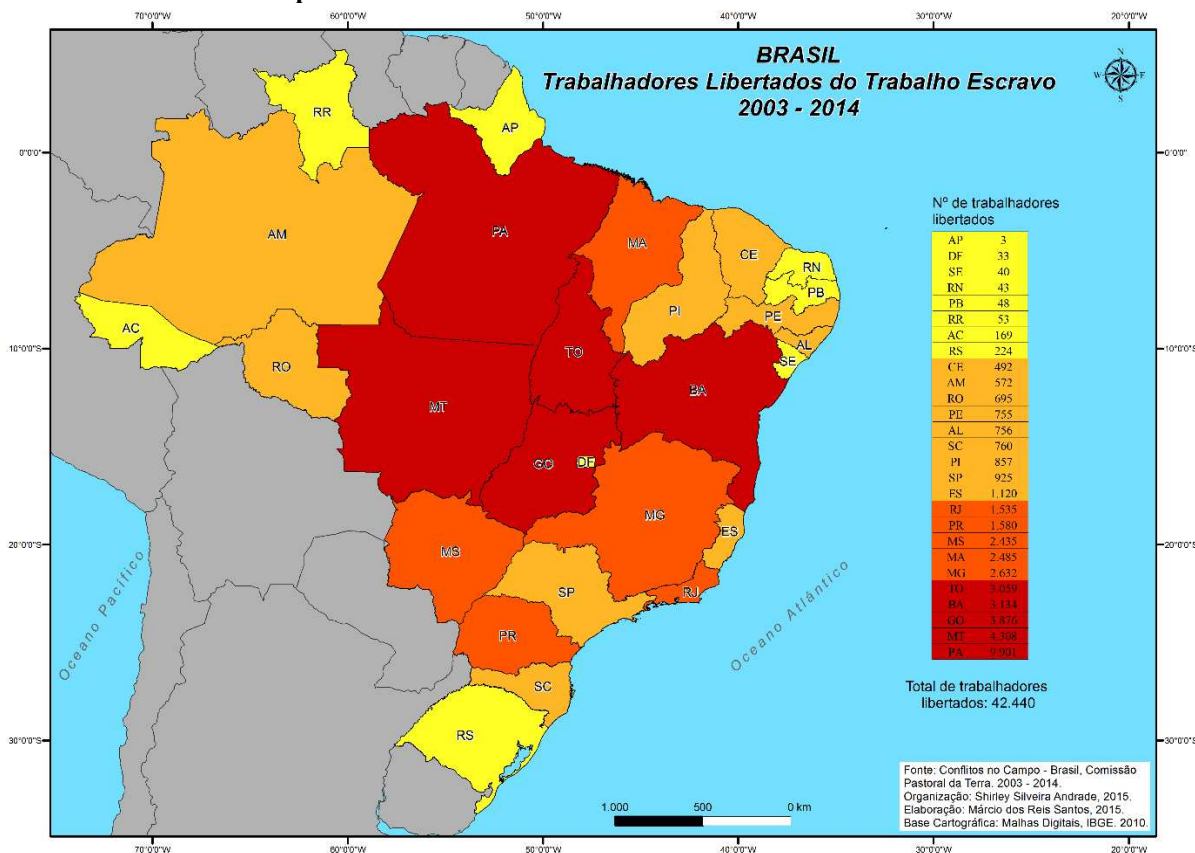
Outra diferença importante, que pudemos visualizar entre os dois períodos de análise, foi a concentração de trabalhadores libertados por região. O gráfico 4 mostra que a região norte, que ficava em terceiro lugar, agora está em primeiro em número de pessoas libertadas. A concentração antes era na região sudeste e centro-oeste. O Pará e o Tocantins são os estados mais responsáveis por essa posição. Como vimos na Tabela 4, na última década, o Pará se encontra em primeiro lugar no número de pessoas que mais liberta, o Tocantins, em quinto. O mapa 2 demonstra uma nova geografia do TEC nesse período.

Gráfico 4 - POR REGIÃO - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014



Fonte: CPT, CAMPO, 2003 a 2013.

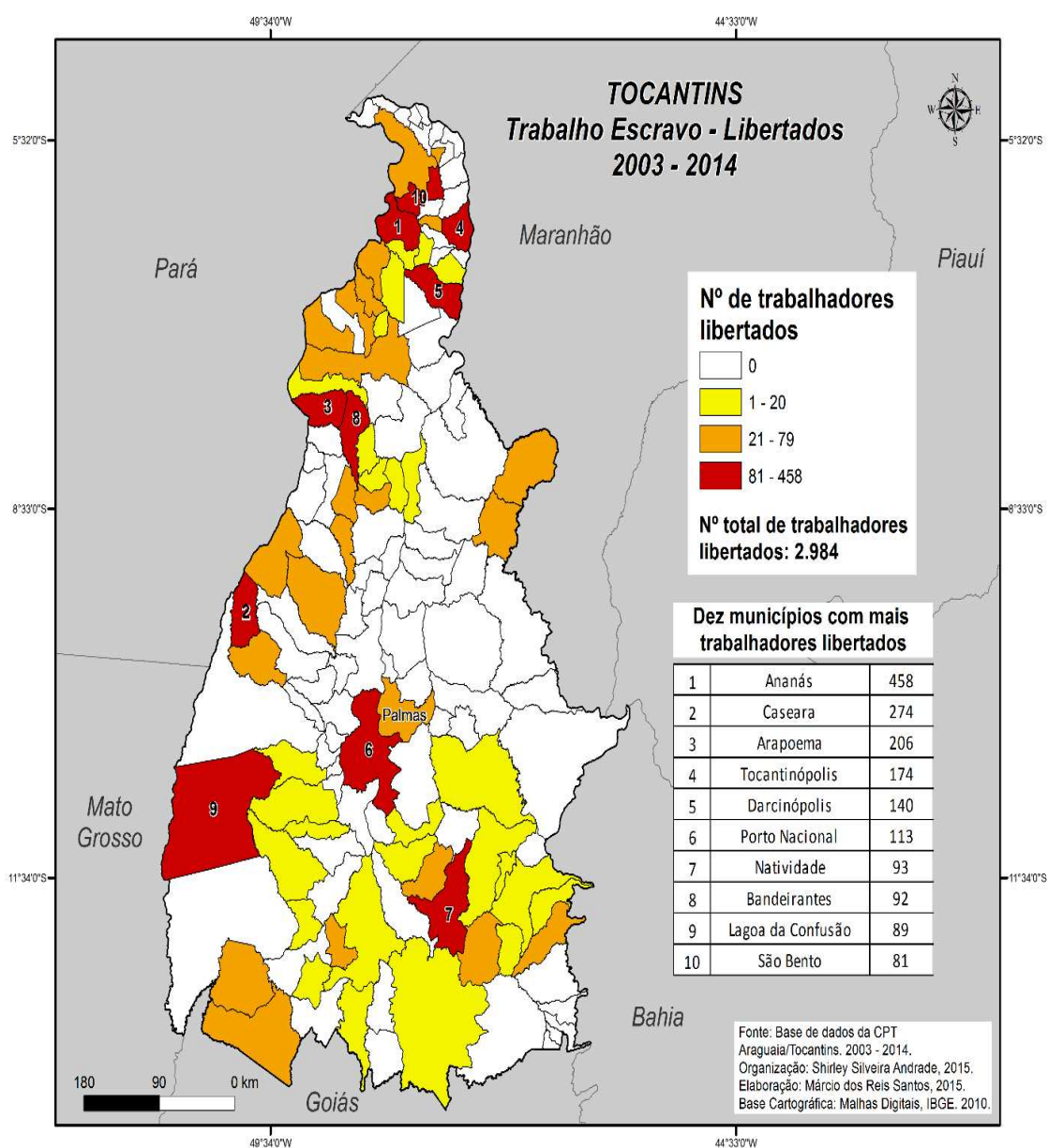
Mapa 2 - BRASIL - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014



Fonte: CPT, 2003-2014

No Tocantins, percebemos que essa concentração ocorre, principalmente, na região norte, chamada Bico do Papagaio, tanto em relação ao número de trabalhadores libertados quanto à quantidade de imóveis fiscalizados. Uma região que historicamente é foco de vários conflitos agrários. Observemos que dos dois grupos de municípios onde mais se libertam pessoas, a concentração é nessa região, apesar de que já vão aparecendo outras regiões e cidades, como Palmas e Porto Nacional.

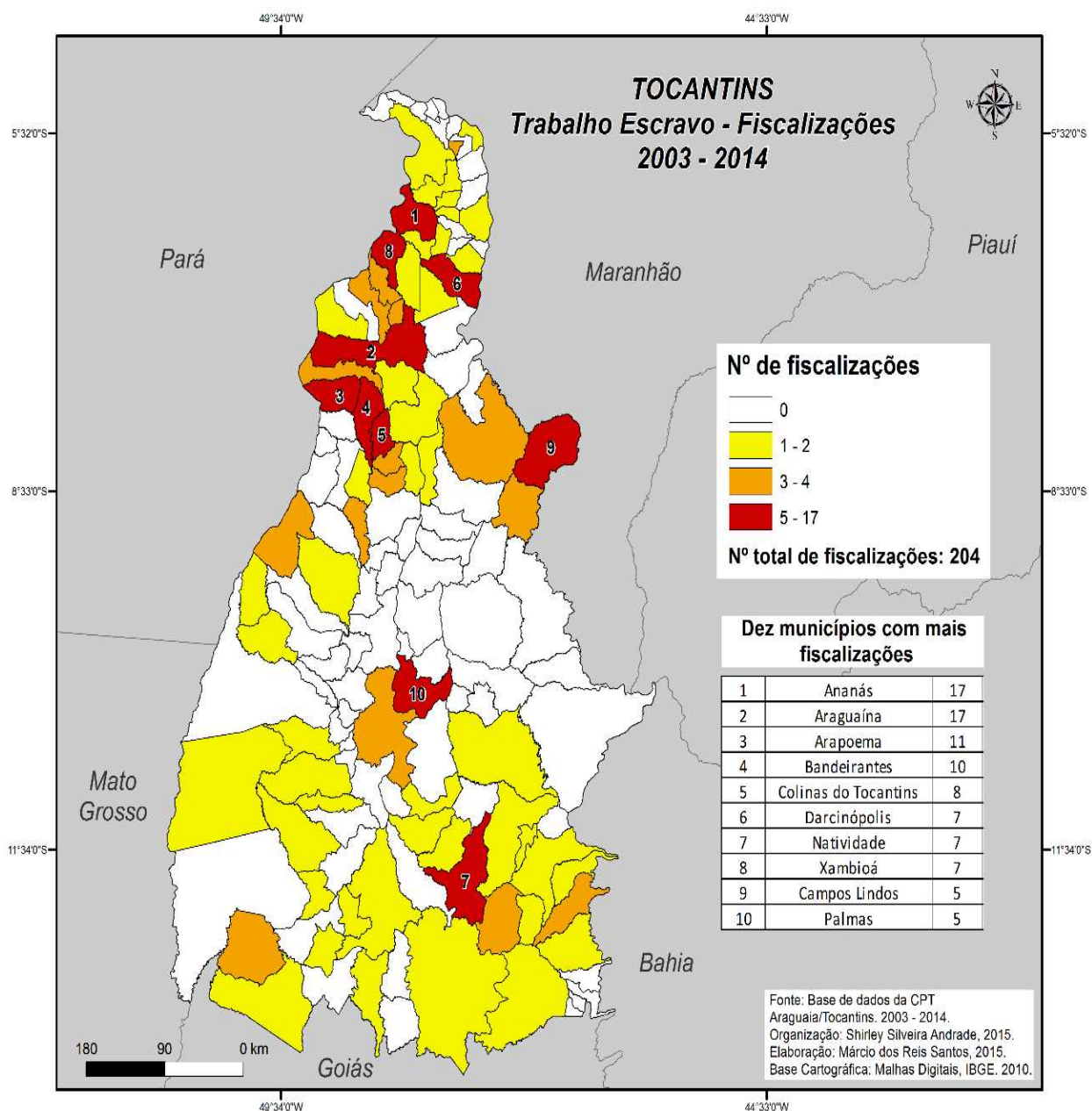
Mapa 3 – TOCANTINS - Trabalhadores Libertados - 2003 a 2014



Fonte: CPT, 2003-2014

Podemos observar como no mapa 4 se confirma o Bico do Papagaio como a região onde há mais fiscalizações. Dos 10 municípios onde houve maior número de fiscalizações, 07 são da região do norte do Tocantins.

Mapa 4 - TOCANTINS- Fiscalizações - 2003 a 2014

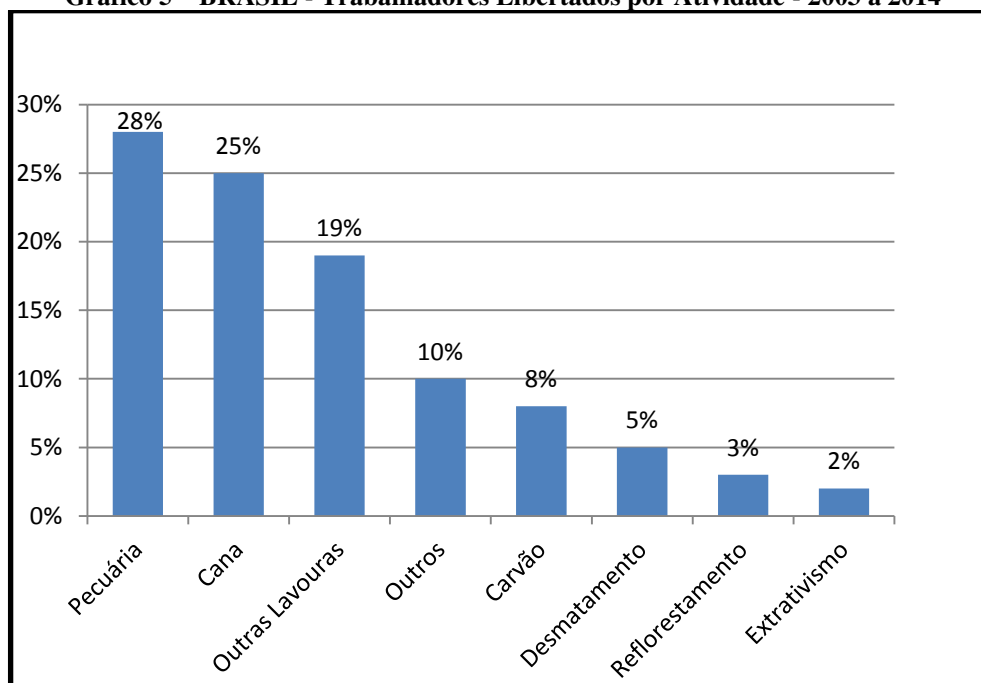


Fonte: CPT 2003-2014

Apesar de no período entre 2003 a 2014 termos uma nova geografia do TEC, há problemas que se repetem. A região centro-oeste segue em segundo lugar em número de trabalhadores libertados, como demonstra o gráfico 4. Um dos fatores importantes da localização do TEC nessas regiões é em que tipo de atividade ele tem sido utilizado. A pecuária é a atividade que mais recorre ao trabalho sob essas condições, pois objetiva utilizar os trabalhadores para a limpeza do pasto, o chamado roço da juquirá. São trabalhos onde a utilização da máquina tem mais dificuldade de chegar, ou é mais vantajosa a realização do serviço, a partir do barateamento da força de trabalho. O gráfico 05 demonstra que 28%

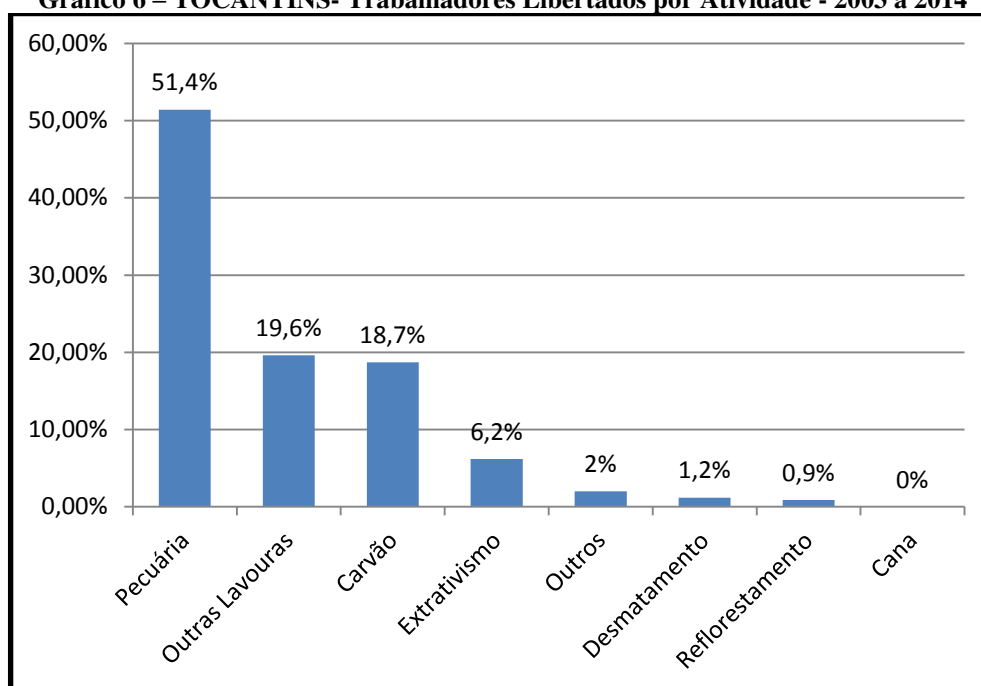
desses trabalhos são na pecuária. Em segundo lugar vem a cana, bastante utilizada na produção de agrocombustíveis.

Gráfico 5 – BRASIL - Trabalhadores Libertados por Atividade - 2003 a 2014



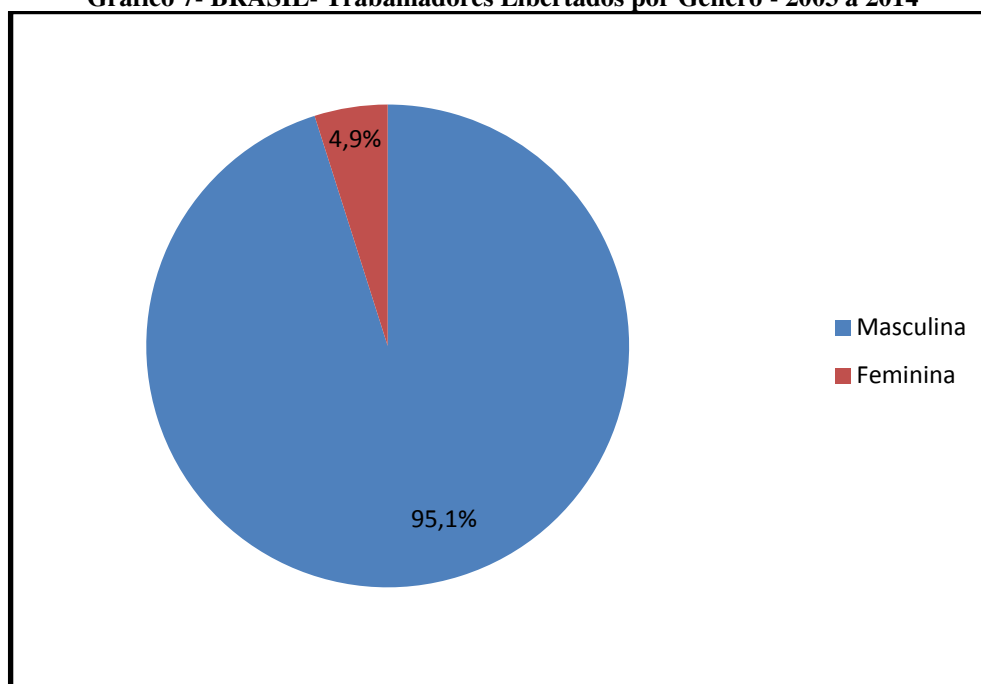
Fonte: Base de dados CPT Araguaia/Tocantins, 2003 a 2014.

No Tocantins, mais da metade da concentração está na pecuária, conforme o gráfico 6. Mas também há uma alta concentração em outras lavouras. A fazenda Santa Maria, em Marianópolis, por exemplo, contratou 45 trabalhadores para catar pedras e raízes de uma área que foi utilizada para o plantio de soja. E vimos no capítulo 1 o quanto este grão tem sido importante para o agronegócio local. O gráfico 6 ainda demonstra uma concentração da utilização de trabalho em condições degradantes no desmatamento. Isso ocorre porque há várias áreas no Tocantins de floresta que precisam ser derrubadas para atender aos interesses do agronegócio. A derrubada das árvores é fonte para a fabricação do carvão e é uma limpeza para a criação de gado e o plantio de grãos. Em pesquisa que realizamos nos relatórios do GEFM, em Tocantins, verificamos vários imóveis, como no caso da Fazenda Boa Sorte, em Sandolândia-TO, ou Fazenda Gerais I e II, em Crixás do Tocantins, que caminhoneiros eram beneficiados com o aliciamento, pois recebiam 50% do valor das cargas que eram dirigidas às siderúrgicas em Minas Gerais. Elas repassam diretamente o valor do frete da carga aos caminhoneiros. A principal siderúrgica beneficiada é a Ferro Gusa do Brasil Ltda. Essa fiscalização foi realizada em abril de 2012.

Gráfico 6 – TOCANTINS- Trabalhadores Libertados por Atividade - 2003 a 2014

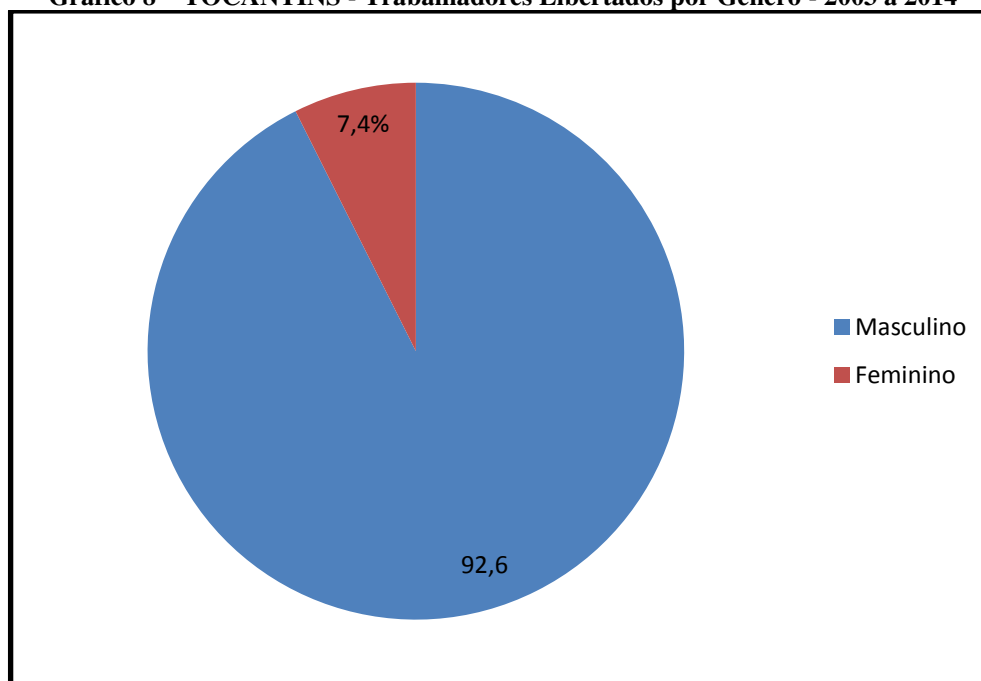
Fonte: Base de dados CPT Araguaia/Tocantins, 2003 a 2014.

Importante ressaltarmos que a população de trabalhadores libertados no campo é predominantemente masculina: 95,1% dos trabalhadores resgatados de 2003 a 2014, como mostra o gráfico 7, são homens. Em nossas pesquisas, observamos que, na maioria das vezes, as mulheres que são submetidas a essas condições de trabalho para serem cozinheiras dos trabalhadores.

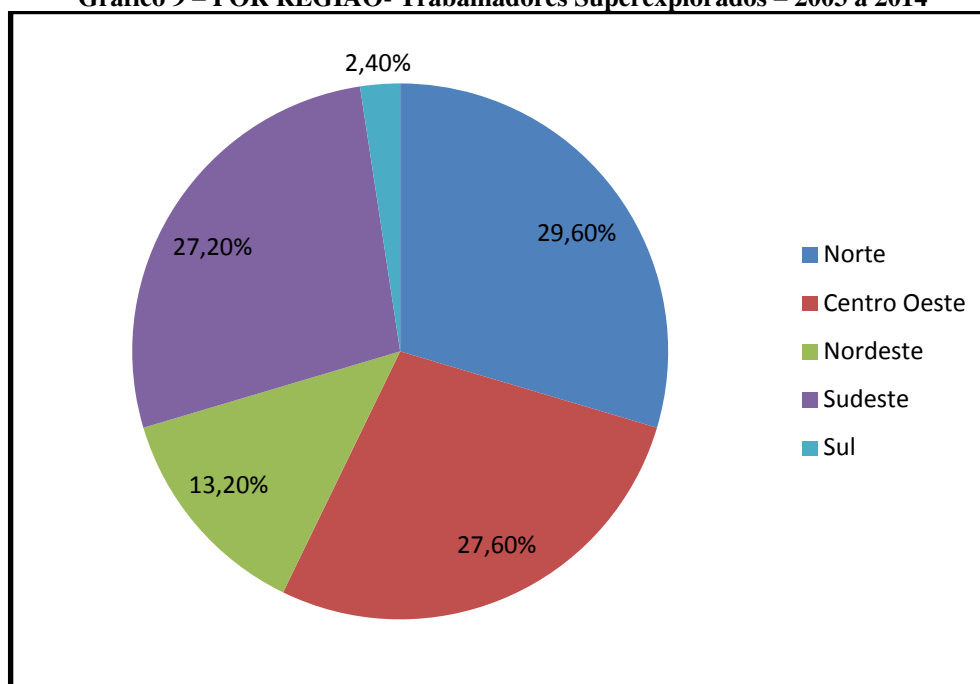
Gráfico 7- BRASIL- Trabalhadores Libertados por Gênero - 2003 a 2014

Fonte: Base de dados CPT Araguaia/Tocantins, 2003 a 2014.

Os dados nacionais se repetem no Tocantins, onde 92,6% da população libertada são do gênero masculino, conforme o gráfico 8. A escolha de gênero advém exatamente pelo tipo de trabalho que é realizado. Um trabalho braçal, como dizem os trabalhadores, que exige força física. Em pesquisa que realizamos nas fazendas do Tocantins, vimos que até havia presença de mulheres, mas elas eram cozinheiras ou vinham acompanhando seus maridos.

Gráfico 8 – TOCANTINS - Trabalhadores Libertados por Gênero - 2003 a 2014

Fonte: Base de dados CPT Araguaia/Tocantins, 2003 a 2014.

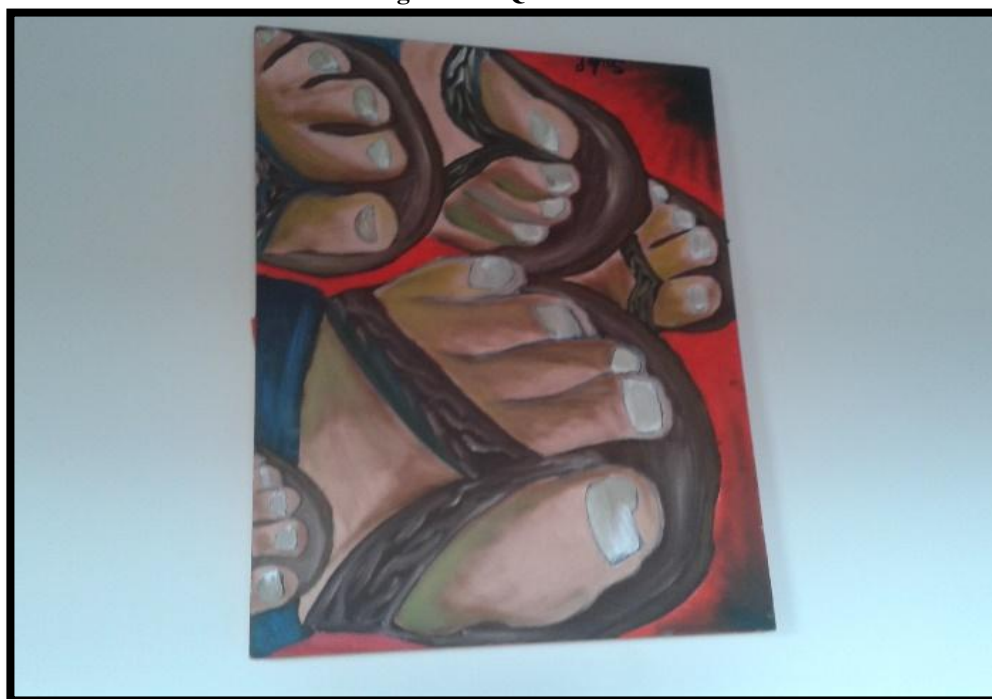
Gráfico 9 – POR REGIÃO- Trabalhadores Superexplorados – 2003 a 2014

Fonte: CPT, 2003 A 2014.

O gráfico 9 revela que a geografia do TEC se repete no tocante à superexploração de trabalho. As regiões com maior número de trabalhadores resgatados são aquelas onde há o maior número de trabalhadores superexplorados.

4.5 O Combate da CPT Araguaia/Tocantins ao Trabalho Escravo Contemporâneo junto à Sociedade Civil

Antes de continuarmos esta seção, gostaríamos de registrar que todas as fotos que compõem este trabalho são de Shirley Silveira Andrade, tiradas em 2015. Elas fazem parte do acervo da autora, construído durante a pesquisa. Assim, quando nominamos a fonte de cada fotografia estamos também indicando a sua autoria.

Fotografia 1– Quadro da CPT

Quadro que se encontra na sala da frente da sede da CPT
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Iniciamos este item com um quadro que se encontra na sala de entrada da sede da CPT Araguaia/Tocantins. Ele revela bem o caminho escolhido pelos agentes da pastoral dessa regional na CPT na luta pela terra em uma sociedade de classes antagônicas. Vejamos algumas das características dessa organização. A regional Araguaia/Tocantins trabalha em torno de 4 eixos: 1: Acesso à Terra; 2: Segurança na Terra, Desenvolvimento e Meio Ambiente; 3: Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo; 4: Fortalecimento Institucional. Focamos na pesquisa de campo e documental a atuação referente ao terceiro eixo. Todavia, como já discutimos no início deste capítulo, esses eixos não se excluem e o objetivo deles é a viabilização efetiva, digna de acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Portanto, a luta no eixo 1, por exemplo, está imbricada com as ações do eixo 3.

Segundo informações da própria regional, geograficamente, a partir dos anos 90, suas ações ficaram mais centradas em torno de Araguaína, uma ampla região que abrange as dioceses de Tocantinópolis e Miracema. Na região do Bico do Papagaio, norte do estado, onde historicamente verifica-se grande quantidade de TEC, o apoio se mantém através da atuação de agente, que dá suporte a grupos em luta pela terra, e por meio de ações e articulações específicas, principalmente contra os grandes projetos. Segundo o advogado da CPT, hoje essa regional conta com 10 agentes da pastoral, atuando sobre os mais diversos

eixos, com a distribuição em duas dioceses: Tocantinópolis, que fica mais ao extremo norte do estado e Miracema, que se localiza próximo à capital.

Fotografia 2 - CPT Araguaia/Tocantins



Sede da CPT Araguaia/Tocantins na cidade de Araguaína
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

A CPT Araguaia/Tocantins trabalha com 35 grupos, juntando 1.036 famílias de diversas categorias: sem-terra, acampados, atingidos por barragem e contra o avanço do agronegócio, comunidades tradicionais (posseiros, quilombolas), jovens, mulheres, e, trabalhadores sujeitos à exploração em condições análogas às de escravo.

Fotografia 3 - Sede da CPT Araguaia/Tocantins

Sala de atendimento aos trabalhadores
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Esta regional tem sete agentes liberados, uma administradora, além de três agentes voluntários, formando uma só equipe, com sede em Araguaína. Sua atuação é se destaca nas seguintes regiões: Araguaína, Colinas (um agente), Campos-Lindos (um agente) e Bico do Papagaio (um agente). Conta também com o serviço de um advogado. A Regional tem um Conselho, formado por agentes e representantes das dioceses de Tocantinópolis e Miracema, e uma Coordenação de três membros, eleitos de dois em dois anos, sem remuneração específica. Importante ressaltarmos que no trabalho referente ao TEC, temos apenas um agente especificamente. Há outro, que recentemente tem auxiliado nas ações junto à campanha nacional de combate ao TEC, mas apenas um agente tem se especializado nessas ações. Ele nos auxiliou muito no processo de pesquisa junto aos trabalhadores, mas não conseguiu nos conceder um horário para a entrevista. Frei Xavier também atua nesta regional, mas ele faz um papel de articulação mais externo com organizações internacionais e órgãos públicos. É com essa parca equipe, e poucas condições operacionais, que o trabalho é realizado.

4.5.1 A atuação da CPT frente à juventude missionária

No dia 16 de janeiro de 2015, ocorreu uma formação sobre TEC com um grupo de missionários da juventude católica da diocese de Tocantinópolis - TO. Fizeram-se presentes

14 jovens, em sua grande maioria, meninas, em média com 18 anos de idade. Importante ressaltarmos a presença de pelos menos três jovens que não fizeram parte da juventude missionária, mas que vêm acompanhando algumas ações da CPT de forma voluntária. Os agentes da pastoral também eram bem jovens, um com 22 anos e outro com 27. Antes de iniciar, pedi e obtive a autorização para gravar a formação. A manhã começou com uma música, cuja letra já aponta para uma perspectiva de ação e revela a necessidade do canto da justiça e da liberdade. Servir e seguir a Deus é agir, é falar sobre essa liberdade e essa justiça, viver para amar e para servir é cantar a justiça e a liberdade²¹.

Fotografia 4- Formação com a Juventude Missionária



Painel da CPT junto à bandeira da juventude missionária na sala D. Eriberto Hermes
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Uma vez terminada a canção, dois agentes da pastoral, que conduziram a formação, passaram a fazer alguns esclarecimentos. Iniciaram por explicar sobre a história da chácara onde aconteceu a formação. O agente, de 27 anos, explicou que essa chácara é propriedade da CPT, a Chácara Camaçari fica em um bairro afastado, em Araguaína. Nela, há uma casa onde vivem os seus cuidadores, chamada Casa D. Olinda. Uma homenagem à mãe do Padre

²¹ O refrão da música:

Eu vivo para amar e para servir!
Eu sou, sou profeta da verdade.
Canto a justiça e a liberdade.
Eu vivo para amar e para servir

Josimo, padre da linha da Teologia da libertação que teve grade atuação no Tocantins, e que foi assassinado, aos 35 anos, na década de 1980.

A chácara foi organizada com o objetivo de acolher pessoas de diversas organizações. Os agentes esclarecem que ela é aberta aos trabalhadores e à realização de eventos e retiros, então “não é uma propriedade nossa, é para promover a luta, encontros”, afirma. Há dormitórios com bons banheiros, já mobiliados com camas, capazes de abrigar até 24 pessoas. O nome escolhido para os dormitórios foi uma homenagem a Frei Tito, Dominicano que morreu durante a ditadura civil-militar. O agente contou que Frei Tito fez parte do grupo de estudantes de Teologia, assim como Frei Betto, que se contrapôs ao regime militar. Foi preso e duramente torturado. Exilado na França, não conseguiu libertar-se das alucinações da tortura e se enforcou.

Esclareceu ainda que o salão onde acontecia aquela formação tinha por nome salão Dom Eriberto Hermes, em homenagem a um Bispo que morou muito tempo no Tocantins e atuou junto à CPT, tanto contra o trabalho escravo quanto na luta pela terra. O mesmo agente informou que há um tranquilo rio e que as pessoas podem ir até lá na hora do almoço para nadar.

Fotografia 5- Formação sobre TEC na chácara Camaçari



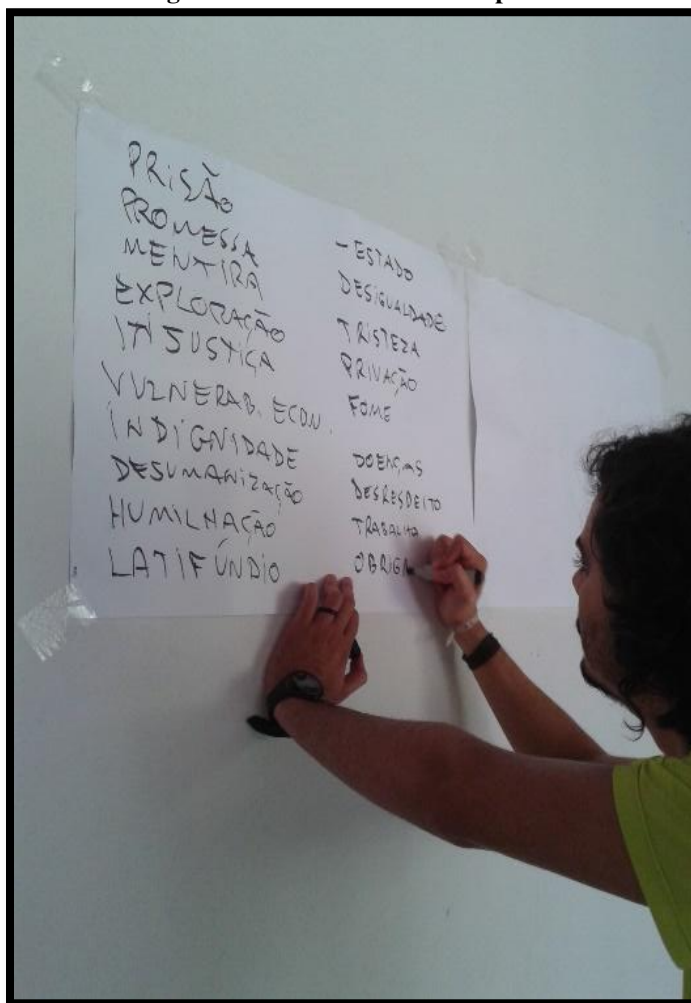
Momento de esclarecimentos no salão D. Eriberto Hermes
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Já com esses esclarecimentos podemos perceber que o lugar é cheio de mística, ele é simbólico na luta pela classe trabalhadora. A homenagem nos nomes é uma escolha de luta. A própria presença de homenagens é a necessidade de ir construindo um clima de escolhas dentro desse espaço. Além de ser um instrumento importante para alimentar as memórias das pessoas. Muitas não sabem sequer quem foi Padre Josimo. Já através dessas simbologias, é um caminho inicial para o despertar crítico discutido por Gramsci (1987), pois é a memória de uma história não contada e que a classe dominante tenta apagar, riscando dos livros essas personalidades. Com a inscrição dos nomes nesses espaços vai havendo um resgate de lutadores do povo e uma indicação crítica de que vários personagens, inclusive da Igreja Católica, optaram pela classe trabalhadora.

Fomos para uma dinâmica chamada chuva de palavras, conforme a fotografia 6. O agente explicou que a dinâmica era simples e que ele queria ouvir muitas ideias das pessoas. Perguntou se já havíamos tido algum contanto ou passado alguma experiência com o tema tráfico humano ou trabalho escravo. Afirmou que gostaria de ouvir todo mundo, até a mim, “a professora pode participar”, disse. Aquilo me incomodou um pouco, pois o que menos eu queria era a minha figura como central na formação. Eu percebi que em alguns momentos eles se reportavam a mim para que eu esclarecesse dúvidas durante a formação. Aparecem, no decorrer da análise desta pesquisa, alguns momentos em que fui citada para esses esclarecimentos. Tentei ao máximo passar por despercebida, mas em alguns momentos isso foi pouco possível.

O agente perguntou qual a primeira coisa que vem à nossa cabeça quando ouvimos falar “Trabalho Escravo”. Esclareceu que as pessoas iriam falando e ele anotando. “Eu quero uma chuva de palavras”, disse. A primeira palavra que surgiu foi prisão. As pessoas ficaram um pouco tímidas, e o agente da pastoral me incitou a falar também. Falei algumas palavras, mas ele insistia em me chamar de professora. Então eu pedi que me chamasse de Shirley. Em determinado momento, o agente da pastoral disse ao público que somente eu estava falando, então eu me calei, embora tivesse entendido que isso era somente para estimular as pessoas. Não houve nenhum constrangimento de ambas as partes e a formação seguiu com um bom relacionamento durante todo o dia. As pessoas seguiram falando as palavras, conforme mostrado na a seguir.

Fotografia 6- Dinâmica chuva de palavras



Agente da pastoral anota palavras ditas pelo grupo
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Depois, o agente da pastoral, de 22 anos, propôs que pensássemos em trabalho separado da escravidão e também proferíssemos outras palavras. E disse: “Então, se a gente fosse pensar trabalho separado de escravo, vocês acham que teria alguma relação? Pensar trabalho, depois escravo e depois juntar essas palavras. Trabalho separado, pensar só trabalho”. E aí indagou ao público o que era trabalho. Mais uma chuva de palavras: procedência profissional, dinheiro, satisfação, dignidade, responsabilidade.

Com isso, o agente da pastoral refletiu que quando pensamos em escravo associamos à prisão, promessa, mentira, exploração, vulnerabilidade econômica. “O trabalho é dignidade, é dinheiro; e escravo é prisão, promessa, mentira, exploração, então essas duas palavras não deveriam estarem juntas”. Mas ressalta que durante a formação serão expostas experiências que demonstram a relação entre trabalho e escravo.

O agente propôs que assistíssemos a um vídeo, de 15 minutos, intitulado ‘aprisionados por promessas’. Ele foi feito pela CPT e dá um panorama das principais problemáticas do TEC. O agente da pastoral chamou atenção para a importância de que os jovens anotassem alguma coisa do vídeo, para depois fazer um pequeno debate. Deveriam ir pensando no que mais chamou atenção.

4.5.1.1 Apreciações sobre o filme assistido na capacitação

No debate eu não me pronunciei, somente observei. As pessoas ficaram um pouco caladas e o agente da pastoral teve que incitá-las a emitirem suas opiniões. Ele perguntou se alguém tinha se emocionado, porque ele, apesar de já ter visto o vídeo umas 357 vezes, sempre se emociona. Disse: “Se a gente não se emociona com um cara chorando, falando que a única coisa que ele quer fazer é viver ali com a família dele. O quê que vocês destacam desse vídeo? O que mais chamou atenção?”. Registrou ter observado que bastante gente estava anotando e prestando atenção.

Para uma estudante de 18 anos, o que mais chamou atenção foi a diferença entre o número de trabalhadores libertados e o de escravizados. A cada ano, quatro mil pessoas encontradas em condições de trabalho escravo são libertas, e cerca de vinte e cinco mil estão na escravidão, segundo informações do filme. Então, 4.000 libertos de um total de 25.000 é um número pequeno. Outra estudante, de 17 anos, também se pronunciou quanto aos números, mas se referiu às denúncias. Achou interessante a distância entre o número de denúncias e de fiscalizações.

Outra estudante, de 18 anos, disse o que chamou a atenção foi a questão de que quando chega a fiscalização, uma parte da própria população avisa aos fazendeiros, que acabam retirando os trabalhadores de lá. O agente da pastoral, de 27 anos, esclarece que quem já está envolvido com os fazendeiros, avisa-os para que haja a dispersão dos trabalhadores.

Ainda há avaliações de muita indignidade sobre o problema. Um estudante, de 18 anos, analisa que o que chamou mais atenção no filme foi a “falta de impunidade (SIC)”. Ele não consegue entender a violência a que são submetidos os trabalhadores e até hoje nenhum proprietário de terra ter sido preso. Enfatiza que somente no Brasil é que essas coisas acontecem. “No máximo que a pessoa vai responder é por dois anos sem financiamento em banco”, diz.

O agente da pastoral, de 27 anos, esclarece que são impostas algumas multas e indenizações para as pessoas que praticam essa desumanização, mas para o fazendeiro, possuidor de milhões e milhões de hectares, é muito pouco. Há a proposta de emenda constitucional de confiscar as terras que forem flagradas com trabalho escravo, mas esse é mais um passo que está tentando-se dar para de novo mexer no bolso, mexer na estrutura desses fazendeiros. Segue esclarecendo que a bancada ruralista está muito mais forte no Congresso e vai se utilizar de todos os esforços para impedir que esses projetos de lei sejam implementados. Na hora, percebi que o agente falou projeto quando, na verdade, já foi aprovado, já está na constituição, mas não me pronunciei sobre isso.

Para outra estudante, de 18 anos, importante também era que as pessoas que entram no trabalho escravo são pessoas sem condição financeira. Chegam até às fazendas e não conseguem sair porque as dívidas vão aumentando e os sonhos deles se acabam. Outro jovem, de 19 anos, fala da dificuldade que é para um trabalhador denunciar. “Pode-se até tentar mexer no bolso do fazendeiro, mas a espingarda vai está guardada do mesmo jeito para poder ameaçar a pessoa onde ela estiver” declara. Segue defendendo que, apesar de haver muitas formas de se proteger, denunciar é perigoso, pois o fazendeiro sabe que ele pode fazer o que quiser com a pessoa, pois não há punições.

O agente da pastoral, de 27 anos, também se reporta à abordagem que o filme faz sobre a lista suja. O fazendeiro, a pessoa que é flagrada usando labor sob condições indignas, é inserido em um Cadastro Nacional de Empregadores que se utilizam de TEC, a lista suja. Uma vez integrante dela, deixa de receber financiamentos de bancos por um período de dois anos, esclarece. O agente chama a atenção de que essa lista foi derrubada no fim do ano passado. “Um complô entre as construtoras e incorporadoras, derrubaram a lista suja, tirando a validade desse documento”. Esclareceu o agente da pastoral que em 2014, pela primeira vez, o trabalho escravo na zona urbana ultrapassou o da zona rural, muito por conta das construtoras e incorporadores que constroem prédios e estágios de futebol. Elas começaram a se sentir atingidas e resolveram entrar em ação. Ressaltei que o que barrou a lista foi uma liminar do Supremo Tribunal Federal impedindo a sua divulgação, antes era possível encontrá-la no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1.2 Trabalhando o conceito de TEC

O agente da pastoral, de 22 anos, chamou a atenção para a necessidade de aprofundar o debate sobre o ciclo do trabalho escravo. Essa indignidade tem como causa três problemas

estruturais: a miséria, o desemprego e a falta de terra. Ele esclarece que não é bem falta de terra, mas sua concentração, pois ela está nas mãos de uns poucos. Apenas 3% da população brasileira estão com metade das terras produtivas no Brasil. Com o desemprego, o trabalhador ficou em uma situação difícil, pois precisa trabalhar para sustentar sua família. O agente segue explicando que o trabalhador, em situação de miséria, acaba aceitando qualquer emprego. O gato, intermediário entre o patrão e trabalhador, que conhece bem essa situação, convence-o a se submeter ao TEC. Geralmente, esse aliciador já tem uma boa relação com determinada comunidade ou cidade, ele já é conhecido. É a imagem de alguém que consegue emprego para os trabalhadores.

Para conseguir essa contratação, segue dizendo, o gato promete que os trabalhadores vão ter comida, dinheiro, alojamento. Em situação do desemprego e da falta de terras, eles são obrigados a aceitarem a proposta. Todavia, quando chegam lá, não é nada daquilo que o gato prometeu. Os trabalhadores ficam em barracões de lona, construídos por eles mesmos, trabalham até à noite, acordam cedo e ficam alojados em lugares impróprios, junto aos agrotóxicos, alimentos e animais. A maioria deles, numa situação de promiscuidade, confinamento. Sem água encanada, utilizam-se de córregos e rios, disputando espaço com os animais. Sem qualquer higiene, usam esses locais para beber água, cozinhar e tomarem banho. Não têm equipamentos de proteção individual. E, se adoecem, são descartados.

Eles trabalham muito, acabam não recebendo, e quando vão cobrar são informados de que estão com uma dívida. O patrão lembra aos trabalhadores que eles compraram suas ferramentas, utensílios e alimentação na cantina. Além do que, na maioria dos casos, os escravizados já receberam um adiamento, que deixaram com suas famílias, antes de se deslocar para a fazenda. Diante disso, os trabalhadores acreditam que precisam ficar na fazenda para saldar essas dívidas. O agente da pastoral conclui:

Isso é o que a gente costuma chamar de escravidão moderna hoje [...] a dívida é igual à corrente da escravidão antiga. Antigamente eram os grilhões que estavam lá na perna dos escravos, hoje é uma dívida fabricada, uma dívida que não existe, que o trabalhador tem que pagar pra se libertar.

O agente esclarece que o trabalho escravo contemporâneo não é muito diferente do trabalho escravo colonial, até castigo não falta. Ele mostra o slide de um trabalhador, encontrado com mais de sessenta cicatrizes, feitas de ferro utilizado para marcar gado. Isso aconteceu em uma cidade, numa fazenda do Pará, esclarece. O trabalhador relatou que foi torturado pelo patrão e mais dois capangas, por isso ele recebeu as marcas. Outro trabalhador

foi obrigado a comer um pacote de sal de gado porque havia solicitado que o patrão libertasse um trabalhador doente. Diante desses casos, o agente conclui que a violência da escravidão colonial é contemporânea.

O agente da pastoral, de 22 anos, chegou a mostrar um slide com cadernetas onde há registro de dívidas dos trabalhadores. Em uma delas há expressamente uma anotação sobre o valor da liberdade do peão. A partir daí, ele começa a preparar o debate da conceituação de TEC. O agente conclui que, dessa maneira, as pessoas são tratadas como coisa, como objeto. Para a caracterização do trabalho escravo, começa esclarecendo que essa indignidade se inicia por promessas enganosas, e segue com condições degradantes de labor e dívida fabricada. “O trabalhador está sem receber, ele é forçado a trabalhar, sofre ameaças, tem impedimento de sair”. Depois disso, o agente da pastoral leu o artigo 149 do código penal brasileiro, já discutido nesta tese.

O que senti, nesse momento, é que houve uma acentuação da discussão em casos práticos. O que é a linha da CPT e de onde até se originou, o debate da legislação. A questão é que não houve alguns esclarecimentos necessários sobre os casos previstos no artigo 149. E é essa ainda uma limitação que percebi na formação, é a dificuldade da compreensão legal do conceito pelos próprios agentes da pastoral, pelo menos pelos dois que conduziam a formação. Por outro lado, há uma acentuação do debate na escravidão por dívidas. Sem dúvida que são expostas condições de trabalho sub-humanas, mas não fica bem claro se isso é TEC. Há a geração de um sentimento de repúdio ao problema quando o agente mostra foto dos trabalhadores e trabalha casos práticos de trabalhadores, mas não há um trabalho razoável sobre o debate legal do conceito, algo que deveria ser feito com cuidado para instrumentalizar melhor as denúncias. Não sei se o caminho utilizado foi para facilitar, ou se é uma limitação dos próprios agentes. A questão é que eles são facilitadores do conhecimento mais técnico sobre o tema para a população. Como intelectuais orgânicos, devem ser intermediários desse conhecimento. Com isso, as situações de TEC, do artigo 149, acabam ficando um pouco confusas.

Essa falta de clareza somente não aparece quando se fala na escravidão por dívida, e é isso que precisa ser modificado. É preciso acentuar o debate no trabalho degradante, pois a escravidão por dívidas tem ficado mais rara. Talvez a formação tivesse um objetivo inicial de um debate mais superficial, mas era possível fazer um diálogo das quatro situações do TEC, sem muita profundidade. Na verdade, o que acabou faltando foi a ligação dos casos práticos, expostos pelos agentes, com o texto legal. No Código Penal Brasileiro, há quatro principais

situações de TEC: Trabalho forçado, escravidão por dívidas, jornada exaustiva e trabalho degradante. Essas diferenciações não foram claramente abordadas. Quando o agente passava as fotos reportava-se às situações de TEC, mas não havia uma clareza quanto às quatro situações legais, e isso é importante como estratégia para qualificar as denúncias.

José de Souza Martins (1999) criticou o denunciismo da CPT, ideias que são importantes para refletirmos. Que não concordamos de todo pronto, mas que é preciso pensar. O estímulo às denúncias, sem uma qualidade na análise das situações, pode comprometer a qualidade delas e até a credibilidade da CPT. Já há um senso comum, por uma parte da Sociedade Civil, de que há um exagero desses movimentos e fiscais quanto ao TEC, situação que se acentua com um denunciismo com pouca qualidade. Importante ressaltar que até no decorrer da formação saíram, de forma solta, algumas situações para além da escravidão por dívida, mas ficou um pouco confusa a relação delas com o TEC. Essa confusão ficou expressa quando os agentes da pastoral pediram para alguém que quisesse contar alguma experiência que fosse colocada. Uma jovem missionária falou de uma situação que claramente não era TEC, mas desrespeito a direito trabalhista. Nada foi esclarecido pelos agentes, ficou parecendo que era mais um exemplo de trabalho escravo. Segue o relato:

Então era assim, eu entrei como professora em um colégio, na época de adolescente. Quando tinha duas, três semanas que eu estava lá, fiquei sabendo da situação. Até ouvia meus colegas falando que precisavam receber e não recebiam. Para isso, a escola dava muitas justificativas: que a escola tinha falido, que a escola gastava com isso, que a escola não estava se recuperando e não tinha a obrigação, que a gente entendesse a situação. Eu fiquei lá nos primeiros 2 meses, recebi apenas R\$ 200,00, ao invés de receber o salário de dois meses eu recebi R\$ 200,00. E assim, trabalho era extra, a gente tinha que ir lá no sábado, tinha que ficar além do horário, tinha as tarefas que nos deram a fazer e sempre sem retorno financeiro disso. Era uma escola tinha ensino infantil, fundamental e médio, e todos os professores, todos os trabalhadores na verdade, não só os professores, se encontravam nessa situação de ter dinheiro a receber, fazer hora extra e não receber por isso. Sem carteira assinada também, apenas os antigos, os mais antigos na escola tinham a carteira assinada, mas não tinham os direitos pagos né, FGTS, não tinha plano de saúde, essa coisa não tinha. Licença maternidade que eu não vi uma colega nossa conseguir. Tinha colega que mandava o marido ir receber o salário porque se fosse elas, elas não recebiam. Saí de lá por essa situação e preferi ser bancada pelo governo federal né, pela universidade. Mas assim que saí o Ministério do Trabalho recebeu uma denúncia né e ainda vieram me procurar né, pedir satisfação por que eu que fiz a denúncia. Eu queria ter feito essa denúncia, queria ter tido essa coragem, mas eu não tive.

Depois disso, o agente da pastoral, de 22 anos, segue refletindo sobre a luta de classes dentro do congresso nacional referente ao conceito do artigo 149. Importante registrar que

esse termo não é usado pelos agentes, trata-se de uma interpretação da pesquisadora diante do que é colocado. Ele retorna ao debate da Emenda Constitucional, que mudou o artigo 243 da Constituição Federal brasileira de 1988. Esclarece: “quando o projeto dessa emenda chegou ao Senado, a bancada ruralista, que tem força, botou o pé na parede e disse que só votavam se mudasse o conceito de trabalho escravo, porque defendem que fica muito na avaliação dos fiscais do trabalho”. Ressalta que a bancada ruralista objetiva retirar uma parte do artigo 149 do CPB, mas não esclarece qual. Enfatiza que se consegue avançar na luta e fortalecer as leis, mas, o interesse no lucro a qualquer custo leva a reduzir os direitos dos trabalhadores.

Segue esclarecendo que há trabalhadores que passam pela situação de TEC e conseguem fugir. “Ele vai conseguir fugir e poder entrar em contato com qualquer um de vocês. Por isso, a importância também das formações”. Se esse trabalhador conseguir fugir e alcançar a Juventude Missionária, que teve uma formação sobre trabalho escravo, ou os Agentes de Saúde, os da CPT, os sindicatos, tem sua denúncia encaminhada ao Ministério Público do Trabalho.

O agente lembra que há casos em que essas denúncias geram o resgate de trabalhadores, através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, pela polícia Federal e pelo Ministério do Trabalho. Por isso, as denúncias são tão importantes, elas são a fonte das fiscalizações. Com elas o fiscal consegue chegar à fazenda e resgatar o trabalhador. Este recebe seus direitos trabalhistas e tem a viagem de volta para a casa paga, mas com passar do tempo, ele retorna ao ciclo da escravidão. O agente explica que o trabalhador se encontra em situação de miséria e desemprego, aliciado pelo gato, passa por situação de trabalho escravo na fazenda, consegue fugir, denunciar, e os fiscais do trabalho o alcançam. Ele recebe os direitos trabalhistas, tem três meses de seguro desemprego, que é uma política pública para os resgatados do trabalho escravo, mas, quando o dinheiro acaba, ele volta para o ciclo. Esse trabalhador, que só sabe trabalhar na roça, que está desempregado, quando o dinheiro acaba, volta à situação de miséria. Acentua o agente que a miséria e a falta de alternativas, como uma terra para plantar, impele seu retorno ao TEC.

Uma questão importante, levantada pelo outro agente da pastoral, é que essa problemática não é somente econômica. Esses trabalhadores estão há tanto tempo nesse mesmo ciclo, nessa mesma história, que já não têm mais um lugar de raiz. Eles já são do mundo. Vão de fazenda em fazenda, de estado em estado, não tendo onde aportarem. Quando recebem o dinheiro a sua opção é ir para a pensão, “é infelizmente tomar umas, é gastar com

mulher. E por quê? Porque ele não tem um acompanhamento, ele não tem um incentivo de política pública, então o que resta a ele é isso. Volta para as fazendas novamente”.

4.5.1.3 Debate nos grupos

Bem depois desse diálogo, fomos divididos em grupos para discutirmos casos práticos de TEC no Tocantins. Eu participei de um desses grupos e gravamos toda a conversa. Em um primeiro momento, pensei em ficar completamente calada, mas percebi que as pessoas ficariam menos a vontade se eu, uma professora, não me pronunciasse, afinal elas iriam ficar pensando o que estou achando delas. Então o melhor era participar, com poucas conclusões e com mais perguntas. Foi o que tentei fazer. O que irei expor aqui é o resultado do debate desse grupo, como participei somente de um grupo, não acompanhei o debate nos demais, apenas assisti às suas apresentações.

Bem, foram três grupos, com quatro casos práticos, um dos grupos ficou com dois casos, alguns são recentes de 2011, outros mais antigos. A orientação foi para lermos e discutirmos, ver o que nos chamava mais a atenção, qual foi o problema encontrado, identificar a situação que a pessoa passou e discutir por que ela passou por aquilo.

Ficamos no grupo três. Farei um pequeno relato do debate. Primeiramente, lemos o depoimento. Realmente foi uma história de arrepiar sobre um trabalhador nascido em Colinas-TO. Por isso, achei importante colocar aqui grande parte do seu depoimento. Isso foi muito importante porque marcou o processo de sensibilização das pessoas na formação. Elas ficaram conhecendo a vida do trabalhador, o seu caminho, o que o levou a ser escravizado. Mas também é importante por que mostra o processo de como o trabalhador sai do ciclo escravista, quando ele consegue despertar, elevar seu nível de consciência para não mais ser escravizado. Tentei entrevistar esse trabalhador, mas não consegui contato com ele. Hoje ele é uma liderança do assentamento onde vive. Segue o depoimento,

[...] minha mãe teve que separar. A gente não tinha para onde ir, e tive que ir num bairro da cidade construir barracão de palha e morar lá. Não tinha estudo, então comecei a trabalhar na juquirá para poder manter a despesa da cidade, pois não tinha mais onde plantar. Fiquei impossibilitado de ter algum conhecimento, nem de direito, nem de autoridade. Eu fui trabalhar, certa vez, pra um fazendeiro, depois que eu tinha feito todo o serviço, me pagou menos da metade do prometido, ainda cobrando as passagens de ida e volta. E disse que não pagava mais porque eu já tinha ganhado muito e que não adiantaria eu procurar a justiça ou advogado. Porque nenhum advogado iria advogar pra gente pobre. Não tinha conhecimento dos meus direitos, recebi o pouco que ele quis pagar e fiquei quieto. Minha esposa teve uma ‘perca’, aborto, então eu fui conversar com ele que queria

um tempo para cuidar dela. Ele virou pra mim e disse que vaca velha com aftosa não segurava cria. Eu simplesmente ficava calado, sentia um pouco de raiva, mas não poderia fazer nada, também tinha medo de falar mais sério pra ele. Então, devido a não ter conhecimento, terminava me humilhando e ficando quieto. Fui muito, muito escravizado na época, mas eu não sabia. Pra mim, viver naquele tipo de vida era a maneira que tinha que viver mesmo, não via como sendo trabalho escravo, pra mim era normal viver aquilo. Naquele tempo, eu bebia muito, sempre que ia receber as prestações de conta eu ia bêbado. Eu sempre bebia, eu nunca tinha saldo. Devido eu ter sido criado naquele regimento dos pais “oh meu filho a gente tem que ser homem, tem que pagar o que deve, não pode sujar o nome”. Achava que a pinga pra mim poderia ser uma derrota, mas nem tanto como meu nome sujo. Minha preocupação era pagar as contas e partir de uma fazenda pra outra. Eu estava com trinta e dois anos. Eu casei, minha esposa teve três perdas. Na última, teve que operar, foi na época que aconteceu esse fato com aquele fazendeiro que tratou ela como vaca, e daí por diante eu decidi não trabalhar mais pro fazendeiro. Comecei a procurar outra maneira de viver, fazer salgado, vender pipoca, vender picolé. No final de 2007, ingressei numa construção civil [...] trabalhando como servente. O meu interesse era aprender a ser um pedreiro para exercer uma profissão melhor. Trabalhei seis meses nessa construção, o patrão não quis acertar minha carteira. Certo dia, carregando umas vigas de cimento, me desbanquei e muito. Foi num sábado, não aguentei de dor, não aguentei trabalhar, feri meu ombro. Eu fiquei debilitado, fui na parte da tarde receber. O patrão ficou brabo um pouco. Expliquei pra ele por que nem pude ir, foi quando ele falou umas coisas como se eu fosse um cabra mole. Se eu não aguentava trabalhar eu tinha que procurar outro rumo, e fez o pagamento pra mim. Eu recebi, e dali voltei pra casa assim com a mente já virada para procurar outro rumo. Aí, por último, agora em 2008, a gente descobriu um assentamento [...] terra pública da União [...]. Eu já tinha sido informado desse assentamento pelos vizinhos, mas só que era perigoso. Mas tinha oportunidade, lotes vagos, falei pra minha esposa: ‘Olha, não vou trabalhar mais pra ninguém daqui em diante. Vou observar essas posses porque se a gente conseguir o chão pra gente trabalhar. Eu não aguento mais trabalhar pros outros. Vou procurar pra gente viver por conta, mais livre. Procurar viver aquela maneira que eu fui criado’. Eu fui com o vizinho observar o assentamento, agradei da terra, onde estou hoje. Eu já tinha reconhecido o local onde trabalhei no tempo do trabalho escravo. Nossa, cheguei a trabalhar lá pro fazendeiro, esse grileiro, naquele mesmo local. Conheci pela cancela, conheci pela estrada velha, pelo local que a gente tinha trabalhado, inclusive, até hoje aquele trabalho ele nunca pagou pra gente. Estou recebendo agora que vou receber a terra, lá foi roço de juquirá, e bateram em mim. Eu conheci e disse: ‘Já tive nesse local aqui moço, já trabalhei aqui. Essas posses são aqui? Então a gente vai enfrentar de verdade, se precisar correr uma hora a gente corre, se precisar enfrentar nós vamos ter que enfrentar. Já trabalhei lá mesmo, já tem suor meu derramado, eu vou enfrentar esse’. Daí em diante começaram as ameaças pra mim e pros companheiros. De repente, eles também iam percebendo que a gente ia conversando, que a gente não queria abrir mão e fomos nos estabelecendo no local. Individualmente, cada quem foi fazendo plantio, uma mandioca, milho, subsistência. A gente foi plantando roça e isso foi crescendo com agressões. Nesse período mais pra trás, a gente teve conhecimento e acompanhamento da CPT. Conheci a Pastoral da Terra, em nome do Silvano, teve mais conhecimento em nome da luta pela terra e também isso foi nos fortalecendo a lutar pelo nosso

direito, que também a gente tinha certeza de que tinha esse direito. Era nosso direito lutar, que não era errado lutar por aquilo que era uma terra pública. Considerada terra do governo, terra do governo é pra ser destinada pra Reforma Agrária, para as pessoas que não têm condições, trabalhadores. A gente foi tendo conhecimento dos direitos da gente. Quando foi agosto do ano passado, a gente foi surpreendido por esse grileiro. Chegou armado, espingarda nas costas, revólver na cintura, sozinho, montado a cavalo. Falei o seguinte: “Você sabe que a gente está esperando essa decisão judicial, que o INCRA ou a Justiça vai resolver o problema”. Ele disse pra mim que mesmo que o INCRA desse esse direito pra nós, eu não ia morar naquela parcela porque a qualquer momento minha boca poderia amanhecer cheia de formiga. Tranquilo, eu só nasci uma vez e com certeza eu vou morrer, mas tem uma coisa, desistir do meu direito, que já tenho conhecimento, eu não vou desistir. A gente vê por que eles são tão justiceiros, querem ser donos de tudo porque não são punidos por seus atos. Por isso que eles continuam dessa maneira, porque autoridades não têm tomado providências para averiguar essas situações de direito ao trabalhador, ou seja, ao cidadão. A gente vê que as autoridades são muito lentas e terminam dando oportunidade atos de muitos assassinatos de famílias de trabalhadores. Porque os ricos, os fazendeiros, os que dizem fazer justiça com as próprias mãos, não têm punição. A área hoje se encontra num conflito feio, as pessoas se encontram amedrontadas, porque se encontram vários pistoleiros dentro da área, vários disparos de armas, várias queimas de barraco, vários prejuízos, várias perseguições. As crianças todas sofrem terrores, são aterrorizadas, porque constantemente são assustadas com disparos de armas. Então, a gente fica protegido somente por Deus. Eles andam bem armados. A gente vive lá sabendo que corre risco de vida, a gente tem muito medo, a gente teme pela vida da família. Algumas vezes, dependendo do acontecido, a gente pensa em desistir e voltar pra cidade, porque não tem o que fazer. A gente pensa duas vezes, porque voltar pra cidade é voltar pra juquirá. Voltar para as mãos dos fazendeiros novamente, voltar para as mãos do trabalho escravo. Então, a gente pensa em não desistir, a gente volta atrás porque lá a gente consegue criar, plantar, colher e sobreviver. A luta pela terra, pra mim, hoje é um direito do trabalhador, direito dignidade, direito de viver, de trabalhar e também de libertação, ser liberto do trabalho escravo, viver uma vida digna, plantar, colher, sem precisar estar sendo obrigado e mandando e gritado, trabalhando sem poder. Hoje tenho meu paiol de arroz, meu paiol de feijão, tenho minha criação de galinha. Hoje a gente já vive 90% independente da cidade, hoje só depende do açúcar, do café, do óleo e de outros temperos, outras coisas mínimas, mas, numa linguagem sertaneja, o grosso da roça a gente já tem no paiol. Isso sem nenhum apoio do governo, esforço da gente mesmo, a gente que trabalha. Apesar de ser vítima de algo perigoso, de morte, eu considero minha vida melhor porque eu sou, eu trabalho a vontade, conforme a minha necessidade. Eu tenho para comer a vontade, com sobra, com fartura. O dia que não posso trabalhar, porque estou com dor de cabeça, hoje minha coluna tá zangada, eu posso ficar em casa. Tenho o que comer em casa. Tenho o que beber em casa. Não preciso me preocupar que tenho que pagar o armazém, que o armazém não quer mais me vender, o arroz está acabando, e eu tenho que comprar. Não me preocupo com essa parte, então, tenho achado grande mudança em minha vida, apesar do conflito, tenho achado grande melhoria. Antes eu era um personagem [...] porque antes eu passava pela vida. Hoje [...] eu vivo a vida. Hoje tem conhecimento mais amplo. Hoje já tenho conhecimento do que é viver a vida, que a vida não é só passar por ela. Que a vida

foi feita para viver com liberdade e direitos, a vida foi feita para viver ela disponível, ter seu direito de viver tranquilo. A vida não foi feita pra ser escravizado, porque segundo as Escrituras a vida é uma dádiva de Deus, a vida foi dada por Deus e Deus deu a vida de graça, então se ela foi dada de graça é para viver em liberdade. Eu posso contar como novo nascimento a partir de minha cura, de minha libertação. Deus me libertou. Tive esse novo nascimento acompanhado que tive conhecimento dos meus direitos, eu fui conhecer que tinha direito de viver tranquilo. Direito de trabalhar para viver. Viver igualmente, qualquer outro cidadão, eu tinha esse direito, a vida não era normal ao viver daquela maneira. Era um pouco assim.

Depois dessa leitura, passamos ao debate. Eu iniciei perguntando: Quem era esse trabalhador que foi escravizado? Quais as características dele? As pessoas tiveram dificuldade em responder, então mudei a pergunta: Qual o sentimento que vocês tiveram do texto? Aí vieram as respostas.

Um dos missionários, de 19 anos, ressalta que no começo da vida, o trabalhador foi muito desinformado. A partir do momento, que foi conhecendo seus direitos, lutou por eles. Ainda lhe chamou atenção o fato dele querer manter seu nome limpo. “Era mais vergonhoso para ele ter o nome sujo do que chegar em casa bêbado, toda vez que recebia”.

O missionário segue concluindo que o trabalhador entrou no ciclo várias vezes. Ele foi para a escravidão diversas vezes, até tomar a decisão de lutar pelas terras. Quando descobriu que sua esperança de acesso à terra era em uma fazenda na qual já havia trabalho, sem receber o salário, e, por ele conhecer os seus direitos, começou a ver isso como uma motivação a mais, que tinha que lutar por essa terra. Há que se pensar ainda na falta de segurança, pois os trabalhadores denunciam e vivem perseguidos, mas não acontece nada aos proprietários. Quando os trabalhadores ficam na terra para tentar adquiri-la, são ameaçados de morte, correm risco de vida, declara.

Bem, provocando novamente, cheguei a perguntar por que o trabalhador sempre ficava calado? Quando a mulher dele foi xingada, por exemplo, ele não falou nada. Vieram as respostas: “Porque ele relata que aquilo ali era normal. A única coisa que teria que manter limpo era seu nome.” Outro estudante respondeu que “ele não tinha noção de trabalho escravo naquela época”. “Para ele era normal a dureza, os patrões são durões. Depois que ele foi conhecendo a realidade ele vai lembrando de tudo isso”.

Perguntei o que será que ele fez para despertar disso. Vieram várias conclusões. “Ele fala só da questão do CPT”. “Ele fala que em 2007 procurou outra forma de viver, que foi vender salgado, pipoca, picolé”.

A CPT, eu acho que entrou mais num trabalho de formação por seus direitos, pois o trabalhador fala que de uma forma ou de outra ele não conhecia, não sabia que aquilo era trabalho escravo. Alguém conscientizou ele do trabalho escravo. Eu creio que deva ter sido por algum contato com CPT, que é o único que ele contou.

Outra provocação minha foi que achei importante que Deus pode ser usado tanto para exploração como para a rebeldia. Um missionário se pronunciou dizendo que “esse negócio de ser honesto, pagar suas dívidas, tem uma justificativa religiosa”. Outro jovem, de 19 anos, comentou: “Esses princípios partem dos religiosos, mas há pessoas que são ateias e que são muito honestos, que fazem trabalhos caricativos (SIC)”.

Uma jovem de 18 anos conclui que essa história é no peito e na raça. O trabalhador vai conhecendo as coisas e vai lutando por isso, sem medo de morrer. Pela forma que ele falou: “Uma hora a gente vive e outra a gente pode morrer. Ele poderia ter batido de frente, peitar o fazendeiro, mas na hora ele não conhecia o trabalho escravo, para ele aquilo era normal, por isso ele se sujeitava”.

Essa indignidade é demonstrada também de forma vingativa. Como se a punição ao fazendeiro fosse o instrumento que vai solucionar os problemas. Isso é dito por um jovem de 18 anos. Ele defende que os fazendeiros nunca são punidos pelos seus atos. Acentua que “a lista suja por dois anos não é nada comparado ao que um trabalhador passa por anos e anos”. É preciso ter leis mais claras, mais duras, defende. “O fazendeiro maltrata por vinte, trinta anos e quando é descoberto apenas passa por uma lista suja por dois anos”. Ressalta a necessidade de haver leis mais rígidas contra essas pessoas.

Diante dessas questões, senti a necessidade de emitir uma opinião que ajudasse na reflexão de não limitar o trabalho escravo às questões individuais, nem a solução às penais. Talvez fosse preciso, na formação, gastar mais minutos sobre o trabalho dentro da lógica de lucro, que a problemática não é limitada com a relação ao fazendeiro, mas com o sistema como um todo. Disse que me emocionei quando li o depoimento, mas revelei ter ficado pensando que sair desse ciclo não é uma questão individual, não seria a pessoa ter vontade. É um problema sistêmico. É muito complicado para o trabalhador dizer que agora não vai mais trabalhar para o fazendeiro. Parece que é o esforço individual, mas isso nem sempre é verdade, vários trabalhadores tentam sair da escravidão, mas eles não conseguem. Talvez se esse trabalhador não tivesse encontrado um assentamento, ele não tivesse conseguido. Não é somente uma questão do querer individual. Se não tiver política pública não acaba o trabalho escravo.

Encerramos a discussão sob comentários das pessoas a respeito da coragem dos trabalhos da CPT. Um jovem missionário, 19 anos defende:

As pessoas que trabalham, por exemplo, na Comissão Pastoral da Terra, eu acho que tem que ter muita coragem. Porque os proprietários eles sabem que existem, eles sabem quem vai sofrer, são os que estão trabalhando escravizados que vão denunciar e quem vai receber a denúncia também. Que penso como uma chácara dessa aqui e vai um doido e pensa que [...] São muitas poucas pessoas e as outras preferem ficar em casa, dando uma opinião e ficar olhando em casa indignadas, as pessoas se indignam.

O que achei muito interessante dessa dinâmica foi o processo de sensibilização do problema. O estudo, a partir de casos práticos, de trabalhadores reais que foram escravizados e que conseguem elevar seu nível de consciência, esclarece como é a lógica da consciência de um trabalhador. A sensibilização vem de sentir um depoimento concreto. Mas, é muito forte no depoimento a tomada de decisão individual do trabalhador. Pelo menos do depoimento que estudamos.

Por outro lado, ficou muito forte no depoimento dos jovens missionários a solução do trabalho escravo através de leis mais duras. Isso revela um pouco do que foi discutido na formação, por isso defendo a necessidade de trabalhar o problema como sistêmico e a elevação do nível de consciência ter relação com questões concretas. Mas, é fato que com a dinâmica houve a sensibilização das pessoas para compreender o caminho, como o trabalhador chega a ser escravo, volta para o ciclo e a importância do trabalho da CPT e da denúncia.

Depois retornamos para a apresentação dos grupos. Novamente iniciamos com uma música falando da solidariedade do jovem missionário²². O primeiro grupo apresentou um caso de resgate em uma fazenda, em Bandeirantes, no Tocantins. Não deu para entender direito, pois várias pessoas ficaram falando. Mas uma conclusão importante do grupo foi que existem várias instituições relacionadas com o tema e que são desconhecidas. Elas asseguram os direitos e podem auxiliar em casos de serem flagrados. Assim, o grupo afirma a

²² Jovem missionário, sempre solidário
Levando amor
Jovem missionário, sempre solidário
Eu sou (2x)
Ajudar o irmão é nossa missão,
Jesus nos ensinou
Amai-vos uns aos outros
Ele nos mandou

importância que todos os cidadãos pudessem ter conhecimento dessas instituições, o que elas asseguram e quem são os representantes. Uma provocação importante para os agentes, que tiveram dificuldade de responder, pois foram ditas as siglas que apareceram no caso, mas o agente se limitou a responder que faziam parte ou do Ministério público do Trabalho ou do Ministério do trabalho.

No grupo 2, também se reportaram a dois resgates de trabalhadores, um em Natividade e o outro em Formoso do Araguaia, dois municípios do Tocantins. Foi importante para demonstrar as condições trabalho. Ficou claro, nessa situação, que os trabalhadores tinham carteira assinada, mas as condições de trabalho eram ruins. Houve uma estudante que relatou que trabalho escravo não se limitava à sobrecarga de trabalho, mas também às condições de trabalho. É importante salientar que essa estudante não faz parte da juventude missionária. Ela já conhece a CPT e o trabalho dos agentes da pastoral. Na verdade, ela tem colaborado com os trabalhos da CPT, então já está dentro do discurso desta entidade. Na formação, ela foi a única pessoa que se reportou a trabalho escravo em relação às condições de trabalho. Isso não foi expresso pelo resto do grupo. Mas, novamente, os agentes da pastoral não fizeram as ligações dos casos com a previsão do artigo 149 do CP.

O nosso grupo foi o grupo 3, não falei nada e preferi que os outros componentes do grupo apresentassem. Começaram a relatar um pouco da história do trabalhador. Chegaram a levantar a dificuldade de falar perante uma professora da universidade federal, mas falaram. Eles apresentaram toda a nossa discussão. E é importante notar que chegaram a expor a ideia proposta no grupo de que a problemática do trabalho escravo depende da política pública. O jovem missionário chegou a questionar: “o trabalhador escravizado consegue sair sozinho da escravidão? Agora será que todo mundo consegue sair do trabalho escravo, é sozinho, com as próprias pernas. Creio que não, acho que falta um pouco de políticas públicas quanto a isso”.

4.5.1.4 Comentário dos agentes da pastoral sobre a apresentação dos grupos

Foi possível perceber, na fala dos agentes, como a escolha do depoimento do trabalhador, que chegou até nosso grupo, não foi à toa, pois o agente da pastoral demonstrava a admiração que a CPT tem por ele. Disse que é um trabalhador que é acompanhado pela CPT. É um dos coordenadores da articulação camponesa, reunião de várias comunidades que se encontram para traçarem seus planos no decorrer do ano, e a CPT acompanha essa articulação. O agente da pastoral ainda ressalta que este trabalhador é muito apegado aos ensinamentos e aos passos de Cristo. “É pastor Evangélico, e eu sou católico, mas eu ouço

uma pregação dele é de arrepiar assim, de arrepiar. Porque ele traz a palavra de uma forma tão próxima, tão simples para o camponês. Deus tá nele, ele tá em Deus”, diz o agente da pastoral, de 27 anos.

Quando o agente da pastoral passou a falar do despertar de consciência desse trabalhador, mostrou que ele não sabia de nada quando começou a participar das formações com a CPT, e não foi a Comissão quem proporcionou isso a ele. Ele que possibilitou isso a si próprio. Acentua o agente que ele esteve disponível para os encontros, para participar de reuniões, de mobilizações. Portanto, há necessidade de as pessoas se disporem, estarem abertas para esses momentos, “senão não se conseguem mudar nada”. “É preciso estar disposto, estar inteiro naquilo que se está fazendo, por isso visualizam outros trabalhos com os missionários, outros encontros maiores ou menores. É através dessa caminhada que se vai informando, formando-se, formando outras pessoas”.

Prosseguindo as reflexões, o agente da pastoral, de 22 anos, demonstra que já houve relatos de trabalhadores que estavam devendo em uma fazenda e não conseguiam pagar a dívida. Então, eles fugiram para outra fazenda para conseguir dinheiro e voltar à fazenda, de onde fugiram, a fim de tentar pagar a dívida.

No final de 2012, conta o agente, a CPT recebeu um trabalhador que foi resgatado por outro trabalhador. Ele já havia sido libertado em outra fiscalização. A CPT o acolheu, deu todos os aparatos, mas esse trabalhador sumiu. Depois ele voltou, com um senhor de 60 anos, e falou assim: “Oh eu quero que vocês cuidem desse trabalhador como vocês cuidaram de mim, porque ele estava lá numa fazenda há 10 anos sendo escravizado”. O agente esclarece que o trabalhador estava em condições muito debilitadas. Ele já era um idoso, estava há 10 anos nessa fazenda através de um contrato de arrendamento. Era obrigado a fazer tudo para o patrão, mas ele assinou um contrato dizendo ser o dono da fazenda. Esse trabalhador tinha umas costelas quebradas, estava quase cego, não tinha apoio nenhum, muito raquítico e magro, não tinha documento nenhum. Nesses 10 anos, ele ficou totalmente privado naquela fazenda. O primeiro passo realizado pela CPT foi tirar os documentos dele e de sua família. Ele tem uma filha e muitos netos, mas que também não tinham documentos. A CPT demorou um ano para conseguir acessar os direitos dele, ressalta o agente. Nesse momento, encerramos as atividades pela manhã.

4.5.1.5 Desenhando o TEC

Durante o almoço, o agente da pastoral, mais jovem, pediu-me para que eu falasse um pouco da pesquisa que já tinha feito no Tocantins, sobre a Justiça Federal. E pude perceber que por mais invisível que quisesse permanecer eu não poderia. Afinal, seria egoísmo da minha parte não expor 10 minutos dos dados que eu já consegui na pesquisa. Seria uma oportunidade para reafirmar o conceito do TEC. Então combinamos que eualaria 15 minutos sobre a pesquisa no início da tarde. Como faz parte da dinâmica da formação, iniciou-se com outra música que incita ainda mais a força, o enfrentamento²³.

Mais três pessoas chegaram à tarde, foi feita a apresentação e um resumo do que aconteceu pela manhã. Depois disso, o agente me pediu para falar, falei um pouco sobre minha pesquisa e não vou tecer os comentários aqui, porque foi muito rápida e não tive nenhum retorno sobre as informações que passei. Afinal, o mais importante é saber as atividades dos grupos. Depois disso, fomos para uma atividade de desenhos, que foi muito interessante. Deveríamos desenhar aquilo que aprendemos pela manhã. Novamente participei de um grupo.

A orientação foi que deveríamos desenhar e criar uma história de TEC. Por que o trabalhador chegou naquela situação? Como era sua vida antes dele ser aliciado? Por que ele foi aliciado? Como ele foi aliciado? Poderia ser um trabalhador ou uma trabalhadora, jovem ou idoso. Desenvolver a história a partir de como ele chegou nessa situação e por que continuou nela. Depois deveríamos demonstrar como o trabalhador saiu do TEC, apontando que ele entra no ciclo, mas consegue sair.

Primeiro nós fomos criar a história do trabalhador. Novamente, o limite foi a escravidão por dívidas. O grupo teve algumas dificuldades, pois não conheciam pessoas que foram contratadas nas fazendas. Talvez por isso a formação seja ainda mais interessante para disseminar a formação de uma nova cultura. Os agentes da CPT vão trabalhar na formação de um senso comum social até nos espaços que não são rurais, pois o TEC também é urbano.

²³ É Jesus este Pão de igualdade,
Viemos para comungar,
Com a luta sofrida de um povo
Que quer, ter voz, ter vez, lugar.
Comungar é tornar-se um perigo,
Viemos para incomodar,
Com a fé e a união nossos passos um dia vão chegar.

Passei a discutir no grupo a ideia de trabalhar através de perguntas, e isso me aproximou deles. Com isso, tive mais informações de como foi a aproximação da CPT com a juventude missionária.

Enquanto criávamos a história, comecei a fazer perguntas sobre como se iniciou a relação entre os agentes pastorais e a juventude missionária. Uma das jovens, que estava no meu grupo, começou a dizer que a juventude missionária costuma fazer missões populares em cidades do Tocantins. Eles vão levar até as pessoas as mensagens através de formações em escolas e em Igrejas. Em uma dessas cidades, Santa Fé, um dos agentes da pastoral, que estava na formação na casa D. Olinda, chegou até os missionários para conhecer o trabalho dos jovens. Houve uma troca de informações sobre o trabalho de cada grupo e se chegou à ideia dessa formação na Chácara Camaçari.

Eu perguntei então qual seria o objetivo dessa formação. Elas responderam que a princípio seria para conhecimento do grupo, mas a meta é levar essas ideias para as missões. Semana que vem elas irão para a cidade de Araguatins e vão levar o tema trabalho escravo. Perguntei ainda qual a importância dessa formação para elas. Foi-me respondido que se ouve muito falar em Trabalho escravo “a gente ver falando na internet, na televisão, só que acabamos não observando no nosso próprio lugar”. E colocaram que ficaram chocados com o vídeo apresentado, “uma desumanização muito grande. Era necessário se colocar no lugar dessas pessoas”.

Com essa conversa, fiquei bem pensativa das possibilidades de alcance que essa formação poderia ter. Imaginar que em escolas pobres, das cidades tocantinenses, fosse espalhado o debate sobre o TEC. Inclusive, depois eu fiquei sabendo que esse grupo que fez a formação na chácara Camaçari é apenas um dos grupos da juventude missionária do Tocantins, há vários outros. Nas conversas, cogitou-se a articulação com o padre da diocese, responsável por essa missão, para que se entrasse em contato com os demais grupos, desse modo, iria se formando uma rede de divulgação e formação. Depois desse momento fomos para a apresentação das histórias.

4.5.1.6 Os Grupos apresentam suas histórias

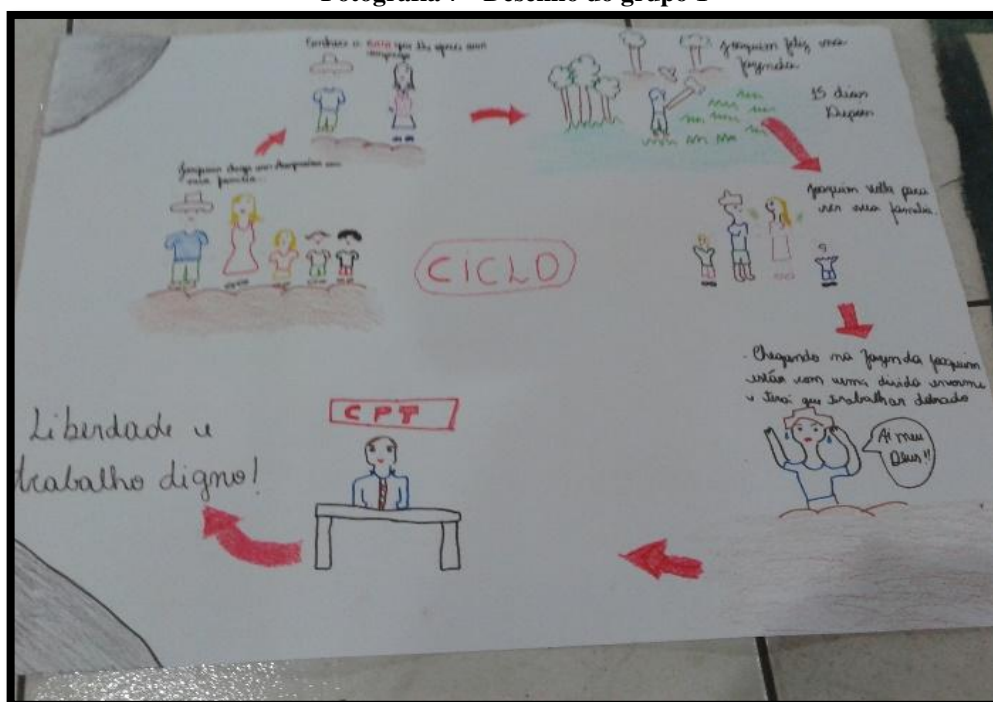
O grupo 1 apresentou a história de Joaquim, 22 anos, natural de São Luís – Maranhão, que veio para Araguaína em busca de melhores condições para sua família. Veio com sua esposa e seus três filhos. Quando aqui chegou, conheceu uma mulher bem vistosa. Ela ficou

sabendo que ele veio em busca de riquezas e ofereceu um emprego de vaqueiro na fazenda, na cidade de Arapoema, que ela mesma gerencia. Prometeu ajudar financeiramente a sua esposa Helena e seus filhos, garantindo que ele voltaria para a sua cidade de 15 em 15 dias para passar o final de semana com a família. Então, ele foi para a fazenda.

Nos primeiros 15 dias ele ficou muito feliz, pois voltou para casa com dinheiro e para sua família. Voltando para a fazenda, descobriu que estava com a dívida muito alta, que incluía alimentação e as passagens. A cada dia essas dívidas iam aumentando. Passaram-se sete meses e Joaquim não havia voltado para rever a família e nem dinheiro recebia. Sua esposa estava preocupada pelo fato de o marido não retornar, além de estar endividada, pois não lhe mandara mais o dinheiro prometido. Assim, ela começou a desconfiar de que ele a havia traído com a moça vistosa, e nada fez.

Dias depois, ela recebeu uma ligação da CPT dizendo que Joaquim e mais 15 rapazes haviam fugido de uma fazenda onde trabalhavam em condições semelhantes às de escravo. Disse-lhe que eles estavam abrigados pela CPT. No dia seguinte, a polícia invadiu a fazenda onde encontraram ainda mais sete homens trabalhando em condições precárias. O dono da fazenda teve que pagar R\$ 1.5000,00 de indenização. Ele conseguiu um emprego na CPT, onde trabalha firme e forte com condições dignas de trabalho.

Fotografia 7 - Desenho do grupo 1



Desenho resultado da história contada pelo grupo 1
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

O grupo 2 elaborou sua história no Bico do Papagaio, região norte do estado, no município chamado Terraço Bonito, considerado, no último licenciamento dos municípios, o mais pobre do Brasil. Mais do que falar, o grupo explica sobre a história. Objetivam retratar desde o momento em que o trabalhador vai para as fazendas até se assentar, quando consegue plantar para o seu próprio sustento. Tentaram representar como o trabalhador é vulnerável economicamente e socialmente porque falta educação para as crianças, lugar para ele trabalhar, qualificação e posse da terra. Assim, ele vai vivendo de forma muito precária e acaba sendo aliciado pelo gato, que promete grandiosidades: um bom emprego na fazenda, ganho de dinheiro e retorno à família.

Além disso, o grupo objetivou representar os valores morais desse trabalhador, que é muito forte. Ele promete para mulher que vai voltar com dinheiro para poder sustentar a família dele, mas quando chega à fazenda acaba sendo explorado. Há sempre um pistoleiro vigiando-o, pois já está endividado na fazenda devido a ter de pagar seus próprios instrumentos de trabalho e sua alimentação. No final das contas, acaba não recebendo nada. Depois, retrataram quando eles já estão assentados e com as suas plantações, com as suas casas e tendo educação e saúde.

Fotografia 8 - Desenho do grupo 2



Desenho resultado da história contada pelo grupo 2
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

O Grupo 3 se diferenciou dos demais por falar de trabalho escravo urbano e feminino, conforme a fotografia 9. Menina do interior, Nazaré, 20 anos, classe baixa e carregando cansaço nos olhos, morava com os pais e todos os dias tinha que conviver com o choro dos irmãos, que não tinham o que comer. Maria Marisa reza por um futuro melhor para sua família, e enquanto esse dia não chegava ela trabalhava na feira, incansavelmente, mas o dinheiro que ganhava mal dava para a alimentação.

Certa vez, ainda no trabalho, um freguês elogiava as meninas, dizendo que elas não mereciam estar nessas condições de trabalho. Pediu o telefone de Maria e disse que tinha um emprego superior. Alguns dias depois Alceu, o suposto freguês, ligou dizendo que ela poderia fazer as malas e se mudar para São Paulo, porque ia ser modelo de uma renomada agência. Chegando ao sudeste, Alceu levou Marisa ao shopping. Estava tão feliz, roupa nova, calçados e boas condições, mas ao entrar na empresa na qual iria trabalhar, começou a se dar conta de que foi enganada.

Marisa foi aliciada por uma indústria têxtil e obrigada a trabalhar uma jornada exaustiva. Ela chegou a perder um dedo nas máquinas, pois não tinha experiência alguma. Eram tantas mulheres para tão poucos quartos, dormiam amontoadas e sem espaço. “Foram cinco anos nessa cadeia, não tinha como fugir”.

Quando a Juventude Missionária, em uma de suas missões, descobriu Marisa, a liberdade bateu à sua porta e das demais mulheres. Sabiamente pegaram bilhetes com o pedido de socorro e denunciaram o caso para o ministério público. “Dizem que para todo sofrimento há um aprendizado, com Marisa não foi diferente. Ela começou a costurar em uma boa empresa e em boas condições. Algum tempo depois, após muito esforço, conseguiu seu próprio ateliê”. Marisa saiu do ciclo

Fotografia 9 - Desenho do grupo 3



Desenho resultado da história contada pelo grupo 3

Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Fiz parte do grupo 4. Explicamos a história que criamos, conforme o desenho da fotografia 10. Conseguimos construir a seguinte história:

Um jovem entrou no trabalho escravo depois que perdeu o pai e a mãe. Como ele não tinha condição de manter a casa e os dois irmãos menores, ele teve de trabalhar para arrumar sua vida. O Gato, que o conhece, sabe da sua situação, faz uma proposta: ir trabalhar na plantação de cana de açúcar, durante três meses, em uma fazenda de um amigo dele. Dá uma semana para o jovem pensar sobre a proposta. Diz que retornará já com as coisas prontas para partir e com R\$ 300,00 reais para o jovem deixar para ajudar nas despesas da casa e dos seus irmãos. Foi uma promessa tentadora. O jovem aceitou. Em uma semana o amigo Gato chega, e o jovem é levado para a fazenda. Depois de um mês de trabalho, vendo a situação precária do alojamento, as horas exaustivas na plantação, trabalhando sem os equipamentos necessários para a sua segurança, percebe que caiu numa cilada. Já ouviu falar em trabalho escravo, mas nunca tinha sentido na pele. Resolveu pedir as contas. Entretanto, o Gato lhe diz que ele só poderia ir embora depois que pagasse as suas dívidas. Era um débito muito alto. Nesse valor estavam incluídas as despesas com alojamento e alimentação. Percebe que não conseguirá sair tão cedo, e então decide fugir. Encontra um agente da pastoral da terra que lhe aconselha e ajuda-o a denunciar a fazenda. A fiscalização invade fazenda, liberta todos os escravos e garante o recebimento, por parte destes, dos seus direitos trabalhistas. Com o dinheiro do auxílio, o jovem retornou para ajudar os irmãos. Depois, ele se inscreveu no Pró-jovem e continuou seus estudos. Durante três meses recebeu o seguro desemprego, com isso pode dar uma vida digna a seus irmãos e a si mesmo.

Diante dessa história, construímos um desenho na cartolina e depois apresentamos para as pessoas. Na hora da exposição eu não falei nada, preferi deixar para que os demais

componentes do grupo falassem. A apresentação dos desenhos teve momentos importantes, porque ela é a materialização do retorno do que foi aprendido na oficina. Mas um ponto é que demorou muito, passamos a tarde inteira fazendo só desenhos. O agente da pastoral veio várias vezes avisar do horário, mas os grupos não conseguiram concluir em menor tempo

Fotografia 10 - Apresentação do grupo 4



Apresentação resultado da história criada pelo grupo 4
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Após todas essas apresentações, os agentes da pastoral elogiaram o resultado, mas seguiram no sentido de questionar o que seria feito com essa formação. Com essa provocação, passaram a surgir várias ideias.

Uma jovem universitária, integrante do grupo da juventude missionária, sugeriu que, pelo tema, seria possível trabalhar com a dignidade humana. Esse conceito aborda o trabalho escravo por que é a falta de dignidade. O ser humano não é considerado ser humano quando se é escravizado. Assim, esse tema poderia ser trabalhado nas missões.

O agente da pastoral sugeriu que existem alguns textos na bíblia que são possíveis de serem utilizados sobre o trabalho escravo. Os jovens poderiam utilizá-los em suas missões ou da maneira que acharem mais apropriados. Foi apontado, por outra jovem missionária, que o grupo costumava fazer missão escolar. No ano passado, trabalharam com os temas drogas, dinheiro e vício. Este ano poderiam abordar o trabalho escravo, porque na escola geralmente há alunos de ensino médio que são jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Então,

seria uma boa conscientização desse público, além disso, eles geralmente partilham as discussões em casa com pais e irmãos.

Outra sugestão do agente da pastoral seria escrever um texto para publicar no site da CPT. Ou ainda em um blog que o agente participa. Eles estariam lançando um informativo sobre trabalho escravo. A primeira edição poderia ser com a juventude missionária. Ainda poderia aprofundar-se mais essa conversa com a Repórter Brasil, que é uma entidade parceira da CPT, que todo ano financia pequenos projetos de até R\$ 1.500,00 para grupos abordarem esses temas, tanto da questão do trabalho escravo quanto do tráfico humano. Pode ser uma ideia futura do grupo, pois não é difícil o acesso ao recurso, que pode ser utilizado para financiar algumas atividades nesse sentido. O grupo pode enviar algum projeto que visasse fortalecer suas atividades.

Depois de algumas avaliações, o agente da pastoral chama a atenção de que a CPT tem uma sanfoninha onde estão registrados todos os telefones necessários, e esta pastoral pode disponibilizar esse material para que levem para a missão. Sugere que este documento pode ser distribuído de porta em porta.

O agente da pastoral conclui dizendo que naqueles depoimentos, vídeos e textos, demonstra-se que o motor da luta, de alguma forma, são esses momentos de colaboração com os trabalhadores. Essas ações podem proporcionar para um, dois, três, a realização dos seus sonhos na sua terra, na sua família. E é particularmente por isto que ele está na luta: “indignar-se com toda e qualquer justiça é o nosso dever”, argumenta.

Uma jovem missionária encerra dizendo que se deve colocar nas mãos do senhor todo o aprendizado obtido naquele dia, mantendo sempre a vontade de Deus, para que possam agir de acordo com a vontade dele. “Que possam abrir o coração para a indignação com as injustiças”. Encerra-se com o pai nosso.

Que essa formação tem muitas possibilidades, não há como se negar. Mas fiquei me perguntando que frutos ela deu. Recentemente, conversando com um dos agentes da pastoral sobre o resultado que houve dessa formação, ele nos enviou um pequeno relatório elaborado por umas das jovens missionárias, que fez parte da formação. De 27 a 31 de janeiro de 2015, ela, junto com um grupo, foi para uma missão de férias com os seminaristas e o setor da juventude da Diocese de Tocantinópolis-TO, na cidade de Araguatins, na região norte.

Levaram passagens bíblicas às famílias que visitaram. Em algumas dessas casas começaram a falar sobre trabalho e suas condições, sem se referir à escravidão, inicialmente.

Aos poucos se começou a falar sobre o que eles achavam do trabalho escravo, qual conceito que tinham sobre o assunto. Observaram que os conceitos eram muito reduzidos. Alguns lembravam o período de escravidão legal no Brasil colônia, da escravidão dos negros, na desumanidade com que eram tratados. Referiam-se à escravidão como algo apenas do passado. Assim, foi lido o texto de Jeremias 22:3²⁴, que faz referência ao trabalho escravo, e Gálatas 5:1²⁵, que fala sobre a liberdade humana.

Incentivaram as pessoas a falarem o que acharam da passagem na bíblia, o que haviam entendido. À medida que a conversa se alargava, os pensamentos se abriam e iam entendendo o que era trabalho escravo. As pessoas perceberam que ainda hoje existe escravidão no Brasil. “Alguns recordavam de casos famosos de escravidão rural no estado do Tocantins, e outros relataram casos semelhantes ao trabalho escravo em zona urbana, situações que viveram e que poderiam ser consideradas como escravidão se tivessem informações suficientes na época”.

Esse depoimento é muito importante para pensarmos a base teórica dessa tese. Como vimos, no capítulo 3, partimos de ideias gramscianas de como se forma a consciência das pessoas e como a classe dominante se utiliza dos aparelhos hegemônicos para coagir e convencê-las. Nesse relato, afirmam-se depoimentos de pessoas que não conseguiram ver certas relações como de escravidão, pois ainda há uma cultura impregnada da normalidade das relações de trabalho, mesmo sob condições sub-humanas.

A chegada de uma representante da Igreja Católica leva-os a recordar lembranças que ligam experiências passadas com a escravidão. É uma elevação do nível de consciência, de pessoas que já passaram, ou viram outras passarem, pela escravidão, mas não ligavam a situação a essa desumanização. A chegada da informação, através desses canais, já é a criação do ambiente para o despertar crítico para uma nova cultura.

O termo trabalho escravo é muito forte, ele traz lembranças importantes de humilhação, indignidade e até de vergonha. Quando as pessoas conseguem associar essas experiências com o termo, é um começo importante para o desenvolvimento da indignação da situação. Esse sentimento vai impulsionando a formação de uma nova cultura. Nesse trabalho, desenvolvido pelos intelectuais orgânicos da CPT na Sociedade Civil, como vimos, há uma opção pela defesa de uma classe, e, a partir disso, disseminam a informação para a associação de condutas que foram aceitáveis por décadas para a indignação.

²⁴ Jeremias 22, 3- exerçei o juízo e a justiça, e livrai o espoliado da mão do opressor. Não façais nenhum mal ou violência ao estrangeiro, nem ao órfão, nem a viúva, não derrameis sangue inocente neste lugar.

²⁵ Gálatas, 5,1 – Para a liberdade Cristo nos libertou, permaneçei, pois, firmes e não vos dobreis novamente a um jogo de escravidão.

Este é um dos pontos importantes do trabalho dos agentes pastorais da CPT na Sociedade Civil: o despertar para essa associação, pois daí pode vir denúncias da ilegalidade. Mas é pouco possível que isso seja desenvolvido sem a informação. Podemos perceber, nessa ação da formação com a juventude missionária, que se conseguiu colocar em pauta o TEC em uma organização que pode alcançar inúmeras pessoas com o seu trabalho no Tocantins. É um processo importante para despertar de uma nova cultura.

4.5.2 Semana de comemoração de combate ao TEC em Araguaína-TO

No dia 31 de janeiro de 2015, acompanhei um ato em comemoração à semana de combate ao trabalho escravo. Dia 28 de janeiro foi escolhido como o dia nacional de combate ao TEC, pois essa foi a data em que três fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados em Unaí-MG, quando fiscalizavam uma fazenda. Todos os anos, durante a semana, há comemoração nos estados. Em Araguaína houve esse ato, organizado conjuntamente por alguns agentes da pastoral e por um grupo local de jovens capoeiristas e de dança.

Cheguei ao terminal bandeira, em Araguaína, às 08h15min. Logo avistei, em um cruzamento, três grupos de pessoas, cada um com uma faixa. Elas conversavam com as pessoas que paravam no sinal e entregam-lhes panfletos. Havia três faixas nesse ato com as frases: Trabalho escravo é crime: denuncie; Trabalho escravo: vamos acabar com essa vergonha; Brasil: de olho aberto para não virar escravo.

Fotografia 11- Manifestação em Araguaína



Faixa utilizada no ato de comemoração ao TEC em Araguaína
 Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Conversei com um dos agentes da pastoral e falei da necessidade de ser apresentada aos professores de capoeira e de dança para que eu conversasse com eles mais tarde, de forma tranquila. Fui bem recebida. Depois, comecei a conversar com algumas pessoas que estavam participando do ato. Perguntei a um rapaz do grupo de dança, que estava segurando uma das faixas, o que ele achava do trabalho escravo. Disse-me que na verdade não sabia muito bem o que era, achava que não existia mais, estava ali porque o professor do grupo de dança o chamou para fazer parte do ato. Ele não estava panfletando, e ficou muito claro que ele não sabia o que estava fazendo ali, foi somente pelo fato de ter sido convidado pelo o professor.

Fui conversar com outra moça, também do grupo de dança. Eu me encontrava do mesmo lado onde estavam os membros do grupo de dança. Ela disse que também não sabia dizer o que era trabalho escravo, já havia escutado sobre o assunto na escola. Quando perguntei se ela achava que existe trabalho escravo, respondeu que não. Questionei ainda se o professor de dança havia falado sobre trabalho escravo. Ela disse que não, reafirmando que só tinha ouvido na escola. Fiquei bem decepcionada. Comecei a pensar que as pessoas que vieram para o ato não sabiam o que estavam fazendo. Fiquei refletindo como o grupo de dança iria disseminar informação se ele não a tinha.

Mais à frente, o agente da pastoral, de 22 anos, explicou-me que o ato foi organizado por dois grupos: um grupo de capoeira e um de dança, mas somente quem passou por formação foi o primeiro. Fiquei sabendo dessa informação no final do ato. Com a entrevista do professor de capoeira, teremos maiores esclarecimentos.

Fotografia 12 - Manifestação em Araguaína



Panfletagem na semana nacional de combate ao TEC em Araguaína
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Ainda com esperança de encontrar alguém com maiores informações, fiquei por ali mais um pouco. Conversei com uma moça que estava panfletando com bastante afinco. Quando os carros paravam no semáforo, que abria e fechava muito rápido, ela ia até os motoristas para entregar o panfleto e conversar. Começamos a dialogar sobre o trabalho dela, no momento em que o sinal estava verde. Ela pesquisa sobre trabalho escravo, e revelou que é trabalhadora voluntária da CPT. Chegou até a esta Pastoral através de seu professor do Curso de graduação em História, no campus da UFT, em Araguaína, que já pesquisa sobre esta Pastoral há algum tempo.

O objetivo dela era estudar a guerrilha do Araguaia, mas quando conheceu a CPT e se deu conta da problemática do trabalho escravo, decidiu que era sobre esse tema que gostaria de se dedicar. Bem, diante desse interesse, seu professor dialogou com a CPT e foi feito um planejamento com os alunos de iniciação científica, grupo do qual ela faz parte, com o mesmo docente, para organizar a documentação da pastoral. Por outro lado, seria possível ter o

contato direto com a problemática do trabalho escravo. Ela disse que começou esse trabalho em Xingara-PA, onde tem muita documentação, embora desorganizada.

Em Araguaína, o trabalho não havia começado oficialmente, mas ela estava nesta cidade pelos custos. O trabalho é subsidiado com uma bolsa do Programa Brasileiro de Iniciação Científica (PIBIC) de R\$ 400,00. Tinha que ir a Xingara todo mês, e estava ficando muito dispendioso para poder realizar a pesquisa, então, pararam um tempo, mas organizaram parte da documentação. Indaguei ainda qual o objeto da pesquisa, já que o tema trabalho escravo é imenso. Ela esclareceu que é a resistência dos trabalhadores escravos na relação com o patrão, buscando compreender que espécie de negociações eles fazem diante das condições de trabalho.

Fotografia 13 - Manifestação em Araguaína



Panfletagem sobre TEC com voluntária da CPT em Araguaína
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

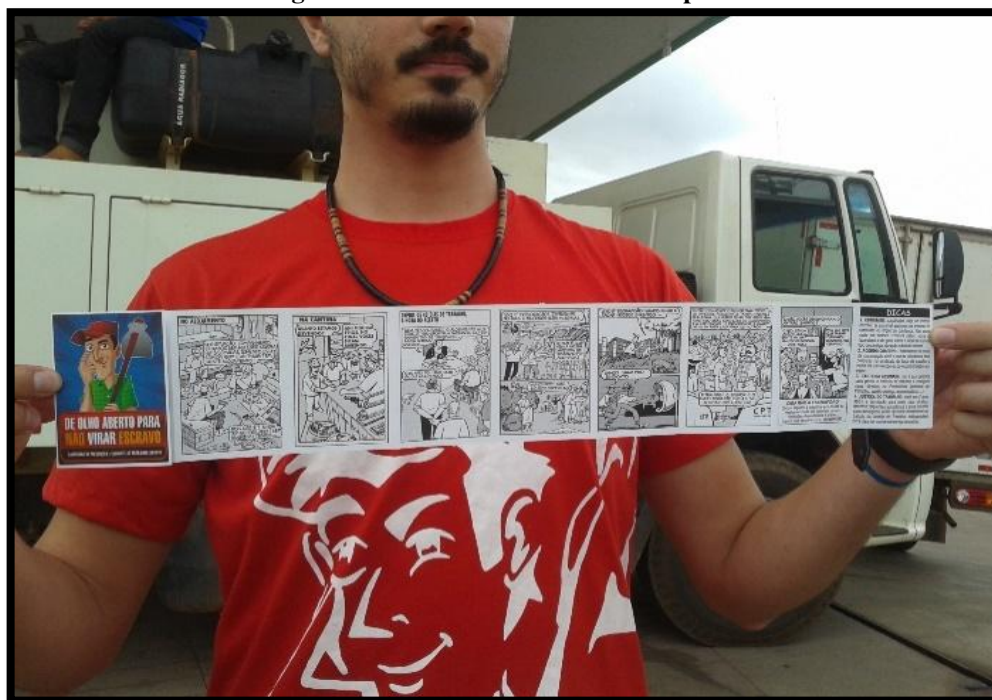
Percebi que já estava conversando há muito tempo com a voluntária, o que se explica pelas nossas afinidades, pois ambas somos da academia. Daí, eu comecei a passar por outros espaços e dialogar com outras pessoas. Perguntei a outra moça, que estava panfletando, como estava sendo a reação das pessoas com relação aos panfletos. Ela disse que não dava para conversar muito porque o sinal abria e fechava rapidamente, mas o que percebeu uma boa receptividade. Houve pessoas que passaram caminhando lendo o panfleto.

Fotografia 14- Manifestação em Araguaína

Pessoas lendo panfleto distribuído no ato
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Percebi também que havia pessoas que pediam os panfletos para ler. Muitas liam a sanfoninha (fotografia 15), ou outros panfletos. As reações foram as mais diversas, por exemplo: ouvi de um menino da capoeira que houve muitas pessoas que rejeitaram os panfletos. Outras indagaram se com panfletos se consegue mudar as coisas.

Fotografia 15 - Sanfona confeccionada pela CPT



Sanfoninha distribuída no ato que alerta sobre o TEC
 Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Às 09h da manhã, deslocamo-nos para outros espaços. Fomos caminhando em direção a uma feira grande que existe em Araguaína. Tentei conversar com algumas jovens que estavam no ato, mas não obtive sucesso. Até o momento, eu não sabia que somente o grupo de capoeira tinha passado por uma formação. De repente, uma adolescente, de 16 anos, veio falar comigo e disse-me que o trabalho escravo ainda existe. Perguntei o que era trabalho escravo. Ela respondeu que “o gato engana a pessoa e não assina a carteira, não respeita o direito da pessoa”. Afirmou que há pessoas que pensam não mais existir trabalho escravo. Perguntei ainda sobre a importância do ato de hoje, e me disse que era para as pessoas conversarem e terem essa informação, ela era do grupo de capoeira.

Chegamos à feira. Estávamos todos com fome e fui comprar bananas. Distribuí-as e ficamos lá, parados, durante certo momento. Depois acompanhei um grupo, que há havia se distanciado, pois estava entregando os panfletos, justamente o grupo de dança. Observei que os feirantes liam a sanfoninha e o panfleto distribuídos pelo grupo.

Conversei com um senhor, vendedor de farinha, que elogiou o colorido do panfleto. Perguntei-lhe o que era. Eu li para ele o título: trabalho escravo. Aí perguntei a opinião dele a respeito desse assunto. Ele respondeu que não existe mais este tipo de trabalho. Insisti indagando o que ele achava desse pessoal que trabalha nas fazendas. Ele foi enfático em dizer

que se a pessoa tem um empregado, precisa zelar por ele. Na sua terrinha, não tem empregado, ele mesmo faz a farinha, “mas se tivesse teria que zelar por ele”. Olhando mais à frente, me chamou muita atenção um rapaz, de 25 anos, vendedor de alface, que estava lendo a sanfoninha, em sua barraca.

Fotografia 16 - Panfletagem na feira de Araguaína



Vendedor de alface lendo a sanfoninha, de forma concentrada
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Eu fiquei observando, da barraca em frente, aguardando o feirante terminar de ler a sanfoninha. De repente, ele parava e dizia: “Olha a verdura”, mas vidrado na estória daquele material. Quando ele terminou de ler, eu me aproximei e perguntei quanto custava a alface. Quando respondeu, eu disse que ele estava muito concentrado lendo. Indaguei o que ele estava achando, respondeu que achou interessante a estória. Mas disse que isso não acontece mais, pois as pessoas estão mais espertas, elas estão indo procurar os seus direitos, então “isso já não existe hoje”. Indaguei sobre as condições de trabalho nas fazendas. Ele disse que eram boas, mas se não fossem, as pessoas têm que procurar seus direitos na justiça. Perguntei se conhecia a Comissão Pastoral da Terra, respondeu que nunca havia ouvido falar.

Com todos esses depoimentos, pude observar que é muito forte, na mente das pessoas, o trabalho nas fazendas, o que é uma realidade na região, mas parte delas não consegue associá-lo ao trabalho escravo. O conceito de TEC é limitado à escravidão colonial. Por outro lado, essas pessoas não aceitam que esses trabalhos nas fazendas desrespeitem direitos, entendem que o trabalhador deve buscá-los. Isso já é uma elevação do nível de consciência.

Há pelo menos a verbalização de que se deve lutar pelos direitos. A não aceitação do desrespeito é formação de nova cultura. E, por mais que o vendedor de alface nunca tenha ouvido falar da CPT, foi através do material por ela confeccionado que ele teve acesso à informação.

Sáímos da feira. Viemos caminhando diretamente para a praça das nações, onde se formou uma roda de capoeira. Eu comecei a observar como essa luta chamou a atenção.

Fotografia 17 - Roda de capoeira na Praça das Nações



Apresentação de capoeiristas.
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Fotografia 18 - Roda de capoeira na Praça das Nações

Capoeirista com camisa da campanha de combate ao TEC pela CPT
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Várias pessoas começaram a ficar ao redor, inclusive, via muito interesse delas pela capoeira. Ficavam me perguntando, principalmente as mães, se tinha algum endereço, algum lugar onde o grupo se encontrava. Isso só porque eu estava na roda de capoeira batendo palmas, pois não sei jogar. Então, comecei a observar a capoeira como um grande instrumento de formação de cultura. Porque a dança e o jogo possuem musicalidade, aquela roda e aquela brincadeira envolvem as pessoas.

Enquanto os capoeiristas se apresentavam, busquei conversar com algumas pessoas. Dialoguei com um menino do grupo de dança, que devia ter por volta de 8 anos de idade. Outra decepção. Perguntei se ele já tinha ouvido falar em trabalho escravo, novamente, a resposta de que somente na escola. Lembrou-se que também já tinha ouvido falar, quando o grupo de capoeira “Sangue Negro” foi se apresentar na sua escola. Diante disso, tentei dialogar com o professor do grupo de dança. Ele revelou que sua relação com a CPT se iniciou através de um projeto de formação sobre trabalho escravo, realizado na chácara (Camaçari). Sobre a organização do ato, esclareceu que teria sido convidado pelo mestre Anzol, professor do grupo de capoeira e estava dando um apoio. Quando eu perguntei sobre trabalho escravo, entendi porque os seus alunos nada sabiam sobre o tema: ele mesmo não demonstrou o que aprendeu na formação.

Somente nesse momento é que conversei com o agente da pastoral, e ele me esclareceu que o grupo de dança não havia passado por uma formação. Eles vieram como apoio, porque grande parte do grupo de capoeira não pode vir, devido a uma atividade marcada para aquele dia. Fiquei me questionando se pessoas, sem conhecimento da problemática, deveriam estar no ato. Mas isso foi esclarecido quando conversei com o professor de capoeira, no sentido de que o ato já era também a formação desse grupo. Talvez a participação até estimulasse buscar conhecimento sobre o assunto. Além disso, a meta era levar esses jovens para uma formação.

A imprensa cobriu o ato desde a panfletagem, no cruzamento. Os agentes da pastoral deram entrevista explicando o que era o evento em comemoração à semana de combate ao trabalho escravo.

Fotografia 19 - Cobertura da imprensa local sobre o ato de comemoração



Entrevista com agentes da CPT
Fonte: Arquivo de Shirley Silveira Andrade

Por volta das 11h40min, o agente da pastoral, encerrando o ato, falou que era a hora da avaliação. Agradeceu pela disponibilidade de todos de irem à rua chamar a atenção da sociedade. Ele revela que a cada ano vem se desenvolvendo um trabalho de formação, da qual alguns que estavam no ato participaram, e outros não. Por isso, convidou aos demais para também participarem desse conhecimento. Analisou que o resultado desse trabalho iria ser visto na mídia, pois ia ser divulgado, e disse ter sido muito importante ter dado visibilidade ao problema, pois foram distribuídos quase mil panfletos.

Depois dessas observações, perguntou o que o grupo achava. Um dos alunos do mestre Anzol começou a verbalizar, de uma forma muito consciente, de que a impressão das pessoas é de que o trabalho escravo não existe mais, “mas ele ainda existe, é preciso ficar de olho”. Por isso, ressaltou serem necessárias mais ações como esse ato “porque muita gente estudada pensa que acabou, mas apenas mudou de cara, mas acabar mesmo não, e temos que explicar isso”.

É importante ressaltarmos que ele chegou a enfatizar que a última pessoa com quem conversou, indagou se com o panfleto seria possível mudar alguma coisa. O capoeirista conclui que “por causa de uma pessoa as coisas podem começar a mudar”. Comecei a perceber a diferença de discurso das pessoas que passaram pela formação na CPT. Foi possível compreender mais ainda um pouco a consciência desse grupo quando ouvimos a avaliação do professor de capoeira.

No momento da avaliação, mestre Anzol declarou que, há muito tempo, faz um trabalho na capoeira sobre trabalho escravo. Ele defende que a função da capoeira é também educar. Com o avanço tão grande da tecnologia, mesmo assim existem muitas pessoas que não tem acesso à informação ou que são “tapadas”. Preferem estar conversando com mil pessoas ao mesmo tempo a procurar saber o que é trabalho escravo. O capoeirista ainda disse que certa entrou numa loja de toca e o vendedor não quis atendê-lo. Diante disso, ele indagou se aquele tratamento era pelo fato dele ser invisível, por causa do seu visual, ou se era por que ele é negro. “É preciso aprender a se impor, a se colocar no lugar”. Por isso, o professor esclarece que o grupo tem a proposta não só de levar a capoeira, mas agregar todos os valores, divulgando tudo sobre a discriminação.

Acentuou que se as pessoas tiverem vergonha de entregar um panfleto na rua elas também vão ter vergonha de trabalhar, de se impor em determinadas situações. É preciso manter o queixo, os olhos para cima, sem ser arrogante, mas é preciso aprender a viver em uma sociedade democrática, onde há direitos e deveres. Revelou que o professor de dança já faz parte da família e que há proposta de uma formação reunindo os dois grupos que auxiliaram na organização da panfletagem. “Momentos de formação, momentos de lazer, momentos de interação. A proposta do grupo de capoeira é que isso aqui se torne forte, seja um elo. É preciso cutucar a sociedade até sair alguma coisa. O que se busca é formação, é manter essas questões e essas manifestações afro-brasileiras”.

Quando o ato terminou, fiquei pensando que há muito trabalho de formação a ser feito. Há um grupo de pessoas que não sabe da existência do trabalho escravo contemporâneo, não

sabe nem mesmo o que seja trabalho escravo. Limita-se ao estudo oficial do trabalho escravo colonial e imperial brasileiro. Essas pessoas não conseguem associar os trabalhos na fazenda ao trabalho escravo. Observei ainda que a maioria das pessoas que passam pela formação da CPT tem um processo de elevação de consciência, elas conseguem fazer essa associação. Mas o fato é que está muito marcado na consciência de parte das pessoas que trabalho escravo está relacionado com as correntes.

O objetivo de atos como esse é iniciar o processo de sensibilização. É começar o despertar para uma consciência crítica. E é importante que grupos públicos, como o de capoeira e de dança, estejam à frente disso, pois eles acabam sendo uma referência na cidade. Quando entrevistamos o professor de capoeira, tínhamos que parar toda a hora porque conhecidos chegavam com o objetivo de trocar ideias com ele. Percebi como ele é conhecido na cidade, e já formou várias pessoas que têm dado continuidade ao trabalho. Depois de suas análises na avaliação, indaguei se poderia entrevistá-lo.

É muito importante analisarmos essa entrevista para compreendermos a relação da CPT com o grupo de capoeira, ou seja, mais uma atuação desta pastoral junto à Sociedade Civil. Ali, na praça das nações mesmo, fizemos a entrevista ao meio do som do berimbau. Os pais do mestre Anzol têm origem na roça, mas quando o pai dele passou a ter problemas de visão começou a tocar acordeom, e acabou indo para a cidade, tornou-se músico. Sua mãe seguiu a carreira de professora. Portanto, ele nasceu num ambiente urbano, em Araguaína.

Quando tinha entre 12 e 13 anos começou a jogar, mas não sabia que aquilo era capoeira. Só teve contato efetivo com ela quando foi ao Nordeste, mais precisamente ao Piauí. Foi quando começou a estudar como se organiza o corpo humano. Aos 16 anos ele já estava ministrando aulas sobre essa luta, inclusive em escolas. Seu pai não tinha conhecimento dessas atividades, mestre Anzol tinha receios pelo fato da capoeira não ser bem vista na época, era tudo meio escondido. Até a década de 1990, os capoeiristas eram vistos de forma marginalizada. Eles sempre se escondiam quando alguém chegava.

Sobre trabalho escravo, buscou formação pela realidade de seus alunos. Em 1986, quando começou a dar aulas, os pais dos estudantes, que viviam em Araguaína, trabalhavam em fazendas. Ele observava a que no mês de julho o número de alunos na capoeira diminuía. Nessa época, os alunos, da faixa etária de 14 a 16 anos, também iam às fazendas para fazer derrubadas com motosserras ou catar pedaços de coco, com a finalidade de deixar a terra limpa. “A vizinhança toda é cheia de fazenda, não tinha como eles trabalharem em outras coisas, assim, eles iam para esse serviço”. Acrescido a essa realidade, parte de seus alunos

relataram que seus pais haviam se deslocado para trabalhar em fazendas, e seis meses depois ainda não haviam voltado. “Era tanto tempo sem notícia, às vezes chegava a durar até um ano, que as mulheres e os filhos achavam que o marido estava com outra mulher, quando na verdade eles estavam presos”.

Com essas problemáticas, foi em busca de informação. Até então ele não acreditava na existência de trabalho escravo. Só a partir da década de 1990, começou a rever seus pensamentos e fazer alguns estudos através da CPT. A partir das oficinas, começou a ver situações que já existiam em outros países, e percebeu a existência de trabalho escravo na atualidade. Depois de ter aprendido nessas formações, o mestre passou a iniciar a formação com seus alunos. Dentro do grupo, há duas formações com a CPT, isso ocorre uma vez por ano na chácara Camaçari. Leva grupos, entre 30 e 50 jovens, para passar dois dias na formação.

A seleção para essas formações é feita através de um convite. O professor conversa com suas turmas, uma professora, que já foi aluna dele, e em escolas que conhece, indagando quem estaria disposto a escutar sobre trabalho escravo, sobre direito e deveres. “Tentamos não excluir ninguém que queira”, defende. Quando indagado os motivo de um número grande de alunos aderir à formação ele traça algumas justificativas.

Na capoeira, os que estão entrando já ficam sabendo o que os mais velhos fazem. A apresentação de capoeira de meu grupo é diferente da maioria, porque há diversidade de atividades. Há meninos que só jogam capoeira; há o grupo que entra só para tocar uns instrumentos; tem o grupo que entra só para dançar samba de roda, todo mundo caracterizado; tem um grupo de maculelê. Os mais novatos vão aprendendo as demais coisas. Então, eles já vão sabendo, junto aos mais antigos, que há essa formação na chácara.

Por isso, ele sempre diz para a CPT que essas formações têm que ser atrativas para os adolescentes, “tem que ter alguma coisa, a coisa maior já é a capoeira. O espaço da CPT tem um momento de lazer para se tomar um banho no rio. Então, uma coisa vai puxando outra”. Ele tem três filhos, quando há formação, todos vão.

Quanto aos pais dos alunos, esclarece que todos são informados do que vão fazer lá, que dia vão, quando voltam, e lhes é disponibilizado o número de telefone e endereço da chácara. Os pais vêm buscar informação no sentido de saber se é verdade a existência da oficina, mas não referente ao seu conteúdo. Dois dias antes, é mandada uma autorização para eles assinarem e nela há esclarecimentos sobre o tema a ser trabalhado. Quando os pais sabem

que o tema é trabalho escravo até liberam mais rápido, pois há pessoas na família deles que já passaram por isso.

Mestre Anzol segue dizendo que essas formações são importantes, pois por mais que se tenha informação, tem gente dizendo não existir trabalho escravo. Nem é nem tanto por falta de informação, a questão é a correria desenfreada que para se conseguir capital. As pessoas acordam cedo para lutar pela sobrevivência. À noite, não tem tempo para os filhos. A outra questão é que a escola não trabalha temas como esse, como não trabalha muitos outros temas. Daí a importância desses trabalhos de formação. “Quanto mais cedo se coloca informações nessas crianças, melhor será assimilado no futuro”, defende o capoeirista.

Em relação ao ato, o professor de capoeira afirma que foi resultado de uma das formações. Antes elas eram feitas sem um planejamento de ações. O grupo de capoeira abrange 20 setores da cidade, diante disso, começou-se a pensar como esses grupos poderiam atingir um grupo maior de informações. Na última formação, em 2013, surgiu a ideia de realizar estes atos todos os anos: fazer panfletagem, roda de capoeira, na semana de comemoração. Eles têm o objetivo de esclarecer à sociedade, de mostrar e demonstrar que ainda existe esse trabalho forçado, esse trabalho escravo.

O professor defende que por mais que nesses atos a informação não seja profunda, mas a entrega de mil panfletos, mil sanfoninhas, atinge muitas pessoas. Ressalta que é preciso que elas tenham esse conhecimento para consciência disso e quando virem uma situação de trabalho escravo fazerem algum tipo de denúncia, até mesmo para a CPT, ou conversarem com alguns desses agentes que passaram pela formação. E é por isto que ele trabalha com o grupo, para distribuir a informação, não para retê-la, mas para usá-la.

Indagado sobre a importância do ato de hoje para seus alunos, respondeu que é a relação de estreitamento entre eles mesmos. A importância de eles se conhecerem integrantes do grupo capoeira. Com esses laços estreitados, eles vão buscar conhecer, trocar ideias, vão ter curiosidade. Quando a formação for agendada, eles vão se disponibilizar a ir. Segue refletindo que a ideia é expandir essa formação com projetos que já tem com a CPT. O projeto é levar esta pastoral para as escolas, combinando sua atuação com a contribuição dos alunos que já passaram pela formação.

Indaguei ainda o que ele sentiu da reação das pessoas no ato. Respondeu que há as pessoas que sabem da existência do TEC, e outras parecem viver em outro mundo. Fica meio

frustrado por perceber que ainda existem pessoas que não acreditam no tráfico de pessoas, no trabalho escravo, e em uma infinidade de coisas, como a discriminação, por exemplo.

Em relação a outros projetos para fazer com a CPT, ele demonstra que a ideia é levar a CPT nas escolas. Agora vão fazer essa formação envolvendo esse grupo de dança, ministrado pela CPT. E em alguns momentos das oficinas, vai se colocar os que já passaram pela formação para contribuir. Mas depois o que se quer é levar a CPT às escolas. “Chegar até a direção da escola e explicar que se quer fazer a formação dos alunos, das crianças e adolescentes, marcar a data, tudo certinho”. E esclarece que em alguns momentos serão os próprios capoeiristas, que já fizeram formação, quem vão ministrar essa oficina, com o acompanhamento dos agentes da CPT.

Todas essas informações levaram-me a pensar nas ações dos agentes da CPT em reproduzir as informações sobre o trabalho escravo. Como já dissemos, um dos momentos da formação de nova cultura é disseminar informações. E esse tem sido o objetivo nos atos que analisamos até o momento. Mas através dos grupos de dança e de capoeira está sendo possível criar uma rede de informações sobre o trabalho escravo.

4.5.3 A formação dos trabalhadores escravizados

Além dessa preocupação de informar à Sociedade Civil no geral, os agentes da CPT realizam atividades com os trabalhadores escravizados. Vamos analisar um pouco da experiência de dez trabalhadores, que foram entrevistados por nós e que têm relação com esta pastoral.

4.5.3.1 Esclarecimentos iniciais

Antes de expormos as entrevistas, gostaríamos de esclarecer as dificuldades que enfrentamos para realizá-las. Conseguimos entrevistar nove homens e uma mulher. Importante ressaltar que não vou expor aqui muitos detalhes dos locais e critérios. Não irei especificar em quais cidades e nem em quais assentamentos foram realizadas as entrevistas, como também, as informações trazidas pela única trabalhadora entrevistada. Portanto, as informações sempre terão como fonte trabalhadores e, caso a entrevista tenha sido realizada com assentados, também não informarei o assentamento onde se procederam.

O critério para escolha dessas pessoas foi mais a disponibilidade. Desde a elaboração do projeto, refleti junto com os agentes da pastoral em que locais poderíamos nos concentrar

para fazer essas conversas. Quando cheguei até a sede, em Araguaína, já tínhamos algumas ideias. Mas a questão é que algumas previsões deram certo, e outras não. Tivemos que repensar os locais. Entre várias viagens, conseguimos trabalhadores que se dispuseram a contar sua história e permitir que ela fosse publicizada. Como será visto, o perfil desses trabalhadores é bem diversificado. Há jovens e idosos, escravizados recentes e antigos.

Como o fenômeno do trabalho escravo é muito complexo e envolve bastante violência física e psíquica, o mais adequado é não identificar esses trabalhadores. O que pode aparecer na análise das entrevistas é alguma característica que não revele sua identidade. Nossa pesquisa não tem o objetivo de colocar essas pessoas em perigo. Por isso, não detalho como foi a pesquisa de campo, em que lugares passei, nem os contatos feitos para chegar até esses trabalhadores.

Todos os entrevistados passaram pela experiência de terem sido escravizados e terem tido algum contato com a CPT, seja antes ou depois do TEC. Esse número foi pequeno devido às dificuldades que encontrei. Xavier Plassat, em entrevista, revelou que um dos enganos da CPT era pensar ser o Tocantins um local que exportava trabalhadores, na verdade há TEC com os próprios trabalhadores da região. A questão é que o critério da pesquisa foi que esses trabalhadores, além de terem sido escravizados, precisavam ter tido contato com a CPT. Isso se explica por ser o objeto da pesquisa esta relação entre o trabalho da CPT e a formação de consciência desses trabalhadores.

E essa foi a dificuldade. A CPT não tem um trabalho de acompanhamento com eles depois dos recebimentos dos direitos trabalhistas. Para uma parte dos resgatados, essa relação ocorre do momento do resgate até o contato com a Justiça do Trabalho para os encaminhamentos de recebimento dos direitos trabalhistas e do seguro-desemprego. Nesse intervalo, há muito diálogo com os trabalhadores. Mas quando os libertados recebem as verbas devidas no momento do resgate, não têm mais contato com a CPT. O próprio agente da pastoral assumiu esse problema. Quando se consegue que esses trabalhadores se assentem em alguma terra, até que esse acompanhamento ocorre, pois podem continuar em contato. Nesses casos as entrevistas foram mais acessíveis, eu ia até o assentamento e entrevistava os trabalhadores que permitiam.

Mas o interessante é o fato de não haver tantos trabalhadores que já foram escravizados e que estão assentados. Quando isso não acontece, os trabalhadores somem porque eles precisam voltar ao trabalho, sendo escravizados novamente ou não. Muitos deles voltam a trabalhar nas fazendas, daí a grande dificuldade que tivemos em encontrá-los. Por

vezes, viajei 150 km para encontrar um trabalhador e entrevistá-lo, isso quando permitiam a entrevista, pois houve casos que eles se negaram.

Outra questão foi que nem sempre o agente da pastoral podia me acompanhar, o que dificultou muito, pois os trabalhadores são muito desconfiados. Em uma situação, o agente da pastoral conversou com alguns dos trabalhadores avisando sobre a minha visita, mas mesmo assim houve dificuldades. Alguns trabalhadores aceitaram a entrevista, outros não. Em outro caso, foi necessário que eu esperasse alguns dias para que se proferisse uma conversa comigo. Cheguei a uma cidade onde não conhecia ninguém, nem o próprio agente da pastoral tinha um local para indicar onde eu ficasse. Fui até a casa do trabalhador, indicado pelo agente da pastoral e que havia feito contato, mas não foi possível realizar a entrevista por que ele estava alcoolizado. Tive que esperar dois dias no hotel para conseguir conversar com ele. A insistência em realizar essa entrevista se deu pelo fato deste trabalhador ter sido resgatado há menos de um mês.

Em outro caso de entrevista, sem a intermediação do agente da CPT, tentei, sem sucesso, conversar com o trabalhador. Apresentei-me e falei sobre o contato com a CPT. Até que ele começou a se soltar no início, falando um pouco de sua trajetória de vida, mas depois desistiu de continuar. Ficou muito desconfiado. Descobri que ele foi um trabalhador que denunciou o fazendeiro, e estava com muito medo. Portanto, esse não contabiliza no número de entrevistas que serão analisadas aqui.

Em outro caso, o agente da pastoral tentou fazer a articulação com outros trabalhadores, mas teve insucesso, pois eles já tinham recebido o seguro desemprego e não estavam disponíveis para conversar, já estavam trabalhando em outras fazendas. Tentei ainda a entrevista com o trabalhador, cuja história foi trabalhada na formação junto com a juventude missionária. Tentou-se ligar para ele, mas o celular nunca completava a ligação. O agente da pastoral esclareceu que o assentamento onde mora esse trabalhador não pega sinal de celular e que não adiantaria ir sem contato anterior, pois poderia perder a viagem. O agente sugeriu que talvez ele estivesse em uma reunião grande, que eles iriam realizar no dia 23 de janeiro de 2015. Nem consegui contato, nem ele foi à reunião.

Uma possibilidade de entrevistar trabalhadores foi ficar observando na sede da CPT. Havia sempre trabalhadores rurais transitando neste espaço. Quando o agente da pastoral não conseguia fazer as articulações, eu me deslocava para a sede. Ficava sempre fazendo alguma coisa, lendo um livro, anotando no diário de campo, observando o que acontecia. Foi em uma dessas visitas que consegui entrevistar um trabalhador resgatado, hoje é uma liderança da

CPT em seu assentamento. Fiquei a manhã toda aguardando, enquanto estava ocorrendo uma reunião da articulação camponesa. Não é sobre trabalho escravo, mas sobre os problemas que acontecem nas áreas de acampamentos e assentamentos. Os coordenadores dessas áreas se reúnem junto com a coordenação da CPT para discutirem seus problemas.

Procurei ficar distante da reunião para não abusar da confiança, pois o agente avisou que eu não poderia participar, era mais fechada. Na hora do almoço, a coordenadora da CPT me deu a chave dela e fiquei na sede da Comissão. Quando estava na sala da frente, chegou um trabalhador, que estava na reunião da articulação camponesa, deu boa tarde e perguntou-me se eu trabalhava na CPT. Apresentei-me e expliquei sobre a pesquisa. Ele disse que já havia sido resgatado. Então pedi permissão para realizar uma entrevista, gravei tudo, e a entrevista foi muito boa.

Outra questão que percebi, por parte de alguns trabalhadores, foi o receio de gravar a entrevista. Por isso, no início do diálogo, chegava sem papel nem gravador. Somente quando o trabalhador estava mais confiante pedia para gravar a entrevista, e, no final, para assinar o Termo de Consentimento. Mesmo assim, houve casos de trabalhadores que não quiseram dar entrevistas, além de outros que se sentiram inibidos se fizesse a gravação. Nesses casos, apenas conversava com o trabalhador que já passou pela experiência de TEC, com base nas perguntas do roteiro de entrevista, memorizei o roteiro já prevendo essas situações. Na mesma hora em que a entrevista terminava, ia a algum lugar tranquilo e gravava o que conversamos.

Além de todas essas problemáticas, nunca é demais lembrar a dificuldade das pessoas em falarem sobre trabalho escravo. São histórias que os trabalhadores querem esquecer. Alguns se emocionaram quando falavam sobre o assunto. O acompanhamento com o agente da pastoral foi fundamental. Além disso, assentados, que não foram escravizados, tiveram um papel muito importante na condução até as pessoas. Muitos disseram que somente iam falar o que estavam falando porque eu tinha vindo através da CPT.

Ao chegar à casa das pessoas, elas ficavam mais à vontade quando eu estava com o representante do assentamento. Assim, os trabalhadores que aceitaram fazer as entrevistas contaram, com detalhes, o que aconteceu com eles nas fazendas e sua situação hoje. Houve uma relação de confiança com uma pessoa que eles acabaram de conhecer. Essas entrevistas foram sempre muito doloridas para os entrevistados e para mim. Por vezes, chegava delas muito entristecida de tanta miséria, abandono, indignidade e desigualdade. Pensava nas limitações da universidade quanto a essas questões. Então, foi muito compreensível que alguns trabalhadores não quisessem ser entrevistados.

Por vezes, nessas viagens, costumava conversar com algumas pessoas da região para entender as questões que ali ocorriam. Numa dessas cidades, onde fiquei aguardando o transporte de volta, comecei a puxar conversa com uma senhora. Ela me disse que é uma cidade antiga, mas que tem cerca de 4.000 habitantes. Que antes tinham muitas fazendas e gente trabalhando nelas, mas que nos últimos anos a eco Brasil comprou tudo e plantou eucalipto. Que há trabalhadores nessas áreas colocando veneno, plantando, mas já houve mais gente. A questão é: como se sobrevive em uma cidade de 4.000 habitantes que somente tem fazenda? Isso é muito recorrente nos municípios do Tocantins, são cidades de um vazio habitacional e econômico impressionante. O que acaba facilitando o TEC.

Com as entrevistas, tivemos uma grande quantidade de informações que tentei organizar aqui, dentro da lógica do roteiro de entrevista. Primeiramente, analisei as informações referentes ao período antes da fazenda para perceber o perfil desses trabalhadores. Depois, refleti sobre o período em que eles trabalhavam sob condições sub-humanas. E, finalmente, estudei as informações após o período de escravidão. Importante explicar que com isso não quero dizer que todos eles abandonaram o trabalho escravo, mas analisar um momento após essa experiência. Nenhum dos entrevistados estava sob a condição de escravizado, naquele momento. Ou eles eram recém-resgatados ou já haviam passado por essa ilegalidade há muitos anos. Então foi possível analisar o pensamento dele nesse momento, após passarem pelo trabalho escravo.

4.5.3.2 A vida antes da fazenda

A organização das informações, nesse item, vem dos questionamentos que fiz sobre a vida dos trabalhadores até serem escravizados. Dos 10 trabalhadores, cinco eram casados, e sete tinham filhos. E a média de filhos era alta: alguns tinham seis, outros, oito filhos. Isso, por vezes, pela união com mulheres que já tinham outros filhos, ou por filhos com diversas mulheres.

Encontramos, na maioria dos casos, aquele processo de imigração que tratei no primeiro capítulo. Dos 10 trabalhadores, seis não nasceram no Tocantins, e mesmo os que nasceram, seus pais vieram de outros estados, como os do nordeste, “à procura de uma vida melhor” como eles diziam. Como um caso de um trabalhador, de 35 anos, que nasceu no Tocantins, mas seus pais vieram do nordeste.

Um trabalhador, que hoje se encontra desempregado, veio para o Tocantins aos seis anos e seus pais tinham mais de 20. A família dele veio de Goiânia. O pai era pedreiro, e a mãe doméstica. “Como a vida lá não estava muito boa, não estava dando muito serviço, vieram embora para uma cidade no norte do Tocantins para trabalhar em fazendas”, pois a família do pai dele era toda dessa cidade. Ele acompanhava o pai nesses trabalhos.

Um trabalhador, que hoje está assentado, revela que seus pais trabalhavam em roça arrendada, por isso, não tinham terra fixa. Os pais dele resolveram ir para o Tocantins com o objetivo de conseguir uma terra. Na década de 1990, isso era mais fácil pelo fato de que a grande maioria das terras não estava ocupada.

A média de idade desses trabalhadores é de 40 anos. Houve o caso de um trabalhador de 17 anos e outro de 52. Algumas dessas famílias foram posseiras de terra, como não tinham título, perderam a posse para alguém ou para o Estado, então foram parar nas fazendas. Outras famílias não tiveram nenhuma terra e acabaram trabalhando em fazendas.

Um entrevistado, servente de pedreiro, revelou que seu pai era lavrador. Eles tinham uma terra, mas “chegou um tal de Noé Vieira, com títulos falsos, de Goiânia, indenizando as pessoas que estavam em suas supostas terras. Dizia que a terra era dele. Naquele tempo, ele indenizava e a pessoal saía. Depois, o pai comprou outra terra, mas acabaram indo para a cidade”. Nesse momento, com 16 anos, começou a trabalhar em fazendas. Esse trabalhador tem quatro irmãos, todos são agricultores.

Quanto à escolaridade, muitos nem souberam dizer exatamente até qual série estudaram, mas reconheceram quando não sabiam ler nem escrever. Isso teve vários motivos.

Um trabalhador, de 52 anos, revelou que seu pai não o estimulou a estudar. Referiu-se a ele como sendo um pai muito bom, mas “que não deu estudo”. Outro trabalhador, de 45 anos, revelou a mesma coisa. Seu pai dizia que “estudo não dava nada para ninguém, o que dava era roça”. Sua mãe chegou a colocá-lo no colégio umas cinco vezes, até que ele ia bem com boas notas. Um dia foi tentar estudar e foi comunicado que tinha 84 faltas. O trabalho não deixava tempo para ele estudar e causava esse grande número de faltas. Então, não continuou os estudos.

Essa escolaridade aumenta de acordo com o acesso, ou não, dos seus pais à educação formal. Um trabalhador, de 17 anos, estudou até o sexto ano. A mãe terminou o ensino fundamental, e o pai chegou até o sétimo ano.

Curiosamente, encontramos uma situação que diverge muito do que analisei até agora. Foi o caso de um trabalhador, natural do Tocantins, com 45 anos, que terminou o ensino médio. Ele começou a trabalhar cedo, mais ou menos aos 16 anos. O intrigante é que ele iniciou suas atividades laborais como contratado do serviço público no Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), aposentando pessoas. Ficou durante quatro anos prestando esse serviço. Depois, foi trabalhar como escrivão da polícia, em uma cidade do Tocantins, durante três anos. Acabou chegando a escrivão do cartório de imóveis, onde ficou por um ano e meio. Mas depois chegou até as fazendas. O trabalhador revela que era muito difícil, há vinte anos, um concurso para a pessoa se efetivar. Então ele ficava dependendo da nomeação da prefeitura para poder conseguir e permanecer nesses empregos. Nas fazendas, iniciou com mais de vinte anos, pois na cidade onde mora não há muitas oportunidades.

Acompanhamos um pouco a história desse trabalhador. Conversei com a família dele, enquanto esperava para entrevistá-lo. Tanto sua mãe quanto seu irmão revelaram que ele é viciado em álcool. Perdeu muitas oportunidades de emprego por que faltava ao serviço nos momentos de crise. O trabalho nas fazendas passou a ser mais adequado porque é temporário. Quando precisa de dinheiro, busca serviços nessas fazendas, depois retorna e gasta seu salário com bebida, até precisar de dinheiro novamente. Na entrevista, em nenhum momento, esse trabalhador se reportou à bebida quando perguntei sobre o seu trabalho nas fazendas. Quando fui entrevistá-lo, ele estava embriagado, e tive que esperar alguns dias para que a entrevista fosse possível.

Um ponto em comum entre as histórias que analisei é que esses trabalhadores começaram a laborar nas fazendas desde a infância. Todos os outros nove entrevistados iniciaram os trabalhos em média aos 12 ou 13 anos. Eles chegaram a serem levados pelos seus pais ou tios para trabalharem junto com eles nessas fazendas. Passaram pelo trabalho infantil antes de serem escravizados, ou já eram escravizados como trabalhadores infantis.

Um trabalhador, de 45 anos, relata que desde os 13 anos ele trabalhou em fazendas. Nascido e criado no Tocantins, sempre viveu nessa região. Quando chegou aos 16 anos, foi para o garimpo, no Pará. “Passei 10 anos e agradeço por ter voltado com a vida, pois lá era muito arriscado. Foi atrás de riquezas, mas não trouxe nada”. Até hoje trabalha em fazendas.

Outro trabalhador, nascido em Goiânia, conta que começou a trabalhar nas fazendas com 11 anos de idade, pois ele precisava do dinheiro, além disso, sua mãe passava muitas necessidades. Seus pais se separaram, e precisava ajudar em casa. Ele conseguiu um serviço no Tocantins, quando tinha 11 anos, para cuidar de gado. Relata que nessa fazenda as

condições de vida eram muito boas. Recebia um salário mínimo por mês para cuidar da vaca leiteira, dar comida para o gado e tirar leite.

Outro entrevistado, servente de pedreiro, revela que sempre trabalhou, com seu pai, na roça. Plantava, junto com seus irmãos, arroz, milho, melancia, mandioca. Fazia farinha, criava galinha, porco. A partir dos 16 anos, foi trabalhar nas fazendas.

Até que alguns tentaram outros trabalhos, mas acabaram voltando para a fazenda, como um trabalhador de 17 anos, que depois de trabalhar quatro anos em uma fazenda, abusou e foi para cidade trabalhar com a cerâmica, mas achou o serviço muito pesado e resolveu voltar ao trabalho nas fazendas. Ele passou um tempo estudando, mas depois parou, pois precisava do dinheiro.

Hoje, 70% desses trabalhadores estão assentados, mas muitos ainda acumulam o trabalho nas fazendas, pois o INCRA demora muito para liberar os créditos e criar a infraestrutura no assentamento. O restante está desempregado, recebendo o seguro-desemprego, ou em empregos urbanos, como vigilantes ou serventes de pedreiros, cujas rendas não ultrapassam um salário mínimo.

Outra questão importante é o perfil rural desses entrevistados. A grande maioria revela muito desconforto em ficar na cidade. Exceto dois casos, que demonstraram ter mais afinidade no meio urbano. Um trabalhador, servente de pedreiro, defende que veio para “a rua, mas cortando coração, porque gosta é do sossego. Na rua é só zoada, lá é só os passarinhos cantando”. Outro entrevistado, que hoje faz parte da articulação camponesa, defende que “é acostumado no mato, na roça, a plantar, colher, andar no mato. Não gostou do Rio de Janeiro, lá trabalhava de faxineiro”. Outro trabalhador, que hoje é vigilante, revela que ama a roça. “Eu amo. Pra mim, eu vivo na cidade, mas igual a hoje, dá uma chuvinha dessa eu fico doidinho.”

4.5.3.3 A vida durante a fazenda

Uma vez feito um pequeno perfil desses trabalhadores, passei a refletir sobre as situações de exploração pelas quais eles passaram, para depois perguntar sobre a visão deles a respeito dessa situação. Lembramos que, no capítulo segundo, fiz um debate sobre o conceito de Trabalho escravo no âmbito legal, que é o foco de análise nesta tese. Discuti ainda a previsão do artigo 149, do Código Penal Brasileiro, que prevê quatro principais situações que caracterizam o TEC: trabalho forçado, escravidão por dívidas, jornadas exaustivas, e trabalho

degradante. São as categorias que passaram a guiar várias das perguntas sobre esse segundo momento da pesquisa. Por isso, os questionamentos sobre as dívidas, sobre as jornadas e as condições de trabalho nas fazendas, se havia homens armados, para depois refletir como o trabalhador analisa essa situação por ele vivenciada.

4.5.3.3.1 *Decisão de ir*

Indaguei aos trabalhadores as razões que os levaram a trabalharem nas fazendas. Utilizei esse termo porque ele é bem genérico, podendo significar trabalho escravo, superexploração ou trabalho com os direitos trabalhistas respeitados. O termo facilita a conversa com o trabalhador e abrange mais situações. Geralmente, a resposta gira em torno de justificativas financeiras, mas a questão do trabalho das fazendas não se limita a isso. Há um problema cultural, no sentido de aceitar uma espécie de destino nessa exploração. Por isso, a importância de analisar Gramsci, no capítulo 3. O problema do TEC não é somente uma questão econômica, os trabalhadores acreditam que esse é o lugar que lhes cabe no mundo. Esse é seu lugar no processo de produção.

Um trabalhador, hoje servente de pedreiro, revela que “queria as coisas e às vezes o pai não podia dar”, então ele seguia para trabalhar nas fazendas. Começou a trabalhar nas fazendas quando fez 16 anos. “Se a gente queria uma coisa, e o pai não podia dar, precisava trabalhar. A dificuldade na roça era muito grande, e lá a gente é tudo fraco”. Ele já tinha ido para oficina mecânica, tentou estudar, mas abandonou. Confessa: “Toda vida é para gente seguir aquele caminho, parece que tem um negócio que não deixa você seguir o outro. Trabalhei na oficina mecânica, pejejei para aprender, o meu pai pejejou pra *mim* aprender e eu não quis, é roça, é roça mesmo”.

Depois dessas ressalvas, analisei que o processo de ir para as fazendas é feito tanto por aliciamento do gato²⁶ como pela própria procura dos trabalhadores. Em vários momentos, em que perguntei se era o gato quem os procurava ou se eram eles quem procuravam os gatos, afirmaram que havia as duas situações. Muitos gatos já são conhecidos nas regiões, inclusive já sabem quais trabalhadores têm o perfil deste tipo de labor em fazendas. Um trabalhador, de 45 anos, casado, com filhos, foi aliciado para ir trabalhar no Pará, o gato era um amigo seu. Por vezes, ocorria a situação de os trabalhadores estarem precisando de trabalho, isso os

²⁶ Gato: pessoa responsável em contratar os trabalhadores através do regime de empreitada. Um acordo feito com o trabalhador onde o pagamento do trabalho se dá pelo trabalho que será desenvolvido, não pela diária. Por isso, também ele é chamado por alguns trabalhadores de empreiteiro.

impulsionava procurar o gato, inclusive, para trabalharem em fazendas de onde já tinham sido resgatados.

Um trabalhador, pai de três filhos, revelou que foi ele mesmo que procurou o gato. Ele ficou sabendo da presença de empreiteiros na cidade e como sua casa estava sem alimentos, resolveu ir em busca do trabalho. Assim, concluiu: “Tem de empreitar na fazenda mesmo”. Em outras situações, os trabalhadores sugeriam pessoas para o gato, como foi o caso de um entrevistado, de 45 anos, indicado por um amigo.

Com esse gato, os trabalhadores combinam, basicamente, o valor do serviço, sem qualquer preocupação com as condições de trabalho. Por vezes, essas combinações são enganosas. Importante ressaltar que entrevistei pessoas que passaram por TEC, desde a década de 1990 até trabalhadores que foram resgatados recentemente. Em ambos os casos, a base da negociação, quando há, é somente referente ao valor que vai ser pago pelas atividades laborais. As condições de trabalho não são consideradas na avaliação. Mesmo nos casos onde o trabalhador tem conhecimento de seus direitos, inclusive de ter um ambiente de trabalho saudável, como necessita do salário, não inclui esse tema na negociação.

Um trabalhador, hoje assentado, revela que por vezes, “a combinação na rua tinha um preço bom, mas quando chegava ao mato o preço era outro diferente, serviço ruim e barato. A mata estava fechada e o trabalho era muito maior, então o serviço ficava muito barato.” Mesmo assim, muitos trabalhadores continuam nas fazendas. Essas enganações não se resumem aos acertos econômicos. Além das questões financeiras, os trabalhadores revelam preocupação sobre a segurança no seu trabalho. Eles já ouviram muitas histórias de assassinatos e violências nas fazendas. Tentam se certificar sobre essa segurança. E, por vezes, há promessas sobre boas condições de trabalho, mas quando lá chegam, não era nada daquilo prometido.

Indaguei ainda aos trabalhadores qual era seu sentimento ao chegar à fazenda. Um entrevistado, nascido no Tocantins, casado, mas sem filhos, respondeu que chegava à fazenda e ficava olhando para um lado, e para outro, pensando: “Será que aqui não vai ter algum problema? Será que eu vou embora em paz daqui?” Até por que já passou pela experiência de ir para uma fazenda trabalhar com o tio, e trazê-lo morto.

Mesmo com todas essas questões de enganação, medo, receio pela vida, os trabalhadores permanecem nas fazendas. Um instrumento muito utilizado para prendê-los é o oferecimento de um valor monetário antecipado. Em condição financeira vulnerável, o

trabalhador aceita para cobrir as despesas de sua família, enquanto ele viaja em direção à fazenda. Ao chegarem ao ambiente de trabalho, os trabalhadores percebem como foram enganados, mas permanecem para pagar a dívida.

Um trabalhador, que hoje está assentado e sem filhos, revela que trabalhou durante dois meses em uma fazenda do Pará. “Foi o pior lugar que já trabalhou na vida”, disse, mas permaneceu, pois tinha que pagar a dívida. Perguntei a outro trabalhador, casado e sem filhos, o motivo de, apesar de observar condições ruins, permanecer nas fazendas. Respondeu que não chegou a pensar em ir embora, “pois sempre que pegou dinheiro pensou em pagar, em qualquer situação, sempre teve opinião de pagar”. Quando pagava a conta e tinha o dinheiro da passagem, ia embora. Outro trabalhador, assentado há dois anos, relata que, em certa fazenda, teve vontade de vir embora, mas não veio “porque tinha um resto de contas a acertar”. Então pensou que era melhor ficar para acertar as contas e não ter ninguém abusando lá em sua casa.

Estas não são as únicas reações diante da humilhação de trabalhar sob condições desumanas. Um trabalhador, hoje vigilante, revela que “o gato deu o abono e depois falou que acertava na fazenda. Chegando lá, passaram-se cinco dias, viu que o negócio lá não estava bom, então fugiu dessa fazenda”. Este entrevistado defende que tem como princípio o pagamento de suas dívidas, mas quando ele observava que sua vida estava em perigo, colocava isso como mais importante, e fugia das fazendas. Ele disse que sempre teve esse sentimento dentro dele e que aprendeu com a vida.

4.5.3.3.2 As condições de trabalho nas fazendas

Quanto às condições de trabalho desses entrevistados, são bem parecidas. Tanto daqueles que trabalharam há muito tempo na escravidão quanto os mais recentes. Há algumas mudanças, como um pouco mais de preocupação em ter alojamentos, mas, no geral, as condições trabalho são muito ruins. É importante debatermos as condições no ambiente de trabalho para pensarmos o enquadramento no trabalho degradante.

Neste subitem, irei analisar o ambiente de trabalho dos entrevistados visando verificar a possibilidade de TEC nas atividades laborais. Aqui reflito sobre as condições de alojamento, de água, transporte, comida, para observar em qual situação se deu o trabalho. Em um segundo momento, vamos verificar a execução da jornada de trabalho para analisarmos seu grau de extensão. Quanto às demais modalidades de TEC, prevista nos artigo 149 do

CPB, tivemos dificuldades de encontrá-las nas experiências do sujeito pesquisado. Em relação ao trabalho forçado, não foi identificado nenhum caso. Sobre a escravidão por dívidas, consegui identificar, em algumas situações, quando os entrevistados se reportavam ao valor antecipado. Mas, nenhum trabalhador relatou que passou por essa situação de não poder se deslocar pela dívida. Houve um caso de um trabalhador que ficou sabendo de uma fazenda do Pará, onde não permitiam aos trabalhadores irem embora sem pagar as dívidas. Por isso, vamos nos concentrar na jornada de trabalho e no trabalho degradante.

Quanto ao alojamento, analisamos tanto as condições de trabalhadores escravizados há vintes anos quanto daqueles que foram resgatados recentemente. Pelo menos em relação aos nossos entrevistados, isso não mudou muito. Os trabalhadores continuam em barracos de lona preta, ou em condições piores.

Um trabalhador recém-resgatado, desempregado, revela que dormia num paiol junto às galinhas e aos agrotóxicos. O local era muito ruim, pois tanto as galinhas pulavam em cima dele, no momento em que estava dormindo, como havia animais peçonhentos que ameaçavam sua integridade física. Ele chegou a reclamar para o fazendeiro sobre aquela situação, mas o que este recomendou foi uma saída tão humilhante quanto a anterior. Sugeriu que dormisse na varanda, do lado de fora da casa. Como ficava exposto ao vento e à chuva, preferiu retornar ao paiol. Outro trabalhador, recém-resgatado, relatou que dormia numa área completamente aberta, pois o barraco onde estava não cabia todos os sete trabalhadores.

Um entrevistado, que foi escravizado em 2006, revelou que dormia, na fazenda, em um barraco de tábuas coberto com plástico. Outro trabalhador, assentado, relata que dormia em um barracão, feito de “uns paus com uma lona em cima”. Outro entrevistado diz que dormia nas fazendas no mato, embaixo apenas de uma lona de plástico.

Trabalhadores chamaram a atenção de que em algumas fazendas isso já teria mudado. Um entrevistado, assentado e com filhos, defende que alguns proprietários já começaram a assinar carteira, seguro-desemprego, FGTS e já tem alojamento. “Aquela fazenda que não tiver alojamento é barrada, fechada, multada” revela. Ele trabalhou para um fazendeiro, no Tocantins, que já tem alojamento, tem cama com colchão, televisão, bebe-se a água gelada. O trabalhador reconhece que “esse é que é um serviço digno”.

Indaguei ainda as condições referentes à água e à alimentação. Tanto os trabalhadores mais antigos quanto os mais recentes revelaram que ainda a regra é de que a água não é tratada. Todos os trabalhadores relataram que a água que bebem era de rio. Um trabalhador

assentado, pai de três filhos, revela que a água vinha de um córrego, era usada para tomar banho, cozinhar, beber e lavar roupa. Outro trabalhador, que hoje é assentado, revelou que tinha receios quanto à água, pois não sabia de sua procedência. “Por vezes, morriam animais na beirada do córrego e a chuva levava toda a podridão. Às vezes as pessoas apareciam doentes e não se sabia a causa”.

As informações sobre a qualidade da alimentação foram variáveis. Um trabalhador, assentado, relata que havia locais que a comida era boa, mas em outros a cozinheira não fazia alimento de boa qualidade, por vezes, chegava podre até os trabalhadores. Um trabalhador, assentado e sem filhos, relatou que encontrou comida muito ruim, em fazendas do Pará. Ele chegou a trabalhar em uma fazenda próxima a Redenção, muitos trabalhadores, com alojamento, mas a comida chegava em estado de putrefação, pois eram aproveitadas sobras de comida de outros dias.

Em outras situações, encontrei casos onde não havia cozinheira. Além de terem que trabalhar todos os dias, os trabalhadores precisavam resolver essa questão da alimentação. Um trabalhador, assentado, casado, disse que houve fazendas, no próprio Tocantins, onde não havia cozinheira. Eram sete homens no barraco, seis saíam para as atividades laborais, e um preparava as refeições. Era feita uma divisão do pagamento, um acordo entre os próprios trabalhadores, para que esse trabalhador, que foi eleito como cozinheiro, pudesse receber a mesma quantia. Outro entrevistado, que hoje faz parte da articulação camponesa, relata que os próprios trabalhadores preparavam a comida. O fazendeiro fornecia uma parte, mas os trabalhadores precisavam comprar na vizinhança para poder complementar, pois não era suficiente. O proprietário nunca devolvia esse dinheiro gasto com a alimentação.

Um fato levantado pelos entrevistados foi que a comida não era condizente com o gasto de energia dispensado nas atividades. Ela se resumia ao feijão e arroz. Em uma fazenda do Pará, um trabalhador, servente de pedreiro, relatou que dentro de 90 dias comeu 8k de carne, o que considerou muito pouco. Comiam mais era carne de caça, que eles mesmos caçavam. A ausência de carne era tão grande que isso causou raiva até no gato. O trabalhador relatou que o empreiteiro verbalizou que se soubesse que era difícil assim, não teria vindo, pois seus trabalhadores precisariam comer carne. “Homem que trabalha precisa comer carne”.

Um trabalhador, recém-resgatado, relatou que a comida era muito ruim. Não havia alimentação pela manhã, nas demais refeições, almoço e jantar, o cardápio se repetia. Outro trabalhador, que hoje está assentado, relatou que já trabalhou em uma fazenda onde a carne era sempre de gado doente, chegando a atingir a saúde do próprio empreiteiro. Os

trabalhadores haviam reclamado da qualidade da carne, mas o gato afirmou que era “molecagem deles”. No mesmo dia em que este se alimentou dessa carne, teve que sair às pressas do barracão, de madrugada, com muita dor de barriga.

Justamente por essas comidas serem ruins, os trabalhadores acabam comprando comida na própria fazenda. Um trabalhador, que é assentado há dois anos, revelou que comprava mantimento do barracão, como: arroz, óleo, feijão, sabão, creme dental. Comprava tanto para se alimentar na fazenda quanto para levar para família, quando ia à sua casa. Geravam-se dívidas, que, por vezes, consumiam todo o valor que ele ganhava na fazenda, já que lá os alimentos eram mais caros.

A falta de transporte é outra questão que pode indicar a degradação das condições de trabalho. Primeiramente, vou tratar do transporte para ir até a fazenda, depois, do transporte dentro da fazenda. Os trabalhadores reportam-se, principalmente, às idas para fazendas do Pará como as mais desrespeitadoras da dignidade. Muitos falam do medo que tinham de ir para lá porque não sabiam se iam voltar. As regiões onde se situavam essas fazendas eram distantes e de mata fechada. Quando o gato fazia a negociação com o trabalhador garantia o transporte até lá, mas esse acordo era, por vezes, desrespeitado. Os trabalhadores relataram que houve situações de andarem cerca de 100 km para chegarem até o destino de seu trabalho, pois eram locais de mata fechada, onde não entrava carro.

Um trabalhador, servente de pedreiro, relata que, em 2006, foi contratado para trabalhar em uma fazenda, que ficava próxima ao município de São Félix do Xingu, no Pará. Ele e outros companheiros foram de ônibus, viajaram durante três dias, do norte do Tocantins até São Félix. Ao desembarcarem, tiveram conhecimento que iam seguir dali a pé. Andou cerca de 80 km, saiu 08h da manhã e somente chegou à meia-noite do outro dia, com chuva forte e poucas paradas. Nessa fazenda, somente se entrava de avião, mas o aeroplano apenas poderia ser utilizado para transportar a alimentação, os trabalhadores não. Seriam gastos muitos recursos financeiros pelo fato de terem sido contratados 130 homens. O entrevistado relatou que o gato se comprometeu em transportar os trabalhadores até o destino final, e nada avisou das condições de chegada ao lugar.

Outro entrevistado, que hoje é assentado, contou sua experiência em viagens para o Pará. Deslocou-se, de ônibus, do Tocantins até o município de São Félix do Xingu-PA, para depois percorrer, durante 08 horas, o rio Xingu, de balsa. Ao desembarcar, e percorrer mais um trecho de caminhão, encontrou um lugar cheio de homens armados. Foi a partir daí que teve que andar aproximadamente 90 km. Houve momento que as caminhadas foram no meio

da água, com altura no pescoço. Os trabalhadores passaram andando, muitos com medo. “Uns tentaram fugir, mas os homens armados não deixaram, seguraram-lhes porque tinham que pagar a dívida. Dois não apareceram mais, ninguém sabe o que aconteceu com eles”.

Esse mesmo entrevistado chamou a atenção que nas fazendas do Tocantins as dificuldades não são tantas. Geralmente, os fazendeiros se encontram nos locais de trabalho; terminadas as atividades, os trabalhadores são transportados para as cidades, caso não lhes seja fornecido transporte, em algumas regiões é possível voltar a pé ou utilizar os ônibus coletivos. Nas fazendas do Pará, não se tinha nem conhecimento de quem era o proprietário do imóvel, por vezes, os trabalhadores nem chegava a vê-los.

Outra desumanidade apurada foi a falta de transporte dentro das fazendas. Os serviços desses locais acabam proporcionam a existência de grandes distâncias. Os dados dos gráficos 6 e 7 demonstram como a concentração do TEC está na pecuária, onde muitos trabalhadores realizam o serviço da limpa de pasto, da juquirá. À medida que vão realizando suas atividades, distanciam-se do barraco onde dormem. Para esse trajeto não é fornecido transporte. Um trabalhador, resgatado há 10 anos, chegou a andar 10 km para chegar até o local de trabalho. Em outras fazendas ele andou 2 km para ir e 2 km para voltar, todos os dias, durante três meses. Outro entrevistado, que hoje trabalha como vigilante, relata que quando se vai realizando o trabalho na fazenda, no começo é pertinho, mas depois vai ficando mais distante. Houve fazenda onde ele tinha que andar 3 km para chegar ao local da juquirá.

Outro trabalhador assentado, que até hoje trabalha em fazendas, relatou que já trabalhou em fazendas onde tinha que sair cedo, por volta das 04h, para chegar às 07h ao local do trabalho. Depois tinha que trabalhar o dia todo, até as cinco da tarde, para chegar ao barraco lá pelas 08h da noite. O trabalhador relata que, em virtude dessas caminhadas, tem um problema no joelho até hoje.

Um trabalhador, recém-resgatado, relata que andava todo dia três quilômetros para ir e três quilômetros para voltar, pois tinha que ir do barraco onde estava até chegar às cercas. Era longe, mas o patrão não se preocupava em disponibilizar um transporte até o local do trabalho.

A questão do tratamento de trabalhadores doentes, nessas áreas, é outro problema. Questionei, quando uma pessoa ficava doente, como é que era feito. Um trabalhador, servente de pedreiro, relata que na fazenda onde trabalhou o gato encaminhava para o gerente da fazenda, que levava ao hospital da cidade mais próxima. Depois deixava a pessoa à própria

sorte. “A pessoa tinha que tirar o dinheiro do bolso, tirar da alimentação da família para custear seu tratamento”.

Um trabalhador, assentado e sem filhos, disse que quando trabalhou em uma fazenda do Pará tinha um gato bem ruim. Se ficasse doente, o trabalhador tinha que ficar esperando melhorar. Outro entrevistado contou que já presenciou a morte de trabalhador. Ele estava roçando, caiu um galho em seu braço e acabou morrendo. “Ficou sabendo que ele morreu porque aplicaram agrovete nele, uma injeção de gado”.

Outro trabalhador, recém-resgatado, relatou que quando alguém ficava doente, se fosse possível, o patrão levava ao hospital. Certa vez, um trabalhador quebrou um braço no trabalho, e o proprietário da fazenda deixou-o toda a tarde morrendo de dor. Só quando ele terminou de vacinar todos os gados da fazenda, levou o trabalhador ao hospital, e simplesmente o abandonou lá. Depois, o trabalhador voltou com o braço engessado, trabalhou por algum tempo na fazenda, para depois ser demitido.

Outro entrevistado, assentado há dois anos, relatou que na fazenda na qual trabalhou, no Tocantins, quando alguém ficava doente, se fosse possível o transporte dele até a estrada, onde passava um transporte público, isso era encaminhado, mas quando não podia, o trabalhador tinha de aguentar no barracão. Certa vez, um trabalhador adoeceu de malária. Estava com febre alta, sem aguentar caminhar. Os trabalhadores foram conversar com o empreiteiro sobre a situação, mas sua resposta foi que aquele trabalhador doente deveria ir para a estrada pegar um transporte, pois estava ocupado. O entrevistado foi quem conseguiu uma carona para ele até à estrada para lá pegar um transporte público.

Uma vez analisadas as condições de trabalho, pude observar que, na grande maioria dos casos, os trabalhadores estavam sob condições degradantes. Trabalhadores se referiam a algumas mudanças, mas ainda a regra é o desrespeito ao direito do trabalhador a um ambiente de trabalho saudável.

Quanto à jornada de trabalho, as atividades nas fazendas são muito peculiares, no sentido de que, por vezes, não há determinação de jornada. O que há é um acordo, que se chama de empreitada. Nesse acordo, estabelece-se o serviço e sua extensão territorial, colocando-se um prazo para que ele seja concluído. Para poder cumprir esse serviço, o trabalhador estende sua jornada, prejudicando sua saúde.

Um trabalhador, recém-resgatado, relatou que ele saía 06h da manhã para trabalhar e parava às 11h30min, depois de uma hora ele voltava e ficava até as 20h. Às vezes, ficava até

as 21h. Ele chegou a questionar essa questão do horário, mas o gerente da fazenda e o proprietário disseram-lhe que no final do mês ele iria recompensá-lo, mas isso nunca aconteceu.

4.5.3.3.3 *Recebendo Direitos Trabalhistas*

Esse item foi trazido porque houve situações muito interessantes em relação a esse momento do recebimento dos direitos trabalhistas. A visão que eu tinha era de que o trabalhador estava na fazenda, havia uma fiscalização e eles recebiam seus direitos. Mas, por vezes, os depoimentos demonstraram que o trabalhador não aguentava e ia embora antes dos auditores fiscais chegarem. Depois que tinham notícia da presença do MTE, na fazenda, retornavam para receber suas verbas devidas junto ao GEFM. Foi essa situação que chamou atenção para analisar a atitude do trabalhador.

Um trabalhador, assentado, que até hoje trabalha em fazendas, revelou que houve um caso onde ele se irritou, pois o fazendeiro não lhe pagou corretamente, então, foi embora. Depois de 15 dias, ficou sabendo que a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho estavam nessa fazenda, que ficava localizada no Tocantins. Convocou outros trabalhadores, para junto com ele, retornarem à fazenda, como eles recusaram, resolveu ir sozinho, “pois tinha direitos a receber, afinal tinha trabalhado muito”.

Quando chegou, a polícia federal perguntou se ele tinha alguma coisa para resolver, respondeu positivamente. O proprietário da terra negou a relação laboral com aquele trabalhador, por isso, ele arrumou uma testemunha que confirmou a história. Diante disso, os fiscais do trabalho aconselharam o fazendeiro a saldar o valor devido, pois se isso fosse à Justiça do Trabalho, poderia pagar um valor muito mais alto. Por fim, recebeu as verbas devidas.

Outro caso foi de um trabalhador que saiu da fazenda porque estava doente. Tinha caído e estava com duas feridas grandes na perna. Quando os fiscais do trabalho chegaram, havia três dias que ele tinha saído. Contudo, outro trabalhador, que permaneceu na fazenda, incluiu seu nome na lista de trabalhadores para o recebimento dos direitos trabalhistas. No outro dia, foi um caminhão buscar vários trabalhadores que haviam abandonado suas atividades laborativas, antes da fiscalização. Quando o entrevistado foi recebido pelos auditores fiscais, o fazendeiro negou que ele tivesse trabalho em sua propriedade. A reação do trabalhador foi reafirmar que trabalhava o dia todo, então, recebeu suas verbas devidas.

Outro entrevistado revelou que também houve situações mais tradicionais de resgate. Um trabalhador, hoje integrante da articulação camponesa, revelou que não aceitou o que foi proposto pelo proprietário, pois quando o resgate chegou à fazenda, o fazendeiro queria impor um o valor do pagamento com descontos de despesas com alimentação. Mesmo com a presença do MTE, os trabalhadores, desinformados, ficavam calados e aceitavam. “Saíam reclamando, mas não sabiam conversar”.

O trabalhador se negou a receber, disse ao proprietário da fazenda que “se fosse aquele valor que ele podia voltar”. A equipe móvel tentou uma conciliação com o fazendeiro, e o trabalhador recebeu o pagamento que havia sido combinado. Depois disso, vários trabalhadores que haviam aceitado a imposição do proprietário voltaram para receber o restante. Outro entrevistado, recém-resgatado, revelou que encontrou a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho na fazenda onde trabalhava. Todos os sete trabalhadores que estavam lá foram entrevistados, e como o empregador não pagou os direitos trabalhistas na hora do resgate, foi encaminhado para a Justiça do Trabalho. A questão está sendo discutida nessa instância.

4.5.3.3.4 Atitude Diante da Exploração

Diante desse quadro de trabalho escravo, passei a refletir sobre a percepção dos trabalhadores a respeito dessas situações. Por vezes, indaguei se eles compreendiam as situações por onde passavam como corretas, normais. A partir dessas respostas indaguei se, de alguma forma, eles reagiam contra essas situações.

Um trabalhador, hoje servente de pedreiro, relatou que no período em que estava na fazenda, achava as condições de trabalho normais. “O dono da fazenda era um cidadão de bem, filho de um doutor, um pessoal muito bom, pagava direitinho, o saldo estava positivo. Teve um problema apenas com a alimentação, que não era de boa qualidade”. Hoje ele percebe que havia muitas coisas erradas na fazenda, tais como: não assinatura da carteira de trabalho, o barraco estava irregular, os trabalhadores bebiam água de represa, não tinha banheiro. Foram essas condições que, segundo o trabalhador, ocasionaram a chegada dos fiscais do trabalho naquela fazenda.

Quando o trabalhador presenciava alguma coisa errada na fazenda, tinha que ficar em silêncio para não ser marcado como denunciante. “Mexer com pessoas ricas tem consequências ruins”, revela. Portanto, ele relata que não fazia reclamações. Indaguei sobre a

compra do equipamento de trabalho, se ele achava correto que os trabalhadores tivessem que comprar. Ele segue revelando: “Quando é o trabalhador que combina o serviço, com os custos para ele, a conta é livre para o gato; mas quando o acerto das custas é com o gato, é ele que deve dar a ferramenta”.

O relato desse trabalhador demonstra a assimilação da ideia do opressor. O sonho dele era conseguir uma terra e, no momento da entrevista, tinha acabado de sair do assentamento, por problemas pessoais. Tinha se separado da esposa, e com isso teve de se retirar. Não sei se essas ideias vieram à tona por isso, já que ele estava claramente abatido, ou se efetivamente ele acredita no que estava defendendo. Ele deu a entrevista de forma bem entristecida. O fato é que a estratégia de sobrevivência dele foi manter-se calado, com poucas reações. Mas, por outro lado, esse mesmo trabalhador revela que já falou das sanfoninhas da CPT para outras pessoas.

Outro trabalhador, assentado e com filhos, revela que era escravo e não sabia. Dormia em casa de armazenamento de produto, com ratos e muita poeira. Outro trabalhador, assentado, com filhos, relatou que não achava normal sua condição de trabalho. Pensa que era preciso ter um transporte para carregar os trabalhadores, a comida deveria vir na hora certa e a dormida precisa ser em alojamento, situação que não acontecia antigamente. Na época não tinham leis para essas situações, e o trabalhador achava que tudo era normal. Hoje já está vendo mudanças: além de alojamentos, “há fazendeiros que levam os trabalhadores até em trator”, mas tem a iniciativa de oferecer um transporte dentro da fazenda. E revela que hoje ainda precisa trabalhar em fazendas, pois o INCRA nem cortou os lotes de seu assentamento, tem dificuldade de sobreviver de sua terra. Mas, depois que entrou em contato com a CPT, trabalha naquelas fazendas onde há estrutura como alojamento de alvenaria.

Outro trabalhador, assentado, de 35 anos e sem filhos, revelou que a situação de trabalho por onde passou não era humana. O que fizeram com ele foi uma injustiça. Para começar: disseram que ia levá-lo de avião, mas grande parte da viagem foi a pé. Depois, não tinha comida de boa qualidade, ficou a base de feijão e arroz. A comida era mais bem tratada do que os trabalhadores, pois ela vinha de avião e eles a pé. O gato disse que era muito caro levar 150 homens de avião.

Além disso, os trabalhadores tentaram voltar, quando descobriram que foram enganados, os capangas não deixaram. Outra coisa foi a falta de assinatura da carteira de trabalho, pois quando o trabalhador sair dali não vai ter direito a nada. Apesar de achar tudo isso errado, o trabalhador nem pensou em voltar, pois precisava pagar o valor antecipado que

o gato deixou para sua família. Quando pagou a dívida e decidiu ir embora, esclareceu para o gato os motivos pelos quais estava fazendo isso. Explicou que não estava gostando do trabalho.

Uma situação que ele contou foi referente ao preço do labor. Na maioria das vezes, o trabalho era de empreitada, e, por vezes, o pagamento realizado não cobria nem a diária de serviço. Por exemplo: uma diária hoje é R\$ 40,00, eles queriam pagar R\$ 30,00; 25,00 por dia. Quando isso acontecia ele costumava não ficar na fazenda. Tinha clareza que serviço tinha em todos os lugares. Na entrevista que fizemos com esse trabalhador, percebi que ele tinha muita clareza do processo de exploração e com isso ele desenvolveu estratégias individuais de sobrevivência diante dessas situações. Mas tinha dificuldade de se organizar de forma coletiva. Foi assim que ele enfrentou as dificuldades que teve na vida.

Outra situação que demonstra isso é quando o gerente da fazenda reclamava do seu serviço. Havia fazendas onde a mata era fechada e o trabalho passava a ser mais lento. Algumas vezes, o gerente cobrava-lhe maior esforço. Respondia que “se achava que não estava se esforçando, então ficasse com seu serviço”. Ele faz ainda uma revelação interessante: nesses casos, onde pagavam uma diária abaixo do valor, alguns trabalhadores ficavam na fazenda somente para se sentirem empregados, pois avaliavam que seria melhor não ter dinheiro, mas ter emprego.

Um trabalhador, recém-resgatado, que atualmente recebe o seguro desemprego, revelou que reclamou sobre as condições de dormida. Ele chegou a falar diretamente com o proprietário sobre isso, então o dono da fazenda mandou dormir na varanda da casa, mas o problema é que chovia e ele se molhava todo. Então, voltou a dormir no paiol, junto com as galinhas, já que não tinha outro jeito. Permaneceu na fazenda porque precisava do dinheiro, precisava ajudar a mãe. “Ela passava umas dificuldades na rua e ele precisava ajudá-la. Afirma que não leva desaforo para casa, ele falava as coisas”.

Um dia, estava cuidando do gado, e o os animais acabaram se espantando e se espalhando. O proprietário gritou com ele e chamou sua atenção. “Mandei ele tomar no rabo e saí correndo com a moto” – revelou o trabalhador. Intrigante que ele contou que o fazendeiro pediu desculpas, situação que se repetia com regularidade, pois tinha “um medo de peão”. Ninguém aguentava trabalhar para ele. “Ele é tão murrinha, ele é tão gente ruim, é tão não presta, que ninguém tinha mais paciência de trabalhar”. O fazendeiro tinha medo de perder os peões.

Outro trabalhador, recém-resgatado, ao ser perguntado se alguma vez reclamou na fazenda, fez a seguinte análise: “Reclamei várias vezes para o proprietário, mas ele nem ligava, na verdade todos os trabalhadores reclamavam daquela situação”. Ressaltou que antigamente não se podia reclamar, podia ser demitido, mas hoje, “já se pode exigir. A lei mudou. De uns cinco anos para cá, há vários direitos trabalhistas”. Antigamente ele achava que era uma coisa normal trabalhar na fazenda, dormindo em um barraco de lona preta.

Encontrei trabalhadores com uma atitude bastante crítica de sua situação. Um deles, desempregado, revelou que por várias vezes fugiu das fazendas. Mesmo nos casos onde havia recebido o adiantamento, somente permanecia no local combinado quando as condições de trabalho eram boas. Ele aprendeu que era mais importante salvar a sua vida do que pagar uma dívida. Conta que certa vez fugiu sozinho de uma fazenda. O seu barraco era longe da sede, assim aproveitou para adentrar à mata. Passou quatro dias caminhando no meio de lama e da floresta. Dormia na sua rede, nas árvores, comia frutas que encontrava no caminho. Depois, encontrou uma cidadezinha, onde pessoas lhe deram comida e um trabalho de curto período, foi quando conseguiu o dinheiro da passagem para voltar à sua casa. Foi assim que fugiu de fazendas no Pará. Ressalta que não foi à polícia, porque ela lhe causava medo.

4.5.3.3.5 O Ciclo do Trabalho Escravo Contemporâneo

Pelos depoimentos, muitos trabalhadores não achavam correta sua situação de trabalho, alguns iam embora, outros até fugiram, mas o que me intrigou era por que eles voltavam. Esses trabalhadores não foram resgatados somente uma vez, ou trabalharam em condições de TEC somente uma vez, eles passaram a vida quase toda sendo escravizados.

Um trabalhador assentado, casado, sem filhos diz que às vezes nem perguntava se sua carteira ia ser assinada porque estava precisando trabalhar. “Precisava de dinheiro para desafogar. Na região onde moro somente tem fazenda. A maioria dos empregos é na fazenda”.

Outro trabalhador, que hoje é servente de pedreiro, relatou que voltou a trabalhar no Pará, mesmo sendo fazendas onde sofreu muito, porque se viu em uma situação agoniada, então decidiu ganhar dinheiro. “É precisão, a gente tem família, aí a precisão obriga a trabalhar assim”. No Tocantins, o valor pago pelo trabalho era muito baixo. No Pará, além do valor por alqueire ser maior, o valor antecipado também era. Houve vezes que ele chegou a pegar R\$ 800,00 de valor antecipado.

Outro trabalhador, que hoje é assentado, trabalhou em várias fazendas, inclusive, muitas vezes no mesmo local. Já foi resgatado várias vezes, e quando precisa, volta. Ele havia, há pouco tempo, passado 30 dias trabalhando em uma fazenda. “É a necessidade que obriga a esse trabalho”, diz. Outro trabalhador, casado e com três filhos, disse que não tinha emprego na cidade e precisava dar comida para a família.

Um entrevistado, que chegou a fugir de fazendas, disse que voltava por não ter opção. “Na cidade, quem não tem estudo vai para as fazendas”. Era um risco, mas ele se confiava, porque eram muitos homens para que eles matassem, às vezes chegavam a ser 70. Muitas vezes, não chegava a receber os valores acertados, mas, duas ou três vezes por ano, ele voltava a trabalhar nas fazendas. Ia sem ter a certeza de recebimento pelo trabalho.

Outro trabalhador, assentado e sem filhos, confessou que voltou ao Pará algumas vezes, apesar de que em todas teve sofrimento. Houve fazendas que ele teve muito medo, principalmente uma “que ia para o lado de Pacajá”. Voltava porque precisava do dinheiro, e os gatos antecipavam um valor. O trabalhador ainda disse que não estudou, e que “seu serviço era esse mesmo”.

Em entrevista, o coordenador nacional da campanha de combate ao TEC pela CPT, que mora em Araguaína-TO, Frei Xavier, disse que o trabalhador volta por que não existem políticas públicas efetivas oferecendo uma alternativa. Enquanto não existir um sistema nacional em rede, que interligue o local de libertação às instituições que são aptas a provocar alguma mudança na vida desses trabalhadores, seja o INCRA, o CRAS, ou as várias instituições que têm um papel na educação, qualificação, geração de emprego, acesso à terra, o trabalhador vai voltar às fazendas, defende o religioso.

Uma tentativa da CPT é forçar o governo a assumir um papel mais atuante quanto a isto. Frei Xavier declara que a CPT não pode substituir esse papel. Ela pode provocar a ação, denunciar a inação e sugerir alternativas de pequenas ações, que são sucessíveis de serem reproduzidas e replicadas. O que tem sido um grande desafio, pois na questão da Reforma Agrária, na questão da política agrícola, da agricultura familiar e camponesa, o Estado vem se mostrando reticente quanto a esses segmentos, e favorece o agronegócio. É uma questão de enfrentamento e relação de forças dentro de um Estado disputado por segmentos contraditórios.

Acrescento ao debate do religioso de que a reincidência ao trabalho escravo está interligada à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista. Portanto, o retorno às

fazendas é um problema financeiro, mas também é cultural. Quando o trabalhador relatou que precisava do dinheiro, mas também que quem não tem estudo a roça é seu destino, revela a compreensão de um depoimento de quem compreende seu lugar no processo de produção.

Quem não estudou, não pensa. E, assim, voltamos ao debate feito por Gramsci (1982) da valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. O capital faz essa distinção dentro do processo de exploração. O trabalhador, que se educa nessas relações de produção, e ainda não teve elevado o seu nível de consciência, absorve essas ideias sem questionamentos. É também por isso que muitos deles voltam para as fazendas.

4.5.3.3.6 *Percepção do conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo por parte dos trabalhadores escravizados*

Os depoimentos demonstraram que os trabalhadores reconhecem que suas condições de trabalho não eram boas, Ou, pelo menos, não achavam correto serem enganados. Diante dessas afirmações, passei a perguntar o que era o trabalho escravo para o trabalhador. Esclarecendo que era aquilo que lhe vinha à cabeça, para depois questionar se ele já teria passado por essa situação. As respostas foram surpreendentes. É importante ressaltar que todos os entrevistados tiveram contato com a CPT, os mais diversos contatos. O que parece que influenciou em sua visão sobre TEC.

Quase todos os trabalhadores admitiram já terem sido escravizados e conhecerem muitos colegas que foram. Somente houve um caso, que não posso afirmar o porquê, não houve ambiente para que essa pergunta fosse feita ao trabalhador. Um trabalhador, que hoje está assentado, revelou que ouviu o termo trabalho escravo quando estava acampado no Tocantins, em busca de uma terra. Passou 10 anos em acampamentos lutando por uma terra, enquanto não conseguia, teve que trabalhar em fazendas. Nos acampamentos aprendeu que não era para trabalharem em “fazenda escrava, na fazenda de escravo”, deveriam ficar de olho aberto para não serem escravizados. E reconhece que no Tocantins tem muita escravidão, principalmente, no bico do papagaio.

No acampamento, este mesmo entrevistado, ouvia que os trabalhadores têm os mesmos direitos que o fazendeiro: de trabalhar, de ser digno, de trabalhar as horas necessárias. Quanto ao conceito de TEC, expõe que é quando o trabalhador apanha, não come bem. Indaguei quem foi que, no acampamento, ensinou sobre essas coisas. E o trabalhador revela que tanto a CPT como o MST ensinavam para os trabalhadores.

Um trabalhador, hoje assentado, com filhos, que ainda trabalha em fazendas, afirma que o trabalho escravo não existe somente nas fazendas. É em qualquer função de trabalho, até no doméstico.

A pessoa vai trabalhar de doméstica, no caso uma mulher, uma babá olhando menino, que cuide da cozinha. E até dentro de casa mesmo, às vezes o homem escraviza a própria esposa na cozinha. Trabalho Escravo é quando passou do horário de trabalho, passou do horário de comer.

Outro trabalhador, assentado, casado e sem filhos, defende que trabalho escravo é colocar a pessoa num lugar inadequado para trabalhar, sem os equipamentos certos e “querer que a pessoa faça o serviço”. Um trabalhador, hoje desempregado, defende que trabalho escravo é não ter dinheiro, não ter hora para trabalhar, trabalhar demais. Outro trabalhador, de 45 anos, recém-resgatado, revela que o trabalho escravo é quando o fazendeiro exagera na imposição do trabalho.

Um trabalhador, que hoje é assentado e tem três filhos, falou de forma detalhada o conceito de TEC, impressionante como ele tratou de quase todas as modalidades:

É o trabalho resultado de um acerto enganoso. O serviço foi combinado de um jeito, e quando chega à fazenda é outro. É vender um objeto na cantina, com um preço muito maior do que na cidade. Não ter hora de chegar ao barracão, às vezes chegar 06h30 da tarde, já à noite. É maltratar no almoço e na janta.

Um trabalhador assentado, que hoje faz parte da articulação camponesa, contou que o trabalho escravo acontece próximo, e não nos damos conta. Não acabou o trabalho escravo, ele está sendo modernizado.

Cada dia que passa ele só muda de lugar, ou então muda de jeito. Trabalho escravo é primeiro tratar mal o trabalhador. É alimentar mal, bem mal. Há fazendas onde nem há horário de almoço; Trabalho escravo é não respeitar o ser humano. Tem patrão que grita com o trabalhador, que humilha. Então, escravidão hoje não é mais o que era antes, está se modernizando. Há fazendas onde há alojamento bom, o trabalhador recebe salário, mas não se respeito seu horário de trabalho.

Segue defendendo que as grandes empresas não visam à vida, nem o meio ambiente, nem a pessoa humana, somente o lucro. É preciso colocar o dinheiro em segundo lugar, porque o dinheiro é ‘uma doença’. As grandes empresas, como os grandes fazendeiros, as grandes indústrias, visam somente o lucro. O trabalho escravo, para ele, é tratar mal o

trabalhador. “É alimentar mal, bem mal. Há fazendas onde nem há horário de almoço. Trabalho escravo é não respeitar o ser humano. Tem patrão que grita com o trabalhador, que humilha”.

Mais um trabalhador, assentado, revela que trabalho escravo é “quando se pega um dinheirinho, um abono, vem trabalhar na fazenda, aí quer ir à cidade, e os fazendeiros não deixam. É não assinar a carteira, não dar uma comida decente, não dar uma roupa de trabalho”.

Depois dessas repostas, indaguei em qual local e momento esses trabalhadores tiveram essas informações. Até porque muitos disseram que atualmente veem as situações por onde passou como sendo de TEC, mas que no momento do trabalho as viam como uma situação normal.

Alguns revelam que já tinham ouvido sobre TEC, há alguns anos, em virtude de amigos que trabalhavam nessas fazendas. Mas todos se referem à CPT como uma instituição que eles obtiveram informação sobre o TEC e seus direitos. Um trabalhador, hoje servente de pedreiro, relatou que “teve o pessoal da CPT que alertava sobre os direitos”.

Depois dessas perguntas, indaguei se o trabalhador já havia sido escravizado. Somente houve um caso onde não houve clima para tanto. Não houve espaço para fazer essa pergunta, pois o entrevistado era muito reticente às respostas mais íntimas. Ele sempre estava achando que o seu espaço era invadido, por receio de bloquear o restante da entrevista, não fiz a pergunta. Mas todos os demais trabalhadores responderam positivamente. Uns com dificuldade, mas outros com uma clareza incrível.

Um trabalhador, hoje vigilante, diz que dos 12 anos até os 41 sempre trabalhou como escravo. Mas, na época não entendia isso, era como se fosse “uma espécie de hobby”, na época achava esse trabalho normal.

Outro trabalhador, que hoje é servente de pedreiro, revelou que quando se está na “fazenda trabalhando, ganhando o seu dinheirinho, não acha isso escravidão. Você acha que não é, você está trabalhando lá, aí acha que não é”. Quando foi para uma fazenda do Tocantins, pegaram a sua carteira de trabalho e assinaram. No primeiro momento, sua ideia foi que a lei seria respeitada naquele espaço, mas depois analisou que muitas coisas estavam incorretas. Este trabalhador assumiu claramente sua condição de escravizado na entrevista. Quando indaguei se ele conhecia algum trabalhador que já tinha sido escravo, respondeu que muitos de seus companheiros já tinham trabalhado nessa situação.

Perguntei a um trabalhador casado, sem filhos, por que o Grupo Móvel havia entrado na fazenda em que ele estava. Respondeu foi por que o fazendeiro fez os peões de escravos. Colocava-os para trabalhar e baita neles. E admite já ter sido escravo em fazenda.

Agora, é importante ressaltar que há entrevistados que fazem ligação de TEC com a presença das fiscalizações. A existência de trabalhadores que veem as fiscalizações como ações que vão determinar onde há TEC. Quando perguntei a um trabalhador, 35 anos, hoje assentado, se ele já tinha sido vítima de escravidão, respondeu que não chegou a ser, pois “nunca foi ninguém, a polícia federal, em fazenda onde ele se encontrava trabalhando”. Era preciso a ida dessa instituição para identificar o trabalho como escravo. Mas ele reconhece que houve várias situações, onde ele trabalhou, que se tivesse havido uma denúncia, seria caso de trabalho escravo.

Outro trabalhador, recém-resgatado, relatou que já encontrou trabalhadores na mesma situação que a sua. Ele revelou que um amigo seu estava trabalhando “igual a burro, e a polícia federal chegou lá”. Essa ideia de que as instituições públicas confirmam o TEC é muito forte entre os trabalhadores.

Pelos depoimentos, principalmente, os resgatados mais antigos, reconhecem que eles mudaram de opinião no decorrer dos anos sobre as suas condições de trabalho. Muitos a consideravam como normal, mas, depois de um processo de aprendizagem, mudaram seu posicionamento e até suas práticas quanto a essas situações. Muitos deles tiveram acesso à informação através de atividades desenvolvidas pela CPT. Essa mudança de reflexão sobre suas condições de trabalho é uma mudança de cultura.

4.5.3.3.7 *Falta de denúncia: ausência de consciência?*

Nos diálogos, conversei com os trabalhadores sobre a possibilidade de que denunciassem aquelas condições de trabalho. Não o fazia de forma direta, ia construindo o terreno para isso, pois poderia assustar os trabalhadores. Em um primeiro momento, encontrei atitudes protetivas, por parte dos entrevistados, para não levarem a marca de denunciadores.

Um entrevistado, assentado, que ainda trabalha em fazendas, tem a preocupação na entrevista de deixar claro que ele não denuncia. Conta que foi chamado pela segunda vez para trabalhar em uma fazenda, da qual já tinha sido resgatado. O gerente o contratou por que sabia que ele não tinha denunciado ninguém. Certa vez, um trabalhador disse na frente do gerente que foi ele quem teria denunciado, mas o gerente o defendeu dizendo que ele não denunciava

ninguém. E se justifica dizendo que não se pode confiar em quem tem dinheiro, são poderosos. “O trabalhador está na mata e lá não tem muita proteção. Lá não tem CPT, lá não tem Polícia Federal, lá ninguém sabe a intenção de ninguém”. Caso esteja em alguma fazenda que não goste das condições pede as contas e sai, mas não denuncia.

É importante ressaltar que esse trabalhador é considerado uma liderança em seu assentamento. Ele contribuiu na organização da associação, de horta comunitária. Ele mesmo revela que já levou para as fazendas onde trabalha as sanfoninhas da CPT. O que conta, com pesar, é que um colega de trabalho o denunciou ao gerente da fazenda por levar essas sanfoninhas. Inclusive, ele mesmo revela que é apelidado de ‘direitos humanos’ por que passou a ficar bastante tempo entre as pessoas da CPT. Outro trabalhador, recém-resgatado, deixa muito bem claro que não foi ele nem os outros trabalhadores que estavam na fazenda quem denunciaram. Teria sido outro trabalhador que fez um trabalho de carpintaria, e o fazendeiro não pagou. Então ele denunciou. Por isso que chegou a polícia federal.

Um entrevistado, assentado, sem filhos, revelou que não falava a ninguém sobre suas condições de trabalho porque tinha medo do fazendeiro matá-lo. Quando sentia que estava sendo muito escravizado - e esse termo foi usado por ele - ele procurava sair daquele lugar e ir trabalhar em outro. Revelou que não tinha apoio dos colegas de trabalho na fazenda para fazer essas denúncias. Muitas vezes conversava com os seus companheiros, mas eles estavam achando bom o trabalho, então como ele não tinha apoio, não colocava a denúncia à frente. O que esse trabalhador deixa claro é que ele tinha consciência de sua realidade, mas a ausência de denúncia era uma estratégia de sobrevivência.

Os trabalhadores veem a denúncia como instrumento importante. Todas as vezes que perguntei o motivo da fiscalização e por que ele tinha sido resgatado, de pronto respondiam ter sido a denúncia. Portanto, esse é um instrumento que já é conhecido deles. A resposta não foi por que havia uma investigação da polícia, ou o Estado estava observando, mas foi por que houve uma denúncia. Inclusive, um trabalhador, assentado, casado, com filhos, diz que o trabalhador que denunciou fez uma coisa boa para ele, pois ele foi resgatado de uma fazenda com condições sub-humanas.

Um trabalhador, recém-resgatado, revelou que houve fiscalização na fazenda onde estava por que um trabalhador denunciou. “Ele achou certo o que ele fez, pois se a pessoa tem seus direitos ela tem que correr atrás. Mas ele mesmo não faria isso, pois não é muito bom ficar comentando esses assuntos por que se corre o risco de não mais ser contratado”.

Há casos de entrevistados que reconheceram que denunciaram, foi um número pequeno, mas importante pela coragem desses trabalhadores. Um entrevistado, solteiro, relatou que, no acampamento onde ele estava, contou ao MST e à CPT da situação de escravidão onde se encontrava. Aí vai percebendo-se a importância mediadora que essas instituições têm. No capítulo 5, serão apresentados casos de trabalhadores que denunciaram perante o Ministério do Trabalho, mas isso é mais raro. Para denunciar, é preciso ter uma relação de confiança. Nesse caso, há uma relação estreita entre o trabalho que a CPT fez junto a esses trabalhadores e a escolha do trabalhador pela denúncia.

Um trabalhador, que hoje é da articulação camponesa, confessou que, junto com seu primo, levou um caso de TEC até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade e foi enviado até a CPT para relatar a situação. O sindicato dos trabalhadores Rurais entrou em contato com esta pastoral, e o trabalhador denunciou em sua sede. Por sua vez, a Comissão Pastoral da Terra entrou em contato com a equipe móvel, que se deslocou para a fazenda.

Nesse segundo caso, a CPT não motivou diretamente essa denúncia, o trabalhador a conheceu através dessa situação. E esse é um dos pontos importantes desse trabalho. Os trabalhadores, que foram entrevistados, tiveram contato com a CPT após passarem pela situação de escravidão.

A denúncia, algumas vezes, tem relação com o pagamento do salário. É como se, feito o pagamento, o trabalhador suportasse a indignidade. Um entrevistado, recém-resgatado, revelou que já tem uma proposta de trabalhar numa fazenda, mas ele só vai se realmente for bom. Se pagar um salário bom, porque o trabalho é pesado. Ainda não combinou as condições de trabalho, “esse negócio de dormida, como é que vai ser a comida. Se vai pagar direitinho, vai ver as outras coisas. Somente se ele não pagar direito é que vai procurar os seus direitos”. Ou seja, se há o pagamento, ele não denuncia, mas se o proprietário da fazenda não pagar, ele tem coragem de ir procurar seus direitos.

Indaguei para os trabalhadores, caso eles encontrassem algum amigo na situação de TEC qual seria sua atitude. Nesse caso, mesmo os trabalhadores que disseram não denunciar, afirmaram que a estimularia.

Um trabalhador, 50 anos, solteiro, revelou que já conheceu muitos trabalhadores escravizados e sempre informa à CPT. Não só avisa como orienta o trabalhador a procurar esta Comissão. Certo dia, estava na rodoviária, quando encontrou um rapaz contando umas histórias de trabalho na fazenda e que estava com medo de denunciar. Então ele disse que

deveria ir até à CPT. “Vai lá, conversa com o Frei Xavier ou o advogado”. Um trabalhador, assentado, revelou que, nesse caso, ele orienta a pessoa a denunciar na CPT, pois é órgão mais próximo aos trabalhadores, e sempre os acompanha.

Essas posições de denunciar, de negar ou estimular a denúncia, me casou questionamento. Quando entrevistei o coordenador nacional da campanha de combate ao TEC pela CPT, Frei Xavier, que trabalha em Araguaína-TO, ele conclui que hoje há uma maior capacidade de denúncia, por parte dessas pessoas. O instinto inicial de denunciar nasce quando o trabalhador não aguenta mais, quando ele se considera realmente enganado, além do possível.

Certa vez ele perguntou ao trabalhador: “Aguentou quatro meses, por que o quinto você não aguentou mais? O que mudou? O trabalhador o tratou pior que animal”. E é esse sentimento de humilhação que atinge a dignidade elementar desses trabalhadores, ele é destrutivo do seu ser. Até então ele aguentou por que ele é, entre aspas, “macho, homem, aguenta”, porque ele tem ambição de voltar para casa com o dinheiro, por isso aguenta o sofrimento. Mas ser humilhado, ser negado da sua própria identidade, dignidade, de ser humano. Ser tratado pior que animal, o Frei diz que ele não aguenta. Nesse momento, está disposto a arriscar. Fugir é um risco, assumir o enfrentamento para ir denunciar. Isso seria uma forma de consciência.

Além disso, há aqueles que fogem e assumem o papel de embaixador, de deputado dos outros. Chegam até a CPT e dizem: “Eu vim não é pra mim não, mas lá tem dois sofrendo demais, que quero que eles sejam libertados. Eu vim ficar aqui até que vocês achem uma solução”. Frei Xavier defende que muitos não vêm para si, mas para proteger o grupo. O que, segundo ele, demonstra a consciência que o grupo todo é merecedor de uma solução.

A capacidade de denúncia dos trabalhadores escravizados tem sido muito forte na última década. A presença da denúncia é um sinal forte de elevação de nível de consciência. Mas quero ainda dizer que a ausência dela não significa falta de consciência. O trabalhador precisa ficar esperto para ver o momento em que ele pode se utilizar dessa denúncia. Em alguns casos, isso não é bem visto nem pelos próprios trabalhadores. Em conversas com trabalhadores assentados, ouvi o repúdio deles pelo empregado que vai para as fazendas sabendo que será escravizado, com a intenção de denunciar. Isso não era visto como trabalhador sério.

Além do mais, é possível que a equipe móvel não apareça, devido a vários problemas que já apontei no MTE. A denúncia precisa ser bem calculada, bem pensada e utilizada em situações muito sérias de desrespeito de direitos. Vimos que alguns trabalhadores, que disseram nunca terem denunciado, tinham consciência de sua situação. Eles tinham visão de que suas condições de trabalho não eram corretas, como aquele trabalhador, que disse que fizeram uma injustiça com ele.

Além do mais, há a questão de que o trabalhador sabe que precisa voltar a trabalhar nas fazendas, ele não pode ficar marcado. Em uma entrevista que fizemos a um trabalhador recém-resgatado, havia muita preocupação que seu depoimento ficasse no anonimato, pois ele alertou que queria voltar a trabalhar nas fazendas. Por uma série de questões, o trabalhador toma a decisão de denunciar ou não. Frei Xavier defende que o trabalho de prevenção, feito pela CPT, pode proporcionar que esses trabalhadores sejam mais exigentes, mais prudentes e cautelosos ao aceitarem propostas de trabalho. Serem mais reativos quando enganados. Assim, eles têm a opção de aguentar ou denunciar.

Então a falta de denúncia não significa que não houve elevação do nível de consciência, mas que os trabalhadores, a partir de informações que adquirem, vão criando estratégias de sobrevivência. Afinal, muitos vão voltar para as fazendas. Houve casos de trabalhador assentado, que continuam trabalhando em fazendas, pois o seu lote não tem condições de produzir de forma suficiente para sobrevivência de sua família.

4.5.3.3.8 A visão que os trabalhadores têm da CPT

A relação da CPT com os entrevistados demonstra que houve uma elevação de nível de consciência em diversos aspectos. Isso se revela na visão que os trabalhadores têm do que é a CPT. Por exemplo, um trabalhador, que hoje é da articulação camponesa, explica que ela é o ponto chave para defender os trabalhadores. E lamenta por que muitos trabalhadores resgatados, já tendo passado pela CPT, não conseguem refletir no sentido de somente trabalhar para patrões que fizeram a coisa certa, pois eles já estão bem informados após esse contato.

Indaguei ao trabalhador como ficou sabendo daquelas informações. E a grande maioria respondeu que foi através do material distribuído pela CPT, pelas reuniões de formação que realiza, através de seus diálogos. Até já ouviram sobre o TEC, antes de conhecerem a CPT, mas sobre seus direitos trabalhistas ficaram sabendo através desse material.

Um trabalhador, que hoje é servente de pedreiro, disse que aprendeu “com aquela carteirinha da CPT, pois ela ensina muito. A sanfoninha sobre trabalho escravo não sai de dentro da bolsa”. Conheceu a Comissão Pastoral da Terra através de reuniões para a organização de uma horta comunitária. Nesses encontros, dialogava-se sobre o acesso à terra. E conclui que gosta muito desta Pastoral, pois ela orienta os trabalhadores, vai visitá-los todos os meses. “Pessoal alegre, que respeita todo mundo”.

Outro trabalhador, que também conheceu a CPT na época da experiência de uma horta comunitária, disse que ela contribui muito. Ensinou as pessoas como fazer compostagem, como organizar a horta. Com esta Pastoral aprendeu a fazer cobertura das lonas de plástico da horta, como ela contribuiu para a organização interno da horta.

Um trabalhador recém-resgatado, que hoje está desempregado, conheceu a CPT numa operação de resgate. Foi conduzido com mais seis companheiros, após a operação de fiscalização do GEFM, para ficar hospedado na chácara Camaçari. “Lá tinha uns livrinhos, uns livrinhos na cabeceira da cama onde dormiam, tem aquela sanfona também que contava a história, que eu nem terminei de ler ainda”. Revela também que naquela chácara houve uma reunião, e que aprendeu sobre trabalho escravo.

Um entrevistado, assentado, conheceu a CPT através de reuniões. Quem começou a ir primeiro foi a esposa dele, “ela sempre falava que queria conseguir uma terra”, depois passaram a irem juntos. E revela que antes ela quem fez força para eles irem, hoje ele é mais animado do que ela. Ele relata que passou a ir a essas reuniões com um único interesse de conseguir a terra, acompanhando-a começou a aprender sobre vários temas, inclusive sobre trabalho escravo. Tinha um pouco de conhecimento sobre esse assunto antes de conhecer a CPT, pois teve um primo dele que foi resgatado e recebeu “uns livrinhos que explicavam muita coisa”. Mas foi através desta Pastoral que aprendeu que as pessoas devem ter seu lugar para trabalhar, que não é preciso trabalhar para outras pessoas, tampouco na condição de escravizado.

Outro trabalhador, assentado, revela que a CPT faz muita coisa boa para as pessoas. Foi através dela que ele ficou sabendo sobre trabalho escravo. Ele comenta que foram os agentes da pastoral quem explicaram que “se uma pessoa estiver com problemas pode falar com eles”.

Nesse diálogo, perguntei se o trabalhador sabia o que era a CPT, o que ela representa. Um trabalhador, que hoje é servente de pedreiro, respondeu que esta pastoral é uma espécie

de ONG²⁷. “Ela resgata as pessoas, une as pessoas, e consegue as coisas para os trabalhadores. Mas isso somente se tiver grupo unido, se não tiver não consegue”.

Um trabalhador, assentado, tem a visão de que a CPT “vem para educar, eles não vêm para impor ordem”. O entrevistado afirmou que estava perdido, e através das conversas, das reuniões, dos serviços, da produção, da compostagem, passou a se encontrar. Já passou dois dias na chácara Camaçari, aprendendo sobre plantio. Por outro lado, quando perguntei sobre se ele conseguia aplicar o que aprendeu na formação, ele revela que hoje é muito difícil por que as pessoas não dão muita importância. “Os agentes da pastoral se esforçam, mas as pessoas não dão muita importância.”

Outro trabalhador, assentado, revela que a Comissão Pastoral da Terra realiza um ótimo trabalho. Segundo ele, esta pastoral age devagar, através de conselhos, de forma muito calma. Ele teve contato tanto com o MST quanto a CPT em acampamentos que objetivam a Reforma Agrária. Sua opinião a respeito dessas duas organizações é que “O MST é mais duro, rígido demais. Precisa fazer aquilo que o militante manda. Na CPT não é assim, ela vai mais com jeito. Ela é muito inteligente. O MST é inteligente também, mas no seu ritmo. A CPT é mais inteligente porque não vai impondo, vai devagar”.

Para um trabalhador, que já foi assentado e hoje trabalha de guarda, ela é seu braço direito porque defende os mais flagelados. Aprendeu sobre trabalho escravo lendo os livros da CPT. Um trabalhador recém-resgatado defendeu que a CPT é um lugar onde os trabalhadores têm seus direitos respeitados. É um local para pessoas que estão em situação de trabalho escravo e precisam de apoio. Um entrevistado recém-resgatado defendeu que a CPT ajuda as pessoas. “Eles são muito grã-finos, muito bons, que tratam as pessoas com respeito”.

Percebi que os contatos com a CPT foram bem diversos, mas com esses entrevistados, pelo menos com a grande maioria, deu-se depois ou no momento que estavam sendo escravizados. E a referência deles para com essa pastoral é de efetivação de direitos.

4.5.3.4 A vida depois da fazenda

A partir das ideias do item anterior, passarei a refletir em que aspectos o contato com a pastoral marcou ou modificou a vida desses trabalhadores. Por isso, analisarei agora a vida dos entrevistados após a fazenda, o que não significa que eles deixaram de ser escravizados, mas que tiveram experiências capazes de levá-los à reflexão.

²⁷ Organização Não Governamental.

4.5.3.4.1 A decisão de não ser mais escravizado

Pelos depoimentos, percebe-se que foi ocorrendo um processo de empoderamento por parte desses trabalhadores. A CPT elevou suas experiências a condições de muito importantes para a sociedade. Houve um caso de um entrevistado, de 50 anos, solteiro, que foi levado até a Presidência da República para contar sua história. Os agentes da pastoral entraram em contato com ele porque havia sido agendado um evento para eles conversarem com o presidente Lula, em Brasília. O trabalhador ficou um pouco nervoso, pois não sabia se ia dar conta, mas aceitou.

A partir da narração do entrevistado é possível observar que ele se sente importante e valorizado. Ele relata que quando chegaram, havia várias cadeiras, uma delas tinha o seu nome. O trabalhador demonstra tanta autoconfiança que declara que atriz Letícia Sabatella chegou perto para confortá-lo, citando que ele estava muito nervoso. Esse pesar fez com que contrariasse “a ideia de que era um coitadinho, e encarou”. Quando foi chamado para falar como representante dos trabalhadores, tinha cinco minutos, mas ele usou seis e meio. Ele fala com muito orgulho. Contou a história do trabalho escravo, tudo que havia acontecido em sua vida, inclusive que “conseguiu uma propriedade pelo INCRA, mas que as coisas não estavam boas, pois não tinha benfeitoria, estrada, nem colégio”.

Encontrei ainda outro trabalhador, que confessou já ter tirado muita gente do trabalho escravo, “mas escondido, pois é pai de família”. Certa vez, estava em sua casa quando recebeu ligação de um parente, que havia trabalhado em fazenda, e o proprietário não tinha pagado os valores salariais. Então, ele encaminhou o caso para a comissão pastoral da Terra. O trabalhador já tinha fugido da fazenda. O entrevistado ressalta que esses trabalhadores não reclamam de suas condições de trabalho, “as pessoas são escravas e não sabem. Elas acham que está tudo bem, somente quando não recebem o pagamento é que vão perceber que estão comendo mal, dormindo mal”.

Ele segue dizendo que já foi a várias formações sobre trabalho escravo, organizadas pela Comissão Pastoral da Terra. Sempre está com a sanfoninha, com a cartilha do direito do trabalhador. E me conta mais uma experiência. Certa vez, ficou sabendo que seu cunhado havia se tornado um gato. Procurou-o e lhe forneceu o material elaborado pela CPT para que ele pudesse compreender a questão das condições de trabalho, alertou que se a lei não fosse cumprida, seriam punidos pela justiça, mas seu cunhado não deu importância. O entrevistado começou a passar informações para os trabalhadores que foram aliciados por esse gato,

entregando uma sanfoninha para cada um deles. “Não demorou muito, a polícia federal o apanhou. Depois quis me acusar de ter denunciado ele”, declara. Ele assegura que a única coisa que fez foi passar informações para os trabalhadores. Este mesmo trabalhador revela que um problema do TEC é a submissão dos trabalhadores.

Este mesmo trabalhador revela que um problema do TEC é a submissão dos trabalhadores.

Há trabalhadores que já estão dentro do esquema. Se o trabalhador já sabe que o fazendeiro é mal pagador, não presta, ele aceita ser contratado, faz o trabalho direito para depois chamar a polícia. E isso está certo. Porque se todos fizessem o papel dele, a comunidade, que é maltratada enganada, seria respeitada. A questão é que muitos fazem é o contrário. Escolhem não trabalhar para o fazendeiro, além de não falarem para ninguém quando tem desrespeito de direitos. As pessoas somente visam seu bem estar.

Esse processo de empoderamento está gerando uma nova cultura, que não se limita ao TEC, mas à visão social. Um trabalhador, hoje assentado, revelou que dá mais valor à vida do que ao dinheiro.

4.5.3.4.2 A Luta pela terra como uma possível solução

Esse processo de empoderamento se consolida quando o trabalhador tem uma alternativa concreta ao TEC, que pode ser o seu lote. Um dos focos de ação da CPT é a luta pela terra. Em entrevista, o coordenador nacional da campanha contra o TEC, da CPT, que trabalhara em Araguaína-TO, revelou que esta pastoral investe 80% do seu esforço na luta pela Reforma Agrária, no Tocantins. Nesses mesmos grupos sociais, vulneráveis ao trabalho escravo, há um trabalho de acompanhamento para conquistar a Terra.

A maior contribuição da CPT na luta contra o aliciamento tem sido a luta pela Reforma Agrária, mesmo com todos seus insucessos e suas frustrações, já que, em grande medida, o compromisso do Estado Brasileiro tem sido decrescente, nos últimos 10 anos. Por isso, ressalva o religioso que essa própria Reforma Agrária que a CPT aponta como solução, acaba sendo, na prática, duvidosa, porque o Estado não está fazendo a sua parte. “O movimento social tem um esforço enorme de cobrar, ocupar, negociar, enfrentar, denunciar, mas se não vêm na sequência políticas públicas, é difícil”.

Apesar dessas palavras de esperança e de frustração ditas pelo coordenador, é possível acompanhar algumas dessas experiências, que têm trazido muita esperança para os

trabalhadores. Um entrevistado, que hoje está assentado, fala da construção de uma horta comunitária. “Ela tinha uma estruturazinha até boa, ela ajudou bastante. Ela proporcionava a venda na feira de maxixe, quiabo e alface. Houve uma época que fracassou, pois com o sucesso da horta, as pessoas passaram a produzir no seu próprio quintal”. Essas experiências são o início, muitas vezes, para a luta pela terra. Observei que um dos instrumentos usados pela CPT foi incluir esses trabalhadores na luta pela Reforma Agrária, o que deu esperança a muitos deles, mas desânimo a outros.

Surgiu o momento de perguntar sobre os sonhos dos trabalhadores, um dos momentos mais difíceis nas entrevistas foi na última pergunta que fizemos. Alguns se emocionaram. Houve trabalhadores que chegaram a chorar, lembrando-se de toda a dificuldade que passaram, e se realmente ainda podiam sonhar. Esses sonhos são bem divergentes quando a terra não é algo concreto. Percebi a diferença de respostas entre o trabalhador que já estava assentado e outros que eram recém-resgatados.

Fotografia 20 - Assentamento



Casa de assentado que foi resgatado
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Houve trabalhadores que há muito tempo vem nesse processo de luta pela terra. Um entrevistado, que hoje está assentado e se diz muito feliz, revela que gosta de plantar, “é fã da natureza”. Mas relata a luta que foi para hoje estar em seu lote. Foram dez anos acampando em beiras de estrada; vários despejos, nos quais policiais maltratavam mulheres, colocavam

crianças em formigueiros; um filho assassinado nesta luta, mas nunca perdeu o sonho de ter sua terra. O entrevistado teve medo, mas junto com ele veio a coragem, pois cansou de sentar-se no ribeirão e os pistoleiros apontarem um revólver para dizer que não podia cortar um pedaço de madeira. “A gente aprende a conviver com o medo”, porque a luta é pela felicidade. A vida tem de ser digna, e é assim que deve ser encarada”. Diz. O trabalhador revela que essa força era muito esmerada em um militante que lhes ensinava ser preciso encarar o bom e o ruim até conseguir os objetivos.

Outro trabalhador, assentado, diz que a Reforma Agrária é muito boa, mas que é demorada e faz os trabalhadores sofrerem. Em seu assentamento, não chegou energia nem há crédito para construir as casas, mas, revela que apesar de “no assentamento está ruim, mas nada se compara ao trabalho na escravidão”. Hoje ele tem a liberdade de ir trabalhar quando quiser. “Mas é bem difícil, porque o INCRA exige que a pessoa fique na terra. Como produzir sem renda, sem crédito? Muitas pessoas acabam desistindo”.

Por outro lado, encontrei trabalhadores que já sobrevivem do seu lote. Um entrevistado, assentado, diz que gera sua renda fazendo farinha, plantando mandioca, feijão, retirando frutas no mato, vendendo galinhas. Com essa produção, conseguiu comprar equipamentos e está fabricando polpa de frutas, o que vem gerando uma boa renda.

Fotografia 21 - Assentamento



Casa de farinha criada por assentado resgatado de TEC
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Outro trabalhador planta feijão, mandioca, vende frangos e cria porcos. Foi com isso que ele parou de trabalhar nas fazendas. “A vida no assentamento não é difícil, está faltando somente uma ‘ajudinha do governo’”, diz. Em sua terra ele trabalha mais a vontade. Trabalha despreocupado.

Fotografia 22- Entrevista com assentados



Casa de assentado em seu lote que foi trabalhador escravizado
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Um trabalhador, assentado há dois anos, revela que ama a natureza, que sempre sonhou e lutou em ter sua terra própria. Quer construir sua casa dentro do seu lote; Quer ter seu gado, ouvir os passarinhos cantarem. E revela que o trabalho no campo não é duro.

Duro é trabalhar para outras pessoas. Mexer com horta, colocar uma roça, uma macaxeira, plantar uma mandioca para fazer farinha, isso é feito com gosto. Ver aquilo feito pela própria pessoa, ver a planta crescendo. Agora na fazenda, trabalha-se para os outros. O trabalhador não cresce. Dinheiro de fazenda não dá para nada. Fazer um pasto, colocar uma vaquinha, tirar leite é algo que se pode ver um futuro. Mas empregado, o futuro não é da própria pessoa. Seu sonho é organizar a produção do seu lote, com os créditos que já deveriam ter sido liberados pelo INCRA.

Fotografia 23 - Entrevista em assentamento

Casa de assentado que foi resgatado do TEC
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Outro trabalhador, assentado, declarou que seu objetivo é trabalhar para viver uma condição de vida mais tranquila. “Está difícil de produzir no lote, pois o INCRA não está cumprindo com a parte dele”. Há dois anos que os trabalhadores estão sem assistência no assentamento, nem a demarcação dos lotes ocorreu. O sonho dele é ter um lugar próprio para produzir e ter suas coisas. “Não objetiva ficar rico, mas trabalhar para si mesmo para não ter que ser mais empregado”.

Fotografia 24 - Entrevista em assentamento

Moinho de mandioca criado por resgatado de TEC
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Um trabalhador, que hoje faz parte da articulação camponesa, revelou que seu sonho é ver os direitos de cada pessoa ser respeitado. “Ver as pessoas bem, bem tratadas, respeitadas.” Para seus filhos, deseja que estudem, sem objetivar somente o dinheiro, mas dando valor à vida.

Fotografia 25 - Assentamento

Horta e plantio de mandioca no lote de assentado resgatado
Fonte: arquivo de Shirley Silveira Andrade

Um trabalhador, que hoje é servente de pedreiro, mas já foi assentado, disse que seu sonho é “ganhar bem”. Ele teve a terra, mas não deu certo. Mas objetiva se assentar em outro local. Para seus filhos, ele quer que eles estudem, pois “não deseja que eles sejam iguais a ele”.

Outro trabalhador, que já foi assentado, mas desistiu de esperar pelos créditos do INCRA, revelou que seu sonho é ter uma chácara. “Pode ser pequena, perto da cidade, com um carro para se locomover”. Ele passou dez anos em assentamento, por isso hoje quer ter sua terra sem a assistência do INCRA.

Outro trabalhador, assentado, revelou que tem o sonho de trabalhar em sua terra e ajudar os seus filhos. Esse entrevistado começou a chorar e tive que parar a entrevista. Deixei um pouco o tempo passar e questionei por que ele se emocionou. Respondeu que “teve que passar por tanta coisa sem esmorecer. Teve que trabalhar com chuva, relâmpago e muitas vezes não conseguia trazer dinheiro para sua família porque somente conseguia acertar as contas na fazenda”. Hoje ele vê seus filhos estudando.

Um trabalhador, recém-resgatado, e muito jovem, disse que seu sonho é comprar uma casa para sua mãe. E para ele, sonha em ter um bom emprego e voltar a estudar. Esse trabalhador estava muito confuso. Ele tinha acabado de ser resgatado, estava recebendo seu

seguro-desemprego e não sabia muito bem o que iria fazer. Era muito jovem e parecia necessitar de uma orientação. Além disso, seu perfil era mais urbano do que os demais entrevistados. Sua família não era de agricultores, talvez por isso a perspectiva da terra não lhe seja algo concreto.

Outro trabalhador, recém-resgatado, revelou que seu sonho é ter uma casa, mas teve reticências em responder essa pergunta. Ele dizia que eu estava entrando em sua intimidade. Disse que ele ficasse à vontade para responder aquilo que quisesse. Respondeu que para seu filho, sonhava que ele se formasse.

4.5.3.5 Reflexões sobre o depoimento dos trabalhadores

Diante de tantas informações e sentimentos, fizemos algumas conclusões. As atividades que a CPT vem realizando com os trabalhadores ocasionaram alguns resultados de elevação de consciência, que tem formado uma nova cultura sobre o TEC. Importante ressaltarmos que isso tem ocorrido pela formação de uma rede de combate, onde não está inserida somente a CPT, mas também o poder público. Por isso, veremos que esta pastoral também trabalha junto à Sociedade Política. Essa elevação de nível de consciência ocorre sob diversos aspectos.

Houve alguns casos onde pudemos fazer uma ligação entre a denúncia e as formações realizadas pela CPT, mas não precisamos nos limitar a isso. Podemos afirmar que, no contato dos trabalhadores com essa entidade, houve vários níveis de elevação de consciência, que vamos tratar aqui. Primeiramente, foi o fato de eles se reconhecerem como trabalhadores escravizados. Isso significa a construção de um processo que não nega a exploração, que a reconhece para, a partir daí, construir novas culturas. Na verdade, o reconhecimento dessa exploração já é o começo dessa formação.

Depois, a elevação desse nível de consciência veio em não mais querer, ou tentar encontrar saídas para não voltarem a trabalhar nas fazendas. O contato com a CPT e a instrumentalização de experiências, como a Reforma Agrária, tornou possível não mais serem escravizados. E ainda, de que questionem a necessidade da existência da relação de emprego para a felicidade. Melhor que ter um patrão é trabalhar para si próprio. Nessa afirmação, o trabalhador passa a ver o trabalho como integrante da sua humanidade. É um processo que auxilia no afastamento da alienação. Esse nível de consciência se elevou pelo

fato de que os trabalhadores estão mais dispostos à denúncia, pelo menos na CPT. Estão mais dispostos a transmitirem informação para as pessoas sobre o TEC.

CAPÍTULO 5

5 ATITUDE COMBATIVA DA CPT NA SOCIEDADE POLÍTICA

Além de formar o trabalhador rural, as comunidades, os profissionais, a CPT atua em uma formação indireta, por meio da cobrança de políticas públicas. A partir das fiscalizações, multas, campanhas publicitárias, legislações, vai se criando, socialmente, uma visão de que o TEC existe e de que é fundamental o seu combate. Ou seja, vai provocando-se o surgimento de uma nova cultura. É importante esclarecermos que essas ações da pastoral, mediante o Poder Público, são tanto no sentido de cobrar maior repressão quanto de utilizar os órgãos públicos como formadores de uma nova cultura através do consenso. É dessa atuação que iremos refletir agora.

5.1 Políticas Públicas de combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo

Antes de mostrarmos o trabalho dos agentes da CPT, é necessário esclarecermos as políticas públicas de combate ao TEC que há no Brasil, muitas delas resultado da atuação desta Pastoral, como veremos mais à frente. Havia uma resistência grande, por parte da sociedade brasileira e das autoridades governamentais, em reconhecer a existência dessa exploração humana em nossas terras. Como, inclusive, em 1992, quando a CPT nacional elaborou um documento sobre a violência no campo, que demonstrou o trabalho escravo, e o Procurador da República, Pedro Passos, foi à imprensa defender que a CPT estava equivocada, que no Brasil não existia trabalho escravo (MORAES, 2013).

Em virtude destas questões, Frei Xavier, em entrevista, revelou que uma das estratégias, que vem sendo utilizada pela CPT, nos últimos anos, é a denúncia. Ao denunciar o TEC esta pastoral passou a apontar a omissão do Estado Brasileiro. O Frei segue dizendo ter sido a Igreja, a partir da denúncia realizada por algumas vozes proféticas, como a de D. Pedro Casaldáliga, que publicizou a problemática, desde a década de 1970, foram os religiosos que passaram a dizer que a ocupação da Amazônia não é feita sem conflitos. “Ela vem sendo feita à custa de vidas humanas, que são sacrificadas em nome do progresso, da modernidade, do roubo da terra, da grilagem, da destruição dos povos tradicionais, da invasão das terras indígenas e da prática do trabalho escravo”.

O religioso segue dizendo que com denúncias bem documentadas, durante quase 25 anos, esses religiosos foram contrastando a denegação completa por parte das autoridades sobre a existência de TEC. Conclui que a principal ação da CPT não foi uma denúncia apenas

de casos, mas da omissão, da cumplicidade do Estado brasileiro com essas práticas, para que ele assumisse o enfrentamento do TEC. A defesa estatal de que o TEC não existia, “que era coisa de comunista, de que era falar mal do país”, obrigou a CPT a usar canais alternativos para forçar a ação desse Estado.

O dominicano defende que esses canais alternativos foram as denúncias na Organização Internacional do trabalho - OIT, na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU, na Organização dos Estados Americanos - OEA. Ao mesmo tempo, formaram alianças com instituições brasileiras para que se provocasse a ação do governo local. Instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Procuradoria Geral da República, foram articuladas para que se formasse uma frente de combate ao TEC.

Segundo Maria José (MORAES, 2013), um fato muito importante para efetivar e iniciar essa política pública foi o assassinato do camponês Expedito, em Rio Maria, Pará, em 1991. Isso mobilizou ao ponto de fazer a Procuradoria Geral da República realizar uma audiência pública, com 40 entidades, para discutir a violência no campo. Foi assim que se originou o Fórum Nacional de Violência no Campo, que contou com a participação da Procuradoria da República, de diversos Ministérios, membros do Poder Judiciário, das Procuradorias, do Parlamento e da Sociedade Civil (FIGUEIRA, 2009). Como a maioria das denúncias enviadas a esse fórum era de TEC, o procurador Aristides Junqueira criou uma Secretaria de Combate ao Trabalho Escravo, dentro desse fórum.

De 1992 a 1994, nas seções da ONU, como relatou Xavier, representantes da CPT e da Ordem dos Advogados no Brasil, denunciaram a existência de TEC e responsabilizaram o governo pelo descumprimento de tratados e recomendações internacionais. Em 1995, o presidente, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu a escravidão no Brasil. Assim, foi criado Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), em 27 de junho de 1995, que tinha o objetivo de reprimir, prevenir e erradicar práticas de trabalho forçado e outras violências (FIGUEIRA, 2009). Dentro do MTE, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). A partir desse reconhecimento, políticas públicas de combate ao trabalho escravo passaram a ser pauta governamental e se espalharam pelos diversos poderes, mas isso só foi possível a partir da luta dos movimentos sociais.

No âmbito do Poder Legislativo Federal, além da alteração do CPB em 2003, ainda temos a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57-A²⁸, a antiga PEC 438(estava no congresso desde 1999), que mudou o artigo 243 da CFB, prevendo a expropriação de imóvel onde for flagrado trabalho escravo²⁹. Isso foi tão forte que a reação da bancada ruralista foi criar um projeto para reconceituar o TEC (o Projeto de Lei 423/2013), que objetiva restringir o conceito no código penal; retirando a jornada exaustiva e o trabalho degradante. O projeto tem como Relator o senador Romero Jucá.

No âmbito do Poder Judiciário, temos a atuação combativa da Justiça do Trabalho referente às infrações trabalhistas, e ainda as ações de indenizações, individual e coletiva, geradas pelos danos morais causados a alguém que é submetido à escravidão. O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem requerido, e a justiça do trabalho tem determinado a quebra dos sigilos bancários e fiscal, como o bloqueio das contas bancárias e a indisponibilidade de bens de proprietários em cujo imóvel for encontrado TEC. O MPT tem ainda ajuizado ações de indenização por dano moral coletivo, decorrente de ação civil contra empresas que utilizam mão de obra escrava (FIGUEIRA, 2003).

No âmbito do Poder Executivo, temos várias atuações: o GEFM, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego; há o Plano Nacional de Erradicação Contra o Trabalho Escravo; a Comissão Nacional de Erradicação Contra o Trabalho Escravo (CONATRAE), além das comissões estaduais (COETRAE). Outra política importante tem sido a organização do Cadastro Nacional de Empregadores, uma lista, elaborada a partir das fiscalizações realizadas pelo GEFM. Nos imóveis onde é detectado TEC, abre-se um procedimento administrativo no MTE para análise. Se chegarem à conclusão de que todos os procedimentos realizados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel foram dentro da legalidade, os proprietários são integrados nessa lista, por até dois anos, ocasionando problemas de financiamentos em bancos e de venda de seus produtos. Hoje, ela está suspensa por uma liminar proferida pelo STF.

²⁸ PEC 57-Art. 243-As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração do trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização, ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

²⁹ Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a **exploração de trabalho escravo** na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da **exploração de trabalho escravo** será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).

Portanto, os agentes da CPT, junto a outros movimentos, e articulando vários órgãos públicos, têm cobrado a existência de políticas públicas de combate ao TEC.

5.2 A ação da CPT perante os órgãos de repressão ao TEC

A Comissão Pastoral da Terra também centraliza sua ação através de uma frente de trabalho em que estejam órgãos de repressão ao TEC. Afinal, simplesmente denunciar não é suficiente. A denúncia sem os instrumentos necessários de encaminhá-la, desencoraja-a.

É feito um trabalho de articulação em instituições públicas, tanto diretamente, quanto através da utilização de instrumentos indiretos para que se realize esse contato. É o caso da Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo (CONATRAE) e das Comissões Estaduais de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAE), como a do Tocantins, onde a CPT é muito atuante. Essa pastoral tem uma atuação efetiva nessas comissões, e nelas estão presentes representantes do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, da Magistratura Trabalhista, como vários representantes de outros órgãos públicos, cujo objetivo é a formação de uma rede de prevenção e repressão ao TEC. Bem, nosso foco, nesse momento, será falar das contradições nesses órgãos para compreendermos a dificuldade da articulação da CPT junto a eles.

5.2.1 O conceito de TEC determina a ação

Um ponto importante na discussão desta tese é o conceito de TEC. Se estamos debatendo que a atuação da CPT e a existência de políticas públicas, conquistadas também com sua atuação, têm sido responsáveis pela formação de uma nova cultura da classe trabalhadora sobre essa violação da dignidade, é fundamental a visão das instituições de combate a respeito do conceito de TEC. A política pública existe a partir de seu conceito legal, ou melhor, o tipo de resposta da instituição sobre uma denúncia de violação está relacionado com a interpretação que é dada a este conceito.

Para analisarmos essas respostas, nossa fonte de dados corresponde à interpretação dada pelos auditores fiscais do trabalho, com a pesquisa no MTE do Tocantins e a interpretação dos Magistrados da Justiça Federal deste estado e do Supremo Tribunal Federal. É importante, neste capítulo, que nós vamos ver os casos de TEC a partir das autoridades que são responsáveis pela sua repressão.

Conforme debatemos, o TEC origina a política pública, a partir do previsto no artigo 149 do CPB. Nele, há quatro situações que estabelecem quando essa violação existe: trabalhos

forçados, restrição de locomoção por dívida, jornada exaustiva e trabalho degradante. Conforme as tabelas, apresentadas a seguir, não encontramos nenhum caso de TEC por trabalho forçado, nem nos documentos do MTE, nem da Justiça Federal. Quanto ao sistema de *Trucky Sistem* (escravidão por dívidas-barracão), encontramos poucos casos nos relatórios. Na Fazenda Imperial, em Santa Rita do Tocantins, os auditores fiscais registraram cobranças abusivas de produtos e dos custos da viagem.

O que os dados mostram é a presença forte de casos de jornada exaustiva e, principalmente, trabalho degradante. Na Fazenda Gerais II, Crixás do Tocantins, em fiscalização realizada em 09 de abril de 2012, foram estas as condições de jornada encontradas:

Não havia horário de almoço, a função do carvoeiro era paga por forno enchido e/ou esvaziado, não havia horário de descanso noturno, pois os trabalhadores deveriam vigiar os fornos para apagarem o fogo quando a lenha se encontrava em estado de carvão, gerando ritmo de trabalho exaustivo(BRASIL, 2012e).

A imposição de jornada não é algo tão claro, mas se o trabalhador, efetivamente, ganha somente por produção, isso inviabiliza seu exercício de liberdade, inclusive de locomoção, pois não há tempo para que ele descanse ou realize atividades além das laborais, já que trabalha até o esgotamento físico.

A pesquisa, na Justiça Federal de Tocantins (JFTO) e no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), confirma o trabalho degradante como o mais encontrado. A Tabela 5 revela os dados referentes à pesquisa documental no Poder Judiciário competente para esse crime neste estado. É possível averiguarmos as modalidades de TEC encontradas nas fazendas, pois nesses processos são anexados relatórios elaborados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Apesar de os Magistrados classificarem a situação como não sendo crime, constatamos essas modalidades através dos relatórios. Nos 55 processos judiciais pesquisados, houve 25 fazendas onde os auditores fiscais encontraram trabalho sob condições degradantes. A jornada exaustiva e a escravidão por dívidas estão em pequena incidência, o trabalho forçado não foi encontrado em nenhuma delas. Gostaríamos de ressaltar que houve fazendas nas quais foram encontrados mais de um tipo de TEC. Os 15 casos nos quais não foram encontrados TEC, justifica-se pelo fato de que o GEFM não ter encontrado situações de escravidão na fazenda. Na sua maioria, foram fazendas que já haviam passado por inspeção anteriormente, e talvez tivessem tomado mais cuidados.

Tabela 5- TOCANTINS - Modalidades de TEC encontradas nas fazendas

TIPOS DE TEC	NÚMERO
Trabalho degradante	25
Jornada exaustiva	2
Escravidão por dívidas	2
Trabalho forçado	0
Outros	13
Não foi encontrado TEC	15
Total	59

Fonte: Processos Judiciais da JFTO, 2014.

A tabela 6 demonstra as informações que pesquisamos no MTE/TO. Foram 33 fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que em 23 foram encontrados casos de TEC. Nas demais, houve apenas irregularidades trabalhistas. A tabela 06 demonstra que houve uma grande concentração de trabalho degradante encontrado pelos auditores fiscais, nas fazendas do Tocantins foram 21 casos. Como ainda comprova a maior raridade na incidência de trabalho forçado e escravidão por dívidas. Várias outras modalidades de TEC foram encontradas, como o cerceamento do uso de transporte, pois as fazendas são muito distantes da cidade, e o proprietário não ofereceu condução para o deslocamento dos trabalhadores, o que configura uma restrição da liberdade, já que não se pode sair da fazenda, mas o trabalho degradante predominou. Tanto a pesquisa na JFTO quanto no MTE/TO, pode-se confirmar o trabalho degradante como predominante sob as outras formas.

Tabela 6 – TOCANTINS - Modalidades de TEC encontradas nas fazendas

TIPOS DE TEC	NÚMERO
Trabalho degradante	21
Jornada exaustiva	08
Escravidão por dívidas	05
Trabalho forçado	0
Outros	16
Total	50

Fonte: Relatório do MTE/TO, 2014.

Percebemos a importância da compreensão do trabalho degradante para a configuração do problema. A questão é que, para sua conceituação, exige-se uma interpretação mais interdisciplinar e com mais variáveis, pois ela revela aquela dimensão, além da liberdade de locomoção, a qual é absorvida por alguns setores da sociedade brasileira.

Tanto na pesquisa na JFTO quanto no MTE/TO o trabalho sob condições degradantes esteve presente. Isso poderia vir acompanhado de uma jornada exaustiva, de escravidão por dívidas, mas sempre o fator de um ambiente de trabalho degradante esteve presente. É como se essas condições de trabalho na região fossem uma normalidade.

Em fiscalização, realizada em 2012, foram resgatados 12 trabalhadores da fazenda Imperial, em Santa Rita do Tocantins. O alojamento era um barracão de dois cômodos, coberto por telha de amianto, proporcionado um calor intenso no seu interior. Nos quartos havia algumas camas e adaptações com tijolos e madeiras, onde eram colocados colchões por cima. No local também são armazenados equipamentos de trabalho. Não há filtros, geladeira ou mesa para alimentação. A refeição era composta de arroz, feijão e macarrão. No café da manhã, apenas café preto. Bebem água quente direta da cisterna, e frequentemente, os trabalhadores reclamavam de diarreia (BRASIL, 2012c).

Na fazenda Vale do Canoa III, em Darcinópolis, foram encontrados 89 trabalhadores, espremidos em um alojamento, com mesa de refeição para 20 pessoas, e banheiro e 04 chuveiros. Na fazenda Santa Maria, em Marianópolis, em fiscalização, realizada em Setembro de 2012, 45 trabalhadores foram encontrados em situação de lástima. Sua função seria catar pedras em uma região gigantesca, onde não havia uma árvore sequer (BRASIL, 2012f).

Na fazenda Girassol, em Brasilândia, em fiscalização, realizada em 28 de setembro de 2011, 08 trabalhadores foram encontrados dormindo junto com porcos, galinhas, cavalos e agrotóxicos. Não foram disponibilizados alojamentos adequados aos empregados. Eles foram alojados em um curral próximo à sede da fazenda e dormiam ao lado de porcos, cavalos e galinhas, no mesmo recinto onde os agrotóxicos eram armazenados. Não havia qualquer divisão entre esses produtos e os empregados da fazenda. Os trabalhadores tomavam banho e lavavam suas roupas em um córrego da propriedade. Não recebiam equipamentos de proteção, utilizando a própria roupa para aplicação de agrotóxico, improvisando uma camisa como máscara (BRASIL, 2011b).

Portanto, não estamos falando de condições ruins de trabalho, mas de uma situação de degradação do ser humano. É uma situação em que as condições de trabalho são humilhantes, pois não há respeito à dignidade do ser humano. Essa é a visão conceitual do Ministério do

Trabalho e Emprego. É com essa interpretação que ele tem realizado as fiscalizações e multado os proprietários das fazendas. Importante salientarmos que essa também é a visão da CPT.

As formas equiparadas, previstas na legislação, também são encontradas (elas foram colocadas nas tabelas acima com os outros tipos), mas defendemos que muitas delas, por si só, não podem caracterizar o crime do artigo 149, pois trabalho escravo não é somente desrespeito ao direito trabalhista, mas é uma violação à dignidade do ser humano em suas relações de trabalho. Reter os documentos, como a Carteira de trabalho, é um ato muito comum, mas, apenas isso, não caracteriza crime, não denigre o ser humano. É preciso que as violações do artigo 149 sejam graves e atinjam com profundidade as necessidades básicas.

5.2.2 Visões diferentes sobre o conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo

Quando analisamos a opinião de Magistrados e de Procuradores da República do Tocantins, percebemos como isso revela sua visão do problema. Muitos deles reforçam a ideia de que o trabalhador escravo aprende nas relações de trabalho. Se por um lado, a CPT e o MTE veem as condições de trabalho desumanas ao extremo, como um tipo de trabalho escravo, grande parte da magistratura tocantinense, e do Ministério público, não entende assim. É essa diversidade de posições que vamos analisar nesta seção.

5.2.2.1 Magistrados e Procuradores da República

A Justiça Federal no Tocantins existe desde 1995, mas, apesar de este estado estar entre os cinco primeiros, na última década, no *ranking* da CPT, como quem mais liberta pessoas, existem apenas duas condenações criminais, ocorridas em 2012, que estão em grau de recurso, e mais uma, proferida em agosto de 2014.

Investigação, realizada pelo grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, da Universidade Federal do Tocantins, coordenado por esta pesquisadora, analisou 55 processos criminais, finalizados entre 2009 e 2011. A Tabela 7 apresenta o resultado da sentença dos Magistrados.

Tabela 7 –TOCANTINS - Decisões judiciais

DECISÃO JUDICIAL	Nº	Porcentagem
Arquivamento por ausência de crime	48	87,3%
Arquivamento por falta de provas	1	1,8%
Arquivamento por morte	1	1,8%
Arquivamento por prescrição	1	1,8%
Incompetências	3	5,5%
Absolvição	1	1,8%
Total	55	100%

Fonte: Processos judiciais da JFTO, 2014.

Esses dados demonstram que 87,3% das decisões judiciais, no período, foram para arquivar o processo, pois os Magistrados não consideravam condições humilhantes como TEC. Isso corroborado pelo Ministério Público Federal, que seria o órgão responsável por realizar as acusações, mas optava por pedir os arquivamentos, com a mesma justificativa. Observe a opinião de um procurador que pediu o arquivamento de um processo:

[...] Conquanto reconheça precariedade dos alojamentos, bem como a violação a normas trabalhistas, tenho que a dignidade dos trabalhadores não foi aviltada, sobretudo quando se tem em conta suas condições pessoais, bem como o trabalho para o qual foram contratados... Embora os trabalhadores tenham dito que na fazenda não existiam acomodações e instalações sanitárias adequadas, bem como água potável, tenho que tais irregularidades constituem apenas infrações administrativas, conforme previsto em legislação trabalhista, sobretudo, porque não há, nos autos, elementos que indiquem a existência de trabalhadores em condições degradantes, submetidos a trabalho forçado e sujeitos à violência ou coação por parte do empregador (TOCANTINS, 2008).

A partir de 2011, chegou ao Tocantins um novo Procurador, que tem tido um entendimento muito diferente dos demais. Ele passou a ter uma postura parecida com a do MTE. Até então, a opinião entre juízes e procuradores era a mesma.

Esses números podem ser materializados com a decisão de um Magistrado abaixo, o mesmo que entrevistamos. Ele defende que as condições humilhantes de trabalho são traço cultural, é um costume da região e, por isso, não deveria se caracterizar como crime.

Lamentavelmente o quadro fático evidenciado nos autos representa a dura realidade do interior do norte do Estado do Tocantins e do sul do Pará: miséria, analfabetismo, trabalhadores rurais à margem das leis trabalhistas. Basta ver as fotografias de suas residências para se concluir que não houve redução de direitos, na verdade, nenhum sequer o Estado lhes deu. As condições de trabalho na fazenda são só uma face do contexto de pobreza extrema em que vivem os moradores da região do Bico do Papagaio. É sem dúvida, inobservância às leis trabalhistas, mas não pode ser taxada de redução à condição análoga à de escravo, seja porque é a realidade do trabalhador rural da região, seja porque, no caso, não houve qualquer ameaça de supressão do status libertatis do trabalhador (TOCANTINS, 2007, grifo nosso).

É interessante notarmos que, em sua entrevista, o magistrado deixa muito clara a dificuldade de prova em relação a esses casos. E isso é um fato, pois os trabalhadores desaparecem após as fiscalizações, dificultando a ouvida dos seus depoimentos. Em sua entrevista, fala da dificuldade da prova para condenação. Mas, quando observamos suas decisões, percebemos que elas não são justificadas pela falta de prova, elas são fundamentadas no fato de que as péssimas condições de trabalho não caracterizam crime. Essa postura revela a sua posição do problema.

Em entrevista, realizada por esta pesquisadora, o Magistrado revela que, primeiramente, devem-se resolver os conflitos em áreas de conhecimentos diferentes da criminal, esta deve ser utilizada em última instância. Justifica seu posicionamento pela falta de orientação aos proprietários, o Ministério Público do Trabalho falha nessas orientações, por isso ocorrem tantas infrações. Chega a dizer que querem transformar um problema administrativo em um problema de polícia.

O Magistrado segue com a ideia de que há um exagero dos auditores fiscais nas fiscalizações, e prefere acreditar que sua atuação é contraditória. Relata que, em certo processo, encontrou no relatório do MTE o depoimento de um trabalhador revelando que se ofereceu espontaneamente para ir até a fazenda, e o fato dos auditores terem registrado o aliciamento dos trabalhadores “pelo gato” como um exemplo do exagero. O magistrado nem cogita sobre o medo dos trabalhadores, na hora de terem dado seus depoimentos, sendo que eles proferem suas declarações na hora da fiscalização. Eles têm receios quanto às consequências do que é dito, pois, possivelmente, irão voltar a trabalhar nessas fazendas.

É importante notarmos que em praticamente todos os processos criminais que analisamos os trabalhadores não foram ouvidos perante o magistrado. Somente há documentação, os seus depoimentos no momento da fiscalização, mas o magistrado prefere concluir somente a partir de uma ouvida feita no meio de uma fiscalização. Perguntamos se

ele já esteve presente em alguma operação do MTE, respondeu que não. Acrescentou que era importante a Justiça Federal julgar os processos criminais, pois não teria o envolvimento emocional que há na Justiça do Trabalho. Portanto, ele conhece o problema a partir dos documentos juntados pelo MTE.

5.2.2.2 A visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

O entendimento de parte dos Magistrados e dos Procuradores da República é bem parecido com a opinião de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive, o Juiz, acima mencionado, relatou, em sua entrevista, que é influenciado pelas decisões e opiniões desses Magistrados. Houve um momento em que a discussão de qual seria a justiça competente para julgar o crime de TEC, se seria a Justiça Estadual ou a Federal, foi muito forte nos tribunais. O Juiz entrevistado deu várias decisões e confessou, em entrevista, que é a favor de que a Justiça Estadual julgue esses crimes, mas em respeito à decisão do STF ele aceitou a ideia da Justiça Federal decidi-los.

Quando o debate não inclui a discussão de classe, o magistrado opina pela maioria das decisões do Supremo, mas quando se trata de uma questão classista ele vai por outro caminho, como é o caso do conceito de Trabalho Escravo, já que predomina no STF entendimento oposto ao seu.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a última instância julgadora de nosso país, tendo como principal função o controle do cumprimento da Constituição Federal Brasileira (CFB). Mas como é um tribunal, tanto recebe os recursos quanto julga processos criminais de autoridades elencadas por esta Constituição, como é o caso de Deputados e Senadores federais. Ele é composto por 11 Ministros, desse total, duas são Magistradas. O julgamento de seus processos ocorre de forma coletiva.

Primeiro, distribui-se o processo para um relator, para que ele possa estudá-lo e redigir o seu voto. Após isso, leva-se o caso para ser discutido em plenário, quando outros Ministros vão proferir seu voto ou podem pedir vistas do processo para analisá-lo e julgá-lo posteriormente. As decisões do STF são, portanto, resultado de um processo coletivo de debate, de estudo e articulação política, sendo o papel do relator muito importante, pois é ele quem apresenta a problemática, embora ela seja decidida pela votação dos Ministros e Ministras.

O tema trabalho escravo é antigo nessa corte, mas para importância deste trabalho, vamos demonstrar o debate entre os Magistrados, a partir de uma decisão de 2006. Ela foi um

marco, e seu objeto principal era discutir qual a instância responsável em julgar o crime de TEC, se a Justiça Federal ou Estadual. Dentro dessa discussão, o voto dos Ministros e Ministras envolveu o conceito de TEC. Foi um caso no qual o Ministério Público Federal (MPF) denunciou³⁰ dois fazendeiros, no Pará, pelo crime de TEC. Este Ministério recorreu até ao STF, já que não estava contente com a decisão da instância anterior.

O relator desse processo foi o Ministro Joaquim Barbosa, que iniciou o debate com base na dignidade da pessoa humana, sempre enfocando que quando se discute o crime de trabalho escravo não se está falando simplesmente do direito de locomoção dos trabalhadores, mas o debate é sobre condições de dignidade humana: “o homem, compreendido na sua mais ampla acepção, abarcando aspectos atinentes a sua liberdade, autodeterminação e dignidade”, demonstrando que, a partir da Constituição Federal, de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana passou a ser obrigatório e está no rol dos princípios fundamentais formadores de toda a ordem jurídica nacional (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2006).

Essa linha de argumentação foi aceita por vários dos Ministros presentes na sessão plenária, que ocorreu no dia 03/03/2005, mas um deles, Gilmar Mendes, pediu vistas do processo para fundamentar um voto, que já ensaiava sua postura a respeito do TEC. Em 30 de novembro de 2006, o respectivo Ministro levou até o plenário suas ideias para discussão. Ele não nega a dignidade, os valores sociais do trabalho e nem que o direito penal deve protegê-los, mas ressalva que o artigo 149 tem cláusula indeterminada, como por exemplo, condições degradantes de trabalho, e ela poderia ser utilizada indevidamente para permitir um alargamento exacerbado da lei. Ou seja, para ele, o conceito de TEC não está claro no artigo 149, e exemplifica o fato de que

Tem sido comum que as autoridades relatem como sendo caso de trabalho escravo a existência de trabalhadores em instalações inadequadas, sem levar em conta que o próprio empregador utiliza-se das mesmas instalações e que estas são na maioria das vezes o retrato da própria realidade interiorana do Brasil (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2006).

Essa linha de argumento foi aperfeiçoada por Gilmar Mendes, em decisões mais recentes que trazem ao debate o conceito de TEC. Sua posição é importante, porque ela tem completa relação com o que defendem os proprietários de terra, conforme demonstramos na pesquisa realizada por Figueira. Esse Ministro tem sido a voz, no STF, da ideia dessa classe.

³⁰ O termo denunciar aqui utilizado tem o significado técnico de impetrar uma ação judicial criminal. No direito penal, denúncia é o documento que inicia uma ação penal, é por meio dele que o Ministério Público Federal acusa uma pessoa.

Em 07 de outubro de 2010, foi colocada pela Ministra Ellen Gracie, relatora de outro processo, a acusação, em face do então Senador Federal do Tocantins, João Ribeiro, cuja denúncia do Procurador-Geral da República, afirmou, baseado em relatório do GEFM, que no período de janeiro e fevereiro de 2004, nas dependências no município de Piçarra, Pará, na fazenda ouro verde, foram encontrados 35 trabalhadores dormindo em ranchos cobertos de palhas, abertos na lateral, feitos sob brejos, provocando mau cheiro e umidade excessiva, sem instalações sanitárias e sem acesso a água potável; com um sistema de escravidão por dívidas, cobrando alimentação e equipamentos de trabalho, uma jornada de até doze horas por dia, Além de ter sido encontrado um trabalhador, menor de 18 anos, realizando o roço da juquirá. (STF, 2012a).

A decisão do Plenário era simplesmente se a acusação deveria prosseguir ou ser arquivada. Não se tratava ainda de uma decisão final a respeito da culpa do Senador, pois a fase do processo ainda era inicial, mas o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo, que ficou em sua sala por quase dois anos, para votar pelo seu arquivamento. Seria interessante observarmos seus argumentos, porque é nesse voto que ele trata com profundidade os motivos técnicos e ideológicos de sua decisão. O seu argumento principal é que nessa situação não houve crime.

Primeiro, começa por desqualificar o relatório dos auditores fiscais, chamando-o de panfletário, que se perde em um discurso político-ideológico quando afirma a existência de um neoescravidão baseado no lucro injusto e na exploração do trabalhador. Cita passagens do relatório, nas quais o fiscal se posicionou a respeito da exploração pela qual estão inseridos os trabalhadores. Mas, ele mesmo se utiliza de um discurso ideológico quando defende a classe dos proprietários de terra.

Ele revela que as condições de vida de regiões muito pobres do Brasil se repetem nas condições de trabalho, e não é razoável qualificá-las de criminosas por causa disso:

Se se está falando de desbravamento de regiões inóspitas, como a borda da Amazônia, é óbvio que os primeiros trabalhos a serem praticados não poderão contar com solos cimentados ou com galpões construídos para o abrigo dos primeiros trabalhadores. Considerar degradante o ato de dormir em rede, a oferta do trabalho em local onde inexiste água encanada e saneamento básico onde o alojamento é feito de palha é ignorar a realidade do campo brasileiro. (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

Por que esse desbravamento tem sempre que ser feito com a exploração do trabalhador? Por que não há uma preocupação de antes de desbravar criar uma infraestrutura

que acolha o trabalhador? Sempre a dificuldade de explorar uma região tem que ser com base na humilhação, da degradação do trabalhador?

O Ministro Gilmar Mendes demonstrou bem sua postura em outro processo criminal, no qual ele revelou a importância do agronegócio em face da fiscalização dos auditores fiscais. Afirmou que analisar a distância do beliche nos alojamentos dos trabalhadores é não enxergar que as pessoas estão desbravando áreas, uma região que sustenta o Brasil. “Se o Brasil hoje tem esse perfil, se o Brasil hoje tem essa folga é graças ao *agribusiness*, é graças a esse agronegócio, é graças à ousadia dessa gente que vai para longe” (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012b).

Essa defesa é, claramente, pautada em uma visão clara de classe, é a defesa a partir de uma postura de propriedade, a elevação do escravocrata a desbravador, aquele que se arrisca pelo crescimento do país. Se isso vem com a exploração do trabalhador, é algo de menos. Nesse processo, o Ministro menospreza a atividade dos auditores fiscais quando fala no beliche. Por várias vezes, reduz a atividade dos auditores fiscais ao fato de eles analisarem o trabalho escravo a partir da distância entre uma cama e outra, no alojamento dos trabalhadores. Isso porque há uma norma trabalhista que estabelece, de forma objetiva, como deve ser esse alojamento. Mas, no item sobre o conceito de TEC, nós já demonstramos que o trabalho dos auditores não se resume a analisar a distância entre camas. Eles concluem pelo TEC, a partir de todas as situações graves de degradação, pois são condições nas quais o trabalhador dorme no curral, junto aos bois ou aos agrotóxicos, como já relatado.

Na pesquisa que realizamos junto à Justiça Federal do Tocantins e ao Ministério do Trabalho e Emprego nunca encontramos um relatório do grupo móvel que concluísse pelo trabalho escravo embasado na distância entre um beliche e outro. Nesse mesmo processo que o Ministro Gilmar Mendes fala em beliche, o Ministro Carlos Britto demonstra sua perplexidade pelo alojamento no qual os trabalhadores ficavam. O Ministro Luiz Fux relatou que o alojamento era repugnante, ele abrigava 35 trabalhadores, sem janela, com mau cheiro pelo acúmulo de lixo, disponibilidade de espumas envelhecidas, sujas e rasgadas para descanso dos trabalhadores. O local era tão denigrente que os trabalhadores o apelidaram de cadeia (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a). Como é que isso é discutir a distância entre uma cama e outra? O que parece é a visão de um problema, a partir do lugar que se ocupa no processo de produção. A maioria dos juízes do Tocantins tem adotado essa opinião.

O Ministro Gilmar Mendes expressa, em seu voto, não ser a favor dessas condições de trabalho, mas que o direito penal não tem como função ser um instrumento de política pública

no combate à miséria que assola o país, ou às desigualdades regionais e sociais. O artigo 149 do CPB tem como objetivo erradicar o trabalho escravo e não a pobreza, a miséria, as desigualdades regionais e sociais, que devem ser combatidas por meio de políticas públicas sérias, e afirmou que prender empresários rurais ou proprietários de terra não vai resolver o problema da miséria e da pobreza.

Quando se reporta aos motivos técnicos de seu voto, o Ministro é claro em defender que o crime do artigo 149 se limita à liberdade de locomoção do trabalhador. Percebemos, mais uma vez, a ligação teórica entre o Juiz da Justiça Federal do Tocantins e o Ministro do STF. Este defende que a conduta criminosa é a redução da locomoção, por meios físicos e morais, em decorrência da imposição da obrigação de quitar previamente o dever de obediência imposto.

Segundo o Ministro, se for dada à vítima a liberdade de: abandonar a jornada exaustiva, fixada em meio a uma relação de trabalho ou emprego; rejeitar o trabalho, abandonando o local de trabalho; e de recusar-se às condições degradantes que são impostas, não haverá crime de TEC. Se o crime é reduzir alguém à condição análoga à de escravo, a pessoa deveria ser submetida às condições parecidas com as do escravo, por isso a necessidade de haver a restrição de liberdade de ir e vir para caracterizar o crime.

O Ministro tem uma visão muito restrita do que é ser um trabalhador escravizado. Justamente por ser visto com um escravo é que o ser humano está sendo tratado como coisa. Esta é a característica principal da condição de ser escravo, é a de que a pessoa é propriedade. Como vimos, a caracterização do trabalhador escravo não se limita à falta de liberdade de ir e vir, pois ele não tem o livre-arbítrio da escolha, de pensamento, de dignidade. Reduzir alguém à condição semelhante a essa não é apenas limitar a sua liberdade de locomoção.

O artigo 149 traz situações que não têm relação direta com a liberdade de locomoção, como condições degradantes de trabalho, pois há situações que caracterizam o delito mesmo havendo liberdade de locomoção porque o debate sobre a escravidão não é somente esse, é do ser humano ser tratado como coisa, quando não é proporcionado um mínimo de dignidade. Ele está sendo tratado pior do que os animais da fazenda. É este o elemento protegido, não é a liberdade de se mover somente, mas é a dignidade no trabalho.

É nesse sentido que a Ministra Rosa Weber, em outro processo, discutiu a caracterização do TEC. Ela aceita a acusação em face dos réus João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra, em denúncia referente ao crime previsto no artigo 149, em fazenda de Alagoas. Defende que a escravidão moderna é mais sutil do que a do século XIX, quando o cerceamento de liberdade pode ocorrer de diversos constrangimentos econômicos e

não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como objeto e não como pessoa humana. O que pode ser feito, não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012b). Carlos Britto defendeu que não é o indivíduo trabalhador propriamente que está sendo protegido nesse delito, e sim o indivíduo gente, o ser humano. O objetivo foi transbordar o campo propriamente trabalhista para alcançar o indivíduo enquanto gente (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012b).

Retornando o debate do processo criminal em face do Senador João Ribeiro, a Ministra Ellen Gracie, ao expor a problemática em plenário, foi por um caminho oposto ao de Gilmar Mendes. Ela defendeu que o Senador deve ser acusado e investigado. Em seu voto, reportou-se ao fato de que a fiscalização foi realizada a partir de uma denúncia feita por um trabalhador e encaminhada a CPT de Araguaína-TO: “Nesse depoimento do trabalhador, da denúncia dele, há uma concordância com o que revela o relatório do grupo móvel. O alojamento é de barraco de palha, a água de beber é suja, a alimentação é de péssima qualidade, trabalhadores doentes não são tratados” (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

Diante disso, a Ministra aceitou a denúncia por se configurar TEC nas modalidades de trabalho forçado, jornada exaustiva e trabalho degradante. Ao debater o conceito de TEC, defendeu ideias mais próximas do entendimento dos auditores fiscais. Ela revelou isso quando argumentou que a noção de condições degradantes corresponde ao trabalho realizado em determinadas condições que afrontam a dignidade da pessoa do trabalhador. Corresponde àquele que explora a necessidade e a miséria do trabalhador, submetendo-o a condições que colocam sua integridade física e saúde em risco (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

A discussão do crime de TEC é um debate que tem uma forte ligação com a luta de classes. No momento da conceituação desse crime vem à tona a ideia que as classes têm da relação junto à propriedade privada. Importante transcrevermos um trecho das informações, prestadas pelo próprio João Ribeiro, no processo administrativo perante o Ministério Público Federal, utilizado como um dos argumentos da defesa no processo no STF:

Tirar um adolescente criado em uma bela mansão no lago sul, em Brasília, e levá-lo a trabalhar no interior do Pará, fazendo-o dormir em uma rede num rancho de palha sem parede, tomar banho de rio, beber água corrente no córrego (ai vem a urinar e defecar no mato), sem dúvida é expô-lo a uma

situação degradante e à condição análoga a de escravo. Se, contudo, o mesmo adolescente fizer tudo isso espontaneamente, movido pela proposta de salário que irá receber, a conclusão é outra. Porém a primeira hipótese, caso seja protagonizada por um sertanejo, paraense ou por um índio não é condição degradante, podendo porém caracterizar trabalho escravo, mas por outro motivo (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

A visão de classe do Senador João Ribeiro é cristalina. É a visão que ele tem do lugar que ocupa no processo de produção. Mas, mesmo que os Magistrados não pertençam à classe trabalhadora, a situação é tão gritante que muitos não concordam com visões discriminatórias, e esse foi um dos motivos pelos quais alguns Ministros votaram pela continuação do processo. Isso foi tão forte que foi levantado, pela Ministra Carmen Lúcia, como um dos motivos para aceitar a acusação. Na verdade, a opinião do João Ribeiro chocou vários Ministros e Ministras. Foi também motivo levantado por Carlos Britto. Ele disse que essa parte transcrita na denúncia o impressionou, negativamente, contra o acusado. Observemos suas palavras.

O texto de lavra, do próprio acusado, revela, sem sombra de dúvida, concepção nitidamente discriminatória e admissão explícita de que, dependendo de sua posição social - sertanejo, paraense ou índio - desaparece o crime de reduzir alguém à condição análoga à de escravo, desaparecendo a situação degradante, mesmo que caracterizados os fatos como articulados nessa denúncia, então só sendo possível essa acusação pública se a vítima fosse um adolescente criado em uma bela mansão no lago sul em Brasília (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

O desfecho desse julgamento foi a acusação formal, do Senador João Ribeiro, pelo crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo, como prefere denominar o CPB. Todavia, seu processo criminal foi extinto pelo seu falecimento. Mas, apesar da fatalidade, não há como negar a importância desse processo. Ele demarcou a visão conceitual do TEC previsto na legislação criminal e a aceitação da investigação por parte dos Ministros do SFT, nesse caso. Votaram pela acusação as Ministras Ellen Gracie e Carmem Lúcia e os Ministros Carlos Brito, Joaquim Barbosa e Luiz Fux. Indeferiram a acusação os Ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Marco Aurélio.

No Tocantins, a nova visão da Procuradoria da República vai nesse sentido, pois o Procurador revela que, normalmente, os Juízes Federais não consideravam crime, em decorrência de costume da região e do posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, mas ele tem discutido a dignidade da pessoa humana com os Magistrados. Isso talvez seja um processo lento, porque os Magistrados ainda preferem seguir a opinião minoritária do STF.

Mesmo com o trabalho do Ministério Público Federal, a posição dos Magistrados segue a mesma. Trabalho degradante é um grande exagero e não deve ser considerado crime. Mas já há a sinalização de mudanças.

5.2.2.3 Novas ideias sobre o TEC no Tocantins

Nesse momento, gostaríamos de voltar à realidade tocantinense, no que diz respeito à visão do conceito de TEC, pois, após todos esses debates que fizemos, visualizamos algumas pequenas, mas significativas mudanças. Vimos como era predominante até 2012 a ideia de que as condições sub-humanas de trabalho não caracterizavam TEC. Mas os últimos estudos que temos realizado, no Ministério Público Federal do Tocantins (MPF/TO) e da Magistratura Federal, apontam uma mudança de visão, talvez até influenciada por esse posicionamento do STF.

Quanto ao MPF/TO, órgão responsável pela acusação nos crimes de trabalho escravo, nós temos observado que, desde 2011, tem havido uma mudança de entendimento, pois os demais Procuradores da República, que assumiram esse cargo no Tocantins e se responsabilizaram por esse tema, colocaram-no como pauta importante. Eles têm estreitado as relações com os movimentos sociais e com a problemática do trabalho escravo, organizando audiências públicas e estabelecendo contato com autoridades locais para efetivar esse combate. Foi essa postura que, em 2012, conseguiu a primeira condenação..

Importante relatarmos que já há uma sinalização de mudança também referente à Magistratura. A juíza que proferiu a primeira condenação era jovem no cargo nesse estado, passou poucos meses e pediu transferência. Mas, gostaríamos de salientar que a decisão de 2014 já foi proferida por um Magistrado antigo da JFTO que, inclusive, proferiu absolvições e arquivamentos nesses processos. Vamos trazer aqui o fundamento de sua sentença. Acreditamos que isso já é resultado de uma nova cultura, construída pelo processo de articulação realizada pela CPT e outros órgãos e movimentos.

Em agosto de 2014, um dos Magistrados da JFTO proferiu condenação aos réus Fernandes Lavagnoli, Leoni Lavagnoli e José Carlos Tradin do Carmo Junior, a 06 anos e 09 meses de pena privativa de liberdade, prisão, em regime semiaberto, e 180 dias de multa, por terem, em 2006, reduzido 83 trabalhadores, sendo um menor, à condição análoga à de escravo, como preferem nominar, nas Fazendas Dois Irmãos e Colatina, na cidade de Arapoema-TO (TOCANTINS, 2014). Ou seja, por terem praticado a previsão do artigo 149 do CPB.

O fundamento da decisão é algo extraordinário, pois ele usa os mesmos argumentos que antes fundamentavam o arquivamento do processo para fundamentar a condenação. A base dessa decisão é o relatório do MTE. É a situação, relatada e documentada pela equipe de fiscalização, que foi a principal prova para a condenação. O Magistrado se reporta a esse relatório claramente. Ele diz que no período de 21 a 28 de junho de 2006, por intermédio de auditores que compõem o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, foram encontrados 85 trabalhadores em situação degradante.

Essa condição de trabalho foi justificada: pela superlotação no alojamento, que apesar de ser de alvenaria, as condições de vida desses trabalhadores eram tão ruins quanto as daqueles que dormiam em barraco de lona; pela má situação dos colchões dos trabalhadores, que estavam claramente desgastados e, praticamente, eles dormiam no lastro da cama; pelo refeitório ser usado com alojamento; por não haver instalações sanitárias exclusivas para a pessoa que manipulava os alimentos. Por o mesmo tanque que era usado para a lavagem de alimento e utensílio de cozinha ser usado pelo cozinheiro para sua higienização pessoal; por não ter coleta de lixo; pelos sanitários estarem em péssimas condições de higiene e conservação; pela existência de outro alojamento de madeira, muito baixo, que causava tanto calor que os trabalhadores preferiam dormir ao relento; por não ter água potável; por ser servida comida de péssima qualidade (TOCANTINS, 2014).

O Magistrado ainda demarcou a situação de degradante porque os trabalhadores trabalhavam e viviam em condições precárias, com transporte inseguro. Isso por que, no relatório do grupo móvel, os auditores fiscais afirmam que o transporte realizado era na carroceria aberta de um caminhão, também utilizado pela fazenda para transporte de gado. Portanto, ele é inadequado tanto por provocar sérios riscos de acidente, como pelo excesso de passageiros, e também por ser impróprio aos seres humanos.

Essas condições de trabalho, referidas no relatório do Grupo Móvel, foram avaliadas pelo Magistrado como condições degradantes de trabalho. Além disso, havia a presença de um armazém, no qual os empregados adquiriam produtos, por valores exorbitantes, e ficavam vinculados às dívidas que contraíam, sendo impedidos de saírem do local. Portanto, a condenação de TEC foi pela presença de duas modalidades: trabalho degradante e escravidão por dívidas.

Uma situação que chamou a atenção foi a declaração de vários trabalhadores de que não poderiam sair da fazenda pelo fato de terem que cumprir o contrato assinado com o fazendeiro. Em seus depoimentos, os trabalhadores afirmaram que o Sr. Bacuri usa as dívidas por eles contraídas como

argumento para dificultar a saída dos mesmos da fazenda. (TOCANTINS, 2014).

Quando ele avaliou as provas constantes no processo, afirmou a importância do relatório do Grupo Móvel também na prova testemunhal. Três auditores fiscais foram testemunhas, a defesa também levou as suas. Mas o Juiz fundamentou sua opção em que os depoimentos das testemunhas de defesa não foram hábeis para desnaturar os fatos narrados na denúncia, cujas declarações são baseadas no depoimento de funcionários públicos, que têm a presunção da verdade.

Essa decisão levou-nos a perceber situações concretas de um início de mudança de cultura na Magistratura Federal do Tocantins.

5.2.3 A denúncia como provocadora da política pública

Vimos que o trabalhador escravo se educa em relação à natureza, de forma alienada, aprendendo que esse é seu lugar no processo de produção e essas são suas condições de trabalho. Mas também é nas relações sociais que esse processo ocorre, e nelas observamos que há opiniões diferentes sobre o TEC: os donos das fazendas transmitem a ideia de que não há nada de errado nisso; parte da magistratura discorda que seja crime; os auditores fiscais entendem condições sub-humanas de trabalho são crime e deveriam assim ser punidas. Diante dessas opiniões diferentes, como reage o trabalhador?

Mészáros (2006) defende que o trabalho alienado não produz somente consciência alienada, mas também a consciência de ser alienado. Relembrando o que defende Lukács, o ser humano é o único que consegue separar sujeito do objeto. À medida que o trabalho tem a teleologia e a causalidade é possível que o ser humano se afaste de seu ambiente e reflita sobre ele. E como segue defendendo, em todo trabalho há escolhas.

A natureza humana não é fixada pela natureza biológica, é feita pelo ser humano em seus atos de transcendência. É isso que reduz o ser humano ao ser genérico. O ser humano é histórico. Não é uma peça inerte em uma totalidade, é uma parte específica de uma totalidade interpessoal imensamente complexa e inerentemente dinâmica (MÈSZARÓS, 2006). Se, por um lado, parte do Magistado e do Ministério Público Federal defende que condições humilhantes de trabalho não são tão graves assim, há vários outros setores que dizem o contrário. Não somente verbalizam, mas agem para combater, e essa atitude do poder público já simboliza uma mudança de compreensão a respeito do problema.

Os dados demonstram que, há alguns anos, a denúncia dos trabalhadores envolvidos em TEC tem sido fundamental para provocar as fiscalizações e as políticas governamentais e não governamentais. Encontramos, nos relatórios pesquisados no MTE do Tocantins, situações de denúncia dos trabalhadores a órgãos públicos e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre sua situação de exploração. A fonte da fiscalização foi, em sua maioria, denúncia feita pelos trabalhadores à Superintendência do Trabalho, ou encaminhadas pela CPT e pelo MPT, em Palmas e em Gurupi, no Tocantins. A Tabela 6 traz o resumo da origem das fiscalizações.

Tabela 8 -TOCANTINS- Origem das fiscalizações

DENÚNCIAS	
ENTIDADE RECEPTORA	NÚMEROS
Ministério do Trabalho e Emprego	17
Ministério Público do Trabalho	9
Comissão Pastoral da Terra	3
Telefone	2
Ação originada em agências do trabalho	2
Total	33

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Tocantins, 2014.

Esses dados confirmam a pesquisa feita na JFTO entre 2009 e 2011, sendo que 65,4% das fiscalizações foram originadas de denúncias, como mostra a tabela abaixo. Metade delas foi realizada por trabalhadores que fugiram das fazendas ou que sabiam das condições de trabalho. A outra parte das denúncias foi realizada por organizações, mas, predominantemente, pela CPT. Outras fiscalizações já estavam programadas para serem realizadas pelo MTE, todavia, essas programações são feitas com base em denúncias que vêm sendo realizadas sobre uma determinada região. Portanto, sem denúncia não há fiscalização, até por que as fazendas são muito escondidas e de difícil acesso. Sem a denúncia as fiscalizações se tornariam quase impossíveis.

Tabela 9 - TOCANTINS -Origem da fiscalização nos processos criminais

Origem da fiscalização	Número	Porcentagem
Denúncia/ trabalhador	18	32,7%
Denúncia	18	32,7%
Programação do TEM	9	16,4%
Não informa	10	18,2%
Total	55	100%

Fonte: Justiça Federal do Tocantins, 2014.

Algumas dessas denúncias que encontramos na pesquisa no MTE ocorreram no momento em que o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), deste Ministério, da atuação em uma fazenda. É o caso, por exemplo, da fazenda Buriti, em Darcinópolis, onde o Grupo Móvel estava, após ter recebido a denúncia do trabalho escravo, cuja fiscalização foi realizada no dia 25 de outubro de 2012.

Essas denúncias são de vários graus. Desde o trabalhador reclamando ao GEFM de suas condições de trabalho, como em situações nas quais os trabalhadores fogem da fazenda e têm a coragem de ir a outra cidade, que não é onde moram, para fazer a denúncia. Este é o conteúdo do relatório da fiscalização da Fazenda Imperial, onde o grupo móvel explica a origem da ação de fiscalização, realizada de 13 a 20 de novembro de 2012:

No dia 06 de novembro de 2012, sete trabalhadores insatisfeitos com as condições oferecidas de trabalho e a falta de pagamento de salários, **deixaram a fazenda imperial e caminharam cerca de trinta quilômetros até a cidade de Crixás/TO. Chegando a Crixás, cinco trabalhadores ficaram aguardando na rodoviária local, sendo que dois pegaram carona até a cidade de Gurupi, a procura de seus direitos.** Procuraram o ministério público do trabalho, onde efetuaram a denúncia. Sem terem para onde ir, somente com roupa do corpo e sem dinheiro, os dois trabalhadores foram colocados em um hotel na cidade de Gurupi. Um servidor da procuradoria do trabalho se deslocou até Crixas com a finalidade de buscar os outros cinco trabalhadores que estavam na rodoviária local, trazendo-os para a cidade de Gurupi, juntando-se aos outros trabalhadores. No dia 13 de novembro o grupo móvel convidou um dos trabalhadores para levaram até a fazenda (BRASIL, 2012c, grifo nosso).

Essa capacidade de revelar insatisfação com suas condições de trabalho ocorreu na fiscalização da fazenda Estância de Buriti, em Porto Alegre do Tocantins. Em depoimento ao

Grupo Móvel, no momento da fiscalização, o trabalhador se queixou de suas condições de trabalho e revelou que já havia reclamado com “o gato”. Este é o termo de declarações do trabalhador, vindo de Iaciara - GO, em fiscalização realizada no dia 09 de abril de 2012:

Que quando chegou na carvoaria passou cinco dias e quis ir embora, pois não gostou das condições de trabalho; que nunca havia trabalhado naquelas condições, mas bigode, o gato, convenceu a continuar trabalhando. **Também revela que passou por outras carvoarias e chegou a alertar o Rodrigo (arrendatário da carvoaria) sobre a situação e se o ministério chegasse não ia aceitar aquela situação, mas o Rodrigo sempre dizia que era o bigode quem deveria resolver o problema,** que não tem vontade de trabalhar na carvoaria, que quer voltar para casa; que não quer trabalhar mais em nenhuma carvoaria (BRASIL, 2012d, grifo nosso).

O interessante é que encontramos um caso no qual o trabalhador teve coragem de denunciar uma situação que envolve violência física. A denúncia de como o trabalhador foi tratado na fazenda Pedra Branca, em Natividade, originou a fiscalização, realizada no dia 07 de fevereiro de 2011. Assim, consta no termo de denúncia:

Denúncias de trabalhadores feitas diretamente na Superintendência regional do MTE- empregados ficam alojados na carvoaria, sendo maltratados e coagidos, inclusive com uso de arma de fogo. **O empregado denunciante foi agredido fisicamente;** atraso no salário; menores trabalhando e sem registro; empregador possui revolver 38 e rifle puma (BRASIL, 2011a, grifo nosso).

Apesar de haver intelectuais que estabelecem como normalidade suas condições de trabalho, há outros em luta para que assim não sejam reconhecidas. E, o importante é que a CPT e os auditores fiscais são a Sociedade Civil e Política que estão mais próximo do trabalhador. Se esta Pastoral informa, por meio de suas ações, que o TEC é errado, os auditores fiscais são o instrumento para que a denúncia possa ser instrumentalizada.

Se parte do Judiciário tem uma visão de inexistência de TEC, os sujeitos mais próximos aos trabalhadores escravizados têm outra. E, apesar de haver poucas condenações criminais, existem outras punições. Os trabalhadores recebem seus direitos trabalhistas, o empregador é multado, e o importante é que há o constrangimento de que a autoridade pública estabelece que o patrão está errado. Todas essas políticas têm modificado a cultura e encorajado outras atitudes dos trabalhadores escravizados, no Tocantins.

5.3 Trabalho da CPT Araguaia/Tocantins junto à Prefeitura de Nova Olinda

Conforme nos reportamos no início desse capítulo, a CPT também tem atuado perante o Poder Público, no sentido de expandir as informações sobre o TEC e potencializar ainda mais a denúncia. Por isso, no dia 28 de janeiro de 2015, tentei participar de ato em Nova Olinda, uma cidade que fica no norte do Tocantins, junto com os agentes municipais de saúde, como resultado de uma articulação que vem sendo feito pela CPT junto à prefeitura. O dia 28 de janeiro foi escolhido como o Dia Nacional de Combate ao TEC pelo fato de ter sido o dia em que três fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados, em Unaí-MG, quando fiscalizavam uma fazenda. A cada ano, durante toda a semana, há comemoração nos estados. Uma passeata, realizada pelos agentes de saúde, foi uma dessas comemorações.

Houve um desencontro e somente consegui chegar ao ato no momento de sua avaliação.

Fotografia 26- Ato em Nova Olinda-TO



Após o ato, lanche no posto de saúde
Fonte: Passeata. Foto de Shirley Silveira Andrade

Um agente de saúde, negro, teve a iniciativa de falar que até então ele não sabia que existia trabalho escravo no Tocantins, isso ficou claro com a capacitação, organizada pelos agentes da pastoral, cujas atividades ele espera que tenham continuidade. Esse ato abriu os seus olhos para certas coisas que ele não tinha conhecimento, pois passou por essa experiência. Trabalhou em fazendas em 1992 e 1993. Agora ele obteve esses conhecimentos

de como agir nesse tipo de situação. E revelou que foi depois dessa oficina com a CPT que os agentes de saúde tiveram a proposta de se mobilizar a população. Desde o momento em que sentaram para pensar esse ato, a articulação de todo trabalho, combinando a trajetória por aonde iriam, a confecção das camisetas, do áudio, das faixas, foi depositada muita formação, com o objetivo de mostrar às pessoas que o trabalho escravo existe, e os agentes estão ali para ajudar no combate desse crime, avalia.

Fotografia 27 - Ação com agentes de saúde



Camisa utilizada em passeata em Nova Olinda-TO

Fonte: Ato. Foto de Shirley Silveira Andrade

Pedi ao agente da pastoral que ele perguntasse aos agentes de saúde o que era o TEC. Ele pediu, mas ninguém se habilitou. Então, ele agradeceu a todos e todas pela disponibilidade e o carinho, e, por fim, revelou que o processo de articulação para essa organização não teve dificuldade nenhuma, as pessoas sempre se mostraram dispostas. “Disse que o trabalho não acabava ali, pois o trabalho escravo ainda não havia sido erradicado”.

Terminada a avaliação, pedi aos agentes da CPT para me apresentarem ao agente de saúde que se manifestou na avaliação para que pudéssemos conversar. Fiz uma entrevista rápida com ele, mas muito construtiva. Ele revelou que tem 41 anos. Trabalhou em fazendas por volta de 1992 a 1993, mas lembra-se bem desses anos que viveu próximo ao rio Araguaia. Disse que, nesse período, foi vítima de trabalho escravo, pois não era bem tratado. A

alimentação era muito ruim. Às vezes estava em um determinado trabalho e não recebia. Além de ter sido enganado, pois foi levado por um gato que combinou um serviço e quando chegou ao destino, era outro. Isso caracterizaria o trabalho como escravo, segundo ele.

Na época, era uma à qual estava acostumado. Sempre fez trabalhos braçais. Trabalhava o dia inteiro, em local cheio de formiga de fogo, e à tarde estava com os pés queimando, dando coceira. Começou a trabalhar aos 14 anos, levado pelo seu pai. Na época, devido às condições financeiras de sua família, pelo fato de não existirem outros serviços, como tem agora no mercado, ele precisou ir para o trabalho braçal.

Por outro lado, ele revela ter conseguido sair da escravidão porque, ao mesmo tempo em que trabalhava nas fazendas, estudava. Ele somente se dedicava a esse trabalho durante o dia. Quando era próximo à cidade, trabalhava o dia inteiro na foice, na enxada, voltava de bicicleta e à noite ia para a escola. Quando era longe, seu pai deixava ir, somente no período de férias. Ele sempre estudou, inclusive terminou o segundo grau, em 1995. Sempre teve o estímulo de seus pais. Há nove anos fez o concurso para agente de saúde e foi aprovado, profissão que exerce com muita alegria, por ajudar as pessoas.

Foi através da capacitação com os agentes da pastoral que ele chegou à conclusão de que foi vítima de trabalho escravo. Na época em que foi enganado não conhecia a CPT e não saberia com quem falar, para onde ir. Até aquele momento não conhecia a Pastoral com profundidade, apesar de já ter ouvido falar sobre sua atuação. Na sua avaliação, a CPT é uma referência, um ponto de partida para o trabalhador que está numa situação de escravidão.

Sua avaliação, quanto às consequências dessa capacitação, ocorrida em 2014, é que, em relação ao seu trabalho, sendo agente de saúde da zona urbana, talvez tenha um pequeno impacto, pois, com certeza, na zona urbana não vai ter esse tipo de trabalho escravo. Mas, para os agentes que atuam na zona rural, eles vão saber orientar essas pessoas ou até mesmo fazer a denúncia. De qualquer forma, caso uma situação de trabalho escravo chegue até o seu conhecimento, ele vai, em primeiro lugar, orientar a pessoa de que há essa “*Pastoral do Trabalho*”, e como fazer a denúncia, caso esteja sofrendo trabalho escravo. Esclarecer que ela não precisa ter medo, porque ele terá uma proteção e seus direitos serão reivindicados. Depois, passará os números de telefone para que, na pastoral, ela possa receber mais informações.

Depois dessa conversa, encontrei mais uma agente de saúde, que me chamou a atenção por que ela estava em estado avançado de gravidez, e mesmo assim foi à passeata. Então resolvi conversar com ela, até por que os agentes de saúde já tinham se dissipado. Ela revelou que começou a trabalhar de doméstica aos 16 anos, não porque precisava de dinheiro, mas por

precisar preencher o tempo. Ela terminou o ensino médio aos 16 anos e como não tinha nada para fazer, foi ser doméstica. Hoje está estudando Pedagogia, em uma universidade privada, no interior do Tocantins. Ela tem 29 anos e há 09 é agente de saúde. Estava desempregada, apareceu o concurso e ela fez.

Sobre trabalho escravo, já tinha ouvido falar, mas não sabia definir. Pensava que o trabalho escravo era como antigamente e que não existia mais. Era somente nos casos em que a pessoa não recebia de forma nenhuma, ou ficava prisioneira. Quando fizeram a capacitação, ela viu que não era mais dessa forma. É um trabalho de que a pessoa sempre necessita de alguma coisa, algo falta para ela.

Há muito no frigorífico da cidade, pois as pessoas trabalham em condições precárias. O marido dela já trabalhou lá. A alimentação deles é terrível: pela manhã era apenas um copo de café com um pão; depois só se alimentam na hora almoço, entre meio-dia e uma hora da tarde. Saem de madrugada e só voltam à noite. As horas extras nunca são pagas, revelou a agente. Essa capacitação, que houve com a CPT, auxiliará o trabalho à medida que vai tornar mais fácil a orientação das pessoas. Quando alguém contar sobre uma situação de trabalho escravo, ela vai saber orientá-la a denunciar à CPT.

Ela veio para o ato porque a caminhada é boa. É cansativa, mas é boa para o estado de gravidez dela. Além do mais, é preciso estar unido nessa batalha, ressalta, porque quando falta um a força fica menor. A chefe dela ligou e perguntou se ela gostaria de ir para a capacitação, então aceitou. Na passeata, observou que muitos não deram atenção, mas isso vai mudar quando eles começarem a fazer o trabalho em suas áreas. Vão começar entregando os panfletos que sobraram e vão conversar com as pessoas sobre o que essa realidade.

Quando os agentes de saúde falavam, eu não entendia muito sobre essa capacitação e a passeata, depois conversamos com uma funcionária da prefeitura, que nos esclareceu que antes da passeata houve uma capacitação com a CPT.

Após dessas conversas, cheguei ao agente da Pastoral e começamos a mapear as pessoas com quem poderíamos realizar uma entrevista. Ele me indicou a coordenadora do posto de saúde e a secretária da Secretária de Saúde. Elas estavam presentes no posto, e já fui articulando com essas pessoas uma conversa para aquele mesmo momento. Posteriormente, surgiu a oportunidade de conversarmos com a Secretária de Saúde de Nova Olinda - TO.

A coordenadora do Posto de Saúde esclareceu que conhecia trabalho escravo, antes dessa ação, só no livro de História. Antes ela achava que trabalho escravo era apenas um funcionário que não recebia seus direitos, que não tinha direito a folga, nem ao 13º salário. E chamou atenção para o fato de que as pessoas vivem no meio da sociedade e não têm

consciência que existe trabalho escravo. Depois da capacitação, ela abriu muito a mente. Percebe pessoas que passam por essa situação, mas antes não conseguia prestar a atenção, pois desconhecia o trabalho escravo. “As pessoas são iludidas com falsas promessas, acham que vão trabalhar, e depois não é o que elas pensaram. Assim, elas acabam vivendo em um ciclo, acabam virando reféns do empregador. Após a capacitação, isso ficou claro”.

Ela esclarece que essa capacitação foi realizada somente uma vez. Num primeiro momento foi marcado um encontro que não deu certo, pois a estrada estava em obras, e então foi remarcado. Passaram o dia inteiro na oficina. A metodologia da CPT é muito diferente, pois prende a atenção das pessoas, revela. Por ser uma coisa diferente, despertou mais o interesse. Em todo momento os agentes incitam à participação.

Não é uma capacitação em que o palestrante fala e pronto, as pessoas estão participando o tempo inteiro. Ela foi feita com base em informações reais, casos reais, fotos, vídeos, construção de estórias, formação de ideias, depois apresentadas em rodas de conversa e debates entre os participantes.

Ela ainda esclarece que a reação dos agentes de saúde para a capacitação foi, a princípio, de espanto, pois para a sociedade isso não existe. Mas, no primeiro contato que eles tiveram já mudaram completamente a ideia. Depois das exposições, feitas pelos agentes pastorais, sobre fatos reais, a opinião já modificou. A coordenadora revela que, a princípio, houve uma resistência por causa do tema devido à maioria acha que não existe trabalho escravo, depois da capacitação, os agentes passaram a ter uma mente mais aberta para o problema.

A coordenadora comanda uma unidade do posto de saúde, da cidade, médicos, enfermeiros, técnicos, e os agentes de saúde. Além da sua equipe, com 10 pessoas, há 20 agentes de saúde somente na unidade que estávamos fazendo a entrevista. Outra equipe é exclusivamente da zona rural. Quando indagamos sobre a contribuição da capacitação para os agentes de saúde, ela responde que para a zona urbana, pode ser em menor escala, mas, os da zona rural terão uma possibilidade maior de contribuição. Eles precisam fazer vistoria do local, contar o número de casas, de abrigos, para realizarem o controle endêmico. A partir do momento que eles se deparam com um alojamento que tem condição de moradia desumana, eles podem estar orientar, repassar as informações, esclarece. Com a parceira da CPT, há uma melhor possibilidade de pressionar quem se utiliza de trabalho escravo. Antes disso, o agente de saúde até poderia ir nessas localidades, e esse fato passar despercebido.

A CPT passou a ser um órgão de referência para ela. Se ficar sabendo de algum caso de trabalho escravo vai ligar para a pastoral e encaminhar. Se encontrar alguém em situação de trabalho escravo vai conversar com a pessoa, orientar e informar à CPT. Sobre a passeata, ela revela que aglomerado de pessoas sempre chama muita atenção. A população fica curiosa para saber o que está acontecendo. Ela observou que as pessoas estavam olhando, prestando atenção.

Fotografia 28- Secretária de Saúde de Nova Olinda-TO



Local de entrevista com a Secretária de Saúde
Fonte: Secretária de Saúde. Foto de Shirley Silveira Andrade

Depois disso, me direcionei até a Secretaria de Saúde do município. Identifiquei-me e fiquei aguardando, meu objetivo era uma conversa com a funcionária da Secretaria, que auxiliou bastante na organização da passeata, mas ela estava em uma reunião, então fiquei esperando. Mais tarde, uma recepcionista disse que eu poderia entrar na sala. Estranhei, pois não era o local em que a funcionária estava. Perguntei quem estava naquela sala, ela me disse: “A primeira dama, a secretária de saúde, D. Maria de Lourdes”.

Pensei: vim conversar com outra pessoa, mas enquanto ela está na reunião, vou conversando com a Secretária de Saúde. E entrei. Fiquei espantada, não sabia que era tão fácil falar com ela. Foi uma pessoa muito atenciosa, simples e acessível. Respondeu a todas as perguntas, mas demonstrou desconhecimento quanto à CPT e ao trabalho escravo. Quando indaguei como surgiu a ideia da passeata ela me disse que “um pessoal, acho que de uma Igreja, entrou em contato”. Ela nem sabia de que Igreja era.

A Secretária teve contato com o debate sobre trabalho escravo em um assentamento, chamado Remansão, quando um Frei proferiu uma palestra, ela foi convidada e compareceu. Aceitou o convite porque o pessoal desse assentamento é muito pobre. Antes dessa palestra ela achava que trabalho escravo não existia mais. Hoje ela acredita que ele se caracteriza pelo padrão cobrar demais, sem nenhuma remuneração.

Ela esclarece que depois dessa palestra apareceram dois rapazes de Araguaína fazendo contato sobre um trabalho com os agentes de saúde. Achou interessante e marcou uma reunião no município com esses funcionários. “Esses profissionais são pessoas que podem localizar essas situações nas áreas. Eles estão de frente e conhecem todo o território, cada agente de saúde tem a sua área”, diz. Admitiu que os agentes de saúde podem ajudar muito, mas que, para ela, não está muito clara qual será a função deles nesse combate.

Segui dizendo que foram também esses rapazes que entraram em contato para organizar a passeata. Ela achou boa a ideia porque chama atenção para o problema. “Chama a atenção, quem está por fora vê que não estamos de mãos cruzadas nesse trabalho”. A impressão que ela teve é que esse contato teve bom resultado, portanto, deveria acontecer mais vezes. Indagada sobre o que faria, caso encontrasse alguém nessa situação de trabalho escravo, respondeu: “É complicado, porque não é somente chegar e denunciar, pois envolve muitas coisas. Envolve o fazendeiro, as pessoas responsáveis, que vão querer ficar de mãos dadas sem querer resolver, sem querer se envolver. Não há uma clareza de como fazer a denúncia”. Por isso, ela acredita na necessidade de serem feitas mais ações nesse sentido, junto com a pastoral, para melhores esclarecimentos. E reafirma a necessidade da contribuição da Pastoral para que seja feito um trabalho na cidade.

Quando indaguei se na cidade havia trabalho escravo, ela disse que achava que não, talvez houvesse na zona rural. E convocou que chegássemos mais próximo da prefeitura, pensando que eu era da CPT, que ela queria conhecer melhor o trabalho desta Pastoral. Ao final, ela me perguntou o que era a Comissão Pastoral da Terra, e não tive como não responder, pois senti um pouco de apreensão por parte dela. Expliquei que é um trabalho, feito desde a década de 1970, de combate ao trabalho escravo e que, pelos dados oficiais, o Tocantins é um dos estados brasileiros que mais tem trabalho escravo no Brasil. Deixei claro, para tranquilizá-la, que esta Pastoral não tem relação com partido político, eles são de uma ala da Igreja católica. Ela respirou aliviada.

Importante ressaltar que na base de dados da CPT Araguaia-TO, o município de Nova Olinda, nos últimos 11 anos, não teve nenhum trabalhador libertado, e houve somente um caso de fiscalização. O motivo pelo qual posso entender esse trabalho dos agentes pastorais

nessa prefeitura é pela abertura que encontraram na Secretaria. Em conversa informal, o agente da pastoral me disse que já tentou outros contatos em cidades, onde há maiores libertações de trabalhadores escravos, mas o que conseguiu foi ficar esperando nas antessalas, nem era recebido pelos diversos secretários. Recepção muito diferente de Nova Olinda. Por isso, estão investindo nesse trabalho na cidade.

Entretanto, pensamos que a CPT precise analisar que a Secretária de Saúde, talvez não saiba as consequências dessa recepção. O que me chamou atenção, nesse caso, foi que a secretária, mesmo com desconhecimento sobre o trabalho escravo, tendo reticências quanto à denúncia, estava disponível para realizar as ações e conhecer o problema. Essa é a porta de entrada que a CPT está se utilizando para fazer o processo de articulação para que a informação chegue ao trabalhador. É, de novo, criar a rede de informação.

Depois disso saí da sala, esperei um pouco, e a funcionária veio para a entrevista. Nesse caso, foi bem informativo porque ela tinha participado diretamente de toda a articulação com os agentes da pastoral. Também falou com bastante entusiasmo, achei interessante que ela interrompeu uma reunião para vir falar comigo. A funcionária é a secretária da Secretária de Saúde do município de Nova Olinda-TO. Ela revelou que procuraram esta Secretaria dois agentes da pastoral, a respeito de um trabalho com os agentes de saúde, já que estes possuem vínculo maior com a população. A secretária achou muito interessante o trabalho e deu total apoio. Foi marcada uma capacitação, que não teve como acontecer, uma segunda data foi marcada e a oficina ocorreu. Muita gente faltou, pois o município tinha cerca de 38 agentes de saúde, e somente compareceram 17, isso foi em novembro de 2014.

Ela esclareceu que a convocação desses agentes foi feita pessoalmente por telefone. Não senti nenhuma resistência, já que o tema é interessante. Todavia, no dia da capacitação, ela até se espantou com tantas ausências. Estavam todos tão empolgados que ela não entendeu, até porque há muitas cobranças para que aconteçam as capacitações. Acredita que isso aconteceu porque a convocação não teve a obrigação do comparecimento, então, principalmente os agentes da zona rural, não vieram. Agora, o resultado da capacitação empolgou as pessoas.

Hoje, a prefeitura tem 28 agentes de saúde, e somente dois faltaram à passeata, relatou. Na própria capacitação surgiu essa ideia, e os poucos que foram concordaram em trabalhar juntos e fazer essa atividade. Ela acredita que essa aceitação aconteceu devido à dinamicidade da oficina. Eles trabalharam muito sobre o que era trabalho escravo, através de trabalhos em

grupo para montar uma história, com relatos, desenhos, pinturas. “Então, os agentes acabaram se envolvendo”.

Na organização da passeata, foi combinado o que era necessário: o carro de som, a confecção dos cartazes, das faixas e os panfletos. Depois, ela e os agentes da Pastoral sempre entravam em contato, via telefone. A camisa foi ideia da CPT, e ela própria foi quem custeou. Na realidade, a Secretaria de Saúde não teve muito gasto. Somente houve o lanche, no dia da capacitação e da passeata. A maior parte dos custos foi da CPT.

Sobre a continuidade da parceria, ela revelou que é muito importante a permanência desse trabalho, pois vai formando pessoas novas. Alertou haver muitos contratos de agentes de saúde que não são efetivos, é possível que sejam realizadas formações com agentes de saúde, que vão perder o vínculo de trabalho. Provavelmente, nesse ano de 2015 vai acontecer um concurso público, o que melhora a situação.

Ela afirmou que antes dessa formação não sabia o que era trabalho escravo. Hoje vê que é trabalhar de uma forma desumana. Esclarece ser possível viver com humanização, mas o trabalho escravo tira todo esse direito.

O trabalho escravo é tudo o que a pessoa vai fazer sem ter seus direitos respeitados. Trabalhar sem receber um salário digno, sem ter um local apropriado para ficar. São pessoas que são enganadas, são deslocadas para dentro do mato para morarem em barracos de lona.

Depois dessa conversa, agradei e voltei para Araguaína.

O que percebi é que as pessoas não sabem, com precisão, o conceito legal, mesmo as que passaram pela capacitação na CPT. O que essas formações têm desenvolvido é mais um sentimento de intolerância em relação às condições de trabalho desumanas. Isso é essencialmente importante. Observamos que as pessoas, agora, em 2015, pensavam que o TEC não mais existe. Mas há uma mistura grande entre TEC e desrespeito aos direitos trabalhistas. Na fala das pessoas, isso é muito comum, como, por exemplo, o entendimento de que trabalho escravo é trabalhar e não receber o salário. Isso por si só, não é TEC, pelo menos do ponto de vista legal, que tem sido o foco das capacitações da CPT. Talvez seja preciso refletir a necessidade de se trabalhar com melhor profundidade essa diferenciação nas capacitações.

Os agentes da pastoral trabalham a partir de casos concretos. O que facilita a introjeção da relação de exploração na mente de qualquer pessoa, independente de sua escolaridade. Isso é um aspecto positivo. A questão é que quando indagamos às pessoas que

passaram pela capacitação de TEC, pela CPT, elas tiveram muita dificuldade de realizar essa definição. Elas sabem relatar situações que acabam misturando TEC com desrespeito a direito trabalhista. Mas, não fazer os devidos esclarecimentos e diferenças nas capacitações, pode legitimar o discurso ruralista de que o conceito do artigo 149 não é claro.

Agora é importante salientarmos que essas observações não invalidam o trabalho que os agentes da Pastoral têm feito para levar informação aos trabalhadores. Eles têm se utilizado de diversos instrumentos para que essa informação chegue à população. Vimos que através de grupos de capoeira, de danças e até atores estatais, como agentes de saúde. E por mais que isso venha sendo feito, há muitas pessoas que ainda acreditam que o TEC não mais existe. Significa dizer que é preciso cada vez mais fortalecer essa rede de informação.

Portanto, neste capítulo, pudemos observar que as ações da CPT, perante a Sociedade Política, são tão importantes quanto as da Sociedade Civil para efetivar o combate ao TEC.

CONCLUSÕES

Esse é um momento importante de uma tese, depois de tanta investigação, pesquisa, reflexão, sofrimento e alegrias, pensar onde conseguimos chegar. Por mais que nos planejemos, é sempre com base no desconhecido. Por mais que realizemos investigações para construir o projeto de pesquisa, a sua execução, mais ainda quando isso envolve pesquisa de campo, é sempre cheia de surpresas. Não foi diferente neste caso. Nos estudos iniciais, estávamos muito centradas na elevação da consciência do trabalhador rural escravizado através da denúncia, mas os dados nos mostraram informações surpreendentes.

O objeto dessa pesquisa é a análise do trabalho dos agentes da CPT na Sociedade Civil e Política e a formação da consciência dos trabalhadores rurais escravizados, com o recorte do estado do Tocantins. Se esse trabalho tem proporcionado elevação de nível de consciência nos trabalhadores sob essa condição. Para respondermos essa questão central, chegamos a algumas conclusões a partir dos capítulos desenvolvidos.

Primeiramente, foi importante observamos, no capítulo 1, como o Trabalho Escravo Contemporâneo não é uma exceção dentro do modo de produção capitalista. É preciso refletirmos que há uma ligação entre as necessidades dos modos de produção e as relações de trabalho advindo delas. E, no caso brasileiro, de que seu desenvolvimento foi desigual e combinado. O Trabalho Escravo foi uma constante nas relações de trabalho brasileiras. Ele faz parte de uma cultura histórica. O fim da escravidão legal, em 1888, não extinguiu esse tipo de relação no século XXI. Na região norte, o TEC esteve sempre presente com o objetivo de viabilizá-la economicamente para enriquecer a classe dominante. Esteve presente no período colonial, no início da República, na Era Vargas, nos planos dos militares, ainda como forma de proteger a segurança nacional, e, hoje, viabilizando o agronegócio. Essa investigação demonstrou que não há contradição no capitalismo na utilização desse tipo de trabalho, o TEC segue a lógica da acumulação de capital. A visão dialética das relações de trabalho no modo de produção capitalista proporciona concluir pela possibilidade da convivência de formas primitivas de acumulação com meios de produção altamente desenvolvidos para a geração de mais-valia.

No capítulo 2, pudemos compreender o pensamento dos agentes da CPT diante dessa realidade brasileira de exploração, exposta no capítulo 1. Como sua prática de defesa dos trabalhadores rurais escravizados é resultado de seu posicionamento diante da luta de ideias na Igreja Católica. Dentro dessa entidade há uma grande divergência teórica e prática que vem sendo desenhada ao longo de sua história e materializada em muitos dos seus documentos.

Onde se passou não de forma linear, nem eliminatória, de uma Igreja da caridade para uma Igreja ativa, combativa, inclusive, perante o Poder Público. De uma Igreja imparcial, para uma Igreja defensora dos pobres. O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de 1975, foi resultado dessa nova visão de uma parte da Igreja Católica. A CPT é consequência de uma série de reflexões e ações que surgiram para o combate aos desmandos da ditadura civil-militar, mais ainda, é resultado da preocupação com o desenvolvimento humano do trabalhador rural. Com a clareza de que isso somente será possível através da tomada de posição por eles na luta de classes.

Pela luta retirar defesa dos trabalhadores rurais escravizados, vimos que a CPT enfrentou conceitos mais arcaicos sobre o TEC e assumiu o conceito legal do Código Penal Brasileiro, transformado a partir de 2003. Até porque esse conceito foi construído a partir dos casos concretos de violação de dignidade das relações de trabalho. Dentro da esfera legal, o TEC é uma relação de trabalho indigna que ocorre sob coação física ou moral, ou por limitação de locomoção por dívidas, ambas as situações mais relacionadas com a locomoção no ambiente de trabalho, ou por jornadas exaustivas, ou por condições degradantes de trabalho, essas situações mais ligadas ao debate do desrespeito à dignidade da pessoa humana.

No capítulo 3, pudemos concluir que o trabalhador rural escravizado forma sua consciência a partir de um conjunto de relações sociais. É através da relação com o trabalho, com outras pessoas e consigo mesmo que ele desenvolve sua consciência. Mas no modo de produção capitalista, a relação com o trabalho é alienada. Os trabalhadores escravizados analisam sua realidade a partir da aparência das relações de trabalho. Uma vez que intelectuais orgânicos passam a se dedicar a despertar nesses trabalhadores uma nova cultura, isso tem tido respostas, pois eles passam a ter uma nova visão de suas condições de trabalho. As ações dos agentes da CPT, resultado dessa nova prática eclesial, têm sido sujeitos coletivos que despertam uma consciência crítica das relações laborais.

A discussão teórica deste terceiro capítulo foi comprovada com a análise das informações colhidas durante a pesquisa bibliográfica, documental e de campo que foram averiguadas nos dois últimos capítulos. Com as informações dos capítulos 4 e 5, foi possível pensarmos o trabalho dos agentes desta Pastoral tanto na Sociedade Civil quanto na Sociedade Política. Dentro do conjunto de aparelhos privados que organiza a hegemonia de uma classe, o trabalho de formação e prevenção que os agentes da CPT vêm realizando está construindo uma rede de informações. Através de atividades de formação com grupos sociais, que tem a possibilidade de atingir vários setores da sociedade, a informação sobre o TEC está sendo disseminada.

Além disso, pudemos observar a importância do trabalho de documentação que os agentes vêm realizando há mais de 30 anos sobre a realidade no campo brasileiro, publicado nos **Cadernos no Campo**. Esta entidade organiza um banco de dados como instrumento de contraposição à relação hegemônica, pois assim é possível uma compreensão das relações no campo, a partir da visão da classe trabalhadora, para a construção de estratégias de luta. E ainda, é possível concluir que os agentes da pastoral trabalham com eixos de ação, o combate ao TEC é um deles, mas que esse enfrentamento não é eficiente sem a interligação dessas frentes de luta. Por isso, aparece no depoimento de trabalhadoras e trabalhadores rurais escravizados a importância do trabalho desta entidade na luta pela terra. Este é o caminho que tem possibilitado que os trabalhadores criem condições para se libertarem da escravidão e da relação empregatícia.

Já no conjunto de aparelhos institucionais, a contra-hegemonia vem sendo formada no sentido de cobrar a existência de políticas públicas que tornem efetiva a repressão ao TEC, como sigam construindo uma rede de formação que estimule a denúncia e proporcione mudanças sobre o trabalho nessas condições. No detalhamento das posições teóricas de órgãos estatais, pudemos compreender como o processo de articulação realizado pelos agentes pastorais encontra dificuldade, pois há uma representação da luta de classes também neles. A postura quanto ao debate conceitual de TEC tem relação com o lugar que o interlocutor está nas relações de produção.

No âmbito do Poder Judiciário, há um grupo que defende essa conceituação como limitação do direito de ir e vir, com justificativas que fundamentam a postura dos proprietários de terra, e outro, que amplia a análise do conceito para relações de trabalho atingidas em sua dignidade. O que inclui a violação de um ambiente de trabalho humilhante como uma modalidade de TEC. Esse mesmo debate se encontra no Congresso Nacional, que discute projeto de lei para modificação deste conceito no Código Penal Brasileiro no sentido de limitá-lo à interpretação da primeira dessas correntes aqui expostas. A dificuldade se encontra ainda no âmbito do Poder Executivo, já que há uma diminuição orçamentária que reduz a atuação dos auditores fiscais do trabalho. Mesmo com todas essas dificuldades, podemos observar que o enfrentamento realizado pelos agentes pastorais, nessas três esferas dos Poder, tem impulsionado uma nova cultura com a mudança, inclusive, de posicionamento de magistrados no Tocantins, recorte desta pesquisa.

As conclusões de todos esses capítulos nos proporcionaram refletir a respeito da questão central dessa tese e se conseguimos confirmar nossa ideia inicial. Mais do que confirmar a hipótese, a pesquisa nos fez pensar o que é elevar o nível de consciência.

Quando iniciamos a investigação, a ênfase era em observarmos se o trabalho de formação que vem sendo realizado pelos agentes pastorais da CPT, na Sociedade Civil e Política, proporciona, incentiva, ocasiona no trabalhador a denúncia. Os dados demonstraram que em vários casos isso ocorreu, em outros não. Mas as informações mostram ainda que a elevação do nível de consciência não se limita à denúncia. O trabalho desses agentes, junto à execução de outras políticas públicas, tem proporcionado a elevação de consciência dos trabalhadores rurais escravizados sobre diversos aspectos, impulsionando a denúncia e criando possibilidade para que o trabalhador reconheça suas condições de trabalho como indignas.

Através dessa pesquisa foi possível concluir que as ações que os agentes da Comissão Pastoral da Terra têm desenvolvido na Sociedade Civil e Política, junto a políticas públicas, muitas, resultado de sua luta, elevam o nível de consciência dos trabalhadores rurais escravizados. Através da construção de uma rede de informações sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo, a luta pela Reforma Agrária, e uma articulação com os órgãos públicos, tem sido possível a criação de uma nova cultura sobre essa indignidade. Primeiro, pelo reconhecimento dos trabalhadores de que já foram escravizados, das suas condições de trabalho como uma injustiça. Mais ainda, essa conscientização tem impulsionado ações de resistência como reclamações aos empregadores, fugas, denúncias.

Essa elevação de nível de consciência tem levado os trabalhadores e trabalhadores escravizados a buscarem alternativas ao trabalho nas fazendas. A priorização da luta da CPT, através da Reforma Agrária, torna concreta essa possibilidade, mesmo que haja muitos problemas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Vimos o caso de um trabalhador que percebeu que acompanhando as reuniões com esta pastoral objetivou viabilizar o sonho de sua independência das fazendas. Mesmo que alguns, já assentados, ainda trabalhem nas fazendas, eles fazem isso de forma mais consciente, com mais informação, com maior poder de decisão e com o objetivo de viabilizar seu lote. Eles poderiam desistir e voltar para as fazendas, mas seguem na luta pela terra, na luta de conseguir sua independência da relação empregatícia, outro ponto importante da elevação do nível de consciência. É o reconhecimento de que a relação empregatícia não é um caminho para a liberdade.

A construção dessa nova cultura tem impulsionado mais ações de resistência. O reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadores de que hoje é possível a reclamação é um exemplo concreto disso. Essas reclamações vão de condições de trabalho, dentro da fazenda,

diretamente com os patrões e gerentes, e chegam até a denúncia nos órgãos públicos e na CPT. Todos os trabalhadores se referem a esta entidade com respeito e confiabilidade.

E mais ainda, o trabalho desta Pastoral vem construindo um conjunto de representações e interpretações na sociedade, no sentido de reconhecer que o Trabalho Escravo Contemporâneo está presente nas relações de trabalho atuais. Vem criando um senso comum, no sentido de que relações indignas laborais devem ser denunciadas e se deve lutar por seus direitos. Muitas vezes as pessoas nem sabem o que é a CPT, mas aprenderam essas informações através dos materiais e das ações desenvolvidas por ela. Portanto, as ações dos agentes da CPT na Sociedade Civil e Política têm formado, informado e transformado os trabalhadores e trabalhadoras que foram escravizados e a própria sociedade. Vimos até como já há uma mudança no Poder Judiciário tocantinense quanto à ideia do TEC. Isso é resultado do processo de articulação que os agentes desta Pastoral desenvolvem na Sociedade Civil e Política, a execução de políticas públicas e a pressão de uma nova cultura social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de, SHIRAISHI NETO, Joaquim, MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís-MA: Lithograf, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ANDRADE, Shirley Silveira; BARROS, José Ivan. Trabalho Escravo Contemporâneo: Por que tantas absolvições? In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria. (Orgs.) **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 143-164.

ANTÔNIO FILHO; MASSON Nonato; COSTA, Reynaldo (Orgs.). **Atlas Político-jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo**. Açailândia: Ética, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. (Org.) **A riqueza e a miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, (Mundo do Trabalho).

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **A escravidão no Tocantins colonial**: vivências em Arraias (1739-1800). Goiânia: Kelps, 2000.

_____. Vivências escravistas no norte de Goiás do século XVIII. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 137-170.

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 314-349.

BALES, Kevin. **Gente descartável**. Lisboa-Portugal: Caminho Sá, 2001.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. Práxis e educação em Gramsci. **Revista digital Paideia**, v. 2, número 1, abril-setembro de 2010, p. 181- 203.

BARACAT, Eduardo Milléo (Coord.) **Direito Penal do Trabalho**: reflexões atuais. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. Nossa gente: ex-ante ex-post. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977. p. 142-389.

BECKER, Bertha, K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora S. A., 1987.

BRETON, Binka Le. **Vidas roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia Brasileira. Tradução de Maysa Monte Assis. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro. Trabalho Escravo: elementos para a caracterização jurídica. IN: Adônia Antunes Prado, Ricardo Rezende Figueira e Horácio Antunes de Sant'Anna Junior (Orgs). **Trabalho Escravo Contemporâneo**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 241-250.

_____. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração do trabalho-Trabalho Escravo e outras formas de trabalho indigno. 2. Ed. São Paulo: LTR, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete. et. Al. **Verbete do Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-264.

CALDART, Roseli Salete. et al. Apresentação. In:_____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 3-19.

CANUTO, Antonio et al (Coords.) **Conflitos no campo Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **A escola como mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar**. São Paulo: Iglu, 1989.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/uma-igreja-na-amazonia/umaIgreja.htm>>. Acesso em: 15 maio 2014.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: **Transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 50-88.

CELAM. **II Conferência Geral do Episcopado latino-americano: conclusões de Medellín**. 6. ed: edições Paulinas, 1968.

CHESNAIS, François, O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-68.

CIMI. Centro Indigenista Missionário. **O projeto Carajás e as suas consequências para as populações indígenas**. Goiás e Norte II. São Luís, 1983. Disponível em: <<http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CTI02231.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

CNBB. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Igreja e problemas da terra**. Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/79-17-Igreja-e-problemas-da-terra>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014a.

_____. **A Igreja e a Questão Agrária brasileira no século XXI**. Aparecida-SP, 30 de abril a 09 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/download/Doc101-Igreja_questao_agraria.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014b.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **1985 - Conflitos de Terra no Brasil**. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1986.

_____. **Conflitos no campo/** Brasil 1988. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1989.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1991. Terra, água e paz: viver é um direito! Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1992.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1992. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1993.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1993. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1994.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1994. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1995.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1995. Passo Fundo- RS: Padre Berthier, 1996.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1996. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1997.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1977. Goiás: Secretaria nacional da CPT, 1998

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1998. Goiás: Secretaria Nacional da CPT, 1999.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 1999. Goiás: Secretaria Nacional da CPT, 2000.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 2000. Goiás: Secretaria Nacional da CPT, 2001.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 2001. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: Edições Loyola, 2002.

_____. **Conflitos no campo.** Brasil 2002. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: Edições Loyola, 2003.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2003. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2004.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2004. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2005.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2005. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2006.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2006. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2007.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2007. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2008.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2008. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2009.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2009. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2010.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2010. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2011.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2011. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2012.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2012. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2013.

_____. **Conflitos no campo.** – Brasil 2013. Coordenação de Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2014

_____. **Organização da CPT.** Secretaria Nacional da CPT: Goiânia- Goiás, 2010.
Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/organizacao>>. Acesso em 30 de março de 2015.

COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; REBECSA, J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 201-270.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida**: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História no setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição *Gaudiun et spes* do Concílio Vaticano II sobre Igreja no mundo de hoje**. Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1999.

DAMIÃO, Danielle Riergman Ramos. **Situações análogas ao trabalho escravo**: reflexo na ordem econômica e nos direitos fundamentais. Dissertação de mestrado submetido ao Curso de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Marília. Orientado pelo professor Doutor Lourival José de Oliveira. Marília- SP, 2012.

DEJOURS, C. **A Banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.1999.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do Macaco em Homem**. Disponível em: <www.marxists.org.br/protuguesores>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. **A origem do Estado, da propriedade privada e da família**. 2. ed São Paulo: global, editora, 1985. (coleção bases)

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Organização e tradução de Marco Aurélio Nogueira.3 ed. Petrópolis: Vozes, 1990, (Coleção clássicos do pensamento político).

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Centro Eclestein de pesquisas sociais, 2008.

_____. A dívida que escraviza. In: CPT (Orgs.). **Trabalho Escravo contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 101-126.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando Fora da própria Sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

_____. A escravidão contemporânea no Brasil: 1985 a 2009. In: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA Maria Luisa (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil em 2009**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de justiça e Direitos Humanos, 2009.

_____. Condenados à escravidão. In: CPT (Orgs.). **Trabalho Escravo contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 165-208.

FONEC. Fórum nacional de educação do campo. **Notas para análise do momento atual da Educação do campo**. Seminário Nacional, Brasília, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: Paz e terra, 1978.

GIRALDIN, Odair (org.). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

GORENDER, JACOB. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de janeiro: Graal, 1978.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

_____. **Para entender o capital**. Tradução de Rubens Endernele. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero e economia política no programa britânico de emancipação: **Além da escravidão: investigações sobre**

raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 91-131.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura:** o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979a.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979b. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

_____. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Sociologia brasileira, v. 8)

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre emancipação e consciência.** São Paulo: Expressão popular, 2011.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e o consentimento. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

IBGE. Estados – Tocantins. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

KEUNZER, Acácia. A relação entre a educação e trabalho: pressupostos teóricos. **Revista Brasileira de Administração da Educação.** Porto Alegre, 4 (1), jan/jun de 1986.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

KORNAHAUSER, Arthur; SHEATSLY, Paul B. Construção de questionário e processo de entrevista. In: DEUTSCH, Selltiz; COOK, Jahoda (Orgs.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: USP, 1995.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins:** a geopolítica da (Re)ocupação territorial na Amazônia legal. Goiânia: Kelps, 2011.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Tocantins:** vidas fora do compasso. Tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientada pelo Dr. Júlio Cezar Suzuki.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwyl. São Paulo: Busca vida, 1987.

LUKÁCS, George. O trabalho. In:_____. **Ontologia do ser social**. Traduzido por Ivo Tonet. Disponível em:<www.ivotonet.xpg.uol.com.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

MARTINELO, Pedro. A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico. Série C, nº 1, Estudos e pesquisas, **Cadernos UFAC**, Rio Branco, 1988, p. 11-368.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: reflexões sobre os riscos da intervenção subinformada. In: CPT (Orgs.) **Trabalho Escravo contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. P. 127-164.

_____. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: SECRETARIA NACIONAL DA CPT (Org.). **A luta pela terra**: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997, p. 71-78.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-posições**, Campinas, V. 22, número 3(66), set/dez 2011. p. 131-148.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, Livro I, V I.

_____. **O capital**: crítica à economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 25 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008. v. 6.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieiri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Frederiech. **A ideologia alemã**: 1º capítulo seguido das teses de Feuerbach. Tradução de Luis Cláudio Casto e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Agroescravidão**: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil contemporâneo. Gurupi-TO: Editora Veloso, 2013.

MAYER, Antonio de Castro et al. **Reforma Agrária**: questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

MENDONÇA, Maria Luiza Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção de agricultura**: a construção do conceito do agronegócio. Tese de doutorado apresentado pelo Departamento de Geografia da USP, São Paulo, 2013. Orientada pelo Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

MÈSZÁROS, István. **Teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boi tempo, 2009 (Mundo do Trabalho).

MINAYO, Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro Abrasco, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de Educadores: reflexões a partir do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). **Método dialético na pesquisa em Educação**. Brasília, Autores associados, 2014. p. 263-290.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011, Biblioteca básica de serviço social, v. 5.

MORAES, Maria José. A justiça dramática. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adônia Antunes; GALVÃO, Edna Maria. **Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 251-262.

MOREIRA, Alberto da Silva. **O dom da terra**: Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil. Tradução de Nelio Schneider. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). Dissertação de mestrado pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luís (MA), 2006. Orientado pelo Dr. Marcelo Sampaio Carneiro.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOVAES, Regina. A Igreja moderna no Brasil. In: _____. **A Igreja e a questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 209-247.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional da Geocrítica. Bogotá, maio de 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de, SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 7, nº13, jan/jun 2005, p. 244-259.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: Ornitórrinco**. 4.reimp. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Plínio Correia de. **Sou católico**: posso ser contra a reforma agrária?. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1981.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos principais atores envolvidos no Trabalho Escravo rural no Brasil**. Brasília, 2011.

PAIVA, Vanilda. A Igreja moderna no Brasil. In: NOVAES, Regina. **A Igreja e a questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 52-68.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio).

PALO NETO, Vito. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: Ltr, 2008.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Libreria Editrice Vaticana. Roma, 15 de maio de 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em 25 de dezembro de 2014.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2007.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções sobre a história na Teologia da libertação**. Disponível em:

<<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/457/392>>. Acesso em 30 de março de 2015.

PÈTRÈ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, Flávio Lúcio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora zero, 1982.

PIOVESAN, Flavia; VIEIRA, Renato Stanziola. A força normativa dos princípios constitucionais fundamentais: a dignidade da pessoa humana. In: _____. **Temas de Direitos Humanos**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 418-449.

PLASSAT, Xavier. Abolida da escravidão? In: PRADO, Adônia Antunes, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 73-96.

_____. Trabalho Escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: CPT (Org). **Conflitos no Campo. 2009**. São Paulo: Expressão popular, 2010. P- 90-100.

POLETTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da CPT. In: SECRETARIA NACIONAL DA CPT (Org). **A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 21- 70.

POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da comissão pastoral da terra**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. COMPÊNDIO DA doutrina social da Igreja. Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

PRADO, Adônia Antunes, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: como, quando e de onde os trabalhadores falam**. No prelo.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23 ed. 7. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **História econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1967.

PRUDENTE, Wilson. **Crime de escravidão**: uma análise da Emenda Constitucional 45 de 2004, no tocante às alterações da competência material da Justiça do trabalho, e do novel status constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen juris, 2006.

RECH, Daniel T. Apresentação. In: _____. **Conflitos de terra no Brasil 1985**. Comissão Pastoral da Terra. Goiás: Secretaria Nacional da CPT, 1986.

REPÓRTER BRASIL: Escravizados produziram coletes de recenseadores do IBGE, São Paulo, 2010.

Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/10/escravizados-produziram-coletes-de-recenseadores-do-ibge/>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

REZENDE, Silvano Lima, LIMA, Edmilson Antonio; SOUZA, Adelma Ferreira. **Monocultura no estado do Tocantins**: reflexões acerca da produção de eucalipto.

Disponível em:

http://singa2011.ufpa.br/LISTA%20DE%20TRABALHOS%20ACEITOS_SINGA%202011.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

SAKAMOTO. **Os acionistas da Casa-grande**: a reinvenção capitalista do trabalho escravo contemporâneo. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Orientado pelo Dr. Carlos José Torres Vouga.

_____. **Relator aceita mudar conceito de trabalho escravo a pedido de ruralistas**.

Disponível em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/12/16/relator-aceita-mudar-conceito-de-trabalho-escravo-a-pedido-de-ruralistas/>. Acesso em 04 de março de 2015.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. A CENOG no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 89- 105.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 9. Ed São Paulo: livraria do advogado, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DA CPT. Os rostos da CPT hoje. In: CPT (Org.) **A luta pela terra**: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997, p. 177- 267.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio**: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”. Dissertação (Mestrado em Geografia) pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Orientada pela Dra. Alexandrina Luz Conceição.

SILVA, Adilson Alves da. **A educação do campo em Goiás**: contribuições da Comissão Pastoral da Terra. Dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, Departamento de Educação, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.

SILVA, Marcelo Ribeiro. **Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI**: novos contornos de um antigo problema. 2010. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás-UFG. Orientado pela professora Doutora Silzia Alves Carvalho Pietrobom.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alpha-ômega, 1977.

SOUZA, Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte Goiano (atual Tocantins)-1958-1975. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 351-390.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2010.

TOCANTINS. Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (SEAGRO). **Exportações tocantinenses crescem 72,4% nos últimos três anos**. Disponível em: <<http://seagro.to.gov.br/noticia/2014/12/16/exportacoes-tocantinenses-crescem-72-4-nos-ultimos-tres-anos/>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (SEAGRO). **Seminário Cadeia produtiva da soja no Tocantins**: Importância da agricultura de precisão para a produção de Soja no Tocantins. Disponível em: <http://central3.to.gov.br/arquivo/196070/>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (SEAGRO). **Agroenergia**. Disponível em: <http://seagro.to.gov.br/agroenergia>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

UBIRATTAN, Cazeta. O trabalho escravo ainda resiste. In: OIT. **As possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea**. Brasília: Organização internacional do trabalho, 2007.

VIEIRA, Maria Antonieta da costa, ESTERCI, Neide. Trabalho Escravo no Brasil: os números, as lutas e as perspectivas em 2003. In: CANUTO, Antonio Canuto; LUZ, Cássia Regina da Silva (Cords.). **Conflitos no Campo. Brasil 2003**. Goiânia- Goiás: CPT Nacional, 2004. P. 137-143.

LEGISLAÇÃO E ÓRGÃO FEDERAIS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro Assembleia constituinte 1823**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasil, v. 3. 1874.

Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8571>>. Acesso em 16 de dezembro de 2014 a.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Combate ao Trabalho Escravo**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 10 de set 2014 b.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira (1988) CASA CIVIL**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2014 c.

_____. Casa Civil. **Código Penal Brasileiro**. Disponível: em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2014 d.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Quadro resumo de GEFM**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625C7ABBD1F75/Quadro%20Resumo%20por%20UF%20GEFM%20+SRTE.%202013.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. 2013

_____. **Decreto-Lei nº 4.451, de 1º de Abril de 1942**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4221-1-abril-1942-414103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2014 e.

_____. **Decreto-lei nº 4221 de 1942**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4221-1-abril-1942-414103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014 f.

_____. **Decreto-Lei nº 5185, de 12 de Janeiro de 1943.** Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5185-12-janeiro-1943-415152-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2014 g.

_____. **Decreto-Lei nº 5651, de 14 de setembro de 1943.** Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5814-14-setembro-1943-415793-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2014 h.

_____. **Decreto-lei nº 5403, de 13 de abril de 1943.**
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5403-13-abril-1943-415416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2014 i.

_____. **Decreto-lei nº 4509, de 23 de julho de 1942.** Disponível em M
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4509-23-julho-1942-414517-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 25 de novembro de 2014 j.

_____. **Decreto-lei 756 de 11 de agosto de 1969.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0756.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2014 k.

_____. **Decreto-lei 1106 de 16 de junho de 1970.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2014 l.

_____. **Lei 1806, de 06 de janeiro de 1953.** Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 15 de dezembro de 2014 m.

_____. **Lei n. 5.727 - de 4 de novembro de 1971.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2014 n.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de Março de 1824.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 16 de dezembro de 2014 o.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.**
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 16 de dezembro de 2014 p.

_____. **Lei complementar nº 20, de 1º de junho de 1974.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp20.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2014 q.

_____. **Lei complementar nº 31, de 1º de junho de 1977.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2014 r.

_____. **Lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp41.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2014 s.

_____. **Decreto-lei 1813, de 24 de novembro de 1980.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2014 t.

_____. **Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5122.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2014 u.

_____. **Decreto nº7352, de 04 de novembro de 2010.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 20 de outubro de 2014 v.

_____. **Lei 1184, de 30 de agosto de 1950.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1184.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2015 a.

_____. **Decreto-Lei nº 1767, 1º de fevereiro de 1980.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1799.htm. Acesso em 2015 b.

_____. **Decreto 7.532, 04 de novembro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 2015c.

_____. **Projeto de Lei 3433-A, 15 de abril de 1977.** Disponível em : http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FAF2830D10267C248B2B394CF5B52BB2.node1?codteor=1183899&filename=Avulso+-PL+3443/1977. Acesso em 20 de fevereiro de 2015d.

DOCUMENTOS: PROCESSOS CRIMINAIS

TOCANTINS (Estado). Justiça Federal. **Ação penal nº 2005.43.00.2380-0**. Arquivamento de inquérito policial. Pedido pelo Procurador Alexandre Moreira Tavares dos Santos. 1ª Vara, Juiz José Godinho Filho, Palmas, 09/01/2007a.

TOCANTINS. (Estado). Justiça Federal. **Ação penal nº 2005.43.00.1305-5**. Absolvição. Procurador Alexandre Moreira Tavares Dos Santos. Réus: Joaquim de Faria Daflon, Joaquim Faria Daflon filho, Geseimar, José Luiz Mateus dos Santos. 1ª Vara -Juiz José Godinho Filho. Palmas, 14/07/2007b.

TOCANTINS. (Estado). Justiça Federal. **Ação penal nº 2008.43.00.004509-1**. Arquivamento – inquérito policial. Procurador João Gabriel Moraes de Queiroz. 2ª Vara. Palmas, 12/08/2008.

DOCUMENTOS: RELATÓRIOS

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório da campanha nacional contra o Trabalho Escravo**. CPT, 2013.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda Pedra Branca**. Natividade-TO, 09/02/2011a.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda Girassol**. Brasilândia-TO. 09/02/2011b.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda São Cristóvão**. Presidente Kennedy-TO, 09/04/2012a.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda WR**. Cristalândia -TO, 09/04/2012b.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda Imperial**. Santa Rita do Tocantins-TO, 09/04/2012c.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda Estância de Buriti**. Porto Alegre do Tocantins-TO. 09/04/2012d.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO. **Relatório de Fiscalização na Fazenda Geral I e II**. Crixás do Tocantins-TO. 09/04/2012e.

BRASIL. MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE PALMAS-TO.
Relatório de Fiscalização na Fazenda Vale do Canoa III. Darcinópolis-TO. 09/04/2012f.

DOCUMENTOS: SENTENÇAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário 398.041-6/PA.** Ministério Público Federal recorrente em face de Silvio Caetano de Almeida. Relator Joaquim Barbosa. Julgamento em 14.12.2004.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Inquérito 2131/DF.** Ministério Público Federal denúncia em face de João Batista de Jesus Ribeiro e Osvaldo Brito Filho. Relatora Ellen Gracie. Relatora Rosa Weber. Julgamento em 23.02.2012g.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Inquérito 3412/AL.** Ministério Público Federal denúncia em face de João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra. Relator Marco Aurélio. Julgamento em 29.03.2012h.

TOCANTINS (Estado). Justiça Federal. **Ação penal nº 1879-70.2010.4.01.4300.** Sentença condenatória. 4ª Vara Criminal. Juiz Ademar Pimenta da Silva. Palmas, 01 de agosto de 2014.

IMAGEM EM MOVIMENTO

DESCALÇO sobre a terra vermelha. Direção de Oriol Ferrer. Co-produzido pela TVC, TVE, Minoria Absoluta, Raiz Produções Cinematográficas e TV Brasil. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/descalcosobreaterravermelha>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015
1 Filme

DOCUMENTAL Padre Gustavo Gutiérrez y la Teología de la Liberación. Documental para la serie "Retratos" producido para TV Perú. Producción y Dirección General: Lucía Gómez C. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SrU3zKL4xzY>>. Acesso em: 30 de março de 2015. 1 Documentário

RODA Viva. Leonardo Boff no Roda Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L5Rxls1dTRw>>. Acesso em 30 de março de 2015. 1. Entrevista

TEOLOGIA de la liberacion. Entrevista de Rogelio Garcia-Mateo al P. Gustavo Gutierrez en 1985.
Presentacion: Sandra de Negri. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=3iw1bV3rixw>> Acesso em 30 de março de 2015. 1
Entrevista

APÊNDICE A- ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL NA JUSTIÇA FEDERAL DO TOCANTINS

1-TIPO DE PROCESSO:

2-Pesquisador(a)-

3-Local e data da consulta-

4-Vara de origem

5- Nº do processo-

6- Caixa-

7-Local onde se encontra-

8- Tempo de julgamento-

9- Sujeitos-

9.1-Procurador-(atual)-

Mudou de procurador? Quantos? Quais? -

9.2- Acusados-

-Defensores

9.3-Juízes

10- Proprietário do imóvel-

11- Nome do imóvel-

-Cidade-

-Serviço realizado pelas vítimas

12- Relatório do Grupo Móvel-

12.1- Resumo dos fatos

12.2- Provas:

13- Denúncia (MPF)-

Data protocolo

13.1- resumo dos fatos

13.2-crimes

13.3- provas-

14- Inquérito policial- portaria -

- motivo da instauração

-provas colhidas

-conclusão do relatório

-dilação de prazo-

15-Defesa prévia-

Argumentos-

16- Interrogatório - data

Dados do réu

Resumo dos fatos-

Atuação do ministério público-

Atuação da defesa

- com carta precatória

17- Testemunhas de acusação

Dados do réu-

Resumo dos fatos-

Atuação do ministério público- houve perguntas

Atuação da defesa-

Com carta precatória-

18- Testemunhas de defesa

Dados do réu-

Resumo dos fatos-

Atuação do ministério público

Atuação da defesa-

Com carta precatória-

19- Alegações Finais-

19.1-Acusação

Argumentos-

Pedido-

19.2-Defesa

Argumentos-

Pedido-

20-Sentença- Data-

-Conclusões

-Argumentos

- Houve análise dos argumentos da defesa e da acusação

21- Recurso - Tipo

21.1-Razões

- Data-

- Pedido

- Argumentos

21.2- Contrarrazões

- Data-

- Pedido

- Argumentos

22- Observações

APÊNDICE B- ROTEIRO PESQUISA DOCUMENTAL NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DO TOCANTINS/PALMAS

Pesquisador(a)-

Data da consulta-

Local da consulta-

1-Cidade-

2- Data da fiscalização-

3- Número de trabalhadores resgatados-

4- Trabalhadores envolvidos-

4.1- Mulheres-

4.2- Homens-

4.3- Menores –

5- Instituições participantes-

6- Origem da fiscalização-

7- Imóvel-

8- Proprietário do imóvel-

9- Atividade-

10- Atividades da fiscalização

11- Documentos juntados-

12- Ilegalidades encontradas (autos de infração)

13- Trabalho Escravo- Elementos caracterizadores

14- Declaração dos trabalhadores

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LIBERTADOS

Entrevistador:

Local:

Horário:

Qual situação:

ANTES DA FAZENDA

1-Nome

2-Idade

3-Sexo

4-Residência

5-Estado civil-

6-Número de filhos-

7-Você sempre morou no Tocantins? Se veio de outra cidade ou estado, qual foi o motivo?

8- Seus pais são daqui ou moram em outra cidade? Se vieram para cá, porque vieram?

9- Eles chegaram a ir à escola? Até que série?

10- Em que eles trabalhavam? Você via seu pai ou sua mãe contentes com o trabalho deles?

Dava para sustentar a família?

11- Você teve quantos irmãos?

12- Você foi à escola? Quanto tempo estudou?

13- Quando você era criança, como se divertia?

14- Desde quando você começou a trabalhar? Foi em quê?

15-Por que você escolheu esse trabalho? Achava ele bom?

16- E hoje, com o que você trabalha? Você fica feliz com seu trabalho? Por quê?

17- Você se casou? Teve filhos? Quantos?

18- Há pessoas em sua casa que trabalham fora? Atividades que geram renda dos familiares em casa?

DURANTE AS FAZENDAS

20-Por que a decisão de ir?

21-Como ficou sabendo do trabalho?

22-Qual a reação de sua família?

23-O que ficou combinado sobre o serviço e o pagamento?

24-Como foi o trânsito até lá? Havia transporte para você sair de lá? Se precisasse, sair como você fazia?

25-Qual o sentimento ao chegar na fazenda?

26-O que havia de estrutura para trabalhar? Havia diferença entre o combinado e o que foi efetivado quando lá chegou? Quantos trabalhadores estavam lá? Qual o tipo de serviço?

27-Onde você dormia? Como e o que comia? Como era a água?

28-Quantas horas de trabalho?

29-Havia vigilância armada?

30-Você precisava de produtos de limpeza, de alimentação, de equipamentos de trabalho, onde você conseguia? Havia alguma venda na fazenda? E como era que você pagava o que comprava?

31-Se algum trabalhador ficasse doente, o que o seu chefe fazia? E se o trabalho não ficasse bem feito?

32-Passou quanto tempo trabalhando na fazenda? Tinha transporte para sair?

33-Em algum momento você teve vontade de ir embora? Se não fez, foi por quê?

34-Como era a relação com o gerente? E o proprietário? Como era o pagamento?

35-As condições de trabalho eram boas? Alguma vez você reclamou? O que aconteceu? Você falou para alguém o que estava acontecendo na fazenda, por quê?

36-Como você saiu da fazenda? Você já voltou a fazer esses serviços novamente? Já voltou a essas fazendas onde a fiscalização chegou?

37- Você acha que isso que os donos da fazenda fizeram está correto ou errado? Por quê?

38- O que você achou do trabalho dos fiscais na fazenda?

39-O que você entende por *trabalho*? Pode haver “prazer” em trabalhar ou é sempre *ruim, duro, pesado*?

40-Você já ouviu falar no termo escravo? Já conheceu alguém que foi escravo?

41-Você já ouviu falar na comissão pastoral da terra? Já ouviu falar no que ela faz?

DEPOIS DA FAZENDA

42-O que você faz para se divertir?

43- Você tem algum sonho? Qual é? E para seus filhos?

44- Em que você trabalha nesse momento? Por que permaneceu no Tocantins?

45- Você tem algum contato com a comissão Pastoral da Terra hoje em dia? Qual e por quê?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DA CPT

Entrevistador:

Local:

Horário:

Qual situação:

PERFIL

1-Nome

2-Idade

3-Sexo

4-Residência

5-Estado civil-

6-Número de filhos-

7-Você sempre morou no Tocantins? Se veio de outra cidade ou estado, qual foi o motivo?

TRABALHO NA PASTORAL

8- O que é a Comissão Pastoral da Terra? Qual o seu trabalho e importância?

9- Por que a escolha de trabalhar nesta Pastoral?

10- O Tocantins tem tido uma prática constante de trabalho escravo? O que o senhor entende e qual o entendimento da Pastoral do que seja trabalho escravo contemporâneo?

11- Você conhece o entendimento da Justiça Federal do Tocantins sobre TEC? O que você acha disso? Por que há diferença do conceito defendido pelos auditores fiscais, pelos juízes do trabalho e pelos juízes federais? Por que não há, praticamente, condenações criminais apesar de inúmeras multas?

12- Quais são os tipos de TEC mais encontrados no Tocantins, especificamente em Ananás e Darcinópolis? Por quê? Seria possível fazer um mapeamento do TEC no Tocantins? Quais as áreas onde se encontra mais essa prática?

13- Que ações a CPT têm realizado para combater essa prática no Tocantins?

14- Como funciona o encaminhamento das denúncias? De quem são essas denúncias?

15- Por que os trabalhadores denunciam?

16- Há políticas públicas de combate ao TEC no Brasil e em Tocantins? Elas são efetivas?

APÊNDICE E- ROTEIRO ENTREVISTA- MEMBRO DO MPF

1-Idade-2- Sexo- 3-Escolaridade4- Estado civil –5- Tempo de exercício na magistratura – a) Tocantins; b) outros estados; 6- Cor- 7- Universidade em que se graduou? 8- Qual o tema da monografia que defendeu? 9- Estudou pós-graduação? 10- Que artigos ou livros já publicou? 11- Qual a finalidade que acreditava ter o Direito e qual a sua função que acredita hoje? 12- Qual a finalidade do Direito penal que o senhor defende? 13- Qual a função do MPF?14-Há trabalho escravo no Tocantins? 15-O que mudou no Brasil após o acordo com a corte interamericana de Direitos Humanos no Caso José Pereira (explicar antes o caso José Pereira, perguntar se já ouviu falar) e qual o conceito de trabalho escravo? 16- Por que este tipo de trabalho é utilizado, se hoje já há tecnologias de ponta que poderiam substituir o trabalho humano?17- Em 2007, o norte e centro-oeste reuniram quase 80% das pessoas libertadas no Brasil que estavam na condição análoga a de escravo. O que explica estes números?18- Segundo dados da CPT, nos últimos 05 anos foram 172 denúncias de trabalho escravo, sendo 105 fiscalizadas pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho. Mas o número de processos criminais e condenações é muito baixo em relação a isto. Apesar disso, o Brasil só teve um caso até hoje levado para a corte interamericana de Direitos Humanos. O que explica estes números?19- Por que há tantos pedidos de arquivamento dos processos judiciais na justiça federal pelo MPF? 20-Como é a atuação dos procuradores, na procuradoria do cidadão, há mais de um procurador, cada um atua nos seus processos ou há uma escala na qual em um mesmo processo atua mais de um procurador? Se isso ocorrer não prejudica a atuação do MPF? 21- Quem é o órgão Judicial competente para julgar o crime do artigo 149? 22- Este debate pode ressurgir no STF? Qual a postura dos Ministros? 23- Por que a JF seria mais adequada para analisar este delito? A Justiça do Trabalho não seria adequada?24- Como o MPF atua Junto a COETRAE? 25-Que formas de atuação tem existido no Tocantins para o combate ao Trabalho Escravo? 26- Como o MPF fica sabendo de casos de trabalho escravo? 27- Tomando conhecimento, quais as providências? 28- Qual o papel que o movimento social tem desempenhado neste combate? 29- Qual a relação entre MPF e movimentos sociais nesse combate? 30-Qual a sua visão a respeito da lista suja? Ela desrespeita a ampla defesa?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA- MEMBRO DA MAGISTRATURA

1-Idade-2- Sexo- 3-Escolaridade4- Estado civil –5- Tempo de exercício na magistratura – a) Tocantins; b) outros estados; 6- Cor- 7- Universidade em que se graduou? 8- Qual o tema da monografia que defendeu? 9- Estudou pós-graduação? 10- Que artigos ou livros já publicou? 11- Qual a finalidade que acreditava ter o Direito e qual a sua função que acredita hoje? 12- Qual a finalidade do Direito penal que o senhor defende? 13- Qual a função do MPF?14-Há trabalho escravo no Tocantins? 15-O que mudou no Brasil após o acordo com a corte interamericana de Direitos Humanos no Caso José Pereira (explicar antes o caso José Pereira, perguntar se já ouviu falar) e qual o conceito de trabalho escravo? 16- Por que este tipo de trabalho é utilizado, se hoje já há tecnologias de ponta que poderiam substituir o trabalho humano?17- Em 2007, o norte e centro-oeste reuniram quase 80% das pessoas libertadas no Brasil que estavam na condição análoga a de escravo. O que explica estes números?18- Segundo dados da CPT, nos últimos 05 anos foram 172 denúncias de trabalho escravo, sendo 105 fiscalizadas pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho. Mas o número de processos criminais e condenações é muito baixo em relação a isto. Apesar disso, o Brasil só teve um caso até hoje levado para a corte interamericana de Direitos Humanos. O que explica estes números?19- Por que há tantos pedidos de arquivamento dos processos judiciais na justiça federal pelo MPF? 20-Como é a atuação dos procuradores, na procuradoria do cidadão, há mais de um procurador, cada um atua nos seus processos ou há uma escala na qual em um mesmo processo atua mais de um procurador? Se isso ocorrer não prejudica a atuação do MPF? 21- Quem é o órgão Judicial competente para julgar o crime do artigo 149? 22- Este debate pode ressurgir no STF? Qual a postura dos Ministros? 23- Por que a JF seria mais adequada para analisar este delito? A Justiça do Trabalho não seria adequada?24- Como o MPF atua Junto a COETRAE? 25-Que formas de atuação tem agido no Tocantins para o combate ao Trabalho Escravo? 26- Como o MPF fica sabendo de casos de trabalho escravo? 27- Tomando conhecimento, quais as providências? 28- Qual o papel que o movimento social tem desempenhado neste combate? 29- Qual a relação entre MPF e movimentos sociais nesse combate? 30-Qual a sua visão a respeito da lista suja? Ela desrespeita a ampla defesa?